PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALEX BUZELI BONOMO

O ANARQUISMO EM SÃO PAULO:

AS RAZÕES DO DECLÍNIO

(1920-1935)

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALEX BUZELI BONOMO

O ANARQUISMO EM SÃO PAULO:

AS RAZÕES DO DECLÍNIO

(1920-1935)

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Profa, Doutora Vera Lúcia Vieira.

São Paulo
2007

Banca Examinadora

_____

_____

_____

Agradecimentos

Este trabalho foi fruto da militância social desenvolvida com sinceridade e limitações. Para nós, que buscamos resgatar a prática social dos anarquistas, para além dos grupos de amizade e de transformações comportamentais, toda a ação depende da reconstrução das bases necessárias para a atuação no sentido social e revolucionário do anarquismo.

Não desenvolvemos em nossa pesquisa um panfleto político de defesa de um ideal. Entendemos que o processo crítico é necessário para revitalizar a teoria política revolucionária.

Esse processo crítico, que culminou na pesquisa, não seria possível sem o apoio do camarada Ricardo Ramos Rugai. A ele devo um agradecimento especial.

Também tenho que agradecer todos aqueles que fazem da militância e da construção de uma sociedade socialista e libertária um projeto de vida. Não uma religião, mas um projeto que para ser alcançado necessita da avaliação serena e coerente da realidade.

Não poderia deixar de mencionar meus familiares por quem tenho enorme carinho. Dona Jaci, que colaborou sempre que precisei, com esforço e dedicação, seu Aimoré, Vanessa, André e Cauê.

A companheira Paula, que me “agüentou” durante todo esse período, apoiando na medida das suas forças através do seu carinho e denodo. A Natashinha por todas as horas de estudo e companheirismo.

Para finalizar, agradeço a Verinha, grande pessoa e orientadora que apesar das tormentas e correntes contrárias, continua firme e forte orientando aqueles que não se renderam a lógica do capital.

BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as Razões do Declínio* (1920-1935). São Paulo, PUC-SP, 2007.

A influência dos anarquistas em São Paulo não desapareceu após a greve de 1917 ou nos primeiros anos da década de 1920 como quer parte da historiografia sobre o anarquismo e o movimento operário. A ação dos militantes anarquistas continuou a existir com grande relevância social até o ano de 1934.

As razões do declínio da ação destes militantes não podem ser procuradas em teorias pré-concebidas ou em fatores que não levam em consideração as formulações dos anarquistas enquanto protagonistas da história. Neste sentido, qualquer pesquisa que busque esmiuçar os motivos do declínio dos anarquistas deve, em primeiro lugar, estudar os debates existentes entre os mesmos, determinados pelo contexto histórico no qual estavam inseridos e pelas discussões internacionais existentes sobre a teoria, estratégias e táticas anarquistas.

Foi isso o que procuramos desenvolver, buscando resgatar os posicionamentos anarquistas presentes em seus periódicos, documentos, textos e até mesmo nos prontuários policiais. Utilizando ampla documentação e bibliografia pertinente a cada tema, de modo a realizar um trabalho que ao mesmo tempo apresentasse ao leitor o teor da documentação, mas que, além disso, trouxesse reflexões sobre as questões levantadas.

Desta forma procuramos demonstrar as razões do declínio da influência dos anarquistas ressaltando as suas próprias debilidades organizativas e teóricas, não do anarquismo em geral, mas do anarquismo predominante em São Paulo.

PALAVRAS CHAVE: ANARQUISMO E ANARQUISTAS; SINDICALISMO; RESISTÊNCIA AO GOVERNO.

BONOMO, Alex Buzeli. *Anarchism in São Paulo: the reason of the decline (1920-1935)*. São Paulo, PUC-SP, 2007.

The anarchist's influence in São Paulo didn't disappear after the strike of 1917 or in the first years of the decade of 1920 as used to be affirmed by part of the historiography on the anarchism and the labor movement. The anarchist militant's action continued to exist with great social relevance until the year of 1934.

The reasons of the decline of these militant's action cannot be sought in preconceived theories or in factors that don't take into account the anarchist's formulations while protagonists of the history. In this sense, any research that looks for crumbling the reasons of the anarchist's decline it owes, in first place, to study the existent debates among the same ones. Also it must be studied among that debate the historical context in which they were inserted and for the existent international discussions on the theory, strategies and anarchist tactics.

That was what we tried to develop, looking for rescuing the anarchist political statements in their newspapers, documents, texts and even in the handbooks of the Police. Using wide documentation and pertinent bibliography to each theme, in a way to accomplish a work that at the same time presented to the reader the tenor of the documentation and to brought reflections on the lifted up subjects.

This way we tried to demonstrate the reasons of the decline of the anarchist's influence emphasizing their own organizing and theoretical weaknesses, not of the anarchism in general, but of the predominant anarchism in São Paulo .

KEYWORDS: ANARCHISM AND ANARCHISTS; SYNDICALISM; RESISTANCE TO GOVERNMENT.

SUMÁRIO

Agradecimentos	p. IV
Resumo	p. V
Palavras-Chave	p. V
Introdução	p. 01
Capítulo- I O anarquismo ante a realidade paulista (1920-1935)	p. 30
1.1 Base agrária da economia nacional e suas relações com a indústria paulista.	p. 30
1.2 - Imigração, Anarquismo e Crítica ao Nacionalismo Burguês.	p. 40
1.3 A Repressão ao Anarquismo	p. 48
1.4 Os Movimentos Tenentistas e os Anarquistas	p. 58
1.5 A Reação Governamental: o Eclipse do Anarquismo.	p. 68
1.6 Os Anarquistas e a “Revolução” De 1930.	p. 75
1.7 A Legislação Trabalhista	p. 81
1.8 Os Anarquistas e a “Revolução Constitucionalista” de 1932	p. 95
1.9 A Constituinte e os Anarquistas	p. 102
1.10 A Luta Antifascista	p. 105
1.11 A Lei de Segurança Nacional e a Aliança Nacional Libertadora	p. 116

Capítulo II
Os anarquistas e a “esquerda política” p. 125

2.1 O debate sobre a questão eleitoral entre os anarquistas p. 125

2.2 O Debate dos Anarquistas de São Paulo Sobre a Questão “Política” p. 137

2.3 Anarquistas x Bolcheviques p. 151

Capítulo III
Correntes Anarquistas p. 178

3.1 Existem as Correntes Anarquistas? p. 178

3.2 Do Mutualista Proudhon ao Anarquista Bakunin p. 186

3.3 As Principais Influências Teóricas dos Anarquistas Brasileiros p. 213

3.3.1 O anarquismo comunista de Kropotkin e Reclus p. 220

3.3.2 O anarquismo comunista de Malatesta p. 234

3.3.3 Sindicalismo Revolucionário e Anarco-Sindicalismo p. 238

Capítulo IV
Concepções Sindicais p. 257

4.1 O Anarco-Sindicalismo em São Paulo? p. 257

4.2 O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo? p. 261

4.3 A pluralidade de concepções entre os anarquistas partidários da ação sindical p. 266

4.4 Os Sindicatos: Elementos de Organização e Ação p. 297

Capítulo V
O Anarquismo Comunista e a Defesa da Síntese Anarquista p. 313

5.1 O anarquismo comunista conscientizador em São Paulo p. 313

5.1.1 Evolucionismo e Cientificismo p. 315

5.1.2 Conscientização p. 329

5.1.3 Anticlericalismo p. 346

5.1.4 Crítica ao Povo e Ênfase nas Minorias Conscientes p. 353

5.1.5 Moralismo e Crítica aos Costumes p. 361

5.1.6 A Intransigência e a Tenacidade Anarquista p. 375

5.2 Anarquismo Malatestiano e as Polêmicas Anti-Organizacionistas p. 387

5.3 A Grande Família p. 407

Conclusão p. 412

Fontes p. 424

Bibliografia p. 433

INTRODUÇÃO

O Anarquismo enquanto corrente político-social que marcou a sua presença nas lutas, principalmente do movimento operário, em São Paulo, tem sido objeto de pesquisas cada vez mais aprofundadas por parte da academia. No entanto, somente há pouco tempo é que começaram a surgir pesquisas que se detivessem sobre a experiência anarquista dos anos de 1920 e 1930 e ainda são poucas as específicas sobre o anarquismo deste período. Edgar Rodrigues, Raquel de Azevedo, Alexandre Samis, Carlo Romani[1], indicam um campo de pesquisa ainda pouco aprofundado e que necessita ser explorado.

A escolha deste tema se deve, em primeiro lugar, ao fato de que os estudos realizados em relação ao anarquismo são de interesse histórico e social relevante, uma vez que o anarquismo voltou a ser objeto de estudos cada vez mais aprofundados, enquanto preocupação social/transformadora, principalmente depois de maio de 1968[2] . Deve-se ressaltar, porém, que este

[1] Ver bibliografia no final da dissertação.

[2] "As lutas estudantis de 67 e 68 [século XX] explodiram após um período de 'calmaria', durante o qual a progressiva integração dos partidos operários do Ocidente ao modelo democrático burguês, paralelamente a persistência do domínio burocrático no Leste, parecia configurar cada vez mais nitidamente a dissociação entre socialismo e liberdade.
O alastrar-se repentino das lutas e experiências organizativas que fugiam completamente ao controle dos partidos já existentes trazia à superfície aspirações anti-capitalistas e anti-estatais de setores significativos da sociedade" PIOZZI, Patrizia. *Natureza e Artefacto: a ordem anárquica- Algumas considerações sobre a Gênese da idéia socialista libertária.* Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1991.
Conforme Hena Isabel MUELLER, "a partir de finais da década de 60 deste século [XX] começam a ter importância cada vez maior os movimentos sociais, ou seja, o movimento político que não se enquadra, necessariamente, dentro da lógica partidária, e que mantém sua energia exatamente pelo fato de não fazerem parte desta política. As mulheres se organizam (...) o movimento negro, exigindo igualdade de direitos e condições; os homossexuais reivindicando serem tido como iguais e buscando romper com a discriminação logo mais se juntam às mulheres, formando o que poderíamos chamar de um amplo coro de descontentes. (...) A modernidade, paradigma até então, começa a mostrar sinais de cansaço. (...) Qual a revolução desejada? Aquela que objetiva o poder, como meio para efetivá-la, ou aquela que questiona este mesmo poder, ao menos na forma em que ele se apresenta e que é a única existente até o momento, e traz à tona a possibilidade de lutarmos por revoluções moleculares que nos permitam viver um mundo melhor hoje, aqui e agora?" MUELLER, Hena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam- Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília.* Doutorado, FFLCH-USP, Departamento de História , São Paulo, 1989 pp.1e2.
O anarquismo predominante no Brasil, independente das correntes, buscava a transformação da sociedade como um todo como pressuposto da liberdade e transformações individuais ou de pequenos grupos, neste sentido a noção de " revoluções moleculares que nos permitam viver um mundo melhor hoje, aqui e agora", seria algo muito estranho para estes anarquistas. Claro está que nos referimos ao anarquismo predominante e não a casos como a colônia Cecília de Giovanni Rossi, espécie de comunitarismo anarquista ou pelas palavras de Rossi "anarquismo experimental".

não é o tipo de anarquismo que influenciou as lutas operárias do início do século XX em São Paulo. O anarquismo predominante em São Paulo e no mundo na primeira metade do século XX, conforme comprovamos, tinha um caráter muito mais social militante e amplo do que comportamental e/ou fragmentário.

Além disto, o estudo deste tema nos possibilitou adentrar a um aspecto desta questão ainda muito pouco aprofundada pela historiografia brasileira: as causas do declínio da influência da ação dos anarquistas na cidade de São Paulo durante o período por nós abordado.

No Brasil o anarquismo possuiu especial relevância nas duas primeiras décadas do século XX, impulsionando as lutas do incipiente proletariado urbano brasileiro.

Foi a força de trabalho imigrante que trouxe as primeiras práticas anarquistas ao Brasil e com ela as suas discussões internacionais. Discussões que acabaram transcorrendo durante toda a permanência e influência do anarquismo em São Paulo.

Porém, apesar da força demonstrada pelos anarquistas em São Paulo nos dois primeiros decênios do século XX, estes perderam progressiva e consideravelmente sua força durante as décadas de 1920 e 1930 e vários são os fatores apresentados por diversos autores para que esta vitalidade fosse sucumbindo.

Alguns destacam o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) como o principal determinante desta decadência, ou então a recusa da participação política e a ênfase no economicismo, ou ainda, mais ou menos dentro desta linha, a falta da teoria que levasse os anarquistas a possuírem a consciência verdadeira para dar conta da formulação de um projeto que possibilitasse a transformação da totalidade e não só se limitasse à parcialidade sindical. Ou seja, os anarquistas não possuiriam a teoria marxista. Também encontramos a tese de que a Revolução Russa influenciou decisivamente a busca de novas alternativas de luta que ultrapassassem os limites impostos pelas teorias anarquistas.

Outros apontam o endurecimento da repressão contra os anarquistas, principalmente durante o governo de Arthur Bernardes, ou então após 1935 depois do levante comunista de novembro.

Há os que indicam o fato de que o anarquismo não possui relevância em sociedades industriais caracterizando uma forma de organização que corresponderia à infância do movimento operário, sendo prática própria de épocas nas quais predominam formas artesanais e manufatureiras de produção e não a centralização industrial.

Alguns defendem a tese de que o desenvolvimento industrial aliado à centralização da resolução sobre as questões trabalhistas mudou qualitativamente as formas de organização operária e outros ainda apontam a intervenção do Estado com a criação da legislação trabalhista, aliada à mudança da composição étnica do proletariado e a oficialização dos sindicatos como fator preponderante para o declínio do anarquismo em São Paulo.

Estes podem ser considerados como fatores do contexto econômico, político e social, e fatores ideológicos de análise da decadência do anarquismo no Brasil e especificamente em São Paulo, centro de nossas preocupações.

Segundo nossas conclusões, dos fatores do contexto econômico, político e social poderíamos dizer que estes respondem parcialmente os motivos da decadência, na medida em que alguns acontecimentos e conjunturas constituem sérios óbices para a permanência da atuação dos anarquistas e que certos contextos determinam, não mecanicamente, a escolha de algumas opções por parte dos anarquistas. Por este motivo, algumas das nossas conclusões acabam por retomar aspectos já evidenciados por outros autores.

Mas, as pesquisas que priorizam os fatores acima aludidos, não se preocupam com as alternativas que os anarquistas tentaram implantar, para se posicionar em relação às modificações que foram ocorrendo no decorrer das décadas de 1920 e 1930, afinal, os anarquistas enquanto protagonistas do processo de lutas sociais em São Paulo, não perderam sua influência apenas por motivos que ocorriam "fora" de suas fileiras.

Sobre as pesquisas que possuem como base fatores ideológicos de análise, podemos considerar que se baseiam em teorias pré-concebidas não se atendo ao desenvolvimento concreto da luta de classes e suas dificuldades, onde podemos verificar ou não a validade destas abordagens que consideramos suposições teóricas mais ou menos difundidas pelos meios militantes e acadêmicos, e que se confirmam ou não dependendo dos resultados da pesquisa. Aqui nos referimos especificamente às teorias que apontam o anarquismo como movimento correspondente à infância do movimento operário, sem proceder a maiores análises ou explicações, ou então, aos que se limitam a apontar, como já dissemos, a insuficiência de sua teoria, a recusa da luta política, etc., estudos estes que tentam apontar as causas do declínio da influência anarquista nas suas próprias fileiras, porém, sem proceder a pesquisas empíricas consistentes, limitando-se a repetir jargões “revolucionários”.

O centro de nossa preocupação está em buscar as razões do declínio da influência dos anarquistas a partir da análise de suas próprias discussões e dos fatores que foram analisados como expressão de falhas e insuficiências.

Desta forma, algumas das conclusões que desenvolvemos ao longo da pesquisa apontam elementos que indicam como causas para o declínio da influência dos anarquistas em São Paulo, fatores evidenciados por outros autores através de outra perspectiva de análise. Por exemplo, apontamos ao longo da pesquisa que as diferentes correntes anarquistas se preocuparam, na maioria das vezes, em manter intactos seus princípios ideológicos sem proceder a análises da realidade para formular seu projeto político para a transformação da realidade no país, neste sentido, poderíamos corroborar simplesmente as teses que apontam a insuficiência teórica dos anarquistas e tudo estaria resolvido.

Porém, optamos por fazer um caminho distinto deste. Realizamos a pesquisa da realidade na qual estes anarquistas estavam inseridos e que os levaram a formulação de determinadas proposições, que não são absolutamente alheias a esta realidade. Além disso, fizemos, o que para nós é um dos principais problemas da maior parte da historiografia brasileira, uma

análise das correntes anarquistas que deitaram raízes no Brasil, demonstrando o seu vínculo com o contexto social, mas apontando como os elementos das teorias destas correntes foram fundamentais para que estes militantes se agarrassem aos seus princípios ideológicos nos momentos cruciais nos quais era necessária a análise da realidade concreta do país e não a abstração principista.

Assim, podemos dizer que algumas das conclusões que estabelecemos apontam elementos explicitados por outros autores. Porém entendemos que os elementos por nós resgatados são trabalhados por outra perspectiva, e se parte de nossas conclusões são semelhantes isto se deu através de uma longa pesquisa que procurou esmiuçar as concepções anarquistas presentes em São Paulo e não simplesmente nos limitando a repetir elementos ideológicos e políticos que buscam desligitimar esta corrente política.

Por outro lado, buscamos deixar claro que o declínio da influência dos anarquistas em São Paulo, teve relação com determinadas correntes anarquistas e não com uma insuficiência geral dos anarquistas. Nos referimos aqui principalmente ao anarquismo comunista e as diferentes correntes dos anarquistas partidários da ação sindical. Elementos do bakuninismo por exemplo, como apontaremos ao longo do texto, poderiam ter conformado outro quadro para o anarquismo brasileiro, mas não estavam presentes entre as concepções dos anarquistas do país.

Neste sentido, não nos propomos a pesquisar a história do movimento operário, mas sim a da liderança anarquista, enquanto grupo defensor de um projeto para a transformação da sociedade e portador de uma visão de mundo específica.

Não pretendemos também buscar no passado exemplos de luta a ser seguido, muito menos consertar a história, imaginando o que poderia ter ocorrido se os acontecimentos tivessem caminhado para outro rumo, algo tentador para quem se propõe a fazer a pesquisa sobre os motivos do declínio da influência de certos grupos sociais.[3] Portanto, não pretendemos reabilitar

[3] HOBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 24-26

determinada corrente do anarquismo demonstrando a inviabilidade de outras, que fique claro. Podemos realizar deduções sobre o que teria acontecido caso elementos de outras correntes do anarquismo estivessem presentes entre os militantes de São Paulo, mas estes elementos confrontados com a realidade concreta brasileira também poderiam demonstrar outros fatores, problemas e posicionamentos que não garantiriam a permanência da influência dos anarquistas nesta cidade. Assim, não ficamos no campo do "se", nos limitamos ao que nossa pesquisa pôde apontar sobre a realidade por nós estudada.

Pelos motivos expostos acima consideramos necessário para a realização da pesquisa, situar, além dos fatores internos que circundam as ações destes agentes sociais, a discussão das estratégias e concepções anarquistas elaboradas em outros países e contextos históricos e como elas foram apreendidas, de acordo com as questões postuladas pela própria realidade de São Paulo e do Brasil, pelos anarquistas paulistas, por vezes as reelaborando, por outras as repetindo mais ou menos mecanicamente.

Isto é importante já que o anarquismo em São Paulo refletiu concepções, estratégias e formas de organização do movimento anarquista internacional, sendo bastante influenciado pelos escritores anarquistas franceses, italianos, e pelo russo Kropotkin, anarquista comunista que viveu entre o fim do século XIX e início do XX, sendo o principal expoente das teorias anarquistas deste período, como se verifica no caso da adoção de concepções evolucionistas, cientificistas, na ênfase da conscientização, na formação do homem moral e no voluntarismo anarco-comunista, ou então na questão da neutralidade política dos sindicatos, presente tanto nos anarquistas comunistas seguidores do anarquista italiano Malatesta, uma das maiores referências do anarquismo mundial do mesmo período, quanto nos sindicalistas revolucionários, cujas teses foram defendidas pela Confederação Operária Brasileira (COB), nos seus três congressos, ou até mesmo no anarco-sindicalismo minoritário, existente, por exemplo, na cidade de Santos.

Neste sentido, uma das questões que nos propomos resolver, com a preocupação de situar alguns dos fatores do declínio da influência dos anarquistas, é como as concepções anarquistas pensadas internacionalmente

e refletidas localmente, puderam dar conta de responder às exigências do movimento operário e do movimento revolucionário que poderia se estabelecer no Brasil, ou então, em que medida foi este um dos fatores que apontou o declínio da influência dos anarquistas diante de novas conjunturas apresentadas em solo paulista e nacional.

Escolhemos o período de 1920 a 1935 porque é aí que se dá a decadência da influência dos anarquistas e a análise de sua atuação nos requereu estudar os principais aspectos das circunstâncias nas quais estavam incursos, o que fizemos a partir da retomada de seus posicionamentos sobre alguns dos acontecimentos marcantes da época, mais especificamente o movimento tenentista, “Revolução” de 1930, a “Revolução Constitucionalista” de 1932, as leis de repressão, o Estado de Sítio de Bernardes, a Lei de Segurança Nacional, a legislação trabalhista, a relação com a Aliança Nacional Libertadora, etc.. Este enfoque nos forneceu indícios sobre a correspondência das práticas e teorias anarquistas com a realidade política de São Paulo e do país, onde estavam sendo esboçadas as modificações da estrutura econômica que culminaram no advento da predominância da economia urbano-industrial.

Após este período as fontes que pesquisamos mostram, corroborando os autores, que as referências à atuação mais consistente por parte dos anarquistas já não existem, restando apenas registros de atuações esparsas e sem maior importância social.

Apontamos em nossa pesquisa o ano de 1934 como uma referência para situar o declínio da influência anarquista sobre a realidade de São Paulo. Após este ano a ação anarquista continuou, como ainda continua até hoje, porém sem poder de interferir decisivamente na realidade.

A bibliografia que encontramos é relativamente extensa, mas aborda os anarquistas sob aspectos distintos dos que situamos, embora, como dissemos, algumas das suas conclusões são retomadas por nosso estudo. As primeiras reflexões se encontram no interior dos estudos sobre o movimento operário no Brasil e são textos de antigos militantes, não se caracterizando, portanto, como de cunho acadêmico.

Dentre elas, podemos citar, por um lado, as obras de Hermínio Linhares, Astrojildo Pereira, Jover Telles, José Antonio Segatto, ou então as memórias de Everardo Dias , Tito Batini e Heitor Ferreira Lima[4]. O ponto comum dentre elas é a divisão da história operária em dois marcos fundamentais, o primeiro, antes de 1922, seria composto por dirigentes inconscientes, pela classe inexperiente, o segundo, depois de 1922, é o início da fase consciente da classe operária na qual o partido e/ou os indivíduos do partido possuem uma consciência revolucionária.

> "Essa produção possui certos traços característicos, tanto no Brasil como em outros países, tais como: o estilo hagiográfico; a já mencionada política legitimadora do papel e das políticas das organizações ou dos indivíduos de que trata; a criação de uma cronologia própria; e a concepção teleológica da história."[5].

Astrojildo Pereira, por exemplo, retoma em sua análise da formação do PCB o período de 1917-1920, se reportando às grandes manifestações operárias, refletidas nas greves de massas, que ocorriam neste período.

Para ele, todos os movimentos do período possuíam um caráter reivindicativo, com exceção da tentativa de insurreição comandada pelos anarquistas no Rio de Janeiro em 1918, inclusive por ele próprio. Mas, afirmava, uma questão que embalava todas estas manifestações operárias era a influência da Revolução Russa, que havia estimulado a combatividade da classe operária. Fatores como a situação econômica do país, acabavam sendo transformados em elementos secundários de forma ideológica, em favor do evento relacionado com a história do Partido.

Estas greves e agitações de massa do período teriam revelado a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo, que segundo Pereira,

---

[4] LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977; PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB.* Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962; TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962; SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB.* São Paulo, Ciências Humanas, 1981; DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* 2 ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1977; BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, Editora Unicamp, 1991; LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância.* São Paulo, Brasiliense, 1982.

[5] BATALHA, Cláudio H. M. "A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências". In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo/Bragança Paulista, Contexto/USF, 1998.

poderia ter se aproveitado da conjuntura favorável existente naqueles anos para realizar transformações radicais da ordem política e social dominante. Neste sentido,

> "A constatação deste fato, resultante de um processo espontâneo e a bem dizer instintivo de autocrítica que se acentuou principalmente durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, é que levou diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a fundação do Partido Comunista.
> A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro."[6]

Claro está que estas são produções ideológicas e por este caráter fundamental não explicam consistentemente as razões do declínio da influência dos anarquistas no movimento operário e na resolução dos problemas sociais de São Paulo, buscando apenas fornecer a base ideológica necessária para a exaltação do papel do Partido.

Por outro lado temos as obras dos próprios militantes anarquistas. Se na visão dos comunistas o período pré-1922 foi o período da infância do movimento operário, na visão dos anarquistas estes foram áureos tempos, da classe consciente e revolucionária contra o reformismo que tomou conta do movimento sindical e das lutas sociais da década de 1920 em diante. Estes textos são bastante apologéticos e pouco questionadores e críticos[7].

Tanto os textos dos militantes comunistas quanto os textos dos anarquistas serviram para resgatarmos valiosas indicações de pesquisas dadas as referências sobre acontecimentos, nomes, etc., que apontaram a pesquisa em arquivos, jornais e documentos.

---

[6] PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 61

[7] O principal autor anarquista deste gênero é RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969; *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972; *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1976; *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979; *Trabalho e Conflito*. Rio de Janeiro, Arte moderna, s/d; *Os Anarquistas: Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo, Global editora, 1984; *Os Libertários*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988; *Os Companheiros-1* . Rio de Janeiro, VJR, 1994. Alguns incluem o livro de LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo- Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963, porém devemos ressaltar que este é um livro de propaganda e uma coletânea de artigos de militantes anarquistas e de jornais como "A Plebe".

Na década de 1960 começam a surgir os primeiros estudos acadêmicos sobre o tema, realizados por sociólogos que seguem, de certa forma, uma orientação "marxista", tentando se desvencilhar das questões ideológicas.

Dentre os autores desta linha podemos destacar Leôncio Martins Rodrigues com seu texto *Conflito Social e Sindicalismo no Brasil*[8] , no qual focaliza a mudança da relação do Estado com o movimento operário. Segundo ele, o Estado de liberal passa a ter uma postura mais intervencionista, somando-se a isso uma mudança na composição étnica da classe no interior da qual o imigrante vai cedendo lugar para o migrante brasileiro de áreas não industriais que mantém uma consciência de seu modo de vida anterior e que busca na cidade uma melhoria individual da sua condição de vida, não tendo no sindicato um lugar onde possa desenvolver suas lutas coletivas já que esta não é sua perspectiva, que se assenta no progresso individual, sendo que estes fatores levam o Estado a ter uma postura de real protagonista na história sindical.

José Albertino Rodrigues com o seu *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*[9]*,* manteve traços deste paradigma e realizou uma reflexão empírica e histórica sobre o papel dos sindicatos, centrando seu foco na análise do sindicato da era Vargas, da legislação trabalhista, etc.

Este enfoque no caso específico de nosso objeto de estudo, não serve para responder as nossas inquietações. É certo que levanta algumas questões como o papel da composição étnica da classe operária como determinante de suas formas de organização, o papel da legislação trabalhista na incorporação do sindicato a estrutura oficial do Estado, a industrialização como determinante de formas de organização sindical, porém não analisa o papel dos anarquistas como protagonistas da sua própria história e da história da classe operária brasileira.

Para Azis Simão em seu *Sindicato e Estado,* a classe constrói suas possibilidades de organização e luta de acordo com as condições materiais pré-existentes, assim, as greves acontecem em momentos de maior expansão

[8] RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
[9] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São paulo, Difel, 1967.

econômica, os sindicatos possuem maior autonomia quando a industrialização e a questão da legislação social são mais dispersas, sendo que com o passar do tempo e o aumento das lutas dos trabalhadores

> "ao invés de soluções precárias e dispersas, nas áreas das empresas isoladas, a relativa concentração dos problemas de trabalho conduziu a uma centralização das vias de sua solvência. Neste processo, rompeu-se o privatismo das gestões econômicas e a ordem pública interpenetrou com a ordem privada nas relações de produção.
> Naqueles anos cruciais de mudança econômico-social, em que a indústria começava a ascender, o sindicato, o Estado e o patronato também iniciavam a elaboração de novas vias institucionais de suas recíprocas relações. Isto incluiu um processo de mudança do próprio movimento operário, de um modo geral, e do sindicato, em particular."[10]

Aqui nos cabe perguntar: o atrelamento do sindicato ao Estado foi resultado de uma derrota política e estratégica dos militantes partidários da ação sindical ou foi o resultado inevitável da complexificação do processo industrial e das relações trabalhistas? Certo é que não negamos que o movimento operário em geral e os anarquistas em particular atuam sobre as condições dadas, mas existe um viés fundamental da análise que precisamos fazer, quais foram as alternativas propostas e previstas pelos anarquistas para enfrentar tal situação? Em que medida estas propostas e a sua atuação levaram as suas derrotas? Não seria possível uma adaptação diante das novas condições e será que não houve propostas marginais entre os anarquistas que visavam enfrentar a nova realidade? Estas são questões que precisam ser respondidas até mesmo para referendar a conclusão do autor.

Poderíamos questionar ainda porque os anarquistas mantiveram o centro da sua atuação na cidade de São Paulo, justamente o pólo mais desenvolvido da economia na década de 1930 e não em outros lugares com a indústria mais incipiente ou mais próxima do artesanato?

Segundo vários autores e o próprio Azis Simão "No qüinqüênio de 1930-1935 (...) A Federação Operária de São Paulo, mantendo sua antiga orientação, constituía-se de muitos antigos sindicatos, particularmente na

[10] SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado.* São Paulo, Ática, 1981, p. 87.

capital"[11] ou então Ricardo Antunes sobre os anarquistas partidários da ação sindical "sua penetração é (...) ainda marcante e entre os anos 1930 e 1934 parece ser a maior força dentro do movimento sindical"[12]

Para vários autores que constatam a presença significativa dos anarquistas nos primeiros anos da década de 1930 em São Paulo, o que levou a derrota final destes foi a intensa repressão que se seguiu sobre o movimento operário após o levante comunista de 1935, e se é certo que a intervenção do Estado e o processo de industrialização mudaram o cenário de atuação dos anarquistas, também é que boa parte das greves das classes trabalhadoras em São Paulo, no período, foram protagonizadas e lideradas por anarquistas, o que demonstra que se os mesmos não se mantiveram hegemônicos durante todo este período, conservavam, pelo menos, uma parte significativa dos trabalhadores sob sua influência[13].

Outro texto referente à atuação dos anarquistas no período é o de John Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935*). Nesta obra, o autor trabalha de forma cronológica com dados que eram, em grande medida, inéditos, descrevendo a evolução dos movimentos anarquista e comunista no Brasil sem maiores preocupações críticas e científicas. Nos primeiros anos da década de 1920 parece nos passar o fim quase súbito da influência anarquista, com breves citações nos momentos posteriores, e o crescimento do PCB, que inauguraria uma nova fase do movimento operário.[14]

Boris Koval em seu *História do proletariado brasileiro:1857 a 1967*, faz uma análise bastante ideológica do movimento operário e da atuação dos anarquistas no Brasil, segundo ele

> "a afirmação da ideologia do anarco-sindicalismo no movimento operário do Brasil tinha uma série de causas. Antes de mais nada deve-se falar do atraso econômico geral do país, o subdesenvolvimento do capitalismo e também o alto peso específico das camadas pequeno-burguesas da população, incluindo os artífices e outros similares. Como já

[11] SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado.* São Paulo, Ática, 1981, p. 170
[12] ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.
[13] AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.., ver tabelas de greves do período no anexo.
[14] DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935*). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

> eram justamente esses grupos que cercavam por todos os lados o jovem proletariado, sua ideologia pequeno- burguesa exercia enorme influência sobre a psicologia e ânimo dos operários"[15]

Koval se insere na linhagem dos pesquisadores que vão apontar a insuficiência do anarquismo com a sua recusa a participar da luta política, entendendo a luta política como ação partidária de tipo bolchevique e eleitoral.

Para Edgar Carone "é só quando a idéia do Socialismo, isto é, da totalidade, vence a do Sindicalismo, isto é, da particularidade, que o proletariado europeu desenvolve suas agremiações", assim, a gradual passagem de certos elementos anarquistas ao comunismo bolchevista, prova de superação das concepções passadas, vai provocar "forte abalo nos libertários e no movimento operário brasileiro", além do que, para Carone, os anarquistas foram na verdade uma corrente minoritária nos sindicatos brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX, e se alcançaram alguma proeminência foi por causa de seu radicalismo, e também pelo "fato do marxismo criticar constantemente o anarquismo, razão que o torna tema constante, no passado e presente, e que faz com que aparenta ser numericamente hegemônico" [16].

Estas questões sobre a influência do stalinismo ou do marxismo, ou da conjuntura russa, já foram pesquisadas e debatidas por outros autores. Outro ponto é que os anarquistas partidários da ação sindical também tinham como objetivo transformar a totalidade, porém sua estratégia foi diferente[17], era uma outra forma de se fazer política. Sobre a predominância dos anarquistas nos

---

[15] KOVAL, Bóris. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo, Alfa-ômega, 1982, p.100 posição que é desmentida por pesquisas empíricas: "a composição da classe operária não estava simplesmente marcada por esta massa de pequenos e médios estabelecimentos de tipo artesanal e manufatureiro. A produção da indústria nascente era fundamentalmente, segundo pesquisas recentes, de um pequeno número de fábricas, onde a concentração da mão de obra era maior" PINHEIRO, Paulo Sérgio. "*Trabalho Industrial no Brasil*". In: *Estudos Cebrap,* nº 14, São Paulo, Brasiliense, 1975, p.125;

[16] CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo, Difel, 1979 pp. 08, 19 e 20

[17] Segundo Yara Khoury para os bolcheviques os libertários ao recusar a participação na "política burguesa, a participar do regime instituído, da tomada do poder do Estado, como transição para a Revolução Socialista, não tem mais uma ação eficaz no movimento. Considerando ser essa a verdadeira prática política revolucionária procuram desvalorizar as propostas anarquistas em favor de seus projetos" KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária- Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

sindicatos brasileiros temos teses que relativizam esta predominância e outras que a enfatizam[18].

Seguindo a nossa análise temos o livro de Ricardo Antunes, *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*. A preocupação do autor é entender em que medida a classe operária conseguiu entender a realidade social e oferecer uma alternativa transformadora e revolucionária para toda a sociedade, buscando, para isso, manifestações da consciência verdadeira, ou seja, aquela que faz a análise da realidade e estabelece projetos políticos de acordo com a base teórica do marxismo[19]. A conclusão que o autor chega, inclusive sobre a atuação dos anarquistas, é que estes se limitaram a luta para resolver as questões econômicas, faltou um condutor político que lhe permitisse a apreensão da totalidade. Os anarquistas ficaram no limite da falsa consciência.

Bóris Fausto procura analisar, em seu *Trabalho urbano e conflito social,* as condições materiais de existência e a mentalidade coletiva dos trabalhadores urbanos. Fausto analisa o desenvolvimento das lutas operárias de 1890 a 1920, sentenciando que a falta de compreensão dos anarquistas acerca do papel do Estado e a não valorização da esfera política, além, do aumento do nacionalismo no país, do surgimento da alternativa comunista, da mudança da composição social da classe operária e o advento do intervencionismo estatal, foram os responsáveis pelo declínio da influência anarquista no país.[20]

---

[18] Sobre a não predominância do anarquismo no movimento sindical da Primeira República ver: BATALHA, Claudio H. de Moraes. "Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*, 1990, São Paulo, 1990.

[19] ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil- Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. Cortez, São Paulo, 1982.., p.22.

[20] O declínio do anarquismo "teve como ponto básico a conjuntura de 1917-1920. Ao menos no caso brasileiro, os anarquistas fizeram naqueles anos seu grande teste político (...) Quando de algum modo a presença operária ressurgir na cena política, logo após a Revolução de 1930, o padrão de sociedade se alteraria bastante, tudo concorrendo para que o anarquismo desaparecesse em definitivo como força social: radicalização de setores da classe média com conteúdo nacionalista-popular, exercendo atração nos meios operários, prestígio da União Soviética, alteração na composição da classe operária, mudança de comportamento do Estado" pp.70-71.

"A negativa em reconhecer a instância política como um nível específico da estrutura social conduz os anarquistas a ignorar a questão do Estado e a combinação de duas formas de luta- a econômica e a política"p.246

"Do ponto de vista organizatório, a óbvia correspondência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses (...) Aí se atualizam (na

Silvia Magnani faz análise do anarquismo em São Paulo de 1906 a 1917, avaliando que a teoria dos anarquistas partia da realidade nacional e estava de acordo com o contexto político da época. Avalia que o sucesso da penetração do anarquismo em São Paulo se deu devido ao fato de que

> "a organização estatal republicana, ao impedir a participação política dos setores não oligárquicos (...) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do anarquismo no interior do nascente movimento operário; e impediu o desenvolvimento do socialismo, cujas proposições pressupunham uma participação na política burguesa"[21]

Conforme Silvia Ingrid Lang, já a partir de 1917 sob influência da Revolução Russa "as lideranças operárias passaram a discutir o caráter do Estado e da política burguesa (...) e a necessidade ou não da tomada do poder político pela revolução proletária" levando-nos a entender que este fator somado ao fato da abertura de canais de participação institucionais foram os determinantes para o declínio da atuação anarquista.[22]

Já Hardman e Leonardi analisam a hegemonia dos anarquistas de acordo com a fragilidade dos reformistas, para eles isto se devia ao fato de que as propostas

> "reformistas encontravam, na Europa, uma base social sobre a qual se apoiar: uma camada de privilegiados surgido no interior do próprio proletariado(...) Ora, aqui no Brasil nunca houve 'aristocracia operária'; pelo contrário, nosso proletariado sempre foi duplamente explorado: pelo imperialismo e pela sua própria burguesia. Sem essa base social, o reformismo não podia se desenvolver aqui, como fizera na Europa"[23]

---

conjuntura 1917-1920) as debilidades de uma teoria, as quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas" p.247 FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

[21] MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo 1906-1917*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 50

[22] Ibid.,,. p. 12 . Resta-nos observar que a discussão sobre a participação na política burguesa ou sobre a constituição de um partido político foi uma constante no movimento operário brasileiro.

[23] HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982, p. 260.

Além disso, o fato de que no país não havia as liberdades democráticas facilitou o desenvolvimento das lutas anarquistas[24]. Já o seu declínio tem como base

> "a recusa em considerar a organização partidária do proletariado para a luta *política* contra o Estado; a negativa de organizar a classe em *partido* próprio; o apego à chamada 'resistência anticapitalista', que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; enfim, todos esses aspectos da teoria e prática dos anarco-sindicalistas revelaram o impasse em que se encontrava o movimento operário no Brasil , neste final dos anos dez."[25]

Zélia Lopes da Silva nos demonstra que os anarquistas partidários da ação sindical estão no comando da luta contra o início da gestão do Estado no mercado de trabalho. Estas lutas foram mais ferrenhas até 1932. O declínio da influência dos anarquistas se dá depois das derrotas das greves operárias de maio deste mesmo ano quando os comunistas começam a aceitar o enquadramento dos sindicatos do Estado com a perspectiva de transformá-los internamente[26], sendo que o Estado utiliza ou a "persuasão acenando leis de amparo ao trabalhador" ou a "força quando aquela se mostra insuficiente" para levar a cabo seu projeto de domesticação.[27]

Ângela Castro Gomes vai analisar a questão do trabalhismo afirmando que este encontrou uma certa auto-imagem construída por parte dos trabalhadores, como a valorização do trabalho ou o predomínio de algumas correntes reformistas no Rio de Janeiro, que possibilitou a sua implementação[28]. Para Gomes, a razão fundamental do declínio das propostas

---

[24] HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982., p. 332.

[25] Ibid., p. 351 e "Falar do movimento operário nos anos 20 é falar, (...) de um certo declínio na hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário (tanto em função da crise política aberta com a fundação de um partido comunista a partir de quadros egressos daquela tendência; quanto em função da própria repressão que atingiu diretamente as lideranças libertárias, após a revolução de 1924, em São Paulo)" p. 355 Nesta avaliação andam juntos os fatores da falta do Partido Operário e a repressão como determinantes do declínio da influência anarquista.

[26] SILVA, Zélia Lopes da . *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

[27] Ibid., p.125

[28] "A hipótese deste trabalho é que o sucesso do projeto político estatal- de 'trabalhismo'- pode ser explicado pelo fato de ter tomado o discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de os Ter investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica

anarquistas "não teve (...) como base o fracasso da militância anarquista nos sindicatos, mas sua expulsão e eliminação por forças policiais com amplo respaldo político e social"[29], num contexto de desenvolvimento do nacionalismo no país.

O texto de Raquel de Azevedo*, A resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade*[30] estuda um período semelhante ao por nós pesquisado, 1927-1937, focalizando, sobretudo, a questão da continuidade da atuação dos anarquistas em São Paulo neste período. Para isso, os anarquistas procuraram construir uma auto-imagem que defendesse a sua atuação, enfatizavam os áureos tempos em que os anarquistas realizavam as lutas mais ferrenhas do movimento sindical, as suas proposições como as justas na sociedade, contra a desordem capitalista, a violência policial, o autoritarismo bolchevique. Neste sentido, a resistência anarquista passava pela construção desta auto-imagem legitimadora, uma vez que neste momento os anarquistas eram atacados pelas correntes antagônicas, pela grande imprensa que criava a imagem do anarquista agitador e violento, etc.

A autora faz, em seu texto, uma análise panorâmica sobre vários pontos interessantes, como as disputas entre as correntes anarquistas, entre os anarquistas e as correntes antagônicas, sobre a legislação trabalhista, o papel das greves, etc. Neste texto encontramos um levantamento das greves do período que nos auxiliou em nossa pesquisa. Além disso, a autora também faz uma análise da historiografia sobre o anarquismo no Brasil procurando mostrar os vários posicionamentos sobre os fatores do declínio da atuação dos anarquistas.

O livro de Toledo, *Travessias Revolucionárias*[31], foi um material interessante para que debatêssemos a existência ou não do anarco-

---

simbólica, que representava esses benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores." GOMES, Ângela Castro. A Invenção do Trabalhismo. São Paulo, Vértice, 1988, p. 23

[29] Ibid., p. 140.

[30] AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937) mestrado, história, FFLCH, USP, 1996

[31] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004. um resumo deste texto encontra-se no livro: TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário- Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

sindicalismo em São Paulo. A autora sustenta a tese, acertada, diga-se de passagem, que nem mesmo a Confederação Operária Brasileira foi anarco-sindicalista, sustentando na verdade teses sindicalistas revolucionárias, dois termos que designam coisas distintas não podendo ser considerados como sinônimos.

Outros trabalhos foram analisados, mas serão citados de forma breve, para não nos alongarmos mais neste ponto, ou então devido ao fato de que deles o que discutimos são aspectos secundários da nossa pesquisa.

Outro texto de Edilene Toledo, *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século vai* se centrar na experiência do grupo editor do jornal *O Amigo do Povo*, grupo anarco-comunista, no primeiro qüinqüênio do século XX. [32]

Cláudio Batalha em seu texto, *Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República,* tenta demonstrar que apesar da historiografia sobre o movimento operário nesta fase ser quase unânime em apontar a predominância dos anarquistas, o que existia de fato era a predominância do sindicalismo reformista, que aglutinaria tendências díspares e conflitantes muitas das vezes, mas que possuíam alguns traços em comum, como utilizar a greve como último recurso, apelar para serviços de intermediários (advogados, políticos, representantes dos poderes públicos), etc.[33] Neste caso, nos cabe perguntar qual é o critério que deveríamos utilizar para estabelecer a predominância de uma corrente no movimento dos trabalhadores, se o seu maior número ou a sua ação mais constante, pública e as preocupações que traz as autoridades, por exemplo?

Já o texto de Ivani Ribeiro da Silva que trata do *Movimento Operário em Santos no início do século XX*, possui uma série de afirmações que precisariam ser mais bem fundamentadas como por exemplo: "A Revolução Russa foi recebida, principalmente pelos anarquistas, como um fato que levaria a classe operária a derrubar o poder. A partir deste momento o proletariado brasileiro

[32] TOLEDO, Edilene *T.O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista nos primeiros anos deste século*; mestrado, IFCH, UNICAMP, 1993.
[33] BATALHA, Claudio H. de Moraes. "Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*, 1990, São Paulo, 1990 pp.120-121.

ligado ao anarco-sindicalismo deixa as manifestações reivindicatórias para iniciar um período de insurreições"[34]. Qual é o período de insurreições de que ela está falando? Será que foi a única tentativa insurrecional do Rio de Janeiro em 1918? Esta, porém, não é a única afirmação duvidosa do texto.

Maram pesquisa o anarquismo, os imigrantes e o movimento operário em São Paulo. Aponta acertadamente que a principal causa do declínio da influência dos anarquistas não foi a de serem representantes de uma fase artesanal da evolução capitalista quando as forças produtivas não estavam ainda desenvolvidas. Por outro lado, incorre na avaliação de que o anarquismo deve seu declínio ao surgimento do marxismo no Brasil, que depois da Revolução Russa pôde receber o amparo psicológico e material dos russos, sendo que os anarquistas não tiveram este privilégio.[35]

Sferra aponta as principais divergências entre as correntes anarquistas no começo do século XX apontando para a existência de duas correntes, a anarco-sindicalista e a anarco-comunista. Diz que enquanto a primeira valorizava mais o aspecto organizativo dos trabalhadores a segunda valorizava mais o trabalho de propaganda e conscientização.[36]

Oscar Farinha Neto, analisando a atuação dos anarquistas no Rio de Janeiro através dos seus organismos federativos, afirma que o principal motivo para o declínio dos anarquistas foi a fundação do PCB, que fez com que os bolcheviques passassem a disputar os sindicatos com os anarquistas, resultando na divisão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro em duas federações rivais.[37]

Lopreato estuda a Greve Geral de 1917. Para a autora, a greve não foi simplesmente resultado da ação espontânea das massas, e os anarquistas não foram a reboque dos acontecimentos. Segundo ela, tanto os anarquistas partidários da ação sindical quanto os anarquistas comunistas buscavam chegar a acordos que possibilitassem tornar mais agudas as lutas em São

[34] SILVA, Ivani Ribeiro da. O movimento operário de Santos no início do século XX- O jornal como fonte documental histórica. Mestrado, ECA-USP, São Paulo, 1992, p.58.
[35] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
[36] SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo, Ática, 1987.

Paulo, neste sentido, a liderança anarquista jogou um papel relevante na preparação dos eventos e formas organizativas anteriores que possibilitaram a eclosão da greve de 1917.[38]

Paulo Alves é outro defensor de que a organização do PCB, que se opôs aos anarquistas e anarco-sindicalistas segundo o autor, marcou o início da crise dos anarquistas que passaram a perder terreno para o PCB, que logo após a sua fundação teria passado a atuar nas organizações operárias subtraindo pouco a pouco dos anarquistas o controle que estes exerciam sobre as organizações operárias.[39]

Maria Conceição Góes pesquisa *a Formação da Classe Trabalhadora, movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Aqui também encontramos a tese de que a abstenção anarquista da participação na política burguesa levou ao declínio da sua influência, em parte devido a competição com o Partido Republicano Operário do Rio de Janeiro que participou do Congresso Operário organizado por Mário Hermes da Fonseca em 1912.[40]

Helena Isabel Mueller[41], assim como Isabelle Felici, estudam a colônia de Cecília de Giovanni Rossi. Textos que são referências para se estudar a questão do anarquismo experimental como apoio, não nos interessando diretamente.

Temos também alguns textos biográficos que nos interessam na medida em que trabalham com questões e polêmicas que perpassavam as discussões dos anarquistas no período que estamos estudando. Dentre eles, temos o texto

---

[37] NETO, Oscar Farinha. *Atuação Libertária no Brasil- A Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2001.

[38] LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A Semana Trágica- A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Museu da Imigração, 1997. e LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

[39] ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e O Estado: Suas Relações No Contexto Capitalista Da Primeira República (1906-1922*). mestrado, história, PUC-SP. orientador: Antonio Carlos Bernardo, 1981

[40] GÓES, Maria Conceição Pinto de. A Formação da Classe Trabalhadora- Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911, Rio de Janeiro, Jorge Zahar,1988

[41] MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam- Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília.* Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1989 e FELICI, Isabelle. "Averdadeira história da colônia Cecília de Giovanni Rossi. In: Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 09-61.

de Rogério Nascimento sobre Florentino de Carvalho[42], o texto Carlo Romani sobre Oreste Ristori[43] e o de Yara Aun Khoury sobre Edgard Leuenroth[44].

Sobre a questão educacional, estratégia que agradava e muito aos anarco-comunistas, temos o texto de Luizetto[45], que traça um quadro da evolução das idéias anarquistas referentes as bases do anarco-comunismo baseado em textos do historiador anarquista Max Netlau[46] e também o texto de Silvio Gallo.[47] Além disso, temos vários outros textos que, como estes dois, utilizamos apenas restritamente por não abordarem e o centro das nossas preocupações.

Outros textos são o de Alexandre Samis[48] e Carlo Romani[49], sobre a Clevelândia, colônia penal na divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa, para onde eram mandados os presos políticos brasileiros na década de 1920 e alguns presos comuns também. E o de Jardel Dias Cavalcanti[50], que vai analisar a questão da moral para os anarquistas, seus posicionamentos a respeito da prostituição, do alcoolismo, da questão da mulher, dos jogos, etc., numa visão que não contextualiza as questões políticas inerentes aos posicionamentos destes anarquistas, se limitando muitas vezes a confirmar a tese segundo a qual os anarquistas seriam reacionários moralistas em alguns dos seus posicionamentos.

---

[42] NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista.* Rio de Janeiro, Achiamé, 2000.

[43] ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Mestrado. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998.

[44] KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária- Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas.* Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1989. Sobre a decadência do anarquismo Khoury diz: "a documentação existente mostra que ele esta bem ativo até o primeiro quinquênio de 1930, quando a polícia fecha a sede da Federação Operária de São Paulo, em outubro de 1934, após o choque armado das esquerdas com os integralistas no Largo da Sé. Continua mesmo assim mantendo seus jornais 'A Plebe' e 'A Lanterna' até a decretação da Lei de Segurança Nacional (LSN) em 1935"p. 28

[45] LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920*. Doutorado, FFLCH, USP, 1984.

[46] NETLAU, Max. *La Anarquia Através de los Tiempos*. Júcar, Madri, 1975.

[47] GALLO, Silvio. Pedagogia do Risco: Experiências Anarquistas em Educação. Campinas, Papirus, 1995.

[48] SAMIS, Alexandre. *Moral Pública e Martírio Privado*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1999

[49]ROMANI, Carlo.*Clevelandia, Oiapoque - aqui começa o Brasil! : transitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa* (1900-1927). Campinas, SP : [s.n.], 2003. Doutorado, Unicamp.

[50] CAVALCANTI, Jardel Dias. Os anarquistas e a questão da moral (Brasil 1889/1930). Campinas, Cone Sul, 1997.

Além destes, vários outros textos trabalham com temas diversificados em relação ao anarquismo, desde a questão da mulher, passando pela tentativa insurrecional do Rio de Janeiro, questões de educação, o teatro, a poesia anarquista, etc. Todos nós estudamos e constam na bibliografia da nossa pesquisa.

O que analisamos de comum entre estas obras elencadas por nós, excetuando-se as que servem para a justificação de um programa ou de uma linha política de forma explícita, é a ausência, ou insuficiência, ou ainda o desconhecimento das teorias anarquistas formuladas internacionalmente e falta de análise sobre em que medida estas teorias foram as responsáveis pela não adaptação dos anarquistas às transformações ocorridas na sociedade paulista.

Algumas pistas serviram para que começássemos este trabalho. Na pesquisa de Khoury encontramos duas notas de rodapé que nos chamou a atenção a primeira diz:

> "A análise das obras elencadas nos jornais libertários ao longo da militância daria um interessante trabalho de pesquisa sobre o universo intelectual desses sujeitos sociais, assim como das razões da quase inalterabilidade de suas leituras e das influências que este fato exerce sobre seu modo de vida e de luta e vice-versa"[51]

A outra diz

> "No acervo de Leuenroth encontrei uma quantidade significativa de sistematizações suas sobre as principais resoluções dos três Congressos Nacionais Operários realizados sob liderança anarquista. Observei também que estas resoluções, e os princípios que as norteiam, não sofrem praticamente alteração substancial com o passar do tempo. Isso leva-me a crer numa cristalização nas posturas desse grupo libertário ao longo de meio século de luta, apesar de notar algumas transformações em seus procedimentos, como no caso da aglutinação de sindicatos de liderança libertária por grupos de indústria, ou no caso de aceitar e batalhar por algumas questões que envolviam a legislação".[52]

[51] KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária- Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1989., p. 89, nota de rodapé 12.
[52] Ibid., p. 182 nota de rodapé 41.

Em relação a estas duas indicações de Khoury, pudemos notar em nossas pesquisas que havia realmente uma inalterabilidade dos livros “de fora” publicados ou vendidos pelos anarquistas de São Paulo, apontando para a manutenção de uma influência teórica permanente que perpassava as fileiras anarquistas. Em relação aos posicionamentos sindicais dos Congressos Operários Brasileiros, ou mesmo posteriores, realmente não há uma alteração significativa, já que mesmo em anos posteriores ao 3º Congresso Operário Brasileiro, *A Plebe* retomava e republicava as suas resoluções em bloco como forma de se orientar a militância anarquista.

A não alteração da lista de publicações se devia a uma adesão explícita ao projeto que as mesmas propugnavam, mesmo se contássemos com a hipótese da dificuldade de acesso a outras publicações anarquistas. A cristalização da prática do grupo anarquista estudado por Khoury mostra que a influência ideológica anarquista foi mais forte do que as transformações que poderiam ocorrer nas estratégias destes grupos, mesmo com alterações substanciais da realidade nacional a partir da década de 1930, e isso nós acabamos por comprovar em nossa pesquisa.

Por outro lado, existiam várias discussões acerca do problema da organização, acerca da participação nas eleições, sobre a formação de núcleos anarquistas no sindicato,[53] que cumpririam o papel de liderança política, discussões sobre a formação de uma organização anarquista, etc.

Os debates existiam, sem dúvida, e aí nos cabe perguntar, que fatores “internos” das discussões entre anarquistas foram os que mais os influenciaram para tomar determinadas posições e abandonar outras?

Para responder a questão sobre a decadência da influência dos anarquistas no Brasil, nossa pesquisa se centrou nas questões relativas ao

[53] "Houve por parte de algumas lideranças anarquistas o reconhecimento explícito da pertinência das críticas dos bolchevistas (...) Para Oiticica, a tese da descentralização organizacional do movimento sindical não deveria ser confundida com ausência de disciplina e de centralização de esforços para a luta contra elementos que cada vez mais se unificavam numa forte aliança.
A proposta de Oiticica na ocasião foi a de organizar 'seções operárias' no interior dos sindicatos, para que nelas se selecionasse e se preparasse doutrinariamente um forte núcleo de militantes anarquistas. Nestas seções as questões ideológicas poderiam ser debatidas, mas o sindicato devia ser mantido unificado em torno do espírito de luta contra todos os exploradores, afastando-se das querelas doutrinárias, ou seja, o sindicato não devia ter filiação doutrinaria oficial" GOMES, Ângela Castro. A Invenção do Trabalhismo. São Paulo, Vértice, 1988, p.166.

desenvolvimento e debates dos próprios anarquistas enquanto protagonistas dos conflitos sociais, possuidores de determinada compreensão da realidade e visão de mundo, que só pode ser apreendida se procedermos a análise do debate das teorias e práticas anarquistas em um contexto mais amplo do que o nacional e, em sentido inverso, contextualizando o posicionamento político dos anarquistas levando em conta o seu papel ativo na luta dos trabalhadores em São Paulo, levando em conta, além das modificações do contexto histórico, a adaptabilidade ou não dos anarquistas a determinadas situações históricas enquanto protagonistas dos processos de transformação da história paulista.

Realizamos também esta pesquisa pelo interesse pessoal que possuímos decorrente de inquietações teóricas e práticas suscitadas pelo aumento progressivo do não envolvimento popular nas lutas sociais, o que se contrapõe à participação direta defendida pelos anarquistas.

Esta inquietação nos levou a publicar textos anarquistas clássicos desconhecidos no Brasil, como alguns textos de Mikhail Alexandrovich Bakunin, Nestor Makhno, Errico Malatesta, Luigi Fabbri e textos de historiadores anarquistas como, por exemplo, Osvaldo Bayer, publicados pelo *Coletivo Editorial Luta Libertária*[54] procurando trazer textos desta vertente do anarquismo social militante para o público brasileiro.

Em nosso trabalho editorial além de selecionarmos e traduzirmos os textos também fazemos uma pequena introdução histórica, contextualizando a discussão específica dos mesmos, além de realizarmos algumas críticas e reflexões que consideramos pertinentes.

Portanto, esta pesquisa foi uma forma de nos aprofundarmos cada vez mais no estudo desta corrente do pensamento socialista e filosófico, relegada a segundo plano nas discussões acadêmicas e sociais de nosso tempo.

Além de que, a pesquisa possibilitou a comprovação da nossa hipótese de trabalho, como procuraremos demonstrar, de que os anarquistas não conseguiram responder às exigências do contexto social paulista porque suas estratégias, formas de organização, posicionamentos e posturas em relação a

[54] Editora independente que busca retomar e publicar textos clássicos do anarquismo para a apresentação ao público brasileiro, visando aprofundar o debate sobre esta vertente do socialismo militante.

diferentes questões, estavam orientadas mais por concepções ideológicas do que predominantemente por análises da realidade social local. A pesquisa também possibilitou a formulação de outra referência para situarmos o declínio da influência dos anarquistas, o ano de 1934.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro discute os posicionamentos dos anarquistas em relação a alguns dos principais acontecimentos políticos do período.

Discutimos desde o posicionamento em relação à repressão do início da década de 1920, aos movimentos tenentistas da mesma década, a onda repressiva do governo de Artur Bernardes, a questão da legislação trabalhista, até posição dos anarquistas em relação aos acontecimentos políticos da década de 1930, como a "revolução" de 1930, passando pela "revolução constitucionalista" de 1932, pela ascensão do fascismo brasileiro, a crítica a Lei de Segurança Nacional, chegando ao posicionamento em relação a Aliança Nacional Libertadora. Neste capítulo é onde realizamos a contextualização política-social do período.

No segundo capítulo resgatamos as discussões sobre as divisões entre os anarquistas que começavam a defender uma tática eleitoral e os que se mantinham firmes no anti-eleitoralismo e a relação dos anarquistas com os comunistas, que perpassa vários temas por nós trabalhados

O terceiro capítulo trata, em suma, das correntes anarquistas. A primeira parte é um apanhado geral sobre as correntes anarquistas internacionais, ressaltando a discussão sobre se existiam as correntes ou se então as diferenças poderiam ser apenas variações de um fundo comum de princípios anarquistas. Ainda nesta parte procedemos ao estudo panorâmico de aspectos da obra de Proudhon, que não definimos como anarquista, e Bakunin, para poder situar algumas discussões que perpassaram as correntes que realmente influenciaram o anarquismo de São Paulo. Esta discussão é aprofundada através do resgate das concepções dos anarco-comunistas e das concepções dos sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, elaboradas em outros países e contextos históricos.

A quarto capítulo trata das concepções e correntes existentes entre os anarquistas partidários da ação sindical. Neste tópico estabelecemos um diálogo com a historiografia brasileira que tende a identificar a ação sindical dos anarquistas como anarco-sindicalista. Além disso, dialogamos com Edilene Toledo que buscou acertadamente demonstrar a influência das teorias sindicalistas revolucionárias sobre os sindicatos de São Paulo, mas acabou separando a teoria anarquista de alguns militantes, da prática, que, para ela, seria sindicalista revolucionária. O que demonstraria uma suposta supremacia do sindicalismo revolucionário e não do anarquismo nos sindicatos brasileiros.

Para nós, como procuramos demonstrar, a supremacia era dos anarquistas. Alguns eram adeptos da estratégia e táticas sindicalistas revolucionárias, outros da estratégia defendida por Malatesta, havia os anarco-sindicalistas propriamente ditos e os anarquistas comunistas que atuavam nos sindicatos, mas que defendiam que os sindicatos assumissem princípios anarquistas, ao contrário da proposição de Malatesta que defendia a "neutralidade" política dos sindicatos. Talvez esta diversidade de propostas e posturas, encontradas na realidade do anarquismo brasileiro, propostas e posturas não estanques, diga-se de passagem, tenha colaborado para que alguns autores, visando a simplificação ou então não conseguindo apreender esta multiplicidade, tenham adotado conceituações dicotômicas do tipo anarco-comunismo x anarco-sindicalismo.

Ainda neste tópico procuramos demonstrar algumas questões pertinentes aos sindicatos influenciados pelos anarquistas, como a sua forma de organização federalista autonomista, algumas defesas da centralidade da ação e da organização como elementos centrais da luta de classes, outras posturas defendendo a conscientização dos trabalhadores nos organismos sindicais, etc.

O quinto capítulo se refere, em sua maioria, à base teórica e proposições anarquistas comunistas, passando pela polêmica entre os anarquistas comunistas que defendiam a organização e os que eram contra qualquer tipo de organização mais formal.

Neste tópico discutimos alguns elementos teóricos destes anarquistas, como o evolucionismo e o cientificismo kropotkiniano, a conscientização através da educação como estratégia para a formação do novo homem, a ênfase em aspectos da formação moral, relacionado a isto, a crítica ao povo por parte dos anarquistas que se consideravam superiores ao restante da população, e ainda a ênfase na postura quase heróica exigida do militante anarquista como forma de alcançar a transformação da sociedade, sendo que isso colaborava para que o anarquismo se isolasse do restante do povo, que não “alcançava” esta postura.

Discutimos também algumas das proposições de Malatesta, incorporadas nas propostas de grupos de São Paulo, e analisamos algumas discussões que podem ser encaradas como disputas entre anarquistas comunistas, sendo encaradas muitas vezes, de forma equivocada, como disputas entre anarquistas comunistas e anarco-sindicalistas pela historiografia brasileira.

Analisamos também as propostas daqueles que buscavam uma síntese entre as diferentes correntes anarquistas do Brasil, argumentando que a realidade não impunha apenas um tipo de ação e que as divergências entre os anarquistas não eram um sinal de fraqueza, mas, ao contrário, de vitalidade do anarquismo, que poderia dar respostas diferentes às exigências da realidade em distintos lugares e épocas históricas.

Por fim, temos a conclusão do nosso trabalho, onde procuramos fazer um apanhado geral e sucinto dos principais motivos que colaboraram para o declínio da influência dos anarquistas em São Paulo.

Na realização da pesquisa procuramos trabalhar com hipóteses de trabalho baseadas nos documentos pesquisados, apoiando-nos, seja para contextualizar, seja para dialogar, com análises e conclusões existentes na bibliografia.

Buscamos na construção do texto um amplo uso da documentação e da bibliografia pertinente a cada tema, de modo a realizar um trabalho que ao mesmo tempo apresentasse ao leitor o teor da documentação, mas que, além disso, trouxesse reflexões sobre as questões levantadas.

Como dissemos, priorizamos o estudo dos meios militantes, seu projeto para o mundo, visão da realidade e suas práticas sociais. Sabemos, com Hall e Pinheiro[55], que não podemos tomar o discurso da direção pelo da classe, mas em nosso caso interessa-nos justamente o discurso da direção[56] . Aliás, além dos discursos nos interessaram algumas práticas realizadas por este setor militante do operariado paulista.

O trabalho de sistematização das fontes levantou a temática que emergiu do documento com a respectiva aproximação bibliográfica. Os temas nos permitiram vislumbrar hipóteses, muitas das quais ainda não aventadas pelos autores, não tomadas enquanto paradigmas, mas resgatadas no significado que possuíam no próprio texto e no conjunto deles, nos propósitos que expressam para além das informações que veiculam e das apropriações esquemáticas de doutrinas.

Para realizar o nosso trabalho pesquisamos principalmente os jornais anarquistas e sindicais influenciados pelos anarquistas de 1920 a 1935. A pesquisa foi extensa totalizando 20 jornais e boletins, 385 edições, cerca de 1600 páginas.

Também pesquisamos dezenas de prontuários do DOPS/SP, o que nos ajudou a obter algumas informações menos filtradas ideologicamente pela propaganda dos periódicos anarquistas, principalmente quando encontrávamos algumas transcrições de atas das reuniões dos anarquistas e alguns relatos que, mesmo filtrados pela ótica dos policiais, possibilitaram aventar novas indagações a respeito da nossa pesquisa.

---

[55] HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil - Documentos (1899 a 1903).* São Paulo, Alfa Omega, 1979, 2 vols.

[56] Não é nossa intenção "mergulhar no passado em busca de exemplos inspiradores de luta, ou coisa parecida" HOBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.23, não queremos escrever "a história ecleticamente às avessas", sabemos do risco de priorizarmos tal objeto de estudos. Nossa perspectiva não é a de idolatria, valorização dos líderes operários, uma história assim "erigida em fonte de legitimidade e utilizada como instrumento de legitimação (...) fica como uma espécie de depósito de acessórios, de disfarces, onde cada facção, cada grupúsculo encontra sua referência justificadora, utilizável para as necessidades do momento" HAUPT, Georges. “Por que a história do movimento operário?”, *Revista Brasileira de História*, v.5, nº 10, 1985, p. 220, nossa abordagem preocupa-se com a pesquisa sobre a visão de mundo de um dos vários segmentos sociais existentes na sociedade da época. Segmento que possui sua visão de mundo determinada por múltiplos fatores, que age na história de acordo com suas concepções, que pode não ser a mais importante, nem a melhor, mas que foi o motor de suas vidas.

Sobre os prontuários temos um comentário a fazer. Os prontuários possuíam relatos policiais sobre acontecimentos militantes, alguns materiais de propaganda, relatos do acompanhamento da ação dos anarquistas pela polícia, etc. Um bom material para quem se propõe a pesquisar a questão da repressão sobre os anarquistas, como fez Rodrigo Silva, ou então para quem se propõe a reconstituir determinados movimentos grevistas e posicionamentos em relação a questões específicas.

Nós, utilizamos este material para resgatar o posicionamento dos anarquistas sobre alguns temas do período, principalmente da década de 1930. Porém muitos destes temas também eram tratados em sua imprensa expressando o mesmo conteúdo, o que fez com que preferíssimos utilizar os jornais anarquistas e operários para analisar estes temas na maioria das vezes. O que aproveitamos, como dissemos acima, foram algumas transcrições de atas de reunião, e informações que não estavam expostas tão ideologicamente como nos jornais. Por outro lado, para utilizarmos este material tivemos que ter as devidas precauções para não emitir posicionamentos influenciados pela ótica policial.

Além disso, também utilizamos algumas coletâneas de documentos indicadas na bibliografia do nosso trabalho.

Capítulo- I
O anarquismo ante a realidade paulista (1920-1935)

1.1 Base agrária da economia nacional e suas relações com a indústria paulista

O movimento dos trabalhadores em São Paulo, assim como a atuação anarquista neste Estado, foi possibilitada graças à industrialização paulista, realizada em consonância com o maior desenvolvimento do complexo cafeeiro no Estado. Predominavam as indústrias com grande concentração de força de trabalho e capitais, as pequenas indústrias e oficinas tinham importância reduzida mesmo durante as primeiras décadas do século XX. O capitalismo no Brasil "saltou etapas" e se caracterizou pela implantação de indústrias relativamente grandes, mesmo que fossem de bens de consumo e não de bens de produção. Esta característica aponta para o equívoco das teses que afirmam ser o anarquismo um movimento característico de sociedades onde predominam as pequenas oficinas e o artesanato.

Além disso, o excedente de força de trabalho, alcançado graças a massiva imigração a este Estado, fez com que existisse uma concentração proletária que gerou as pré-condições para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores. Outro aspecto relacionado ao excedente da força de trabalho, é que este gerou a manutenção do salário dos trabalhadores em um nível baixíssimo, obrigando os trabalhadores a lutarem por melhorias salariais caso quisessem sobreviver.

O Brasil até a década de 1930 possuía uma economia essencialmente agrária, centrada no complexo cafeeiro, que foi perdendo espaço paulatinamente para um processo de crescimento centrado na industrialização. Uma industrialização que até o fim do período que estudamos, 1935, ainda não possuía as bases fundamentais de uma indústria de bens de produção

desenvolvida, sendo, neste sentido, uma industrialização ainda restrita,[57]porém com importante concentração de força de trabalho e capitais na indústria de bens de consumo[58]. De acordo com João Manuel Cardoso de Mello este processo se estenderia até a década de 1950.[59]

Durante o início da industrialização no Brasil, o capitalismo internacionalmente já se encontrava em sua fase imperialista. Um dos aspectos centrais do imperialismo, que o distingui da fase em que predominava a livre-concorrência, é o papel importante que passa a ser desempenhado pela exportação de capitais[60], fazendo com que o comércio mundial passe a estar subordinado ao próprio desenvolvimento da produção capitalista em escala internacional.[61]

No Brasil, "a expansão cafeeira e a industrialização aparecem como dois estágios da transição capitalista."[62] Nos países que se encontram nesta fase de transição capitalista, o desenvolvimento apresenta contradições particulares

---

57 À medida que a atividade relacionada à economia cafeeira foi se desenvolvendo, passou a induzir o desenvolvimento de atividades urbanas, como escritórios, armazéns, oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista e de importação e exportação, atividades bancárias, indústrias, e a própria expansão do aparelho estatal. Com o desenvolvimento destas atividades outras mais relacionadas ao processo de urbanização também se desenvolveram como a construção civil, transportes urbanos comércio varejista, comunicações, etc. CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 69

58 Outro fator que merece destaque é que quando começa a industrialização brasileira, as modificações na indústria internacional de bens de produção ocorridas durante o processo conhecido como "Segunda Revolução Industrial" fizeram com que os investimentos nas indústrias que tinham uma "planta mínima" grande fossem altos, além de não existir disponibilidade no mercado internacional da tecnologia deste tipo de indústria. Já na indústria de consumo leve a tecnologia era mais simples, principalmente na têxtil, e mais estabilizada, possuindo equipamentos amplamente disponíveis no mercado internacional, sendo que o tamanho da planta deste tipo de indústria e o investimento inicial necessário para a sua implantação não eram tão grandes, sendo acessível para a possibilidade da economia brasileira. Estes fatores determinaram o desenvolvimento da indústria de bens de consumo leve durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, começando a existir modificações apenas em meados da década de 1920, com o desenvolvimento incipiente de algumas indústrias "pesadas", como a siderúrgica por exemplo. Ver em: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* Brasiliense São Paulo, 1987, *passim.*

59 Ibid., p. 110

60 "O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capitais,

O capitalismo é produção de mercadorias no grau mais elevado do seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria. O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista." LENIN, V. I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1979, p. 60

61 SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, pp. 30 e 31

devido a posição que ocupam na economia mundial, uma posição subordinada.[63]

A economia e o capital cafeeiro não se restringem as plantações. Os principais produtores de café não se limitavam a organizar e dirigir suas plantações, eles eram compradores da produção de outros cafeicultores, também exerciam a função de banco, ao emprestar dinheiro aos fazendeiros em dificuldade, financiar o estabelecimento de novas plantações ou a modernização das já existentes.

Aos poucos estes principais produtores foram se afastando da gestão direta das plantações, se estabelecendo nas grandes cidades, pois as suas atividades comerciais necessitavam que os mesmos não se ausentassem por largos períodos dos centros de negócios cafeeiros.

Com o desenvolvimento da economia cafeeira o papel das casas de exportação cresce, centralizando a compra de toda a produção.

O capital cafeeiro tinha diversas faces, ao mesmo tempo apresentava características do capital agrário, do industrial, bancário e comercial. Desta forma, os mesmos homens se encontravam a frente de empresas que desempenhavam funções diversas. Ao mesmo tempo se encontravam a frente do Estado.

> "Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc, mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções. (...)A análise dessas relações faz ressaltar a dominação das funções comerciais. Em outros termos, a caracterizar o capital cafeeiro como um capital dominantemente comercial." [64]

---

[62] Ibid., p. 19

63 Segundo Sérgio Silva "O desenvolvimento desigual é uma característica fundamental do modo de produção capitalista que se manifesta de uma maneira particularmente aguda quando ele se torna dominante ao nível internacional." SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, p. 26

[64] Ibid., pp. 59 e 60

Desta forma, podemos afirmar que a grande burguesia cafeeira, era uma burguesia essencialmente comercial. Isto não quer dizer que deixasse de ser produtora, não havia uma divisão de frações de classe claramente definida.

A economia cafeeira cumpriria o papel de gerar previamente a massa de dinheiro concentrada nas mãos das pessoas ligadas diretamente à atividade cafeeira. Dinheiro este passível de se transformar em capital industrial. Além disso, transformou a força de trabalho em mercadoria, possibilitando também a existência do excedente desta mercadoria com o incentivo a imigração que visava abastecer de força de trabalho a atividade produtiva cafeeira, gerando também um mercado interno.[65]

Neste sentido, a burguesia ligada ao complexo cafeeiro foi a matriz social da burguesia industrial, sendo a única classe com capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da indústria.

Assim,

> "o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista, a acumulação cafeeira é, em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamentos ferroviário e portuário, etc)."[66]

Aqui afirmamos que a burguesia ligada ao complexo cafeeiro foi a matriz social da burguesia industrial, não que a burguesia agrária transformou-se em burguesia industrial.

Por exemplo, entra na relação do desenvolvimento da indústria no país o papel desempenhado pela exportação de capitais realizada pelos países

[65] O capitalista que promoveu o início da industrialização foi o que estava ligado ao capital cafeeiro acumulando grande capital em forma financeira durante a primeira metade da década de 1890, possibilitando a inversão deste capital na indústria com garantias de retorno. Graças ao auge exportador da economia cafeeira, o complexo cafeeiro acumulou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e gerou o número excessivo da força de trabalho, aludida acima, e a capacidade para importar bens de consumo e meios de produção.

imperialistas. Esta exportação de capitais não foi, na maioria das vezes, aplicada diretamente na indústria, mas possibilitou a realização da mais valia em relação às exportações de café, sustentando o seu preço. Possibilitou também o desenvolvimento ainda maior do comércio de exportação e importação, que a partir desta época encontrava participação massiva do capital estrangeiro , principalmente na comercialização do café e com a instalação das filiais de bancos estrangeiros, etc[67]. Fatores estes que colaboraram posteriormente para que um setor da grande burguesia cafeeira nacional (ligada principalmente a atividades comerciais, embora também fosse "produtora") e também imigrantes estrangeiros que desenvolveram atividades comerciais, pudessem investir parte de seus capitais na indústria.

Aliás grande parte da burguesia industrial era de origem européia e desenvolveu atividades relacionadas ao comércio de importação e exportação.

> "Para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burguês imigrante encontra facilmente um lugar no grande comércio. Ele torna-se representante de firmas e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país. (...)
> A situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais. Graças ao controle do grande capital comercial, o importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir dos anos 1880 (...)
> Dean mostra como o crescimento da demanda conduz o importador a realizar no próprio Brasil um certo número de

---

[66] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* Brasiliense São Paulo, 1987, pp 128 e 129

[67] "Mas o capital estrangeiro não domina inteiramente a comercialização do café e as atividades bancárias. A seu lado, desenvolvem-se os bancos e casas de exportação pertencentes à burguesia do café, ou mais precisamente, à camada superior da burguesia do café (...)Esses bancos nacionais e estrangeiros, cujo capital em 1913 eleva-se a 3,23 bilhões de mil-réis (ou seja mais de 4,5 vezes o capital industrial em 1910), desempenham um papel importante no desenvolvimento capitalista no Brasil. Rapidamente eles penetram em todos os setores da economia brasileira, financiando as atividades mais deversas: o comércio, a importação, a exportação, o açúcar, o café e também a indústria." SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, pp 67 e 68

> operações industriais . Para certas mercadorias, como a cerveja por exemplo , o transporte do produto acabado torna-se pouco rentável. Outras, como as massas alimentícias, correm o risco de sofrer deterioração, durante a viagem através do Atlântico. A partir de certos limites, a armazenagem de determinados utensílios é pouco rentável. Em conseqüência, com o próprio desenvolvimento do mercado uma série de empresas são criadas como se constituíssem verdadeiros apêndices da importação; elas são, em geral, controladas por importadores. Temos então que entre 65 firmas de importação existentes no ano de 1910, 37 pelo menos tinham capitais aplicados na indústria .
> Em resumo, grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do Século XIX ou início do Século XX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederichsen também começam no setor de importação. Roberto Simonsen — um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 — foi também importador"[68]

Portanto, a atividade de exportação e importação possibilitou para alguns imigrantes estrangeiros, que já possuíam em seu país de origem certo recurso financeiro, não sendo, neste sentido, pobres, como a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil, o acúmulo necessário de capitais para investir na indústria, que se constituiu, de certa forma, como atividade complementar ao próprio comércio de importação. Por outro lado, parte da grande burguesia cafeeira nacional, aquela ligada ao comércio, como Prado, também investiu na indústria. Sendo que nesta época o investimento estrangeiro direto na indústria é relativamente pouco importante.

A exportação de capitais promovida pelos países imperialistas também colaborou para o desenvolvimento das pré-condições do capitalismo no Brasil. Os empréstimos realizados pelos governos no Brasil serviram para o financiamento da imigração massiva, organizando o mercado de trabalho e criando a massa de trabalhadores que constituíram o núcleo operário do país.

---

[68] SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, pp. 95 e 96

As próprias estradas de ferro, grande parte financiadas com capital estrangeiro, colaboram posteriormente para a migração de trabalhadores de outros Estados para São Paulo, contribuindo para o achatamento ainda maior do nível salarial dos operários deste Estado.

Estes capitais também foram responsáveis pelo financiamento da implantação de serviços públicos, como eletricidade, gás, transportes urbanos, etc.

> "o valor total dos investimentos ingleses no Brasil elevavam-se já em 1900 a, aproximadamente, três vezes o valor das exportações e mais de dois terços do produto interno líquido."[69]

Portanto, são as formas de reprodução do capital cafeeiro e a própria forma de subordinação da economia brasileira no contexto mundial que levam ao desenvolvimento da indústria no país. Esta forma de inserção brasileira na economia mundial leva a certa especialização das nascentes indústrias no setor de bens de consumo, enquanto os bens de produção eram produzidos nos países imperialistas.

Por outro lado,

> "Graças às possibilidades de importação de equipamentos, os mais modernos, o capital industrial brasileiro pôde 'saltar etapas' e, desde o início, adotar técnicas avançadas e garantir-se uma rentabilidade elevada.
> Assim, o Brasil pode passar diretamente à grande indústria, sem atardar-se nas formas anteriores de desenvolvimento do capitalismo na indústria"[70]

No ano de 1907 as indústrias de São Paulo demonstram uma grande concentração de capitais e força de trabalho, os dados do Centro Industrial do Brasil, que devem ser relativizados por não abarcarem a totalidade das empresas do estado, apontam uma concentração de 85% do capital e 80% do número de operários nas empresas com 100 operários ou mais. [71]

---

[69] SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, p. 38

[70] Ibid., pp. 114 e 115

[71] Lênin considerava as empresas importantes, para o caso alemão, aquelas que empregavam mais de 50 trabalhadores assalariados. LENIN, V. I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global, 1979, p. 16

Dados do ano de 1920, que podem ser trabalhados com maior segurança, demonstram que em São Paulo as empresas com 100 ou mais operários concentravam 65% do número total de operários da cidade[72], enquanto aquelas que empregavam 500 ou mais operários empregavam cerca de 30 mil trabalhadores.[73] A década de 1920 veio referendar o processo de concentração da industrialização em São Paulo, aumentando ainda mais a defasagem de crescimento do restante do país.

Desta forma é possível demonstrar que mesmo com uma indústria subordinada ao capital comercial, dominante no complexo cafeeiro, e centrada na produção de bens de consumo (desenvolvimento possível no contexto do imperialismo do início do século passado), o que predominou foram empresas com plantas grandes e não pequenas empresas manufatureiras ou de tipo artesanal, dispersas pelo país e destinadas ao mercado local.

Desta forma equivoca-se Boris Koval (e outros autores), quando afirma que a atuação dos anarquistas só foi predominante entre o operariado de São Paulo pois havia alto peso das camadas pequeno-burguesas da população, na qual ele inclui os artífices e similares, com a sua ideologia pequeno-burguesa, muito similar a anarquista, de acordo com ele. [74] Fora a discussão sobre a pertinência ou não da caracterização da concepção de mundo anarquista e sua consciência social como pequeno-burguesa, há a evidência de que onde a atuação anarquista mais predominou no país, São Paulo, a realidade era da concentração industrial, mesmo que nas indústrias de bens de consumo. Por outro lado, nas localidades onde menos existia concentração industrial o anarquismo sucumbiu mais rapidamente.

Em relação ao excedente da força de trabalho, este se estabeleceu, como dissemos, com a necessidade de força de trabalho para a lavoura cafeeira que fez com que viessem para o Brasil milhões de imigrantes.

---

[72] Outro elemento que devemos ressaltar é que a expansão industrial de São Paulo entre 1907 e 1919 cresceria 8, 5 vezes aumentando a sua participação na indústria brasileira de 15,9% para 31,5%. Já a indústria do resto do país cresceria apenas 3,5% diminuindo a sua participação no total da indústria brasileira de 84,1% para 68, 5%.

[73] SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, pp. 87 e 91

[74] KOVAL, Bóris. História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo, Alfa-ômega, 1982, p.100

Entre 1887 e 1930 entraram em São Paulo 2, 5 milhões de pessoas das quais 280 mil eram migrantes brasileiros, boa parte nordestina e 85 mil japoneses. Wilson Cano estima que, de acordo com a taxa de permanência dos imigrantes, que tinha uma quebra de cerca de 70 %, seriam 850 mil o número de imigrantes que ficaram neste período em São Paulo.[75]

De todos os imigrantes italianos registrados como havendo entrado no Brasil de 1822 a 1930, 74% entraram aqui antes de 1903.[76] De 1923 a 1929 se dá à entrada maciça de migrantes nacionais para as fazendas de São Paulo, com cifras próximas a da imigração estrangeira para o mesmo período. A partir de 1927 com o fim dos subsídios para a imigração do Governo do Estado de São Paulo, passam a chegar mais imigrantes de origem japonesa, a partir de 1928, subvencionados no próprio Japão.[77]

A partir deste período a participação dos migrantes sobre os imigrantes estrangeiros passaria a pender em benefício dos primeiros.

Grande parte desta força de trabalho que imigrou para o Brasil veio com sua locomoção subsidiada, seja pelo Estado de São Paulo, Brasil ou pelo país de origem, fazendo com que o número de trabalhadores fosse abundante. Somando-se a isso o emprego enorme de mulheres e crianças como força de trabalho e a ausência de mecanismos protetores dos trabalhadores, o valor da força de trabalho se manteve baixo.

A alteração que acontece durante a década de 1920 em relação à imigração tem uma certa importância para colaborar ainda mais para a depressão do valor da força de trabalho. Os imigrantes japoneses, por exemplo, embora parte tenha sido alocada na lavoura cafeeira, outra parte também significativa promoveu a diversificação na produção de alimentos. Já os migrantes, vindos principalmente de regiões onde a seca assolava no país, tendo uma taxa de salário muito baixa, vieram engrossar a quantidade de força

---

[75] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1977., p. 48

[76] PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Proletariado Industrial na Primeira República" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 138

[77] PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p.103

de trabalho em São Paulo, fazendo com que o valor da força de trabalho não se elevasse.

O baixo valor da força de trabalho, pressionado, entre outras coisas, pelo excedente de força de trabalho, fez com que aumentassem os motivos para as manifestações operárias por melhorias salariais. Fato este intensificado pela própria concentração operária em São Paulo que colaborou para que os aspectos organizacionais e de mobilização dos trabalhadores fossem potencializados, colaborando também para a disseminação de concepções que visavam alterar a ordem social vigente mesmo que para isso propusessem como bandeiras de mobilização combater os males que afligiam os trabalhadores mais de perto, notadamente os baixos salários, a carestia de vida, que as vezes era agravada pela política cambial que visava defender os cafeicultores, e a ausência dos mínimos direitos trabalhistas, fator necessário para que os industriais brasileiros pudessem concorrer os produtos de outros países.

Portanto, temos que ressaltar alguns elementos até aqui. A inserção particular da economia brasileira no contexto do capitalismo imperialista, fez com que se sobressaísse o aspecto comercial do complexo cafeeiro. O que gerou uma burguesia cafeeira que não estava somente ligada a produção mas principalmente relacionada as atividades de exportação e financiamento.

A exportação de capitais pelos países imperialistas fez com que eles desenvolvessem no país atividades comerciais e bancárias, possibilitando o financiamento das estradas de ferro, da imigração para o país, dos serviços públicos em geral e, em menor grau, até mesmo das atividades industriais.

Os imigrantes, que possuíam certo capital em seus países de origem, ligaram-se, quando se estabeleceram no Brasil, a atividades comerciais de importação e exportação e atividades bancárias, representando, as vezes, o capital estrangeiro no país. Esta posição destes imigrantes possibilitou que, com o tempo, desenvolvessem atividades industriais que abasteceriam o país de produtos que antes eram importados, muitas vezes por eles próprios.

O Brasil pôde desenvolver indústrias de bens de consumo com plantas grandes, possibilitadas graças a existência de maquinário nos países

imperialistas que puderam ser importados pelos industriais brasileiros. As indústrias de bens de produção se concentravam nos países imperialistas e foram abortadas no Brasil por causa da inserção subordinada do país na economia mundial, o que fez que a única industrialização possível fosse a de bens de consumo.

As indústrias grandes de bens de consumo demonstram o equívoco das teses que afirmam ser a "industrialização" brasileira, das primeiras décadas do século XX, compostas por pequenas manufaturas, artesanatos e pequenas indústrias, voltadas para o abastecimento local.

Conseqüentemente as teses que afirmam que o anarquismo só predominou no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, neste período, justamente pelo baixo nível de concentração e desenvolvimento industrial também se equivocam, pois o anarquismo predominou no movimento operário justamente na localidade onde havia maior concentração e desenvolvimento industrial do país, continuando a sua ação em São Paulo, mesmo depois de ter perdido influência no resto do país, em localidades de menor desenvolvimento industrial.

A imigração massiva, posteriormente a migração interna facilitada pelas estradas de ferro, criaram o mercado de trabalho e o excedente de trabalhadores necessários para a indústria manter o salário dos trabalhadores em níveis baixos garantindo o lucro dos industriais.

As péssimas condições de trabalho, os salários baixos, somados a concentração de trabalhadores e as idéias anarquistas trazidas ao Brasil com a imigração,[78] colaboraram para que se desenvolvesse a luta dos trabalhadores em São Paulo e a disseminação dos métodos de ação influenciados pelos anarquistas.

1.2 - Imigração, Anarquismo e Crítica ao Nacionalismo Burguês

[78] Não predominantes no país por causa da imigração, mas sim por especificidades do próprio desenvolvimento capitalista do país.

A relação da imigração com o anarquismo mereceu o destaque de muitos historiadores que identificaram a predominância do anarquismo no movimento revolucionário dos trabalhadores no Brasil à origem imigrante dos anarquistas, fato já questionado por trabalhos da historiografia brasileira.

Neste tópico resgataremos a relação entre a questão da imigração e o posicionamento político dos anarquistas em relação ao tema, pois este posicionamento acaba por refletir uma determinada inserção dos anarquistas na realidade paulista. Além disso, entendemos ser necessário resgatar o posicionamento dos anarquistas em relação ao nacionalismo e como este se vinculava a uma questão de classe, em um contexto no qual começavam a abundar entidades nacionalistas e aumentar o preconceito contra estrangeiros portadores de ideais de transformação social.

Apesar de o anarquismo ter aportado em terras brasileiras devido a imigração, a maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil era de origem agrária, sem uma experiência de participação anterior nos sindicatos, sendo até mesmo resistentes a este. Segundo Sheldon Leslie Maram, a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil tinham como objetivo elevar-se acima dos operários. O Brasil seria um lar temporário, e participar de movimentos dos trabalhadores poderia causar problemas para aqueles objetivos que vislumbravam alcançar, uma vez que um trabalhador em greve, corria o risco de perder o emprego, ser preso ou até mesmo deportado.

A própria predominância do militante estrangeiro entre o proletariado industrial de São Paulo era questionada pelos anarquistas desde o início do século. Afirmavam que só existiam militantes estrangeiros porque a maioria dos trabalhadores de São Paulo também o era, mas proporcionalmente os militantes brasileiros constituiriam a maioria. No final da década de 1920 a maioria dos militantes anarquistas já era brasileira em números absolutos.

No início do ano de 1920 a imprensa desenvolvia intensa campanha contra os anarquistas. Esta campanha os obrigou a se posicionar e rebater os principais argumentos de seus detratores, argumentos essencialmente xenofóbicos, acusando os anarquistas de serem estrangeiros, expulsos de

seus países, agitadores profissionais e exploradores do proletariado. A isso, assim respondiam os anarquistas:

> "É verdade que muitos dos militantes anarquistas, entre nós, são estrangeiros, não nasceram no Brasil. Mas isso nada tem de extraordinário. País essencialmente de imigração vivendo as suas indústrias principalmente do braço e da inteligência do imigrante, naturalíssimo que os centros de maior população operária no Brasil contenham forte e predominante percentagem de estrangeiros. E como o anarquista se propaga e se radica especialmente entre as classes operárias, não é menos naturalíssimo que muitos desses operários estrangeiros sejam anarquistas. O contrário disso é que seria absurdo e extraordinário. Agora, o que é absolutamente falso é que todos os anarquistas entre nós, sejam estrangeiros. (...)
> Mas, além de tudo, a pecha de estrangeiros, com que os melindrosos do nacionalismo pretendem estigmatizar os anarquistas, entre nós, é incongruente e ultra-hipócrita. Estrangeiros, em última análise, somos todos e tudo no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizimamos e vamos dizimando, no passado e no presente. A nossa língua é estrangeira. Os nossos costumes são estrangeiros. As nossas religiões são estrangeiras. As nossas letras são estrangeiras.As nossas ciências são estrangeiras. As nossas industrias são estrangeiras. A nossa politicalha é estrangeira. A nossa república e constituição são estrangeiras. Já tivemos um império estrangeiro. Numa palavra: tudo que possuímos em matéria de civilização é absolutamente estrangeiro"[79]

Depois de levantar as razões para a naturalidade da predominância de militantes estrangeiros entre os anarquistas, ressaltando que os costumes, a língua, as ciências, as indústrias eram estrangeiras,[80] o texto diz que não há nada mais falso do que acusar os anarquistas de bandoleiros ou expulsos de seu país de origem. Argumenta que a maioria dos anarquistas brasileiros aqui se formou anarquista, boa parte vindos pra cá ainda criança, formando a sua

[79] "Os anarquistas brasileiros ao povo do Brasil" in *A Plebe.* São Paulo, 17 de abril de 1920

[80] Devemos lembrar que em 1920 64,2% dos estabelecimentos industriais de São Paulo eram de imigrantes, e sua população era composta em dois terços por imigrantes Ver em :PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração" in FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p.120

personalidade inteiramente neste país, portanto, se havia alguns militantes estrangeiros que já chegaram aqui anarquistas estes poderiam ser contados nos dedos, afirma o texto. Lembremos que a maioria dos anarquistas estrangeiros de São Paulo era formada por italianos e que a maioria destes imigraram para o Brasil antes de 1903.

Os anarquistas, também, não são agitadores profissionais, afirmava o texto, pelo contrário, todos têm profissão definida e se sustentam graças a ela, e nunca exploraram os trabalhadores. Se alguém é explorado, continua, são os anarquistas que utilizam seus parcos recursos para a obra de propaganda necessária para a melhoria das condições presentes, portanto, se há alguém que explora são os operários que se aproveitam da altivez e ação dos anarquistas.

Assim, procurava-se travar o embate político numa conjuntura na qual a imprensa buscava formar na opinião pública uma corrente antianarquista. Os anarquistas se defendiam politicamente, com uma consistente argumentação por um lado, e, por outro lado, procurando construir uma auto-imagem positiva em relação ao conjunto dos trabalhadores, ressaltando os sacrifícios e os percalços que passavam para proceder à defesa das classes trabalhadoras.

A defesa das virtudes da imigração como elemento civilizador também foi feita no jornal *A Obra* em 1920. Neno Vasco em artigo intitulado "Imigração e Civilização" diz que para as nações e para os indivíduos a solidariedade é uma lei iniludível, a imigração é um fator desta solidariedade e leva a civilização para os lugares mais longínquos do mundo.A imigração leva idéias novas para os países que recebem situações novas capazes de provocarem revoltas.

Por outro lado, quando se proíbe a imigração de pessoas, são os capitais que imigram, qualquer proibição da imigração é algo inútil.

Mas é necessário, argumenta, fazer uma campanha de esclarecimento para aquelas pessoas que desejam emigrar de seus países para que elas não sejam enganadas, não as aconselhando a não emigrar, mas sim expondo a verdadeira condição social e econômica do país que se pretende ir.[81]

[81] VASCO, Neno. "Imigração e Civilização" in *A Obra*. São Paulo, 01 de outubro de 1920 .

Já Bittencourt em seu texto “A universalidade da doutrina libertária”, desenvolve uma boa argumentação, retomada depois por muitos pesquisadores, para defender a pertinência do anarquismo diante da realidade brasileira.

Bittencourt diz que lê nos jornais, órgãos que exprimem o pensamento das classes privilegiadas, que no Brasil, república que conhece todas as liberdades, “nação onde há justiça e pão para todos, ser o anarquismo uma doutrina exótica e, portanto, desnecessária e condenável”. [82]

Portanto, no Brasil não haveria motivos para a propaganda revolucionária e os anarquistas não passariam de agitadores estrangeiros. Bóris Fausto já nos disse,

> “O pensamento reacionário forjou a imagem botânica da "planta exótica" para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira. Planta exótica as "idéias francesas" dos liberais brasileiros, em voga a partir de fins do século XVIII, o anarquismo de cem anos depois, o socialismo inspirado na III Internacional, a partir da década de vinte. Mantendo a imagem, convém lembrar que as espécies ideológicas dos países dependentes, qualquer que seja a sua classificação germinaram sempre com o auxílio das sementes importadas” [83]

Segundo Bittencourt, “repele-se, portanto, esse anarquismo forasteiro, que vem perturbar a paz da família brasileira e provocar revoltas absurdas em um meio onde a evolução tem o caminho aberto e garantido”, mas, segundo o autor, este argumento é repetido na França, onde acusam o anarquismo de ser de origem eslava ou teutônica, na Alemanha, onde mesmo os socialistas acusam o anarquismo de ser de origem latina, revelando uma suposta tendência idealista e individualista dos latinos.

Para Bittencourt:

> “Esta unanimidade em considerar o anarquismo estrangeiro em todos os paises, é realmente singular, mas o fato desta doutrina se aclimatar desde logo em toda a parte devia levar os seus inimigos a serem menos levianos na escolha dos

[82] BITTENCOURT, A. “Universalidade da doutrina libertária” in *A Obra.* São Paulo, 15 de agosto de 1920.
[83] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, pp. 62 63

> argumentos para combatê-lo. Pois é certo que uma doutrina, uma teoria que com tanta facilidade é aceita por todos os povos, sem perder nenhum dos seus caracteres essenciais, devia convencer os seus maiores adversários da excelência do valor sociológico e moral que uma tal doutrina representa. (...)
> É claro que não bastariam as simples razões idealísticas do anarquismo para fazer dele um movimento de ação revolucionária em toda a parte do mundo em que é propagado, na Europa como na Ásia, na África como na América, se uma tal doutrina não encontrasse também nas condições econômicas e políticas de cada país em que logo se aclimata a sua razão de ser e de existir e com as quais estabelece confronto para uma crítica demolidora (...)
> O anarquismo, concepção sociológica que pretende estabelecer uma sociedade, baseada na liberdade integral e na igualdade econômica é, portanto, uma doutrina aclimatável em todos os países porque representa uma aspiração comum a todos os oprimidos, seja qual for o grau de opressão que sobre eles pese."[84]

Assim, para Bittencourt, o anarquismo tinha sua validade graças às condições econômicas e políticas do país e se espalhou pelo mundo por causa da existência da opressão, que não é particular do Brasil existindo em diferentes níveis em países diversos.

Magnani também é da mesma opinião: "A difusão do anarquismo em São Paulo não deve ser atribuída somente à origem estrangeira recente da classe trabalhadora, mas antes deve ser vinculada às condições sociais, políticas e econômicas imperantes na República Velha".[85] E de fato foi o que aconteceu.

Casada com a análise anarquista sobre a questão da imigração e da acusação em relação aos anarquistas estrangeiros, tínhamos uma crítica ao nacionalismo burguês e a defesa do "patriotismo" popular, como sentimento do povo em relação ao lugar onde nasceu, cresceu, viveu emoções, etc.

Para Florentino de Carvalho o patriotismo é um "sentimento afetivo, nostalgia, saudade intensa pelo lugar onde obtivemos maior soma de

[84] BITTENCOURT, A. "Universalidade da doutrina libertária" in *A Obra.* São Paulo, 15 de agosto de 1920.
[85] MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo 1906-1917*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 49

felicidades", portanto, um sentimento natural próprio dos seres humanos. Mas, este sentimento "foi deturpado, explorado, transformado em apostolado de idéias nativistas, em evangelho do nacionalismo e do estatismo, e dos seus subseqüentes elementos nocivos, o militarismo, o elecionismo, etc."

Florentino nos diz ainda que os brasileiros que conduzem o país e os que lhe servem de satélites

> "intensificaram o ensino nacionalista, difundiram o nativismo, o jacobinismo, instituíram o serviço militar obrigatório, criaram as linhas de tiro, as sociedades da Cruz Vermelha (...)
> E não faltam poetas, como Bilac, que cantem hinos de glória a esses ideais tenebrosos, e escritores como Coelho Netto que dêem a luz mandamentos, provocadores da exaltação nativista"[86]

Para o autor, este ambiente nacionalista deturpa a realidade por não fazer compreender que muitas das coisas que são realizadas no país são produtos do desenvolvimento da humanidade e não glórias de uma pátria. Continua seu texto criticando a instituição do serviço militar obrigatório e do exército.

A defesa do "nacionalismo popular" também foi tema de um artigo assinado por Frederico, em 1921.O nacionalismo era entendido como um sentimento nascido entre o povo, ao contrário do nacionalismo de governo.

O nacionalismo do povo, demonstrado através do ódio que este povo sente contra o estrangeiro que invade o seu país deveria ser admirado. [87]

O que chama a atenção neste texto é que o autor considerava crime a interferência de um povo civilizado na vida de outro povo civilizado, mas não faz a mesma defesa em relação a intervenção dos países civilizados nos países que não seriam civilizados na sua concepção. [88]

Frederico continua seu texto afirmando que no Brasil havia uma intensa campanha nacionalista e fundaram-se várias instituições para a promover, a Defesa Social Nacionalista, Cruzada Social, Legião da Mulher Brasileira, Liga

---

[86] CARVALHO, Florentino de. "Os brasileiros do 'Kaiser'" in *A Obra.* São Paulo, 13 de maio de 1920.
[87] Não nos esqueçamos que o neocolonialismo era discutido com as invasões das potências européias sobre outros países africanos e asiáticos.
[88] FREDERICO "Nacionalismo" in *A Plebe.* São Paulo, 01 e 08 de agosto de 1921.

de Defesa Nacional, Centro Acadêmico Nacionalista, etc., mas se perguntava, porque foram fundadas tantas agrupações com o intuito de defender o nacionalismo, acaso o país estava em guerra com outro país limítrofe ou em iminência disto, ou então haveria uma invasão de um país europeu ou da América do Norte? Como o autor responde pela negativa estas indagações, a conclusão que ele chega é que este não era o nacionalismo legítimo emanado do seio do povo, era o nacionalismo governamental que atendia aos interesses dos opressores.

Cláudio Azas no texto "Nacionalismo de Fancaria", nos diz que o nacionalismo constitui a defesa das instituições do presente, é demonstração do fracasso dos valores da demagogia burguesa e do desmoronamento do autocrático regime do republicanismo.

Para ele o nacionalismo está intimamente ligado e tem por base o capital estrangeiro e a sua segurança, garantindo a propriedade privada, elaborando leis para melhor dominar o povo, incrementando o Estado, impedindo o avanço do progresso, das artes, ciência, das indústrias e incitando "as massas a suportarem a escravidão econômica". [89]

A crítica ao nacionalismo é realizada no contexto do pós-primeira guerra, no qual os anarquistas demonstravam os efeitos da guerra para fazer a sua propaganda contra o nacionalismo, por outro lado mostra-se nos textos a preocupação dos anarquistas contra a propaganda nacionalista no Brasil, fazendo com que os jornais anarquistas se posicionassem e defendessem o fim do nacionalismo burguês. A crítica também demonstra a clara vinculação do Brasil com a dominação imperialista, transformando o nacionalismo em argumentação e fator a favor da dominação de classe.

Neste primeiro período por nós estudado, principalmente no início da década de 1920, a discussão sobre o nacionalismo em conjunto com o posicionamento sobre a questão da imigração foi necessária para os anarquistas. Procuraram demonstrar, em primeiro lugar, que os ideais anarquistas não eram alheios a realidade do país e que a própria constituição do que entendiam por civilização brasileira estava intimamente ligada ao

[89] AZAS, Cláudio. "Nacionalismo de Fancaria" in *A Obra.* São Paulo, 15 de setembro de 1920.

desenvolvimento de outros países. Além disso, buscaram valorizar o nacionalismo popular, como um sentimento natural de pertencimento a determinada localidade, contra o nacionalismo burguês, utilizado para facilitar a dominação de classe.

1.3- A Repressão ao Anarquismo

A repressão foi um dos grandes motivos apontados por muitos autores para avaliar a decadência do anarquismo no Brasil. De acordo com esta perspectiva a repressão promovida pelo Estado brasileiro, sob o controle da burguesia do país, fez com que boa parte da liderança anarquista fosse atingida desmantelando a sua influência no país, seja através de deportações ou da violência pura e simples.

A nossa perspectiva é resgatar o posicionamento dos anarquistas em relação ao aumento do ímpeto repressivo estatal e clarificar como determinadas formas de organização e concepções presentes entre os anarquistas brasileiros, facilitaram a ação da repressão contra as suas fileiras.

A repressão perseguiu os anarquistas desde o começo do século XX no Brasil. O grande representante do ímpeto repressivo antianarquista, consubstanciado através de leis repressoras, foi Adolfo Gordo. As leis elaboradas por ele visavam principalmente coibir a organização dos sindicatos e a liberdade de pensamento, contendo a manifestação pública de oposição ao governo e a deflagração de greves.[90]

A "Lei Adolfo Gordo" de 1907 previa a expulsão dos perturbadores da paz e da ordem, recaindo geralmente sobre aqueles que organizavam as greves. Mas estabelecia algumas exceções para operários que já residissem no Brasil há algum tempo. Em 1912, ano de intensificação das mobilizações operárias, o parlamento aprovou outro projeto de Gordo estabelecendo a prerrogativa da expulsão dos estrangeiros pelo poder executivo, sem

[90] ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e O Estado: Suas Relações No Contexto Capitalista Da Primeira República (1906-1922*). mestrado, história, PUC-SP. orientador: Antonio Carlos Bernardo, 1981, pp. 84 e 85

estabelecer ressalvas de tempo de moradia, constituição de família, etc., além disso, as decisões seriam irrecorríveis. Mas,

> "O Supremo Tribunal Federal decretou a inconstitucionalidade da lei e as decisões judiciárias e Portarias de expulsão voltaram a se referir ao texto de 1907. Entretanto, seria ilusório pensar que esta lei relativamente benigna prevaleceu. Não só havia uma considerável distância entre o país real e o país legal, como ainda a própria Corte Suprema se encarregaria de dar à lei uma casuística interpretação, de acordo com as circunstâncias: assim, um julgado de outubro de 1917, em torno do rumoroso caso dos trabalhadores expulsos após a greve de julho, assentou que os anarquistas não podiam ser considerados residentes, pois constituíam um elemento flutuante, que vagava pelo país para propagar seus ideais e seus métodos"[91]

Desta forma, se estabeleciam de acordo com a conjuntura político-social, critérios que poderiam ser utilizados para a perseguição e expulsão dos trabalhadores militantes, sem ser necessário levar em conta as prescrições efetivas da lei, já que esta poderia ser interpretada da forma que fosse mais conveniente para os interesses de quem estava no poder ou representava quem tinha o poder de fato.

O grande problema desta legislação não estava somente naquelas expulsões de militantes realmente executadas. Mas na ameaça constante que a lei fazia pairar sobre as cabeças dos trabalhadores imigrantes, havendo ameaças de fazendeiros e industriais contra os trabalhadores, baseados nesta lei. Caso quisessem se revoltar contra as condições estabelecidas os trabalhadores poderiam ser denunciados como perturbadores da ordem, não sendo necessárias provas para comprovar a denúncia.

Em 1919, por exemplo, depois do período de ascensão das lutas do movimento operário brasileiro, dezenas de militantes foram expulsas, entre eles Gigi Damiani e os membros organizadores do 3º Congresso Operário Brasileiro.

---

[91] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, pp 234 e 235

O governo avisava aos trabalhadores militantes que eles iriam pagar caro pela sua atuação para intimida-los, muitas vezes cumprindo sua ameaça.[92] Durante o governo Epitácio Pessoa mais de 150 militantes são deportados.[93]

Além da deportação, o governo apreendia os materiais de propaganda dos militantes anarquistas. Em 1920, o governo Epitácio Pessoa apreendia os jornais *A Plebe* e *Spartacus,* impedindo a sua circulação pelos correios, ordenando a sua apreensão através de circular emitida para o chefe dos correios.

No início de 1921, 1ºde janeiro, foi aprovado um decreto que regularizava a expulsão dos estrangeiros que estivessem no país a menos de cinco anos e que fossem considerados nocivos a ordem social. No mesmo mês foi aprovado outro decreto que considerava crime qualquer manifestação de incentivo à subversão da ordem social. O projeto novamente do senador Adolfo Gordo, considerava crime a colocação de bombas, dinamites ou semelhantes nas vias públicas e edifícios, a provocação escrita ou verbal de "crimes" que visassem subverter a ordem social, fazer apologia dos delitos praticados contra a organização da sociedade, em suma, era proibido querer transformar a sociedade revolucionariamente, mesmo que isso não fosse praticado de fato.[94]

Foi assim que, entre o fim de 1920 e início de 1921, acentuou-se a perseguição contra os anarquistas. Na sua imprensa estes criticavam a lei de repressão ao anarquismo, a lei Adolfo Gordo, primeiro o projeto, depois a própria lei, e procuravam demonstrar que não se intimidariam com os intentos repressivos do Estado. Argumentavam que os anarquistas sempre foram perseguidos em todos os países e mesmo assim continuavam firmes na luta.

João Russo ao criticar a lei contra os anarquistas, afirma que os governantes desejavam deixar os anarquistas fora da lei.

---

[92] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979,p. 145

[93] CARONE, Edgard. *A República Velha: I Instituições e Classes Sociais (1889-1930).* São Paulo, Difel, 1978, p. 241

[94] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social.* Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, p. 241

Afirmava que "fora da lei estamos nós por vontade própria, desde que esposamos os princípios anárquicos que são a negação formal da totalidade das normas jurídicas que servem de leme ao Estado."[95]

Porém, argumentava que isto partia dos anarquistas em relação ao Estado não se admitindo reciprocidade neste caso, pois a liberdade dos indivíduos dentro da sociedade burguesa é mais vasta quanto menos intervenção estatal haja.

Assim, João Russo poderia fazer o discurso da inutilidade das leis, característico dos anarquistas brasileiros, sem deixar de defender as liberdades democráticas numa sociedade burguesa, fazendo a denúncia do projeto de lei contra os anarquistas.

A crítica as leis foi realizada pelos anarquistas denunciando o seu caráter artificial. Para J. Bueno, por exemplo, as leis são utilizadas exclusivamente por aqueles que detém o poder para próprio benefício. A lei tem como objetivo a continuação da autoridade e a perseguição da classe trabalhadora.

Mas o impulso das inovações vai fazendo ceder tudo o que é artificial. Os anarquistas estão fora desta lei, mas lutam pelo regime baseado noutra lei: a da natureza, "cuja forma emana do mais justo princípio do direito humano".[96]

Alexandre Montenegro, por outro lado, procurava fazer para a sociedade um alerta sobre o projeto de lei de Adolfo Gordo, de expulsão dos militantes estrangeiros. Lei elaborada por um governo Clérigo-burguês para pôr nas mãos do governo os cidadãos que moram no país.

Segundo ele, esta lei iria processar sumariamente a torto e a direito todos aqueles que ousassem discordar do governo, acabando, assim, com a liberdade de imprensa e até de pensamento.

A imprensa local, não operária, não daria a devida atenção a esta monstruosa lei por ser covarde, não querer enfrentar o poder despótico que oprime os indivíduos no Brasil.

---

[95] RUSSO, João. “Fora da Lei” in *A Plebe.* São Paulo, 07 de fevereiro de 1920.
[96] BUENO, J. “Nós e a Lei” in *O Grito Operário.* São Paulo, 28 de janeiro de 1920.

Por estes motivos seria necessário que os intelectuais, os amantes da evolução científica e dos direitos do homem se levantassem e protestassem energicamente contra este projeto de lei terrorista, afirmava.[97]

O Texto "O Projeto Terrorista", publicado no jornal *A Obra* de 1920, faz menção a discussão da lei de repressão ao anarquismo e diz que ela não iria ser contrariada pois derivava da vontade de Epitácio Pessoa e de Adolfo Gordo, defensores dos interesses da aristocracia paulista, e conclui:

> "E o povo, esse paciente cordeiro que tudo produz e tanto se sacrifica, ficará indiferente diante desse hediondo e clamoroso atentado às liberdades públicas, diante desse cerceamento das liberdades individuais, deixando que seus melhores elementos sejam lançados para as penitenciárias só por quererem o bem estar coletivo, a felicidade integral dos povos? Levanta-te e reage, ó leão adormecido !"[98]

Neste primeiro momento, quando a lei era "apenas" um projeto, a preocupação dos anarquistas era tentar fazer com que houvesse uma mobilização da opinião pública contra esta lei que para eles seria um crime. Neste sentido, o chamamento contra a lei englobava todos, os intelectuais e o povo em geral e não só os trabalhadores. Quando a lei foi aprovada o discurso mudou, tentava-se enfrentar o fato da lei conclamando ao heroísmo e abnegação dos militantes.

O artigo "Em torno de uma lei" de 1921, escrito por Cancio de Souza, afirmava que os anarquistas que acompanhavam há alguns anos o movimento no Brasil, sabiam que todas as perseguições e violências que pretendiam exterminá-los acabavam por fortalecê-los. Havia prisões de pensadores e propagandistas, mas quando estes saiam das cadeias com mais afinco se dedicavam ao estudo e a propaganda anarquista, fazendo com que o número de simpatizantes se multiplicasse, fortalecendo, portanto, o anarquismo. Pois anarquistas não se acovardavam, sabiam enfrentar todos os perigos e obstáculos, segundo ele.[99]

---

[97] MONTENEGRO, Alexandre. "Ainda a Lei Adolpho Gordo, no País da Irresponsabilidade" in *A Obra* São Paulo, 20 de maio de 1920.
[98] "O Projeto Terrorista" in *A Obra.* São Paulo, 14 de julho de 1920.
[99] SOUZA, Cancio de. "Em torno de uma lei" in *A Plebe.* São Paulo, 29 de janeiro de 1921.

O anarquista destemido enfrentava todos os problemas e dificuldades sem se precaver. Corajoso, se expunha a perseguição.

Afirmava-se ainda em 1921 que as sentenças de morte proferidas contra os anarquistas não teriam resultado

> "porque não fazem mais que vibrar um golpe unicamente material sobre o imaterial, a crença (...)
> A guilhotina decepa uma cabeça, mas não atinge a idéia que dentro residia"[100]

A idéia era mais forte que os homens, se propagaria pelo exemplo dado pelos mártires do proletariado, por este motivo mais importante seria demonstrar a coragem e abnegação do que buscar preservar a vida para continuar a atuar.

Artigo do jornal *A Vanguarda* afirmava que a propaganda do comunismo no Brasil, depois de aprovada a lei de repressão ao anarquismo, lei que restabelecia o "medieval" (segundo os anarquistas) delito de opinião, seria mais intensa e profícua, pois toda a idéia para vingar deveria ser "primeiro, perseguida, açoitada na cadeia de Vila Mathias, expulsa no porão de um navio e, finalmente, crucificada. No fim do terceiro dia, como na lenda messiânica, a Idéia, esplendida, ressuscita!".[101]

A lei de Adolfo Gordo teria armas de ferro e de papel sendo as de papel as mais perigosas na visão do articulista que afirmava preferir morrer de bala, pois, "quem cai, na rua, ensangüentado, na defesa de uma Idéia, ergue-se, na história e no coração dos homens bons, resplandecente como os mártires."

De acordo com o autor, a luta entre o pensamento e a lei Gordo pareceria impossível, ter-se-ia a impressão de que o pensamento seria derrotado na primeira batalha, mas ele acabaria vencendo, pois vem ao mundo em nome de outra lei, "a lei da evolução, aprovada, há séculos e sem discussão por essa Casa de onde saem as leis eternas e de bronze, como chamava Goethe as leis da Natureza"[102]

Podemos afirmar que para alguns a prisão não foi o elemento que fortaleceu a convicção anarquista para a continuidade da atuação no Brasil

[100] "Repressão ao anarquismo" in *A Plebe.* São Paulo, 05 de março de 1921.
[101] OTÁVIO. "O sr Gordo e a sua lei" *A Vanguarda.* São Paulo, 01 de março de 1921.

como muitos artigos procuravam de forma idealista afirmar, pois muitos foram deportados, outros num período posterior, durante o Estado de Sítio do governo Artur Bernardes, foram presos em regiões inóspitas do país e nunca mais voltaram. A coragem anarquista, a afirmação de que sua espinha “quebra, mas não verga”, serviu para facilitar o elemento repressivo e debilitar a própria ação anarquista. Algumas “sentenças de morte” que segundo um dos artigos não atingiria o imaterial “as idéias”, foram executadas, deportando-se alguns ativos militantes para a Clevelândia e para fora do país e o “heroísmo” dos anarquistas colaborou para a “morte” de sua influência e, portanto, das suas idéias.

Em relação à repressão outro aspecto relevante a ser estudado é o fato de a Federação Operária de São Paulo declarar a publicidade das suas reuniões e reafirmar que todos dela poderiam participar mesmo pessoas estranhas "a classe". Isto, sem dúvida, foi uma das falhas do sindicalismo revolucionário e dos anarquistas que eram partidários apenas da organização sindical, não defendendo a formação de uma organização anarquista. Num momento no qual a repressão se estendia, lembremos que após os acontecimentos de 1917-1919 os anarquistas foram severamente perseguidos, deportados, presos, etc., os anarquistas não possuíam qualquer tipo de organismo não publica de coordenação de ações.

Pela prática observada, pela facilidade da repressão aos anarquistas em momentos cruciais (após as grandes greves, após a frustrada tentativa de insurreição no Rio de Janeiro, com seus primarismos de organização) e pelo constante apelo a bravura dos militantes procurando transformá-los em destemidos lutadores que não tem medo de enfrentar ninguém, entendemos que a repressão pôde agir livremente sendo esta uma das causas para debilitar o anarquismo brasileiro.

Muitos dos principais militantes anarquistas eram presos facilmente, fazendo com que o movimento ficasse, por vezes, "acéfalo". Mas é claro que isto não deveria ter a importância devida para aqueles militantes anarquistas que defendiam a todo o custo que todos deveriam ser os "dirigentes" dos

[102] Ibid..

movimentos. O período de maior repressão, já no governo Artur Bernardes, quando a imprensa anarquista e boa parte da imprensa operária é impedida de circular, vai gerar um certo vácuo de atuação dos militantes anarquistas, mesmo que clandestinamente, como podemos deduzir pelos poucos documentos disponíveis sobre o período, que constam, por exemplo, na obra de Edgar Rodrigues.

Outro aspecto ligado a este, é que as atividades anarquistas eram primordialmente atividades publicas e que deveriam ser publicizadas. Os jornais operários/anarquistas sempre foram um dos meios de ação priorizados pelos anarquistas brasileiros, outros meios eram as palestras, festas, os próprios movimentos reivindicatórios, etc. Movimentos conspiradores, próprios da clandestinidade, eram relegados a tentativas bem menores nos círculos anarquistas, tanto é que faltava qualquer tipo de experiência destes militantes na sua preparação, vide a conspiração anarquista do Rio, em 1918[103] , quando a imprudência de se chamar um membro do exército por um dos militantes anarquistas, só porque ele disse ser simpático as idéias anarquistas, para reuniões que iriam preparar um movimento insurrecional, e deixar esta pessoa que não era um velho militante de confiança, sabendo de todos os passos que seriam dados neste processo, mostra como os militantes anarquistas não sabiam lhe dar com atividades clandestinas.

Segundo o depoimento de Ajus, assim aconteceu a sua aproximação com os anarquistas:

---

103 A tentativa insurrecional se deu em novembro de 1918, a intenção era combinar uma greve com a revolta dos escalões inferiores das forças armadas. Os principais líderes os eram destacados anarquistas José Oiticica,, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, etc. A preparação da insurreição é acompanhada pelo tenente do exército Jorge Elias Ajus, infiltrado no movimento e que ficou responsável pela preparação do levante militar do mesmo.
José Oiticica declarou a Ajus que seria interessante este ir a sua casa na véspera do movimento, o que Ajus fez encontrando lá de oito a dez pessoas entre as quais os mais destacados líderes anarquistas. Nesta reunião Ajus tentou o adiamento do movimento insurrecional por orientação do chefe de polícia que estava a par de tudo, alegando que estava de serviço no quartel, o que não conseguiu porque Agripino Nazaré disse ser impossível barrar a greve dos tecelões. Nesta reunião Oiticica deu detalhes do plano, como a quantidade de bombas, carros, operários, a forma de reconhecimento dos que estariam envolvidos na liderança do movimento, etc. Ficou ainda marcada uma conversa para o dia seguinte quando seriam repassados os últimos detalhes do movimento. Neste dia os principais conspiradores foram presos, poucas horas depois se iniciou a greve dos tecelões, mas poucos operários foram para o Campo de São Cristóvão, local combinado para uma das batalhas que visava a tomada de uma delegacia de polícia.. Ver em: ADDOR, Carlos Augusto. A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Achiamé, 2002, pp. 125 e 126

"Jorge Elias Ajus, tenente do exército. — Disse que: reside em companhia de sua mãe, dormindo no mesmo quarto, há cerca de quatro anos, com o primeiro-caixeiro Ricardo Corrêa Perpétua; que nele convivia, o declarante teve ocasião de conhecer muito de perto Ricardo, que era um homem bom, mas completamente imbuído de idéias anarquistas e anticlericais, dispondo de muitos livros sobre esses assuntos; *que em princípios de novembro último, certa ocasião,* e*stando o declarante em casa, viu chegar junto ao balcão onde se achava Ricardo um indivíduo alto moço, bem apessoado e que dias depois soube chamar-se Manuel Campos e fêz entrega a Ricardo de um embrulho, dizendo-lhe 'são pra entregar, digo, distribuir amanhã, na Vila Militar;* hoje temos reunião no. . .', não percebendo o declarante qual o local; que tal entrega e tal frase conjugadas com as crenças políticas e sociais de Ricardo despertaram a atenção do declarante e por isso, aproveitando um afastamento ocasional de Ricardo do lugar do balcão em que Ricardo colocara o embrulho, *abriu-o e verificou com pasmo que se tratava de boletins sediciosos dirigidos a soldados e marinheiros;* que diante de tal descoberta e julgando bem da sua gravidade, entendeu ser de seu dever militar e cívico dar disso conhecimento aos seus superiores (...) que meditando na maneira de entrar no assunto e lembrando-se de que haveria uma reunião nesta noite, vendo que efetivamente Ricardo se vestia para sair, começou o declarante a fingir-se desgostoso com a atual forma de governo, que entendia dever ser substituída por uma forma inteiramente popular, à semelhança da Rússia e pondo-se assim de acordo com as idéias que revelava Ricardo, acabou por lhe dizer que havia um movimento muito bem organizado para alterar a forma do governo, tendo mesmo recebido um convite de um conhecido para tomar parte em uma reunião revolucionária, mas que depositando pouca confiança na pessoa que o convidou, não quis aceder, mas que agora se ele, Ricardo, estivesse ao par do movimento e garantisse que ele tinha condições de êxito, que o declarante estava disposto a tomar parte nele contanto que lhe garantissem um lugar de destaque; *que Ricardo então lhe disse que ia efetivamente tomar parte* em *uma reunião em que* se *cogitaria de alterar a forma de governo* e *que assim proporia a inclusão do declarante* por *intermédio do Dr. José Oiticica;* (...) estava o declarante já em casa, quando entrou Ricardo e lhe anunciou que a sua proposta havia sido aceita e que por isso teria de ir com ele

> no dia seguinte às oito horas para ser apresentado pessoalmente ao Dr. José Oiticica"[104]

Só isso já demonstraria o primarismo dos anarquistas na organização de atividades clandestinas.

Outro exemplo pode nos mostrar a deficiência de segurança das organizações influenciadas pelos anarquistas, o que colaborou para a prisão de muitos militantes e o declínio da sua influência em São Paulo.

Num artigo de 1921, publicado em *A Plebe*, havia uma denúncia contra Evaristo Ferreira de Souza. Esse seria da polícia e durante muitos meses teria andado nas associações operárias e grupos. A "excessiva boa fé" dos editores de *A Plebe*, segundo suas próprias palavras, havia possibilitado que este espião ocupasse o posto de administrador do jornal ficando incumbido de escrever as notas sobre o movimento operário. Graças a esta função ele pôde entrar nas associações operárias para colher informações. Falava sempre em preparar ações secretas, aconselhava os trabalhadores a andar armados, razão pela qual surgiram às desconfianças contra ele.

O texto chamava a atenção para que os operários não se assustassem caso começassem a surgir notícias de complôs, ou alarmismos contra o movimento operário, pois tudo seria arquitetado por este agente provocador.

Concluía que, "embora no nosso meio tudo se faça as claras, realizando-se as reuniões de sindicatos e grupos em salões de portas abertas, os trabalhadores devem se acautelar contra qualquer insídia do espião que apontamos".[105]

Esta postura de realizar as atividades publicamente, de "enfrentar" as autoridades com um discurso provocador, a valorização do "heroísmo" por parte dos militantes, e, quando realizada atividade clandestina, a falta de preparo dos anarquistas, foi algo que se manteve durante o período por nós estudado e pode ser visto mesmo na década de 1930.

Relatórios reservados da polícia de 22 de março de 1933 e de 28 de março de 1933 relatam visita de José Oiticica a São Paulo, onde deu palestra

---

[104] apud BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pp. 329-332

[105] "Um espião e agente provocador" in *A Plebe.* São Paulo, 29 de janeiro de 1921.

para os trabalhadores da Light. Segundo o relator Oiticica é "rico em fraseologia; a assistência delirou em ouvi-lo, e tem o dom de encantar e seduzir pelas suas palavras; seu porte sisudo lhe dá uma autoridade bastante grave, respeitosa, amável"[106]

Continuando seu relatório o policial nos diz que o objetivo principal de Oiticica era o de estabelecer uma união entre os trabalhadores da Light de São Paulo e do Rio de Janeiro, feito em que obteve êxito, porém, as pessoas responsáveis por essa aliança em São Paulo eram pessoas de confiança do próprio relator policial, sendo que ele mesmo se fez de intermediário.

Outro relatório policial diz que numa palestra na sede da FOSP, Florentino de Carvalho defendeu a preparação dos trabalhadores, inclusive criando fundos para a utilização nas Indústrias Químicas Mortíferas. Se isso de fato ocorreu podemos observar a falta de critério para a discussão das questões clandestinas [107]

1.4- Os Movimentos Tenentistas e os Anarquistas

Após esclarecermos alguns aspectos referentes a repressão que se abateu sobre as fileiras anarquistas no início dos anos 1920, vamos resgatar o seu posicionamento perante as sedições militares lideradas pelos tenentistas ainda na primeira metade da mesma década.

Os anarquistas, que se consideravam reconhecidos elementos revolucionários na sociedade paulista, tiveram posicionamentos que foram de uma espécie de indiferentismo, em relação aos movimentos de 1922, até o apoio crítico ao movimento de 1924, seguindo orientações malatestianas como procuraremos demonstrar neste tópico. A repressão que se abateu sobre os anarquistas posteriormente as sedições militares serão analisadas no próximo ponto.

[106] *Prontuário 710- União dos Trabalhadores da Light* , vol-I - folhas 25 e 28, DEOPS/SP, DAESP.
[107] *Prontuário 144- Florentino de Carvalho* folha 16 DEOPS/SP, DAESP.

No ano de 1922 ocorrem às eleições presidenciais que foram favoráveis aos candidatos situacionistas, desta forma Arthur Bernardes ganha a eleição sobre o candidato Nilo Peçanha.O resultado não contenta a oposição. [108]

Temos que lembrar que vivíamos na época em que o poder político no Brasil era compartilhado pelas Oligarquias, que utilizavam mecanismos fraudulentos para burlar as eleições e se manter no poder, se sustentando com o apoio regional dos coronéis.[109]

A fragilidade dos poderes dos Estados e do governo federal permite a formação de lideranças regionais entre os mais poderosos. No regime das eleições a sua força conta a partir do número de votos (que poderiam ser abertamente controlados) fornecidos aos candidatos. Em troca do voto, as lideranças regionais recebem "favores" das esferas superiores, que vão desde empregos públicos até o controle sobre a polícia local. Estes favores só são conseguidos quando se é partidário do governo, por isso era importante apoiar os candidatos da situação. Já as oposições ou tentavam se aproximar da situação fazendo-se situacionista, ou tentavam assumir o poder através da força, o que se dava principalmente em nível regional.

A oligarquia cafeeira de São Paulo era a mais dinâmica[110.] Neste sentido, a oligarquia de São Paulo, devido a sua importância econômica, possuía uma grande importância política, dividida com Minas Gerais, também importante Estado produtor de café o principal produto da economia brasileira, e que possuía um grande colégio eleitoral.

Como desdobramento da eleição de Bernardes com a contestação da oposição, incidentes militares ocorrem pelo país e o Marechal Hermes da

---

[108] A oposição não aceita a vitória de Artur Bernardes e Nilo Peçanha pede a verificação dos votos por um Tribunal de Honra, que significaria abrir mão do sistema eleitoral vigente.
A partir de abril de 1922 começam a estourar rebeliões armadas na Marinha e no Exército. Peçanha consegue a adesão do Clube Militar e de Borges Medeiros, oligarca do Rio Grande do Sul e chefe do governo gaúcho, para a formação de uma comissão especial, que pudesse verificar a vitória de Bernardes. O congresso coloca-se contrário à interferência externa e Artur Bernardes é reconhecido vencedor em junho de 1922.

[109] O título era concedido ou comprado pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais das regiões. Os coronéis eram oligarcas que detinham principalmente o controle da produção agrária das diferentes regiões, o látex em determinado período na Amazônia, o açúcar no nordeste, a criação de gado no Rio Grande do Sul ou o café em São Paulo.

110 Como vimos, graças ao capital do cafeeiro foi possível à diversificação dos investimentos atingindo até atividades tipicamente urbanas.

Fonseca, reeleito presidente do Clube Militar em maio de 1922, envia um telegrama solicitando ao exército que não intervenha nos acontecimentos que se desenvolviam no Estado de Pernambuco, em oposição à determinação do governo federal que decidiu pela intervenção de tropas federais e navios de guerra que começavam a chegar ao Recife. Diante de tal posicionamento Hermes da Fonseca é repreendido e preso, enquadrado na lei de repressão ao anarquismo.

Diante da prisão de Hermes da Fonseca em 02 de julho de 1922 e do fechamento do Clube Militar no dia 3, estoura a sedição militar de julho de 1922.[111]

Marques da Costa, somente vai comentar o movimento de 5 de julho na medida em que a repressão a este movimento acarretou, de tabela, a repressão ao anarquismo e o impedimento da publicação regular de *A Plebe*.[112]

Já Demócrito em texto de 22 de julho de 1922 tece crítica a lei de repressão ao anarquismo do senador Adolfo Gordo e ironicamente diz que os deputados a aprovaram, pois o governo os esqueceu de avisar que o Clube Militar também poderia ser fechado.

> "Fechar as associações anarquistas, de gente sem eira nem beira, de ralé desprezível, de canalha vil que nunca está contente, vá, admiti-se. Mas valer-se de uma lei de exceção contra anarquistas e cafetões para encerrar o Clube Militar de que fazem parte marechais, almirantes, generais, todas as altas patentes do exército e da marinha, diversos senadores, vários deputados, equiparar todos estes personagens a vulgares anarquistas é uma infâmia inqualificável."[113]

Toda a discussão sobre o movimento que estava ocorrendo, a situação conjuntural do país e o papel dos anarquistas nesta situação não passou de

---

[111] Em São Paulo, há falta de apoio para os planos do General Luis Barbedo de derrubar o governo paulista e ir ao Rio de Janeiro e os comandos rebeldes são substituídos. No Rio de Janeiro apenas alguns elementos da alta oficialidade se dispõem a apoiar a revolução, sendo que a maioria dos que desejavam lutar estavam na baixa oficialidade, e de fato são os tenentes que desencadearão o movimento. A revolta acontece no Forte de Copacabana, da onde na madrugada de 5 de julho são atiradas às primeiras balas de canhão. A revolta também ocorreu na Escola Militar do Realengo e no Forte do Vigia.

Epitácio Pessoa manda bombardear o Forte por terra, mar e ar.

[112] COSTA, Marques da. "A sedição do dia 5 de julho" in *A Plebe*. São Paulo, 22 de julho de 1922.

[113] DEMÓCRITO. "O verdadeiro conceito de liberdade" in *A Plebe*. São Paulo, 05 de agosto de 1922.

uma ironia e análise que não saiu da esfera das próprias fileiras anarquistas e do que o movimento de julho de 1922 acarretou de problema para a militância. Não se discutiu a importância ou não do movimento, se seria apoiado, apoiado criticamente ou combatido, nem uma análise mais aprofundada.

Depois destes acontecimentos a repressão é geral sobre o segmento revoltoso das forças armadas.[114] O Estado de Sítio que acontece com a deflagração do movimento e que duraria até 5 de agosto é prorrogado até 31 de dezembro a pedido de Epitácio Pessoa, uma vez que Artur Bernardes só é empossado em 15 de novembro, com a alegação de que seria necessário tomar novas medidas e prosseguir com os processos. O mandato de Artur Bernardes vai ser quase todo vivido sobre a tensão do Estado de Sítio.[115]

Entre as medidas tomadas para fortalecer o controle do governo é apresentado no Senado a Lei de Imprensa, também de autoria do senador Adolfo Gordo. Esta lei não permitia que os artigos publicados nos jornais fossem anônimos, facilitando, assim, a repressão.

A reação contra o projeto parte de vários segmentos da sociedade, desde setores da oligarquia até a Liga Nacionalista de São Paulo. Mas, como todos estavam sob o peso do Estado de Sítio, poucos se colocam veementemente contra o projeto, que é mantido e aprovado em junho de 1923 depois de vários debates e recuos, sendo assinada a lei somente em novembro.

Os anarquistas se posicionam em relação a esta lei. Numa reunião dos jornalistas de quase todos os jornais contra a "lei – mordaça" ocorrida no início de agosto de 1922, cuja concorrência não foi tão grande, demonstrando, segundo texto publicado em *A Plebe*, o indiferentismo da imprensa mesmo numa questão que a interessa tão de perto, Leuenroth fez a denúncia de que o governo havia proibido a distribuição de *A Plebe* pelo correio e que ninguém havia protestado contra isso, exceto os trabalhadores.

---

114 As críticas a sedição militar não demoraram a chegar, até mesmo Borges de Medeiros, que tinha apoiado Nilo Peçanha na questão do Tribunal de Honra, teceu críticas aos revoltosos. O movimento também não teve o apoio de esquerdistas como Maurício de Lacerda e nem do movimento operário representado pelos anarquistas.

115 CARONE, Edgard. *A República Velha: I Instituições e Classes Sociais (1889-1930).* São Paulo, Difel, 1978, pp. 369 e 370

A reunião terminou aprovando-se alguns telegramas que iriam ser enviados pela associação de imprensa ao congresso nacional. Edgard Leuenroth, diante deste fato, proclamou a sua solidariedade a todo o movimento popular, mas não concordava com os apelos aos organismos governamentais.[116]

Em um momento que os anarquistas poderiam se aproximar de um setor de oposição contra o governo, Leuenroth, provavelmente refletindo a posição da maioria dos anarquistas, enfatizou o posicionamento contrário ao apelo ao governo.

O posicionamento de Leuenroth, nos parece estabelecido de acordo com dois elementos: a posição classista da maioria dos anarquistas, embora parte destes propusessem uma estratégia policlassista de transformação social, e um posicionamento ideológico contra ações políticas, que colaboraram para o auto-isolamento dos anarquistas.

Ainda diante da onda reacionária do início de 1924, com a aplicação da lei de imprensa, a prisão de operários, a apreensão dos jornais anarquistas, (uma circular do correio impedia circulação de *A Plebe* e determinava a sua apreensão, mesmo vendas avulsas eram apreendidas) *A Plebe* publicava:

> "as leis só existem e só servem para serem violadas, desconhecidas, calcadas pelas autoridades e pelas policias encarregadas de as aplicar e cumprir. Para os grandes todas as deferências. Para os pequenos é outro falar: nem reunião, nem associação, nem pão, nem liberdade de palavra ou de locomoção. E aquele que sair fora dos eixos, que não concorde com esses mandamentos de opressão policial burguesa, pode arranjar os passaportes para a cadeia, para o estrangeiro ou para o cemitério"[117]

Artur Bernardes manteve a perseguição em 1923 e 1924 a todas as formas de oposição seja civil ou militar.

Neste período começa a se articular novo movimento militar para derrubar Bernardes. [118] Os revolucionários ganham apoios importantes como o

[116] "Contra a lei-mordaça" in *A Plebe*. São Paulo, 12 de agosto de 1922.
[117] "Ante o tufão que passa" in *A Plebe* . São Paulo, 15 de março de 1924.
118 Militares como o general Isidoro Dias Lopes, tentam a aproximação com líderes civis que poderiam participar do movimento. As articulações são feitas com Nilo Peçanha a partir do primeiro semestre de 1923.

da Força Pública de São Paulo, através de Miguel Costa e outros oficiais da corporação.[119]

O plano é iniciar o movimento em São Paulo, que seria seguido pelo levante de outras cidades do país. O movimento eclode no dia 5 de julho na cidade de São Paulo, com um efetivo de aproximadamente 1000 homens do exército e da Força Pública.[120]

Com o tempo os revolucionários tomam a cidade, mas não avançam, ficando na defensiva, sofrendo constantes ataques das forças legalistas. [121]Os avanços legalistas se dão nos últimos dias do mês fazendo com que os revolucionários fossem obrigados a abandonar a cidade na madrugada do dia 27.

Ao mesmo tempo dos combates em São Paulo, colunas ou grupos revolucionários ocupam várias cidades do interior, entre elas Rio Claro, Campinas, Itu, Amparo, São Carlos, Araras, Pirassununga, etc. Estes pontos de combate facilitam a fuga dos revolucionários de São Paulo. A Coluna Paulista, como é chamada, sai de São Paulo com aproximadamente 6000 homens, contando também com civis.[122]

Joaquim e Juarez Távora entram em contato com oficiais do Rio Grande do Sul, com unidades do interior de São Paulo, Mato Grosso, Estado do Rio de Janeiro, etc., entre o segundo semestre de 1923 e início de 1924. A morte de Nilo Peçanha, em março de 1924, faz parte dos militares desistirem de fazer a revolução.

119 A Força Pública respondia a uma necessidade de uma força de defesa própria dos Estados na forma de organização política federalista brasileira. Para se ter uma idéia a Força Pública de São Paulo recebeu uma Missão Francesa, para proceder ao processo de profissionalização dos policiais militares paulistas em 1906, já o exército só recebeu este tipo de missão em 1918.
"E é como 'pequeno exército' que se aperfeiçoa a Força Pública. Até 1930 esta terá melhoramentos contínuos desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico-hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação." Ver em: FERNANDES, Heloísa Rodrigues. "A Força Pública do Estão de São Paulo" in FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp. 249 e 251

120 A luta se estabelece, de início, contra um número mais ou menos igual de legalistas. No dia 6 parte outra parte das tropas já tinha aderido ao movimento ou estava presa pelos revoltosos. A batalha prossegue e os revolucionários não conseguem tomar São Paulo com a rapidez que esperavam.

121 Num combate do dia 14 de julho morre Joaquim Távora, um dos líderes do movimento.

122 Os revolucionários realizam sua fuga conquistando Foz do Iguaçu e Catanduvas, permanecendo no local entre outubro de 1924 e março de 1925. Nesta região encontram-se com as tropas rebeladas do Rio Grande do Sul e se reúnem os oficiais decidindo continuar a campanha militar pelo Brasil incentivando a rebeldia e a revolução. Ver em: CARONE, Edgard. A República Velha: I Instituições e Classes Sociais (1889-1930). São Paulo, Difel, 1978, pp. 381-391

A Plebe depois de 20 dias de iniciado o movimento das forças armadas de 05 de julho de 1924 em São Paulo, consegue publicar uma edição narrando os fatos.

O artigo "Movimento Revolucionário" narra os fatos desde o dia 05 de julho.[123] Os anarquistas de *A Plebe*, que se consideravam reconhecidos elementos revolucionários, idealistas e trabalhadores conscientes, que sabiam que apenas uma Revolução Social que extinguisse os regimes autoritários dominantes nos diferentes países do mundo poderia solucionar os problemas da humanidade, preocupavam-se em registrar o fato, que provaria que as classes exploradas do Brasil sentiam a necessidade de acabar com o sofrimento originado por causa do "desavergonhado procedimento com que os políticos e administradores do Brasil o tem guiado no caminho da sua vida Republicana".[124]

Para *A Plebe*, o movimento revolucionário não tinha sido levado a cabo pelo povo, mas mesmo dirigido pelos oficiais do exército foi posta em prática graças aos serviços dos soldados que também faziam parte do povo, neste sentido, o movimento também era obra do povo.

A Plebe ainda registrou trechos do manifesto dos revolucionários que determinavam a motivação do movimento. Os trechos do manifesto se referiam a ascensão as posições em evidência dentro do exército levando em conta o mérito, a defesa de eleições democráticas de fato, etc.

Para o jornal o movimento revolucionário buscava pelo menos fazer cumprir as garantias que a Constituição conferia ao povo, e caso os fins do movimento fossem alcançados, os anarquistas, segundo a posição do jornal, muito aproveitariam na propaganda dos ideais de emancipação humana.

---

123 Segundo o periódico, o levante começa de madrugada contando com a adesão do 4º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Santana, dos 2º e 4º Batalhões da Força Pública, sendo auxiliados pelo Regimento da Cavalaria da Polícia, por uma bateria do 2º grupo de artilharia pesada de Quitaúna, e depois reforçados pela adesão da maioria dos elementos das unidades elencadas, mais do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria, 5º Batalhão de Caçadores, 4º Regimento de Artilharia Montada, 2º Regimento de Cavalaria de Pirassununga e parte da Marinha Nacional.

124 O povo mesmo com a "chuva de balas" durante os dias 5, 6, 7 e 8 manteve-se sereno, segundo o jornal, como se não acontecesse nada anormal. No dia 9 os revolucionários ocuparam a capital, fugindo os legalitários para a periferia. Entre os dias 8 e 9 os armazéns começaram a serem saqueados pelo povo.

O texto dizia ainda que sabia que a liberdade, os direitos e a justiça prometida ao povo, logo após os movimentos revolucionários do passado, nunca haviam passado de promessas, para arrefecer os ânimos. Mas, mesmo reconhecendo este fato, os anarquistas não deveriam menosprezar "aquilo cujos fins caracterizam parte do que aspiramos".

E repetindo o argumento de Malatesta diziam que já que não tinham forças para fazer uma revolução que fosse genuinamente "nossa", deveriam se contentar em fazer a revolução o mais "nossa" possível, participando moral e materialmente de todo movimento no sentido da justiça e da liberdade, pouco importando, daí retomam o argumento de autoridade de Malatesta, se os anarquistas seriam traídos como aconteceu outras vezes, pois era preciso correr o risco para não permanecer inativos e renunciar a possibilidade de concorrer com as idéias e a ação anarquista para determinar o curso da história.[125]

Aliás, devemos abrir um espaço aqui para explicitar a posição de Malatesta que foi repetida pelos anarquistas brasileiros. Malatesta quando pensava em fazer alianças revolucionárias vivia em uma monarquia em seu país, que enfrentava a oposição de anarquistas, socialistas e republicanos.

Afirmava que nem os anarquistas nem os socialistas poderiam fazer a revolução sozinhos, pois quem iria fazer a revolução era todo o povo, entre os quais os anarquistas e socialistas estavam. Estar divididos entre as correntes naqueles pontos nos quais as alianças eram possíveis significava dividir o proletariado.

Nas alianças revolucionárias sempre haveria “traições”, mas era necessário arriscar ser traído, o que era melhor do que cair na inação. Por outro lado, as próprias traições não seriam inúteis, pois serviriam para que os verdadeiros revolucionários denunciassem aqueles que só querem aproveitar-se do povo.

Os anarquistas deveriam fazer as alianças, mas nunca deixando de defender o que entendiam ser o melhor, nunca deixando de ser anarquistas e se confundindo com as outras forças.

[125] “Movimento Revolucionário” in *A Plebe* . São Paulo, 25 de julho de 1924.

Assim, os anarquistas deveriam estar junto aos republicanos no ato revolucionário assim como estariam juntos aos comunistas na expropriação da burguesia, mas nem por isso se transformariam em republicanos ou comunistas, pelo contrário, se possível dentro mesmo do movimento revolucionário, os anarquistas deveriam buscar implantar suas idéias tentando radicalizar as massas, buscando a apropriação pelos trabalhadores de toda a riqueza social e a organização direta da nova vida social.[126]Afirmava:

> "outros camaradas gostariam que parássemos provisoriamente a propaganda anarquista, para nos ocuparmos com o combate contra a monarquia e, após o triunfo da insurreição, recomeçarmos nosso trabalho específico de anarquistas. Eles não vêem que se nos confundíssemos com os republicanos faríamos o trabalho da futura república, desorganizando nossos grupos, semeando a confusão, sem poder impedir em seguida o reforço da república.
> Entre estes dois erros [o de não fazer alianças e o de se dissolver nelas], o caminho a seguir parece-nos claro. Devemos nos posicionar com os republicanos, os social-democratas e todo partido antimonarquista para derrubar a monarquia. Mas devemos ser, enquanto anarquistas, pela anarquia, sem romper nossas forças nem confundi-las com a dos outros, sem fazer compromissos para além da cooperação na ação militar"[127]

Posicionamento semelhante foi adotado pelos anarquistas brasileiros representados por um manifesto publicado em *A Plebe.* Ainda na mesma edição os anarquistas publicaram "Uma Moção de Militantes Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias", com data de 15 de julho de 1924.

Esta moção foi escrita após os operários anarquistas terem procurado oficialmente o General Isidoro Dias Lopes, o chefe do Estado Maior da Revolução em São Paulo, buscando formar um batalhão civil anarquista para lutar na revolução. Lopes negou armamento aos militantes, e nem mesmo se encontrou com eles mandando sempre subalternos que sugeriram que os operários se alistassem se incorporando no exército revolucionário.[128]

---

[126] apud. RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas*. Barcelona, Tusquets, 1977, pp. 211- 214
[127] MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, pp.50 e 51
[128] SAMIS, Alexandre. *Moral Pública & Martírio Privado- Colônia Penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1999, p. 65

Na moção defendiam algumas reivindicações proletárias, como o estabelecimento do salário mínimo baseado no custo dos artigos de primeira necessidade, fixação de tabela de preços máximos para estes mesmos artigos, o direito de associação, a liberdade de expressão e de imprensa, a revogação da lei de expulsão, o direito de fundar escolas e a generalização do dia de 8 horas de trabalho.

Assinavam a moção 28 operários de diferentes profissões, todos anarquistas, entre eles Pedro Mota, Arsenio Palácios, Nino Martins, João Peres, Afonso Festa e José Righetti.[129]

Como representantes do proletariado paulista, o manifesto dos anarquistas, que além dos nomes dos signatários indicavam as suas respectivas profissões facilitando posteriormente o trabalho da repressão, limitou-se a solicitar a ampliação dos direitos operários e das liberdades constitucionais. Nenhuma orientação a mais foi passada para os trabalhadores, quando a batalha se desenvolvia ardorosamente nas imediações da cidade.

Para nós, o elemento classista, somado a prática concreta por parte dos anarquistas "sindicalistas" fez com que os anarquistas tivessem certa ressonância social no período por nós estudado.

Por outro lado, acreditamos que este também foi o elo débil do anarquismo. Numa sociedade em que a classe operária não era a majoritária na sociedade, desenvolver uma política de ação pautada exclusivamente nesta classe seria restringir a sua possibilidade de atuação.

Mas, quando os anarquistas buscaram desenvolver uma política policlassista, foi justamente aquela fração mais afeita a discursos e a retórica e menos preparada para a ação. A política "policlassista" que tivesse como centro o precesso revolucionário proletário, tentou ser implementada por parcela dos anarquistas como uma forma de discussão de teoria, de propaganda, nunca se materializando em propostas concretas para outras classes sociais potencialmente aliadas do proletariado. Este campo de ação foi ocupado pelo PCB, que tinha entre seus quadros grande contingente de

[129] "Uma Moção de Militantes Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias" in *A Plebe*. São Paulo, 25 de julho de 1924.

militantes que não eram oriundos dos meios operários, conseguindo estabelecer um certo trabalho junto às forças armadas, etc.

Portanto, é correto afirmar que faltou aos anarquistas de São Paulo uma clara estratégia centrada na luta do proletariado mas que englobasse, de acordo com a perspectiva dos trabalhadores, outros setores progressistas da sociedade.

Com o movimento revolucionário de julho de 1924, o Estado de Sítio que havia sido suspenso em dezembro de 1923 volta a vigorar, sendo que o governo acabou sendo autorizado a prorrogá-lo e suspendê-lo em partes do país ou na totalidade dele. Com as sucessivas prorrogações, o Estado de Sítio foi estendido até o fim do mandato de Bernardes.

1.5- A Reação Governamental: o Eclipse do Anarquismo

A reação governamental após as sedições tenentistas da primeira metade da década de 1920 foi feroz. Anarquistas e principalmente militares envolvidos nos acontecimentos foram alvos prediletos da repressão estatal, que acabou por atingir outros setores da sociedade também. O período em que Artur Bernardes governou foi vivido sob Estado de Sítio, as atividades militantes dos anarquistas praticamente deixaram de existir, salvo raras exceções.

Após este período restou aos anarquistas reorganizar suas fileiras. Enquanto isso, o governo de Washington Luiz continuava com a legislação perseguidora dos movimentos oposicionistas.

A reação governamental após as sedições militares lideradas pelos tenentistas é feroz e o governo prende em São Paulo aproximadamente 10.000 pessoas que procuraram ou colaboraram com os tenentes revolucionários. As associações operárias são fechadas, alguns militantes são presos, deportados ou enviados a região do Oiapoque para a colônia penal Clevelândia. As prisões também se estendem a outros pontos do país, Maurício de Lacerda é preso, ficando detido três anos, sem processo, José Oiticica também é preso.

Enquanto isso, forma-se a Coluna Prestes-Miguel Costa que combate pelo Brasil.

Com a suspensão da imprensa operária, e a escassez de documentos sobre o período, só conseguimos ter uma noção do que aconteceu nas fileiras anarquistas neste período de 1924 a 1926, através de relatos publicados no jornal *A Plebe* no ano de 1927, de documentos e cartas esparsas e de relatos posteriores que se referem a este período.

Por exemplo, no número de aniversário de *O Grito Operário* de 22 de abril de 1933, a publicação faz um resumo histórico do periódico e do movimento operário no período de 1920 a 1933

Diz que no início dos anos 1920 a polícia passou a perseguir não só os militantes, mas também os simples sócios dos sindicatos. A expulsão do Secretário Geral da entidade Manoel Gama, noticiada em vários números do periódico em 1920, possibilitou a existência de inúmeras manifestações solidárias a Gama, surtindo efeito contrário ao almejado pela polícia, segundo o texto.

Com isso, em pouco tempo o quadro associativo tinha aumentado possibilitando a existência do semanário da associação.

Ainda no começo dos anos 1920, negado arbitrariamente o direito de reunião, liberdade de expressão, seqüestrados os órgãos operários, assaltados os domicílios dos militantes, com eles sofrendo constante ameaça de prisão e deportação, era temerário manter as associações funcionando. Mesmo assim a luta continuou entre 1920 e 1923.

No início de 1924 reiniciou-se a propaganda e a realização de reuniões muito concorridas.O Estado de Sítio proclamado pelo governo central após o levante das forças armadas de julho de 1924, aumentou a repressão contra os militantes e os poucos militantes que continuavam ativos sofreram nos cárceres policiais da cidade.

Em conseqüência destes acontecimentos o movimento operário só teria reaparecido em 1930, mesmo assim, durante o período de 1924 a 1930

sempre existiram indivíduos que fizeram a "propaganda dos ideais de redenção humana".[130]

Pelo relato podemos perceber que o período do Estado de Sítio significou o desmantelamento da organização operária e da ação dos anarquistas. Os poucos que continuaram ativos, dentro dos limites impostos pela conjuntura, fizeram o que sempre estavam acostumados a fazer, “propaganda dos ideais de redenção humana", a esmagadora maioria não realizou nenhum tipo de ação não pública no período .

As informações que temos para o período concentram-se sobre a repressão sofrida pelos anarquistas. José Oiticica, por exemplo, foi preso quando saia do Colégio Pedro II, tradicional colégio da elite do Rio de Janeiro, onde trabalhava, por causa dos acontecimentos de julho de 1924 em São Paulo.

Depois de passar algum tempo na Polícia Central, é confinado na Ilha Rasa, passando em 1925 para a Ilha das Flores e depois para a Ilha de Bom Jesus.[131] Da Polícia Central Oiticica manda um bilhete para a sua esposa afirmando estar sendo bem tratado e solicitando que ela avisasse o motivo da sua falta a aula.

Preso na Ilha Rasa durante sete meses aproveita para escrever. Em uma carta a Oiticica dias após a sua prisão sua companheira aproveita para o dar forças:

> *“’Cajusa [José Oiticica]:* — Não há conforto nenhum que me tente. Se por qualquer circunstância tiveres de ficar preso por muitos meses, eu saberei me arranjar mesmo por aqui desde que me deixem só com os nossos filhos em nossa casa. Me conheces bastante e sabes do que sou capaz de fazer por ti. Agora quem te dá coragem sou eu. Não desanima, tem fé e confie sempre na tua companheira de tantos anos. Farei tudo para ter seguro o aluguel da casa, o mais se arranjará’. (Rio, 3-8-1924 — Zinha).”[132]

[130] “Esboço histórico da Liga Operária da Construção Civil” in *O Grito Operário.* São Paulo, 22 de abril de 1933.
[131] OITICICA, José. *Ação Direta.* Rio de Janeiro, Germinal, s/d, introdução Roberto das Neves, p. 30
[132] apud. RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*. Rio de Janeiro, VJR, 1993, p. 60

Meses mais tarde, já na prisão da Ilha Rasa, Oiticica envia uma carta a sua filha, na qual revelava a desistência de uma fuga e o seu lamento com a apatia política da população.

> " *'Sônia querida:* — (escrito nas entrelinhas da carta da filha com sumo de limão, revelada a calor). Recebi terça-feira a carta que mandaste pelo mesmo portador da minha. Soube que recebeste também a canção carnavalesca. Quanto à fuga não te posso dar palavra de honra.
> Isto me tolheria uma ação possível no futuro e a que minha dignidade me impila. O que te prometerei é não sair nas condições em que o ia fazer e não levar avante qualquer projeto individual. Soubemos estar o Governo em sérios embaraços. É de lamentar que ninguém saiba iniciar aí um movimento de rua, uma espécie de quebra-quebra. É o que eu desejaria promover aí.' (Ilha Rasa, 5-2-1925- Pai)."[133]

Já *A Plebe*, depois de sua publicação em 25 de julho de 1924, ainda durantes os acontecimentos do movimento revolucionário militar de São Paulo, sofreu as conseqüências que se abateu sobre os revolucionários de São Paulo e foi impedida de circular desde aquela data até o início de 1927. O periódico só voltou a ser publicado alguns meses depois da posse de Washington Luis, e com o fim do Estado de Sítio, que durou a maior parte do Governo Artur Bernardes, em 31 de dezembro de 1926.

Os revolucionários presos na colônia penal Clevelândia, criada em cinco de maio de 1922, as margens do rio Oiapoque, começaram a retornar a seus lugares de origem, em janeiro e fevereiro de 1927. Mais de 1000 pessoas ficaram presas na colônia penal durante três anos.

A Plebe, noticiava o fim do mandato de Artur Bernardes: "Um Quatriênio de Crimes Contra o Povo", era a sua manchete.

Na matéria denunciavam-se as centenas de homens de brio e caráter, incluindo anarquistas que morreram na região do Oiapoque de disenteria, malária, "cobertos de chagas terríveis e horripilantes", alimentados pior que cães, roubando-lhes até as redes que durante algumas horas tentavam descansar. Afirmava ainda que:

[133] Ibid., p. 61

> "O chicote, o relho, o rabo de tatu, o cacete, os instrumentos ponte-agudos, eram o arsenal de tortura dessas almas de Torquemada, que se divertiam, que gozavam um prazer sádico, que queriam primar pela sua ferocidade, pelo seu refinamento, em martirizar pobres infelizes, sobre os quais pesava o único crime de não serem submissos ao banditismo governamental e que não estavam em condições de se poderem defender" [134]

Numa carta de Domingos Braz de setembro de 1925, publicada na mesma edição, noticiava-se que eram aproximadamente mil os deportados para a Clevelândia e que em 1925 teriam sobrado cerca de metade deles. Os falecimentos eram diários morriam 2, 3, 4 até 8 pessoas por dia.

Os deportados dormiam em grupos de cem ou mais pessoas em imundos barracões, a febre, a disenteria a gastrenterite propagava-se fazendo vítimas diárias. A alimentação era irregular e deficiente.

A carta, destinada ao jornal português *A Batalha*, em busca de solidariedade internacional, ainda narrava o fechamento das associações operárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo boa parte dos militantes que não nasceram no país sido deportados enquanto outros, depois de meses sofrendo a bordo de um navio, foram para a Clevelândia.

Segundo Braz, foram quinze os anarquistas deportados para o Oiapoque, naquela data 4 estavam mortos, José Maria Fernandes Varella, José Alves Nascimento, Nicolau Paradas, Nino Martins, 5 conseguiram fugir e 6 ainda estavam no local.[135] Como podemos perceber mesmo a presença dos anarquistas nesta colônia penal não foi tão grande quanto a presença de outros setores da sociedade.

A grande maioria dos que lá estavam eram vítimas das perseguições contra o movimento militar. Os comunistas não foram atingidos pela severa repressão como os revoltosos e nem como os anarquistas. Aliás, parte dos anarquistas presos em São Paulo, era exatamente os que haviam assinado a moção de 15 de julho de 1924. Depois dos acontecimentos o governo procedeu à leitura de jornais, panfletos e quaisquer informações que poderiam

[134] ÁCRATA. "Um Quatriênio de Crimes Contra o Povo" in *A Plebe.* São Paulo, 12 de fevereiro de 1927.
[135] BRAZ, Domingos. "A horrível situação dos degredados" in *A Plebe.* São Paulo, 12 de fevereiro de 1927.

colaborar para a prisão de todos aqueles que haviam sido simpáticos ao movimento.

Outra carta, esta de 28 de abril de 1925 de Pedro A. Mota, quando ele estava no calabouço da Polícia Central no Rio de Janeiro, publicada em de fevereiro de 1927, descreve o pouco dinheiro que tinham, dinheiro arrecadado por companheiros e que Nino Martins havia perdido a parte dele, pois foi assaltado pelos presos de uma quadrilha organizada. A parte de Mota e de Varella, não tinham sido roubadas pois estes resolveram gastar em comum com os outros presos não sobrando quase nada para eles.[136]

Um relato de Domingos Passos, depois de afirmar que as perseguições na "geladeira Central" do Rio de Janeiro chegaram ao auge durante o período "bernardesco" nos narra um fato que seria engraçado se não fosse trágico: a briga entre um guarda, Barreto e um militante anarquista, Paiva, que aconteceu neste período de intensa repressão.

> "(...) Provocado, este camarada manteve a discussão e, numa discussão em que se discutia o internacionalismo, o pançudo guarda gritou:
> - Cala a boca, galego !
> Não calo -retrucou o camarada- foi você quem me desafiou para a discussão.
> - Não calas? Tornou o carrasco, vou te mostrar como nós te fazemos calar.
> Dizendo isto, abriu o pesado portão e procurou arrastar o nosso camarada, o que procuramos impedir.
> O camarada Paiva pedia-nos que o deixássemos dar uma lição naqueles bandidos e, depois de muito lutar, não tivemos mais meios de o evitar. Saiu. Mal pôs o pé fora das grades, o carrasco deu volta à chave e pegou num cacete, dirigindo-se para ele. O nosso camarada o advertiu que se lhe desse uma cacetada teria de se arrepender.
> Não pestanejou o carrasco; levantou o pau e, quando tentou arriá-lo na cabeça do nosso camarada, viu-se preso por ele, e, apesar de seu paquidérmico ventre, foi bater-se ao chão, conjuntamente com o nosso camarada. Barreto, vendo-se em maus lençóis, gritou e logo acudiram dois guardas civis e um agente de polícia, procurando todos tirar o pau, que já então se achava nas mãos do nosso camarada. Novos tombos, indo todos os quatro parar num bolo a um canto da sala.

[136] MOTA, Pedro A. “Misérias do Calabouço do Rio” in *A Plebe.* São Paulo, 12 de fevereiro de 1927.

> Aí, Barreto, com voz suplicante, pedia ao camarada que largasse o pau, pois não lhe faria mal algum, ao que nosso camarada não acedia.
> Estiveram pelo chão mais de 5 minutos, findo os quais, apossando-se Paiva inteiramente do pau o quebrou, dizendo que aquele não espancaria mais ninguém. Depois disto, levantou-se e dirigiu-se para o xadrez, como nada lhe tivesse acontecido."[137]

Ida Fontes em artigo publicado em abril de 1927 afirmava que a reação só combatia com as armas da repressão e violência e os anarquistas caso não quisessem ser pegos desprevenidos deveriam aprender a lutar com as mesmas armas.

Antes, afirmava:

> "E, como sempre, após as grandes reações, o clarim libertário toca a reunir para que seja passada revista em nossas fileiras e se saiba quantos soldados se pode ainda contar.
> Vemos, então, que alguns desertaram de vez, tendo compreendido que a luta era demasiado brutal para a sua tempera fraca; outros deixaram-se ficar para trás, presos da surpresa que a luta lhes causou, momentaneamente afastados, até que, de uma maneira ou outra, tornem a contribuir para a causa; de outros nunca mais saberemos, levados que foram pela reação para longínquas paragens; e de outros, ainda, soubemos apenas, para orgulho nosso, e para aumentar a nossa revolta, que somente com a morte puderam impor-lhes o silêncio.
> Quantos, quantos faltam, e, com que pesar, vemos vazios os lugares que ocuparam! Como resulta profundamente dolorosa essa revista passada em nossas fileiras!"[138]

Com a posse de Washington Luiz em 15 de novembro de 1926 e o fim do Estado de Sítio em 1927, a situação política nacional se acalma. Washington Luiz compõe o novo governo do qual o Ministro da Fazenda é Getúlio Vargas.

Os presos começam a ser libertados, Maurício de Lacerda é solto. Entre janeiro e fevereiro de 1927 começam a chegar os presos militares e civis que estavam na Clevelândia. A censura é atenuada e jornalistas que haviam sido

[137] PASSOS, Domingos. "Perseguições Bernardescas" in *A Plebe*. São Paulo, 01 de maio de 1927.

presos condenados de acordo com a Lei de Imprensa, começam a ser libertados.

Mas, os processos contra os revolucionários prosseguem. Os processos estendem-se de 1927 a 1929, muitos dos revolucionários são condenados, apesar de também existir número razoável de absolvidos.

Em 1927, é discutida a lei de repressão ao comunismo, demonstrando a continuidade com a política anterior. Com o pretexto de combater o comunismo a lei atingia também outras formas de expressão do pensamento. Cria-se então uma ampla frente de combate a lei, com representantes da minoria parlamentar, elementos liberais das oligarquias, líderes operários, etc. Há greves e protestos, mas a lei acaba sendo aprovada com o apoio das bancadas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tornando um fato a Lei Celerada, que reforçava a Lei de Imprensa anterior.

Em relação à Lei Celerada os anarquistas diziam que para justificar esta lei que tinha como escopo a perseguição das organizações operárias, segundo eles, as autoridades inventaram a história de que o Brasil estaria ameaçado por uma terrível revolução financiada com o ouro de Moscou. Diziam ainda que o que Bernardes fez com a repressão e violência, o fechamento das associações operárias o empastelamento de jornais, etc., Washington Luis buscava fazer com a sanção da lei, neste sentido, seria continuação aperfeiçoada de Bernardes.[139]

Portanto, após o intenso período repressivo vivido sob o governo de Bernardes, em meio a reorganização dos anarquistas, os mesmos tiveram que se deparar com a continuidade repressiva do governo de Washington Luiz que instituía legalmente a continuidade das perseguições políticas.

1.6- Os Anarquistas e a “Revolução” De 1930

O posicionamento dos anarquistas em relação a “Revolução” de 1930, foi diferente do tomado em relação a sedição militar de 1924. Neste

[138] FONTES, Ida. “Aproveitemos a Lição!” in *A Plebe.* São Paulo, 09 de abril de 1927.
[139] “A Lei Celerada” in *A Plebe* . São Paulo, 06 de agosto de 1927.

acontecimento os anarquistas, apesar de reconhecer o apoio popular a queda das oligarquias e vislumbrarem esta derrubada como positiva, optaram por realizar a crítica no sentido de que esta seria apenas mais uma troca de governantes e, portanto, estaria em desacordo com os princípios professados pelos anarquistas. Neste sentido, o posicionamento coletivo dos anarquistas foi o de não participar de forma alguma deste movimento, anulando-se politicamente em um momento de efervescência política no país.

Durante o mandato de Washington Luiz vão se formando cada vez mais partidos oligárquicos oposicionistas e agrupamentos das lideranças tenentistas no exílio. Dentre os tenentes acorda-se elevar o nome de Luis Carlos Prestes como a maior liderança do movimento para que a liderança não fosse pulverizada entre muitos pequenos líderes. A cisão das cúpulas oligárquicas vai dar um peso maior para a formação da Aliança Liberal, fortalecida graças à problemática da sucessão presidencial, que colaborará para a acentuação dos conflitos existentes entre a situação e a oposição.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, chefe do governo de Minas Gerais, pretende manter o acordo tácito entre São Paulo e Minas em relação à questão sucessória. Washington Luiz havia sucedido o mineiro Artur Bernardes e agora chegara à vez de Minas Gerais voltar ao poder. Por outro lado, Washington Luiz pretende indicar Júlio Prestes para continuar a sua política.

Antonio Carlos vendo a situação da sucessão presidencial caminhar para a escolha de Júlio Prestes começa os entendimentos com o Rio Grande do Sul para apresentar um nome gaúcho a sucessão, buscando forçar a saída de Júlio Prestes da disputa. Assim, em junho de 1929 se estabelece uma aliança entre Minas e Rio Grande do Sul que indicaria o nome ou de Getúlio Vargas ou Borges de Medeiros para presidente. [140]

140 Getúlio escreve uma carta a Washington Luiz anunciando a decisão esperando que este desse apoio a sua candidatura, o mesmo faz Antônio Carlos. Washington Luiz responde insinuando a Getúlio que desista de seu intento. A situação, representada pelo Partido Republicano Paulista, ratifica a candidatura de Júlio Prestes.
O programa eleitoral da Aliança Liberal, que havia definido seu nome em 02 de agosto, tinha como pontos, a defesa do voto secreto, anistia aos revoltosos, reforma eleitoral, etc.
Enquanto desenvolve a campanha, Getúlio propõe a Washington Luiz a escolha de um outro nome para resolver o impasse, o que não é feito. São Paulo obtém apoio de todos os Estados excetuando-se os da Aliança.

Nas eleições as fraudes acontecem para os dois lados e Júlio Prestes vence Getúlio Vargas com mais de 200 mil votos de diferença.

Depois da eleição e do fracasso nas urnas, alguns líderes do movimento oposicionista que aglomerava oligarquias dissidentes, chefes revolucionários do tenentismo, parcelas da população urbana da pequena burguesia, profissionais liberais, etc., como o próprio Borges de Medeiros do Rio Grande do Sul, desaconselha um movimento armado contra o governo federal. Getúlio Vargas também reconhece que deve se submeter ao resultado proclamado pela junta apuradora.

No entanto, o candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa, é assassinado no Recife, por motivos pessoais, em 25 de julho de 1930, dando ensejo a que os grupos mais radicais da Aliança Liberal denunciassem esta morte como um ato político, reavivando o movimento revolucionário que estava em franco declínio.[141]

São Paulo, Minas e Bahia são contra o movimento antilegalista, na maioria dos outros Estados as forças locais vencem os legalistas. No final de outubro, dia 24, o Palácio do Catete é cercado por tropas e o presidente é considerado prisioneiro, se entregando aos generais em seguida. Getúlio Vargas chega a capital federal dia 30 de outubro sendo empossado "provisoriamente" no governo no dia 04 de novembro.[142]

> "A queda de Washington Luiz é motivo de delirantes manifestações do povo: multidões saem às ruas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e em centenas de outras cidades. Edifícios públicos são tomados; O *País, O Correio Paulistano* e outros jornais são saqueados. As manifestações se repetem, tomando caráter não só de desabafo espontâneo, mas político. A resposta das novas autoridades — Junta Governativa ou Governo Provisório — é imediata. As

141 Em agosto de 1930 depois do esforço de Oswaldo Aranha, Borges de Medeiros, antes contra o desencadeamento do processo revolucionário, resolve aderir a revolução. Intensificam-se então os preparativos militares. Adiando-se de agosto para outubro o movimento militar, que estoura no dia 03.
O exército mantém-se em sua maioria legalista, as forças oposicionistas contam com apoio de forças públicas estaduais, de tropas coronelísticas e um pequeno número de quadros militares do exército. A oficialidade é composta pelos tenentes revolucionários.

142 CARONE, Edgard. *A República Velha: II Evolução Política (1889-1930).* São Paulo, Difel, 1983, passim

> prisões e advertências mostram que o sistema permanece."[143]

O movimento operário, após a vitória dos oposicionistas em 1930 e a queda da oligarquia paulista, começa a se reorganizar, com a abertura de associações, a publicação de periódicos, manifestos, realização de greves e protestos contra o governo federal durante os primeiros anos de 1930.

Não temos nenhuma avaliação feita pelos anarquistas do ocorrido durante o movimento de 1930. Mas avaliações posteriores foram feitas e por elas podemos ter uma idéia, se bem que filtrada pela a experiência dos primeiros meses e anos do governo provisório de Vargas, que pode nos apresentar os posicionamentos de parte dos anarquistas.

Martins Garcia escreve um texto em 1931 analisando o posicionamento da "Federação Operária de São Paulo em face dos últimos acontecimentos político-militares", se referindo ao movimento que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Fazia a ligação da luta antioligárquica na América Latina com a ascensão do imperialismo americano, para ele, embora estes movimentos tivessem caráter político-militares, eles refletiam um caráter essencialmente econômico e social, pois buscavam uma independência econômica da tutela estrangeira.

Argumentava que o nacionalismo tinha sido a bandeira dos revolucionários e que era um nacionalismo que buscava remodelar a organização social e os sistemas político-econômicos dos países americanos.

Afirmava que o proletariado não tinha a lucrar com esses novos sistemas, mas que a massa trabalhadora, passiva e inquieta, se mostrava interessada pelos movimentos armados e pelos problemas que as afetavam.

O domínio oligárquico de mais de 400 anos no Brasil trouxe como conseqüência o nacionalismo acompanhado de um programa de remodelação social que levou do movimento armado do forte de Copacabana em 1922 a vitória de outubro de 1930, segundo ele

Garcia afirmava que o povo paulista vibrou de entusiasmo quando teve notícias da deposição do governo oligárquico, mas estes movimentos que

[143] Ibid., p. 438

obedeciam a uma orientação política não poderiam reverter em benefícios às classes trabalhadoras.

A FOSP diante da situação tinha que manter uma atitude digna e a altura das suas responsabilidades. Não poderia pactuar com nenhum dos lados em luta porque cairia numa quebra de princípios, nesse sentido, se viu "obrigada a silenciar em face dos acontecimentos, porque, se se pronunciasse de qualquer forma, creio sinceramente, serviria de alvo a elementos suspeitos para explorar este movimento."[144]

Por isso, a FOSP, que congregava a maioria do operariado industrial de São Paulo, segundo Garcia, não declarou greve geral, pois não era momento para precipitações e o que estava em jogo era a reputação da FOSP, como entidade revolucionária ante o mundo inteiro.[145]

Podemos perceber por este texto de Martins Garcia, que os anarquistas congregados em torno da FOSP, entendiam que o movimento revolucionário de outubro de 1930 refletia aspirações nacionalistas, antioligárquicas e até, em certo sentido, antiimperialistas, que se iniciaram no Brasil com a sedição militar de julho de 1922 e culminou com a derrubada da oligarquia.

O povo, apesar de não ser beneficiado pela troca de governo, na visão destes anarquistas, acompanhou o desenrolar do movimento e vibrou com a deposição das oligarquias, mas a FOSP, não podia declarar greve geral e participar dos acontecimentos, pois estaria caindo em quebra de princípios e abrindo um flanco para elementos estranhos aos sindicatos e trabalhadores influenciados pelos anarquistas agirem. Além disso, caso se posicionasse a FOSP poderia perder o prestígio revolucionário que possuía não só no Brasil como com organizações operárias e anarquistas de outras partes do mundo.

Para manter os princípios e o prestígio, e proteger-se dos ataques de inimigos nas suas fileiras, os anarquistas se anularam. Mantiveram a coerência, sem dúvida. Se o movimento ia resultar em uma simples troca de governos o melhor a fazer era não participar dele, de acordo com esta posição.

---

[144] GARCIA, Martins. "Federação Operária de São Paulo em face dos últimos acontecimentos político-militares" in *O Trabalhador* . São Paulo, Junho de 1932

[145] Ibid.

Aqui não foi possível a utilização dos argumentos de Malatesta, usados por ocasião do movimento militar de julho de 1924 em São Paulo, quando os anarquistas buscaram o general Isidoro Dias Lopes propondo a formação de batalhões civis de anarquistas e escreveram uma moção para os chefes do movimento, argumentando que se os anarquistas não tinham forças para fazer uma revolução que fosse só deles, deveriam transformar o movimento existente no mais deles possível.

Ao contrário da conjuntura de 1924, quando o movimento operário e a atuação dos anarquistas vinham de um período de refluxo, mas mantinham uma certa atividade, mesmo com as perseguições, deportações, prisões, etc., em 1930 os anarquistas já tinham passado por todo o período de Estado de Sítio de Bernardes, com todas as suas terríveis conseqüências, mais o período de Washington Luis quando não se conseguiu estabelecer uma plena, ou ao menos necessária reorganização sindical. Escaldados, os anarquistas se abstiveram, utilizando as suas justificativas teóricas necessárias para este momento. Ao absterem-se mantiveram a pureza dos princípios, mas deixaram de influenciar (ou ao menos tensionar), por pouco que fosse, o rumo dos acontecimentos.

Souza Passos faz em 1933 uma avaliação sobre os "revolucionários" de 1930. Para ele a par de muitos que utilizaram a Revolução de 1930 para satisfazer as suas ambições políticas, existiam alguns que eram revolucionários convencidos de que era hora, de fato, para mudar o país, e assegurar aos cidadãos as mínimas liberdades.

Além disso, também era hora de tentar solucionar os problemas econômicos que seriam, na visão destes revolucionários, segundo Passos, fáceis de solucionar, bastaria ter boa vontade.

Alguns destes tiveram as rédeas do poder nas interventorias, outros ocuparam cargos em ministérios ou chefaturas de polícia, e tanto uns quanto os outros, salvo aqueles que foram derrubados, desistiram do intento de mudar o país deixando esta tarefas para outros.

Assim, o que os anarquistas previram logo após a revolução de 1930, ou seja, que esta com o tempo transformar-se-ia em uma nova opressão ocorreu,

não porque os anarquistas fossem adivinhos, segundo Passos, mas porque os mesmos observavam os fatos históricos.[146]

O Ateneu Libertário de Cultura Social publicou em 1931 uma dura crítica ao governo estabelecido com a revolução de outubro. Diz que os "revolucionários" que tanto gritaram contra a truculência de Artur Bernardes, tanto na Câmara como na Imprensa, assim como contra o "absolutismo" de Washington Luis, até pegarem em armas contra o mesmo, estão em vantagem em relação às medidas despóticas e tirânicas.

Os anarquistas afirmavam durante os acontecimentos, segundo o texto, que a obra do novo governo seria semelhante a dos outros, enquanto o povo aclamava os novos chefes da revolução.

> "conhecíamos a obra de todos eles, afirmava o texto, e sabíamos que todo o fraseado da demagogia dos Getúlios, dos Luzardos, dos Collor e dos Aranhas, não passavam de um anzol para melhor conquistarem postos de dominação."[147]

Logo após vencerem a luta, os novos governantes fecharam as organizações operárias, expulsaram militantes, impediram comícios, "quando não realizado pelos seus partidários", e criaram o Ministério do Trabalho, para facilitar a exploração por parte das empresas capitalistas nacionais e estrangeiras.O texto terminava afirmando que as idéias deveriam ser combatidas com idéias, a violência com violência.

Portanto, a postura dos anarquistas em relação a “Revolução” de 1930, foi, na prática, não intervirem na situação de forma alguma, e na análise, defender a queda da oligarquia, mas criticar o novo governo que se estabeleceu.

1.7- A Legislação Trabalhista

Neste tópico abordaremos as posturas dos anarquistas em relação à legislação trabalhista. Os anarquistas se preocupavam em denunciar o caráter

[146] PASSOS, Souza. “Os revolucionários passam...” in *A Plebe* . São Paulo, 16 de setembro de 1933.

coercitivo de algumas das leis, realizando intensa campanha contra as mesmas. Por outro lado, defendiam o cumprimento das leis trabalhistas, seja através da pressão sobre as autoridades governamentais, através de ofícios e formação de comitês, seja com a pressão direta dos sindicatos sobre os capitalistas.

Durante os primeiros anos da década de 1930 foram muitas as mobilizações promovidas pelos anarquistas, algumas defendiam manutenção da autonomia sindical, contra a intervenção dos organismos governamentais nos órgãos dos trabalhadores.

A legislação social remonta aos primórdios da República Brasileira, muitas vezes fica restrita a setores do funcionalismo público, na maioria das vezes nem é cumprida. [148]

---

[147] Ateneu Libertário de Cultura Social "Aos Trabalhadores e ao Povo em geral" in *O Trabalhador*. São Paulo, 05 de dezembro de 1931.

148 Logo no começo do período republicano, temos uma espécie de instituto de previdência, o montepio, que vinha desde o Império, tornando-se obrigatório no início da República, no ano de 1890, para os funcionários do Ministério da Fazenda (Decreto n.° 942-A, de 31-X-1890), estendendo-se em 1891 aos funcionários civis do Ministério da Guerra (Decreto n.° 1 318-E, de 20-1-1891), em 1892 para os operários do Arsenal da Marinha da Capital Federal (Decreto n.° 127, de 29-XI-1892, reorganizado por regulamento aprovado pelo Decreto n.° 6 990, de 15-VI-1908.).

A aposentadoria foi um direito primeiro para os ferroviários, ainda no ano de 1890, com o Decreto n.° 565, de 12-VII-1890 que estabelecia este direito para todos os empregados das estradas de ferro gerais da República.

Um decreto de 1891 estabelecia providências para regularizar o trabalho dos menores na Capital Federal, não sendo aplicado nunca (Decreto Legislativo n.° 1 313, de 17-1-1891) Em 1904 o deputado Medeiros de Albuquerque apresentou projeto sobre acidentes de trabalho (Projeto n.° 169/1904, de 3-IX-1904). Em 1905 foi apresentado o projeto nº 49 que se converteu em lei apenas em 1907 que criava os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. (Decreto Legislativo n.° 1 637, de 5-1-1907) Afirmava que os sindicatos profissionais poderiam se constituir livremente sem a intervenção do governo, bastando depositar os documentos constitutivos no cartório, apenas brasileiros natos ou naturalizados poderiam fazer parte da direção destes sindicatos desde que estivessem em gozo de todos os seus direitos civis, pregava também a harmonia entre patrões e empregados.

Maurício de Lacerda apresentou dois projetos em 1917, um no sentido de indicar a elaboração de um Código do Trabalho, outro de se criar um Departamento Nacional do Trabalho. Constituiu-se uma Comissão de Constituição e Justiça para se elaborar este Código do Trabalho. O projeto compreendia 107 artigos e 6 títulos, abordava a questão do contrato de trabalho, jornada de trabalho, acidentes do trabalho, trabalho da mulher e da criança. Mas nunca foi aplicado.

Em 1919, outro decreto aparece no sentido de regular as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho. (Decreto Legislativo n.° 3 724, de 15-1-1919) O sindicato da Construção Civil no Rio de Janeiro decretou por conta própria a jornada de 8 horas de trabalho. Um decreto instituiu a estabilidade no emprego para os ferroviários de algumas empresas em 1923 (Decreto Legislativo n.° 4 682, de 24-1-1923), em 1926 o benefício foi estendido para os empregados de todas as empresas ferroviárias estatais e privadas (Decreto Legislativo n.° 5 109, de 20-XII-1926).

Em 1926 foi feita à emenda à constituição e a nº 29 deu ao Artigo 34 da Constituição Federal, uma redação que afirmava que competia ao Congresso Nacional legislar sobre o trabalho.

O Conselho Nacional do Trabalho é criado em 1923, como órgão consultivo dos poderes públicos[149]. A Lei Eloy Chaves estabeleceu nas empresas das estradas de ferro uma caixa de aposentadoria em pensões para os empregados.[150]

O Código dos Menores é estabelecido em 1927. A Lei de Férias foi estabelecida em 1925, concedendo 15 dias de férias por ano aos empregados e operários das indústrias, estabelecimentos comerciais e bancários, regulamentado por decreto em 1926.[151]

Em relação à Lei de Férias os anarquistas afirmavam que ela teria sido votada no congresso nacional num momento de displicência. A maioria dos patrões mantinha-se, segundo eles, indiferente em relação a esta lei, conscientes que eram da sua força, e de que tinham todos os meios para burlar a lei.

No seio do movimento operário existiriam várias correntes, entre elas a dos partidários da legalidade, que defenderiam esta lei com fervor, segundo os anarquistas. Os mistificadores (bolchevistas) que afirmavam que somente com a queda do capitalismo poderia o operário melhorar a sua situação, mas utilizariam a campanha a favor da lei para arregimentar novos adeptos. Nas reuniões afirmavam-se, segundo os anarquistas, convencidos da inutilidade das leis, mas as defenderiam pois os operários ainda não o estariam.

Os anarquistas inimigos das leis, pois estas faziam parte da engrenagem capitalista não podendo ferir os burgueses, as criticavam, porque as leis só serviriam para iludir os pobres. Os anarquistas entendiam que confiando nos benefícios das leis os trabalhadores abandonam a luta em prol da sua emancipação. Além disso também afirmavam que a lei só seria executada

[149] Decreto n.° 16 027, de 30-IV-1923
[150] Decreto Legislativo n.° 4 682, de 24-1-1923
[151] Decreto n.° 17 496, de 30-X-1926

"quando os próprios trabalhadores a fizerem executar pela sua ação decisiva".[152]

Enfim, estes são alguns exemplos de leis sociais estabelecidas no decorrer das primeiras décadas da república antes da instituição do Ministério do Trabalho em 1930.[153] Claro que boa parte das leis não tiveram aplicação alguma outras se restringiram a algumas categorias, mas o fato é que elas foram discutidas desde o começo do século e mesmo depois da extensão de várias destas leis para todos os trabalhadores na primeira metade da década de 1930 elas não tiveram aplicação imediata como veremos.

Michel Zaidan procura se deter à análise das leis trabalhistas do período de 1923 a 1926, durante o governo de Artur Bernardes, como a primeira grande tentativa de tentar cooptar setores do proletariado urbano. Atribui esta ação de Bernardes a conjuntura difícil que o país vivia com alta inflação, descontentamento popular contra a carestia do custo de vida, crise na indústria têxtil e ameaça da subversão da ordem interna com o movimento militar de julho de 1924.

Diante deste quadro Bernardes tenta evitar a aproximação dos movimentos armados de contestação a seu governo com a questão da carestia do custo de vida, buscando isolar as lideranças revolucionárias presentes no movimento operário e criando uma base de apoio no proletariado urbano para contrabalançar a ofensiva político-militar em curso, contra o seu governo.[154]

De certa forma, com o estabelecimento de algumas leis e o processo de cooptação forjado nos anos de seu governo, Bernardes conseguiu angariar o apoio de parte do proletariado urbano, principalmente da Capital Federal, possibilitando a origem do sindicalismo burocrático no Brasil para o autor. Segundo ele,

> "A lista das organizações sindicais que compareceram à cerimônia de homenagem ao fim do mandato de Bernardes é reveladora do número de associações que terminaram por bandearem-se para o lado do governo, nesse período. Lá

[152] "A Lei das Férias e os trabalhadores" in *A Plebe.* São Paulo, 09 de abril de 1927.
[153] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, Difel, 1968, pp. 48-58
[154] ZAIDAN, Michel. "Origens do Sindicalismo Burocrático no Brasil: 1923-1926" In: *Ensaio,* nº 13, São Paulo, Editora Ensaio, 1984, pp 85-115, p. 88

> aparecem, entre os habituais interlocutores do regime, a União dos Operários Metalúrgicos e a União dos Empregados em Padarias, que 'se haviam, espontaneamente, associado à manifestação de apreço com que o referido grêmio (Grêmio Político Arthur Bernardes) comemorava o fim do governo do seu muito patriota, benemérito e excelso patrono.'"[155]

Desta forma, paradoxalmente, o período em que mais há repressão estatal sobre os operários é o período de maior número de "iniciativas" oficiais no sentido de criar certa legislação social.[156]

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder logo em novembro de 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em março de 1931 se estabelecem as normas de sindicalização, com o Decreto nº 19.770.

> "Ministério do Trabalho ainda no primeiro semestre do ano de 1931, havia um núcleo de homens que se tornou à base da política então desenvolvida. Além da grande figura de Oliveira Vianna, consultor jurídico do ministério, esta equipe era formada por elementos das mais diversas origens político-ideológicas. Eram eles, além de Jacy Magalhães, Joaquim Pimenta (socialista convicto), Agripino Nazareth (que vinha das lutas anarco-sindicalistas e socialistas), Clodoveu de Oliveira (que se dizia adepto do anarquismo, uma mistura de anarquismo com democracia inventada no México), Waldir Niemeyer (que era honestamente nazista, do governo forte), João Carlos Vital (o racionalizador) e o dr. Mário de Andrade Ramos (do Conselho Nacional do Trabalho, que como empresário resistiu ao reacionarismo inicial do Centro Industrial do Brasil)"[157]

A Lei de Sindicalização estabelecia o sindicato único como órgão de colaboração com o poder público, visando acabar com os conflitos classistas. O número de brasileiros natos ou naturalizados deveria atingir 2/3 do total dos filiados. Para cargos de direção os naturalizados deveriam contar com 10 anos de residência no país e os estrangeiros 20, buscando acabar com uma parcela importante da militância operária revolucionária, principalmente anarquista. Para ser reconhecido no Ministério do Trabalho, o sindicato deveria atender

[155] Ibid., pp. 97 e 98
[156] GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 91

uma série de exigências que iam desde a apresentação da relação de sócios até a cópia dos estatutos. Reconhecido o sindicato deveria aceitar a vigilância por parte dos representantes do Ministério do Trabalho, que podiam até mesmo investigar a contabilidade da entidade. Além disso, era impedido qualquer envolvimento político do sindicato.[158]

Os anarquistas criticaram este processo, Lumeras afirmava em 1931 que os agentes do Ministério do Trabalho, disfarçados de militantes sindicalistas, estavam desenvolvendo, nos meios operários, atividades para minar o poder de resistência do sindicato pela ação direta.

Lumeras afirmava que a república de Getúlio, receosa com a audácia dos militantes revolucionários e cumprindo ordens dos grandes capitalistas, criou uma burocracia permanente que tinha como objetivo fazer com que os trabalhadores se conformassem a nivelar o salário com custo de vida deixando o Estado como árbitro, para que se conseguisse estabelecer as relações harmônicas entre capital e trabalho.

Para o autor estes colaboracionistas deveriam ser denunciados aos trabalhadores, afirmava:

> "Os colaboracionistas, partidários, da Lei de Sindicalização, do código COLLOR, das entrevistas com os ministros, dos auxílios das Legiões, da proteção dos generais, das representações nas Caixas de Aposentadorias e das seções esportivas e recreativas dentro dos sindicatos, já deveriam ter sido denunciados aos trabalhadores e a Federação Operária de São Paulo, chamado diretamente aos operários dessas classes para constituírem associações orientadas por militantes que interpretem fielmente a única função que lhes cabe: A DE RESISTÊNCIA DIRETA AO PATRONATO E AO ESTADO"[159]

O jornal da FOSP afirmava que a Lei de Sindicalização era uma monstruosidade e que era preferível fechar as portas do sindicato do que aceitá-la. [160]

---

[157] IDEM. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988, p. 178
[158] VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.146 e 147
[159] LUMERAS, "A função única do sindicato" in *O Trabalhador Vidreiro.* São Paulo, 14 de novembro de 1931.
[160] "O Ministro do Trabalho em São Paulo" in *O Trabalhador.* São Paulo,, junho de 1932

Já em 1934, a União dos Trabalhadores da Light ,depois de afirmar seguir os princípios do sindicalismo revolucionários em seu jornal, e afirmar também que a FOSP congregava em seu seio a maioria das organizações operárias de São Paulo, repete a deliberação da 3º Conferência Estadual dos trabalhadores sobre o tema da sindicalização obrigatória.

> "As organizações operárias de São Paulo exceção de algumas que, por diferenças de táticas e princípios estão a margem, a maioria se congrega na Federação Operária de São Paulo.
> A Federação Operária, representando de fato o proletariado, já em abril de 1931, assim se expressava:
> 'Considerando que a lei de sindicalização, baixada pelo governo federal e assinada na pasta do Ministro do Trabalho, visa a fascistização das organizações operárias e que representa a negação do espírito liberal de que se dizem defensores os representantes da república nova; - considerando que à lei ficam subordinadas todas as questões entre capital e trabalho e, conseqüentemente a decisão do ministério do trabalho, o que é contrário as mais rudimentares normas sindicalistas; - considerando que os trabalhadores onde quer que se encontrem são obrigados a submeter-se a exploração capitalista para viver, e que, por este fato devem agrupar-se entre si em defesa de seus interesses; não entrando, por isso, como fator decisivo ou secundário a questão da nacionalidade conforme pretensão contida no decreto; - considerando que as relações entre os indivíduos ou coletividades, só a eles cabe o direito de escolhê-las e que toda a imposição nesse sentido será arbitrária, representando manifesta coação; - considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores e por conseqüência, o espírito de luta existente entre os produtores e os detentores dos meios de produção, e que a sua ingerência neste caso, por parte do Estado terá sempre um caráter partidário de classe (A burguesa); - considerando que a lei de sindicalização não se inspira nas necessidades intrínsecas do proletariado, mas apenas trata de reforçar mais ainda o poder de uma classe privilegiada e parasitária em detrimento de uma classe explorada: A Federação Operária resolve, a) Não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias; b)Promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc. de crítica a lei; c) Fazer, mediante essa campanha de reação

> proletária, com que a lei de sindicalização seja derrogada"'[161]

O texto "Resenha Histórica do Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus" de Feliciano Bolsa, publicado no jornal *O Trabalhador Chapeleiro* de 1933, faz um histórico do sindicato, que ressurgiu após a Revolução de 1930 e mesmo sem ter grandes recursos financeiros conseguiu ter uma ação benéfica sobre a classe graças a força moral que o sindicato contém e representa.

Em janeiro de 1931 a comissão executiva do Sindicato foi chamada para apresentar seus estatutos ao Departamento do Trabalho. Após o estatuto ser apresentado, o representante deste departamento chamou novamente os representantes do sindicato para adequarem alguns artigos do estatuto, o que foi repelido em assembléia da categoria. Portanto, este sindicato manteve-se fora da lei de sindicalização, assim como os outros sindicatos aderidos a FOSP "e assim continuaremos, afirma o autor, enquanto nos seja possível, preferindo fechar as portas, antes que servir ao jogo dos políticos ou ser instrumentos do Ministério do Trabalho"[162]

Além disso, o sindicato mantinha intensa campanha contra caderneta profissional.

A descrição sumária de algumas leis implementadas pelo governo Vargas, logo após a sua ascensão ao poder foi feita por José Albertino Rodrigues. Note-se que parte destas leis já havia sido discutida e objeto de regulamentação antes de 1930, para algumas categorias. Vargas foi estendendo, por partes, estes direitos para outras categorias, um por vez. Por isso que no Brasil não se criou um Código do Trabalho, mas uma Consolidação das Leis do Trabalho num período posterior. De acordo com Rodrigues algumas das leis foram:

> "criação e organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com suas Inspetorias Regionais; organização sindical; organização do sistema de previdência social para os funcionários públicos, marítimos, estivadores, doqueiros e comerciários; lei dos dois terços (predominância obrigatória

[161] "Trabalhadores Alerta" in *O Trabalhador da Light.* São Paulo, Janeiro de 1934.
[162] BOLSA, Feliciano. "Resenha Histórica do Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus" in *O Trabalhador Chapeleiro* São Paulo, 01 de maio de 1933.

> do trabalhador nacional); jornada de 8 horas de trabalho (‘regime de três tempos’’); convenções coletivas de trabalho; comissões mistas de conciliação e juntas de julgamento, precursoras da Justiça do Trabalho; proteção ao trabalho das mulheres e dos menores; reforma da lei de acidentes no trabalho e da lei de férias; regulamentação do trabalho nos portos; condições e duração do trabalho dos bancários, telegrafistas, empregados em transportes terrestres, em casas de penhores, na indústria de panificação, em farmácias, barbearias, casas de diversões e no comércio; regulamentação das profissões de corretor, agrônomo, engenheiro, arquiteto e agrimensor.”[163]

Como dissemos, entre se estabelecer à lei e a sua aplicação havia uma certa distância, no programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935 ainda havia como reivindicação a jornada de 8 horas de trabalho, o descanso dominical, entre outros pontos, mostrando que ainda neste ano a legislação não era cumprida.

Em relação à elaboração destas leis, os projetos eram acompanhados e sofriam a intervenção dos industriais. Em um primeiro momento eram nomeadas comissões especiais pelo Ministro do Trabalho que procederiam a estudos especiais para a elaboração de um anteprojeto para a reforma de uma lei ou a sua elaboração. Nestas comissões normalmente só participavam técnicos do Ministério.

Os projetos eram enviados aos órgãos de classe e passavam por críticas e sugestões para a sua reformulação, visando à regulamentação. Depois disso formavam-se as Comissões Mistas compostas por delegados do Ministério do Trabalho, dos empregadores e dos empregados e por elementos do Instituto dos advogados, com o objetivo de selecionar as sugestões apresentadas que pudessem ser incorporadas na lei, ou na regulamentação de uma nova lei.[164]Algumas vezes todo este processo até culminar na regulamentação da nova lei ou a alteração da lei já existente demorava alguns meses, dando espaço maior para a intervenção da burguesia.

---

[163] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968, pp. 70 e 71

[164] GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, pp. 226 e 227

Com relação à questão da jornada de trabalho, por exemplo, a intervenção burguesa fez com que a lei ficasse de acordo com os seus interesses, permitindo que a jornada de 8 horas pudesse se prolongar até 10 horas, através do pagamento de hora extra e conseguiu jogar o início do trabalho noturno das 19h para as 22h, assim resolvia-se à questão das mulheres e das crianças que não poderiam trabalhar no horário noturno.[165]

A legislação trabalhista sofre cerradas críticas por parte dos anarquistas, mas outras correntes como os "socialistas" defendiam a própria Lei de Sindicalização, enquanto os comunistas criticavam algumas leis como da Carteira de Trabalho, mas iniciavam o processo de regularização dos sindicatos sob sua influência.

Em relação à Carteira de Trabalho os anarquistas partidários da ação sindical entendiam ter o mesmo papel do prontuário policial. Através dela o patrão controlaria não só a atuação profissional do operário, mas também política, facilitando, portanto, o expurgo daqueles que possuem dignidade não aceitando a opressão passivamente.A carteira de trabalho seria "o ferrete ignomioso que impedirá a liberdade de pensar e o direito de reclamar qualquer melhoria moral ou econômica, ao escravo moderno"[166]

O mesmo argumento era repetido em outro artigo. A Caderneta Profissional era um estigma da escravidão, com conteúdo policialesco que nem os governantes da velha república tinham tido coragem de insinuar, pois através dela seria controlada a atuação, profissional, política e social de todos os trabalhadores, facilitando ao patronato a seleção de elementos passivos em detrimento daqueles que possuíam o mínimo de dignidade e não aceitavam o sofrimento passivamente.[167] Neste texto ainda acrescenta-se que nem os antigos governantes da oligarquia repressora tinham insinuado a elaboração de uma lei tão perniciosa aos interesses dos trabalhadores.

Um fato ocorrido durante uma reunião no salão da Associação das Classes Laboriosas durante uma visita do Ministro do Trabalho, Lindolfo

[165] SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, pp. 57 e 58
[166] AGUILAR, J. "A Caderneta Profissional" in *O Grito Operário*. São Paulo, 22 de abril de 1933.
[167] "A Caderneta Profissional" in *O Trabalhador Vidreiro.* São Paulo, 17 de junho de 1933.

Collor, em 1931, pode nos dar uma idéia da relação entre os militantes dos sindicatos e a legislação trabalhista nestes primeiros anos da década de 1930. Foi narrado desta forma por Everardo Dias:

> "Logo ao penetrar no recinto, o Sr. Collor devia ter ficado um tanto desapontado ao enfrentar a multidão, pois só recebeu palmas chochas da sua claque. A platéia conservou-se silenciosa, impassível, expectante. Depois da saudação de um pau-mandado, iniciou o ministro o seu anunciado discurso, numa linguagem enfática, rebuscada, alegando, frisando, repetindo com longas pausas que ele era o primeiro Ministro do Trabalho que o Brasil contava, graças à revolução e ao Sr. Getúlio Vargas. Mas, logo às primeiras afirmações, ditas em tom doutoral, a respeito das medidas trabalhistas que iam ser aplicadas, começaram a chover os apartes e a receber assertivas contrárias que eram verdadeiros desmentidos àquilo que afirmava. O ministro entrou a reconhecer erros de datas, emendar acontecimentos, corrigir fatos, tentar dissuadir com truques de pedante oratória, que não havia propriamente questão social no Brasil, entrando pelos meandros escabrosos e ingratos da encíclica 'Rerum Novarum' e da proteção aos trabalhadores dispensada pelo industrialismo, sentenciando que 'já era tempo de substituirmos o velho e negativo conflito de luta de classes pelo conceito novo, construtor e orgânico, da colaboração de classes.' Aí, os revides dos aparteantes tomaram forma incisiva e sarcástica, deixando o ministro gaguejante e desorientado. A claque salvou a situação, tomando atitude ofensiva contra a massa da assistência, uma vaia colossal irrompeu no salão e a reunião acabou com o desembainhar de sabres pela soldadesca e o espancamento dos menos afoitos em fugir, enquanto o pano de boca descia rápido, escondendo o ministro e sua camarilha" [168]

É interessante notar que o Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares, controlado pelos anarquistas, afirmava em 1932 ter enviado ao ministro Collor um memorial, contrariamente a orientação da maior parte dos anarquistas partidários da ação sindical, e ele não havia dado nenhuma satisfação. Em relação à Lei de Sindicalização, Cadernetas de

[168] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977, pp. 180 e 181

Trabalho, o sindicato seguia a orientação da FOSP opondo-se frontalmente as duas leis.[169]

A discussão sobre esta legislação mais a conjuntura econômica do início da década de 1930, vai levar a uma intensa mobilização capitaneada principalmente pelos anarquistas partidários da ação sindical, no primeiro semestre de 1932 em São Paulo.

A crise econômica de 1929, quando a paralisação das fábricas gera enorme desemprego afetando diretamente os trabalhadores, vai arrastar seus efeitos até os primeiros anos da década de 1930, comprimindo os salários e só conseguindo retomar o nível de emprego e o aumento de salários de algumas categorias em 1932.

O nível salarial precisava ser reposto e os operários saíram à luta para conseguir seus objetivos. Neste processo os anarquistas, que controlavam a maioria dos sindicatos de São Paulo, vão elaborando uma pauta de reivindicações, incluindo o debate sobre as questões relacionadas à própria legislação trabalhista.

Algumas categorias como a dos ferroviários da São Paulo Railway, que sofria influência dos anarquistas, e tecelões, começam as suas mobilizações, de forma esparsa, no início de 1932. Mas as mobilizações mais amplas começam a partir dos protestos de 1º de maio. No dia 02 os ferroviários da São Paulo Railway entram em greve, no dia 03 entram em greve os operários em fábricas de calçados e no dia 4 os vidreiros. No dia 05 os ferroviários da São Paulo Railway anunciam o rompimento das negociações exigindo o cumprimento de todos os itens da negociação, fortalecidos graças à adesão dos ferroviários de Santos e Jundiaí. A repressão generaliza-se. Os tecelões ameaçam entrar em greve, assim como os padeiros caso suas reivindicações não fossem atendidas.

No dia 13 de maio o comando de greve dos ferroviários sofre uma cisão, uma parte segue o sindicato outra parte, como os ferroviários das Oficinas da Lapa e da Estação da luz, seguem seus propósitos de forma independente. No mesmo dia a polícia prende o comando de greve dos tecelões e ferroviários

[169] SILVA, José Victorino da. "Recapitulando" in *O Trabalhador Padeiro.* São Paulo, Janeiro de 1932

que se reuniam no Teatro Carlos Gomes na Lapa, prendendo também a diretoria da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), de orientação comunista, quando esta discutia a posição a tomar em face dos movimentos grevistas. Assim, os trabalhadores realizam ainda no dia 13 uma manifestação contra as prisões. As autoridades policiais recebem uma comissão de trabalhadores para ouvir a reivindicação de libertação dos militantes presos, dizem que não são contra movimentos grevistas e que vão avaliar o caso, mas prendem o anarquista que organizou a passeata Henrique Hossman.

Com a repressão os ferroviários começam a ceder e voltar ao trabalho enquanto os tecelões, sapateiros, vidreiros e trabalhadores em hotéis e similares mantém-se em greve. Dia 16 entram em greve os padeiros, no mesmo dia a polícia prende o seu comando de greve. No dia 18, de acordo com informações da imprensa, estão presos mais de 400 grevistas, que resolvem fazer greve de fome.

A partir do dia 19 com o estabelecimento de acordos nas categorias dos sapateiros e vidreiros e com a violência policial agindo, o movimento vai perdendo força. Dia 20 apenas os padeiros permanecem em greve parcial, as demais categorias vão voltando ao trabalho.[170]

Nestas greves os comunistas, segundo Zélia Lopes Silva, ficaram ausentes do processo. Para a autora a pauta de reivindicações e os sindicatos que se envolveram nas greves indicam a influência anarquista. Mesmo com a derrota do movimento grevista a FOSP, em dezembro de 1932,

> "ainda aglutina 22 sindicatos, destacando-se entre eles a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, União dos Operários Metalúrgicos, União dos Trabalhadores da Light, Liga Operária da Construção Civil, União dos Empregados em Cafés, Sindicatos dos Operários em Frigoríficos, Sindicato dos Trabalhadores em Fábrica de Bebidas, União dos Operários em Fábrica de Botões, Pentes e Similares, Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos, Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus, União dos Carreteiros de São Paulo, Liga Operária de São Bernardo, Sindicato dos Ofícios Vários (que aglutinava trabalhadores de ramos diversos), Liga Operária de São

[170] SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, pp. 113-124

> Caetano, Liga Operária da Penha e Liga Operária de Vila Anastácio, Sindicato dos Operários em Fábrica de Vidros, União dos Trabalhadores em Limpeza Pública, União dos Operários em Fábricas de Vassouras, Artefatos de Vime e Anexos e o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Velas, Óleo, Sabão e Similares"[171]

Ainda segundo Zélia Silva, a derrota no movimento de 1932 havia significado a derrota da luta pela autonomia sindical. Os anarquistas foram obrigados a ceder a pressões das bases e defender algumas leis trabalhistas, indo contra a denúncia que sempre faziam sobre o caráter da lei e a possibilidade de só conquistar direitos através da própria pressão dos trabalhadores, para que os patrões fossem obrigados a cumprir os pontos estabelecidos pelos próprios anarquistas como direitos. O Anarquismo na sua atuação sindical seria derrotado em 1932 mesmo mantendo certa importância até o ano de 1934.

> "Liquidado o principal núcleo de resistência da área sindical com a derrota do movimento operário de São Paulo, sob a liderança anarco-sindicalista, o caminho estava aberto para a burguesia que ainda tem pela frente enquadrar os comunistas e, noutro espaço político, os integralistas."[172]

Depois destes acontecimentos de maio de 1932 a FOSP formou em outubro um comitê pró-férias, como os anarquistas já haviam feito entre 1927 a 1930, não sendo, portanto, uma especificidade do período a que os anarquistas foram levados pela pressão das bases, mas uma tática utilizada. Mandou vários comunicados ao Ministério do Trabalho que não tiveram solução, desta forma a FOSP ameaçava entrar no terreno da ação, " o único que fará o patronato reconhecer os direitos da classe produtora"[173]

Em outro artigo, retomando a argumentação de que a Revolução de 1930 havia substituído a luta aberta entre capitalistas e trabalhadores, baseada, muitas vezes, na pura violência, mas que quem tivesse mais coesão e força ganharia, pela astúcia e cooptação, os anarquistas analisavam a Lei de

---

[171] Ibid., pp. 126 e 127
[172] SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, pp. 12 -14
[173] "FOSP- nota oficial" in *A Plebe*. São Paulo, 26 de novembro de 1932.

Férias, principalmente quando o governo varguista começou a conceder o direito das férias apenas aqueles sindicatos que fossem oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Além disso, os trabalhadores só gozariam das férias se apresentassem a carteira de trabalho, o que para os anarquistas era o estigma da escravidão, neste sentido, a Lei de Férias passaria a perder o seu sentido benéfico e ser mais uma lei que acorrentaria os trabalhadores, na visão destes anarquistas, que pregavam que os trabalhadores deveriam exigir pela ação direta o cumprimento desta lei independentemente do Ministério do Trabalho.[174]

Sobre a postura dos anarquistas em relação à legislação trabalhista, podemos concluir que os anarquistas se preocupavam em denunciar o caráter coercitivo de algumas das leis, realizando intensa campanha contra as mesmas, mas que defendiam o cumprimento de outras, seja através da pressão sobre as autoridades governamentais, através de ofícios e formação de comitês, seja com a pressão direta dos sindicatos sobre os capitalistas. Outro ponto que devemos destacar, é que os anarquistas estiveram na vanguarda do movimento pela manutenção da autonomia sindical, contra a intervenção dos organismos governamentais nos órgãos dos trabalhadores.

1.8- Os Anarquistas e a "Revolução Constitucionalista" de 1932

Em relação à "Revolução Constitucionalista" de 1932 os anarquistas mostraram-se alheios ao movimento argumentando que este era um movimento contra-revolucionário e uma disputa entre governantes. As críticas as antigas oligarquias paulistas e a burguesia local eram mais ácidas do que as relacionadas ao governo federal.

A análise de algumas atas de reuniões dos anarquistas, presentes em prontuários policiais, nos mostra que alguns militantes influentes demonstravam até mesmo uma certa simpatia pelo outubrismo, posição esta minoritária em relação ao conjunto dos anarquistas.

Ainda em 1932 os conflitos políticos entre os remanescentes da oligarquia agrária, pré-governo provisório, e burguesia paulista versus interventores e governo federal, mesmo este procurando garantir alguns pontos que beneficiavam os grandes proprietários paulistas como a defesa do café, levaram ao desencadeamento da contra-revolução constitucionalista de 1932.[175]

Os conflitos pelo poder levam a burguesia paulista (incluindo a antiga oligarquia) a romper com Vargas definitivamente e a deflagrar a "revolução" de 1932 em 9 de julho.[176]

---

[174] LUMERAS. "Lei de Férias, arma fascista" in *A Plebe* . São Paulo, 17 de fevereiro de 1934.

175 Em 1931 o Partido Democrático rompe com o interventor militar João Alberto, lançando um manifesto contra este e a Legião Revolucionária, agrupação formada pelo próprio João Alberto e Miguel Costa em novembro de 1930, que se solidifica até meados de agosto de 1931, perdendo sua força e transformando-se em Partido Popular Progressista em 1932.

O Clube 3 de Outubro, agrupação que organizava alguns dos principais "revolucionários" de 1930, que possuía grande ligação com a máquina administrativa do governo, influenciando as decisões de Getúlio Vargas, e congregava, entre outros, Góes Monteiro, Osvaldo Aranha, Juarez Távora, resolve apoiar João Alberto.

Os democráticos entram em contato com militares da Força Pública na intenção de promover um golpe, que se desencadeia em abril de 1931, até mesmo o velho General Isidoro Dias Lopes apóia os democráticos. O golpe não tem sucesso e mais de 200 revoltosos são presos. Miguel Costa torna-se Comandante da Força Pública. Com a derrota, a oposição começa um movimento pró-constitucionalização.

A situação de João Alberto em São Paulo torna-se insustentável e o mesmo pede demissão em 15 de julho, e Laudo Ferreira de Camargo é escolhido para o seu lugar.

"Até fins de janeiro de 1932, Manifestos e organizações se multiplicam, demonstrando a pujança dos paulistas, que recebem contínuas adesões de outras oligarquias dos Estados. (...) O argumento básico justificando a necessidade de volta a um regime constitucional baseia-se na idéia de que, 'por atenta observação dos fatos, de que já cessou a necessidade de governos ditatoriais, imposta pela revolução vitoriosa, e de que a reorganização econômica e financeira do país não se operará enquanto se não estabelecer o império da lei — único em que o trabalho se desenvolve, o crédito se fortalece, a produção se avoluma e a dignidade dos cidadãos se faz respeitada'." CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1982, pp. 302 e 303

Miguel Costa e João Alberto pressionam para que Laudo Camargo substitua Numa de Oliveira, seu secretário das Finanças, acusado de ter ligações com o capitalismo estrangeiro. Devido, entre outras coisas, a este fator, Laudo renuncia e concede anistia aos revoltosos democráticos de abril de 1931.

Com a queda deste o General Manuel Rabelo, assume em novembro de 1931, tendo o apoio de Góes Monteiro, João Alberto e Miguel Costa. Com a nomeação de um interventor militar e de fora do Estado a oligarquia paulista recrudesce suas posições. O Partido Republicano Paulista, antigo representante das oligarquias agrárias que detinham o poder durante as primeiras décadas do século XX, ressurgi em janeiro de 1931 e faz uma frente única com o Partido Democrático em fevereiro, defendendo a bandeira da reconstitucionalização do país. Em janeiro de 1932 o Partido Democrático rompe com Vargas não acreditando mais na solução pacífica para a questão.

Devido às pressões internas Manuel Rabelo é obrigado a deixar a interventoria que é entregue a um político "neutro" Pedro de Toledo, em março de 1932. Os conflitos pelo poder levam a burguesia paulista e a antiga oligarquia a romper com Vargas e ao início do movimento.

176 A "revolução" é conduzida pelo Partido Democrático, enquanto o Partido Republicano Paulista e o interventor Pedro de Toledo a recebem com surpresa. Falta armamentos e apoio dos outros Estados. As

As ações militares não ultrapassam o Estado de São Paulo. O avanço das tropas que apoiavam o governo federal é contínuo e os paulistas recuam continuamente já a partir do início de agosto. Os ataques aéreos do governo federal são contínuos. Os paulistas tentam contrabalançá-lo com o apelo a população numa intensa mobilização, tentando comprar armas no exterior e solicitando o reconhecimento do estado de beligerância por parte de outros países. Algumas pequenas revoltas esparsas em apoio aos paulistas acontecem em outros Estados, lideradas inclusive por Artur Bernardes e Borges de Medeiros, mas nada adianta. Em 2 de outubro é assinada em Cruzeiro a Convenção Militar, pela qual a Força Pública de São Paulo se obrigou a recuar das suas posições e manter a ordem e tranqüilidade no Estado.[177]

Em 26 de outubro o governo reorganiza uma comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição e marca as eleições para maio de 1933. As oligarquias não perdem tempo e começam a fazer sua campanha eleitoral logo em fevereiro de 1933.

> "Afinal, em abril, as oligarquias reúnem suas forças e formam uma chapa única eleitoral, 'Por São Paulo-Unido', idéia que parte de Rodolfo Miranda, e que engloba o Partido Democrático, o Partido Republicano Paulista, a Associação Comercial, a Federação dos Voluntários, etc. Do outro lado, individualmente, o Partido 25 de Janeiro, o Partido Socialista, a Ação Integralista Brasileira, o Partido Comunista do Brasil, o Partido da Lavoura, etc. O resultado é a vitória eleitoral esmagadora das oligarquias."[178]

Os anarquistas tecem suas críticas a contra-revolução a partir da volta do jornal *A Plebe*, pouco depois do fim dos acontecimentos militares em 1932. A "Revolução Constitucionalista" foi designada em *A Plebe* como uma sinistra aventura. Os políticos de São Paulo e do Brasil tinham derramado rios de sangue do povo para que os políticos oligarcas tentassem de novo galgar as escadas do poder e, como antigamente, dominar o país.

---

operações militares só se iniciam de fato no dia 12 quando o General Bertoldo Klinger, chega a São Paulo, vindo do Mato Grosso, com cerca de 100 soldados.
A luta não avança em direção ao Rio de Janeiro e o próprio Klinger espera um entendimento entre as tropas paulistas e do Governo Provisório.

[177] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937).* São Paulo, Difel, 1982, pp. 312- 315

> "Que pintor e que pincel para executar este hediondo quadro, afirmava o texto, este lúgubre e infernal painel d'um povo que, enganados por algumas dezenas ou centenas de políticos sem trabalho e de jornais mercenários e venais, se lança à peleja, acorre a todas as fronteiras e cercado, engarrafado, bloqueado, resiste durante oitenta dias as investidas adversárias, vertendo o seu sangue, perdendo a sua vida, sacrificando a sua existência em holocausto a interesses estranhos, inconfessáveis e duvidosos, tudo dando para nada ganhar?"[179]

As pessoas que tombaram durante o conflito armado eram tidas como vítimas da sua própria ingenuidade e boa fé, imoladas a interesses de terceiros, que subordinavam os interesses da região e do país aos seus próprios interesses, criando conflitos imensos resolvidos à custa do sangue dos puros de coração.

Também caracterizavam a luta em São Paulo como contra-revolução, descrita como uma grande tragédia a que meia dúzia de despudorados havia jogado grande parte da população paulista.

Os anarquistas constituíram um mundo à parte dos acontecimentos, segundo as palavras do texto de *A Plebe*, não tomando parte nem se envolvendo neles.

> "Em meio aquela barafunda indescritível, naquele ambiente de artifício e de mentira, quando os jornais e o rádio dia e noite, sem parar, espalhavam invencionices de toda a ordem e fantasias ocas e imbecis, lançando apelos veementes e desesperados a todas as potências terrestres e celestiais, para que lhe acudissem e os tirassem da enrascada, quando tanta gente instruída estava obcecada, fanatizada, hipnotizada, trabalhando e torcendo pela guerra nefasta e pela vitória da tropilha decaída, ameaçando de linchar e acoimando de derrotistas todos que articulavam dúvidas e prendendo milhares e milhares de pessoas suspeitas, nós, os libertários e os trabalhadores organizados, estarrecidos, seriamente impressionados pela terrível matança, permanecíamos alheios a loucura coletiva, constituíamos um mundo a parte e podemos garantir com dignidade e sobranceira que não cooperamos direta nem indiretamente

[178] Ibid., p. 318
[179] "A sinistra aventura" in *A Plebe* . São Paulo, 19 de novembro de 1932.

> nesta hedionda catástrofe que envolveu todo o Brasil num temporal de sangue."[180]

Os anarquistas ainda diziam que os verdadeiros desordeiros não eram os trabalhadores que faziam seus movimentos por suas justas reivindicações, mas os políticos perrepistas e democráticos, os comerciantes, banqueiros, grandes industriais, os padres e bispos que tinham provocado a mais "trágica e calamitosa desordem", a "mais inaudita chacina fratricida" que já havia atingido o Brasil.[181]

Neste sentido, a "Revolução Paulista" de julho de 1932 era descrita como "a contra-revolução promovida pelos reacionários de São Paulo, contra as idéias relativamente avançadas, da República Nova" por João Pontes Moraes em seu texto "O clero e a contra-revolução"[182]

Já um texto do início de 1933 afirmava que Getúlio Vargas depois de ter vencido pelas armas o movimento militar de São Paulo de julho de 1932, chegou a conclusão de que para deter a ambição desmedida dos políticos, industriais e clero, deveria contar com novas forças em caso de possíveis novas insurreições.

Para o autor, Vargas abandonado pelos políticos, hostilizado pelo capitalismo internacional que não teria todos os seus apetites satisfeitos pelo governo, talvez apenas os militares não conseguissem o garantir no poder, neste sentido, buscou apoio na classe operária, "que sempre foi a que não soube guardar rancores aos seus inimigos".

Para isso, criou o sindicalismo obrigatório e leis que pareciam favoráveis ao proletariado: a lei de férias, das oito horas, sindicalização, etc., mas sempre procurando encobrir os privilégios da burguesia.

Assim, os anarquistas precisavam estar atentos, pois uma imprevidência poderia causar sérios danos aos trabalhadores. O inimigo estava na defensiva

[180] "A lei das compensações" in *A Plebe* . São Paulo, 26 de novembro de 1932.
[181] "Os verdadeiros desordeiros" in *A Plebe* . São Paulo, 26 de novembro de 1932.
[182] MORAES, João Pontes. "O clero e a contra-revolução" in *A Plebe* . São Paulo, 07 de janeiro de 1933.

e por isso demonstrava transigir, mas, na verdade, o que estava esperando era reunir forças para dar o golpe final.[183]

Uma ata de reunião da FOSP de 01 de outubro de 32 nos dá uma noção melhor do que pensavam os anarquistas membros da FOSP em relação tanto ao movimento que estava se encerrando (a "revolução" de 1932) quanto a posição em relação ao governo Vargas, nos mostrando as posições múltiplas que existiam mesmo entre anarquistas importantes.

Segundo a ata, Hermínio Marcos chama Góes Monteiro de traidor a serviço da burguesia e do Imperialismo.

Pedro Catalo diz que o movimento sindical em São Paulo está cheio de traidores que desviam sua conduta para viver de manobras com os patrões, o que existia era sombra do período de 1903-22, os anti-intectuais no meio proletário eram prejudiciais (postura relacionada com o obreirismo do PCB), segundo ele, entre a burguesia ditatorial e a burguesia Constitucionalista não havia diferenças, neste sentido os militantes não deviam desviar-se para causas que não eram as deles.

Gataldo Brasil afirma que a presença dos intelectuais no meio operário poderia elevá-los por meio da convivência, que o 6 de outubrismo apesar de combater o comunismo realiza-o por partes na medida em que implanta o governo dos técnicos, neste sentido, o outubrismo era igual ao perigo comunista enquanto o constitucionalismo seria igual ao perigo conservador

Paparo afirma que "os anarquistas vivem sempre pensando, porém nada realizamos. O que fizeram os anarquistas desde 1924? Nada!" [184]

Francisco Neves faz algumas propostas. Martins Garcia diz que os anarquistas podem ser contrários ao movimento constitucionalista por princípio, porém, o povo de São Paulo demonstrou sua capacidade de luta. O reconhecimento não implica adesão. Os anarquistas deveriam aprender com este movimento no aspecto organizacional que mobilizou mais de cem mil pessoas. Diz:

---

[183] ESCOBAR, José Prado. "Avante, Camaradas!" in *A Plebe.* São Paulo, 07 de janeiro de 1933.
[184] *Prontuário 716- FOSP*, Volume I, folhas 26-21 , 01 de outubro de 1932. DEOPS/SP, DAESP.

"Esse ideal não é nosso. Façamos, porém, que a idéia se modifique no cérebro do homem e que essa idéia seja aquela que defendemos" e "A História não se realiza com finalidades; realiza-se com a realidade" [185]

Em outra ata da reunião de militantes operários, anarquistas, sindicalistas e anarco-sindicalistas de 06 de outubro de 1932, podemos apreender mais elementos do pensamento de alguns anarquistas.

Segundo a avaliação de Hermínio Marcos a ordem do dia seria avaliar a história do governo central e defender forte agitação revolucionária, utilizando-se da publicação de um manifesto que explicaria as suas causas.

Fernando Navarro afirma que o movimento de julho não passou de uma estudantada, que o perrepismo queria a volta do antigo regime e que os militantes deveriam denunciar aqueles que arrastam os homens para a carnificina.

Vicente Mandarasso defende a união dos anarquistas e comunistas para promover a guerra contra a burguesia, pois o momento seria bom para a ação, pois o exército e força pública estavam divididos. Para ele, São Paulo impulsionaria Revolução Social no Brasil que teria forças no Chile, Bolívia, Paraguai e Peru.

Francisco Cianci, por outro lado, critica os comunistas, e os anarquistas que ficam teorizando tem que partir para ação, oportunidade não faltaria, mas sim faltaria coragem e capacidade de organização.[186]

Francisco Neves toma a palavra dizendo não existir em São Paulo movimento anarquista propriamente dito o que existia era um ou outro anarquista, e um movimento corporativista que lutava por melhorias salariais e redução da jornada de trabalho. Propunha: a) destruir o espírito corporativista das massas; b) organizar o proletariado na educação anarquista; c) combater a política burguesa e comunista; e d) levantar o movimento anarquista colocando-o outra vez na linha de vanguarda. Finalizava seu raciocínio defendendo a idéia de que o movimento deveria possibilitar o desenvolvimento

[185] Ibid.
[186] *Prontuário 716- FOSP*, Volume I, folhas 14 – 11, 06 de outubro de 1932. DEOPS/SP, DAESP.

natural da realidade e não deter o progresso e a evolução retardando, deste modo, a esperada revolução.

João Perez, um dos mais destacados anarquistas, declarava sua simpatia pelo outubrismo, cuja ação tinha sido confortadora para o proletariado. João Barbosa solidariza-se com Perez. Enquanto José Sarmento protesta contra as palavras anteriores dizendo que tais camaradas não eram anarquistas senão políticos. [187]

A ata das reuniões permite termos uma visão mais detalhada do posicionamento de alguns anarquistas não passando pelo filtro do corpo editorial de um jornal, que obviamente só selecionaria artigos que não entrassem em contradição contundente com a concepção anarquista.

Quando percebemos que um militante como João Perez Parada, que foi Secretário Geral da FOSP no ano de 1934, declara a sua simpatia pelo outubrismo, podemos perceber o quanto estes militantes acabavam se envolvendo nas disputas políticas do contexto. No caso do movimento de julho de 1932 a maioria dos anarquistas se colocou contra o movimento, que seria uma volta ao passado para eles, mas não se colocou através da sua imprensa a favor das forças do governo federal. Parada, de acordo com a ata, é claro na simpatia ao outubrismo.

Quais eram os debates mais detalhados em relação aos acontecimentos políticos do período que estudamos nós não podemos saber por não ter acesso à documentação específica, que ou foi destruída ou está nas mãos de poucas pessoas não vindo a público. O que podemos analisar é que estas posturas não eram as dominantes entre os anarquistas, por este motivo não se transformaram em posicionamentos públicos divulgados através dos materiais de propaganda, mas, o posicionamento de certos militantes serve para termos uma noção mais clara das alternativas que se apresentaram para estes militantes anarquistas e traçarmos com mais precisão os motivos do declínio da sua influência.

1.9- A Constituinte e os Anarquistas

[187] Ibid.

A questão da Constituinte foi pouco noticiada pelos periódicos anarquistas que na época se preocupavam mais com a luta anti-fascista. As noticias publicadas se concentraram na argumentação tradicional dos anarquistas de São Paulo de que as leis são farsas que servem para encobrir a realidade opressiva e que os políticos sustentavam a regime de exploração e opressão capitalista. A representação profissional para a assembléia constituinte, que possibilitou a eleição de sindicalistas ligados aos sindicatos tutelados pelo Estado também foi alvo de críticas por parte dos anarquistas.

No começo de 1933, Góes Monteiro defendia que o exército deixasse de se intrometer nos assuntos públicos e se preocupasse mais com os assuntos especificamente militares, refletindo a manifestação da corrente que defendia o Exército "hierárquico", contra o "político".

Segundo Carone:

> "A partir de 1932, três fatos reforçam a posição do Exército hierárquico: 1) muitos oficiais tenentistas rompem com o Clube 3 de Outubro e retornam às fileiras do Exército, isto é, pedem para cancelar a sua licença e voltam às funções específicas e hierárquicas militares (caso de Juarez Távora); 2) o declínio tenentista acentua-se cada vez mais, o que impede que continue a galvanizar os meios militares; 3) durante a revolução de 1932, a direção das operações militares volta às mãos da alta oficialidade, a do Exército hierárquico, apesar de o General Góes Monteiro comandar tropas; enquanto isto, a oficialidade tenentista continua a ocupar os cargos burocráticos nos Estados. A esses fatores, naturalmente, acrescenta-se o fato de haver retorno vitorioso das oligarquias nos Estados após 1933."[188]

Em relação a isso, um texto publicado em *A Plebe* de 1933 defendia, como sempre, a posição anarquista contra a instituição militar, porém, desenvolvia uma avaliação que exaltava as ações do exército brasileiro e afirmava preferir um exército como o existente a um exército displinado e com "mentalidade militar" como o alemão.

[188] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937).* São Paulo, Difel, 1982, p. 393

Afirmava que o exército foi sempre uma das instituições mais liberais do país, havia participado do processo de independência, da queda do primeiro imperador.

A abolição da escravidão havia sido realizada, pois os integrantes do exército passaram a se recusar a perseguir os negros fugitivos.A proclamação da república não se realizaria sem a ação decisiva do exército.

Além disso, o exército havia realizado as revoluções de 1922, 1924, e 1930, não se poderia negar, portanto, a parte ativa que o exército havia desempenhado na evolução liberal do país.

De acordo com o texto, este prestígio do exército incomodava os políticos que concebiam esta instituição como uma máquina manobrável ao sabor do poder executivo, um instrumento de garantia dos políticos profissionais, os únicos que teriam o direito de tudo saber e tudo decidir.

Por isso, que o General Góes Monteiro havia, segundo os anarquistas, feito declarações discordando que o exército se intrometesse na vida do país. Afirmava Monteiro que os militares eram bons engenheiros, bons médicos, bons professores, mas péssimos militares, pois lhes faltaria o espírito restrito do quartel, da disciplina e sobraria o interesse pelos problemas econômicos e sociais que envolvem a coletividade.

> "Pois aquilo que constituía uma glória e um motivo de orgulho do exército brasileiro, afirma o texto, que era não ter o espírito pura e exclusivamente caserneiro, orgulho de classe fechada inacessível, supondo ser superior as outras, torna-se agora o seu defeito mais evidente para o sr. General Góes Monteiro.
> Nós somos por princípio contrários a essa instituição cujo lema é sempre e unicamente a guerra. Mas, entre um exército à alemã e um exército à brasileira, optamos por este."[189]

Anteriormente havíamos nos referido a eleição para os membros da constituinte, eleições estas que ocorreram em maio de 1933. Como já foi dito o resultado traduziu-se em uma vitória das oligarquias reunidas em torno da chapa “Por São Paulo-Unido”.

[189] “ ‘Exército sem mentalidade militar’” in *A Plebe*. São Paulo, 18 de fevereiro de 1933.

Em 1934 a visão era de que a Constituinte abrigaria quase três centenas de representantes da bandalheira política, que se insultariam, divertiriam e atirariam desaforos uns aos outros a custa do dinheiro público, diante deste quadro tornar-se-ia natural, segundo um texto publicado em *A Plebe* em abril, que aparecessem defensores de uma ditadura de um homem forte "como insinuaram há poucos dias alguns generais da situação, republicana ou socialista, outubrista ou outra qualquer expressão de tirania".

Mas isso não resolveria a situação, pois não é uma questão de indivíduos, mas de princípios, pois seja qual for o poder ele tem os mesmos defeitos e os mesmos vícios de origem.[190]

A Constituição era vista, depois da sua aprovação em 1934, como um manto atirado "sobre a nudez cruel das realidades" para fazer continuar "a farsa trágica da exploração e da tirania do homem sobre o homem"[191]

Em 1935 *O Trabalhador Padeiro*, considerava os deputados classistas um "engodo atirado como iscas aos trabalhadores", trazendo a classe à calúnia, insânia, suborno, colaborando para dividir e atirar os trabalhadores da mesma classe uns contra os outros, levando para as disputas partidárias. Os trabalhadores deveriam rejeitar este engodo e lembrar que a representação profissional havia sido criada pela própria burguesia.[192]

Temos que lembrar que a crítica dos anarquistas aos deputados classistas de deu porque nas eleições para os membros da Assembléia Nacional Constituinte, havia uma bancada classista eleita pelos sindicatos de empregadores e empregados. Em relação aos trabalhadores, esta participação só se deu através dos sindicatos tutelados pelo Estado. A maioria das forças de esquerdas que atuavam entre os trabalhadores tentou eleger representantes classistas, excetuando-se os anarquistas.[193]

1.10- A Luta Antifascista

[190] "Procura-se um homem forte ..." in *A Plebe.* São Paulo, 14 de abril de 1934.
[191] "Sob o guante da lei" in *A Plebe* . São Paulo, 21 de julho de 1934.
[192] Cláudio. "Pastores, ao Largo!" in *O Trabalhador Padeiro* . São Paulo, 16 de novembro de 1935.
[193] GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988, pp. 180 e 181

A luta antifascista e os conflitos decorrentes desta, marcaram o fim do anarquismo enquanto corrente política que intervinha na realidade paulista.

Os anarquistas identificavam o fascismo com determinadas concepções presentes no governo e, para eles, esse seria o verdadeiro fascismo a ser combatido e não o fascismo dos camisas verdes e azuis que poderiam ser aniquilados a qualquer momento pelos trabalhadores.

Porém, a tensão que se estabeleceu entre os antifascistas e os fascistas levou a conflitos cada vez maiores que culminou na batalha com os fascistas ocorridas em 1934 na Praça da Sé. Estes conflitos serviram como justificativa necessária para a repressão estatal perseguir tenazmente os militantes anarquistas que, já abatidos pelas derrotas do movimento sindical em 1932, não conseguiram recobrar suas forças.

Na década de 1920 havia alguns núcleos italianos no Brasil que desenvolviam propaganda enaltecendo a figura de Mussolini, e *A Plebe* combatia o fascismo desde o início desta década.[194]

Na década de 1930 aparecem o Partido Fascista Brasileiro, Legião Cearense do Trabalho, Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Legião de Outubro, Partido Nacional Sindicalista, Partido Nacionalista de São Paulo, Partido Nacional Regenerador e Ação Integralista Brasileira.

Destes o que os anarquistas mais combatiam era a Ação Integralista Brasileira, cuja maior liderança era Plínio Salgado, que durante a década de 1920 participava do Partido Republicano Paulista, apoiando a candidatura de Júlio Prestes em 1929. Encontrou-se com Mussolini em 1930 e inicia o Integralismo oficialmente em 07 de outubro de 1932, depois da "revolução" de julho de 1932, que havia o impedido de lançar um manifesto que tornava público o novo movimento.[195]

---

194 Uma tentativa de organização do fascismo nacional se dá em 1922 com a fundação da Legião do Cruzeiro do Sul que mais tarde se fundiu no Cravo Vermelho, cujos membros eram policiais e "desclassificados" que possuíam carteira da Polícia do Distrito Federal recebendo atribuições de "autoridade em comissão, podendo dessa forma prender ou invadir lares com toda impunidade" Ver em : CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1982, pp. 194 e 195

195 Os líderes integralistas Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros embarcam para o norte e nordeste do país realizando conferências e fundando núcleos integralistas em Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, São Luis, Belém , Manaus, etc. Miguel Reale faz a mesma coisa no sul , vai ao Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aderem ao movimento a Legião Cearense do Trabalho, partes da Ação Social Brasileira e da Legião de Outubro, além do grupo da revista *Hierarquia* e do jornal *A Razão*.

Em 1934 começa a ser publicado o diário *A Ofensiva*, financiado com o dinheiro de empresas alemãs, italianas e japonesas. Vários diários, semanários, revistas de estudos e ilustradas são publicadas pelo movimento.[196]

O estatuto da AIB definido no primeiro congresso em Vitória em 1934, afirmava que a sede civil era na cidade de São Paulo, mas a sede política em qualquer lugar onde estivesse o chefe nacional, demonstrando desde o início o caráter hierárquico do movimento. Desejava implantar no Brasil o Estado Integral, que se basearia politicamente na doutrina integralista ou nacional corporativa, economicamente na economia dirigida, representando a predominância do social sobre o individual e no aspecto moral na cooperação espiritual de todas as forças que defendem Deus, Pátria e a Família. No segundo congresso de Petrópolis, em 1935, os integralistas passam a se caracterizar como partido político e sociedade civil e não mais apenas como sociedade civil.[197]

No quadro deste trabalho nós não pretendemos aprofundar o debate sobre a questão do integralismo no Brasil[198], a não ser para demonstrar certo

[196] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1982., pp. 204-208
[197] Ibid.., pp. 219 e 220
[198] Um debate interessante é o de Hélio Trindade com Chasin. O segundo argumenta que a ideologia fascista se mostra como uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, sendo uma particularidade dos países de capitalismo tardio, e não hipertardio como é o caso brasileiro. No Brasil do início dos anos 1930 havia uma incipiente presença dos primeiros momentos significativos da objetivação do verdadeiro capitalismo, segundo Chasin, enquanto os outros países que conheceram o fascismo efetivamente, já estavam em plena atividade imperialista, mesmo que fosse nos elos mais débeis. Portanto quaisquer identificações entre um caso e outro seria uma brutalidade teórica. CHASIN, J. "A Via Colonial de Entificação do Capitalismo" . *A Miséria Brasileira*. Santo André, Ad Hominem, 2000.
Hélio Trindade argumenta que o trabalho de Chasin apóia-se apenas nos textos de Plínio Salgado para determinar o caráter não fascista do integralismo brasileiro e manter a sua premissa básica de que o fascismo é um fenômeno de expansão da fase superior do capitalismo. Trindade critica o procedimento de Chasin que mesclou textos anteriores a formação da Ação Integralista Brasileira, com textos posteriores ao se fechamento, que em algumas partes possuem, segundo Trindade, trechos modificados pelo próprio Salgado como intuito de escamotear a linguagem fascista do seu discurso ideológico. Para o autor o equívoco básico de Chasin é tentar negar o mimetismo ideológico do movimento integralista utilizando o discurso de um de seus líderes, buscando textos anteriores, durante e após a existência da AIB. Trindade ainda critica a posição teórica de Chasin de negar a possibilidade do mimetismo ideológico em sociedade econômicas e socialmente diferentes, preferindo buscar entender como as idéias são importadas e reelaboradas penetrando não só nas elites intelectuais mas em amplas camadas da sociedade. Desta forma o autor afirma:

ponto de vista, que foi expresso pelos anarquistas e como a ação deles em relação aos fascistas brasileiros influenciou a adoção de certas posturas e o seu declínio.

Os anarquistas entendiam que os verdadeiros fascistas eram os governantes, sendo que os "camisas olivas" (Integralistas) ou "azuis" (Ação Social Brasileira), eram considerados os seus instrumentos. Neste sentido, a Lei de Sindicalização, a Carteira Profissional, as Comissões Mistas, a Lei dos dois Terços, seriam todos atos de cunho fascista implementados pelo governo.

Portanto, mais importante era atacar o Ministério do Trabalho e suas leis, o Departamento do Trabalho e a sua obra, o fichário policial de que se servia a Federação das Indústrias, os sindicatos legais, os governos "socialistas", se referindo aos elementos de origem tenentista que haviam fundado, por exemplo, o PSB, que assaltam as associações operárias, censurando a imprensa operária e social.[199]

A ligação do Fascismo com o governo, instaurado depois do movimento revolucionário de outubro de 1930, também foi ressaltada em um texto de julho de 1933.

Segundo o texto, quando ainda o povo festejava a queda do domínio oligárquico,

---

"Em síntese, a inconsistência maior da tese de Chasin decorre de deficiência na documentação selecionada que, pretendendo superar a explicação mimética, expurgou do universo ideológico integralista as contribuições relevantes de Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina e de Gustavo Barroso, Chefe Nacional da Milícia, cujos escritos reforçaram o conteúdo fascistizante da ideologia: o primeiro com a concepção de-Estado inspirado no fascismo italiano e a segunda com os componentes anti-semitas do nacional-socialismo. Mas, acima de tudo, sua análise ficou a nível do significado interno dos textos, sem considerar que o integralismo, mais do que uma ideologia, foi um *movimento político* e que seu caráter fascista provinha não apenas de semelhanças entre sua temática e a dos fascismos europeus, mas, sobretudo, pela sua forma de organização, base social de recrutamento, motivações de adesão de seus militantes e sentimento de solidariedade com o fascismo internacional." TRINDADE, Hélio. "Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 315 e 316

Entendemos como válida a preocupação de Chasin de apreender as especificidades do integralismo brasileiro de acordo com a própria objetivação do modo de produção capitalista no Brasil, buscando a forma particular determinada do desenvolvimento capitalista brasileiro. Mas, até mesmo pela nossa pesquisa, entendemos que o desenvolvimento de determinadas concepções de mundo através da sua apreensão e reelaboração de acordo com as condições objetivas do local onde se está, com seu grau específico de desenvolvimento econômico e social, é possível se fazer sem que se perca as características essenciais destas concepções, sem que estas sejam concepções novas que surgiram de acordo justamente com estas condições particulares que demonstram um estágio diferente no desenvolvimento do modo de produção capitalista com todos os seus elementos constitutivos.

> "São Paulo em 28 de Outubro teve a oportunidade de verificar que em plena rua Direita, se tiravam as lapelas dos revolucionários os emblemas da Aliança Libertadora e em 7 de novembro, foram presos (...) alguns operários que procuraram orientar os trabalhadores, do grande plutocrata Jaffet, submetidos a mais degradante escravidão e horripilante miséria. Na mesma data, violentamente se dissolveu um comício, autorizado pelo próprio chefe do Estado, capitão João Alberto."[200]

Ainda segundo o texto, a péssima impressão que estes atos causaram nos revolucionários sinceros e o temor de uma insurreição, "a que não seria totalmente alheia uma grande parte do voluntariado ainda em armas", fizeram os governantes mudar a tática e em conluio com os representantes das altas finanças, da grande indústria e do clero, trocaram a violência e passaram a utilizar a astúcia.

Continuando a argumentação afirma que os partidos "socialistas" proliferaram, as pessoas com maiores tendências absolutistas foram as que maiores atividades fizeram para "incrementar o socialismo *sui generis*."

Criou-se o Ministério do Trabalho e ramificações em todos os Estados, a questão social, que era uma questão policial para os oligarcas, passou a ser da alçada do Ministério do Trabalho, e passou a ser solucionada não só pela polícia, mas por todo o mecanismo de repressão do Estado.

De acordo com o texto, dos 21 Estados do Brasil em 20 os verdadeiros idealistas (anarquistas) ficaram reduzidos a ponto de não poderem nada fazer para não serem vitimados pela "democracia", a única exceção era São Paulo, mas o inimigo, aproveitando que os grandes militantes estão mais preocupados "em fazer cátedra", estaria pronto para dar o golpe que suprimiria todas as liberdades.

A censura aos jornais para que estes não se ocupassem do movimento operário, a apreensão dos jornais anarquistas, a infiltração de elementos agentes do capitalismo no movimento operário seriam algumas das armas utilizadas para que os fascistas, o clero nas suas múltiplas expressões, os

---

[199] "Contra a Barbárie Fascista" in *O Trabalhador Vidreiro.* São Paulo, 17 de junho de 1933
[200] "Da Democracia ao Fascismo" in *O Trabalhador* . São Paulo, 23 de julho de 1933.

capitalistas, os militares a serviço dos poderosos e o governo, conseguissem os objetivos almejados, ainda de acordo com o texto.

E completava, para os fascistas adeptos de Plínio Salgado "algumas cacetadas, se tentarem sair à rua, parecem-nos suficientes".

Manifesto da FOSP afirmava que o fascismo brasileiro não a preocuparia se estivesse composto pelos integralistas ou pelos "camisas azuis". Mas o fascismo brasileiro estaria, na verdade, nas esferas governamentais, criando uma legislação destinada a sufocar toda a ação reivindicadora e impedir as liberdades populares.

Segundo o manifesto, os reacionários que estavam no governo agiriam por meio da implementação das leis que buscavam atrelar o movimento operário, Lei da Sindicalização, dos dois terços, das comissões mistas, caderneta profissional, etc., mas também através da aprovação do ensino religioso nas escolas, aspiração máxima do clericalismo.Além disso, continuavam a perseguir o movimento operário, a censurar a imprensa, a expulsar os militantes, etc.

Os fascistas brasileiros, segundo o manifesto, estariam nos ministérios, nas embaixadas e até no próprio exército.

Diante desta situação a FOSP propugnou a luta conjunta de todos os antifascistas participando até mesmo de uma reunião dos comunistas que buscavam formar uma "frente única" contra os fascistas, mas os comunistas quiseram, segundo o manifesto, submeter a "frente única" aos seus ditames e a FOSP resolveu ficar a margem da coligação, mas garantindo o apoio a toda obra que vise realmente à defesa das liberdades conquistadas.[201]

A partir do início de 1933 a campanha antifascista se intensificou em *A Plebe.* Em julho de 1933 *A Plebe* publica a sua posição e a da Federação Operária em relação a constituição de uma "Frente Única", a Frente Única Anti-fascista (FUA), chamada pelos trotskistas, sem a participação do PCB, contra o fascismo.

Os anarquistas foram a uma reunião com várias forças políticas convocadas especificamente para este fim e propuseram a ação de todos os

[201] "Contra a horda fascista ao povo do Brasil" in *O Trabalhador* . São Paulo, 23 de julho de 1933.

indivíduos antifascistas organizados sobre a base da mais ampla autonomia das facções, evitando a divisão da luta antifascista em diversos partidos, clubes, legiões, etc.

A maioria dos que estavam presentes à reunião não defendeu a proposta dos anarquistas presentes e formalizaram a "Frente Única" de partidos, facções e doutrinas de diferentes escolas.

Os anarquistas então se abstiveram de entrar nesta "Frente", de partidos e sindicatos, conscientes de que, mesmo de fora, iriam colaborar moral e materialmente com a luta antifascista.[202]

Mais uma vez os anarquistas se abstém de participar de ações que poderiam de alguma forma manchar os seus princípios e destruir a sua coerência, segundo a opinião deles próprios.

O interessante é notar que propunham a formação da ação baseada na ampla autonomia em relação aos partidos e facções com a argumentação de que as diferenças entre os vários agrupamentos fariam com que a “Frente Única” enfrentasse problemas adiante, demonstrando, de certa forma, a intenção de se estabelecer uma ação conjunta que não desse espaço para que o espírito de sectarismo acabasse com a obra iniciada. As outras agrupações, não aceitaram a proposição, formaram a frente de combate ao fascismo mesmo com as diferenças ideológicas e de organização encontradas entre as agrupações aderentes segundo relato dos próprios anarquistas.

Podemos concluir, portanto, que prevaleceu na atitude dos anarquistas de São Paulo a atitude sectária que preferiu o isolamento perante as outras forças a adentrar a uma “frente” que não seguisse os métodos preconizados por eles. Com isso, mantiveram uma organização de combate ao fascismo a parte e que, se levarmos em consideração os prontuários do DOPS sobre a sua ação, levou menos preocupações as autoridades do que a agrupação antifascista dos comunistas.

Outro manifesto da Federação Operária de São Paulo, referente ao fascismo, "Contra a Horda Fascista, Ao Povo do Brasil", diz que fascismo é reação estatal-capitalista, mais contundente em alguns países, como Itália e

[202] “Movimento de opinião e de repulsa ao fascismo” in *A Plebe* . São Paulo, 01 de julho de 1933.

Alemanha, mais mascarada em outros, como Espanha, Argentina e Brasil. Diz que se o fascismo fosse só representado pelos integralistas aqui, não haveria muito com o que se preocupar, mas, para a FOSP, o fascismo estava representado nos altos escalões do governo e do exército e para comprovar esta tese afirma que: a) o ensino religioso nas escolas teve sanção oficial; b) as leis de sindicalização, dos dois terços, das comissões mistas, da caderneta profissional, etc. representam a vitória do "fascismo governamental".

Em outro relato a FOSP afirma que foi a uma reunião que buscava a constituição de uma “Frente Única” antifascista. A FOSP propôs a adesão a esta frente defendendo a completa autonomia das doutrinas e organizações, fato não aceito pelas outras organizações. Com isso a FOSP declarou não participar de tal frente, mas afirmou altivamente estar na vanguarda e de acordo com qualquer iniciativa que visasse o combate ao fascismo.

A FOSP defendeu a eficácia de seu método afirmando que as organizações da Alemanha não deram resposta ao fascismo, por não serem formadas por indivíduos conscientes, mas sim, por operários “disciplinados” que esperaram a ordem dos chefes de partidos, que ficaram esperando um recuo dos nazistas. [203]

Apesar dos anarquistas se referirem ao fascismo governamental, o clima na cidade em relação aos fascistas era tenso e a repressão agia em relação a isso.

Uma Conferência antiintegralista, de 14 de novembro de 1933, aconteceu no Salão das Classes Laboriosas, sendo organizada pelo Centro de Cultura Social. Nela estavam presentes indivíduos de várias correntes. Discursou um membro do PSB, um representante do jornal *O Homem Livre*, Hermínio Marcos pela FOSP e o secretário do Centro de Cultura Social.

O salão estava lotado e teve um incidente quando alguns integralistas tentaram atrapalhar a conferência sendo repelidos pela maioria dos trabalhadores.

[203] Federação Operária de São Paulo. " Contra a Horda Fascista- Ao Povo do Brasil" *Prontuário 716-FOSP*, Volume II, folha 5- 05 de julho de 1933, DEOSP/SP, DAESP.

Na saída da conferência alguns trabalhadores foram para a praça da Sé onde realizaram vários discursos, gritaram mortes ao fascismo e vivas ao anarquismo, comunismo, etc.

Parte do grupo que estava na praça da Sé se dirigiu para as suas residências no bairro do Brás, quando foram interpelados por um grupo de policiais de armas na mão que os trabalhadores pensaram ser fascistas. A partir daí houve troca de tiros sendo atingido Agostinho Farina da União dos Artífices em Calçados. Estavam presentes Aristides Lobo, Hermínio Marcos, João Perez, Pedro Catalo, etc.[204]

Alguns trabalhadores foram presos devido a este incidente, inclusive o próprio Farina.[205]

Informe reservado de 15 de novembro de 33 diz que Hermínio Marcos concitou os trabalhadores a enfrentar a polícia e que existiam muitos membros do CCS armados.[206]

Em agosto de 1934 *A Plebe* publica "Um protesto da Federação Operária", no qual a FOSP torna pública a perseguição por ela sofrida.

Para amedrontar os trabalhadores que freqüentavam a sede a polícia vinha mantendo há 3 meses uma vigilância cerrada em torno da sede da Federação.

A FOSP diante desta situação enviou um ofício ao chefe de polícia, avisando que os operários que se encontravam na sede, julgando-se atacados por elementos políticos, os integralistas, se preparavam para a legítima defesa.

Os trabalhadores saberiam defender os seus direitos mesmo expondo-se as balas do "capanguismo policial".

Além disso, a FOSP salientava, no ofício enviado a polícia, que era apolítica e que a sua vida organizativa, assim como das entidades a ela filiadas, era pública.[207]

---

[204] *Prontuário 848 - Agostinho Farina*, folha 2 DEOPS/SP, DAESP.
[205] "Conferência- meeting anti-integralista" in *A Plebe* . São Paulo, 18 de novembro de 1933.
[206] *Prontuário 1656 - Comitê Anti-Guerreiro* folha 87 DEOPS/SP, DAESP.
[207] "Um protesto da Federação Operária" in *A Plebe*. São Paulo, 18 de agosto de 1934.

Em 07 de outubro de 1934 acontece a batalha dos antifascistas contra os integralistas na Praça da Sé, que foi descrita em *A Plebe* de 13 de outubro de 1934.

Para os anarquistas os integralistas há tempos alardeavam a realização desta demonstração de força na capital de São Paulo para o mês de outubro, desafiando a postura das classes trabalhadoras. Seus partidários viviam pelos cafés bancando uma de valentões, segundo o jornal, dizendo que iam beber o sangue dos anti-fascistas de São Paulo.

Deste ambiente criou-se a exaltação do povo de São Paulo, que se mostrou contrário a manifestação preparada pelos integralistas. Os antifascistas não permitiram esta afronta e mesmo colocados em campos diversos dos pontos de vista político, filosófico e ideológico, organizaram uma demonstração pública de repulsa ao integralismo, convidando o povo de São Paulo a participar na mesma hora e local da concentração dos "camisas verdes".

O povo de São Paulo não molestou nem as mulheres nem as crianças presentes no desfile integralista, ainda segundo o jornal, só agiu quando apareceu a "tropa de choque" do desfile integralista que foi recebida com tiros.

A partir deste momento não foi possível localizar as origens dos tiros. Os integralistas que estavam armados sacaram suas armas, começou o tiroteio, "as balas sibilavam em todas as direções, vindas de todos os pontos da praça, das esquinas, das ruas, das portas dos prédios, onde se entrincheiravam grupos de pessoas armadas que atiravam contra os 'camisas verdes'".[208] Atiraram-se granadas de mão, a polícia que fazia guarda do local também atirava sem rumo certo.

De acordo com o relato, os "camisas verdes", apavorados, começaram a fugir mandando as favas a disciplina e o comando, abandonavam as suas bandeiras e os tambores de marcar passo. Os carros eram disputados pelos integralistas para facilitar a fuga.[209]

---

[208] "Narrando os acontecimentos do dia 7" in *A Plebe* . São Paulo, 13 de outubro de 1934.

[209] Não faltou ironia por parte dos anarquistas para narrar os acontecimentos. Vejamos: "Nos cafés, nos botequins, nas portas das casas de família, atrás dos muros, nos terrenos baldios, por toda a parte, enfim, viam-se os 'valentes' despirem as camisas-verdes e atirá-las ao monturo, ou deixá-las cair ao acaso. (...)

> "Ante nova investida dos antifascistas a debandada foi geral. Grupos de 'camisas verdes' desciam as ladeiras Porto Geral, Ouvidor, Rua Líbero, procuravam refúgio atrás dos autos e nas casas. Muitos foram os que arrancaram a camisa e ficaram em camiseta de esporte"[210]

Morreram no episódio um estudante antifascista, dois agentes de polícia, um guarda civil e três integralistas, segundo *A Plebe.*

Os anarquistas de *A Plebe*, apesar de lamentar os mortos, pelo menos o antifascista, vangloriavam-se de que a batalha foi disputada em campo aberto, sem nenhum tipo de emboscada contra os integralistas, como, por exemplo, atirar de cima de prédios ou coisas do tipo. Segundo o jornal,

> "Cada indivíduo era senhor da sua própria vontade, não havia chefes, não houve mandantes. Foi o povo, o povo paulista que não quer o fascismo, que não que ser escravo de ambições, nem se quer prestar ao capanguismo de um regime que faria correr muito sangue e que transformaria o Brasil num deserto de idéias."[211]

Devido à batalha antifascista da Praça da Sé de 07 de outubro de 1934, a FOSP teve sua sede fechada no dia 8 e presos alguns dos seus principais militantes, João Perez e Natalino Rodrigues, que sofreu muitos espancamentos, tendo muitos outros militantes procurados pela polícia.[212]

Luis Papero, Pedro Catalo e Antonio Soares foram presos dias depois da batalha antifascista, Hermínio Marcos já estava preso no Rio de Janeiro, *A Plebe* noticia forte repressão.

Depois da repressão desencadeada contra os anarquistas motivada pela batalha antiintegralista da Praça da Sé, as principais lideranças da FOSP foram perseguidas e a Federação não teve mais importância no movimento dos trabalhadores.

Em um prédio do largo da Sé, viu-se um moço que procurava... a privada. Era um integralista campineiro que, não acostumado a barulhos, foi de súbito atacado de ... 'soltura'"
Os integralistas tentavam se esconder nos carros dos choferes do Largo São Francisco. "Carros abertos os integralistas enjeitavam, mas os fechados, os que tinham cortinas, esses eram disputadíssimos entre eles para que os conduzissem as estações de embarque, sem que ninguém os visse". in *A Plebe.* São Paulo, 13 de outubro de 1934.

[210] "Narrando os acontecimentos do dia 7" in *A Plebe* . São Paulo, 13 de outubro de 1934.

[211] "Repelindo ameaças fascistas" in *A Plebe* . São Paulo, 13 de outubro de 1934.

[212] "Fechamento da sede da Federação Operária" in *A Plebe.* São Paulo, 13 de outubro de 1934.

Se analisarmos o conteúdo de *A Plebe*, observamos que já em meados de 1933 há uma predominância de temas políticos sobre os temas sindicais. Os anarquistas procuraram desenvolver a luta política contra o fascismo como forma de continuarem a intervir na realidade. Com a vitória da batalha estabeleceu-se a derrota do movimento que não resistiu à pressão da repressão.

Ainda em 1935 os anarquistas se envolveriam nos debates sobre a Lei de Segurança Nacional e sobre a Aliança Nacional Libertadora, porém, sem conseguir interferir na realidade de São Paulo, constituindo uma força que acabava por se auto-isolar. Mas, a repressão não foi o único fator que levou ao fim da influência dos anarquistas em São Paulo, outros fatores foram mais importantes do que este. Veremos estes mais à frente.

1.11- A Lei de Segurança Nacional e a Aliança Nacional Libertadora

A crítica dos anarquistas a Lei de Segurança Nacional foi grande, os argumentos se concentravam no caráter repressivo desta lei que impediram a manifestação política de elementos contrários ao governo.

Em relação a Aliança Nacional Libertadora, os anarquistas preferiram criticar certos métodos e posturas da mesma, apesar de nutrirem certa simpatia pelo movimento de opinião pública proporcionado pela a ANL, do que se incorporar no processo de construção deste organismo mantendo colocações que visassem traze-la mais a esquerda.

O fato é que neste contexto os anarquistas já eram uma força com pouquíssima expressão na realidade paulista.

No início de 1935 o governo propõe a Lei de Segurança Nacional pretextando combater movimentos extremistas, numa alusão a Ação Integralista Brasileira.

Mas, na verdade, o que acontece é uma instabilidade no país gerada pelo alto custo de vida e o descontentamento de amplos setores da sociedade e a lei volta-se, neste sentido, principalmente contra o movimento dos

trabalhadores e de tendências revolucionárias, como comunistas, anarquistas, etc. A Aliança Nacional Libertadora não foi o principal alvo da lei, pois esta se organizou em março e em seus primórdios o governo não tinha muita certeza sobre o que ela seria, e a lei foi promulgada dia 04 de abril de 1935.

Os anarquistas se posicionam contra o projeto da Lei de Segurança Nacional que era encarado pelo jornal *A Plebe*, como a conseqüência lógica do regime brasileiro, que sempre buscou sufocar o movimento dos trabalhadores com a arbitrariedade. Assim, a LSN seria a mordaça legal para o pensamento, seja ele expressado, em jornais, revistas, na cátedra, tribuna, etc.[213]

Esta lei, segundo os anarquistas, fazia parte dos desígnios dos grandes capitalistas, principalmente os banqueiros internacionais que queriam garantir um ambiente de tranqüilidade para os seus negócios no Brasil.

Mas, não seria a LSN "por mais estúpida e inquisitorial que seja, como não foram as leis reacionárias do passado, que ha de impedir que a Humanidade siga em linha reta para a meta desejada, para o comunismo libertário."[214]

A ANL que foi criada em março de 1935, sua ata de fundação foi lavrada no dia 23 deste mês. Sua primeira manifestação política pública se deu no Rio de Janeiro no Teatro João Caetano, com a presença de 3 mil pessoas.

A comissão provisória da ANL, encarregada de preparar um congresso nacional de onde sairia o Diretório Nacional, era composta pelo capitão da marinha Hercolino Cascardo, como presidente, que havia sido interventor no Rio Grande do Norte no período de julho de 1931 a julho de 1932, Carlos Amorétty Osório, como vice-presidente, antigo dirigente do PSB, Roberto Henrique Sisson, como Secretário Geral, outro tenentista, Francisco Mangabeira, socialista, Manuel Venâncio Campos da Paz, democrata e Benjamin Soares Cabello, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Esta formação da comissão provisória nos dá uma idéia da composição da ANL, representante da esquerda policlassista brasileira. Outros aderentes foram o

[213] "Algemas e mordaças" in *A Plebe.* São Paulo, 02 de fevereiro de 1935.
[214] "Porque somos anarquistas" in *A Plebe.* São Paulo, 02 de fevereiro de 1935.

capitão Trifino Corrêa, comunista, o coronel João Cabanas, dirigente socialista, etc.[215]

A entrada de Luiz Carlos Prestes no PCB, assinou sua papeleta de filiação no dia 1 de agosto de 1934[216], embora seu processo de aproximação tenha se dado já desde o final da década de 1920, fez com que o Partido Comunista do Brasil tivesse um grande número de filiações entre as quais se encontravam muitos militares de origem tenentista. Com isso o PCB pôde constituir-se em uma grande agrupação dentro da ANL, fornecendo boa parte da sua sustentação.

Em São Paulo a ANL era dirigida por Caio Prado Jr. e Miguel Costa e tinha pouca inserção nas fábricas.[217]

Segundo Vianna, a maioria desta ampla composição da ANL queria regenerar o regime de Vargas e não acabar com ele.[218]Mas regenerar o regime varguista seria, no mínimo, garantir as conquistas democráticas, ter um programa antilatifundiário e antiimperialista, que para as condições econômico-políticas do Brasil era um grande avanço.

Para os anarquistas fundamentarem sua posição sobre a Aliança Nacional Libertadora, eles retornavam a avaliação da revolução de 1930 que, segundo eles, teve o apoio de revolucionários sinceros, que desejavam transformar a sociedade, mas sem mexer no Estado.

Para os anarquistas, a ANL surgia congregando os descontentes que participaram do movimento da revolução de 1930.. Os homens eram substituídos na rédea do poder, mas não existiam transformações substanciais, pois se mantinha o Estado e todos os males que ele acarretava. Neste sentido, qualquer movimento formado que buscasse a libertação nacional teria que atacar as bases da sociedade capitalista, dentre elas, o Estado.

Assim, os anarquistas afirmavam que os membros da ANL deveriam ter sentido bem de perto o que aconteceu com os revolucionários que tentaram

---

[215] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 283 e 284

[216] LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977, p. 72

[217] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 290

modificar a realidade pelo caminho do Estado, portanto, não deveriam repetir o mesmo caminho.

A ANL era um movimento em torno do qual se esboçou múltiplas reações de simpatia popular, segundo os anarquistas, destinado a formar um movimento de opinião capaz de levar as massas a realização da liberdade e dignidade dos homens. Isto a ANL conseguiria se não se desvirtuasse do caminho realmente revolucionário.[219]

A ANL convidou todas as organizações antiintegralistas para uma reunião realizada em 03 de junho de 1935. *A Plebe* não compareceu nesta reunião e explicou a sua posição para que não explorassem politicamente o fato de representantes do jornal não terem comparecido.

Afirmou que os anarquistas por princípio e por prática não firmam alianças ou compromissos com nenhuma organização de caráter político, mesmo que fossem de ordem tática. Mas reafirmavam acreditar na convicção revolucionária dos membros da ANL.

Os anarquistas estavam convencidos que era uma questão de tempo para explodir revoltas populares e quando estas surgissem estariam na luta, mesmo que a revolução não fosse anarquista, e aqui retomam a orientação de Malatesta, tentando transformá-la em mais anarquista o possível.

Assim, afirmavam acompanhar a ação da ANL com autonomia, sem pactos políticos, mas com senso de responsabilidade determinado por suas concepções.[220]

Em 22 de junho *A Plebe* publica um balanço sobre o comício antiintegralista realizado em 16 de junho em São Paulo.

Há uma crítica a um deputado simpático aos antiintegralistas, que fez um apelo ao governo para garantir a realização do comício. Os anarquistas argumentavam que uma manifestação de pessoas que se consideravam revolucionários convocada por organizações mais ou menos subversivas, deveria contar apenas com as suas próprias forças e o sacrifício de seus militantes para que fosse realizada. Que a polícia fosse exibir seu poderio

---

[218] VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991, p. 26
[219] "Pão, Terra e Liberdade" in *A Plebe.* São Paulo, 11 de maio de 1935.
[220] "Estamos onde sempre estivemos" in *A Plebe*. São Paulo, 08 de junho de 1935.

militar no comício por conta própria afirmavam os anarquistas, mas seria absurdo pedir que ela fosse garantir a ordem.

Além disso, os anarquistas entendiam ser estranho combater o fascismo pegando os seus costumes e mística, criticaram, neste sentido, saudações de punhos erguidos realizadas, que teriam "todas as características das saudações e juramentos fascistas, a mesma mística, o mesmo simbolismo."

Esta prática era considerada como uma aberração dos fanáticos do novo credo, e os anarquistas indignaram-se quando uma pessoa foi interpelada por não ter erguido o punho. Era preciso antes de tudo, afirmavam, "matar os sentimentos fascistas dentro dos próprios antifascistas."[221]

Dentre estes sentimentos estava também a criação de salvadores ou messias, criticada por Edgard Leuenroth em relação à postura dos membros da ANL de formar um mito em torno da figura de Luis Carlos Prestes.

Neste sentido, os anarquistas mais uma vez, quando se formava um amplo setor de luta em torno das liberdades democráticas e de um programa mais ou menos avançado preferiram defender os seus valores, a iconoclastia, a impossibilidade da formação de alianças com partidos políticos, enfim, preferiram se auto-isolar a interferir na realidade a partir das condições que se apresentavam.

É certo que as soluções apresentadas pela ANL representavam um caminho que via no reforço do Estado a forma para se transformar a realidade, que predominava no discurso a questão da soberania nacional com ênfase no desenvolvimento econômico e quase inexistiam reivindicações de caráter especificamente operário, a não ser as referências a algumas bandeiras de lutas dos trabalhadores, mas estes fatos não escondiam outro bem mais grave: ou os anarquistas deixavam o gueto das suas discussões políticas particulares e das reivindicações estritamente operárias e pensavam em soluções mais “radicais” para a sociedade brasileira dentro dos limites possíveis em uma sociedade que começava a consolidar uma industrialização mais consistente, gerando as condições infra-estruturais para o ascenso do proletariado

[221] “Abaixo os Fascismos!” in *A Plebe.* São Paulo, 22 de junho de 1935.

enquanto classe no cenário político nacional, ou estavam fadados a uma guetização cada vez maior e a tornarem-se impotentes.

Os líderes aliancistas e comunistas desta época, em grande parte, vinham de famílias que por sua condição econômica e proximidade política com o poder se afastavam do proletariado e das classes populares, fazendo-os acreditar que as modificações sociais viriam através do Estado.[222] Os anarquistas, por outro lado, mesmo os que defendiam uma estratégia policlassista de transformação da sociedade, baseada não na luta de classes, mas na evolução humana, não conseguiram se afastar do proletariado. Os militantes anarquistas dos sindicatos, até ironizavam os comunistas e militantes dos sindicatos do Estado, por estes morarem nas regiões mais "nobres" da cidade, enquanto os anarquistas iam "para além porteira". Porém, isto não resolveu o problema de que os anarquistas para sobreviverem necessitavam de uma estratégia mais ampla de transformação social que mesmo centrada no proletariado não deveria prescindir de setores progressistas da sociedade.

O fato é que nesta época o anarquismo enquanto expressão política, mesmo que quisesse ter uma ação mais efetiva não poderia, pois já tinha se isolado o bastante durante os anos anteriores e também sofrido os efeitos da repressão que foi implacável com as suas próprias deficiências. No final de 1934, o anarquismo nem preocupava mais a polícia de São Paulo, pelo que pesquisamos nos prontuários do DOPS.

Por exemplo, um relatório policial reservado, provavelmente de meados de 1933, depois de fazer algumas apreciações sobre a ação dos anarquistas e dos comunistas e do comitê anti-fascista, conclui :

> "A ideologia anarquista 'em si' não oferece perigo algum, mas é observar o ambiente criado pela propaganda metodizada (ou organizada), que não se limita a fazer secamente a propaganda anárquica, mas agitar as questões mais sentidas pelas massas" [223]

[222] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 398 e 399

[223] *Prontuário 716- FOSP*, Volume II, folha 1 , DEOPS/SP, DAESP.

Já outro relatório de junho do mesmo ano, escrito por José Vidotti, afirma:

> "Na Federação Operária, após as últimas batidas da polícia, nota-se grande desânimo. Outro fato que veio fazer diminuir a freqüência das reuniões, é ter a federação continuado a persistir na limitação de propagandas do credo anárquico, não zelando, materialmente, pelos interesses dos proletários. Por isso, as reuniões da Federação Operária, que antigamente eram bem freqüentadas, contam com reduzido número de assistentes, na maioria velhos militantes"[224]

O que nos mostra que a posição dos anarquistas em termos da atuação sindical levando em conta as reivindicações imediatas dos trabalhadores, conseguindo influenciar por pouco que fosse a realidade (é interessante notar que a polícia se preocupa mais com as agitações reivindicativas do que com a propagação dos ideais revolucionários) já havia declinado, passando a se preocupar com o antifascismo do segundo semestre de 1933 para frente, e perdendo a sua base e militantes depois da batalha da praça da Sé.

Assim, era muito mais cômodo, manter uma posição "altiva" de não participar dos intentos da ANL efetivamente, mantendo uma justificativa política, do que demonstrar as suas próprias deficiências, mesmo que este não tenha sido o único determinante da postura dos anarquistas em relação a ANL.

> "Incorporando elementos de longa tradição política e integrados na vida nacional, a ANL de certo modo viria "nacionalizar" a Esquerda brasileira e retirá-la do gueto em que se encontrava encerrada. (...) Em outras palavras, as reivindicações profissionais e sociais, relacionadas às condições de vida e de trabalho dos operários estiveram desvinculadas de uma luta mais ampla, voltada, se não para a conquista do Poder, pelo menos para influenciar o sistema de decisão. O anarco-sindicalismo e o movimento operário das duas décadas anteriores, embora introduzissem uma problemática social, não haviam conseguido fazer com que suas reivindicações ultrapassassem o plano econômico em direção ao sistema político. O PCB, que levantou uma temática nacional, tentou sair da marginalidade e do isolamento que uma política voltada exclusivamente para a classe operária e as massas populares acarretava.

[224] Ibid., folha 2 , 12 de junho de 1933.

> Considerando a pequena importância do proletariado industrial na sociedade brasileira, o estado de desorganização e passividade dos setores populares e as dificuldades da atuação entre os trabalhadores agrícolas, a participação na 'grande política' só poderia efetuar-se através de uma penetração do Partido nas frações das classes médias e das classes superiores. Em vez de procurar consolidar-se 'para baixo', o PCB procurou, crescer 'para cima', embora continuasse a usar a retórica marxista do proletariado que servia para legitimar a pretensão de hegemonia do Partido no interior da 'frente única'.
> Apesar de ter conseguido sensibilizar intelectuais, militares e outros setores das classes médias, a ANL não conseguiu criar raízes entre o proletariado fabril e as novas camadas populares urbanas. Colocada na ilegalidade, ela desapareceu imediatamente como movimento de massas. Por sua vez, a maior parte dos membros da 'nova Esquerda' — uma vez passada a fase do ativismo contestatório e do correspondente castigo — tendeu a encontrar um lugar de destaque nos círculos dominantes, ao contrário das antigas lideranças de origem popular que simplesmente desapareceram da cena política"[225]

No caso do anarquismo estas críticas de Leôncio Martins Rodrigues são corretas. Os anarquistas de todas as correntes não ultrapassaram de fato, através de uma prática política ampla, o campo das reivindicações econômicas em direção ao sistema político, não como partido político eleitoral ou algo do tipo, mas com propostas e práticas que pudessem abarcar uma ampla camada social, que não se restringissem ao diminuto proletariado urbano de então, mesmo que tivessem como centro de suas preocupações a realização de uma revolução eminentemente proletária. Os anarquistas não se corromperam, é verdade, mas nem tiveram esta oportunidade: Desapareceram![226]

Em 11 de julho de 1935 a ANL é fechada com base na Lei de Segurança Nacional, sob o pretexto de um discurso de Luiz Carlos Prestes proferido em 5 de julho (em alusão aos movimentos militares de 1922 e 1924) no qual ele defendia "Todo o poder a ANL".

---

[225] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 400 e 401

[226] Desapareceram enquanto força político-social com alguma significância na sociedade brasileira e paulista. Após 1935 o que voltou do anarquismo em termos de grupos de afinidade, centros culturais, grupos editoriais, etc., não conseguiu nunca interferir significativamente na vida nacional.

A edição de 20 de julho do jornal *A Plebe* protesta contra o fechamento das sedes da ANL, visto como uma investida reacionária contra uma organização que angariava as simpatias populares. Também noticia várias prisões e a vigilância sobre a Federação Operária.[227]

Outro artigo de *A Plebe* publicado após o fechamento da ANL afirma que se esta não estivesse fechada os anarquistas teriam que lhe tecer sérias críticas. Uma delas estava no fato de se buscar um novo messias, a prática do caudilhismo em uma organização que surgiu representando os anseios populares.

Com o fechamento da ANL provou-se, para os anarquistas, que a forma de se fazer à luta priorizando heróis e não a formação de individualidades conscientes estava errada, pois,

> "Quando o governo desferiu o golpe fascistizante nesse movimento que já lhe fazia sombra, apavorado com a rebelião dos espoliados que haviam já impregnado o ambiente aos gritos de Pão, Terra e Liberdade, esse movimento grandioso, o maior movimento de opinião da história das reivindicações proletárias, desfez-se no ar como bolhas de sabão"[228]

E de fato foi o que ocorreu, não por falta das individualidades conscientes, mas talvez pelo erro tático do PCB de radicalizar o discurso em uma fase de consolidação da ANL [229]. O que devemos apreender é que depois do seu fechamento os elementos mais "moderados" deixam a ANL subsistindo em grande parte a ação clandestina do PCB que ainda utilizava-se do nome da ANL[230] e que foi responsável entre outras coisas pelo malogrado levante comunista de novembro de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Ação esta que segundo alguns autores estaria relacionada à entrada no PCB de parte da oficialidade tenentista reproduzindo seus métodos de luta.[231]

---

[227] "Investida reacionária" in *A Plebe.* São Paulo, 20 de julho de 1935.
[228] "Maiorias e minorias" in *A Plebe*. São Paulo, 03 de agosto de 1935.
[229] Não nos referimos aqui ao discurso que foi utilizado como argumento para fechar a ANL, até mesmo porque a decisão de fechar a mesma já havia sido tomada antes.
[230] COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*. São Paulo, Ensaio; Rio Grande do Norte, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995, p. 66
[231] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 375 e 376

Capítulo II
Os anarquistas e a “esquerda política”

2.1 O debate sobre a questão eleitoral entre os anarquistas

A discussão sobre a questão eleitoral entre os anarquistas não foi tão simples como procura demonstrar parte da historiografia sobre o tema. Não houve uma simples postura de negação da via eleitoral, por esta representar um caminho artificial de organização da sociedade, pelo fato de que os políticos eleitos representariam o interesse da classe economicamente dominante, ou ainda porque o poder corromperia os eleitos, mesmo que estes fossem proletários e/ou revolucionários,.

Sabemos que, em outros países, anarquistas optaram pela tática parlamentar. O próprio Bakunin defendeu a utilização da tática parlamentar em momentos específicos. Merlino foi outro anarquista que travou memorável debate com Errico Malatesta em relação a via parlamentar.

Vejamos o que Bakunin afirmava sobre o parlamento e o sufrágio universal. O Sufrágio universal na medida que seja exercido em uma sociedade em que o povo esteja economicamente dominado por uma minoria detentora do capital, por mais independente que seja do ponto de vista político, nunca poderá produzir mais que

eleições ilusórias, contrárias as necessidades, instintos e vontade real das populações.[232]

O povo tendo que viver do seu trabalho não tem tempo para se dedicar exclusivamente a política, na maioria das vezes são ignorantes quanto as questões econômicas e políticas. Se essas pessoas fossem eleitas para o parlamento, provavelmente não passariam de "trouxas" nas mãos dos advogados e políticos burgueses. Mas, mesmo se entrarem no governo, bastará que consigam isso para se tornarem "às vezes até mesmo mais detestáveis e mais desdenhosos do povo dos quais emanaram do que os próprios burgueses de nascimento."[233]

A maioria das leis e negócios que tem relação direta com o bem-estar material das comunas, é feita sem que o povo perceba e se envolva. Ele não tem hábito nem tempo suficiente para estudar tudo isso e deixa seus eleitos fazerem as leis servindo a sua classe e não o povo. Os eleitos cultivam a arte de apresentar seus interesses como sendo o interesse mais popular. O sistema de representação popular representa a mentira e a hipocrisia perpétuas, "precisa da estupidez do povo, e funda seus triunfos sobre ela."[234]

O povo, graças a situação econômica na qual se encontra, só conhece os problemas que o toca de perto, sendo ignorante ou indiferente em relação aos problemas mais gerais. Como possui "uma grande dose de instinto prático", dificilmente se engana, segundo Bakunin, nas eleições comunais. Sabe escolher os homens mais capazes. Nas comunas o controle é possível visto que as coisas se fazem sob os olhos dos eleitores e tocam mais intimamente a vida cotidiana. Assim, as eleições comunais são as que mais proximidade tem dos anseios populares.[235]

Tudo isso quer dizer que os socialistas revolucionários não defendam o sufrágio universal e prefiram o voto restrito ou o despotismo de uma só pessoa?

> "De ningún modo. Lo que afirmamos es que el sufragio universal, considerado en sí mismo y obrando en una sociedad sobre la desigualdad económica y social, no será

[232] BAKUNIN, Mikhail, A . "El Imperio Knutogermánico y la Revolución Social – Primera Entrega (Locarno, mediados de noviembre de 1870 a mediados de marzo de 1871)" In: BAKUNIN, Mikhail, A. *Obras Completas*- Tomo 2. Madri, La Piqueta, 1977, p. 68
[233] BAKUNIN, Mikhail, A. *O Princípio do Estado- Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier*. Novos Tempos, Brasília-DF, 1989, p. 68
[234] IDEM."*Os Ursos de Berna e o Urso de São Petesburgo"*. In: Novos Tempos, 2, 15-44, São Paulo, Imaginário, 1998, p. 32
[235] Ibid., p. 34

> nunca para el pueblo más que una trampa; que de parte de los demócratas burgueses no será nada más que una odiosa mentira, el instrumento más seguro para consolidar, con una apariencia de liberalismo y de justicia, en detrimento de los intereses y de la libertad populares, la eterna dominación de las clases explotadoras y posesoras.
> Negamos por consiguiente que el sufragio universal sea un instrumento del cual pueda servirse el pueblo para conquistar la justicia o la igualdad económica y social; puesto que, como acabo de demostrarlo, el sufragio universal ejercido por el pueblo al margen de las condiciones de esa igualdad y de esa justicia, en medio de la desigualdad y de las injusticias que reinan en la sociedad actual, en medio de la dependencia y de la ignorancia populares que son sus resultados naturales y fatales, producirá necesariamente y siempre un voto contrario a los intereses del pueblo y favorable solamente a los intereses y a la dominación de los burgueses."[236]

Mas temos que realizar uma ressalva , Bakunin, e neste ponto concordamos com Carlos Diaz, "jamás habló de 'farsa electorera' cual artículo de fe."[237] Certa vez censurou os socialista franceses por estes se absterem da política, que naquele momento Bakunin compreendia ser uma covardia política. É conhecida também a sua carta ao seu partidário Carlo Gambuzzi, na qual diz que Gambuzzi podia se surpreender que ele apaixonado abstencionista da política aconselhasse que os amigos da *Aliança* (organização política anarquista fundada por Bakunin) se tornassem deputados. Bakunin argumentava que sua mudança de posição se devia ao fato de que os tempos mudaram, todos os amigos da *Aliança* estavam tão inspirados nos princípios desta organização que não havia riscos de desvirtuamentos, além disso, os tempos eram tão críticos, o perigo que ameaçava a liberdade de todos os países tão formidável que todos os amigos da liberdade deveriam abrir uma brecha e em especial os aliados, que deveriam estar em condições de influenciar os acontecimentos.[238]

Desta forma podemos observar dois aspectos da questão. Por um lado, o parlamento é um órgão que não representa o povo, mas apenas a classe governamental, pois o povo, mesmo que fosse eleito, tem que viver de seu trabalho

[236] BAKUNIN, Mikhail A. "Carta (Masella, primeira quincena de octubre de 1870)" In: BAKUNIN, Mikhail A. *Obras Completas* – Tomo I. Madri, La Piqueta, 1977, pp. 264 e 265
[237] DIAZ, Carlos. *Las Teorias Anarquistas*. Zero, Madrid, 1977, p. 78

não tendo condições de se aprofundar nos assuntos políticos mais gerais, para além daqueles que dizem respeito a sua vida cotidiana mais imediata. Além disso, o parlamento da forma como é composta, mesmo levando-se em consideração o sufrágio universal, não consegue dar conta da vida real, que é muito mais complexa, do que o entendimento dos parlamentares. Apenas o federalismo garantiria mecanismos de representação que verdadeiramente representasse os anseios populares.

Por outro lado, os socialistas revolucionários convictos, aqueles que não vão cair na ilusão das transformações a partir do parlamento, em momentos específicos, podem se candidatar a cargos parlamentares de forma a influenciar os acontecimentos no sentido desejado pelos revolucionários. Lembremos que esta proposição se formulou no final do século XIX, quando o sufrágio universal ainda se consolidava na Europa.

Agora acompanhemos o debate entre Savério Merlino e Errico Malatesta que embora seja um pouco longo pode nos deixar claro a posição anti-eleitoral de Malatesta e os seus fundamentos, parte deles repetidos pelos anarquistas brasileiros, e a posição de Merlino, como exemplo de um importante militante que sem deixar de se considerar anarquista não propugnava a completa abstenção eleitoral.

Merlino argumentava que um povo economicamente escravo não poderia ser politicamente livre, mas este fato não significava que as liberdades políticas e constitucionais fossem inúteis. Estas liberdades não se restringiam ao direito do voto, mas avançavam no sentido dos direitos de reunião e associação, inviolabilidade pessoal e do domicílio, etc.

Todos estes direitos são garantidos também no parlamento e se os anarquistas não querem ter candidato próprio e com razão, argumentava Merlino, não poderiam se abster da discussão , na agitação eleitoral denunciando aqueles deputados que votam Estados de Sítio, leis de exceção, etc. Mesmo reafirmando a sua posição de que as transformações sociais não acontecem via parlamento.[239]

---

[238] Ibid., p. 78

[239] MERLINO. Savério. “Anarquistas y socialistas frente a la lucha electoral” Del *Messaggero*, del 9 de enero de 1897. in MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera

Malatesta argumentava que a mudança de tática de Merlino se dava pela pequena organização do partido anarquista e pela crise prolongada que o atingia. Afirmava que entre o parlamento aceito e elogiado e o despotismo sofrido pela força era preferível o despotismo com o ânimo disposto a rebelião.[240]

Para Merlino a tática abstencionista tinha isolado os anarquistas da parte militante e ativa do povo e debilitado-os frente ao governo. Para ele, era bonito falar que abstenção não queria dizer inação mas participação na agitação eleitoral com propaganda anti-parlamentar, mas era ineficaz. Segundo Merlino os anarquistas não deveriam se preocupar em fazer triunfar o seu programa via parlamento, mas conseguir o máximo de opositores ao governo. O que ele não admitia é o argumento de que a tática parlamentar longe de favorecer o desenvolvimento da consciência popular, tende a desabituar o povo a cuidar diretamente dos seus interesses. Segundo Merlino, isso seria puro doutrinarismo, pois a agitação eleitoral socialista tiraria a multidão da indiferença em relação aos assuntos públicos.

Além disto, Merlino considerava que o mínimo de governo haveria até nas sociedades menos organizadas, os anarquistas deveriam estudar os meios de transformá-lo em algo inócuo, impedindo que uma minoria se aproprie do poder contra a maioria, o resto seria sutilezas de palavras.[241]Dizia:

> "escribe Malatesta: *el despotismo es preferible al híbrido sistema actual*.
> Supongamos que el gobierno les tome la palabra y dé un golpe de Estado: suprima el parlamento, elimine la libertad de prensa y reduzca a Italia a la situación política de Rusia. Díganme sinceramente, amigos míos: ¿La causa del socialismo ganaría algo con ello? ¿O la lucha por el constitucionalismo absorbería e impediría por muchos años la lucha por el socialismo, como justamente sucede en Rusia?"[242]

---

edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

[240] MALATESTA, Errico "Los anarquistas contra el parlamento" Del *Messaggero*, del 7 de febrero de 1897. in Ibid.

[241]MERLINO, Saverio. "Anarquistas y socialistas en las elecciones políticas" Del *Messaggero*, del 10 de febrero de 1897. MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

[242] MERLINO, Saverio "Los anarquistas y las elecciones"De, *Avanti!*, del 9 de marzo de 1897. in Ibid.

Merlino ainda argumentava que se a participação dos anarquistas não tivesse outro resultado do que aproximá-los de outros partidos afins, aumentando o potencial de trabalho junto ao povo na interpretação das suas verdadeiras necessidades, sentimentos e aspirações, só por isso já valeria a pena a participação nas eleições.

Os abstencionistas seriam doutrinários sendo anti-parlamentaristas, pois os princípios anarquistas assim o quer, combatendo o parlamento com palavras, mesmo que as suas idéias não sejam realizáveis por falta de forças. Para Merlino o povo vê a coerência dos anarquistas não pelas palavras, mas pela prática dos anarquistas.

> "¿ Qué dirán los anarquistas a quien argumentase así: *la violencia es contraría a nuestros principios; por tanto, no debemos usar la fuerza ni siquiera para defender nuestra vida*?
> Responderían ciertamente que el uso de la fuerza nos es impuesto por las condiciones de la sociedad en que vivimos; así respondo yo a sus argumentos contra la lucha política parlamentaria."[243]

Um partido revolucionário só o é quando sua ação é compreendida pelo povo sem que esteja exposto a demasiados perigos em tempos normais. A luta eleitoral responderia a estas condições, o partido socialista adotou esta tática e estava crescendo enquanto os anarquistas estavam debilitados e ninguém mais falava neles a não ser quando a polícia os perseguia.

No texto "Las candidaturas-protesta" Malatesta mostra-se intransigente ao afirmar que apresentar candidaturas de protesto é abrir as portas para transações e se inscrever para votar pode facilitar a tentação de se votar em um candidato qualquer quando não existam candidaturas de protesto.[244]

[243] MERLINO, Saverio "Los anarquistas y las elecciones"De, *Avanti!*, del 9 de marzo de 1897. in MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[244]MALATESTA, Errico "Las *candidaturas-protesta"* De, *L'Agitazione*, del 4 de marzo de 1897. in Ibid.

Malatesta por outro lado argumentava que se um país tinha partidos extra-constitucionais consolidados, os governos concederiam liberdades para evitar possíveis convulsões sociais.[245]

Em outro texto Malatesta afirma que em todas as coisas em que as diferenças de opinião não são tantas que vale a pena estar divididos e atuar cada fração a sua maneira, ou nas que o dever de solidariedade impõe a união, seria razoável que a minoria cedesse a maioria.

> "Pero este ceder de la minoría debe ser efecto de la libre voluntad, determinada por la conciencia de la necesidad; no debe ser un principio, una ley, que se aplica en todos los casos, incluso cuando no hay realmente necesidad" [246]

Portanto o parlamento seria contrário ao anarquismo por ser uma forma de governo pela qual os eleitos do povo promulgariam, por maioria dos votos, leis que acham melhor e as impõe ao povo com meios coercitivos. Desta maneira não se concretizaria a sociedade que os anarquistas defendem.

Merlino contra argumentava dizendo que não acreditava que a luta por melhorias se desse no âmbito do parlamento, a obra dos deputados socialistas só poderia ser útil como apoio a luta extra-parlamentar.[247]

> "La segunda diferencia entre Malatesta y yo consiste en que no creo poder profetizar que en la sociedad futura la minoría, siempre y en todos los casos, se rendirá voluntariamente al parecer de la mayoría. Malatesta, en cambio, dice: *Pero este ceder de la minoría debe ser efecto de la libre voluntad, determinada por la conciencia de la necesidad*.
> ¿Y si esa voluntad no existe? ¿Si esta conciencia de la necesidad no existe en la minoría? ¿Si más bien la minoría resistiendo está convencida de cumplir con su deber? Evidentemente, la mayoría -no queriendo sufrir la voluntad de la minoría- hará la ley, dará a su propia deliberación (como dice Malatesta a propósito de los congresos), un valor ejecutivo."[248]

---

[245] MALATESTA, Errico "Anarquía y parlamentarismo" De, *L'Agitazione*, del 4 de marzo de 1897.in Ibid.
[246] MALATESTA, Errico "Mayorías y minorías" De, *L´Agitazione*, del 14 de marzo de 1897..in Ibid..
[247] MERLINO, Saverio "De una cuestión de táctica a una cuestión de principios" De, *L´Agitazione*, del 28 de marzo de 1897. in MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[248] MERLINO, Saverio "De una cuestión de táctica a una cuestión de principios" De, *L´Agitazione*, del 28 de marzo de 1897. Ibid.

Malatesta por sua vez dizia rechaçar, porque falsa, a idéia de harmonia providencial e ordem natural da sociedade, pois acreditava que tanto a sociedade como o homem social era produto de uma longa luta contra a natureza, e que se o homem cessasse de exercer a sua vontade consciente cairia logo na animalidade.

Afirmava ainda que defendia que as minorias cedessem quando assim obrigasse o sentimento de solidariedade e a necessidade. A sociedade anarquista deveria ser fundada sobre o acordo mútuo e não sobre a coação base de toda a sociedade autoritária, para isso seria necessário que os homens se esforçassem para eliminar os motivos de lutas intestinas, ou ao menos se se produzirem lutas estas não fossem importantes a ponto de obrigar a nascer um poder "moderador" que sob o pretexto de garantir a justiça reduzisse todos a escravidão. Afirmava ainda que se a minoria não quisesse ceder ao posicionamento da maioria, e esta fosse obrigar a minoria a força, o que se implantaria seria tudo menos a anarquia.

Neste ponto é clara a tendência de Malatesta de se acreditar na possibilidade do convencimento e dos acordos mútuos nas relações entre maiorias e minorias.[249]

Merlino voltava a questão e perguntava a Malatesta o que aconteceria caso a minoria não quisesse ceder a posição da maioria, neste caso não haveria anarquia para Malatesta, segundo Merlino, e concluía: "por tanto la voluntad de una pequeña minoría, incluso de un solo hombre, podrá hacer que la *anarquía* -como vosotros la entendéis- no se aplique en absoluto."[250]

Malatesta argumentava que a questão havia mudado, agora a discussão era se o socialismo deveria ser autoritário ou anárquico, ou seja , se o acordo deveria ser imposto ou voluntário. Afirma:

> "Nosotros creemos que la anarquía es posible, porque creemos que las condiciones necesarias para su existencia están ya en los instintos sociales de los hombres modernos, a pesar de la continua acción disolvente, antisocial, del gobierno y de la propiedad. Y creemos que como remedio contra las malas tendencias de algunos y contra los

[249] MALATESTA, Errico "Sociedad autoritaria y sociedad anárquica" De, *L'Agitazione*, del 28 de marzo de 1897. in MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

[250] MERLINO, Saverio "Pocas palabras para cerrar una polémica" De, *L'Agitazione*, del 19 de abril de 1897. in Ibid.

> intereses creados de otros no es un gobierno cualquiera, que al estar compuesto de hombres no puede sino hacer inclinar la balanza de la parte de los intereses y de los gustos de quien está en el gobierno, sino la libertad, que, cuando tiene por base la igualdad de condiciones, es la gran armonizadora de las relaciones humanas."[251]

Neste tópico vemos um Malatesta contraditório, por um lado em algumas passagens demonstra a necessidade de acordos voluntários entre os homens, neste sentido a anarquia não derivaria de uma suposta tendência natural da sociedade a harmonia. Nesta passagem defende a possibilidade da anarquia pois crê nos instintos sociais dos homens modernos, ou seja, tirando-se as condições artificiais que impedem que os homens vivam harmoniosamente é possível que os mesmos desenvolvam a sua sociabilidade fazendo com que qualquer espécie de coerção da maioria sobre a minoria não seja praticada, assim Malatesta julga responder a argumentação de Merlino sobre a existência de formas de imposição quando as minorias não se submeterem .

Malatesta ainda afirmava que havia abstencionistas que votavam, mas faziam isso porque não tinham a completa consciência das opiniões que defendiam, a solução para o problema não era abandonar o programa, aumentando a confusão e a debilidade, senão aumentar a consciência dos indivíduos e reforçar a organização do partido.

Neste sentido, entende-se que os anarquistas abstencionistas que votam não tem consciência completa de suas opiniões ou não estão em um meio que permita desenvolver uma força suficiente para resistir a influências de fora do partido. Em todo caso, não é a questão da tática o que está colocado, é simplesmente a firmeza doutrinária dos anarquistas.

Malatesta, continuando a polêmica, afirmava que a mudança de Merlino havia se dado devido ao fato de que os anarquistas com seu exclusivismo teriam se reduzido a inação e impotência. Neste sentido, se os anarquistas soubessem ser um partido vivo, exercendo uma ação eficaz sobre o movimento social, não

[251] MALATESTA, Errico "Concepción integral de la anarquía" De, *L´Agitazione*, del 19 de abril de 1897. Ibid.

precisariam temer defecções e poderiam estar que muitos camaradas voltariam as fileiras anarquistas.[252]

Merlino dizia ser indiferente em relação a constituição do partido anarquista ou não, desde que as idéias anarquistas estivessem em contato com a multidão e primeiramente entre aqueles que estão mais próximos dos anarquistas, os militantes socialistas. Além disso, os partidos não estariam destinados a durar eternamente, mas serviriam para afirmar e divulgar certas idéias que geralmente desaparecem ou se transformam antes que se façam realidade.

Dizia ainda sustentar que a liberdade não poderia ser nunca ilimitada, que a organização dos interesses coletivos é necessária e que está inserida sempre em algum grau de coação. Sustentava que os anarquistas deveriam fazer esta coação ser a menor possível e que alguns mecanismos que poderiam ser utilizados eram, o referendum, o mandato público, a revogabilidade dos administradores, etc.[253]

Malatesta respondia que não queria ter um partido separado por prazer ou para se distinguir dos demais, mas porque realmente os anarquistas tinham idéias diferentes.[254]

Merlino escreve um texto declarando sua separação do anarquismo, definindo-se socialista libertário. Para nós, na prática e na teoria, Merlino não se afastou do anarquismo neste momento, mas por causa das pressões do debate e do doutrinarismo de alguns anarquistas , ele teve que se posicionar mudando a definição que utilizava para se auto-qualificar dentre as forças políticas, mas sem mudar a substância do conteúdo.[255]

Merlino ainda afirmava que continuava no seu posto militante e que não tinha ilusões a respeito do sistema parlamentar, vícios estes que são reflexo da

[252] MALATESTA, Errico "No confundamos" De, *L´Agitazione*, del 18 de junio de 1897.MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo.* Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

[253] MALATESTA, Errico "Por la conciliación" De, *L'Agitazione*, del 19 de agosto de 1897 MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

[254] MALATESTA, Errico "Imposibilidad de un acuerdo" De, *L'Agitazione*, del 19 de agosto de 1897. in Ibid.

[255] MERLINO, Saverio. "Declaración en pro del *socialismo libertario*"De, *L'Agitazione*, del 26 de agosto de 1897. in Ibid.

sociedade em que os anarquistas vivem e que se revelam até mesmo nas sociedades operárias e organizações de qualquer tipo.

Mas, o parlamento por pior que fosse poderia ser um freio para o governo.

> "Habría que pedir que el parlamento no estuviera cerrado nunca, o que por lo menos fuese facultad de un cierto número de diputados convocarlo directamente de urgencia, que se renovase más a menudo, que los electores pudiesen licenciar al diputado traidor, que sobre ciertas cuestiones fueran llamados a deliberar directamente, etc., etc."[256]

Malatesta se referindo ao "espectro da reação" , diz que alguns militantes encarcerados denunciam os abusos que sofrem e ficam felizes quando suas denúncias encontram algum eco no parlamento, e isto pode parecer uma incoerência com a posição anti-parlamentar. Mas afirmava que isso acontecia pela situação em que estes militantes se encontravam que os levavam a tomar estas posições, estando sujeitos a cometer estas incoerências. E este tipo de incoerência pode ser encontrado por todos os lados e não apenas nas fileiras anarquistas. Completava:

> "Nosotros no creemos en la *justicia* de los jueces y combatimos el ordenamiento judicial en su principio y en sus formas; sin embargo cuando nos encarcelan nos defendemos, apelamos y nos valemos de todos los artilugios de procedimiento que nos permitan salir. No admitimos las leyes, y mandamos nuestros diarios al registro y a menudo estudiamos la frase para huir a las armas del fisco. No admitimos el salario y trabajamos por un salario. No admitimos la propiedad privada y estamos contentos cuando tenemos algo; no admitimos la competencia comercial y debatimos el precio de las cosas que compramos o vendemos ... y podemos continuar hasta el infinito." [257]

Assim, segundo Malatesta, toda a instituição por pior que fosse possuía um lado bom, um certo corretivo que limitava os seus efeitos, mas nem por isso os anarquistas estariam empenhados em defender estas instituições e deixar de fazer o possível para derrubá-las.

---

[256]MERLINO, Saverio "El peligro" De, *L 'Italia del Popolo*, del 3 - 4 de noviembre de 1897. in Ibid.
[257] MALATESTA, Errico "El espectro de la reacción" De, *L´Agitazione*, del 11 de noviembre de 1897. MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

Desta forma aconteceria com o parlamento, se ele tem o direito de fazer leis os anarquistas devem contar com ele, enquanto existirem leis, para que estas sejam as menos opressoras. Mas os anarquistas não acreditam na boa vontade dos deputados e como aspiram a derrubada do parlamento e do governo não se propõem a eleger deputados, senão pressionar os que lá estão, sejam quais forem, agitando o povo e colocando medo nestes parlamentares. E quando falte a agitação popular deve-se fazer pressão sobre cada deputado para que este jogue na cara do governo os seus abusos, mas os anarquistas agirão assim pois ou eles fazem o que os anarquistas querem ou os anarquistas poderão demonstrar a sua má vontade.[258]

Malatesta ainda afirmava acreditar que os encarregados dos serviços públicos seriam as associações daqueles que trabalham em cada serviço, cuidando ao mesmo tempo do bem estar dos seus membros e da população e que serão controladas pela opinião pública, pelos laços recíprocos com outras associações e pelo direito que todos teriam de entrar nas associações e usar seus meios de produção.

> "Creo que cuando sobre una cosa a realizar se tienen opiniones diferentes y si no es posible o no es conveniente, se hará como quiere la mayoría, salvo todas las garantías posibles a favor de la minoría, garantías que se darían en serio, porque, *no teniendo la mayoría ni el derecho ni la fuerza de constreñir a la minoría a la obediencia, tendrá que ganarse su aquiescencia por medio de condescendencias y pruebas de buena voluntad*"[259](itálico nosso)

Merlino argumentava que o uso da força só aconteceria em casos extremos e não estaria no arbítrio de um governo ou de um parlamento, mas sim dos próprios cidadãos que poderão ser chamados em casos extraordinários como acontecia na Inglaterra e Estados Unidos.

> "En suma, es necesario regular el uso de la fuerza, limitar los casos, arrancarlo al arbitrio de una administración o autoridad central cualquiera, pero no se puede excluir *a*

[258] MALATESTA, Errico "El espectro de la reacción" De, *L´Agitazione*, del 11 de noviembre de 1897. in Ibid.

[259] MALATESTA, Errico "Todavía el parlamentarismo" De, *L´Agitazione*, del 2 de diciembre de 1897. MALATESTA, Errico e MERLINO, Saverio. *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006

> *priori* la necesidad de que la colectividad emplee la fuerza contra el individuo o contra la minoría, en los casos en que haya verdaderamente conflicto de voluntad y de intereses y la separación no sea posible y no se consiga un compromiso"[260]

Além disso, a administração das associações estaria inclinada primeiro a visar a comodidade dos seus membros e depois o interesse da população transformando-se em muitos corpos burocráticos.

Malatesta, dizia que se um governo não podia obrigar os cidadãos a obedecer as leis não seria mais governo, no sentido comum da palavra e então os anarquistas não precisariam pedir a sua abolição. Finalizava a discussão nos seguintes termos:

> "Merlino nos dirá que él es libertario y no ya autoritario; pero si alguno, individuo o colectividad, minoría o mayoría, puede imponer a los otros la propia voluntad, la libertad es una mentira, o no existe sino para quien dispone de la fuerza."[261]

Neste debate estão condensados alguns posicionamentos de dois anarquistas que tinham visões diferentes a respeito da função do parlamento, se era possível utilizá-lo para salvaguardar as liberdades democráticas ou não, o papel das maiorias e minorias, se na futura sociedade existiria algum tipo de coerção sobre as minorias, o papel da reorganização social e sua relação com um "governo" ou associações, etc. Serve para nos mostrar que a posição anti-parlamentar transformou-se historicamente em artigo de fé dos anarquistas, mas que nem sempre foi assim e nem todos os anarquistas compartilharam desta posição, sem que com isso deixassem de ser anarquistas. Poderíamos citar outros casos, mas este debate já nos possibilita balizar algumas das possibilidades aventadas inclusive no Brasil.

2.2 O Debate dos Anarquistas de São Paulo Sobre a Questão "Política"

[260]MERLINO, Saverio "Uso y abuso de la fuerza"De, *L´Agitazione*, del 16 de diciembre de 1897. in Ibid.

A opinião dos anarquistas em relação à via eleitoral sempre foi de crítica acirrada. Na década de 1920 um dos principais alvos destas críticas foi o deputado Maurício de Lacerda que gozava de certo prestígio no mundo operário. Posicionamentos que ressaltavam aspectos positivos em alguns políticos em relação a outros mais reacionários também foram combatidos firmemente por aqueles que se consideravam os anarquistas mais intransigentes. Já na década de 1930 outros partidos de "esquerda", como o PSB, sofreram críticas dos anarquistas.

Dois textos do jornal *A Obra* de 01 de julho de 1920 realizam a crítica das atitudes do deputado Maurício de Lacerda e dos operários que o apóiam. O primeiro analisa uma carta do deputado na qual este desenvolve uma linha de raciocínio contrário as greves parciais, por estas só afetarem a vida do consumidor, e dispersarem os trabalhadores que deveriam se preparar para a batalha definitiva. Defende a necessidade de exército e dinheiro numa transição para o comunismo integral, etc.

O Jornal conclui que Lacerda apenas se interessa em estudar os meios proletários para avisar o parlamento do perigo comunista.[262]

O segundo é uma crítica aos operários que se intitulando anarquistas usam o escudo do parlamentar Maurício de Lacerda para professarem seus ideais e tentar não sofrer represálias.

> "Intitulando-se anarquistas, como se tem intitulado até hoje, cabe perguntar que classe de anarquismo é esse que nos torna colaboradores da obra reformista, legalitária, estatal e apologética de grandes vultos da política nacional, realizada pelo doutor Maurício de Lacerda."[263]

Depois de afirmar que se aceitassem a interferência de Maurício de Lacerda nos meios operários, teriam que aceitar, por coerência a do policial e a do sacerdote, pois estes representam instituições até menores que o

---

[261]MERLINO, Saverio "Anarquía ... ¿Contra que?" De, *L'Agitazione*, del 23 de diciembre de 1897. in Ibid.
[262] "Idéias e Atitudes do Deputado Maurício de Lacerda." In *A Obra* . São Paulo, 01 de julho de 1920.
[263] "Cada Qual no seu elemento- a propósito da ação do deputado Maurício de Lacerda nos meios operários" In *A Obra* . São Paulo, , 01 de juhlo de 1920.

parlamento, por exemplo, pois o dr. Maurício de Lacerda elabora as leis do país e o policial apenas aplica-as, diz:

> "Maurício de Lacerda não foi idolatrado somente por ser dedicado defensor do operariado, não foi somente por ser um intelectual, um advogado. Outros cidadãos dedicadíssimos, lutadores pela regeneração social, intelectuais e advogados, tem militado no nosso meio, e nunca foram alvo de ruidosas manifestações e homenagens, como as que se fizeram a este titular. Logo, o dr. Maurício de Lacerda conquistou a popularidade a simpatia de muitos, por seu deputado, isto é, pelo mesmo motivo que nós lhe negamos as nossas relações."[264]

Estes textos demonstram que a preocupação anti-parlamentar dos anarquistas não era compartilhada pela totalidade dos militantes operários que se auto-definiam enquanto anarquistas. Havia um espaço cedido por parte dos militantes para as palestras do deputado Maurício de Lacerda, e aqui não cairemos no erro de desqualificar o anarquismo destes militantes.

Um fato publicado em *A Plebe*, fato diretamente relacionado com as críticas de Florentino, vem corroborar a nossa opinião. Durante o início do ano de 1920 o deputado Maurício de Lacerda tinha alguns textos publicados pelo jornal anarquista *A Plebe* . O deputado gozava de ampla simpatia nos meios operários, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, mas, em São Paulo, também era convidado para proferir algumas palestras.

Uma destas ocasiões foi relatada num artigo publicado em *A Plebe* como exemplo de como os operários não deveriam se portar para com os políticos, apesar do jornal reafirmar o seu respeito para com a pessoa de Maurício de Lacerda.

O artigo dizia que Lacerda era um moço "de temperamento combativo, inteligente e culto", que havia sido surpreendido em sua vida política pelo problema social. A partir deste momento havia desenvolvido intensa campanha na imprensa, através de conferências, na tribuna parlamentar, a favor dos trabalhadores , assumindo "sempre uma atitude desassombrada no ataque as violências praticadas contra os trabalhadores e suas associações".

---

[264] Ibid.

Por este motivo os operários dos principais centros industriais do país acolhiam-no amistosamente em suas atividades. Este foi o caso de uma conferência ocorrida na União dos Operários Metalúrgicos. Quando o deputado foi confirmado para a conferência o salão Celso Garcia lotou e criou-se uma grande expectativa para ouvi-lo.

Um dos organizadores do evento, porém, extrapolou a exaltação a figura de Lacerda, segundo os anarquistas. Estampou a sua foto no jornal da classe, fez folhetos avulsos distribuídos no salão e quando o deputado entrou no salão empurrou os demais operários para abrir caminho para Lacerda. Depois de tudo isso, ainda "elevou o homem público ao sétimo céu, dando vivas a sua pessoa, etc."

Já o operário encarregado de apresentar o deputado Lacerda também repetiu o engrandecimento de Lacerda tanto no início quanto no fim da apresentação do conferencista.

Segundo os anarquistas, estes, impressionados com o espetáculo que haviam presenciado, julgaram conveniente reagir a "tendência messiânica" verificada no seio do operariado e esclarecer a situação. "Esclarecimento" feito bruscamente por Florentino de Carvalho, gerando mal estar e a necessidade de textos publicados nos jornais *A Plebe* e *A Obra*. [265]

No caso dos anarquistas criticados pelo jornal *A Obra* , trata-se de militantes operários, mais pragmáticos, que demonstravam certa simpatia pela figura do deputado Maurício de Lacerda. A sociedade brasileira da época, como bem demonstrou Magnani, ao afirmar a correspondência das idéias anarquistas com o contexto brasileiro , não permitia a utilização da via parlamentar como alternativa reformista para o operariado, possibilidade que só se concretizou, de fato, muitos anos mais tarde (se excetuarmos as pioneiras, mas limitadas, candidaturas comunistas do final da década de 1920 e mesmo candidaturas como a de Maurício de Lacerda que possuíam antes caráter popular do que operário). Talvez, se a sociedade brasileira possuísse canais de representação mais transparentes tornar-se-ia improvável a vitória da

[265]LEUENROTH, Edgard. "Em torno das conferências do Dr, Maurício de Lacerda" in *A Plebe*. São Paulo, 26 de junho de 1920.

ofensiva anti-parlamentar preconizada pelos anarquistas em casos específicos como o do deputado Maurício de Lacerda. Mas o fato de estas condições não existirem possibilitou a manutenção da hegemonia anarquista em sindicatos como a União dos Operários Metalúrgicos e minimizou o debate sobre a alternativa parlamentar nos círculos anarquistas.

Florentino de Carvalho no jornal *A Obra* continua em números posteriores do jornal a sua campanha para desacreditar o deputado Maurício de Lacerda junto às massas operárias. Nos diz:

> "Com uma dialética fácil, e por vezes entusiasta, bordejando arroubos de protestos veementes atirados a face dos mandões do Capital e do Estado, o sr. Maurício de Lacerda vem realizando uma campanha em defesa, diz ele, dos interesses operários, campanha que a maior parte dos trabalhadores julga ser socialista, sindicalista, revolucionária, anarquista, cobrindo os belos discursos do ilustre deputado com fragorosos aplausos.
> E quando este cidadão diz que nada pretende das classes operárias, que trabalha pelas reivindicações dos explorados, desinteressadamente, os aplausos redobram, a confiança, a simpatia por esse homem crescem até o paroxismo"[266]

Nos últimos meses de 1920 o periódico *A Plebe* publicou vários artigos criticando a formação do partido Coligação Social, algumas das críticas realizadas por Manuel Campos visavam atingir especialmente Álvaro Palmeira[267], militante anarquista que, para Campos, era uma pessoa pela qual ele "colocava a mão no fogo" e que havia renegado seu ideal.

Críticas a Coligação Social foram realizadas por Pinho de Riga[268], Isabel Cerruti[269] e Florentino de Carvalho[270] que criticou acidamente Maurício de Lacerda e Evaristo de Morais.

---

[266]CARVALHO, Florentino de. "Os inestimáveis serviços do deputado sr. M. de Lacerda" in *A Obra*. São Paulo, 14 de julho de 1920.
[267] CAMPOS, Manoel. "Um partido Parlamentar com elementos ex-anarquistas" in *A Plebe* . São Paulo, 23 de outubro de 1920.
[268] RIGA, Pinho de. "Partido ou inteiro?" in *A Plebe* . São Paulo, 06 de novembro de 1920.
[269] CERRUTI, Isabel. "Suicídio Moral" in *A Plebe* . São Paulo, 06 de novembro de 1920.
[270] CARVALHO, Florentino de. "Maldita seja a hora em que os Srs Maurício de Lacerda e Evaristo de Morais assumiram a minha defesa" in *A Plebe*. São Paulo, 06 de novembro de 1920.

Em relação a Coligação Social temos mais exemplos daqueles que ainda se consideravam anarquistas mas entendiam que deveriam participar da luta eleitoral. Vejamos um dos debates, resgatado por Ângela Castro Gomes:

> "Respondendo a um artigo de Otávio Brandão que criticava esta iniciativa, [a Coligção Social] o articulista Ávila explicava como entendia este novo partido e por que estava de acordo com ele. Afirmando-se francamente anti-parlamentar e a favor da substituição dos parlamentares por *soviets* (o que inevitavelmente seria feito), Ávila considerava necessária a arregimentação eleitoral, ao lado da sindical, por uma questão de tática revolucionária. Segundo sua análise, era muito remota .a possibilidade de uma revolução no Brasil promovida apenas por sindicatos operários, que só existiam em poucas cidades industriais do país. Mas mesmo que ela ocorresse, poderia provocar ou uma contra-revolução, não só burguesa, mas 'nacionalista', ou a implantação de uma ditadura mais violenta do que a existente na Rússia. Perguntava por fim a Brandão: você acha que a imposição de tal ditadura estaria de acordo com a doutrina anarquista?(...)
> Sem dúvida Ávila ilustra a posição daqueles que estavam fazendo uma crítica à centralidade do sindicato e da ação direta para a construção da futura sociedade anarquista, mas que nem aceitavam aderir a métodos autoritários para realizar tal transição, nem entendiam que, por esta razão, transformavam-se em 'traidores reformistas' "[271]

Este exemplo e a argumentação de Ávila, que possuía uma boa fundamentação, mostra que aqui no Brasil a discussão sobre a tática parlamentar de um viés que não deixava de ser anarquista também ocorreu, mas, como dissemos, talvez até mesmo porque a possibilidade de sucesso e participação na via eleitoral era escassa, estes debates não foram tão numerosos entre os anarquistas, ao menos publicamente, não possibilitando a discussão de novas alternativas.

A questão do sufrágio feminino também recebeu a atenção das militantes anarquistas. Em artigo publicado em 1920 Maria A. Soares dizia que compreendia que muita gente tivesse aplaudido as vitórias das sufragistas. Mas, que já adiantava que este triunfo só poderia interessar aos políticos. Argumentava que somente sobe ao poder aquelas pessoas relacionadas com o

[271] GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988, pp. 150 e 151

partido dominante, pois são estes partidos que indicam os diferentes governadores que se sucedem, sendo que as próprias eleições são, na verdade, uma grande farsa que ninguém leva a sério.

Para que um estranho chegue ao poder ou o partido faz uma maioria considerável ou tenta tomá-lo pela força.

A tendência do feminismo político nunca teria triunfado se não houvesse o interesse da classe dominante. "Esta classe sente-se periclitante no seu trono e nas convulsões da agonia procura reunir a seu redor todos os resíduos da velha organização para que a ajudem a resistir contra a avalanche inovadora."[272]

E justamente as feministas mais inovadoras, que afirmavam ser destinadas a mudar o mundo, são as primeiras a ser chamadas para a conservação das velhas instituições de acordo com a autora.

Em janeiro de 1920 Maria Soares teve um artigo seu publicado pelo jornal *O Grito Operário*, órgão da Liga Operária da Construção Civil de São Paulo, tecendo críticas ao voto feminino.

Argumentava a autora que a maioria das mulheres enche-se de entusiasmo quando se fala em voto feminino, mas as mulheres só tinham a perder com a política, pois a política era a "última palavra de baixezas", ao contrário do feminismo que tem como base fundamental a elevação moral das mulheres. Para a autora, portanto, o feminismo político seria um contra-senso.

A mulher deveria buscar direitos fora da política, mudando a ordem moral das coisas, fato este que o simples voto não poderia alcançar. A mulher deveria regenerar a humanidade, modificar seus costumes, salvá-la da decadência física e moral, obra esta edificada pela educação e instrução, não pela política.

Como as mulheres pretendem ser políticas, se não sabem nem qual o medicamento dar para os filhos em caso de diarréia?, indaga Soares.

[272] SOARES, Maria A. "Triunfo efêmero" in *A Plebe*. São Paulo, 27 de março de 1920 e 06 de novembro de 1920.

Um governo de mulheres, conservadoras e burguesas por influência do poder, não seria diferente dos governos masculinos, oprimindo os trabalhadores.

Pois, na verdade, as transformações não se realizam através de leis, estas são inúteis para melhorar os povos econômica e moralmente. Os executores das leis são severos com os fracos e condescendentes com os fortes, demonstrando, portanto, não possuírem força alguma em si.

Uma vez o voto feminino estabelecido teríamos como resultado, de acordo com a opinião da autora,. a eleição das mulheres dos industriais, que não tem nada em comum com as mulheres trabalhadoras, empregadas dos seus maridos. A garantia do voto feminino não garantiria que as mulheres deixariam de ser exploradas e humilhadas, a patroa sempre seria superior a escrava, por mais feminista que fosse.

Assim, o que é necessário é ensinar a mulher um ideal pelo qual a humanidade possa ser livre e feliz.

> "Compreende-se a grande utilidade da mulher, na marcha da evolução humana, quando livre de qualquer entrave puder seu temperamento expandir-se livremente, e guiada por uma sã moral e uma educação racional, saiba aproveitar os tesouros de sua alma grande e generosa, em benefício da humanidade.
> O império das almas, dos corações, sim, conquistai-o mulheres!"[273]

Artigo de *A Plebe* de fevereiro de 1921, criticava a luta eleitoral. Dizia que os socialistas, principalmente alemães, de São Paulo, de ação só faziam votar nos dias das eleições. O articulista afirmou que havia propositalmente lançado a candidatura de um Camarada para vereador e depois nas eleições estaduais sabendo que este iria perder. Fez isso apenas para demonstrar a inutilidade da luta eleitoral.

A luta eleitoral era considerada como muito perniciosa, pois o trabalhador acaba julgando-se desobrigado, depois de votar, a tomar parte ativa nas lutas realizadas de outra forma.[274]

---

[273] SOARES, Maria A. "O voto feminino" in *O Grito Operário* São Paulo, 17 e 28 de janeiro de 1920
[274] B. M. "A luta eleitoral" in *A Plebe* . São Paulo, 19 de fevereiro de 1921.

Ainda em relação a questão “política”. no número 121 de *A Plebe*, de 11 de junho de 1921 saiu publicado um artigo do prof. C. C., Coelho Cintra, em que este estabelecia um paralelo entre os governos de Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa. O autor argumentava que o nível de repressão do governo Hermes da Fonseca havia sido menor do que o do governo de Epitácio Pessoa, portanto, o governo de Pessoa seria pior do que o de Hermes.[275]

Grande polêmica gerou este escrito, diríamos que uma polêmica desproporcional, que demonstra o grau de “purismo” ideológico dos “fiscalizadores” anarquistas.

Maria A. Soares é uma das primeiras a tecer ácidas críticas ao prof. C. C.. Primeiro questionava a posição do autor de criticar o parlamento por não deixarem Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento assumirem os cargos para o qual foram eleitos, depois questionou a posição que relatamos acima de dizer que o governo de Epitácio Pessoa era pior do que o de Hermes da Fonseca.

Para Soares certos elementos exercem influência no meio libertário provocando o confusionismo por possuírem uma certa cultura. Para ela ,

> "É por essa maneira que se forma essa porção de pretensas ramificações de anarquismo e socialismo que outra coisa não são que mistificações de ambas as doutrinas, amalgama sugerido pelo confusionismo estabelecido, por idéias soltas e de toda a espécie, colhidas a granel, sem ordem, sem coordenação.
> Essa é uma verdadeira doença do nosso meio, que tem feito mais estragos nele do que todas as leis de repressão e violências policiais, epidemia terrível que, nestes últimos tempos, tem-se desenvolvido entre nós de uma forma desastrosa.
> Contra essa doença devemos empregar toda a nossa energia de legionários de uma idéia forte, sã.
> A doutrina por nós adotada é inconfundível, definida e basta por si só para satisfazer o cérebro mais exigente de idéias e a alma mais sedenta de sentimentos.
> Não precisamos, pois, para difundi-la e explicá-la buscar recursos noutra parte, noutros credos, transigir, ser incoerentes."[276]

[275] Prof. C. C. “Confrontos” in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 11 de junho de 1921
[276] SOARES, Maria A. “Uma Opinião” in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 18 de junho de 1921

Para ela, entre os anarquistas e a política havia um abismo e quando o prof. C. C. pretendeu estabelecer uma ponte para transpor este abismo, no caso do artigo relatando o impedimento da posse (degola) da Lacerda e Nascimento, deixou de ser anarquista. Ainda dizia que para os anarquistas pouco importa se um governo foi melhor ou pior do que o outro, pois os anarquistas por princípio são contra todos os governos e governantes.

Além disso, estaria mais do que provado que a reação é mais enérgica quando a ação anarquista é mais intensa, quando a ação não acontece a reação não tem o porque se manifestar, e é isso o que foi determinante para que no governo de Hermes da Fonseca existissem menos perseguições e violências contra o operariado do que no governo de Epitácio. “E é lamentável que se pretenda elevar, das colunas de um jornal libertário, essa figura grotesca de governante imbecil"[277], afirmava a autora.

Temos que lembrar que este era o contexto de uma disputa pré-eleitoral, da eleição presidencial que ocorreria em 1922. Em abril Artur Bernardes havia sido escolhido para ser o candidato situacionista a presidência da república, em maio alguns fatos demonstram a ambição de Hermes da Fonseca de chegar ao poder.

> “Em comício, no dia 26 de maio de 1921, no Rio de Janeiro, indica-se Hermes da Fonseca como candidato e seu diretório provisório é composto do General Camilo Holanda e Francisco Flary, Marechais Pires Ferreira e Bento Ribeiro, Contra-Almirante Francisco de Matos, além dos oposicionistas Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Os comícios e banquetes se sucedem; militares se aproveitam da situação de confronto com o governo para atacar civis etc. O que se dá, porém, é uma latente pretensão, mas os apoios são quase nulos .” [278]

Portanto, a crítica de Soares deve ser localizada neste contexto, uma demonstração de simpatia por Hermes da Fonseca e por políticos oposicionistas que o apoiavam, segundo interpretava Maria A. Soares, significava a tomada de partido em relação a um político, o que segundo os

[277] Ibid.
[278] CARONE, Edgard. *A República Velha: II Evolução Política (1889-1930).* São Paulo, Difel, 1983, pp. 344 e 345

dogmas anarquistas, de Soares, seria inconcebível. Passava longe da intenção da crítica feita ao prof. C. C. saber as suas intenções ou analisar com mais acuidade o contexto político para daí sim fazer a crítica ao posicionamento do artigo, caso esta crítica fosse necessária. Tudo se fazia mediante a comparação com os "princípios": Se estava de acordo com os "princípios" ótimo, se estivesse em desacordo então a crítica seria implacável.

No mesmo número saiu uma nota da redação em relação a este artigo. Nela havia a concordância com algumas críticas ao artigo mas existiu também uma crítica ferrenha aos "fiscalizadores anarquistas". Vejamos:

> "O artigo de Maria A Soares sugeri-nos (...) umas outras considerações de ordem diversa, mas oportunas. Queremos referir-nos a uns tantos camaradas *cujo único trabalho em prol da propaganda consiste em fiscalizar* - este é o termo- aqueles outros entregues a tais ou quais tarefas da mesma propaganda. Há-os em São Paulo, no Rio, e cremos que por toda a parte. São indivíduos que nada, ou pouco menos que nada fazem pela obra comum. Sua preocupação absorvente é esquadrinhar erros e faltas alheias, daqueles que trabalham e que erram ou cometem faltas *porque trabalham* , pois que só não erram *os que não trabalham* . Nós aqui, como não temos vaidades, nem melindres tolos, aceitamos e aceitaremos sempre, de bom grado, as advertências e os conselhos justos daqueles camaradas que *trabalham* de fato em nossa propaganda. Os que só fazem *criticar e fiscalizar*, a esses não daremos atenção de espécie alguma."[279]

Ainda na edição subseqüente a polêmica continuou. Em artigo denominado "Explicando", o prof. C. C. argumentou que havia sido irônico e que nem todos teriam a sutileza intelectual ou o grau necessário de cultura para entender a sua ironia. Segundo ele

> "Quem escreve para imprensa o faz para várias espécies de leitores, de vários graus de cultura, mais ou menos desenvolvida ou não e sujeito assim aos gostos de uns e desgostos de outros, de aprovação ou reprovação dos conceitos emitidos. Nem a todos pode agradar. É como um prato para cada gosto dos epicuristas, mas, em essência, a obedecer a um mesmo comedimento de tempero, isto é, a uma determinada orientação doutrinária do jornal, e, como

[279] "Nota da redação- a respeito do artigo Uma Opinião de Maria A Soares" SOARES, Maria A. "Uma Opinião" in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 18 de junho de 1921.

> bem anotou a inteligente camarada Maria A Soares, deve cingir-se ao seu programa. E a este tenho me cingido"

Continuava a sua argumentação dizendo que era sincero, convicto e intransigente sectário da transformação social, defensor do regime comunista. Alegava ser velho e saber morrer sem ver o seu ideal concretizado[280], mas tinha o consolo de na altura das suas forças ter sabido defender firmemente o seu ideal, "não o fazendo, destemerosamente (como defendiam muitos anarquistas) porque o sacrifício não seria para mim e sim para os que de mim ainda dependem". Finalizava dizendo deixar com tristeza a colaboração no jornal para não causar mais problemas nem desgostos, afetando a vida do jornal que ele amava, o que não seria justo.[281] Uma nota da redação a respeito do texto "Explicando", tenta consertar a situação dizendo que o artigo "Confrontos", o que deu início a polêmica, não seria motivo para o articulista se afastar, até porque o mesmo já teria se explicado, tentando desta forma contornar o problema causado por uma polêmica desmesurada.

Assim, mantiveram-se os princípios afastando-se um colaborador do jornal (e um dos maiores colaboradores do jornal *A Vanguarda)*. Colaborador que não era o militante destemido, que enfrentava tudo e a todos, mas que numa época em que os anarquistas reclamavam da inação de seus companheiros de ideal[282], colaborava regularmente no que se propôs na militância anarquista. Caso houvesse uma organização anarquista que tivesse parâmetros claros e o prof. C. C. não estivesse de acordo com eles se entenderia seu afastamento, mas não havia esta organização, portanto, os parâmetros surgiram graças aos guardiões do ideal anarquista. Depois do episódio não encontramos mais colaborações do prof. C. C. nos jornais anarquistas.

A posição contra as eleições se repetiu em um manifesto "A Classe Operária do Brasil" publicado em *A Plebe* de fevereiro de 1927, referindo-se as

[280] Como podemos notar, Astrojildo Pereira era novo na época, portanto não consideramos a hipótese de Boris Fausto de que o prof. C. C. poderia ser Pereira, aliás não sabemos como Fausto chegou a esta hipótese já que nem mesmo ele esclareceu.
[281] Prof. C. C. "Explicando" in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 25 de junho de 1921.
[282] Vários artigos de 1921 atestam isso.

eleições do mesmo mês para deputados e senadores, dizia que dependia apenas dos trabalhadores a luta para a defesa dos seus direitos.

Argumentava que aproveitando a situação anormal que atravessava o país, em relação a repressão do período Artur Bernardes, quando muitos militantes foram presos, expulsos do país, deportados para regiões inóspitas (Oiapoque) ou obrigados a fugir, alguns elementos políticos se aproveitaram para com denominações variadas, como blocos, vanguardas e partidos, arrastar os trabalhadores para a ação partidária., desviando as associações operárias do seu verdadeiro caminho, trazendo a discórdia para o meio operário que só servia para os dividir.

Os operários não deveriam desprezar dezenas de anos de esforços, labutas e experiências, muito menos desonrar a memória dos companheiros tombados no Oiapoque.[283]

Em mais uma crítica a ação parlamentar de socialistas e bolchevistas *A Plebe* publicava:

> "Socialistas água-de-rosa e bolchevistas palavrosos, no mesmo afã da caça ao voto, formam concílios com candidatos mais ou menos sociais e formam blocos em nome dos trabalhadores para depois poderem chegar a gamela parlamentar. (...)
> Nós diremos simplesmente aos operários que nos ouvem estas palavras:
> Não confiei nos salvadores. Eles só poderão dar-vos leis, direitos inscritos num papel, trapos sem valor, ou carregar-vos de impostos, para vos oferecerem melhoramentos... a vossa custa. Uni-vos, estudai, e agi; adquire a consciência dos vossos direitos, fazei-vos fortes, pela organização, pela ação e pelo estudo, para resistir a exploração e as prepotências, venham donde vierem. Agi vós mesmos, porque ninguém vos salvará, senão vós próprios.
> Quando o operariado confia em leis e deputados, deixa enfraquecer a sua organização, abater a sua energia. Quando ele abandona a confiança nos outros para só confiar nas próprias forças começa a fortalecer-se e a prosperar, a conhecer o caminho que pisa e o fim para onde vai."[284]

[283] "A Classe Operária do Brasil" in *A Plebe*. São Paulo, 12 de fevereiro de 1927.
[284] "A próxima feira eleitoral" in *A Plebe*. São Paulo, 12 de fevereiro de 1927.

Mesmo depois de quase três anos sem ser publicado, o jornal mantinha a mesma avaliação e discurso, forjado de acordo com as concepções ideológicas, sobre a questão eleitoral. O chamado “quadriênio de crimes” de Artur Bernardes para os anarquistas de *A Plebe* serviu para reforçar suas concepções anti-políticas (no sentido eleitoral).

Não entravam em avaliação a conjuntura econômica, social e política do país para se avaliar o pleito eleitoral, mesmo que fosse para se chegar as mesmas conclusões. Tudo estava decidido de antemão, de acordo com o que sempre defenderam. A política parlamentar era um engodo, desmobilizava o trabalhador que passava a esperar a solução de algum messias que viesse salvá-lo, os políticos sempre pensavam em seus interesses pessoais, as leis que são feitas no parlamento só são respeitadas quando os trabalhadores a fazem respeitar e os parlamentares só fazem leis que beneficiam o povo quando este as arranca com luta, o parlamento é um órgão artificial que impede o desenvolvimento natural da humanidade que seria, não fosse o parlamento e outras instituições, calcado no apoio mútuo sem a necessidade de Estado, propriedade privada, etc. Quando muito atacavam o sistema eleitoral brasileiro, baseado em fraudes, no qual só os políticos da situação se elegem, etc.

Os socialistas “tenentes” também foram criticados. *A Plebe* de 24 de dezembro de 1932 publicou uma "Carta Aberta aos fundadores do Partido Socialista Brasileiro" escrita por José Oiticica.

Oiticica considerava os membros do PSB "revolucionários" em comparação com o fascismo clerical e plutocrata presente no governo, mas estes não fizeram oposição a "sindicalização fascista" elaborada pelo Clube 3 de Outubro. Neste sentido, os membros do PSB seriam travas a marcha do proletariado universal, portanto, "contra-revolucionários".

Considerava que os "socialistas" só se consideravam amigos dos proletários se estes se submetessem às leis por eles formuladas. Concordavam com a "sindicalização compulsória" e com a "representação política" por isso Oiticica, presente no "Congresso Revolucionário" dos "socialistas", havia se

colocado contra a sindicalização compulsória e pela sindicalização livre sem a interferência do Estado, o que não foi aceito.

Sobre a representação política afirmava:

> "Que diabo vai fazer o proletariado, inimigo nato da burguesia num parlamento essencialmente burguês, entre um Lineu de Paula Machado, o sr. Pereria Carneiro, o jesuíta Leonel da Franca ou o sr. Tristão de Ataíde?
> Ser, seguramente, mais uma vez, crucificado por tais caifazes da plutocracia e do clero.
> Considere-se um pobre tecelão semi-analfabeto e mais um plantador de mandioca, analfabeto de todo, a discutir leis sociais, orçamentos, escola nova e valorização da moeda!"[285]

Portanto, podemos notar que até a década de 1930 o posicionamento predominante entre os anarquistas em relação aos políticos e a questão eleitoral não havia se transformado, sendo que os princípios professados pela maioria dos anarquistas sempre prevaleceram em relação as demais análises e avaliações.

2.3- Anarquistas x Bolcheviques

A divergência entre o maximalismo (marxismo) e o anarquismo era uma das grandes polêmicas do início da década de 1920. O Partido Comunista do Brasil, não passou incólume a crítica, mas contra este as críticas ultrapassavam o seu eleitoralismo e atingiam pontos programáticos mais amplos, mesmo que de início o apoio a Revolução Russa (e aos bolcheviques) tivesse sido professado e praticado entre os anarquistas. Também disputas políticas concretas ocorriam entre os anarquistas e comunistas de diferentes correntes. Frentes de ação comum eram rechaçadas constantemente pelos anarquistas.

Mario Brazil em artigo publicado no jornal *A Plebe* faz a defesa da Revolução Russa, argumenta que no Brasil, no momento em que a repressão às idéias mais se intensificava, sobre a alegação de impedir a reedição dos horrores bolchevistas, algumas notícias escapavam chegando até nós, como

[285] OITICIA, José. "Carta Aberta aos fundadores do Partido Socialista Brasileiro" in *A Plebe.* São Paulo, 24 de fevereiro de 1932

as notícias que anunciavam a negociação entre os Estados burgueses europeus e a República dos Soviets.

Termina seu artigo dizendo que:

> "todos os regimes políticos que prevalecem sobre os arcaicos, todos os governos em seus primeiros dias tem tido como base torrentes de sangue humano. Portanto, se sangue houve na Rússia, o seu derramamento obedeceu a um corolário natural e acima de críticas absurdas e pretensiosas"[286]

Neste artigo notamos ainda a defesa da Revolução Russa e da violência utilizada no processo como algo necessário no próprio processo revolucionário, note-se que este texto é do começo de 1920 quando a posição dos anarquistas começava a se alterar em relação a Revolução.

Já na reunião do Centro Libertário de São Paulo, em 1921, a postura foi outra. Este tema, segundo o informe da reunião, produzido por Florentino de Carvalho, havia produzido "uma verdadeira revolução nos meios libertários de São Paulo".

De um lado se colocavam os anarquistas que aceitavam a ditadura do proletariado e defendiam o apoio ao governo de Lênin. De outro os anarquistas que procuravam prestar todo apoio a Revolução Russa mas que criticavam o partido bolchevista por ter assumido o poder matando o desenvolvimento da revolução.

Na reunião as duas tendências tiveram posições exaltadas e discutiram "sem a cordialidade indispensável e característica das idéias libertárias."

O maximalismo x anarquismo era tema de todas reuniões anarquistas da época, e Florentino de Carvalho não deixa de assumir sua posição no debate, para ele:

> "a intervenção dos aliados na vida interna do povo russo é um grande perigo para a revolução, mas o avanço ditatorial, reacionário dos bolchevistas é um perigo, porque a guerra externa impele o povo a união unânime para a resistência ao passo que a reação interna, partindo dos elementos considerados revolucionários, partindo do Estado constituído, é um perigo maior, pois que este não permite

[286] BRAZIL, Mário. "O Exemplo Russo" in *A Plebe.* São Paulo, 24 de janeiro de 1920.

> com as suas forças armadas os seus elementos compressivos que o povo se organize e se prepare para fazer respeitar os seus direitos."[287]

O debate acalorado nas fileiras anarquistas refletia um momento de crise da atuação destes elementos. Uma crise determinada não pelo advento da Revolução Russa, mas pelo contexto econômico, político (nas suas diferentes faces), social, etc. A Revolução Russa forneceu elementos que pautavam novas opções para a atuação política dos anarquistas.[288]

É interessante observar que havia anarquistas, que sem abandonarem a denominação e boa parte dos seus ideais, defendiam o Estado Transitório e a participação em eleições (caso de alguns que participaram da coligação social). A saída de muitos destes elementos das fileiras anarquistas se deveu a um processo de expurgo informal (devido a forma de estruturação das organizações influenciadas pelos anarquistas) e público caracterizado pela denúncia por parte de anarquistas influentes das concepções que para estes anarquistas não eram compatíveis com seus ideais. Pregava-se a liberdade e aceitavam-se as diferentes correntes, mas alguns pontos eram dogmas que não poderiam ser alterados, sem que o grito de indignação de proeminentes anarquistas fosse ouvido.

Outro aspecto interessante que devemos ressaltar é a argumentação de Florentino de Carvalho que a intervenção dos aliados na Rússia seria menos prejudicial do que o avanço da ditadura bolchevique. A avaliação de Carvalho parte de dois pressupostos, o primeiro é que caso houvesse uma intervenção aliada, o povo russo se levantaria em sua totalidade para a sua defesa, o segundo é que o Estado russo bolchevique só possuiu a função compressiva de uma revolução que desabrochava livremente. Dois argumentos coerentes, que foram bastante utilizados por anarquistas,mas que, a nosso ver, reflete a postura de boa parte dos anarquistas de São Paulo de entender que a revolução se desenvolveria livremente, de acordo com as leis da evolução

[287] CARVALHO, Florentino de. "Grande reunião Libertária" in *A Plebe.* São Paulo, 01 de janeiro de 1921.
[288] Um pouco das influências da Revolução Russa sobre o meio anarquista pode ser acompanhada através do seguinte livro: BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967

natural, caso não fosse reprimida pela força anti-natural, artificial, do Estado, que matou o desenvolvimento livre da revolução.

Num artigo de Arnaldo Danel publicado no semanário *A Obra,* de 1920, há uma defesa do sindicalismo contra a ditadura do proletariado como meio "que há de abrir as portas da Anarquia..."

O autor enfatiza o fato de o sindicalismo não ser marxista, argumenta que a ditadura do proletariado não tem nada a ver com o sindicalismo. O Estado marxista, com a ditadura do proletariado, "não perde senão na forma a existência intrínseca de sua prepotência".

Já o federalismo anarquista começa "com a liberdade absoluta do indivíduo" que através e por causa desta liberdade estabelece um contrato social com outros indivíduos que termina quando a finalidade pactuada é alcançada ou quando por algum motivo a finalidade não se alcança e que, portanto, a rescisão se faz necessária. Sendo este mecanismo contratualista, para Arnaldo, a base da sociedade anarquista pós-revolucionária.[289]

Em artigo de setembro de 1920, Florentino de Carvalho faz a defesa do bolchevismo contra os capitalistas mas já procede a crítica ao Estado bolchevique. Nos diz que em oposição às calúnias burguesas sempre divulgou a obra benéfica da república russa, mas nunca fez a apologia deste regime pois sabe que qualquer forma de Estado devido a sua estrutura autoritária é contrária aos princípios anarquistas.

Agora que os anarquistas estão de posse de documentos confiáveis, afirmava na época, seria necessário estabelecer a crítica correta pois alguns anarquistas acabam confundindo a Revolução Russa com o Estado burocrático e militarista que ali surgiu ,

> "chegando a propagar a organização de um partido socialista-maximalista, [Coligação Social] o qual teria por fim, entre outras coisas, a conquista do Estado burguês, empregando o processo eleitoral, transformando-o em Estado... maximalista, afim de que pusesse a máquina nos eixos, durante o período de transição, este fato pode causar sérios embaraços a ação francamente libertária dos trabalhadores e dos revolucionários (...)

[289] DANEL, Arnaldo. "O Sindicalismo não é marxista" in *A Obra* . São Paulo, 13 de maio de 1920.

> Esta atitude, além de produzir uma cisão nos elementos avançados, significa uma retratação dos princípios que disseram sustentar e uma traição a causa da emancipação humana"[290]

Revente em artigo no semanário *A Obra*, elogia o gesto do proletariado russo que quando seus irmãos socialistas de outros países deixavam-se levar pelo impulso guerreiro fizeram a revolução proclamando a tática internacionalista e libertária.

A diferença existentes com os russos não é em relação a revolução mas sim em relação aos bolcheviques.

> "Nós vemos na Revolução Social (...) o movimento entre molecular, orgânico das massas, atirando e vivendo por elas e para elas mesmas, prescindindo de chefes e de senhores, dirigindo-se e mantendo-se a si próprias. Esta afirmação não significa que cada membro da multidão se torne um anarquista, nem, muito menos, que nós devemos realizar a revolução quando tivermos anarquizado toda a gente. Estranha quase afronto da hermenêutica seria essa- demais sucedendo haver por este mundo cabecinha revolucionária que nem com milênios de propaganda atingiria a sublimidade do ideal anarquista ! (...) Nunca aventamos a impreparação dos trabalhadores para demonstrar a impossibilidade de uma revolução imediata."[291]

Chama a atenção neste trecho a crítica realizada a uma das características da maior parte dos anarquistas brasileiros, o educacionismo. A crítica àqueles que querem fazer a revolução após ter educado as massas, feito as massas compreenderem o verdadeiro papel da anarquia, era incomum no Brasil. Porém, a visão do autor de que não é necessário educar as massas antes de fazer a revolução estava fundamentada no sentimento de superioridade de boa parte dos anarquistas brasileiros em relação as massas incultas. A maioria do povo nunca chegaria a compreensão do sublime ideal anarquista, portanto, a revolução poderia ser feita, ou melhor deveria ser feita, independentemente da educação das massas. Assim, estes anarquistas se defendem dos argumentos daqueles que defendiam a ditadura do proletariado

[290] CARVALHO, Florentino de. "O Bolchevismo- repercussão no Brasil" in *A Obra* . São Paulo, 15 de setembro de 1920.

argumentando que as massas eram incapazes de fazer a revolução por não estarem preparadas. O autor ainda diz que

> "ao contrário do que afirmam, a ditadura não desenvolve mas atrofia o espírito revolucionário.
> Os Bolchevistas dizem que empurram [a Revolução Social Russa] -mas eles é que são empurrados !"[292]

Content no artigo "Pelo despotismo autoritário ou pelo anarquismo" nos diz que:

> "A cada passo se encontram pessoas que, ou seja por ignorância ou por ambição, nunca se acham satisfeitas mudando de idéias ou de partidos como quem muda de camisa. Que esta mudança sobrevenha após apuradas e profundas meditações, tendo-se reconhecido a falsidade destas idéias preconcebidas, bem está: mas que pelo sim, pelo não, se abandonem os camaradas de lutas e a propagação de um ideal para aderir a um novo partido e entregar-se a novas propagandas- é fazer obra de divisão, contribuir para enublar os espíritos e dar conseqüentemente uma singular idéia da própria mentalidade.
> Mas o que não se compreende é que alguns anarquistas, ou pelo menos pretensos anarquistas, abandonem a propaganda de um ideal que ainda ontem faziam seu, e isso porque em vão procuraríamos os motivos sérios, de sua nova atitude"[293]

Com o triunfo da Revolução Russa, para o autor, sobreveio uma grande confusão. Antes só os anarquistas se proclamavam comunistas, agora alguns dissidentes socialistas, sindicalistas e até mesmo ex-anarquistas se declaram comunistas, gerando confusionismo. É necessário se esclarecer o que cada um entende por comunismo pois na hora da Revolução estas diferenças vão aparecer trazendo graves prejuízos.

O autor de acordo com esta linha de raciocínio começa a estabelecer argumentos kropotknianos. Na história sempre existiram dois princípios, o da autoridade e o da liberdade, os anarquistas já fizeram opção pelo caminho que

---

[291] REVENTE. "Crítica ao regime maximalista da Rússia" in *A Obra* . São Paulo, 15 de setembro de 1920 .
[292] Ibid.
[293] Content . "Pelo despotismo autoritário ou pelo anarquismo" in *A Obra* . São Paulo, 01 de outubro de 1920 .

querem seguir e sabem que a harmonia só seria possível quando um princípio eliminar o outro.

Começa então a analisar a influências das idéias anarquistas no mundo contemporâneo sem a necessidade de voltar a Sócrates ou Rabelais, segundo sua opinião. A influência das idéias anarquistas poderia ser encontrada no próprio seio dos bolchevistas.

> "Não se pode negar, com efeito, que na Rússia, no próprio seio da III Internacional, entre os bolchevistas- estes marxistas!- as idéias anarquistas tenham de algum modo pesado sobre as diretrizes, orientando as decisões. As moções contra a defesa nacional, contra o parlamentarismo, e outros mais, ainda que não sendo de natureza essencialmente libertária, estão, não obstante, fortemente impregnados da idéia."[294]

Na avaliação deste autor , portanto, tudo o que se aproximasse das idéias anarquistas era reflexo da influência das idéias anarquistas na história do mundo, idéias estas que vivem num eterno embate contra os elementos autoritários.

> " Estes fatos revelam-nos, apesar de tudo que para fazer a revolução os bolchevistas tiveram de calar o marxismo, e a medida em que se consolidam e se tornam um governo forte apressam-se a demolir o que tinham construído e o que poderia incomodar a sua política"[295]

Neste sentido, afirmava o autor, os anarquistas, pretensos anarquistas e ex-anarquistas não deveriam abusar da palavra comunismo, antes de saber e fazer saber o que entendiam ao certo por este termo", pois é "preciso escolher entre o comunismo de Estado e o comunismo anarquista"

A partir da metade de 1920 abundaram as críticas contra o comunismo russo em *A Plebe* que continuaram até o fim do período por nós pesquisado.

O artigo "A caminho do comunismo" afirmava que havia uma onda dos partidos socialistas mudarem seu rótulo para comunistas, mas que na verdade eram os mesmos partidos coletivistas participantes da segunda internacional, que após a sua falência procuraram uma nova denominação.

---

[294] Ibid.
[295] Content . "Pelo despotismo autoritário ou pelo anarquismo" in *A Obra* . São Paulo, 01 de outubro de 1920 .

Por outro lado, os trabalhadores nas suas lutas têm seguido mais ou menos os métodos anarquistas, mas no fundo, paradoxalmente, sempre obedecem aos seus dirigentes. O povo que há de fazer a revolução vai fazê-la com a mesma mentalidade que possui no presente, passando o primeiro momento de entusiasmo aceitarão e se resignarão as ordens de seus chefes segundo o texto. Por este motivo a próxima revolução, na melhor das hipóteses, faria triunfar o comunismo estatal.

Os anarquistas neste contexto teriam que participar da onda revolucionária com o mesmo ardor que demonstravam em todas as lutas, mas, na prática, os autoritários obteriam o triunfo, "porque o comunismo libertário exige de cada indivíduo, em particular, um esforço e um espírito de sacrifício, para os quais o povo ainda não está educado."[296]

É interessante notar a aceitação, neste artigo, de uma provável vitória da via estatal do comunismo. O povo ainda não estaria suficientemente educado, nem teria o espírito de sacrifico exigido para a concretização do comunismo libertário, portanto, por mais que os militantes anarquistas se entregassem com toda a dedicação a tormenta revolucionária, a sua ação não daria nos resultados desejados, sendo derrotados neste primeiro momento.

Demócrito em artigo intitulado "Os detratores do Povo" tece uma crítica aos bolchevistas que justificavam a ditadura do proletariado por causa da falta de preparo do povo. O povo, segundo os bolchevistas na visão de Demócrito, seria uma massa amorfa, cheia de vícios, de crenças irracionais e ninguém quer o seu contato, os profissionais liberais e os técnicos o abandonam e sem eles é impossível fazer a obra de reorganização social.

O povo, continuando, seria massa bruta, estômago e sensualismo, não possui a inteligência que os militantes conquistam a troco de muito esforço, experiência e observação. Neste sentido, os bolchevitas defenderiam uma ditadura para educar o povo, através de leis, decretos e portarias.

Demócrito argumentava que os anarquistas não eram alheios aos defeitos "de que sofre o povo trabalhador, as falhas de que padece, a sua insuficiência de pensar e de sentir." A diferença é que esta constatação servia

[296] A. C. "A caminho do comunismo" in *A Plebe* . São Paulo, 05 de março de 1921.

incentivo aos anarquistas para continuarem a sua obra, com mais esforço, abnegação, fadiga, para melhorar física e mentalmente a condição do povo.[297]

Assim, a diferença dos bolchevistas e anarquistas, para nós, de acordo com a análise do artigo de Demócrito, não se dava na avaliação do povo, tanto os bolchevistas quanto Demócrito poderiam ser classificados de acordo com o título do artigo como detratores do povo. A diferença estava no fato de uns defenderem o método estatal para se transformar a mentalidade popular, já Demócrito propõe a propaganda e que o povo se auto-emancipe.

Neste sentido a abstração da proposta anarquista defendida por Demócrito é patente. Apontam-se os erros do povo, as soluções para corrigir os erros surgem naturalmente.

Os anarquistas Adelino de Pinho e Romeu Bolelli, respondendo a Antonio Canellas que chamou os anarquistas de seguidores da moda por tecerem críticas aos bolchevistas, argumentam que os anarquistas conheciam a doutrina de Marx antes da Revolução Russa, pelo menos desde a publicação do *Manifesto Comunista* em 1848 e sempre criticaram o marxismo e a sua ditadura do proletariado.

Mas, indagavam, não seria por espírito de moda que alguns anarquistas e sindicalistas, entusiasmados com a Revolução Russa tenham se convertido em bolcheviques? Os anarquistas, por outro lado, não haviam mudado de lado, sempre permaneceram defendendo as mesmas idéias.

Continuavam a sua argumentação dizendo que Canellas tinha a intenção de ir para a Rússia ver o que se passava com os seus próprios olhos e que para isso alguns anarquistas, inclusive os que escreveram o texto, fizeram uma subscrição arrecadaram dinheiro e enviaram a ele.

Mas, quando chegou a Paris, Canellas se deteve e não continuou a sua viagem. Finalizam dizendo que se Canellas tivesse chegado a Rússia e observado a revolução com seus próprios olhos, talvez tivesse uma opinião diferente sobre a revolução.[298]

---

[297] DEMÓCRITO. “Os Dectratores do Povo” in *A Plebe* . São Paulo, 24 de junho de 1922.
[298] PINHO, Adelino de e BOLELLI, Romeu. “Os anarquistas e a ditadura do proletariado” in *A Plebe* . São Paulo, 05 de outubro de 1922.

As discussões entre os anarquistas e aqueles que apoiavam a Revolução Russa e a ditadura do proletariado nas fileiras operárias pós 1917, como dissemos, eram grande nos primeiros anos da década de 1920. Em 07 de novembro de 1921 foi formado no Rio de Janeiro o Grupo Comunista por 12 pessoas. A partir de janeiro de 1922 o grupo começou a publicar a revista *Movimento Comunista* até junho de 1923 defendendo o programa da Internacional Comunista. Em 1922 dá-se o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), no mês de março. Dos fundadores apenas um não vinha do anarquismo, Manoel Cedon.[299]

Antonio Bernardo Canellas, mesmo não estando presente no congresso de fundação do Partido Comunista é eleito para a sua direção e escolhido representante do partido para o IV Congresso da IC, realizado em dezembro de 1922.

Neste congresso discutiu com Lênin e aparteou Trotski. Os líderes da Internacional Comunista taxaram as idéias de Canellas de anarquistas e, devido a isso, resolveram não reconhecer oficialmente o PCB na IC admitindo-o apenas como partido simpatizante. Devido a sua postura no Congresso da IC Canellas foi afastado do partido.[300]

Canellas, por outro lado, considerou a resolução da IC, contrária a adesão do PCB, como inadmissível, mostrando o sectarismo e o espírito de vingança da pessoa que a redigiu segundo sua opinião. Defendia o direito de expressar posições e opiniões mesmo que estivessem em desacordo com a maioria do congresso, pois se o delegado expõe posições erradas seria o dever da executiva do congresso chamar este delegado, baseados em considerações de ordem doutrinária, a retificar as suas opiniões.

Criticava ainda a burocracia do congresso em responder a sua réplica, dizia:

> "Para obter uma resposta à minha réplica seria necessário fazer representações aqui e acolá, insistir, enfim, passar

[299] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977., p 111 e LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977, p. 67

[300] BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pp. 407 e 408

> pelas atribuições conhecidas pelos pobres mortais que se viram algumas vezes na dolorosa contingência de meter requerimento na Prefeitura ou na Repartição de Águas"[301]

Carlos Bittencourt (Francisco Cianci) argumenta que o fato de alguém que era anarquista e militava entre os mesmos passar a defender princípios autoritários, demonstrava que as teorias ácratas ou não foram compreendidas ou foram mal interpretadas pelo indivíduo.

Portanto, o problema foi a de falta de clareza e falta de coerência total com os princípios anarquistas. Neste sentido, seria necessário definir atitudes tomando com mais vigor a propaganda das "Idéias" anarquistas.[302]

Bittencourt não levantava a hipótese de que as pessoas que passaram para o "campo" dos "autoritários" buscavam outras estratégias não encontradas entre os anarquistas e que o problema não estava em redobrar o esforço na militância mas, talvez, em pensar novas alternativas no momento de refluxo do movimento operário e da luta revolucionária. Assim como vários outros anarquistas afirmavam, os princípios estavam certos, o que faltava era o comprometimento e a clareza dos ideais. Martins Garcia era da mesma opinião que Bittencourt, não era necessário pensar novas alternativas, mas sim reafirmar princípios.

> "Acaso o moderno proletariado precisa de novas orientações, de novos métodos de luta, que venham suplantar os métodos empregados até agora, considerados insuficientes para encaminhar a contenda social pelo verdadeiro caminho? Achamos que não. Atualmente o mais necessário é afirmar e solidificar cada vez mais a orientação predisposta por aquelas teorias que preenchem de cheio as tendências da humanidade toda. Qual é essa doutrina que melhor satisfaça as necessidades do proletariado e da humanidade em geral, que saiba de uma maneira científica e filosófica sintetizar as tendências predominantes do homem, que não saia ao campo da luta social a por de relevo o estado caótico e mísero da sociedade presente? Qual é o sistema social e político que não titubeou em desmantelar a todas as misérias filosóficas do século passado e parte do presente para afirmar um princípio

[301] apud. BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pp. 416 e 417
[302] BITTENCOURT, Carlos. "Definindo Atitudes" in *A Voz da União* . São Paulo, 01 de julho de 1922.

> solidário Universal, que destituído de propriedades fictícias a essa escola metafísica de Engels, Marx e Jaurés, e ao mesmo tempo proclamou a Revolução Social libertária para a solução do complexo problema social senão as teorias anarquistas comunistas?"[303]

Outro ponto que separava parte dos anarquistas dos bolcheviques era a defesa da noção de Revolução enquanto processo natural, tanto para o mundo físico quanto para o social, contra a artificial noção de ditadura do proletariado, segundo a concepção dos anarquistas, e foi feita em 1922 no jornal *A Voz da União.*

> "imaginamos um membro especial do Partido Comunista do Brasil, faz uma série de considerações tão 'burras, burras como uma cocheira de burras' que o coitado confunde *ditadura de classe* com REVOLUÇÃO. Já se viu outra igual ?!
> O Sr. Pinto 'molhado', 'rabanete' por excelência, não sabe a diferença que há entre ditadura e revolução? Não sabe que estes dois acontecimentos são, um artificial e criado, e o outro, natural? Desconhece que a revolução seja própria da vida e inerente as grandes transformações cósmicas e sociais?"[304]

Uma série de artigos publicados em *A Plebe*, cujo título era "Resposta Necessária" levantava muitos argumentos justificando a posição revolucionária dos anarquistas, questionando o regime que estabelecido na Rússia, as estratégias bolcheviques, etc. Em um destes, de fevereiro de 1924, Oiticica questionava a insistência dos comunistas para que os anarquistas entrassem no Partido Comunista (isto como campanha internacional de um grupo de anarquistas que aderiu ao bolchevismo na Rússia). Dizia que pelos argumentos levantados os anarquistas não poderiam fazer isso e perguntava se os bolcheviques não podiam fazer o que achavam melhor e deixar os anarquistas em paz.

Afirmava que as fórmulas dos bolcheviques eram dogmáticas e velhas e quando entram na luta não fazem absolutamente nada de diferente do que os próprios anarquistas sempre fizeram.

---

[303] GARCIA, Martins. "A Marcha para o futuro" in *A Voz da União* . São Paulo, 01 de agosto de 1922.
[304] TRISTEZA, C. "LOUCURA OU MALVADEZ?" in *A Voz da União*. São Paulo, 01 de outubro de 1922.

Retomava o dia em que ele entrou numa reunião onde estavam Astrojildo Pereira e José Elias, quando ele percebeu a ação dissolvente, segundo ele, que Astrojildo fazia nos meios anarquistas, e teve a sua impressão confirmada quando José Elias afirmou que para eles agora era "na exata", ou seja, agora para eles só com disciplina.

Disse então que esperava que a ação de Elias, graças a disciplina, se multiplicasse por dez, mas o que observou é que Elias ficou paralisado, toda a ação comunista limitou-se a fundar alguns centros estaduais, uma revista e a combater os anarquistas[305]

O PCB durante todo o período por nós pesquisado tem uma fraca penetração em São Paulo, justamente a cidade com maior desenvolvimento e concentração industrial do país, sendo que durante este período sua relação com os trabalhadores, nos lugares onde tinham maior penetração do que São Paulo, se deu principalmente em relação aos estratos qualificados dos trabalhadores fabris e entre os trabalhadores no setor de serviços. O que pode ser um elemento que questiona a tese daqueles que afirmam ser o anarquismo próprio da infância do desenvolvimento industrial e o comunismo próprio de fases superiores. Até 1932-1933 o anarquismo tinha maior atuação nos sindicatos de São Paulo.

Em 1923 o PCB faz um acordo com a Confederação Cooperativa Sindical Brasileira, que contava com a tolerância de Artur Bernardes para a consecução dos objetivos do partido no movimento operário, sendo que por causa deste acordo teve acesso as colunas do jornal *O Paiz* sob a responsabilidade da Confederação.[306]

O PCB nos primeiros anos não passou de um restrito grupo de propaganda. O II Congresso do partido ocorreu em maio de 1925 no Rio de Janeiro. As teses do congresso baseavam-se da noção dualista de agrarismo/industrialismo presente no Brasil, sendo que o imperialismo inglês apoiaria o agrarismo e o americano o industrialismo. [307]

---

[305] OITICICA, José. "Resposta Necessária" in *A Plebe* . São Paulo, 02 de fevereiro de 1924.
[306] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 124
[307] PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 92

Durante o período repressivo de Artur Bernardes o partido ainda não tem uma consolidação no cenário político brasileiro, sofrendo menos com as perseguições bernardescas.

Em 1927 o Partido começa a ter o controle do vespertino *A Nação*, que foi publicado de janeiro a agosto. Neste jornal publica uma carta dirigida a várias organizações políticas e certas personalidades propondo a formação de um Bloco Operário, para o lançamento de candidatos comuns para as eleições para o Congresso Nacional que se dariam em fevereiro de 1927. Era o começo do Bloco Operário, que mais tarde assumiu o nome Bloco Operário e Camponês, mas que nunca conseguiu realizar um trabalho sério com as massas camponesas, sendo este muito mais um elemento de intenção do que uma realidade. [308]

Paulo Sérgio Pinheiro, nos diz que é através do BOC que se coloca pela primeira vez a questão da aliança entre os operários e camponeses no país.[309] Para nós, de acordo com os documentos dos Congressos Operários das duas primeiras décadas do século XX, a questão já estava colocada, a sua realização é que não foi efetivada assim como ocorreu com o próprio BOC na prática. Aliás, a aliança que se estabeleceu com o BOC foi com os assalariados do comércio e com a pequena burguesia. [310]

No mesmo ano, durante o comício de primeiro de maio, um dirigente comunista falou pela primeira vez em praça pública em nome do PCB.[311] Segundo Astrojildo Pereira a massa ainda neste ano não manifestava simpatias pela tática parlamentar estando, para ele, ainda influenciadas pelas velhas tradições anarquistas.

A "lei celerada" de 1927 fez o Partido viver na semi-legalidade e utilizar o BOC enquanto instrumento de atuação pública. A presidência do BOC é de Azevedo Lima, deputado pelo Distrito Federal, eleito nas eleições de 1927 e que mais tarde deixará o BOC passando a apoiar o governo federal.[312]

---

[308] Ibid., p. 102
[309] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 132
[310] DE DECCA, Edgar. 1930 O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 203
[311] PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 104
[312] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 130 e 131

A participação eleitoral dos comunistas também foi alvo de críticas por parte dos anarquistas, em uma delas José Oiticica noticiou no jornal *Acção Direta* a saída do deputado Azevedo Lima do Bloco Operário e Camponês. Azevedo, segundo Oiticica, era burguês da gema, familiar de ministros poderosos, que se resolveu fazer de bolchevista, defendendo a Rússia e fazendo profissão de fé marxista.

O deputado vendo as coisas se complicarem saiu do BOC, "mandou as favas o Bloco Operário e seus mandões". O BOC exigiu do deputado que largasse o cargo ocupado em seu nome e fez intensa campanha contra Azevedo, justamente as mesmas pessoas que pediam votos para ele passaram a o acusar de sem vergonha, de não ter princípios, etc. segundo Oiticica.[313]

O PCB, em 1927, observando seus limites como elemento transformador da realidade brasileira, busca, de acordo com a análise de que ocorreriam grandes transformações no Brasil, a aliança com setores da "pequena burguesia". Assim, decidem enviar Astrojildo Pereira para contatar Luis Carlos Prestes na Bolívia e tentar aglutinar forças com os elementos que participaram dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A intenção era coordenar as forças do proletariado revolucionário conduzidos pelo Partido e as massas camponesas lideradas por Prestes, tanto em um caso quanto no outro duas asserções irrealistas.[314]

As expulsões do PCB já haviam ocorrido desde os seus primórdios, vide caso Canellas, mas a primeira dissidência se dá em 1927 quando Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, dois líderes sindicais fundadores do Partido, divergiram da orientação da direção do PCB em relação a atuação nos sindicatos.

Joaquim Barbosa era secretário da Federação Sindical Regional do Rio, fundada em 1927, discordava da orientação do PCB de utilizar os sindicatos em benefício da política do partido e também não concordava com a orientação de se procurar Prestes para realizar alianças. Barbosa mandou uma carta aberta ao partido com apoio de Pimenta e saiu do mesmo levando cerca de 40

[313] OITICICA, José. "Caiu Fora" in *Acção Direta*- RJ 01/05/1929
[314] PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e Políticos.* São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 129

militantes. Junto com Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Aristedes Lobo, viraram posteriormente trotskistas.[315]

O III Congresso do PCB, realizou-se em 1929. Neste Congresso há a crítica ao desvio oportunista do BOC e a orientação de que suas atividades não deveriam se limitar ao âmbito eleitoral.

Na conjuntura anterior a "revolução" de 1930, Leôncio Basbaum procura Prestes e os principais líderes da Coluna Prestes na Argentina, onde este estava, para avançar na aliança com a pequena burguesia de acordo com a orientação do Partido. Basbaum vai encontrar Prestes com uma carta de recomendação de Maurício de Lacerda, irmão de Fernando de Lacerda, que se tornou um dos principais dirigentes comunistas. São realizadas três reuniões com Prestes, Siqueira Campos e Juarez Távora. Não há acordo entre eles em relação aos programas propostos e Basbaum propõe ao Partido a suspensão das conversas com Prestes,[316] realizadas pelo PCB e o seu acompanhamento através do Secretariado Latino-Americano da Internacional Comunista em Buenos Aires.

Em 1930, um Pleno Ampliado do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC) através de uma avaliação que identificava o aliado mais próximo como o pior inimigo, conhecida como "social-fascismo", orientou no PCB uma linha de combate ferrenho ao prestismo.[317] Assim , começou as expulsões de todos os elementos considerados "prestistas" ou "aliancistas" (Aliança Liberal).

Prestes lança em maio de 1930 manifesto dirigido ao proletariado urbano, as massas camponesas e aos revolucionários sinceros, estes que poderiam ser encontrados até mesmo na Aliança Liberal, no qual procura colocar sua opinião sobre o momento conjuntural do país, num ambiente "revolucionário", e propor a orientação que as forças de oposição deveriam seguir. Buscando aproximar algumas das suas propostas com as da IC.

---

[315] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 367 e 368

[316] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 140 e 141

As críticas do Partido em relação ao manifesto de Prestes se dão principalmente em relação aos sujeitos da revolução agrária e anti-imperialista, que para o PCB só poderia ser conduzida pelo Partido e não por uma ampla gama de revolucionários.

Em outro manifesto publicado em agosto de 1930, Prestes propõe a formação da Liga de Ação Revolucionária, que buscaria reunir os sujeitos da revolução em um bloco que orientasse tecnicamente a revolução. Também reduz o PCB a simples participante do bloco que propõe, sofrendo, devido a isso, sérias críticas do PCB.[318]

Em 12 de março de 1931 em uma carta aberta Prestes se assumia definitivamente comunista, posição amadurecida com os contatos realizados com os comunistas argentinos e uruguaios, se submetendo a linha política do PCB, realizando uma auto-crítica sobre a LAR, criticando os aliancistas e membros do governo provisório e declarando o papel proeminente do PCB na revolução brasileira como partido dirigente da revolução.[319] Desta forma Prestes entrou no Partido e se "isolou" das massas populares, mesmo considerando o prestígio que tinha adquirido.

Com esta auto-crítica e com o PCB ainda tendo como orientação a política obrerista de valorização dos operários e anti-intelectualismo, Prestes é convidado pelos soviéticos para uma visita a URSS, onde ficará até 1934.[320]

Em fins de 1930 a maioria dos trotskistas agrupados no Grupo Comunista Lênin deslocou-se para São Paulo, que em janeiro de 1931 mudou a denominação para Liga Comunista, que se considerava uma fração de esquerda do PCB, buscando restabelecer a liberdade de discussão no partido que havia sido sufocada pela "burocracia". Recusavam o epíteto de trotskista.[321]

---

[317] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 144
[318] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 154
[319] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 166
[320] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 370
[321] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 170

Em 1931, em reunião da FOSP Alam da Almeida da CGT chama a FOSP a aderir a este organismo, dizendo que eles participariam da conferência estadual promovida pela FOSP, em 13, 14 e 15 de Março de 1931. Idéia prontamente rejeitada pelos líderes da FOSP.

Aristides Lobo, da Liga Comunista, distribui panfleto a favor da Assembléia Constituinte nesta reunião, sendo acusado de portar, junto com Plínio Mello, também da LC, idéias políticas no seio da federação, sendo desautorizado pelo plenário.[322]

A UTG acabou rachando com a FOSP devido ao fato de que a FOSP não defendeu um comunista preso, Florencio Tejeda, contrário a FOSP, e que a Liga Comunista utilizava-se da UTG para implementar os "planos de Moscou" na FOSP segundo Arselino Palácios.

Em 20 de maio de 1931 numa reunião da FOSP há um relato policial sobre a cisão entre a UTG e a FOSP, motivada pelos fatos acontecidos em abril quando a FOSP não defendeu Florencio Tejeda, sendo que esta deliberou esperar a assembléia dos gráficos que aconteceria naquele dia e impor uma condição caso os gráficos quisessem voltar a FOSP: os elementos comunistas não poderiam ser os delegados.[323]

Ainda sobre o caso Antonio Ghioffi, policial infiltrado, nos relata que dirigentes da FOSP dando prosseguimento ao deliberado em reunião anterior, não aceitaram a delegação da Liga Comunista o que suscita discussão no plenário e uma acusação por parte da UTG contra Hermínio Marcos de que este teria relações de cordialidade com Ignacio da Costa Ferreira, delegado do DOPS, acusação desmentida com apoio unânime por parte do plenário.[324]

Relata ainda que os anarquistas ao rechaçarem a "Frente Única" fizeram indiretamente o trabalho do governo. A rixa culminou no Congresso Operário Estadual de 13, 14 e 15 de Março. Este congresso não aprovou moções propostas pela Liga Comunista a favor de: a) constituinte, b) reconhecimento oficial do Partido Comunista, como partido da classe operária, c) filiação a CGT.

---

[322] *Prontuário 716- FOSP*, Volume II, folhas 15 e 14, 06 de março de 1931. DEOSP/SP, DAESP.
[323] *Prontuário 716- FOSP*, Volume II, folhas 29-26, 06 de março de 1931. DEOSP/SP, DAESP.
[324] Ibid., , folha 31 e 30 04 de junho de 1931.

Por outro lado, foi aprovada uma moção de apoio a favor dos trabalhadores anti-bolchevistas perseguidos na Rússia , contra as perseguições . Com isso os trotskistas adotaram a tática de desmoralizar os líderes operários anarquistas.[325]

Há ainda um relato sobre a escolha da nova comissão executiva da FOSP, quando empataram Hermínio Marcos e Manoel Medeiros indicado por Plinio Mello. Como não se chegou a um terceiro nome a decisão ficou postergada. Antonio Ghioffi concluiu com uma informação da possível aliança entre os trotskistas e o PCB o que, segundo ele, fatalmente derrotaria a corrente anarquista e sindicalista.[326]

Na ata do plenário da FOSP de 04 de agosto de 1931 ainda se discute a questão da cisão entre UTG e FOSP. Arselino Palácios argumenta que a UTG fere as bases federativas da FOSP quando defende a participação dos trabalhadores no Partido Comunista, ou então o reconhecimento da URSS pelo governo brasileiro com a manutenção de relações comerciais e diplomáticas. Diz que os delegados da UTG só não foram expulsos da FOSP para que a mesma não fosse acusada de divisionista, tarefa feita pelo Partido Comunista e pela CGT no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul...

Procede-se então as votações relativas a expulsão da delegação da UTG, o que é feito, e a eleição dos novos membros da executiva, anarquistas, eleitos todos unanimemente.[327]

No Boletim da Federação Operária de São Paulo de 01 de agosto de 1931 no texto "Aclaração necessária" tem-se a acusação contra alguns elementos de serem expulsos do Partido Comunista e querer reingressar, utilizando-se da UTG, onde fazem seu quartel general, para controlar a FOSP e conseguir suas ambições.

Trotskistas perderam a votação para compor a secretaria da FOSP, e desejavam romper com a tradição apolítica da mesma, algo que não conseguiram [328]

[325] Ibid., folhas 37-32, 10 de junho de 1931.
[326] Ibid., folha 54-51 15 de julho de 1931.
[327] *Prontuário 716- FOSP*, Volume II. folhas 47-44 04 de agosto de 1931. DEOSP/SP, DAESP.

As disputas entre os anarquistas e os comunistas não se restringiram a FOSP. Um panfleto dos comunistas da Light, que consta no prontuário do DOPS desta entidade, dizia que a direção ligada a FOSP era composta por elementos vendidos a polícia, continuava dizendo que eles queriam fazer uma greve que traria tristes conseqüências a categoria.

Acusa os diretores de sumir com o dinheiro do sindicato em "pagodeiras"

Para mudar o sindicato havia a defesa de que todos entrassem no sindicato a fim de expulsar os dirigentes ligados a FOSP, diz: “Precisamos que quem nos oriente sejam homens de caráter, dignos e de nossa confiança, porque somente o caráter é barreira intransponível a todas as dissoluções, porque um homem sem caráter é mais desprezível que um réptil!"

Uma das frases finais do manifesto é "chega de infâmias e sermões jesuítas"[329]

Para responder as acusações a União dos Trabalhadores da Light distribui o panfleto “Aos trabalhadores da Light e ao Proletariado em Geral”.

Respondendo o panfleto do grupo comunista diz que se os comunistas estão insatisfeitos que entrem no sindicato e tentem mudar a sua orientação, que foi decidida pelos próprios trabalhadores. Afirmava ainda que em São Paulo não se planejava nenhum movimento grevista e se este ocorresse seria uma resposta aos desmandos patronais.

> "Nós sabemos perfeitamente que a fome é negra, porém sabemos também que é rósea para os que não tendo pão tem dinheiro para se embriagarem constantemente desvirtuando o trabalho revolucionário dos verdadeiros idealistas. Bêbados não sabem o que fazem.
> COMPANHEIROS! Não nos admira que um grupo de elementos desviados da linha revolucionária, confusionistas, agitadores de má orientação, a serviço dos lacaios políticos, nos venha acusar, querendo traçar-nos conduta com o fito de levar os trabalhadores, para o caminho tortuoso do falso idealismo (...)

---

[328] Federação Operária de São Paulo"Aclaração necessária" in *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. São Paulo, 01 de agosto de 1931.
[329] Um grupo de Trabalhadores da Light irmãos dos que sofrem e amantes da verdade. “Manifesto aos Trabalhadores da Light” *Prontuário 710 União dos Trabalhadores da Light* - vol-I folha 33 DEOPS/SP, DAESP.

> A Comissão Executiva da União dos Trabalhadores da Light é toda constituída de trabalhadores que neste momento estão empregados vivendo do que ganham, com seu suor, para o seu sustento e de sua família não lhes sobrando um nickel para a pinga de que tanto uso faz um nosso detrator. Temos a consciência perfeita e não deformada pelo álcool."[330]

É interessante notar o tom moralista das críticas estabelecidas dos dois lados. Uns acusavam os anarquistas de gastarem o dinheiro da entidade em pagodeiras, os anarquistas acusavam os comunistas de ser bêbados. Este aspecto moralista dos anarquistas nós desenvolveremos em outro ponto.

Outra espécie de crítica foi feita contra os comunistas. No início de 1932 os anarquistas se posicionavam contra a reação representada pela ação do "governo revolucionário". Os anarquistas do Grupo de Ação Libertária, propunham uma ação popular enérgica as margens dos partidos políticos.

Relatavam que em muitos países do mundo existe entre o proletariado a mistificação e a mentira política e doutrinária dos partidos "esquerdistas"

Para o Partido Comunista no Brasil seria o maior inimigo dos trabalhadores, de todos os partidos, porque aparentemente está posicionado ao lado dos trabalhadores, mas fere pelas costas o proletariado militante, portanto, este era o principal partido a ser combatido.[331]

Nos anos 1930 a polêmica entre comunistas e anarquistas continuou acirrada, os anarquistas criticavam constantemente os comunistas em seus periódicos, dando a impressão que estavam mais preocupados com este embate do que com a própria luta por eles desenvolvida, ou melhor, o centro da luta parece ter se deslocado muitas vezes da luta contra a burguesia para a luta contra os comunistas. Em um só número de *O Grito Operário* de 1933 encontramos várias críticas aos comunistas em diferentes artigos. Um deles criticava a tríade Capital-Clero-Igreja, afirmando que estes três elementos se apoiavam reciprocamente e que nenhum tinha mais importância que o outro, mas havia um aspecto a ser ressaltado pelo texto

[330] União dos Trabalhadores da Light. "Aos trabalhadores da Light e ao Proletariado em Geral". *Prontuário 710 União dos Trabalhadores da Light* - vol-I - folha 39 DEOPS/SP, DAESP.

> "não consideramos clero apenas os servidores de uma determinada religião, em esta palavra incluímos todos os que servem as diversas seitas, sem fazer omissão as de novo cunho que tem como patronos São Marx e São Lênin."[332]

Em relação a formação de frentes para a atuação, a posição anarquista foi a de se manter alheia tanto as frentes propostas pelos trotskistas quanto as propostas pelos comunistas.

No segundo semestre de 1933 foi criado um Comitê de Luta Contra a Reação, o Fascismo e a Guerra Imperialista. A Liga Comunista, que nesta época devido ao surgimento da IV Internacional, já era Internacionalista (LCI), propõe a Frente Única contra os integralistas, os fascistas brasileiros, uma vez que a economia capitalista tinha um caráter mundial, podendo fazer triunfar o fascismo no Brasil, não havendo acordo. Em

> "10 de junho(...) numa manifestação pública realizada na sede da UTG-SP, foi oficialmente proposta a formação da Frente Única Antifascista (FUA), na presença de trotskistas, socialistas, anarco-sindicalistas e imigrantes italianos antifascistas. A FUA foi oficialmente constituída alguns dias depois, em 25 de junho, em nova reunião efetivada na sede da União Cívica 5 de Julho e foi subscrita por organizações que podem ser divididas em cinco grupos: 1) o PSB, o Grupo Universitário Socialista e a revista O *Socialista,* pela tendência socialista; 2) a União Cívica 5 de Julho, Bandeira dos 18 e o jornal *A Rua,* como herdeiros da esquerda aliancista; 3) o PSI, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Itália Libera, pelos imigrantes italianos antifascistas; 4) a LCI, a UTG e o jornal *O Homem Livre,* pela tendência trotskista, e 5) a Fosp e os jornais *A Plebe* e *Lanterna* pelos anarco-sindicalistas. Estes últimos foram contrários à formação da FUA por se tratar de organização de caráter 'político'. O PCB, convidado, não compareceu."[333]

---

[331] Grupo de Ação Libertária. "Apelo aos Anarquistas" in *O Trabalhador* . São Paulo, março/abril de 1932

[332] MARTINEZ, Pedro. "O Trio Sinistro" in *O Grito Operário* . São Paulo, 22 de abril de 1933.

[333] ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 238

A Frente Única apregoada pelos comunistas era defendida enquanto princípio e criticada enquanto realização prática que beneficiaria uma corrente política pelos anarquistas de São Paulo.

Argumentavam que se os comunistas queriam a Frente Única eles também, pois sabiam a força da união dos operários e que as divisões os enfraqueciam, mas que esta frente única não poderia ser realizada com o intuito de fazer subir ao poder novos ditadores como na Rússia.[334]

Por outro lado, a posição do PCB de realizar uma frente contra as guerras imperialistas foi combatida com a argumentação de que todas as guerras eram imperialistas. A guerra não se realizaria com luvas de pelica , com carinhos ou delicadezas, fazia-se com tiros de canhão, gazes asfixiantes, etc., de acordo com os anarquistas.

Na verdade o que os comunistas desejariam, segundo os anarquistas, com esta história de guerra imperialista era preservar a Rússia.

"A título de protestar contra a 'guerra imperialista' embaçam as pessoas de boa fé e atrelam-nas ao carro do bolchevismo."[335]

Neste sentido, Pedro Catalo diz que o Partido Comunista chamou a FOSP para participar do comitê anti-guerreiro visando deixá-la em uma situação difícil ante os trabalhadores, pois o que os comunistas queriam na verdade era formar um comitê que tivesse como um dos escopos defender o Estado Soviético.[336]

Em 03 de novembro de 1933 Edgard participou de uma reunião promovida pelo Centro Estudantil Anti- Guerreiro de São Paulo organismo dirigido pela Juventude Comunista, a reunião tinha finalidade anti-fascista e anti guerreira. Falaram Noé Gertel, chefe da Juventude Comunista, Oreste Ristori, comunista, Aristedes Lobo, Trotskista. Os stalinistas e trotskistas começaram a brigar entre si e Edgard Leuenroth foi obrigado a intervir para pacificar os ânimos impedindo maiores confusões entre ambos os lados[337]

---

[334] DOMENE, Aurélio. “Aos pregadores da Frente Única” in *O Grito Operário* . São Paulo, 22 de abril de 1933.
[335] “Guerra a Guerra” in *A Plebe* . São Paulo, 11 de fevereiro de 1933.
[336] CATALO, Pedro. “Sobre o comitê anti-guerreiro” in *A Plebe* . São Paulo, 16 de dezembro de 1933.
[337] *Prontuário 122- Edgard Leuenroth* vol I folha 30, DEOPS/SP, DAESP.

Também em relação a questão da legislação trabalhista houve divergência entre os anarquistas e as correntes comunistas. A obrigatoriedade do reconhecimento oficial dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho para o gozo das férias gerou a crítica dos anarquistas em relação aos "políticos" trotskistas.

A FOSP havia chamado uma reunião para tratar do assunto da Lei de Férias, nesta reunião os trotskistas afirmaram que a União dos Trabalhadores Gráficos aceitariam a sindicalização oficial para não perderem o controle das massas. Os anarquistas afirmavam que esta atitude dos trotskistas demonstrava que eles não tinham escrúpulos em submeter a categoria dos gráficos ao controle oficial.

A atuação dos trotskistas, segundo os anarquistas, estava reduzida a um mero corporativismo classista sem ideal.

> "Depois de haverem criado o departamento de esportes, afirmam os anarquistas, danças, futebol, etc., já chegaram ao ponto de andar a UTG um organismo revolucionário dos trabalhadores, agitando sua bandeira no delírio, no deboche, na loucura dos cordões carnavalescos, pois até isso já tivemos o desgosto e a repugnância de ver nas ruas da cidade".[338]

De concessão em concessão a organização dos bolchevistas ia se acabando , segundo os anarquistas, pois os políticos bolchevistas-trotskistas não desejavam formar um sindicato de trabalhadores conscientes e altivos, onde seus elementos não fossem "base", mas pessoas capazes de tomar a suas próprias decisões.

Isso demonstrava o interesse dos trotskistas de submeter as suas "bases" aos interesses partidários na visão dos anarquistas.[339]

Em *A Plebe* de maio de 1934 foi relatado a existência de duas manifestações em relação ao 1º de maio. Uma da FOSP, congraçando os trabalhadores que seguiam a orientação daquela entidade e que culminou na prisão de muitos trabalhadores que não seguiam a determinações de silenciar nesta data imposta pelas autoridades.

---

[338] "Recuos e 'táticas' do bolchevismo" in *A Plebe.* São Paulo, 03 de março de 1934.
[339] "Recuos e 'táticas' do bolchevismo" in *A Plebe.* São Paulo, 03 de março de 1934.

Outro foi realizado por vermelhos e brancos no Palácio das Indústrias, onde estiveram deputados classistas, chefes de sindicatos ministeriais, e bolchevistas de todas as tendências, que não puderam cantar a Internacional pois seria um escândalo para os burgueses presentes. Lembremos que nesta época os comunistas já haviam optado por disputar os sindicatos oficiais.

Além destas diferenças entre as duas "tendências" no movimento operário de São Paulo, o relato destacava outra:

> "Para terminar, registramos o seguinte fenômeno que caracteriza as duas correntes:
> A maioria dos assistentes que estiveram no comício da Federação, ao terminar o comício, dirigiram-se para 'além-porteiras'; os que estiveram no Palácio das Industrias, (...) exceção feita de alguns operários, subiram a ladeira para a parte alta da cidade, talvez em direção as imediações da Avenida..."[340]

As polêmicas com os comunistas continuaram durante o ano de 1935 e aprofundou-se na discussão sobre a sindicalização obrigatória. Para os anarquistas os comunistas (trotskistas) propunham frentes únicas a cada 24 horas com todas as forças, para depois a chamá-las de traidoras, vendidas, policiais, etc., referindo-se aqui a lideranças trotskista dos trabalhadores gráficos.

Um exemplo disso seria a relação com o Ministério do Trabalho, quando combatiam a ação deletéria deste ministério e passaram a requerer a sindicalização oficial.[341]

A "vanguarda revolucionária" comunista, composta por bancários, contadores, comerciários, estudantes cujos pais são figuras apagadas na política, seriam, segundo os anarquistas, os primeiros a revoltarem -se contra intentos de se instalar a igualdade social e acabar com o mandonismo político[342] caso isso viesse a acontecer.

Em relação a composição social da militância comunista em geral e especificamente do PCB, pelo menos da sua direção, eram principalmente jovens intelectualizados “de família tradicional decadente dos Estados pobres”,

---

[340] in *A Plebe*. São Paulo, 12 de maio de 1934.
[341] “ ‘Beócios ou mal intencionados?’” in *A Plebe*. São Paulo, 05 de janeiro de 1935.
[342] “Sua Excia. O embaixador...” in *A Plebe* . São Paulo, 02 de março de 1935.

ao contrário dos anarquistas que tinham a maior parte de sua militância nos trabalhadores manuais e operariado.

Depois da entrada de Prestes no PCB e a entrada de militares e jovens militares na liderança do partido, diminuiu ainda mais o número de operários nos principais postos de liderança. Com a ANL o PCB estendeu sua influência as camadas intermediárias da sociedade, inclusive entre algumas lideranças culturais de prestígio. Assim, o PCB acabou transformando-se em mais popular e menos operário, fazendo com que os problemas da nação predominassem sobre o da classe.

A maior parte dos trabalhadores manuais que se destacou no Partido, principalmente na década de 1920, vinham do anarquismo, mas, mesmo assim, a direção do Partido acabava se concentrando nas mãos dos intelectuais. [343]

Além disso, os militares que acabaram aderindo ao PCB não eram soldados ,portanto, mais próximos, teoricamente, do proletariado, mas membros da baixa oficialidade.

> "Tenentes e capitães vinham de um meio social notavelmente semelhante ao dos jovens civis, isto é, dos ramos empobrecidos das antigas famílias que conservavam, apesar disso, alguma influência política e muitas vinculações com os círculos dominantes. Entre os oficiais, além do próprio Prestes, caberia assinalar: Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, os irmãos Silo e Ivo Soares Furtado de Meireles, Moésias Rolim, Roberto Alberto Bomilcar Besouchet, Trifino Correia, Henrique Oest, Carlos da Costa Leite, Ivan Ribeiro, Antônio Carlos Bento Tourinho, Apolônio de Carvalho, Dinarco Reis, Sócrates Gonçalves da Silva, Álvaro de Souza, Lamartine Correia de Oliveira, Francisco Antônio Leivas Otero, etc. As informações disponíveis indicam que muitos militares vinham de famílias ainda mais empobrecidas do que a dos 'intelectuais', a ponto de não haver, em alguns casos, nem mesmo recursos para financiar a obtenção de um diploma universitário para uma carreira civil considerada digna (engenharia, medicina e advocacia, basicamente). Este fato, e às vezes a tradição militar da família, colocava o Exército (ao lado da Igreja) como uma das poucas vias para a manutenção de *status e* influência

[343] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 385-390

> em regiões carentes de alternativas mais promissoras no comércio ou na indústria"[344]

Desta forma, em um contexto em que a concentração industrial começava a se concretizar no Brasil, que era um país que tinha ainda a maior parte de sua economia e população ligada a atividades agrárias, conseguir extrapolar os limites de classe do proletariado industrial e urbano, traçando uma prática política policlassista que conseguisse abarcar temas "nacionais", e, de certa forma, reeditar práticas políticas não especificamente comunistas, mas mais aproximadas das sedições militares da oposição anti-oligárquica, foi um dos fatores fundamentais para que o PCB deixasse de ser um pequeno partido com ações limitadas ao âmbito sindical e se estabelecesse como um partido que pudesse influenciar os rumos da política nacional, mesmo que de forma limitada. Algo que os anarquistas não conseguiram pois nunca extrapolaram os limites da ação sindical com alguma efetividade política, mesmo sabendo que tentaram através das atividades extra-sindicais, como palestras, propaganda, etc., mas não através de ações políticas mais efetivas. Quando tiveram oportunidade sempre se abstiveram de as utilizar para preservar a pureza do ideal.

[344] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização" FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 393

Capítulo III
Correntes Anarquistas

3.1- Existem as Correntes Anarquistas?

As concepções anarquistas em suas distintas correntes foram alvo de apreciação de muitos autores, historiadores, sociólogos, anarquistas, entre outros. As diferenciações entre as correntes anarquistas são estabelecidas de acordo com diferentes critérios pelos autores. Outros entendem que não existem correntes anarquistas, mas apenas princípios norteadores que são comuns a diferentes práticas anarquistas que, na prática, refletem um mesmo fundo.

Max Nettlau, por exemplo, descreve várias correntes anarquistas em seu livro *La anarquía a través de los tiempos*. Para este autor a autoridade em suas diferentes formas, seja através do costume, lei , tradição, arbitrariedade, tem postos suas garras em muitas inter-relações humanas desde que o animal homem se "humanizou". A marcha para o progresso é a luta para a libertação destas cadeias e obstáculos autoritários. Luta esta que acontece através dos tempos, ou melhor, das idades pelas quais a humanidade passa.[345]No fundo, para o autor, tudo o que não é *arquia* acaba sendo *anarquia*.

Desta forma pode-se encontrar o pensamento libertário em toda a história. O teríamos na antiguidade entre os pré-socráticos, nas seitas cristãs heréticas, em pensadores como Etienne de la Boetie, William Godwin (para muitos o pai do anarquismo), até chegarmos nos movimentos dos trabalhadores do século XIX e autores como Bakunin, Kropotkin, ou mesmo nos individualistas americanos como Benjamin R. Tucker.

Irving Louis Horowitz não chega tão longe, mas classifica como anarquistas um Saint-Simon, um Diderot, etc. Para este autor seriam oito as correntes anarquistas. A primeira seria o que o autor denomina anarquismo utilitário, uma expressão dos ricos em favor da sociedade "sub-privilegiada", pois os pobres não teriam condições ainda de defenderem seus interesses. Nesta categoria estaria Saint-Simon cujo anarquismo era uma espécie de alívio da culpa e não uma expressão racional.

O declínio deste anarquismo teria sido causado pela tomada de consciência por parte dos deserdados e o aumento do compromisso da aristocracia em sua relação com o capital, substituindo a crítica feita anteriormente.

A segunda corrente seria o anarquismo camponês que ao contrário dos anarquistas utilitários teriam pouca fé nas reformas feitas de cima. Em vez disto propugnariam a eliminação do Estado e o estabelecimento de comunidades informais.

---

[345] NETTLAU, Max. *La anarquía a través de los tiempos*. Cuarta edición cibernética, enero del 2003 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 16/05/2006.

A terceira forma era o anarco-sindicalismo, cujo representante era Fernand Pelloutier, que preconizava a luta de classes com a ação direta realizada para a eliminação do Estado. Nesta corrente o sujeito principal da revolução era o proletariado e não o camponês como acontecia com o anarquismo camponês. Segundo o autor,

> "Con el colapso del anarcosindicalismo, el anarquismo como ideología de clase fue sustituido progresivamente por el anarquismo como redención personal y moral. El anarquismo pasó a convertirse en una forma de conducta, más que en un instrumento de la política de clase."[346]

Anarquista coletivista seria a quarta corrente do anarquismo. Apoiou-se no conteúdo humanista do socialismo e defendia a criação de associações voluntárias realizadas graças a abolição do poder do Estado. O anarquismo coletivista apareceria como a luta do humano contra o inumano, abandonando-se a teoria da luta de classes. Neste sentido, para Horowitz, o anarquismo coletivista seria o meio termo entre a consciência de classe dos pioneiros do movimento social e a consciência humanista do século XX. Nesta categoria estariam os autores clássicos do anarquismo como Bakunin, Kropotkin, o considerado anarquista Proudhon, etc. Em Bakunin haveria uma oscilação entre a aceitação da teoria de classes e uma tendência de tornar o anarquismo universal, incluindo todos.

A quinta corrente seria o anarquismo conspiratório que teria como premissa que o Estado se mantinha graças a força, ao terror imposto as massas. Por isso, o anarquismo conspiratório tentou enfrentar o Estado no mesmo campo. A força do Estado opunha-se a violência anarquista.

Estes anarquistas seja na Europa, seja na América, foram cassados como criminosos e punidos com o poder vingativo do Estado. O Estado desencadeou uma onda repressiva que afetou todos os anarquistas e até mesmo os socialistas. Além destas medidas repressivas desenvolveu uma legislação reacionária que buscava resolver a luta estabelecida em diferentes frentes não apenas com a pura reação policial. Os principais nomes do anarquismo conspiratório eram Emile Henry, Ravachol, Johan Most, etc.

---

[346] HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977, p.40

A reação contra o anarquismo conspiratório com o seu anti-intelectualismo por um lado e a resposta ao extremo intelectualismo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) teriam, ainda segundo Horowitz, colaborado para a formação da corrente anarco-comunista, cujo principal representante seria Errico Malatesta.

A principal característica desta corrente seria a defesa de que a violência teria que estar relacionada aos fins perseguidos. Além disso, Malatesta teria rechaçado o anti-marxismo de Bakunin e de Kropotkin, defenderia um ativismo condicionado pelo socialismo científico, pelas leis da evolução histórica, muito mais próximas do marxismo do que do bakuninismo, segundo o autor.[347]

A sétima corrente era a anarquista individualista baseada nas idéias de Max Stirner e dos norte-americanos Josih Warrem, Benjamin Tucker, etc. A característica desta corrente era a de considerar o ego como o lugar de tudo o que é humano e o Estado como o lugar de tudo o que é inumano e opressor. Defendiam a propriedade privada como fruto total do trabalho individual, a finalidade da sociedade seria manter a soberania do indivíduo, sem limitações. A sociedade deveria organizar-se através do princípio do mutualismo com as suas associações voluntárias e apenas estas. A tirania da maioria deveria ser combatida, pois nenhuma autoridade poderia exercer-se sem o consentimento do indivíduo.

Por fim teríamos a corrente anarquista pacifista que englobaria figuras como Tolstoi, Ghandi, que se basearia na crítica a violência do Estado e na substituição desta violência por uma nova compreensão da vida, na qual não fosse utilizada a violência por nenhuma parte. A violência colaboraria para a manutenção da sociedade classista e a auto-reprodução da própria violência.[348]

Edgard Carone, por outro lado, nos cita seis correntes anarquistas. A primeira era a individualista, englobando a década de 1840, com uma produção

[347] Por mais que a nossa pretensão neste momento seja a de apenas apresentar as correntes anarquistas segundo a concepção de Horowitz, não podemos deixar de notar que o que Malatesta rechaçava em Bakunin era justamente o seu "marxismo" . Além disso criticava seriamente o cientificismo e a própria inevitabilidade da evolução histórica, que seria condicionada, para ele, muito mais por acordos voluntários do que pela evolução histórica.
[348] HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977, *passim*.

literária restrita e tendo em Max Stirner o seu principal representante. A segunda, a mutualista, com maior acento social em comparação a individualista, tendo em Pierre Joseph Proudhon o principal representante. A terceira a coletivista autoritária, vigente durante a época da primeira internacional, sendo Bakunin a maior expressão desta corrente. Ainda teríamos a corrente comunista libertária, cujo principal expoente era o russo Pitr Kropotkin, mas que se desenvolveu mais fortemente na França e na Itália. Teríamos também a da violência , que se limitaria, segundo Carone, a perpetrar atentados contra autoridades e indivíduos da classe dominante, sendo que em alguns casos estes atentados atingiriam pessoas das classes populares e seu principal representante seria Ravachol. Por fim, se desenvolveria, na França, a partir dos anos de 1890, a corrente anarco-sindicalista, tendo em Pelloutier a principal expressão.[349]

Além das críticas que poderíamos realizar (críticas que desenvolveremos mais adiante) a esta conceituação desenvolvida pelos dois autores, como a definição da corrente coletivista de Bakunin como "coletivista autoritária" feita por Carone, definição esta carente de embasamento na realidade se considerarmos as concepções bakuninianas e não a subversão ideológica realizada por este autor, ou então as definições de Kropotkin e Proudhon como coletivistas, a criação do anarquismo utilitário, entre outros pontos das categorias do sociólogo Horowitz, temos que ressaltar que o anarquismo não é um pensamento e uma prática que pode ser encontrado durante toda a história, como Nettlau e Horowitz buscam encontrar, com suas devidas especificidades.

Neste ponto concordamos com o espanhol Carlos Diaz quando este nos afirma que *"*hay demasiada imprecisión, peligrosa imprecisión, acogiendo bajo las toldas libertarias a *tutti quanti*. Por ese procedimiento, ¿como no hablar del anarco-pitecus?"[350]

Para este autor as definições podem se dar em três grandes campos que estão longe de ser homogêneos. O do anarquismo militante operário, onde

[349] CARONE, Edgard . "Anarquismo e literatura: Jean Grave e *Temps Nouveaux* ." in CARONE, Edgard. *Socialismo e Anarquismo no Início do Século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp 109-111
[350] DIAZ, Carlos. *Las Teorias Anarquistas*. Zero, Madrid, 1977, pp 7 e 8

se encontrariam Proudhon, Malatesta, Bakunin, Kropotkin, etc. O anarquismo universitário militante, ou o neo-anarquismo da década de 1960, desenvolvido principalmente na França e Alemanha. Por fim o anarquismo “dadaísta” e insolidário de um Max Stirner.

Em nosso trabalho optamos por especificar as divergências teóricas e programáticas das diferentes correntes dentro do campo especificado por Diaz como anarquismo militante operário. O fundo comum de priorização da atuação social existente entre as correntes deste campo definido pelo autor não apaga suas diferenças que em alguns casos são profundas. Por outro lado, esta definição mais abrangente ajuda-nos a delimitar uma prática política existente que possuía pelo menos um aspecto distintivo entre os demais campos, ou seja, o de priorizar esta ação social, as vezes não pessoalmente, mas através de seus discípulos, como no caso de Proudhon. Assim, podemos nos ater a um destes grandes campos e analisar o seu desenvolvimento. No nosso caso nos concentraremos no grande campo do anarquismo militante operário, não porque queremos ou o achamos mais interessante, mas apenas porque foi este o anarquismo predominante no Brasil durante boa parte da primeira metade do século XX, sendo que aqui as correntes individualistas representavam uma ínfima minoria dos anarquistas.

Outros autores, como Gallo, trabalham com o anarquismo como um *princípio gerador*, ou seja, “uma atitude básica que pode e deve assumir as mais diversas características particulares de acordo com as condições sociais e históricas às quais é submetido”, desta forma existiria um único Anarquismo que assumiria diferentes formas de acordo com as particularidades do tempo e lugar em que fosse aplicado, interpretando a realidade de acordo com tais particularidades.

Este *princípio gerador* seria formado por seis princípios básicos,três relacionados à teoria e três a prática. Quanto a teoria teríamos a autonomia individual, o indivíduo enquanto célula fundamental de qualquer grupo ou associação não pode ser preterido em nome do coletivo, pois qualquer coletivo só é possível graças aos indivíduos que reúne, sendo resultado dos indivíduos que o compõem. Neste ponto teríamos que ressaltar que a idéia de um

indivíduo isolado da sociedade é impossível, este só existe graças aquela e vice-versa, de acordo com o autor.

O segundo princípio teórico básico do *principio gerador* seria autogestão social, que é contrária a qualquer poder institucionalizado, defensora da democracia participativa na qual todos tenham o poder de decisão, sendo possibilitada pelo mecanismo federalista e pela delegação, alguns utilizando o mandato imperativo, com o qual o delegado só discutia as decisões tomadas em seu grupo ou federação nas instâncias superiores, podendo cobrir com a ação da federação e confederação vastos territórios.

O último princípio teórico básico, segundo Gallo, era o internacionalismo. Os nacionalismos sempre estiveram ligados a projetos de exploração e dominação, neste sentido a luta internacionalista de defesa da liberdade de todos os povos seria a pré-condição para a concretização da anarquia , que não se realizaria plenamente enquanto existisse um povo do planeta dominado.

Em relação aos princípios práticos teríamos a ação direta, com a qual as massas fariam a revolução por elas próprias, sem a necessidade de um poder instituído acima delas. As atividades de ação direta se traduziriam principalmente nas atividades de educação, propaganda e conscientização.

Além deste teríamos como princípio as associações operárias, que seriam as substitutas naturais dos partidos políticos existentes, que representavam uma forma de reprodução da máquina estatal, ao contrário das associações operárias que possibilitariam a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Como associações operárias são classificados desde os sindicatos propriamente ditos, até as escolas, centro de cultura, etc.

Como último principio prático básico teríamos a greve geral, entendida como principal forma de luta contra os opressores, tática de treinamento para a ação direta e solidária. Assim, para o autor,

> “São esses os princípios básicos do anarquismo, sua teoria e suas táticas de luta no movimento operário. Esses princípios foram interpretados e aplicados de diferentes maneiras de acordo com o momento histórico e a situação social do local em questão. Devido aos mais variados matizes que esses princípios assumiram, é bastante comum, entre os estudiosos do Anarquismo, dividir o movimento em

> inúmeras correntes, de acordo com a postura teórica e prática frente a estes princípios "[351]

Para nós, não existe uma harmonia das diferentes correntes anarquistas em relação ao *principio gerador* do anarquismo levantado por Gallo. A postura dos anarquistas em relação a liberdade individual possuía divergências. Para Bakunin, por exemplo, a liberdade representava a finalização do processo de evolução histórica, neste sentido, ela deveria ser procurada não no começo da história como entendiam os clássicos liberais, nem no livre arbítrio individual, como defendeu, posteriormente, alguns anarquistas como Emma Goldman, mas justamente como coroação desta evolução.

Alguns anarquistas eram contra as associações operárias, por estas serem um reflexo do próprio desenvolvimento do capitalismo, algo que era valorizado pelos anarquistas sindicalistas revolucionários e pelos anarco-sindicalistas. O fato de Gallo tentar enquadrar (o termo é este mesmo) as escolas, centro de cultura, como associações operárias só demonstra que este princípio prático básico do seu *principio gerador* possui profundas fissuras. Além disso, alguns anarquistas preconizavam uma estratégia policlassista de transformação da sociedade e não uma estratégia operária implícita no conceito de associações operárias como princípio do anarquismo.

O principio da greve geral como algo que englobaria todas as correntes anarquistas também é algo infundado. A greve geral era a principal tática dos anarquistas sindicalistas, mas foi criticada por Malatesta[352], que mesmo na época que a propagava o fazia com imensas ressalvas, e apesar de defender a participação dos anarquistas nos sindicatos, entendia que a insurreição[353] (que

---

[351] GALLO, Silvio. *Anarquismo- Uma Introdução Filosófica e Política*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000, pp 33-39

[352] "Las huelgas generales de protesta ya no conmueven a nadie: ni a los mismos que las hacen, ni a aquellos contra quienes las hacen. Si la policía tuviera la suficiente inteligencia para no provocar, pasarían como cualquier otro día festivo.
Hay que buscar otra cosa. Nosotros lanzamos la idea: apoderarse de las fábricas. Quizá la primera vez lo hagan unos pocos y se resentirá poco; pero el método tiene, sin duda, un porvenir, porque corresponde a los fines últimos del movimiento proletario y constituye una gimnasia de preparación para la expropiación general y definitiva" *apud* RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas*. Barcelona, Tusquets, 1977, p. 190

[353] "por infelicidade, a maioria não via na greve geral um meio para levar as massas à insurreição, isto é, a derrubar o poder político pela violência e a tomar posse da terra, dos meios de produção e de toda a

poderia até ser conseqüência de uma greve) seria o caminho para se transformar a sociedade revolucionariamente e com o tempo passou a defender a ocupação das fábricas como forma de habituar o trabalhador as funções da futura sociedade, enquanto os sindicalistas entendiam que as greves seriam "ginásticas revolucionárias" e a greve geral revolucionária seria a forma de se acabar com a sociedade capitalista.

As discussões por nós levantadas em ralação as correntes anarquistas até este momento nos demonstra a complexidade do tema. Não há um consenso sobre quais seriam estas correntes e nem se seriam diferentes correntes ou apenas nuances de um mesmo princípio. Esta discussão, de certa forma, não foi realizada por maior parte da historiografia que estuda o movimento operário e o anarquismo no Brasil, pois a maioria dos trabalhos limitou-se a desenvolver as divergências entre os "anaco-sindicalistas" e os "anarco-comunistas" como veremos adiante. Nós entendemos que mesmo no Brasil a questão é um pouco mais complexa, e é só por este motivo que levantamos a discussão das correntes anarquistas internacionalmente. Depois de levantarmos alguns posicionamentos precisamos desenvolver o nosso para procurar esclarecer os problemas por nós detectados no estudo sobre o anarquismo e movimento operário de São Paulo e do Brasil. O primeiro passo já foi dado quando definimos que nossa pesquisa englobará o anarquismo militante operário.

3.2 - Do Mutualista Proudhon ao Anarquista Bakunin

Neste tópico procuraremos definir, mesmo que superficialmente, a concepção política proudhoniana e bakuniniana. Estes foram considerados os

---

riqueza social. Para eles, a greve geral substituía a insurreição; viam nela um meio de 'pôr a burguesia na penúria' e fazê-la capitular sem combater.
E como é fatal que o cômico e o grotesco estejam sempre juntos, até mesmo nas coisas mais sérias, houve quem empreendesse a busca de ervas e de 'pílulas' capazes de sustentar indefinidamente o corpo humano sem que seja necessário alimentar-se; e isso, a fim de indicá-las aos trabalhadores e colocá-los em condições de esperar, em um jejum pacífico, que os burgueses viessem apresentar suas desculpas e pedir perdão.
Eis por que julgo que a idéia da greve geral fez mal à revolução" p 118 MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. Cortez, São Paulo, 1989

pais do anarquismo, mas suas propostas de luta não foram incorporadas diretamente pelos anarquistas brasileiros, chegando aqui apenas pela mediação de correntes que surgiram após estes autores, negando inclusive elementos das suas teorias. ´Procuraremos demonstrar que o anarquismo começa com Bakunin, enquanto as concepções proudhoninanas eram mais mutualistas do que propriamente anarquistas.

Para Kropotkin, nossa civilização através da história se tem confrontado com duas tendências opostas que se enfrentam, a tradição romana X a tradição popular, a imperial X a federalista em suma, a tradição autoritária X tradição libertária.[354] Assim Kropotkin buscando cientificamente na história manifestações destas tendências pôde encontrá-las em todos os períodos históricos, algo por nós já analisado.

Por exemplo, para ele, "el mejor exponente de la filosofía anarquista en la antigua Grecia fue Zenón (342-267 o 270 a. C.), cretense, fundador de la escuela estoica, que opuso una concepción clara de comunidad libre sin gobierno a la utopía estatista de Platón"[355]

Na verdade este procedimento foi possível porque Kropotkin considerava que o anarquismo devia a sua origem a atividade "construtiva e criadora do povo" que havia criado todas as instituições da vida comunitária, rebelando-se contra as forças externas que buscavam conquistar estas instituições.[356]

Mas Kropotkin, apesar de utilizar este procedimento de buscar o anarquismo na atividade popular encontrando-o em toda a história, como bom cientista, estudou e estabeleceu a origem do anarquismo moderno, que para ele iniciou-se com a decisão do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, tomada na conferência de Londres em 1871, de transformar o movimento da Primeira Internacional de movimento econômico a movimento político seguindo uma orientação política específica e não tendo um campo amplo comum no qual várias tendências políticas poderiam convergir. A

[354] KROPOTKIN, Pietr. *Obras*. Barcelona, Anagrama, 1977, p. 131
[355] IDEM. *ANARQUISMO-Definición para la Enciclopedia Británica.* Primera edición cibernética, noviembre del 2005,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

partir deste momento, com a rebelião dos italianos, espanhóis, suíços e um setor das federações belgas contra o Conselho Geral, teve início o anarquismo moderno.[357]A própria decisão do Conselho Geral da Internacional havia fornecido os elementos de coesão necessário para os anti-autoritários da Internacional se identificarem enquanto força política.

Para nós esta é a definição mais adequada para se estabelecer a origem do anarquismo. Proudhon que a maioria da historiografia coloca como "pai" do anarquismo, desenvolveu um pensamento muito particular baseado em noções contratualistas que citaremos brevemente adiante. Já Bakunin, apesar de possuir uma prática política intensa desde a década de 1840 do século XIX, só vai desenvolver sua concepção anarquista em 1864, doze anos antes de falecer, sendo que é justamente com os acontecimentos da Internacional que Bakunin radicaliza a sua postura e forma um bloco em torno das posições federalistas. Portanto, se quisermos buscar a origem do anarquismo, conseqüentemente de suas diferentes correntes, devemos buscá-la na ação e pensamento de Bakunin.

Mas, antes de tudo, é necessário explicitar porque excluímos Proudhon entre os anarquistas.

Para nós, como dissemos, o "anarquismo" de Proudhon estava baseado nas suas concepções de justiça e equidade. Defendia a necessidade da existência do valor constituído, que seria "o valor concebido como proporcionalidade dos produtos", no qual todas as propriedades adquirissem um significado mais regular e verdadeiro do que antes.

> "Assim, a utilidade não é mais esta capacidade, por assim dizer, inerte das coisas de servir aos nossos gozos e explorações; a venalidade tampouco, não é mais este exagero de uma fantasia cega ou de uma opinião sem princípio; a variabilidade enfim, deixa de traduzir-se por um debate cheio de má-fé entre a oferta e a procura: tudo isso desapareceu para dar lugar a uma idéia positiva, normal e, em todas as modificações possíveis, determinável. „[358]

---

[356] KROPOTKIN, Pietr.. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977, p. 167
[357] IDEM. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977, pp. 174 e 175

Desta forma, para Proudhon, o valor de troca era determinado arbitrariamente no jogo da oferta e da procura, gerando as trocas não proporcionais, ou melhor, trocas sem reciprocidade. Portanto, Proudhon entende que se o valor de uso e o valor de trocas não são mensuráveis estando em perpétua oposição, a propriedade seria conseqüentemente instável e ilógica pois estaria determinada pelos valores, assim Proudhon poderia chegar a conclusão, como chegou, que esta era a razão do aumento da pobreza entre os trabalhadores. Neste sentido, procura demontrar um valor determinável que estabelecesse a reciprocidade das trocas, de acordo com os preceitos da justiça. Desta forma Karl Marx diz ironicamente que o que

> "o Sr. Proudhon vê como 'teoria revolucionária do futuro' [é] aquilo que Ricardo cientificamente expôs como teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa, e que tome assim por solução da antinomia entre a utilidade e o valor de câmbio aquilo que Ricardo e sua escola há muito tempo antes dele apresentaram como a fórmula científica de um único lado da antinomia, do *valor de câmbio."*[359]

Ou seja, aquilo que Proudhon buscava era o que a economia burguesa denominava como valor de troca, estabelecido de acordo com o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, e que determinava a "justiça" da troca destas mesmas mercadorias. Sabemos que Marx não entende que o problema da sociedade capitalista é a falta de equidade nas trocas mas sim o próprio processo de apropriação da mais valia gerada da diferença do valor da força de trabalho e do valor variável produzido por esta mesma força. Por isso, Marx faz uma crítica contundente contra Proudhon.

É esta concepção de justiça nas trocas dos produtos e no estabelecimento de quaisquer relações sociais que vai gerar a concepção proudhoniana de mutualismo. Vai determinar sua concepção sobre a organização da sociedade, "una organización basada sobre la más vasta escala del principio mutualista. Servicio por servicio, dicen, producto por

---

[358] PROUDHON, Pierre Joseph. Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria, Tomo I. São Paulo, Ícone, 2003, p.154

[359] MARX, Karl. *Miséria da Filofosia*. São Paulo, Ícone, 2004,p. 40

producto, préstamo por préstamo, seguro por seguro, crédito por crédito, caución por caución, garantía por garantía, etc., tal es la ley."[360]

Este seria o antigo olho por olho , dente por dente, que sairia da esfera criminal e das práticas de vingança para a esfera econômica. Desta concepção que surgiriam todas as instituições do mutualismo, os seguros mútuos, crédito mútuo, socorros mútuos, ensino mútuo, garantias recíprocas de trabalho, boa qualidade das mercadorias, justo preço, etc. Assim, o mutualismo se constituiria em um princípio do Estado, uma lei de Estado, mas, sendo uma prática que prescindiria de polícia, de repressão, uma prática que não faria o trabalhador sumir na "comunidade", pois o homem livre e soberano por sua própria iniciativa e responsabilidade, estando seguro de receber o preço justo para os objetos que produzir e de poder encontrar os objetos necessários para o seu consumo por preço igualmente justo, não precisaria ser tutelado pelo comunismo do sistema de Luxemburgo por exemplo, de Louis Blanc.[361]Desta forma não se precisaria mais indagar se a comunidade deveria dominar o indivíduo ou estar subordinado a ele, se a autoridade é senhora da liberdade ou sua servidora , pois estas questões seriam sem sentido.

> "Gobierno, autoridad. Estado, comunidad y corporaciones, clases, compañías, ciudades, familias, ciudadanos, en dos palabras, grupos e individuos, personas morales y personas reales, todas son iguales ante la ley, única que, ya por órgano de éste, ya por ministerio de aquél, reina, juzga y gobierna"[362]

Todos seriam iguais perante a lei e a lei seria a das trocas justas, conseguidas graças a reciprocidade entre elas. Segundo Proudhon, esta idéia conduziria a unidade social do gênero humano, pois toda a sociedade se forma e se reforma por meio da idéia. A idéia da paternidade havia fundado as antigas aristocracias e monarquias, a idéia da mutualidade, a justiça sinalagmática aplicada a todas as relações humanas, formaria a sociedade onde a justiça imperasse.

---

[360] PROUDHON, Pierre Joseph. *La Capacidad Política de La Clase Obrera* . Jucar, Madrid, 1977, p. 55

[361] Uma "Comissão de governo para os trabalhadores" instituída durante o governo provisório de 1848 em Paris, sediada no Palácio de Luxemburgo e presidida por Louis Blanc, reunindo representantes de patrões e operários.

Em termos políticos Proudhon também defendia a concepção contratualista. O contrato, assim como na esfera econômica, deveria ser sanalagmático e comutativo, como sugere a idéia de democracia, segundo sua opinião. O cidadão, para que o contrato se encerrasse nos limites vantajoso e cômodo para todos, deveria conservar a sua soberania e iniciativa, "menos o que é relativo ao objeto especial para o qual o contrato foi feito e para o qual se pede a garantia do Estado. Assim regulado e compreendido, o contrato político é o que eu chamo uma *federação"*[363]

Desta forma, as funções do Estado não desapareceriam simplesmente para Proudhon. Aliás, este é um ponto no qual percebe-se certa ambigüidade em seu posicionamento, mas em geral prevalece a noção de que o Estado numa sociedade economicamente mutualista e politicamente federalista teria as suas funções muito reduzidas, sendo um Estado não opressor.

Para ele, se se chegam a situações que deverão ter o apoio de todos para se tornar algo praticável, sendo que a cisão poderia comprometer a liberdade dos Estados, e não há consenso possível, a questão resolve-se pela força garantindo a vitória do mais forte sobre o mais fraco.

O sistema federativo, segundo sua opinião, salvaria o próprio ambiente político, garantindo a sua estabilidade, pois ele

> "corta rente a efervescência das massas, a todas as ambições e excitações da demagogia: é o fim do regime do lugar público, dos triunfos dos tribunos, assim como da absorção das capitais. Que Paris faça, no interior dos seus muros, revoluções: para que servem se Lyon, Marselha, Toulouse, Bordeaux, Nantes, Lille, Estrasburgo, Dijon etc, se os departamentos senhores de si próprios, não seguem, Paris ficará por conta própria... A federação toma-se assim a salvação do povo; pois ela salva-o ao mesmo tempo, dividindo-o, da tirania dos seus mentores e do seu próprio desvairio."[364]

---

[362] PROUDHON, Pierre Joseph. *La Capacidad Política de La Clase Obrera* . Jucar, Madrid, 1977, p. 56
[363] PROUDHON, Pierre Joseph. *Do Princípio Federativo*. Imaginário, São Paulo, 2001, pp 89 e 90
[364] PROUDHON, Pierre Joseph. *Do Princípio Federativo*. Imaginário, São Paulo, 2001, p. 121

Neste sentido, o sistema federativo seria um elemento de conservação da sociedade, que impediria revoluções causadas ou por exaltadores do povo ou pela sua própria alucinação.

Portanto, o "anarquismo" de Proudhon não era mais do que o seu sistema economicamente mutualista e politicamente federalista. Se a sociedade pudesse estabelecer as trocas equivalentes através dos contratos inter-individuais estabelecidos (ou inter-grupais), e pudesse se organizar politicamente através de contratos similares, o Estado não cumpriria mais a sua função. Além disso, como bem lembrou Kropotkin, a parte mutualista do programa proudhoniano já havia sido elaborado na Inglaterra pelos seguidores de William Thompson, John Gray e J. F. Bray, citado por Marx no livro *Miséria da Filosofia*.[365] Portanto, mesmo que Proudhon tivesse, como o fez, elaborado um sistema político baseado no federalismo, a essência das propostas de Proudhion e Gray, por exemplo, não são divergentes , neste sentido, deveríamos procurar o anarquismo não em Proudhon, mas talvez em Bray ou outro autor mutualista, o que não fazemos por não considerarmos o mutualismo como sendo anarquismo, pois cada um possui especificidades distintivas claras.

Assim, para nós, Proudhon foi mutualista, com uma concepção que não questionava a propriedade privada individual, ou melhor, posse, e defendia a construção da sociedade justa de forma pacífica, com avanços graduais.

Agora que explicitamos a nossa posição sobre Proudhon, podemos desenvolver a análise das correntes anarquistas que servirão para traçarmos alguns paralelos sem os quais torna-se impossível a compreensão das correntes anarquistas de São Paulo e proceder a apreensão da real significação das opções adotadas pelas distintas correntes.

Como dissemos, a primeira prática e teorização anarquista propriamente dita surge através do russo Mikhail Aleksandrovich Bakunin.

---

[365]Gray e Bray, assim como Proudhon considerava que a desigualdade nas trocas era a fonte da desigualdade das posses, com a igualdade das trocas não haveria perda para nenhum dos lados, pois a troca não seria mais do que transferência de trabalho, a pessoa poderá até ter posses e acumulá-las desde que seja o fruto do seu trabalho, neste sentido, desde que a pessoa pare de trabalhar ela não terá possibilidade de acumular. A sociedade seria uma grande sociedade por ações composta por sociedades por ações de menor porte, produzindo e trocando os seus produtos em perfeita igualdade.

Bakunin preconizava a existência de dois níveis de atuação revolucionária, distintos, mas complementares. Um seria o nível social propriamente dito, à época representado pela AIT, que não seguiria o programa de nenhuma organização política em particular fazendo uma defesa genérica do socialismo, portanto seria "neutra" em termos político-ideológico, e teria como função preparar

> "os elementos da organização revolucionária (...). Ela [a *AIT*] os prepara organizando a luta pública e legal dos trabalhadores solidários de todos os países contra os exploradores do trabalho (...). A única coisa que ela faz fora desta obra já tão útil, é a propaganda teórica das idéias socialistas nas massas operárias"[366]

Sendo que o outro nível de atuação seria a organização política revolucionária anarquista, na época representada pela *Aliança Internacional da Democracia Socialista,* que seria o complemento necessário da AIT , pois enquanto uma organiza os milhões de trabalhadores em torno de objetivos mais ou menos imediatos e reivindicativos, a "Aliança , teria por missão dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária."[367] Neste sentido, o programa da organização política anarquista deveria ser mais desenvolvido do que o da AIT.

Para compreender melhor o projeto político bakuniniano retomaremos a origem da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em 28 de setembro de 1864 havia sido fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores. Sua organização definitiva, porém, só se consolidou no primeiro congresso, realizado em Genebra de 3 a 8 de setembro de 1866.[368]A Internacional de início era representada, fora do Conselho Geral de Londres, por um pequeno grupo de operários mutualistas de Paris.[369]

> "Es importante tener en cuenta que en sus inicios empezó como movimiento de los sindicatos obreros —como expresión de la solidaridad de los obreros organizados de Francia

[366] BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. *Socialismo e Liberdade.* São Paulo, Luta Libertária, 2001, p.72
[367] Ibid.,, p.74
[368] BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich . *Textos Anarquistas*. Introdução de James Guillaume, Porto Alegre, L &PM, 2000, p. 16
[369] Ibid., p. 17

> y de la Gran Bretaña— y no como un movimiento político, aunque desde el principio tuvo intereses políticos."[370]

Estas associações operárias da França e da Inglaterra, esperavam obter a cooperação de alguns grupos análogos espalhados em outros países. Para conseguir este objetivo, um grupo de exilados que viviam em Londres foi convidado para tomar parte na discussão da internacional. Marx foi convidado graças a seus amigos George Eccarius e Herman Jung que já participavam do movimento operário britânico. Os franceses que participaram dos acontecimentos de Londres eram Henri Louis Tolain, Charles Límousin, E. C. Fribourg, Eugéne Varlin,e Eugéne Dupont, os três primeiros proudhonistas, contrários ao coletivismo, Varlin era bem mais esquerdista, espécie de sindicalista e Dupont, que vivia em Londres, sofria a influência de Marx.

Ao redigir a mensagem inaugural e os estatutos da Internacional, Marx tomou o cuidado de não escrever nada que pudesse gerar muitas polêmicas não permitindo o surgimento do novo organismo.[371] A organização definitiva da Internacional só se consolidou no primeiro congresso, no qual foi aprovado o estatuto.[372]

Segundo Cole,

> "es punto de alguna importancia que la Primera Internacional no fue, como su sucesora la Segunda Internacional, ni una federación de partidos nacionales, ni un organismo basado en la adhesión de sindicatos obreros o de otras organizaciones de trabajadores. En cada país, la constituían miembros *individuales,* que se afiliaban a sus ramas y secciones, pagando las cuotas directamente. Las secciones nacionales, donde existían, unían a las ramas locales, y tenían hasta cierto punto una estructura federal; pero los sindicatos obreros que fueron influidos y en algunos casos inspirados por la Internacional, no eran, como tales, miembros de ella. En Francia, por ejemplo, la organización de la Internacional de París y de otras ciudades existía al lado e independientemente de la estructura federal de los sindicatos obreros. Sin duda, esta separación se debía en parte a las restricciones legales puestas tanto a las

[370] COLE, G. D. H. Historia del pensamiento socialista – Marxismo y Anarquismo (1850-1890). Tomo II. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1975, p. 90
[371] Ibid., p. 92
[372] BAKUNIN, Mikhail A. *Textos Anarquistas*. Introdução de James Guillaume, Porto Alegre, L &PM, 2000, p. 16

> combinaciones federales de los sindicatos obreros como a la organización política federal; pero también se debía al propósito de constituir las ramas y secciones como órganos de un partido obrero militante, que dirigiese e inspirase el movimiento de las masas."[373]

Não é a nossa pretensão fazer aqui a história detalhada da Internacional. Importa-nos é apreender a concepção de Bakunin em relação a Internacional. Entendemos que podemos resgatar a concepção militante e revolucionária de Bakunin por um lado, e por outro suas propostas políticas ligadas aos seus pressupostos teóricos.

Esta estrutura da Internacional com suas adesões individuais, constituindo aquilo que Cole chama de partido operário militante que dirigisse e inspirasse o movimento de massas, será avaliada e valorizada por Bakunin, não entrando em contradição com seus postulados políticos, principalmente quando o mesmo vai avaliar o papel das seções centrais e das seções corporativas no seio da Internacional.

Lembremos que nestes anos iniciais da Internacional Bakunin estava se preocupando com suas sociedades secretas por um lado, e mais tarde com a Liga da Paz e da Liberdade.[374] Quando Bakunin e a ala esquerda se separam da Liga da Paz e da Liberdade, formando a Aliança da Democracia Socialista com intenção de se organizar como internacional revolucionária, estes pediram ingresso na Internacional, ressaltando que conservariam sua organização e realizariam seus próprios congressos de delegados. Esta solicitação de ingresso na Internacional foi rechaçada. Assim, a Aliança decidiu dissolver-se como organismo internacional e pedir as suas associações que ingressassem nas federações nacionais e locais da internacional, reconstituindo sua seção

[373] COLE, G. D. H. Historia del pensamiento socialista – Marxismo y Anarquismo (1850-1890). Tomo II. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 103 e 104

[374] No ano de 1867, a crescente tensão entre a França e a Prússia faz com que seja convocado um congresso em favor da paz a ser realizado em Genebra. Participam do comitê convocatório várias personalidades européias como Garibaldi, John Stuart Mill, Victor Hugo, Louis Blanc, Alexandre Herzen e Nicolau Ogarev, os dois últimos amigos íntimos de Bakunin. A convocação do congresso se tinha feito extensiva a "todos os amigos da democracia livre" No intervalo entre a publicação da convocação e a realização do congresso, se reuniram mais de dez mil assinaturas aderidas ao congresso.
A Liga era uma entidade pacifista cujo congresso aconteceu em setembro de 1867 e tinha caráter burguês. Bakunin junto com Garibaldi eram os mais lutadores.

central como seção de propaganda localizada em Genebra, renovando a solicitação, que desta forma foi aceita pelo Conselho Geral.[375]

No mês de março de 1868 se desencadeou em Genebra uma greve da construção, e pela primeira vez os grevistas solicitaram e receberam apoio da Internacional. Algumas pessoas do círculo de Bakunin haviam aderido a ela. Bakunin se ocupou da Internacional desde o verão de 1868, segundo Nettlau, o genebrino Charles Perron, delegado ao congresso de Bruxelas, que ia realizar-se em setembro, era portador de cartas de Bakunin para vários delegados. Carta só entregue a Longuet e Albert Richard[376]. No mês de julho de 1868, Bakunin ingressa na seção genebrina da Internacional.[377] Apenas em março de 1869 a Aliança é admitida no seio da Internacional, que exigiu a sua dissolução, podendo suas seções se transformar em seções da Internacional.

Entendemos ser necessário apreender o sentido da Internacional no projeto político bakuniniano na sua época.

Para ele, o programa da Internacional trazia com ele uma ciência nova, uma nova filosofia social e uma política totalmente nova. Para que os membros da internacional pudessem executar o seu duplo dever de propagandistas e chefes naturais das massas na revolução, necessário era que tivessem apreendido esta ciência, esta filosofia, esta política nova.[378] Portanto, temos claro aqui que Bakunin também entendia ser a Internacional esta espécie de partido operário militante, em que os seus membros desempenhariam os papeis de chefes naturais da revolução.

Bakunin analisava a estrutura da Internacional, dizia que a seção central foi o germe e o primeiro corpo da Internacional e que deveria continuar a ser a sua alma, inspiradora e propagandista permanente. Esta seção é uma espécie de seção de iniciativa na qual os operários estão organizados pela “idéia”.

---

[375] COLE, G. D. H. Historia del pensamiento socialista – Marxismo y Anarquismo (1850-1890). Tomo II. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 122 e 123

[376] NETTLAU, Max. Miguel Bakunin, La Internacional y La Alianza en España- 1868-1873. Madrid, La Piqueta, 1971, p. 19

[377] CARR, E. H. *Bakunin*. Ediciones Grijalbo, Barcelona- México DF, 1972, p. 364

[378] BAKUNIN, Mikhail A. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?, pp. 64 e 65

Além das seções centrais havia as seções corporativas. Nestas os operários estão reunidos pelo fato e pelas próprias necessidades de seu trabalho afirmava.

As seções centrais congregariam os operários mais avançados de cada indústria, não representando nenhuma indústria especial. Estas seções encarnariam a própria idéia da Internacional, tendo por missão divulgação da idéia de emancipação de todos os trabalhadores.

As seções centrais teriam um caráter totalmente diferente das seções de profissão, ou seções corporativas. Estas, seguindo a via de desenvolvimento natural, começariam do fato para se chegar a idéia, as seções centrais começariam da idéia para se chegar ao fato, a mesma maneira de proceder que teria servido a todos os idealistas de todas as escolas "e cuja impotência final foi constatada pela história" segundo Bakunin.

Para Bakunin, se só tivesse existido na Internacional seções centrais a mesma não teria atingido "nem a centésima parte da força" de que se glorificava, pois só um pequeno número de indivíduos se deixa levar pela "idéia" abstrata e pura. A maioria das pessoas só se deixa levar, na maioria das vezes, pelos interesses imediatos, pelas paixões de momento. Assim, para interessar os milhões de proletários na Internacional era necessário trabalhar com questões concretas, com a compreensão de seus males reais.

> "E os seus males do dia a dia, ainda que apresentem um caráter geral para o pensador, e ainda que sejam na realidade efeitos particulares das causas gerais e permanentes, são infinitamente diversos, tomando uma multiplicidade de aspectos diferentes, produzidos por uma variedade de causas passageiras e reais. Tal é a realidade quotidiana destes males. Mas a massa do proletariado, que é forçada a viver sem pensar no dia de amanhã, agarra-se aos males de que sofre e dos quais é eternamente a vítima, precisa e exclusivamente nesta realidade, e nunca ou quase nunca na sua generalidade." [379]

Neste sentido, para conquistar os milhões de proletários fazia-se necessário falar dos males cotidianos que os afligem e não das causas gerias e abstratas destes males.

[379] BAKUNIN, Mikhail A. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?, pp. 66-69

Ainda de acordo com Bakunin, logo que o proletário entra para a seção começam a se produzir transformações na sua compreensão de mundo. Explica-se que a solidariedade que encontra entre os membros da seção é a mesma que se encontra em todas as seções, que a solidariedade geral entre as seções é necessária porque os patrões de diferentes indústrias são solidários entre si, etc. Assim, o proletário começa a compreender melhor do que por horas de discursos mais abstratos, a necessidade e a realidade da luta de classes e da necessidade de transformação revolucionária da realidade. Portanto, só as seções corporativas podem trazer para a Internacional as massas sem as quais a revolução torna-se impossível.

Se houvesse só seções centrais na Internacional estas seriam apenas alma sem corpo. “Felizmente, as seções centrais, emanações do fogo principal que se formou em Londres, foram fundadas não por burgueses, não por sábios de profissão, nem por homens políticos, mas por operários socialistas”[380]

Portanto, Bakunin avaliava que a Internacional tinha sido formada por um grupo de revolucionários, propagandistas da emancipação do proletariado e chefes naturais da revolução, ou seja, uma organização fundada por militantes em torno de idéias comuns, por mais heterogêneos que fossem estes militantes, de emancipação proletária e de construção de uma sociedade justa.

Se a Internacional se restringisse a contar em seu seio com estes operários mais avançados, com os operários militantes, pouca coisa ela poderia fazer. As seções de profissão, ou seções corporativas, cumpririam um imenso papel para a causa proletária. Estas seções aproximariam os trabalhadores pelos fatos, não pela idéia. O proletário sente a necessidade de lutar contra seus males reais, tem identidade com outros trabalhadores que, como ele, padecem dos mesmos males, e sente que só na organização e defesa comum de seus interesses poderá obter êxitos.

Ao entrar para a seção de profissão, o proletário vivencia um ambiente de solidariedade, solidariedade formada pelos males comuns que os proletários sofrem, não por qualquer sentimento altruístico. Percebe que os mesmos males que o atinge, atinge também proletários de outras profissões e que para

[380]Ibid. pp. 69 e 70

obter êxito na luta é necessário uma solidariedade inter-profissional, ou uma solidariedade de classe. Mais adiante o proletário perceberá que só resolverá seus males buscando sua emancipação. Portanto, de uma forma natural, partindo do fato, a situação concreta dos proletários em determinada indústria determina sua solidariedade, a idéia, assim a Internacional pode se desenvolver e abarcar um grande número de proletários. Claro que este processo não se daria se não existisse um núcleo organizador, mas apenas este núcleo constituiria uma alma sem corpo, portanto, uma irrealidade.

É interessante abordarmos como Bakunin compreendia o processo de consciência dos proletários, para termos uma noção mais exata das suas propostas . Para ele "a vida domina o pensamento e determina a vontade". Quando se quer compreender os fenômenos políticos e sociais não podemos perder esta verdade de vista. Se se deseja estabelecer entre os homens uma comunidade sincera e completa de pensamentos e de vontade, é necessário fundá-la nas mesmas condições de vida e comunidade de interesses.

Neste sentido, para ele, alguém que nasceu e se educou no meio burguês, se quiser defender a causa do proletário deveria renunciar a sua vida anterior e a todos os seus privilégios. Se não tem em si esta firme resolução que não se engane, nem engane os proletários.

> "Sus pensamientos abstractos, sus sueños de justicia, podrán arrastrarlo en los momentos de reflexión, de teoría y de calma, cuando nada se mueve en el exterior, de parte del mundo explotado. Pero que llegue un momento de gran crisis social, cuando esos mundos irreconciliables opuestos se encuentren en una lucha suprema, y todos los lazos de su vida le lanzarán inevitablemente al mundo explotador". [381]

Bakunin argumenta que não adianta tentarem pegar, por outro lado, um burguês satisfeito com seu destino, mesmo admitindo que ele seja bom por natureza, que tenha um caráter nobre, seja dedicado a justiça, etc. Não adianta tentá-lo convencer de que o proletário tem direito a desenvolver a sua humanidade e participar de todos os direitos e vantagens da vida social, ou ainda demonstrar-lhe a legitimidade da revolução social, ele não se

convencerá, pois a vida não criou nele aspirações que correspondam ao ideal revolucionário socialista. Se a vida tivesse criado nele qualquer espécie de aspirações socialistas, ele não poderia ser um burguês satisfeito, pois estaria descontente com sua própria situação.

Por outro lado, o indivíduo mais simplório, menos inteligente, mas que a vida tenha desenvolvido nele instintos mais ou menos socialistas, compreenderá a idéia revolucionaria, pois, no fundo, esta é apenas a clara expressão do que se encontrava nele em forma apenas de instinto, de forma que não é uma idéia transposta do revolucionário para este indivíduo, é apenas a revelação do que já existia nele.

Isto que é verdadeiro para o indivíduo o é também para o povo, segundo sua concepção. É necessário "ser três vezes imbecil ou um incurável doutrinário" para crer que se pode dar ao povo uma consciência que já não esteja nele, mesmo que de forma instintiva, afirma.[382]

Podemos ter como regra geral, segundo Bakunin, o fato de que só podem se "converter" aqueles que sentem necessidade de o serem, nunca se pode "converter" aqueles que não sentem necessidade de uma transformação, nem aqueles que aspiram, por causa de seus hábitos, interesses, etc., uma transformação contrária ao seu próprio mundo. Tentar "converter" um sábio ou alguém que se acha sábio, aqueles que "muitas vezes apenas porque tiveram a felicidade de terem compreendido menos mal alguns livros" e que se enchem de desprezo pela massa ignorante é inútil, pois não há propaganda capaz de "converter" esses infelizes.[383]

Segundo essa concepção, se o ideal revolucionário não estiver formado na consciência do povo, pelo menos em seus traços essenciais, é necessário abandonar qualquer esperança de revolução, porque esta vem da vida do povo, decorre de sua história de provações, aspirações, sofrimentos, protestos,

---

[381] BAKUNIN, Mikhail, A . "El Imperio Knutogermánico y la Revolución Social – Primera Entrega (Locarno, mediados de noviembre de 1870 a mediados de marzo de 1871)" In: BAKUNIN, Mikhail, A. *Obras Completas*- Tomo 2. Madri, La Piqueta, 1977, pp. 102 e 103

[382] BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia.* São Paulo, Imaginário, 2003, pp. 243 e 244

[383] IDEM. *O Socialismo Libertário.*São Paulo, Global, 1979, pp. 58 e 59

luta. Se o povo não forma por si o ideal revolucionário, ninguém está em condições de lhe dar.[384]

Por isso, Bakunin valorizava o instinto socialista do povo. Dizia que o povo era socialista em virtude da posição que ocupa na sociedade, muito mais socialista do que os dirigentes, que em virtude de suas condições privilegiadas aderem ao socialismo somente pela ciência e pelo pensamento. A diferença básica entre o povo e o socialista, que ainda por sua cultura, pertence à classe dirigente, está no fato de que o último, ainda que deseje ser socialista nunca pode ser totalmente, na medida em que o primeiro é socialista mesmo sem o saber, mesmo sem conhecer ciência social e nunca ter ouvido falar em socialismo.

> "El uno sabe todo lo que hay que saber sobre socialismo, pero no es un socialista; el otro es un socialista, pero no lo sabe. Cuál de ellos es preferible? En mi opinión, es preferible ser un socialista. Es casi imposible pasar, por así decirlo, del pensamiento abstracto —de un pensamiento desprovisto de la vida y del impulso que dan las necesidades vitales— a la vida." [385]

Mas não imagine que Bakunin entendia que só o instinto socialista bastava para que se procedesse a transformação social. O que faltava aos operários não era a necessidade real das aspirações socialistas, mas sim o pensamento socialista. O pensamento socialista se encontra em germe no instinto de cada trabalhador sério, mas é necessário revelar a consciência daquilo que ele quer, de fazer nascer nele, não impor a ele, um pensamento que corresponda a seus instintos, pois a partir do momento em que pensamento dos proletários corresponderem aos seus instintos sua força seria irresistível.[386]

Devido a sua ignorância, o povo não poderia conceber-se a si mesmo como uma poderosa massa unida entre si por laços de solidariedade. Como resultado das condições opressivas em que vivem, as pessoas do povo tem uma concepção individualista de si mesmos e esta desunião é uma das causas

---

[384] BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, p. 243
[385] IDEM. "Los fundamentos económicos y sociales del anarquismo" In : HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977, pp. 144 e 145
[386] IDEM. *O Socialismo Libertário*.São Paulo, Global, 1979, pp. 60 e 61

da impotência cotidiana do povo, devido a isso toda pessoa e comunidade consideram os infortúnios que sofrem como um problema pessoal e não como um problema geral que afeta a todos e que deveria uni-los tanto na resistência quanto no trabalho.

Outra razão para a impotência do povo, para Bakunin, é que o povo não consegue compreender as causas de sua miséria, limitando-se a odiar os fenômenos e não a própria causa da miséria , da mesma forma que um cachorro ataca o bastão do homem que o ataca e não o próprio homem. Assim, ao não conhecer as causas dos males que o atinge, o povo é facilmente enganado pela burguesia que apresenta os fenômenos como a causa e desvia o povo da rota de sua emancipação para tortuosos caminhos que só vão manter esta mesma dominação.

Os erros históricos que o povo tem pagado com seu suor e sangue tem gravado lições, não nos livros que ele não pode ler, senão em sua pele, não sendo fácil que os esqueçam. “Al pagar muy caro toda nueva fe, esperanza o error, las masas populares alcanzan la razón a través de las estupideces históricas.”[387]

Bakunin criticava aqueles que imaginavam poder formar um pensamento socialista no povo através da instrução e pela propaganda. Dizia que o operariado é demasiadamente esmagado pelo seu trabalho e pelas suas obrigações cotidianas para que tivesse tempo de se dedicar à instrução. Perguntava-se ainda quem iria fazer a propaganda socialista e respondia que seriam alguns socialistas sinceros, oriundos da burguesia, que não eram suficientes para dar a propaganda a dimensão necessária, e por pertencerem a outro mundo suscitam a desconfiança nas massas proletárias.

Por isso, concluía que, de acordo com os preâmbulos da Internacional, “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Mas, como o mundo proletário é geralmente ignorante e falta-lhe de fato a teoria, só havia um meio a seguir, é o de sua emancipação prática, através de sua luta solidária contra os patrões, nos sindicatos, na organização, na

[387] BAKUNIN, Mikhail. "Los fundamentos económicos y sociales del anarquismo" In : HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977, pp. 146-148

federação dos núcleos de resistência. Portanto, o que contava para os operários era a luta coletiva por eles desenvolvida e sua luta prática contra os patrões. [388]

Aqui se entrelaçam dois temas caros ao pensamento de Bakunin, como parte do processo de consciência proletária. O primeiro é a questão da centralidade da organização, o segundo a importância da ação.

Referindo-se a situação concreta de Lion em 1870, Bakunin dizia que o povo possuía todos "os elementos da força que deve renovar o mundo", mas que estes elementos não eram a própria força, que para se transformarem numa força real só estando organizados.[389]

Sustentava que a associação era o único meio de se sair do abismo de ignorância e miséria no qual o povo se encontrava para realizar a humanidade sobre a terra, pois apenas a associação permitia que os proletários se esclarecessem mutuamente e se instruíssem colocando fim numa das causas do seu martírio, sua própria ignorância. Através da associação aprenderiam a

---

[388] BAKUNIN, Mikhail A. *O Socialismo Libertário*.São Paulo, Global, 1979, pp. 61e 62 e "A miséria mais atroz, contudo, mesmo quando atinge muitos milhões de proletários, não é uma condição suficiente para que ecloda a revolução. O homem é dotado, por natureza, de uma incrível paciência, que, para dizer a verdade, raia, às vezes, ao desespero, e só o Diabo sabe o que o indivíduo é capaz de suportar, quando, ao mesmo tempo que a miséria, que o condena a privações inauditas e a morrer lentamente de fome, é, além de tudo, gratificado com uma pobreza de espírito, uma sensibilidade adormecida, uma ignorância completa de seus direitos e dessa resignação inabalável, assim como dessa obediência que, entre as diferentes Nações, caracteriza sobretudo os habitantes da índia Oriental e os alemães. Este gênero de indivíduo nunca terá sobressaltos; morrerá, mas não se revoltará.
Porém, quando o levam ao desespero, sua revolta se torna mais certa. O desespero é um sentimento violento, apaixonado. Tira o indivíduo de seu sofrimento inconsciente e semiletárgico e pressupõe que este já tenha o sentimento mais ou menos claro de que uma melhora de sua condição c possível, sem que ele tenha, todavia, a esperança de consegui-la.
Ao fim de contas, ninguém pode permanecer atormentado indefinidamente pelo desespero: este conduz bem rápido o indivíduo à morte ou à ação. A qual ação? É evidente que à ação para emancipar-se e conquistar melhores condições de existência. Até o alemão, forçado ao desespero, deixa de ser um simples raciocinador; mas muitos, muitos ferimentos de amor-próprio, vexames, sofrimentos e males de todos os tipos são necessários para levá-lo ao desespero.
Ora, a miséria, mesmo unida ao desespero, não basta para suscitar a revolução social. Ambas são capazes de provocar revoltas individuais ou, a rigor, insurreições locais, mas não são determinantes para sublevar massas populares inteiras. Para isto, ainda é preciso um ideal, que sempre surge historicamente das profundezas do instinto popular, educado, amplificado e esclarecido por uma série de fatos marcantes, de experiências duras e amargas — é preciso, digo, uma idéia geral de seu direito e uma fé profunda, ardente, pode-se ate mesmo dizer, religiosa, nesse direito. Quando esse ideal e essa fé encontram-se reunidas no povo, lado a lado com a miséria que o força ao desespero, então a revolução social está próxima, inelutável e não há força que possa impedi-la." BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, pp 55 e 56

[389] IDEM. *Bakunin por Bakunin- Cartas*. CARTA A ALBERT RICHARD- Genebra- 12 de março de 1870. Biblioteca de Lyon. Brasília, Novos Tempos, 1987, p. 53

se apoiarem, a se ajudarem, a se conhecerem, colaborando para formar um poder muito maior do que o dos burgueses.

Os burgueses compreendendo que a Internacional cumpria este papel primordial de organização dos proletários, realizavam provocações a fim de jogar a Internacional na luta, querendo antecipar a batalha. Os proletários não deveriam cair nas provocações, continuando o desenvolvimento pacífico da associação a fim de juntar forças suficientes para a hora da batalha.

> "Escondamos no coração a nossa indignação, continuemos firmes, inquebrantáveis, mas calmos, sejam quais forem as provocações dos moleques impertinentes da burguesia. - Soframos ainda; não estamos nós habituados a sofrer? - Soframos, mas não esqueçamos nada."[390]

O que importava era alargar e consolidar a organização para estar preparado para a batalha. Tornar-se cada vez mais solidários, no estudo, na atividade política, no trabalho, na vida, era condição para se consolidar a organização.

Vemos, assim, que Bakunin não era o revolucionário espontaneísta e inconseqüente traçado por algumas pessoas. A organização era condição prévia da vitória, a batalha não deveria realizar-se a qualquer custo, uma derrota na hora errada poderia ter conseqüências desastrosas, e não se poderia jogar todo um trabalho de organização fora por causa das provocações burguesas e dos ímpetos irrefletidos que poderiam aparecer para responder a estas provocações.

Ressaltando sua posição, Bakunin dizia que um poder elementar, não organizado, não constitui um poder real. O Estado possui sobre o povo a vantagem de ser um poder organizado e não apenas elementar. Portanto, o problema não reside no fato de o povo ter ou não vontade de se rebelar, mas em criar uma organização que lhe dê a vitória prolongada e definitiva com sua rebeldia.[391]

Mais acima, vimos à crítica realizada por Bakunin em relação aos socialistas que acreditavam ser possível formar um pensamento socialista no

---

[390] BAKUNIN, Mikhail A. *O Socialismo Libertário*.São Paulo, Global, 1979,, pp.7-9

[391] BAKUNIN, Mikhail. "Los fundamentos económicos y sociales del anarquismo" In : HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977, p. 156

povo através da instrução e da propaganda. Cabe a nós desenvolver um pouco mais este tema neste momento.

Dizia:

> "Eu gosto muito desses socialistas burgueses que nos gritam sempre: **'**Instruamos primeiro o povo e depois o emancipemos'. Pelo contrário nós dizemos: Ele que se emancipe primeiro e se instruirá ele próprio... [os socialistas burgueses] deixam-no maçar-se com o seu trabalho quotidiano e com sua miséria, e dizem-lhe: 'instruam-se!'..."[392]

Perguntava, o que entendem os socialistas burgueses e mesmo os jovens honestos revolucionários que vão por este caminho por desespero por não verem outra saída, por instruir o povo? Trata-se de ensinar-lhes a ciência racional? Para fazer isso, para tornar-lhes as questões teóricas acessíveis, é preciso transformar sua condição de vida, subtraindo-lhe a miséria que o esmaga por todos os lados, afirmava.[393]

E ainda, Bakunin argumentava que ninguém pode querer por intermédio da propaganda mais habilmente organizada dar as massas de um país aspirações, paixões, tendências, que já não sejam fruto da sua história e que não estão instintivamente em seu seio. Nenhuma propaganda jamais deu ao povo a essência de suas aspirações, que foram sempre produto do desenvolvimento das condições reais da sua vida. A propaganda só pode potencializar o que já existe no instinto das massas, transformando estes elementos em vontade refletida, nunca pôde impor coisas estranhas ao próprio desenvolvimento das massas.[394]

Para Bakunin havia momentos em que existiam possibilidades de transformação da consciência dos trabalhadores, segundo ele, as pessoas vivem em contradição consigo mesmas, em continúas confusões. Somente quando um acontecimento extraordinário se processa, é que elas saem da sonolência habitual, e acabam refletindo sobre elas e sobre o seu redor.[395]

---

[392] IDEM. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?, p. 66
[393] IDEM. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, p. 239
[394] IDEM A. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional.* Brasília-DF, Novos Tempos, 1989, p. 81
[395] BAKUNIN, Mikhail. . "La Comuna de París y la noción de Estado-1871" In: BAKUNIN, Mikhail, A. *Obras Completas*- Tomo 2. Madri, La Piqueta, 1977, p. 180

As greves podem cumprir este papel. Inicialmente eletrizam as massas, fortalece sua energia moral e demonstra-lhe o profundo antagonismo que existe entre ela e a burguesia, em seguida contribui profundamente para provocar entre os trabalhadores a sua organização.[396]

A greve, portanto, é um precioso meio de luta, mesmo não se tendo ilusões quanto aos seus resultados econômicos. Ela aprofunda o antagonismo entre capital e trabalho, ou pelo menos o torna explícito, fortalece as organizações de trabalhadores, preparando-as por este simples fato para a grande luta revolucionária e definitiva era a sua opinião.[397]

Portanto, por tudo o que foi exposto, sobre o papel a Internacional, com suas seções centrais e corporativas, sobre a centralidade da organização e da ação como meios de se desenvolver o pensamento socialista já contido instintivamente nas massas devido à própria posição que esta se encontra na organização social, fica claro os motivos de Bakunin para que a Internacional não assumisse um programa A ou B, mas que tivesse como único escopo a organização dos trabalhadores de acordo com os princípios mais gerais. Princípios que não gerassem controvérsias, mas que fossem uma base comum para habituar os proletários, sem um pensamento político definido: a ação e organização coletiva único meio de se possibilitar ao proletário o desenvolvimento de seu pensamento socialista e de se formar uma potência real, não apenas elementar, para se combater a burguesia com possibilidade de vitórias.

Bakunin afirmava que os fundadores da Internacional haviam agido com sensatez ao eliminar do programa da Internacional todas as questões políticas e religiosas. Mesmo tendo suas próprias convicções políticas e religiosas os fundadores de internacional compreenderam que o que importava era unificar as massas do mundo numa ação comum. Para isso procuraram uma base comum em alguns princípios simples e claros sobre os quais todos os trabalhadores explorados e sérios, independentemente das suas convicções políticas e religiosas, estivessem de acordo. Se tivessem agido de outra forma,

[396] IDEM. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional.* Brasília-DF, Novos Tempos, 1989, p. 74
[397] Ibid., pp. 135 e 136

proclamando, por exemplo, o ateísmo, teriam afastado as massas da internacional e longe de uni-los os teriam dividido ainda mais.

Outra razão existiu para que os fundadores da Internacional tivessem eliminado dos seus documentos qualquer programa político. Isto se deveu ao fato de que até aquele momento não existia uma política do povo, o que existiam eram políticas burguesas que utilizavam o povo para se chegar aos seus próprios objetivos alheios aos do povo[398]

Para continuar a ser uma potência real a Internacional deveria ser capaz de abarcar os proletários de todos os países da Europa e da América. Mas, apenas um programa excessivamente geral, mais ou menos vago, poderia conseguir tal objetivo, pois ao determinar qualquer princípio político ou filosófico mais específico ocorreria a eliminação da adesão de milhões de proletários, que deixariam de aderir a Internacional.[399]Seria necessário, portanto, buscar a solidariedade dos trabalhadores no campo dos interesses econômicos, pois esta solidariedade os une enquanto as questões políticas os separam.[400]

Mas com isso Bakunin não pregava a proibição das discussões políticas e filosóficas. A preocupação exclusiva com os interesses econômicos seria a morte para o proletariado. A defesa dos interesses econômicos é a base, mas ao impedir as discussões políticas e filosóficas no seio da Internacional, a Internacional estaria privando os proletários de sua humanidade e da força moral e intelectual para conquistar seus próprios interesses econômicos.

A discussão política e filosófica era necessária ao proletariado para que ele se desenvolva enquanto ser humano, o que Bakunin rejeitava explicitamente era a adoção de um programa único por parte da Internacional, isto, para ele, seria a própria morte de qualquer discussão que poderia fazer o proletário, através da discussão e dos embates dos diferentes pontos de vista, desenvolver e formar o seu próprio pensamento, e não apenas repetir um programa oficial, elaborado por alguma mente científica e transformado em novo dogma religioso.

---

[398] BAKUNIN, Mikhail A. *O Socialismo Libertário*.São Paulo, Global, 1979, pp. 55 e 56
[399] IDEM. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional.* Brasília-DF, Novos Tempos, 1989, p. 59
[400] IDEM.. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?, p. 82

Os proletários entrariam na Internacional, de início, por objetivos eminentemente práticos, o de defesa dos seus direitos econômicos contra a burguesia de todos os países. Só por este fato o proletário já começaria a realizar política, mesmo que inconscientemente. Realizaria política na medida em que se uniria com os proletários de outros países por cima das fronteiras dos Estados nacionais, questionando a própria legitimidade da existência destes Estados. Por outro lado, realizaria política ao se colocar em ação coletiva contra os burgueses. Esta dupla política negativa prepara o caminho para o triunfo do proletariado de todos os países e sua emancipação, que traz em seu próprio seio um conteúdo universal e positivo. Neste sentido, Bakunin questiona a posição dos social-democratas alemães (depois dos conflitos com Marx) de ter desejado transformar a atitude eminentemente negativa do proletariado em uma atitude positiva, ao pregar uma cooperação com a política dos burgueses. [401]

Esta defesa do programa genérico da Internacional estava conjugada com a concepção de níveis de atuação política de Bakunin, com a formação de organizações especificamente políticas e revolucionárias, públicas e secretas, que teriam como missão suprir a lacuna do próprio programa generalista, mas incontestavelmente necessário, da Internacional.

Antes de entrar na Associação Internacional dos Trabalhadores, quando fazia parte do comitê executivo da Liga da Paz e da Liberdade[402], Bakunin elaborou uma circular aconselhando a estreita união entre a Internacional e a Liga, a Liga seria a expressão política dos interesses econômicos e sociais e dos princípios que estavam sendo desenvolvidos pela Internacional.

---

[401] BAKUNIN, Mikhail A. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional.* Brasília-DF, Novos Tempos, 1989, pp. 71-73

[402] No ano de 1867, a crescente tensão entre a França e a Prússia faz com que seja convocado um congresso em favor da paz a ser realizado em Genebra. Participam do comitê convocatório várias personalidades européias como Garibaldi, John Stuart Mill, Victor Hugo, Louis Blanc, Alexandre Herzen e Nicolau Ogarev, os dois últimos amigos íntimos de Bakunin. A convocação do congresso se tinha feito extensiva a "todos os amigos da democracia livre" No intervalo entre a publicação da convocação e a realização do congresso, se reuniram mais de dez mil assinaturas aderidas ao congresso.
A Liga era uma entidade pacifista cujo congresso aconteceu em setembro de 1867 e tinha caráter burguês. Bakunin junto com Garibaldi eram os mais lutadores.

Carr vê nisso apenas uma forma de Bakunin buscar um posto de honra para ele, ao entrar para a Internacional.[403] Nós, buscando apreender o seu pensamento em relação aos diferentes níveis de atuação, vemos nesta atitude apenas a conseqüência lógica do projeto político bakuniniano.

Se retornarmos a discussão da Liga, veremos que Bakunin, quando parte do comitê central, quis dotá-la de um programa socialista. Além disso, federalista e antiteísta. Um programa claramente político. Bakunin preocupava-se em não deixar ingressar na Liga qualquer pessoa que a desviasse de seu caminho, de modo que a grande maioria de seus aderentes permanecesse fiél ao seu programa. Estabelecendo tais regras de admissão que no momento em que o pessoal do comitê tivesse mudado, o espírito da Liga permanecesse o mesmo. Dizia ainda que se a Liga evitasse determinar seu caráter real, poderia crescer muito o seu número de aderentes, mas estas adesões se dariam ao preço do aniquilamento completo desta organização. Era o papel da Liga ainda, formar comitês nacionais e subprovinciais, deixando a cada um deles a autonomia *necessária*, porém, subordinando-os hierarquicamente ao Comitê Central de Berna.[404]

Para fazer uma apreciação mais exata sobre a proposta de Bakunin, temos que nos lembrar que nesta época Bakunin fazia parte do comitê central da Liga e havia conseguido convencer este comitê a adotar o seu programa. Quando diz em seu texto *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, que a Liga deveria ter um programa claramente definido, que deveria ter critérios de ingresso que não permitisse a entrada de pessoas que não concordassem com o programa da Liga, que as seções nacionais e subprovinciais estariam submetidas hierarquicamente ao comitê central, afirmava isso no caso do programa da Liga ser o que ele havia escrito, um programa revolucionário e socialista, não apenas um programa democrático burguês e pacifista.

Pode-se até questionar as chances de sucesso de tal iniciativa, ao se avaliar a própria composição da Liga, mas os elementos acima expostos, mais a concepção de Bakunin sobre o papel da Internacional (algo que não se

[403] CARR, E. H. *Bakunin*. Ediciones Grijalbo, Barcelona- México DF, 1972, p. 365
[404] BAKUNIN, Mikhail A. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo, Cortez, 1988, pp 3 e 4

alterou durante os anos), enquanto organização baseada principalmente na defesa de interesses mais gerais e econômicos, sem um programa político único, e mais o fato do grupo de Bakunin ter deixado a Liga no momento em que seu programa não foi aprovado, argumentando que só os socialistas eram os verdadeiros amigos da paz e da liberdade, autoriza nossas conclusões.

Para Bakunin mesmo a seção mais numerosa e mais preparada da Internacional não estava pronta para o combate. É que para organizar uma força não bastaria existirem interesses e aspirações comuns, era necessária a obstinação que só um grupo de militantes preparados pode possuir.

O exército dos revolucionários não poderia ser outro senão o próprio povo, mas para impedir que na hora da luta ele se contradiga em suas ações e para fazer que ele se rebele simultaneamente em vários pontos, como única condição para o sucesso de uma revolução, era necessário que existisse a participação dos chefes populares, pessoas do próprio povo que se desenvolveram, e nem por isso deixaram de viver com o povo, sendo povo, e que possuem uma influência considerável sobre o restante das pessoas. É claro que era necessário evitar que estas pessoas se sentissem superior aos demais, era necessário, portanto, escolher as pessoas mais dedicadas e sobretudo desinteressadas e fazer com que elas se entendessem para trabalhar nesta obra comum.

Para realizar esta obra com objetivos revolucionários, era necessário que esta se fizesse clandestinamente, pois só assim evitaria a perseguição do mundo oficial e oficioso. A própria Aliança seria uma sociedade secreta no seio da Internacional para poder desenvolver ao lado desta uma organização revolucionária. O que era necessário, portanto, não era formar o exército, que era o próprio povo, mas sim os Estados-maiores deste exército, que seria uma rede bem organizada de chefes populares.[405]

Lembremos que do período de 1864 até sua retirada da vida política Bakunin estava constantemente envolvido com seus projetos de formação de sociedades secretas. A própria Aliança da Democracia Socialista havia sido

[405] BAKUNIN, Mikhail A. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?, pp. 74-76

fundada, pelo menos publicamente, após a saída de Bakunin da Liga, sendo dissolvida, também publicamente, com sua entrada na Internacional.

Bakunin afirmava que a Internacional preparava os elementos da organização revolucionária, não os realizava. Ela organizava a luta pública e legal dos trabalhadores contra os capitalistas e a única coisa que fazia além disso era a propaganda teórica das idéias socialistas. A Internacional

> "tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, em um só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem opostos em nada, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também é em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do da Internacional."[406]

Além disso, a Aliança tinha por missão tratar de questões que não podiam ser tratadas publicamente[407], ou seja, a preparação da luta armada dos trabalhadores, a preparação da revolução.

A Aliança, portanto, organizaria as minorias revolucionárias, que não deveriam fazer a revolução por si mesmas, mediante decretos, mas suscitar a organização autônoma das massas com a ajuda dos indivíduos mais influentes de cada localidade para que a revolução saísse mais de acordo o possível com os princípios defendidos pela organização Aliança.[408]James Guillaume relata que

> "durante a sua estada no Locle, ele [Bakunin] me fez, com efeito, confidências: falou-me de uma organização secreta que unia, havia vários anos (este relato é de 1869), pelos laços de uma fraternidade revolucionária um certo número de homens em diferentes países, mais particularmente na Itália e na França; leu-me um programa contendo coisas que respondiam inteiramente às minhas próprias aspirações, e perguntou-me se eu não queria juntar-me àqueles que

[406]Ibid., pp. 72 e 74
[407] TRAGTENBERG, Maurício. "Marx/Bakunin". In: CHASIN J. *Marx Hoje, Cadernos Ensaio 1*, São Paulo, Ensaio, 1987, pp.195-216, p. 206
[408] BAKUNIN, Mikhail A. "Cartas a un francês sobre la crisis actual-1870" In: BAKUNIN, Mikhail A *Obras Completas* – Tomo I. Madri, La Piqueta, 1977, p. 122

> tinham criado essa organização. O que me surpreendeu, principalmente, nas explicações que ele me deu, foi que não se tratava em absoluto de uma associação do tipo clássico das antigas sociedades secretas, na qual se deveria obedecer a ordens vindas de cima: a organização não era outra coisa senão a livre aliança de homens que se uniam para a ação coletiva, sem formalidades, sem solenidade, sem ritos misteriosos, simplesmente porque tinham confiança uns nos outros e que a união parecia-lhes preferível à ação isolada."[409]

Portanto, a Aliança não era uma sociedade secreta fundada de acordo com as formas de organização das sociedades secretas do século XIX, como Guillaume ressalta, era apenas a reunião dos militantes revolucionários que possuíam afinidades e que para potencializarem sua ação se organizaram em um pequeno partido.

Quando Bakunin foi entrar na Internacional e a Aliança foi impedida de entrar como seção pública, a Aliança teve que se transformar numa organização secreta. Porém, já existia uma outra organização secreta de Bakunin: a Fraternidade. Estas duas organizações tiveram que se colocar de acordo. Aliás, houve uma época em que a Aliança se constituiu em sociedade secreta dentro da Internacional , mas dentro da própria Aliança existia a Irmandade, como uma organização mais coesa ainda e na Irmandade dois ou três eram os mais próximos de Bakunin.[410]

É certo que a concepção de níveis de atuação de Bakunin e sua concepção de organização política estão ligadas ao seu projeto político mais geral e não podem ser consideradas simplesmente como devaneios de um revolucionário sonhador. O papel de "facilitador" da revolução que poderia ser desempenhado pelos revolucionários trabalhando para tornar consciente o que o povo já traz no instinto,e lutando para que a revolução seja tecnicamente bem preparada e bem sucedida, não exige tantas sociedades secretas convivendo ao mesmo tempo. Neste ponto só podemos ter duas explicações: ou as sociedades secretas eram muito mais, agrupações mais ou menos transitórias, sem uma organicidade constante, o que faria que elas fossem

[409] WAGNER, Richard et alli. *Bakunin*. Imaginário, São Paulo, 1994, relato de James Guillaume, pp. 124 e 125

criadas e desfeitas a todo o tempo, ou o critério de ingresso para estas sociedades não era tão elaborado e rígido, o que fez com que mesmo na sociedade secreta não existisse absoluta confiança entre seus membros.

O fato de muitos documentos não públicos destas sociedades terem parado nas mãos de Marx, quando do conflito dele com Bakunin, mostra-nos que os que participavam destas sociedades não eram tão confiáveis.

Em todo o caso Nettlau nos diz que os documentos referentes as sociedades secretas do ano de 1868 mostram que estas não correspondiam a nenhuma realidade definitiva, isto de acordo com documentos dos primeiros meses de 1869, e que entre 1868 a 1872 a Aliança Secreta não existiu enquanto um conjunto Internacional. Mas, existiu na Espanha, por exemplo,[411] e se confiarmos no relato de Guillaume, em outros lugares também. Talvez não com coesão.

Na concepção de organização revolucionária aliancista, a organização deveria ser secreta, ter um critério de ingresso que o permitisse apenas aqueles que foram indicados pelos membros antigos entrarem na organização, as decisões tomadas pela maioria valeriam para todos, e a maioria poderia expulsar qualquer membro sem ter que dar explicações. Tudo para que a Aliança pudesse cumprir o seu papel de, clandestinamente, cuidar para que as massas não se desviassem do caminho revolucionário, para preparar tecnicamente a revolução e para fazer as aspirações instintivas das massas se desenvolverem.

Alguns consideram isto uma ditadura invisível, com a qual Bakunin queria controlar a Internacional, mas pode-se considerar mais propriamente como uma estratégia de ação política para que as idéias aliancistas prevalecessem no seio da Internacional para que esta não tivesse sua marcha obstruída por concepções anti-revolucionárias, ou concepções que os próprios aliancistas considerassem prejudiciais à causa das massas. Portanto, não era nenhuma pretensão de dominação malévola que animava estes homens, mas sim a convicção de que ao agir daquela forma, eles estavam fazendo o melhor

---

[410] CARR, E. H. *Bakunin*. Ediciones Grijalbo, Barcelona- México DF, 1972, p. 376

[411] NETTLAU, Max. *La anarquía a través de los tiempos*. Cuarta edición cibernética, enero del 2003 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 16/05/2006.

para as massas no caminho da revolução. Pode-se questionar a estratégia, argumentar as suas falhas ou acertos, mas não se pode colocá-la como um elemento estranho no conjunto da concepção política de Bakunin.

Assim, alguns elementos do pensamento de Bakunin devem ser apreendidos para que possamos compreender as divergências em relação a outras correntes anarquistas e a sua influência sobre algumas correntes que surgiram posteriormente. O primeiro era a defesa de uma organização ampla de trabalhadores que não tivesse um programa rígido, mas apenas uma orientação socialista generalista. O segundo é a sua concepção de níveis de atuação e a defesa de uma organização política revolucionária com conteúdo ideológico definido. Outro ponto é a defesa da centralidade da organização e ação como principais elementos formadores da consciência revolucionária, tornando secundário, porque ineficaz, a "conscientização" pela via educacional.

3.3 As Principais Influências Teóricas dos Anarquistas Brasileiros

Elementos do anarquismo de Bakunin, como dissemos, influenciaram os anarquistas brasileiros mas não de forma direta, enquanto concepção global e coerente. Concepções mais elaboradas que encontraram eco entre os anarquistas de São Paulo, foram as anarco-comunistas, com suas diferenças e especificidades internas, e as concepções que definiremos neste momento genericamente como "sindicalistas", sendo que em outro capitulo específico a definiremos com maior propriedade. Este tópico pretende estabelecer os traços gerais das concepções anarco-comunistas que foram incorporadas pelos anarquistas de São Paulo, obviamente devido ao próprio contexto da cidade e do país que possibilitaram esta incorporação.

Com a morte de Bakunin em 1876 um núcleo de anarquistas de influencia bakuninista organizados em torno da Federação do Jura Suíço[412],

[412] Em 1872 acontece o V Congresso da AIT em Haia que culminou com a expulsão dos anarquistas Bakunin e James Guillaume da organização, sendo que a maioria das seções latinas da *Internacional* se reuniram na chamada *Internacional Antiautoritária* que possuía como principal núcleo a Federação Jurassiana.

começou a rever alguns conceitos do coletivismo de Bakunin, muito influenciados pelas ondas revolucionárias que fracassaram na Europa da época , como por exemplo a Comuna de Paris, as tentativas insurrecionais na Espanha e Itália, pela ascensão dos partidos políticos de inspiração marxista[413] e pelo aumento do número de sindicatos disciplinados e centralizados .

Em um primeiro momento os autores tendem a identificar estas modificações com a interpretação de como a riqueza seria distribuída em uma sociedade socialista, já que entendem que no coletivismo de Bakunin as pessoas só seriam retribuídas com produtos para o seu consumo imediato de acordo com o tempo de trabalho oferecido para a comunidade, mantendo-se, assim, o mercado. Flávio Luizetto esclarece que a concepção original de coletivismo anarquista surgiu para se opor ao estatismo comunista e que o consumo se daria pelas necessidades e não pelo tempo de trabalho[414] . Algo que este grupo de anarquistas da Federação Jurassiana também acreditava.

Max Nettlau nos fala que James Guillaume havia composto em 1874 e publicado em 1876 suas *Idées sur l'Organisation sociale*, em Chaux de Fonds. Neste texto Guillaume discute o coletivismo, a retribuição segundo o trabalho feito, e o comunismo , consumo segundo as necessidades, alertando que a distribuição de forma limitada ou não se daria de acordo com a própria disponibilidade da produção que poderia abrir o caminho para a distribuição de acordo com as necessidades.

Em fevereiro de 1876 foi publicado o texto *Aux Travailleurs manuels partisans de l´action politique* por François Dumartheray, um pequeno folheto expressando as idéias de um grupo de refugiados principalmente lioneses. Este foi o primeiro texto em que apareceu o termo comunismo anarquista. O autor prometeu outro folheto que explicaria o termo, que não apareceu. Foi por

[413] Os partidos que reivindicavam Marx. Não entraremos aqui no debate sobre se estes partidos eram ou não marxistas pois este não é o objeto de nosso trabalho.

[414] Em 1869 no IV Congresso da AIT, na Basiléia, os participantes foram favoráveis a propriedade coletiva do solo mas para alguns, principalmente os delegados do Conselho Geral a distribuição dos produtos deveria ser feita pelo Estado e para outros, entre os quais se encontrava Bakunin, pelas Comunas, livres associações de produtores, a partir de então os partidários de um Estado centralizado seriam os "comunistas" e os partidários da livre associação seriam os "coletivistas" na AIT. Veja-se em:

causa do contato com estes militantes, principalmente com o próprio Dumartheray, segundo Nettlau, que Kropotkin veio aceitar o comunismo anarquista tempos mais tarde, uma vez que durante os anos seguintes, até 1879, Kropotkin não havia se ocupado da questão defendendo a comuna coletivista e mesmo no final deste mesmo ano, durante um congresso jurassiano, tenha se pronunciado a favor do anarquismo comunista, mas tendo como forma transitória o coletivismo.

Ainda em março de 1876, outro autor anarquista comunista reconhecido que influenciou muito os anarquistas brasileiros, Eliseé Reclus, já havia pronunciado um discurso no qual reconheceu o anarquismo comunista.

Neste mesmo ano depois da leitura do folheto de Guillaume, que Cafieiro, por exemplo conhecia desde 1874, parte dos anarquistas italianos aceitaram também a designação de anarquistas comunistas. O próprio Malatesta disse: "(...) éramos 'kropotkinianos' antes de Kropotkin. Kropotkin, na realidade encontrou, já dominante entre nós, aquelas que depois foram suas idéias, antes de ingressar na ala 'bakuninista' do movimento internacional".[415]

Mas, o coletivismo anarquista não pensava em distribuir o fruto do trabalho para cada um de acordo estritamente com o seu trabalho. As associações decidiriam a melhor forma de se repartir o produto do trabalho que poderia ser através do bônus hora de trabalho (outra forma de equivalente geral), um salário igual para todos, que, segundo Nettlau, era o que Bakunin defendia, ou o consumo de acordo com a necessidade. Esta foi também a posição de alguns anarquistas comunistas como Malatesta que entendia que a super-abundância da produção não era tanta para se aplicar uma regra válida para todos os lugares sem exceção.

Em relação ao que Bakunin defendia como forma de distribuição da riqueza, não encontramos menção nos textos dele. Como vimos, Nettlau afirma que a proposta de Bakunin era ter um salário igual para todos os trabalhadores

---

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920*. Doutorado, FFLCH, USP, 1984.

[415] MALATESTA, Errico e FABBRI, Luigi. O Anarco Comunismo Italiano. Luta Libertária, São Paulo, 200?, p.11

e não um salário mensurado de acordo com o trabalho. Kropotkin possui a mesma opinião de Nettlau, afirma que:

> "En cuanto a sus concepciones económicas, Bakunin era un verdadero comunista. Pero, en común con sus camaradas federalistas de la Internacional, y como concesión a la aversión que habían inspirado en Francia los comunistas autoritarios hacia el comunismo, se calificó de 'anarquista colectivista' (…)lo entendía en el sentido mencionado de no determinar previamente qué forma de distribución habían de adoptar los productores en sus distintos grupos: la solución comunista, los cheques de trabajo, los salarios iguales, o cualquier otro método""[416].

E desenvolve a crítica em relação aos coletivistas de influência marxista[417] que defendiam o que ele chama da "Capitalismo de Estado", com retribuição do trabalho estritamente de acordo com o tempo trabalhado. Polêmica esta que os anarquistas sustentaram como forma de combater estes socialistas.

O anarquista Luiz Bertoni também esclarece que o termo coletivismo foi utilizado pelos anarquistas para se diferenciar dos comunistas (estatistas), mas os comunistas estatistas passaram a utilizar este termo para indicar um comunismo limitado, no qual os instrumentos de trabalho seriam propriedade comum mas a repartição dos produtos seria feita de forma desigual.[418] Para Kropotkin:

> "El colectivismo, según sabernos, introduce importantes modificaciones en ese régimen, pero sin dejar de mantener el salario. Sólo que sustituye el patrono por el Estado, es decir, con el gobierno representativo, nacional o comunal Los representantes de la nación o del municipio, sus delegados o sus funcionarios son quienes se encargan de la gerencia de la industria, y al mismo tiempo se reservan el derecho de emplear en provecho de todos el exceso de valor de la producción.
> Además, se establece en este sistema una distinción muy sutil, pero llena de consecuencias, entre el trabajo del peón del hombre que ha hecho un aprendizaje previo. El trabajo del peón no es a los ojos del colectivista más que un trabajo simple, al paso que el artesano, el ingeniero, el sabio,

[416] KROPOTKIN, Pietr. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977, pp. 186 e 187
[417] Novamente nos referimos a auto-qualificação dos mesmos.
[418] BERTONI, Luiz. "O anarquismo no momento atual" in *A Plebe* - SP 09/10/1920.

> etcétera, practican lo que Marx llama un trabajo compuesto y tienen derecho a un salario más alto."[419]

Neste sentido, criticando os "modernos coletivistas", os auto-denominados comunistas libertários[420] acreditavam que uma sociedade que distribuísse a riqueza de acordo com o trabalho realizado deveria portar um número enorme de aparelhos administrativos o que geraria uma burocracia e uma autoridade perniciosa para a sociedade.

Os comunistas anarquistas diziam também que a conspiração só poderia levar a uma revolução política e não a revolução social e esta era uma divergência de fato e profunda em relação as concepções bakuninianas. Além disso a AIT tinha demonstrado o seu limite já que só conseguia organizar a massa de trabalhadores para conseguir melhorias imediatas em sua condição de vida. O que era necessário era fazer com que as massas estivessem imbuídas do ideal anarquista para que as mesmas pudessem preparar a revolução e realizá-la, as massas deveriam estar esclarecidas sobre o seu papel histórico e é neste sentido que deveria se projetar à atuação libertária, no sentido da educação do povo, no sentido da modificação dos valores da sociedade para que, daí sim, o povo pudesse fazer a revolução.

Esta avaliação nós encontramos no texto de Reclus sobre a Comuna de Paris. O autor, que foi preso num reconhecimento feito por um destacamento das forças revolucionárias da Comuna de Paris no Planalto de Châtillon" ,[421] diz:

> "Em alguns dias, em algumas horas, o turbilhão dos eventos leva a mesma multidão às manifestações mais contrárias de apoteose ou de maldição. Aqueles dentre nós que combateram pela Comuna conhecem essas terríveis ressacas da maré humana. Na partida para os postos avançados, acompanhavam-nos saudações comoventes, lágrimas de admiração brilhavam nos olhos daqueles que nos aclamavam, as mulheres agitavam seus lenços carinhosamente. Mas qual foi a acolhida dos heróis da véspera que, depois de ter escapado do massacre,

[419] KROPOTKIN, Pietr *La Conquista del pan.*. Traducción de León-Ignacio, digitalizada por J. de M, www. cgt.es , acessado em 04/06/2006.
[420] Em 1880 a Federação Jurassiana adota o Comunismo Libertário.
[421] RECLUS , Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo, Imaginário, 2002, p 14

> retornaram como prisioneiros entre duas fileiras de soldados? Em muitos bairros, o povo compunha-se dos mesmos indivíduos; mas que contraste absoluto em seus sentimentos e em sua atitude! Que conjunto de gritos e de maldições! Que ferocidade nas palavras de ódio. 'À morte! À morte! À metralhadora! Ao *moinho de café!* [metralhadora] À guilhotina!'"[422]

Esta experiência, assim como os fracassos das insurreições na Europa do final do século XIX, marca profundamente a Reclus e outros anarco-comunistas. A orientação teórica do anarquismo muda essencialmente de Bakunin para os anarco-comunistas.

Mas, temos que ressaltar que existem grandes divergências entre o posicionamento prático-teórico de Kropotkin e Reclus por um lado, e Malatesta por outro. Os dois primeiros fundam sua concepção de anarquismo numa visão evolucionista e cientificista de mundo enquanto Malatesta a funda numa visão essencialmente voluntarista da natureza humana, estas diferenças vão levar a opções estratégicas e táticas distintas e estas opções chegam a determinar alguns debates entre os anarquistas brasileiros aparecendo de acordo com o contexto do país e das respostas que estes anarquistas tinham que dar para interferir na realidade nacional.

Para uma parcela dos anarco-comunistas para que tal grau de esclarecimento fosse possível era necessário contar com o apoio de certas parcelas da classe dominante esclarecidas, uma vez que eram essas que possuíam a cultura necessária para educar as massas, foi neste ponto que alguns anarco-comunistas começaram a preconizar uma estratégia policlassista de transformação da realidade, havendo também uma aproximação com os círculos literários, o que não aconteceu com todos os comunistas libertários.[423]

Para se contrapor a elitização dos anarquistas, que cada vez mais perdiam seu tempo em estéreis discussões filosóficas sem vínculo com a luta

[422] RECLUS , Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo, Imaginário, 2002,p39

[423] Na Espanha por exemplo onde os ideais comunistas libertários tiveram significativa influência entre as massas camponesas (não entre os elementos urbanos que adotaram as propostas bakuninistas em sua maioria) foi flagrante a falta de uma intelectualidade anarquista e de elementos, até mesmo, da classe média, que foi a base social do PCE durante a Guerra Civil (1936-1939). Veja-se em: LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y El Poder, 1868-1969.* Madri, Espanha, Ruedo Ibérico, 1972.

de classes, alguns anarquistas começaram a ver no sindicalismo o antídoto do educacionismo culturalista comunista libertário. Estes anarquistas viam o sindicato como órgão de transformação social e de gestão da nova sociedade, prescindindo assim da organização política anarquista, uma vez que a classe operária já estaria em seu período de maturidade não necessitando de organizações externas à própria organização das classes trabalhadoras, o sindicato.

Para os sindicalistas revolucionários os sindicatos deveriam ser instrumentos revolucionários embora não devessem ser portadores de nenhuma ideologia política específica, o sindicato deveria portar várias ideologias, desde que seguisse algumas características e princípios básicos.[424] As principais características eram:

> "En primer lugar, sus defensores expresaban actitudes beligerantes como clase y profesaban objetivos revolucionarios. Los sindicalistas revolucionarios veían los intereses de clase como fundamentalmente irreconciliables, *y* el conflicto de clases, por tanto, como algo inevitable (…) En segundo lugar, los sindicalistas revolucionarios creían que el modo más eficaz de lograr objetivos a corto y a largo plazo era la acción directa y colectiva de los trabajadores, movilizados principalmente contra los patrones en el frente de la lucha de clases, *y* más generalmente contra la totalidad del sistema sociopolítico sobre el que se erigía la economía capitalista. En tercer lugar, los sindicalistas revolucionarios insistían en que la acción directa requería la organización de los obreros en el punto de la producción, en su capacidad *como* trabajadores. Así, consideraban a los sindicatos como el instrumentos crucial para la lucha, tanto para objetivos inmediatos como a largo plazo."[425]

Uma vertente próxima ao sindicalismo revolucionário foi o anarco-sindicalismo que possuía como traço distintivo o fato de que para os anarco-

[424] As bases do modelo sindicalista revolucionário se encontram na CGT francesa do início do século XX. Neste modelo o sindicato era o organismo revolucionário, que faria a revolução e cumpriria as funções de gestão da economia e sociedade, a principal estratégia era a greve geral revolucionária e algumas de suas táticas eram o boicote, a sabotagem e a própria greve.

[425] LINDEN, Marcel Van Der e THORPE, Wayne. "Auge y Decadencia del Sindicalismo Revolucionaro." In: *Libre Pensamiento*, , 29/30, p. 6-19. Madri, Espanha, Confederación General del Trabajo (CGT), Primavera de 1999, pp. 6 e 7.

sindicalistas o sindicato deveria ter um programa anarquista que apontasse para a construção do comunismo libertário.

Alguns anarquistas tentaram aglutinar todos aqueles que se auto-denominam anarquistas em uma mesma federação, este tipo de organização é a sintetista sobre a qual Sabastian Faure teorizou, na qual deveria-se manter a autonomia para que os grupos fizessem a sua ação localmente e os mesmos só se coordenariam em caso de necessidade, assim seria possível a convivência de diferentes concepções de anarquismo em uma mesma "família".[426]

O desenvolvimento da teoria e dos posicionamentos sobre as correntes anarquistas nós faremos nos capítulos subseqüentes. Este tópico serviu apenas para contextualizar brevemente as bases da discussão e apontar algumas das principais diferenças entre as correntes anarquistas. A substância destas divergências nós desenvolveremos em pontos específicos para cada corrente que influenciou o anarquismo militante operário do Brasil.

3.3.1 O anarquismo comunista de Kropotkin e Reclus

O anarquismo comunista de Kropotkin e Reclus foi a principal base teórica dos anarquistas de São Paulo. Neste ponto, apresentaremos as principais características do pensamento Kropotkiniano que acabaram por influenciar os anarquistas brasileiros.

Kropotkin considerava a anarquia parte da evolução natural do mundo, sendo que o próprio desenvolvimento científico atestaria isso. Buscava, para confirmar suas teses, o apoio da análise científica da física, da biologia, etc. Afirmava:

> "Nas ciências físicas, as entidades: calor, magnetismo, eletricidade, desaparecem. Quando um físico fala hoje de

[426] Concepção federalista baseada em Proudhon e oposta a apresentada pelo grupo de anarquistas russos no exílio (pós-revolução de 1917) *Dielo Trouda* em seu texto *Plataforma de Organização*, onde os mesmos defendem uma organização anarquista com unidade teórica e programática como forma de potencializar as ações anarquistas não pretendendo aglutinar todos os anarquistas de diferentes matizes sob uma mesma sigla. Veja-se em: Makhno, Nestor. *Anarquia & Organização*, São Paulo, Luta Libertária, 2001, p. 35-60.

> um corpo aquecido ou eletrizado, não vê mais uma massa inanimada, à qual viria juntar-se uma força desconhecida. Esforça-se para reconhecer nesse corpo, e no espaço que o rodeia, a marcha, as vibrações dos átomos infinitamente pequenos que se dirigem em todos os sentidos, vibram, movem-se, vivem, e por suas vibrações, choques, vida, produzem os fenômenos de calor, luz, magnetismo ou eletricidade. (...)O botânico e o zoólogo estudam o indivíduo -sua vida, sua adaptação ao meio. Das modificações que nele se produzem, sob a ação da seca ou da umidade, do calor ou do frio, da abundância ou da pobreza do alimento, da sua maior ou menor sensibilidade às ações do meio exterior, nascerão as espécies; e as variações da espécie não são para o biólogo mais do que resultantes - somas de variações que se produzem em cada indivíduo separadamente. A espécie será o que forem os indivíduos, sofrendo cada um as mesmas influências sem número dos meios em que vivem, e aos quais cada um corresponde de sua maneira"[427]

Desta forma, o que estava relacionado ao conjunto dependeria do estudo e da ação das parcelas menores, parcelas microscópicas da matéria organizada. A própria harmonia que o pensamento humano detecta na natureza, procede da constatação de certa estabilidade dos fenômenos.

Mas, esta estabilidade não acontece, para Kropotkin, por causa de um certo plano preestabelecido por uma vontade inteligente. As leis naturais são, ao contrário, a aproximação de certos fenômenos

> "e cada 'lei' natural assume um caráter condicional de casualidade, isto é: *se* tal fenômeno se produzir em tais condições, seguir-se-á tal fenômeno. Nada de leis existentes fora do fenômeno: é o fenômeno e não a lei que determina aquele que lhe sucede.
> Nada há de preconcebido no que nós chamamos a harmonia da natureza. Bastou para estabelecê-la o acaso dos choques e dos encontros"[428]

Assim, a harmonia apareceria, para Kropotkin, como um equilíbrio temporário como uma adaptação provisória que dura com a condição de se modificar continuamente. Mas, se uma destas forças for contrariada por algum

[427] KROPOTKIN, Pietr. *A Anarquia, Sua Filosofia, Seu Ideal*. Imaginário, São Paulo, 2000, p. 21
[428] KROPOTKIN, Pietr. *A Anarquia, Sua Filosofia, Seu Ideal*. Imaginário, São Paulo, 2000., pp 24 e 25

tempo na sua ação, a harmonia desapareceria rompendo o equilíbrio estabelecido até reencontrar uma nova posição de equilíbrio.

Por isso, Kropotkin considerava que só em sua época é que os homens começavam a reconquistar, através da luta, alguns direitos de associação que representariam a harmonia na sociedade.

Aliás, esta noção estava intimamente ligada a defesa do apoio mútuo como fator de evolução. Contrariando as teses de alguns pesquisadores que, interpretando Darwin, defendiam ser a luta e a competição intra-espécie o fator de evolução e uma lei natural, nos diz:

> "cuando más tarde las relaciones entre el darwinismo y la sociología atrajeron mi atención, no pude estar de acuerdo con ninguno de los numerosos trabajos que juzgaban de un modo u otro una cuestión extremadamente importante. Todos ellos trataban de demostrar que el hombre, gracias a su inteligencia superior y a sus conocimientos puede suavizar la dureza de la lucha por la vida entre los hombres pero al mismo tiempo, todos ellos reconocían que la lucha por los medios de subsistencia de cada animal contra todos sus congéneres, y de cada hombre contra todos los hombres, es una 'ley Natural'. Sin embargo, no podía estar de acuerdo con este punto de vista, puesto que me había convencido antes de que, reconocer la despiadada lucha interior por la existencia en los límites de cada especie, y considerar tal guerra como una condición de progreso, significaría aceptar algo que no sólo no ha sido demostrado aún, sino que de ningún modo es confirmado por la observación directa."[429]

Kropotkin procurava demonstrar que a luta pela existência não deveria ser restringida a uma luta dos indivíduos da mesma espécie pelos meios de subsistência, mas deveria ser entendida como a adaptação dos indivíduos as condições mais favoráveis que garantissem "não só a supervivencia da mesma espécie mas um mais amplo desenvolvimento de vida comum e da felicidade individual e colectiva"[430]

O apoio mútuo é garantido graças ao instinto de sociabilidade que se desenvolveu lentamente nos animais e homens através de um período grande

[429] IDEM. *El Apoyo Mutuo.* Arquivo PDF. www. cgt.es, acessado em 15/07/2006.
[430] KROPOTKIN, Pietr. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Princípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, pp. 147 e 148

de evolução, ensinando os animais e os homens a ter consciência da força adquirida quando se prática a ajuda e o apoio mútuo.

> "Una importancia de esta distinción podrá ser apreciada fácilmente por todo aquél que estudie la psicología de los animales, y más aún, la ética humana. El amor, la simpatía y el sacrificio de sí mismos, naturalmente, desempeñan un papel enorme en el desarrollo progresivo de nuestros sentimientos morales. Pero la sociedad, en la humanidad, de ningún modo le ha creado sobre el amor ni tampoco sobre la simpatía.
> Se ha creado sobre la conciencia -aunque sea instintiva- de la solidaridad humana y de la dependencia recíproca de los hombres. Se ha creado sobre el reconocimiento inconscientes semiconsciente de la fuerza que la práctica común de dependencia estrecha de la felicidad de cada individuo de la felicidad de todos, y sobre los sentimientos de justicia o de equidad, que obligan al individuo a considerar los derechos de cada uno de los otros como iguales a sus propios derechos."[431]

A defesa do apoio mútuo é feita por Kropotkin através do estudo científico da realidade, realizado com o método próprio das ciências naturais. Os mesmos fatores observáveis nas sociedades das formigas ou abelhas seriam válidos para a análise da sociedade humana.

Desta forma, Kropotkin defendendo o método por ele utilizado, afirmava que nos campos da filosofia do direito, na teoria da moral, na economia política, na história seja das nações ou das instituições , o anarquismo estaria mostrando que não se contentaria com conclusões metafísicas buscando constantemente uma base nas ciências da natureza.[432]

Neste sentido, a crítica aos "metafísicos" que tentariam convencer o naturalista que a vida mental e moral do homem se desenvolveria de acordo com as "Leis Inatas do Espírito" era ferrenha. O naturalista continuaria por sua vez a proceder ao estudo fisiológico dos fenômenos da vida, a inteligência, as emoções e paixões, demonstrando que tudo poderia ser reduzido a fenômenos químicos e físicos, buscando descobrir as leis naturais em que se baseiam.

[431] IDEM. *El Apoyo Mutuo.* Arquivo PDF. www. cgt.es, acessado em 15/07/2006.
[432] IDEM. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977, p.169

Mesmo o método dialético estaria superado e esquecido felizmente pela ciência , pois,

> "Los descubrimientos del siglo diecinueve en los campos de la mecánica, la física, la química, la biología, la psicología física, la antropología, la psicología de las naciones, etcétera, no se hicieron mediante el método dialéctico sino mediante el método científico-natural, el método de la inducción y la deducción. Y puesto que el hombre es parte de la naturaleza, y puesto que la vida de su 'espíritu', tanto personal como social, no es más que un fenómeno de la naturaleza, como lo es el crecer de una flor o la evolución de la vida social entre hormigas y abejas, no hay motivo alguno para que cambiemos bruscamente nuestro método de investigación por pasar de la flor al hombre, o de la colonia de castores a una población humana."[433]

Portanto, a base científica do anarquista só podia completar-se com o despertar do naturalismo que aportou "el estudio científico natural de las instituciones sociales humanas"

O anarquismo só reconheceria o método científico natural, aplicando este método às ciências humanas, propondo a reconstruir todas as ciências que tratam do homem e a revisar todas as idéias de direito e de justiça, formando uma concepção do universo que abarcasse toda a natureza incluindo o próprio homem. [434]

Segundo Kropotkin, a própria filosofia evolucionista teria colaborado, com o conceito da plasticidade orgânica, para demonstrar a adaptação dos organismos as suas necessárias condições de existência.[435]

O cientista teria o dever de, pela análise da sociedade, separar as tendências da evolução e pô-las em relevo. Depois colocar estas tendências em prática com aqueles que pensam de forma igual e também demolir todas as instituições e preconceitos que atrapalhassem o rumo natural das tendências apreendidas. Desta forma, auxiliando a realização destas tendências haveria o trabalho pelo progresso.[436]

---

[433] KROPOTKIN, Pietr. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977, p.171
[434] Ibid., p. 217
[435] IDEM. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, pp 146 e 147
[436] KROPOTKIN, Pitr. *A Anarquia, Sua Filosofia, Seu Ideal*. Imaginário, São Paulo, 2000, pp. 66 e 67

E qual seria a tendência da evolução apreendida pelo cientista?

A tendência ao comunismo, "que por toda a parte e sob todos os aspectos possíveis e imagináveis se manifesta no meio mesmo das nossas sociedades tão profundamente eivada de individualismo."[437]

Mas, esta tendência não é absolutamente nova na história, segundo Kropotkin. Desde a fase primitiva, nas tribos, várias instituições e códigos morais compatíveis com o comunismo foram elaboradas. Sendo que estes costumes sociáveis eram mantidos através do costume e da tradição.[438]

As guildas, fraternidades, etc., eram exemplos de instituições que serviam para a defesa mútua, para o aprendizado e exercício das profissões, para o socorro em casos de doenças, para a defesa dos territórios, para o comércio, tudo sem ter necessidade de se recorrer ao Estado, refletindo também uma tendência comunista. O próprio

> "europeu do século XII era essencialmente federalista. Homem de livre iniciativa e de livre entendimento, partidário acérrimo de uniões desejadas e livremente aceitas, ele via, em si próprio, o ponto de partida para toda a sociedade. Assim, não procurava remédios na obediência, nem pedia um messias, um salvador de instituições, porque não conhecia, enfim, a idéia de disciplina cristã e romana.
> Mas, sob a influência da Igreja cristã — sempre enamorada da autoridade e sempre disposta a impor o seu domínio sobre as almas, e muito especialmente sobre os braços dos trabalhadores, seus fiéis; e animada, além disso, pelo direito romano que, desde o século XII, vinha fazendo estragos consideráveis na corte dos poderosos: os senhores, os reis e os papas, e que se tinha tornado o estudo favorito nas universidades — sob a influência destes dois ensinos que se harmonizam perfeitamente, se bem que, na sua origem, tivessem sido encarniçados inimigos, os espíritos foram-se pervertendo à medida que triunfavam o sacerdote e o legislador.
> Desde então, o homem converteu-se num amante da autoridade."[439]

Assim, de acordo com Kropotkin, a vida local baseada no direito consuetudinário[440], disputou seu espaço com a centralização de poderes, que

[437] IDEM. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, p. 196
[438] IDEM. *O Estado e Seu Papel Histórico.* Imaginário, São Paulo, 2000, p. 16

tem por base o direito romano, durante o desenvolvimento da história, sendo que as duas fórmulas sociais não poderiam conviver juntas. Na história a segunda matou a primeira e o princípio de submissão e disciplina, o princípio puro do Estado, venceu a batalha.[441]

As leis, por exemplo, seriam produto dos tempos modernos, os homens haviam, segundo Kropotkin, vivido séculos sem nenhuma lei escrita, nem sequer gravadas em símbolos sobre as portas dos templos. As relações humanas eram reguladas apenas pelos costumes, hábitos e usos, adquiridos pelas pessoas desde a infância.[442]

Mas, o estudo científico da sociedade indicaria a modificação da tendência afirmada através da ampliação dos poderes do Estado. Neste sentido, o progresso moderno tenderia a confiar a "agrupamentos livres de homens livres", ou seja, as associações de caráter privado, todos os serviços que eram monopólios do Estado,[443] fazendo voltar a organização comunista para Kropotkin.

A tendência ao comunismo era um fato para Kropotkin e o pensador anarquista que estudasse as sociedades tal como elas se apresentam no momento atual, segundo ele, seguiria o curso natural indicado pela moderna filosofia da evolução e conseguiria apreender o sentido da evolução que tenderia a reduzir a zero as atribuições do governo, "isto é, o escopo final de toda a evolução social é o de uma sociedade sem governo"[444]

Desta forma, apesar da feição egoísta que a produção mercantil imprimiu aos espíritos, a tendência ao comunismo se revelaria a cada momento penetrando todas as relações sociais. Kropotkin para exemplificar a sua afirmativa nos fornece vários exemplos:

---

[439] KROPOTKIN, Pitr. *O Estado e Seu Papel Histórico*. Imaginário, São Paulo, 2000,., pp. 53 e 54
[440] IDEM *La Ley y la Autoridad*. Primera edición cibernética, noviembre del 2005, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[441] IDEM. *O Estado e Seu Papel Histórico*. Imaginário, São Paulo, 2000., p. 61
[442] IDEM. *La Ley y la Autoridad*. Primera edición cibernética, noviembre del 2005, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[443] IDEM. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, p. 215
[444] KROPOTKIN, Pietr. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, pp. 132 e 133

> "Antigamente, embora por um preço módico, cobrava-se a passagem sobre a ponte para nos transportarmos de um lado ao outro; hoje isso é anacrônico, a ponte foi franqueada ao público, ninguém mais paga um centil para a atravessar. Outrora também, se preferíssemos uma estrada empedrada a um caminho tortuoso, teríamos de pagar certa soma calculada a tanto por légua, costume esse que desapareceu da nossa civilização e que só no Oriente ainda se mantém. Museus, bibliotecas públicas, escolas gratuitas, refeições e inspecções médicas às crianças das escolas primárias; parques, jardins, passeios, jogos ginásticos ao ar livre, franqueados ao público; ruas calçadas e iluminadas, acessíveis a todos; água potável a domicilio a taxa fixa sem medidor, isto é, com tendência geral ao consumo livre — tal o breve quadro de instituições fundadas no principio essencialmente comunista de cada um tomar e usar aquilo de que necessita."[445]

Mas, para Kropotkin, não era só esta tendência ao consumo de acordo com as necessidades que apontavam para o comunismo, outras instituições também demonstrariam isso. As companhias de seguro contra o roubo, as sociedades de voluntários para a defesa do território, da costa, todas com o Estado tentando fazer com que fiquem sob sua tutela,[446] mas demonstrando a tendência a livre associação da humanidade.

Um marinheiro de um barco salva-vidas também não perguntaria aos tripulantes de um barco sob o risco de afundar quais os serviços prestados a sociedade de cada passageiro para os salvar. Pelo contrário, o salva-vidas arriscaria a sua própria vida sem pestanejar para salvar a dos outros.

Também as sociedades privadas que se fundam seriam a prova da tendência da humanidade ao comunismo. Segundo Kropotkin, surgem todas as espécies de sociedade, para o estudo das ciências naturais, da ginástica, atlética, recreio, datilografia, taquigrafia, também surgem sociedades de vulgarização das ciências, de preservação da vida, sociedades industriais, comerciais, artísticas, etc.,

> "sociedades para uma obra de grande fôlego ou de simples passa-tempo. Em resumo: não faltam aos homens campos para exercerem utilmente a sua actividade, o caso é

[445] Ibid., pp. 191 e 192
[446] IDEM. *A Anarquia, Sua Filosofia, Seu Ideal*. Imaginário, São Paulo, 2000, p. 51

> quererem trabalhar de concerto reunindo os seus esforços para um dado fim sem que careçam da intervenção, sempre incomoda, de um governo.
> Diariamente novas sociedades se formam e a estas outras já existentes se agregam para formarem vastas federações que transpõem as fronteiras convencionais dos países e cooperam utilmente na realização de qualquer grande obra social. Tal é a tendência do nosso século: cooperação livre dos homens excluída a acção governamental por inútil."[447]

Até mesmo o disciplinado exército alemão seria influenciado por estas sociedades privadas. As sociedades que tem por objetivo propagar os conhecimentos militares, para Kropotkin, pululavam na Alemanha. Num congresso da Aliança Militar Alemã havia delegados de 2452 sociedades federadas com mais de 150 mil membros segundo ele. Estas sociedades teriam objetivos diversos, eram de tiros, jogos militares, estratégicos, de estudos topográficos, etc., sendo nestas sociedades que se elaborariam os conhecimentos técnicos do exército alemão e não nas escolas de regimento. Estas sociedades livres e federadas constituiriam a verdadeira força do exército alemão, mesmo que tivessem o detestável objetivo de dar sustentação ao Império.[448]

Portanto, Kropotkin tenta demonstrar que em todas as partes o Estado abandona as suas funções aos particulares, fazendo com que fosse clara a tendência a um futuro sem Estado, onde fosse possível a harmonia dos ajustes e reajustes perpétuos entre as variadas forças e influências, sem que nenhuma das forças gozasse da proteção do Estado.[449]

Em linhas gerais podemos dizer que Kropotkin através do método das ciências naturais e da sua generalização para a sociedade humana, além do seu desejo de ver em todos os elementos a tendência ao comunismo anarquista, entendia, de forma otimista, que a sociedade caminhava para o cume da sua evolução.

---

[447] KROPOTKIN, Pietr. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, pp. 210 e 211
[448] IDEM. *La Conquista del pan.*. Traducción de León-Ignacio, digitalizada por J. de M, www. cgt.es , acessado em 04/06/2006.
[449] KROPOTKIN, Pietr. *ANARQUISMO-Definición para la Enciclopedia Británica.* Primera edición cibernética, noviembre del 2005,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

Esta concepção evolucionista do anarquismo nós também encontramos em Éliseé Reclus. O texto *A Evolução, A Revolução e O Ideal Anarquista* com grande difusão no meio anarquista da época, fornecia o suporte teórico necessário para as afirmações que consideravam a Anarquia como finalidade do progresso humano.

Para Reclus,

> "nós também devemos conseguir compreender com perfeita retidão e sinceridade todas as idéias daqueles que combatemos; devemos fazê-las nossas, mas para dar-lhes seu verdadeiro sentido. Todos os raciocínios de nossos interlocutores, retardados pelas teorias ultrapassadas, classificam-se naturalmente em seu verdadeiro lugar, no passado, não no futuro. Eles pertencem à filosofia da história."[450]

Percebemos que Reclus considera as idéias anarquistas mais perfeitas do que as idéias dos adversários, tema recorrente nos jornais anarquistas pesquisados por nós, as outras concepções dos adversários políticos faziam parte do passado, pronto a ser superado pelo advento do anarquismo.

Mas, de acordo com Reclus, esta evolução não se faria de maneira retilínea e gradual, é um processo com progressos e retrocessos, são longos períodos de evolução em que irrompem revoluções que libertam o avanço da história de suas barreiras.

> "De revolução em revolução o curso da história assemelha-se àquele de um rio estancado de espaço em espaço por comportas. Todo governo, todo partido vencedor tenta, por sua vez, represar a correnteza para utilizá-la, à direita e à esquerda, em suas pastagens ou em seus moinhos. A esperança dos reacionários é que seja sempre assim e que o povo-ovelha deixe-se, de século em século, desviar de seu caminho, enganar por hábeis soldados, ou por advogados eloqüentes"[451]

É neste caráter de progresso ou retrocesso que se encontra a posição dos homens na luta de classes. O fato de ocorrer inevitavelmente à evolução não quer dizer que ela seja sempre benéfica para a humanidade,

---

[450] RECLUS , Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo, Imaginário, 2002.
[451] RECLUS , Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo, Imaginário, 2002, p 38

> “as revoluções não são necessariamente um progresso, assim como as evoluções nem sempre são orientadas para a justiça. Tudo muda, tudo se move na natureza, em um movimento eterno, mas, se pode haver progresso, pode também existir retrocesso, e se as evoluções tendem para um desenvolvimento da vida, há outras que tendem para a morte”[452]

Neste sentido,

> “não convém deixar-se embalar por uma doce quietude, aguardando os acontecimentos favoráveis. Aqui o fatalismo oriental não é aceito, pois nossos adversários não repousam, absolutamente; e, por sinal, são amiúde levados por um movimento regressivo”[453]

Vale lembrar que não havia oposição entre evolução e revolução para Reclus:

> “Em comparação com este fato primordial da evolução e da vida universal, o que são todos estes pequenos acontecimentos denominados revoluções: astronômicas, geológicas ou políticas? Vibrações quase insensíveis, aparências, poder-se-ia dizer. É por miríades e miríades que as revoluções se sucedem na evolução universal; mas, por mínimas que sejam, elas fazem parte deste movimento infinito.
> Assim, a ciência não vê nenhuma oposição entre estas duas palavras — evolução e revolução — que se parecem muito, mas que, na linguagem comum, são empregadas num sentido completamente distinto de seu primeiro significado”[454]

Portanto, para Reclus, a revolução e a evolução não eram antagônicas e ocorriam conjuntamente em nossa sociedade. As transformações poderiam ser progressivas ou regressivas, mas apenas as que caminhassem no sentido da anarquia seriam benéficas para a humanidade. Desta forma, justifica-se teoricamente a necessidade da ação, não deixando que a concepção evolucionista faça os militantes cair na passividade.

[452] Ibid., p 29
[453] Ibid., p 93
[454] Ibid., p. 21

Devemos também nos ater a compreensão kropotkiniana da moral e a vinculada por Faure rapidamente, pois só assim podemos ter uma noção mais exata da influência destas concepções nos anarquistas de São Paulo.

Segundo Kropotkin, os animais que vivem em sociedade são capazes de fazer a distinção entre o bem e o mal, assim como o homem, além disso, as suas idéias do que é o bem e o mal são da mesma natureza do que as dos homens, sendo que entre os "representantes mejor desarrollados de cada especie independiente (peces, insectos, aves, mamíferos) son incluso idénticas"[455] Como exemplo Kropotkin dizia que uma formiga não negava a outra formiga o alimento quando ela própria já tivesse recebido a parcela suficiente para sobreviver. Segundo ele,

> "La hormiga, el gorrión, la marmota, el salvaje no han leído a Kant ni a los Padres de la Iglesia, ni siquiera a Moisés. Y, sin embargo, todos tienen la misma idea de bien y mal. Y si reflexionamos un instante sobre lo que hay en el fondo de esta idea, veremos directamente que lo que hormigas, marmotas y moralistas cristianos o ateos consideran bueno es lo que es útil para la preservación de la especie, y lo que se considera malo es lo que es perjudicial para su preservación. Pero no para el individuo, como decían Bentham y Mill, sino lo que es justo y bueno para toda la especie.
> La idea de bien y mal no tiene pues nada que ver con la religión o con una mística conciencia. Es una necesidad natural de las especies animales. Y cuando fundadores de religiones, filósofos y moralistas nos hablan de entidades divinas o metafísicas, no hacen sino refundir lo que hormigas y gorriones practican en su pequeña sociedad."[456]

Portanto, o que era bom estava relacionado a espécie e a noção da solidariedade intrínseca da mesma definida pelo autor como o apoio e ajuda mútua. Desta forma a moral observada no conjunto do reino animal poderia ser resumida a fórmula trate os outros como você gostaria de ser tratado nas mesmas circunstâncias. Neste sentido, seria justo falar que Kropotkin defendia a noção de que as pessoas não deveriam fazer aos demais o que não

[455] KROPOTKIN, Pietr *La Moral Anarquista*.. Primera edición cibernética, Febrero del 2006,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[456] Ibid.

gostariam que os outros fizessem a elas. Esta seria a expressão da justiça e da igualdade de direitos, relacionada com o próprio conceito de ajuda mútua.

Mas esta expressão não satisfaria a consciência íntegra da moral para Kropotkin, além da ajuda mútua, a justiça, também o espírito de sacrifício, entendido como um ponto mais desenvolvido da própria evolução moral, deveria ser levado em conta para a existência da consciência moral. [457]

Kropotkin também enxerga a moral sob o ponto de vista das ciências da natureza. Assim como considerava a economia como a fisiologia da sociedade, considerava a ética como a física dos costumes.[458]

A moral serviria para que a sociedade se organizasse sem a necessidade de um código de leis escritas, pois esta é independente e anterior as leis escritas e a própria normatização da vida estabelecida pela religião.[459] Todas as sociedades para existir deveriam admitir um certo número de princípios de ordem moral, e estes fazem parte da própria natureza do ser humano.

Para Kropotkin, além disso, todas as religiões buscavam o seu princípio de um fundo comum da moral social, que são desenvolvidos graças a convivência dos homens estabelecida de acordo com os princípios de apoio mútuo e altruísmo em relação ao que é comum e ao bem-estar da coletividade.

Faure também faz a distinção entre o problema da moral oficial e não oficial. Diz que a moral está intimamente ligada a capacidade de se realizar o bem ou o mal e implica escolhas em um dos dois sentidos.

A moral oficial está intimamente ligada a religião e as leis, oficialmente se prega que ao agir de acordo com os escritos religiosos e de acordo com as leis do país a pessoa está agindo corretamente, portanto bem. As pessoas podem agir por interesse e estar de acordo com a religião e a lei, buscando uma recompensa externa que não seja a própria recompensa de agir conforme o que considera correto, neste caso Faure questiona se ao agir assim a pessoa está se portando moralmente.

---

[457] KROPOTKIN, Pietr *Origen y evolución de la moral.* Primera edición cibernética, mayo del 2003, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006
[458] Ibid.
[459] IDEM. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932., p. 232

Diz que as pessoas podem se portar moralmente sem buscar recompensas exteriores, buscando tão somente sua satisfação interior. É o velho tema egoísmo X altruísmo que tanto se repetia nos meios anarquistas do início do século.

Só agindo de forma moral, mesmo sem estar de acordo com os preceitos religiosos e oficiais, o homem poderia conquistar a felicidade segundo Faure.[460]

Neste sentido, vemos a preocupação dos dois autores de vincular a moral sobre um código de conduta interior que buscasse a realização do bem, independentemente da moral oficial, que muitas vezes não atingiria este bem, e das leis.

Assim, as regras morais deveriam ser internalizadas pelos indivíduos, levando ao espírito de sacrifício apontado por Kropotkin, como condição para se viver em sociedade, sem necessitar de Estado e Religião, dois instrumentos opressores. Kropotkin afirmava que:

> "Lo que el género humano admira en un hombre auténticamente moral es su energía, la exuberancia de vida que le empuja a entregar su inteligencia, su sentimiento, su acción, sin pedir nada a cambio."[461]

Desta forma, a tarefa fundamental dos anarquistas seria a de inspirar ao homem ideais capazes de despertar a exaltação e a força indispensável para realizar a união entre a energia individual e o trabalho para o bem.[462]

Neste sentido, não seria certo acusar a humanidade se a própria pessoa por decisão individual resolve paralisar as suas energias. O que seria necessário era ser forte diante de todas as injustiças, pois lutar, para Kropotkin, era viver e considerava mais intensa a vida quanto mais forte fosse a luta. Desta forma a luta vivida em duas horas valeira mais do que anos "vegetando".[463]

Além disso, agir moralmente de acordo com os princípios anarquistas "que é a característica da marcha da humanidade, é agir no interesse desta, è

---

[460] FAURE, Sebatian. *Temas Subversivos- La Moral Oficial y... la Otra*. La Protesta, Buenos Aires, 1922.
[461] KROPOTKIN, Pietr *La Moral Anarquista*.. Primera edición cibernética, Febrero del 2006,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[462] IDEM. *Origen y evolución de la moral.* Primera edición cibernética, mayo del 2003, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006
[463]KROPOTKIN, Pietr. *La Moral Anarquista*.. Primera edición cibernética, Febrero del 2006,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

marchar na vanguarda das suas manifestas tendências."[464] É, portanto, colaborar para que se cumpra a marcha evolutiva da humanidade rumo ao máximo do seu desenvolvimento.

3.3.2 O anarquismo comunista de Malatesta

Malatesta foi outro autor anarquista comunista que influenciou as concepções dos anarquistas de São Paulo. Seus textos eram publicados pela imprensa anarquista e operária e, por causa do seu caráter didático, serviam como guias práticos para a ação.

As concepções de organização e sindical de Malatesta foram as que estiveram mais presentes em parte consideráveis do anarquismo de São Paulo. Malatesta também possuía discordâncias em relação ao anarco-comunismo kropotkiniano, principalmente em relação ao cientificismo. Defendia o anarquismo baseado sobre ações voluntárias e não na pretensa cientificidade e inevitabilidade do anarquismo. Neste sentido, o anarquismo de Malatesta era muito mais voluntarista.

Em relação aos sindicatos, Malatesta entendia que não se deveria confundir o sindicalismo, que seria uma doutrina e método para a resolução da questão social com a própria existência e atividades dos sindicatos.

Os sindicatos, ligas de resistência, associações, eram úteis na opinião de Malatesta, seriam uma fase necessária de ascensão do proletariado, dando aos trabalhadores a noção da sua real posição na luta de classes, colaborando para que neles nascesse o desejo de transformação social, habituando-os na prática da solidariedade e da luta. Postura semelhante a de Bakunin ao analisar a Internacional.

Além disso, o movimento sindical era um fato, e não necessitaria da aquiescência dos anarquistas para existir. Neste sentido, seria um absurdo querer que os trabalhadores renunciassem as tentativas de melhorias imediatas à espera da emancipação social total.

---

[464] IDEM. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Pincípios econômicos.* São Paulo, Unitas, 1932, p. 241

Porém, Malatesta criticava aqueles que viam no movimento operário o remédio universal para todos os males sociais sendo suficiente em si. Para Malatesta o movimento operário apesar de todas as suas virtudes e potencial não poderia ser em si um movimento revolucionário, pois por mais que defendesse em teoria a supressão das iniqüidades da sociedade presente através da declaração revolucionária dos seus estatutos, deveria, para sobreviver, adaptar-se as circunstâncias presentes , tentando obter o máximo possível de conquistas, transigindo com os patrões e o governo. Neste sentido, os sindicatos operários são, para Malatesta, por natureza, reformistas.

> "O espírito revolucionário deve ser-lhe levado, desenvolvido e mantido pelo trabalho constante dos revolucionários que agem fora e dentro do sindicato, mas ele não pode provir de prática natural e normal. (...)
> O sindicato só pode fazer ação Revolucionaria se estiver impregnado do espírito de sacrifício, à medida que o ideal esteja situado acima dos interesses, quer dizer, somente na medida em que cesse de ser sindicato econômico para se tornar grupo político fundado sobre um ideal, o que é impossível nas grandes organizações que necessitam, para agir, do consentimento das massas, sempre mais ou menos egoístas, medrosas e lentas."[465]

Assim, Malatesta entendia que o sindicato, enquanto fosse sindicato, seria, na prática, reformista. Dizia ainda que os interesses sindicais eram na maioria das vezes corporativistas, chegando a estar de acordo com os interesses dos patrões e contra os interesses de outras categorias em algumas situações. Até mesmo o internacionalismo proletário defendido pelos revolucionários era negado por alguns sindicatos que chegavam a defender o interesse dos capitalistas autóctones contra os trabalhadores estrangeiros, mesmo que na teoria ainda defendessem os princípios internacionalistas.

Malatesta entendia que os militantes que estivessem integrados somente no movimento operário esperando que este viesse a regenerar a sociedade futura estariam condenados a sempre recomeçar o seu trabalho do início por causa da tendência imediatista e corporativista dos sindicatos. Além disso,

[465] MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, p. 100

> "Não é verdade, como garantem os sindicalistas, que a organização operária de hoje servirá de quadro à sociedade futura e facilitará a passagem do regime burguês para o regime igualitário. (...)
> Os quadros das organizações operárias atuais correspondem às condições contemporâneas da vida econômica, resultante da evolução histórica da sociedade e da imposição do capitalismo. Mas a nova sociedade só pode ser feita destruindo os quadros e criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos objetivos sociais. (...)
> Para que servirão esses agrupamentos quando, após a supressão do patronato e a transformação das relações comerciais, boa parte das profissões e das indústrias atuais tiverem desaparecido, algumas em definitivo, por serem inúteis e perigosas, outras momentaneamente, porque, ainda que úteis no futuro, não teriam razão de ser nem possibilidades no período agitado da crise social? Para que servirão, para citar um exemplo entre mil, as organizações dos talhadores de mármore de Garrara, quando for necessário que eles partam para cultivar a terra, para aumentar a produção alimentícia, deixando para o futuro a construção dos monumentos e dos palácios de mármore?"[466]

Apesar de realizar todas estas críticas aos sindicatos e ao sindicalismo Malatesta, como já apontamos, entendia que os anarquistas deveriam reconhecer a sua utilidade e importância, favorecendo o seu desenvolvimento, fazendo com que os sindicatos se transformassem em um dos instrumentos da ação anarquista, fazendo isso com as demais forças progressistas, para que essa ação desembocasse na revolução social que conduzisse a supressão das classes sociais. Neste sentido, Malatesta entendia que os sindicatos não deveriam ser anarquistas, mas portar em seu seio todas as correntes progressistas da sociedade que pudessem desenvolver a sua propaganda e ação livremente. Afirmava:

> "No estado atual das coisas, queremos que o movimento operário, aberto a todas as correntes de idéias e tomando parte em todos os aspectos da vida social, econômica e moral, viva e se desenvolva sem nenhuma dominação de partido, do nosso assim como dos outros."[467]

[466] MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, pp. 102 e 103
[467] MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, p. 104

Mas, se Malatesta considerava que a organização sindical e a sua luta restrita seria insuficiente o que ele defendia pra se alcançar a Revolução Social e a sociedade anarquista?

Malatesta entendia haver uma necessidade imperiosa da existência de organizações políticas anarquistas, assim como Bakunin, que atuassem tanto dentro como fora dos sindicatos para a realização integral do anarquismo, procurando desta forma acabar com os germens da reação e degeneração das lutas.[468]

O problema específico da organização tinha três esferas para Malatesta, a organização social, sem a qual não existe a sociedade, a organização das forças populares, particularmente das massas operárias contra os capitalistas e o governo e a organização do partido anarquista, a organização específica dos militantes anarquistas.

As bases de uma organização anarquista deveriam estar fundamentadas, para Malatesta, na plena autonomia e independência dos indivíduos e grupos, mas com responsabilidade, dever moral de cumprir todos os compromissos assumidos e nada fazer que contradiga o programa da organização.

Em uma organização anarquista os congressos, mesmo possuindo todas as deficiências dos organismos representativos, estariam isentos de todo o autoritarismo, pois suas decisões não teriam o poder de leis que poderiam ser impostas aos outros. Os congressos serviriam para intensificar as relações entre os militantes mais ativos, serviriam também para a formulação de vias de ação, trocar informações sobre o que estava acontecendo nas diferentes regiões, para salientar as diferentes opiniões entre as distintas correntes anarquistas. Suas decisões não seriam obrigatórias mas simples sugestões, conselhos e proposições remetidas a todos os interessados que só se executam para aqueles que as aceitam.

Na organização anarquista, todos podem professar todas as opiniões e usar as táticas que não contradigam os princípios aceitos e não prejudiquem a

[468] apud. RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas*. Barcelona, Tusquets, 1977, pp. 161 e 162

ação dos outros. E mesmo assim, a organização anarquista só duraria enquanto os motivos de união fossem mais fortes do que os motivos de divergência política, se os segundos ultrapassassem os primeiros a organização deveria deixar de existir deixando espaço para que outra mais homogênea surgisse em seu lugar.[469]

3.3.3 Sindicalismo Revolucionário e Anarco-Sindicalismo

Na historiografia brasileira o termo anarco-sindicalismo é bastante utilizado para designar a ação e concepção dos anarquistas partidários da ação sindical. Neste sentido, é importante esclarecer o que vem a ser a concepção anarco-sindicalista e a concepção sindicalista revolucionária, presente, por exemplo, na Confederação Geral do Trabalho da França, cuja concepção influenciou decisivamente a orientação dos primeiros organismos sindicais brasileiros.

É necessário esclarecer em primeiro lugar que alguns dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário fundamentavam suas concepções de acordo com determinada leitura do marxismo.

Um dos teóricos do sindicalismo revolucionário, Edouard Berth, considerava o sindicalismo revolucionário uma filosofia dos produtores, que concebe a sociedade conforme o modelo de uma oficina sem patrões, neste sentido, para se estabelecer sua concepção, deveria desaparecer a idéia de Estado, por ser uma sociedade parasitária por excelência.

Para ele, o marxismo era a teoria mais adequada a um movimento operário verdadeiramente revolucionário. A grande oficina se aperfeiçoando vai substituindo a disciplina do trabalho automático, uma disciplina de quartel, por uma disciplina voluntária, baseada no sentimento do dever, isto porque as exigências da técnica prevaleceriam com o desenvolvimento capitalista sobre as exigências do mando e da hierarquia. O sindicalismo seria o passo limite desta evolução, não cria a oficina sem patrões apenas o recolhe do próprio

[469] MALATESTA, Errico. *Textos Escolhidos – Seleção e notas Grupo Anarquista 1º de Maio*. L & PM, Porto Alegre, 1984, pp. 113- 116

desenvolvimento do capitalismo, sendo um processo fatal desta evolução, somando apenas um processo voluntário ao preparar os trabalhadores.

O reconhecimento que o sindicalismo faz do desenvolvimento do capitalismo não se restringe às transformações materiais, mas também ao aspecto moral e espiritual, que graças a sua disciplina de ferro permite que o homem saia do seu estado individualista primitivo e realize trabalhos coletivos cada vez mais aperfeiçoados. Neste sentido, a coação foi saudável e benéfica para o início da civilização e prepara, graças a disciplina imposta, as condições necessárias para a civilização elevar-se ao trabalho livre e voluntário, continua.

Assim, estes pontos seriam fundamentais para afastar o sindicalismo do anarquismo na concepção de Berth, pois o anarquismo tem sido, para ele, um protesto permanente contra a civilização, que exige tantos esforços para dar tão pouca felicidade.

E este protesto anarquista parte da rebelião do indivíduo, do selvagem primitivo, do homem em estado de natureza, buscando retornar a sua liberdade primitiva. Para comprovar seus argumentos o autor afirma que é só ler qualquer autor anarquista como, por exemplo, Rosseau, para ver o horror que a sociedade o inspira: “El hombre, exclama, es naturalmente bueno, al salir de las manos del Creador; es la civilización la que le deprava. Todo el pensamiento anarquista está aquí ya”[470]

Aqui se apresenta uma certa confusão feita pelo autor que procura o pensamento anarquista em Rosseau e diz que os anarquistas pretendem que o homem volte ao estado de natureza, algo rechaçado veementemente por Bakunin por exemplo, por considerar que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada como finalidade do processo histórico, chegando a criticar a própria concepção da liberdade em estado de natureza dos clássicos liberais.

O anarquismo era de origem artesã, camponesa ou aristocrática para Berth, portanto, só poderia ser um protesto contra a civilização capitalista, e seu caráter de protesto assume assim uma feição reacionária, das classes

[470] BERTH, Edouard. *Anarquismo y Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

extra-capitalistas, que vêem no capitalismo um monstro que está destinado a acabar com seu modo de vida.

O autor ainda considera que o anarquismo nega o caráter social da liberdade. Assim, busca as correntes anarquistas apenas na sua vertente individualista, aliás, o próprio Proudhon é salvo por ele, como um pensador não anarquista e que influenciou o sindicalismo revolucionário. Neste sentido, justifica seu posicionamento recorrendo a leitura de Stirner e seu livro *El único y su propiedad.*

Para ele, a metafísica anarquista seria incapaz de compreender a revolução marxista e sindicalista, porque, para o anarquismo, a sociedade não teria existência a não ser sob o aspecto da limitação da liberdade individual. Desta forma, a sociedade seria apenas a justaposição das unidades individuais.

Para o socialismo a sociedade significaria cooperação de esforços que se multiplicam de forma a não reverter em perdas para os indivíduos, ao contrário, existindo ganhos, pois a solidão significa impotência e miséria. E quem melhor demonstrou este aspecto do socialismo, "a realidade do ser social", para Berth, não foi ninguém menos do que o mutualista Proudhon, considerado por muitos o "pai" do anarquismo.

Além disso, Proudhon havia sido um ardente defensor do mundo do trabalho, e como o socialismo era uma filosofia dos produtores que reduzia a sociedade ao plano da oficina e não reconhecia o direito a existência fora deste plano do trabalho, haveria grande convergência entre os pressupostos sindicalistas e mutualistas de Proudhon, baseados na federação econômica dos produtores.

> "(,,,) sea sobre el problema de la guerra o sobre el de la producción, hay una oposición completa de puntos de vista entre Proudhon y el anarquismo. Y como yo considero a Proudhon como el teórico más auténtico de los tiempos pasados -al lado de Marx- que pueda invocar el sindicalismo, creo que tengo algún derecho a concluir que entre el anarquismo y el sindicalismo existen diferencias profundas. Esto es tan evidente, por otra parte, que los sindicalistas tienen enfrente no sólo la oposición abierta del Socialismo, donde los restos del viejo guesdismo tratan aún de balbucear algunas palabras, sino también la oposición de

> *Tiempos Nuevos*, donde los restos del viejo anarquismo intentan resistir a la absorción creciente del sindicalismo revolucionário"[471]

O francês Hubert Lagardelle definia o sindicalismo como uma teoria que dá as organizações operárias profissionais animadas de espírito revolucionário, um valor de transformação social. Para ele o sindicalismo revolucionário é um socialismo operário.

Por causa da sua defesa da luta de classes se afastaria do corporativismo, do modelo do trade-unionismo inglês. Pela importância que dá as instituições proletárias, como o sindicato, se afastaria do socialismo parlamentar e pelo seu interesse nas criações práticas e o seu desprezo a ideologia se afastaria do anarquismo tradicional.[472]

Tanto o sindicalismo quanto o socialismo parlamentar perseguiriam teoricamente os mesmos fins, a socialização dos meios de produção e de troca, mas o socialismo parlamentar partiria do fatalismo econômico para desembocar na corrupção democrática e no estatismo. O proletariado, por sua vez, já havia alcançado a maturidade política para agir por conta própria não necessitando que alguém falasse por ele.

Os socialistas parlamentaristas acreditam que basta tomar o Estado para mudar a face do mundo mediante decretos. Assim, a nova sociedade seria criada mecanicamente, como num passe de mágica. Este otimismo governamental era compartilhado por duas formas de socialismo parlamentar, o reformista e o revolucionário, só se diferenciariam no caminho para se chegar ao poder, enquanto uns nutririam ilusões a respeito das formas democráticas, outros tentariam conquistar o poder ditatorialmente, por meio da força. Mas, para Lagardelle, o Estado não poderia realizar estas transformações, pois é um organismo morto e exterior a sociedade, sendo que só a vida é criadora.

> "Este error del socialismo parlamentario dimana, según el sindicalismo, de su creencia en que los partidos eran la

[471] BERTH, Edouard. *Anarquismo y Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.
[472] Lembremos que esta era a época do desenvolvimento do anarco-comunismo, que na França assumia feições intelectualizadas, com ênfase no aspecto ideológico e no "mundo das idéias".

> expresión política de las clases. Mas, si las clases son los productos naturales de la economía y de la historia, los partidos no son más que creaciones artificiales de la sociedad política."[473]

Por outro lado, para o autor, os teóricos do anarquismo comunista atacam muito o sindicalismo, censurando o pragmatismo e o anti-intelectualismo do sindicalismo. O sindicalismo nasceu da prática, por isso desprezaria dogmas, tendo um método, portanto, mais realista.

A crítica aos anarquistas continua afirmando que eles entendem que a idéia engendra a ação, relegando o econômico para um aspecto secundário afirmando que o prioritário é o aspecto ideológico. Desta forma, entenderiam que o sindicato só os serve como campo para melhor poder fazer propaganda da sua ideologia, pretendendo, neste sentido, subordinar o sindicato aos seus ditames.

Além disso, para o anarquismo não existiria luta de classes, mas sim luta humana. Os anarquistas não entenderiam que nenhuma classe em particular fosse revolucionária, centravam a sua preocupação em conscientizar todos os homens, por isso a ênfase dos anarquistas nos aspectos da propaganda ideológica e da cultura livresca . "La superstición científica, la adoración de la cosa escrita, el intelectualismo en todas sus formas no han tenido adeptos más fanáticos."

O anarquismo também seria anti-parlamentar pregando ao cidadão que não vote, já o sindicalismo seria extra-parlamentar, pois ignora o cidadão só reconhecendo os produtores, desta forma não preconiza a via parlamentar mas deixa a liberdade para os sindicalizados terem suas opções políticas fora das associações de classe.

Por tudo isso, o autor considera que

> "No hay, pues, similitud entre el anarquismo y el sindicalismo. Existe, cierto, una nueva tendencia que con el nombre de *anarquismo obrero* aspira a confundirse con el sindicalismo. Pero, en realidad, vuelve la espalda a las

[473] LAGARDELLE, Hubert. *El Sindicalismo.* Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

> teorías anarquistas tradicionales, y el anarquismo oficial le combate, considerándolo como una desviación."[474]

Portanto, o anarquismo era considerado apenas como a vertente que priorizava a propaganda ideológica, sendo que este anarquismo operário, como coloca o autor, se chocaria contra o anarquismo "oficial", portanto, não sendo reconhecido enquanto anarquista. Para nós tanto um quanto outro são diferentes correntes do anarquismo, que possuem aspectos não conciliáveis.

Lagardelle, depois de explicitar os motivos pelos quais o sindicalismo revolucionário não pode ser equiparado ao socialismo parlamentar nem ao anarquismo, diz que a filosofia de Marx não tem nada de estéril como pretende a corrente socialista parlamentarista. Marx, segundo Lagardelle, nunca havia falado que a evolução econômica transformaria automaticamente o mundo, mas mostrou em que condições o proletariado poderia utilizar a evolução do capitalismo, atuando no terreno da luta de classes. Assim, o marxismo seria uma teoria da ação e uma filosofia da prática.

A tomada do poder político também não significaria a utilização das formas tradicionais do Estado e dos poderes públicos, para decretar autoritariamente o socialismo. O proletariado deveria sustentar a sua luta política tendo a capacidade de atuar sobre o conjunto da sociedade, mas Marx não especificou as formas concretas que este poder político assumiria na luta de classes.

Para Marx, segundo a leitura do autor, as classes sociais se diferenciariam por suas instituições e ideologia, cada classe criando seus próprios organismos, com os quais se afirmam suas concepções jurídicas, morais e políticas. Para se emancipar o proletariado não poderia tomar a sua organização e ideologia emprestados da burguesia, necessitaria criar as suas próprias instituições graças as quais realizaria o ideal da sociedade sem patrões e Estado. Por isso, Lagardelle também define o sindicalismo revolucionário como socialismo das instituições.

---

[474] LAGARDELLE, Hubert. *El Sindicalismo.* Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

Assim, Lagardelle considerava que “la función revolucionaria de los Sindicatos es, pues, precisa para Marx; son los vehículos organizados para la supresión del salariado y de la dominación del capital.”[475]

Desta forma, aqui também encontramos uma determinada leitura marxista como suporte teórico do sindicalismo revolucionário.

O escritor italiano Sérgio Pannunzio, que após passar pelo sindicalismo revolucionário acabaria construindo parte das organizações fascistas italianas, como outro sindicalista revolucionário Edmondo Rossoni, afirmava que a diferença essencial entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo é que o primeiro ao rechaçar o Estado não rechaça ao mesmo tempo toda a forma de organização autoritária da sociedade, já o anarquismo rechaça de modo absoluto todo princípio de autoridade, conseqüentemente toda forma de autoridade social.

Por outro lado, tanto o sindicalismo quanto o anarquismo demonstrariam que o Estado é um instrumento das classes dirigentes e deveria ser combatido nos seus elementos centrais e vitais. Sobre a necessidade do anti-militarismo, também havia acordo entre as duas correntes.[476]

Retornando a diferença, que residiria justamente na questão da autoridade social, haveria o fato de que o sindicalismo seria antes de tudo pragmático, de uma vez só representaria a teoria e a prática, que formariam uma unidade perfeita no sindicalismo, sendo que este não pertenceria a nenhuma corrente, seja ela anarquista, socialista ou republicana.

Para os sindicalistas revolucionários, na visão de Pannunzio, são os fatos que educam os homens, e os anarquistas não estariam convencidos desta simples verdade. Os anarquistas desejariam reduzir a realidade exterior a seus raciocínios estreitos, medindo as coisas de acordo com a sua própria mentalidade, querendo estabelecer uma identidade entre suas idéias e os fatos exteriores de qualquer maneira. O problema é que a lógica dos fatos nem sempre é a lógica de certas idéias destacava o autor.

---

[475] LAGARDELLE, Hubert. *El Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

[476] Pensamento contrário a Edouard Berth que entendia que o anti-militarismo anarquista estava baseado no pacifismo burguês, enquanto o anti-militarismo sindicalista baseava-se na luta de classes.

Os anarquistas também não reconheceriam a necessidade da prática e da ação, desejariam estender seu domínio espiritual sobre o mundo externo e este seria o modo de agir dos anarquistas não somente em relação a seu partido, mas nas relações com as massas que pretendem educar.

Outro ponto de divergência, é que o anarquismo não se preocuparia tanto com a estruturação econômica da sociedade futura se preocupando mais com seus aspectos morais. O sindicalismo, ao contrário do anarquismo, como já foi apontado, não seria anti-autoritário, apesar de ser contra o poder estatal, pois entendia que para a organização econômica da sociedade sindicalista deveria existir princípios de direção e coordenação.[477] Neste sentido, também Pannunzio acaba apontando várias diferenças entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário.

Um dos mais conhecidos sindicalistas revolucionários foi Georges Sorel. Sorel teve a infelicidade de ser considerado um dos precursores do fascismo. Um dos pontos que levaram a isso foi a apologia da violência realizada por ele. Jacques Julliard na apresentação do livro de Sorel *Reflexões sobre a violência*, diz que se Sorel tivesse utilizado a expressão ruptura revolucionária, em vez de violência, que era o sentido que ele queria dar a violência na luta de classes para a superação do capitalismo, talvez ele não tivesse tantos problemas de interpretação e contasse com outros adeptos. Ainda sobre esta questão da relação de Sorel com o fascismo o próprio Julliard afirma:

> "Sorel era um revolucionário não violento, com tendências individualistas e anarquizantes, profundamente hostil à razão de Estado e a seu aparelho. Ele jamais mudou a esse respeito, e gostaríamos de saber de que maneira os que fazem dele um ancestral do fascismo convivem com essa realidade incontornável. Não há, em nosso conhecimento, fascista que tenha proclamado o primado do indivíduo, que tenha invocado o 'desaparecimento da ordem capitalista' , a supressão do Estado e o advento de 'produtores livres trabalhando numa oficina destituída de patrões'"[478]

[477] PANNUNZIO, Sérgio. *Sindicalismo y Anarquismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

O Livro de Sorel citado acima traz a análise do mito como uma representação coletiva mobilizadora, da violência nas relações de classe e no desenvolvimento histórico da sociedade e a idéia de greve geral.

Em relação à violência proletária, um dos pontos que Sorel observava é que ela "muda o aspecto de todos os conflitos no curso dos quais é observada", pois a violência negaria a força organizada da burguesia (Sorel faz distinção entre violência proletária e força organizada pela burguesia), pretendendo suprimir o núcleo central desta força organizada: o Estado. Por isso os socialistas parlamentares ficariam desorientados ante a presença da violência proletária, pois nada saberiam fazer fora do Estado e sem a anuência do mesmo.[479]

Em relação ao mito diz ter notado que ao longo dos seus estudos percebeu que

> "os homens que participam dos grandes movimentos sociais representam sua ação imediata sob a forma de imagens de batalhas que asseguram o triunfo de sua causa. Propus chamar de *mitos* essas construções, cujo conhecimento é tão importante para o historiador: a greve geral dos sindicalistas e a revolução catastrófica de Marx são mitos"[480]

Assim, afirmava que ao empregar o termo mito, no sentido da mobilização coletiva, entendia que não precisaria mais descer a crítica de detalhe sobre a greve geral para poder provar a viabilidade prática desta empreitada. Mas, as críticas sobre o termo vieram, pois uns entendiam que os mitos convinham apenas para sociedades primitivas, outros julgavam que ele queria fazer que sonhos fossem os motores do mundo moderno.

Sorel afirmava que poderia se falar indefinidamente de revoltas sem que estas provocassem jamais um movimento revolucionário, enquanto não existissem mitos aceitos pelas massas. A greve geral ganharia importância neste sentido, o de ser o mito mobilizador que impulsionaria as revoltas a transformar-se em revoluções.

---

[478] SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, apresentação de Jacques Julliard, p. 12
[479] Ibid., p. 39
[480] Ibid., p. 41

Os socialistas legalitários teriam medo do mito da greve geral justamente por isso, por terem medo da revolução que atingiria seus privilégios, e procuravam equiparar o mito da greve geral a idéia de utopia. Sorel define assim as diferenças entre a revolucionária concepção de mito e a utopia (esta última permitiria a sua aplicação em pequenas reformas):

> "Os mitos revolucionários atuais são quase puros; permitem compreender a atividade, os sentimentos e as idéias das massas populares que se preparam para entrar numa luta decisiva; não são descrições de coisas, mas expressões de vontades. A utopia, ao contrário, é o produto de um trabalho intelectual; é obra de teóricos que, após terem observado e discutido os fatos, buscam estabelecer um modelo a que se possam comparar as sociedades existentes para avaliar o bem e o mal que encerram; é uma composição de instituições imaginárias, mas que mantêm com instituições reais analogias bastante grandes para que o jurista possa pensar sobre elas; é uma construção desmontável, de que alguns pedaços foram talhados de maneira a poderem passar (mediante certos ajustamentos) numa legislação futura. Enquanto nossos mitos atuais conduzem os homens a se prepararem para um combate destinado a destruir o que existe, a utopia sempre teve por efeito dirigir os espíritos para reformas que poderão ser efetuadas fragmentando o sistema. Não é de surpreender, portanto, que tantos utopistas puderam tornar-se homens de Estado hábeis quando adquiriram uma maior experiência da vida política. Um mito não poderia ser refutado, pois no fundo é idêntico às convicções de um grupo, é a expressão dessas convicções em linguagem de movimento, sendo portanto indecomponível em partes que possam ser aplicadas num plano de descrições históricas. A utopia, ao contrário, pode ser discutida, como toda constituição social. Podem-se comparar os movimentos automáticos que ela supõe com aqueles constatados ao longo da história e, assim, apreciar sua verossimilhança. Pode-se refutá-la demonstrando que a economia sobre a qual a fazem repousar é incompatível com as necessidades da produção atual."[481]

Em outro texto, com outro escopo, Sorel traça um paralelo entre o desenvolvimento materialista da burguesia e o desenvolvimento do proletariado. Afirma que a burguesia tem atuado revolucionariamente e esta

[481] SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp 49 e 50

revolução se tem feito através da transformação dos instrumentos de produção, sem levar em consideração as iniciativas individuais. Neste sentido, esta revolução se processa de uma maneira materialista, pois nunca se guia pela idéia dos meios a empregar para obter a grandeza de uma classe.

Os capitalistas, “em seu furor inovador”, quando realiza o desenvolvimento materialista, não pensam na classe a qual pertencem ou no seu país, pensam unicamente em realizar as coisas que o beneficiem diretamente. Os sindicatos também não deveriam subordinar seus interesses a alta economia de um país, por exemplo, mas sim aproveitar o máximo possível das vantagens apresentadas em situações favoráveis.

O sindicalismo revolucionário também conceberia o seu papel de maneira materialista, reflexo, de certa forma, da própria prática capitalista. O sindicalismo tiraria partido da luta de classes assim como a burguesia buscaria tirar partido da concorrência, é pragmático e isso gera desconfianças:

> “Los individuos que se precian de conocer la ciencia social y la filosofía de la historia, se muestran muy desconfiados al ver manifestarse instintos tan indisciplinados; se preguntan, con una inquietud a veces cómica, adónde conducirá semejante barbarie; se preocupan de prever las reglas que el proletariado deberá adoptar cuando las fuerzas difusas de la revolución se concentren, se organicen y tengan necesidad de órganos reguladores. Hay en toda esta actitud de los doctos infinita ignorancia.”[482]

O sindicalismo revolucionário encarnaria o que há de verdadeiro no marxismo, segundo Sorel, que é a primazia da luta de classes no projeto socialista. A luta de classes não seria um conceito sociológico para uso dos sábios e sim o aspecto ideológico da guerra social empreendida pelo proletariado contra os chefes de indústrias, tendo no sindicato o instrumento necessário desta guerra social.

Os socialistas parlamentares buscariam inclinar o parlamento a conceder uma legislação social em benefício dos trabalhadores, a imprensa

[482] IDEM. *El Sindicalismo Revolucionario*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

socialista seria utilizada para tentar alcançar este objetivo sensibilizando a opinião burguesa, apelando para a moralidade, bondade, etc. Seria um retorno aos utopistas que esperavam que a burguesia ilustrada se convencesse da necessidade da transformação social , assim não seria estranho que tenha se desenvolvido o espírito pequeno-burguês nos parlamentares que chegaram aos seus postos por causa da confiança dos seus companheiros.[483]

Estes autores sindicalistas revolucionários que trabalhamos até aqui reivindicam o marxismo. Cada um com uma ênfase diferente, com uma análise particular, chegaram a defesa do sindicalismo revolucionário, por meio, pelo menos é o que acreditavam, da teoria materialista da história, do conceito de luta de classes, da determinação econômica, etc.

Alguns autores sindicalistas revolucionários, por outro lado, eram anarquistas, mas mesmo estes

> "que se decían anarquistas no repudiaban las tesis de la economía política de Marx, en tanto que los marxistas que militaban en el sindicalismo revolucionario no se encontraban conformes con el Marx esterilizado por los libros de texto oficiales (y en aquel entonces, lo oficial era Kautsky, Bebel, Bernstein).
> En consecuencia, el sindicalismo revolucionario fue una corriente de izquierda comunista o de izquierda anarquista."[484]

O anarquista Paul Delesalle em seu texto *La acción Sindical y Los Anarquistas* , demonstrando também uma concepção materialista, afirmava que toda a forma social continha em si mesma os agentes de sua transformação, e seriam as mesmas leis que regem o sistema capitalista que levariam a sua própria destruição, graças ao antagonismo de classes desenvolvido em seu seio. O regime industrial do capitalismo desenvolvido teria como corolário no âmbito das relações sociais a organização profissional. Pelo fato de o sindicato ser o grupo que melhor representaria os explorados em sua luta contra os exploradores os anarquistas não deveriam se opor a esta forma de agregação operária.

---

[483]SOREL, George *El Sindicalismo Revolucionario*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.
[484] SOREL, George et alli. *Sindicalismo Revolucionário*. Jucar, Madrid, 1978, prólogo de Carlos Diaz, pp 8 e 9

Além disso, o sindicato possuiria a vantagem de agregar as pessoas em torno de interesses que lhes são comuns, portanto, não dividiria as pessoas em torno de interesses políticos particulares, individuais ou de grupos.

As organizações operárias surgiram mutualistas, com o tempo passaram a ter uma pauta predominantemente reformista, reivindicando aumento de salários, menos duração da jornada de trabalho, etc. Delesalle afirma que, já quando escrevia, o sindicato tinha se transformado em revolucionário e socialista. Muitos anarquistas que participavam dos sindicatos influenciavam com as suas idéias, portanto, estes deveriam libertá-lo das suas velhas fórmulas e transformá-lo em comunista e anarquista, de acordo com o autor. Nota-se neste ponto o que seria um elemento precursor do anarco-sindicalismo, a pretensão de ideologizar o sindicato, transformá-lo patrimônio de uma corrente ideológica.

Muitos anarquistas fariam objeções aos camaradas que atuavam nos sindicatos com argumentos semelhantes aos utilizados pelos sindicalistas contra os socialistas parlamentaristas, de que a atuação sindical corria o risco de perder de vista a finalidade e restringir-se a um movimento reformista, diz Delesalle, afirmando ainda que estes argumentos eram válidos. Mas, este seria apenas um argumento a mais para os anarquistas entrarem nos sindicatos e imprimir neste um caráter anarquista que se afastasse das vantagens imediatas e tivesse em vista a supressão da sociedade capitalista. O sindicato também seria um ambiente mais fecundo para as idéias anarquistas, pois todo o exército de sem trabalho e vagabundos seria muito difícil de movimentar.

Ainda dialogando com os anarquistas, Delesalle afirma que o ideal seria grupos compostos exclusivamente por revolucionários, mas se existem outros grupos de pessoas que não são revolucionárias, os revolucionários deveriam ir até eles, estar em todos os lugares onde existissem indivíduos para convencer, neste sentido, o sindicato seria um excelente meio de propaganda.

Os anarquistas estando nos sindicatos, poderiam impedir que ele se desviasse do rumo revolucionário caindo em um caminho reformista ou num desvio autoritário, possibilitando a formação de uma aristocracia operária.

Por todos os motivos apontados Delesalle defendia a atuação dos anarquistas no sindicato a fim de demonstrar aos trabalhadores que sua emancipação completa só seria alcançada por meio de uma Revolução Internacional Comunista Anarquista.[485]

Outro anarquista, Emile Pouget, analisava a questão da sabotagem de acordo com a noção da diferença entre o valor da força de trabalho e da sua capacidade de produção, ou melhor, entre o preço da força de trabalho, pois faz uma certa confusão entre a lei da oferta e da procura e uma certa noção de "mais valia" que busca desenvolver.

Avaliando, além disso, que quando o operário, uma mercadoria como qualquer outra na sociedade capitalista, vai celebrar o seu contrato de trabalho com o capitalista, não está em condições iguais a este. A miséria, a fome, etc. obrigam-no a estabelecer um contrato sem a serenidade necessária. Por esta falta de características bilaterais nos contratos, pelo seu caráter unilateral, desenvolve-se, no mercado de trabalho, a guerra entre os capitalistas e produtores, que não podem pôr-se em um terreno comum. Vejamos o que diz o autor:

> "El sabotaje deriva de la concepción capitalista de que el trabajo es una mercancía.
> Esta tesis es la de los economistas burgueses, según los cuales hay un mercado de trabajo, como hay un mercado de trigo, de carne, de pescado o de aves.
> Admitido ésto, es muy lógico que los capitalistas procedan frente a *la carne de trabajo* que encuentran en el mercado, como cuando se trata para ellos de comprar mercancías o materias primas; es decir, que se esfuercen por obtenerlo al precio más bajo.
> Estamos en pleno juego de la ley de la oferta y la demanda. Pero lo que es menos comprensible es que estos capitalistas quieran recibir, no una cantidad de trabajo en relación con el tipo de salario que pagan, sino independientemente del nivel de este salario, el máximum de trabajo que pueda rendir el obrero.
> En una palabra, pretenden comprar, no una cantidad de trabajo equivalente a la suma que desembolsan, sino la fuerza de trabajo intrínseca del obrero: en efecto, es el

[485] DELESALLE, Paul. *La acción Sindical e Los Anarquistas*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

> obrero completo -su cuerpo y su sangre- su vigor y su inteligencia lo que exigen. (…)
> En efecto, entre unos y otros, no puede nunca concluirse un contrato en el sentido preciso y justo del término. Un contrato implica la igualdad de los contratantes, su plena libertad de acción y, además, una de sus características consiste en presentar para todos los firmantes un interés real y personal, tanto en el presente como en el porvenir.
> Ahora bien; cuando un obrero ofrece sus brazos a un patrono, los dos *contratantes* están muy lejos de hallarse sobre un pie de igualdad. El obrero, apremiado por la urgencia de asegurarse el sustento -si es que no está atenazado por el hambre-, no tiene la serena libertad de acción de que goza su patrono. Además, el beneficio que obtiene por su trabajo es sólo momentáneo, pues si puede atender a las necesidades de su vida inmediata, no es raro que el riesgo de la obra a que se dedica ponga en peligro su salud, su porvenir.
> Entre patronos y obreros no pueden, pues, concluirse convenios que merezcan el calificativo de contratos. Lo que se ha convenido en designar con el nombre de *contrato de trabajo* no posee los caracteres específicos y bilaterales del contrato; es, en sentido riguroso, un contrato unilateral, favorable, solamente, a uno de los contratantes; un contrato leonino.
> De estas observaciones se desprende que, en el mercado de trabajo, no hay, frente a frente, sino beligerantes en permanente conflicto; por lo tanto, todas las relaciones, todos los acuerdos entre unos y otros, serán precarios; pues viciados por su origen, se basan en la mayor o menor fuerza y resistencia de los antagonismos."[486]

Uma das formas de luta que surgiram neste contexto de guerra de classes entre operários e capitalistas seria a sabotagem. A sabotagem é combatida pela moral burguesa (moral burguesa, pois para Pouget, existiam duas morais antagônicas, de acordo com a classe social) que defenderia que os operários deveriam trabalhar com afinco e sem descanso, que deveriam ser assíduos nas piores obras e mais mal remuneradas, criando-se a imagem do operário honrado, "en una palabra, todas las cadenas ideológicas y sentimentales que clavan al asalariado en la argolla del capital". A ociosidade, por exemplo, de acordo com esta moral, só seria vício para os pobres.

A sabotagem faria parte de um outro corpo moral, a moral operária. Ela manteria a tensão entre os trabalhadores, fomentaria o espírito de iniciativa por necessitar de ações constantes e sem tréguas, habituaria o operário à ação, e sobre-excitaria a sua combatividade, além, é claro, de acostumar o trabalhador à guerra de classes.

A sabotagem poderia assumir diversas modalidades, diminuição do trabalho, uma forma instintiva de sabotagem, a denúncia sobre fatos prejudiciais aos capitalistas, impedir que os trabalhadores saiam das greves impossibilitando rotas de fuga, impedir a substituição dos trabalhadores por forças governamentais como a polícia por exemplo, impossibilitando a continuidade do trabalho, inutilizar matérias primas ou máquinas, entre outras formas. Mas todas estas seriam poucas em relação a sabotagem levada a cabo pela própria burguesia, que frauda alimentos, faz os trabalhadores trabalharem sem condições de segurança, com matérias primas que são um risco a vida dos trabalhadores, etc.[487]

Portanto, se considerarmos este apanhado geral que fizemos de alguns dos principais autores sindicalistas revolucionários e alguns dos seus principais documentos, como a famosa *Carta de Amiens*, do congresso da CGT francesa, realizado em Amiens no ano de 1906, podemos concluir que o sindicalismo revolucionário não é anarco-sindicalismo, pois haviam autores com leituras marxistas que o defendiam e os sindicalistas revolucionários se posicionavam contra a ideologização dos sindicatos. A *Carta de Amiens* , por exemplo, afirmava que:

> "A C. G. T. agrupa, fora de qualquer corrente política, todos os trabalhadores conscientes da luta a travar para o desaparecimento do salariado e do patronato.
> O Congresso considera que esta declaração é um re-conhecimento da luta de classes que opõe, no campo económico, os trabalhadores revoltados contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto material como moral, praticadas pela classe capitalista contra a classe operária; (...)

---

[486] POUGET, Emile. *El Sabotaje*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.
[487] POUGET, Emile. *El Sabotaje*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

> considera que o sindicato, hoje em dia agrupamento de resistência, será no futuro o agrupamento de produção e distribuição, base da reorganização social. (...)
> no que respeita aos indivíduos, o Congresso defende a inteira liberdade do sindicalizado em participar, fora do agrupamento corporativo, nas variadas formas de luta correspondentes à sua concepção filosófica ou política, limitando-se à exigência recíproca de não introduzir no sindicato as opiniões que ele professa fora do mesmo.
> No que respeita às organizações, para atingir o máximo efeito, o Congresso decide que a acção económica deve ser exercida directamente sobre o patronato, não tendo as organizações confederais, enquanto associações sindicais, que preocupar-se com partidos e seitas que, fora e paralelamente, possam prosseguir, em toda a liberdade, a transformação social"[488]

Desta forma, o procedimento de equiparar os sindicalistas revolucionários a anarco-sindicalistas é incorreto. A concepção sindicalista revolucionária possibilitava a seus filiados uma independência política fora do sindicato, que deveria ser "neutro" politicamente, desde que não a introduzissem no seio do mesmo sindicato. O sindicato não era anarquista, apesar de contar em seu seio com militantes anarquistas, socialistas e radicais. Aliás, os anarquistas tiveram participação importante na CGT.[489]

Mas, o sindicalismo revolucionário encontrou, em alguns países, sérias dificuldades em manter a autonomia de classe dos assalariados. Não conseguiu fazer desta autonomia o centro, independente de qualquer outra opção política, respeitando todas as opções, mas conseguindo ser um ponto de encontro e equilíbrio.

Esta dificuldade alguns anarquistas resolveram tornando o sindicato anarquista. Neste sentido, o sindicalismo revolucionário como opção revolucionária centrada na questão essencialmente econômica, sendo uma concepção de defesa e de construção da nova sociedade dos produtores,

[488] Apud. MAITRON, Jean. Ravachol e os Anarquistas. Antígona, Lisboa, 1981, pp 127 e 128

[489] - "Fernand Pelioutier foi o primeiro a ver na organização sindical a base da sociedade futura; Emile Pouget inventou o termo ação direta, depois incorporado pelos sindicalistas revolucionários; Paul Delesalle influenciou o congresso operário de 1897 realizado em Toulouse, para que adotasse o boicote e a sabotagem como meios de luta operária." TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004, nota 29 ,p. 66

passou, com a mutação ocorrida em alguns lugares, para um sindicalismo revolucionário com finalidade anarquista, ou melhor, transformou-se em anarco-sindicalismo, e passou a ter uma opção política definida que o distinguia das outras correntes políticas existentes, sejam elas partidárias ou não.

Assim, o sindicalismo revolucionário que se mostrava inclusivo em relação a todas as tendências políticas desde que não se manifestassem no seio do sindicato, com o anarco-sindicalismo fez um corte distintivo claro que impossibilitava a convivência de várias correntes políticas em seu seio. Ou se é anarquista, pelo menos se assumindo, no mínimo, formalmente enquanto tal, ou se está fora do organismo sindical.

O caso espanhol é elucidativo a respeito da questão. Quando surgiu a experiência sindicalista revolucionária na Espanha com o Solidaridad Obrera, este tinha em seu seio diversas correntes políticas, conviviam socialistas, radicas e anarquistas que eram a grande maioria. Mas, na Espanha, quem introduziu o sindicalismo revolucionário no país foram os anarquistas, que já dissemos, eram majoritários, e desenvolveram conscientes ou não, suas opções táticas de atuação, opções compatíveis com o anarquismo, que não concorressem com ele. Fazendo com que existisse uma certa instrumentalização dos sindicatos por parte dos anarquistas.

Outro fato que colaborará para que o sindicalismo revolucionário espanhol avançasse até o anarco-sindicalismo foi a existência de uma central sindical concorrente, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), fazendo com que a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), de início sindicalista revolucionária, tivesse que se diferenciar cada vez mais da prática sindical concorrente. A UGT, neste sentido, converteu-se para a CNT em referência para se opor, levando a uma polarização de postura, fazendo com que os componentes táticos cada vez mais se dogmatizassem e com que existisse a extrapolação do nível propriamente econômico e sindical para níveis ideológicos de ação e interpretação da realidade, impossibilitando o equilíbrio entre forças políticas permitido pelo sindicalismo revolucionário.

Outro elemento que levou o sindicalismo espanhol, representado pela CNT, a se converter ao anarco-sindicalismo foi a tendência a confiar mais nos postulados ideológicos das minorias do que na capacidade política do conjunto dos trabalhadores. Assim, o sindicato virou uma espécie de elemento que possibilitaria alcançar a finalidade e o conteúdo anarquista, virando um potencializador da ação dos anarquistas.

Desta forma a CNT em seu congresso de 1919, ao mesmo tempo em que rechaçava a unificação com a UGT, adotou o comunismo libertário como finalidade do sindicato e como objetivo estratégico a abolição do Estado. Com isso:

> "El término 'anarcosindicalista', que inicialmente se aplicaba a los individuos anarquistas que optaban por la actuación sindical, pasó a aplicarse al conjunto de la organización, y reveló que aunque todos los afiliados a la CNT gozaban de iguales derechos, éstos eran más iguales para los anarquistas."[490]

Neste sentido, podemos notar em relação ao caso espanhol traços distintivos que caracterizam o anarco-sindicalismo e o afastam da concepção sindicalista revolucionária. Esta discussão servirá para precisarmos com mais claridade as concepções dos anarquistas partidários da ação sindical.

Capítulo IV
Concepções Sindicais

[490] OLAIZOLA, José Maria y BERRO, Chema. *Sindicalismo y Transformación Social.* Los Libros de la Catarata, Madrid, 1993, pp. 20-29

4.1 O Anarco-Sindicalismo em São Paulo?

A historiografia que estuda o movimento operário e o anarquismo no Brasil, majoritariamente, afirma que uma das correntes anarquistas do Brasil seria a anarco-sindicalista. São muitos autores que se referem à predominância do anarco-sindicalismo, da atuação dos militantes anarco-sindicalistas, etc.

Nós relativizamos a ação anarco-sindicalista em São Paulo por entender que esta era apenas uma das concepções dos anarquistas partidários da ação sindical.

Antes de entrarmos no debate sobre o tema, é necessário fazer um apanhado geral dos posicionamentos da historiografia brasileira sobre a utilização do termo anarco-sindicalismo.

Giuseppina Sferra, por exemplo, analisa as concepções das correntes anarquistas e anarco-sindicalistas através da análise de dois periódicos da primeira década do século XX.[491] Apontando a diferença de estratégias, os anarquistas valorizando a conscientização através da propaganda e educação e os anarco-sindicalistas valorizando a organização dos trabalhadores como elemento central no processo de transformação da sociedade.

Segundo a autora, uma das táticas dos anarco-sindicalistas era a defesa da greve geral entendida como paralisação completa do trabalho desencadeando a guerra civil e a revolução, prescindindo de ordens de um partido político. Neste sentido, aponta a autora, seria necessário que os trabalhadores estivesses conscientes e organizados para levar a cabo tal intento, mas esta conscientização não passaria por um processo educativo como os anarco-comunistas entendiam, mas sim se criando o ambiente favorável para que uma minoria pudesse agir, tendo a simpatia da massa por esta ação.

Assim, para os anarco-sindicalistas, a ação educativa do proletariado seria importante, mas não se daria através da propaganda teórica como

[491] *"La Battaglia,* representante das posições anarquistas, ou libertárias, *e A Terra Livre,* porta-voz dos anarcossindicalistas." SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo.* São Paulo, Ática, 1987, p. 9

principal veículo, mas através da organização de classe que deveria ser a base da nova organização social, responsável pela organização econômica da futura sociedade.

A autora ainda aponta a questão da neutralidade ideológica dos sindicatos. Os anarco-sindicalistas entendiam os sindicatos como agrupação de trabalhadores com interesses econômicos comuns e com uma ação política estabelecida via sindicato, também com um grau de generalidade suficiente para poder abarcar trabalhadores todas as correntes que fora dos sindicatos poderiam ter táticas políticas diferenciadas de acordo com seus respectivos grupos, característica que para nós não é própria do anarco-sindicalismo, como demonstraremos mais adiante.

Os anarco-sindicalistas também pareceriam ser mais realistas do que os anarquistas (anarco-comunistas) na compreensão dos problemas vivenciados pelos trabalhadores, na medida que estavam juntos com eles atuando nas associações e locais de trabalho, elaborando propostas concretas, tornando-se solidários com os trabalhadores.[492]

Também Lucia Silva Parra, ao referir-se à educação racionalista como objetivo do sindicalismo revolucionário ou anarco-sindicalismo trabalha com os dois termos equiparando-os. [493]

Rogério Nascimento refere-se ao movimento operário brasileiro tendo como referência política o pensamento anarquista e anarco-sindicalista no fim do século XIX e início do XX.[494]

Ricardo Antunes critica a orientação ideológica anarco-sindicalista em relação ao movimento operário brasileiro por negligenciar o momento político de luta pelo poder estatal, tornando a pauta do movimento operário predominantemente economicista.[495]

Boris Fausto refere-se ao anarco-sindicalismo, inspirado na Confederação Geral do Trabalho francesa, que seria a tendência predominante

---

[492] SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo.* São Paulo, Ática, 1987, *passim*.
[493] PARRA, Lucia Silva. *Combates Pela Liberdade- O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP* (1924-1945). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 37
[494] NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho- Pensamento Social de Um Anarquista*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000, p. 13

nos círculos anarquistas."O sindicato — a um tempo instrumento de conquista dos mínimos direitos da classe trabalhadora e pré-figuração da sociedade futura — seria o único órgão capaz de agrupar, de solidarizar os operários conscientes, com base em seus interesses econômicos comuns."[496] Aliás, Fausto identificava a origem do anarco-sindicalismo nas organizações sindicais francesas, que formaram a CGT. A originalidade do anarco-sindicalismo, para ele, seria que este tinha adaptado "elementos do passado às circunstâncias do mundo industrial de fins do século XIX" ressaltando a ação operária, oposta a conspiração ou a insurreição popular.

O anarquista Edgar Rodrigues, identifica a origem do anarco-sindicalismo com o congresso da Internacional anti-autoritária e diz que ele foi adotado pelos trabalhadores do Brasil até o Estado Novo de Vargas.[497]

Carlos Augusto Addor caracteriza a tentativa insurrecional de 1918 no Rio de Janeiro, como uma ação característica do anarco-sindicalismo.[498]

Paulo Alves, ao discutir as tendências anarquistas brasileiras afirma que a tendência anarco-sindicalista "mostrava-se propensa a uma pratica política que conduzisse o operariado para a causa libertaria, viabilizando assim, no plano da luta de classes, os seus objetivos econômico/corporativos imediatos e ao longo do processo dessas lutas -atingir objetivos políticos mais amplos"[499]

Raquel de Azevedo, se referindo a atuação anarquista no fim dos anos 1920 e início dos anos 1930 também identifica a existência das duas correntes principais, identificadas pelos outros autores até o início dos anos 1920, a anarquista e a anarco-sindicalista.[500]

Esta amostra já nos possibilita perceber o quase consenso existente na historiografia brasileira sobre o termo utilizado para a caracterização dos

---

[495] ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil- Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. Cortez, São Paulo, 1982, pp. 63 e 64

[496] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, p. 74

[497] RODRIGUES, Edgar. Os Libertários. Rio de Janeiro, VJR, 1993, p. 21

[498] ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2002, pp. 22 e 23

[499] ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e O Estado: Suas Relações No Contexto Capitalista Da Primeira República (1906-1922*). mestrado, história, PUC-SP. orientador: Antonio Carlos Bernardo, 1981, p. 101

[500] AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937).* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002., p. 19

anarquistas que atuavam nos sindicatos. Podemos acrescentar, sumariamente, uma lista que ainda que incompleta nos fornece uma dimensão mais clara do problema. Os autores que se referem ao anarco-sindicalismo, entre outros e os já citados, são: Carlos Bauer, Edgard Carone. Osvaldo Coggiola, Jaime Cubero, Maria Aparecida Guzzo De Decca, Everardo Dias, Pedro Roberto Ferreira, Francisco Foot Hardman, Victor Leonardi, Yara Maria Aun Khoury, Hermínio Linhares, Silvia Ingrid Lang Magnani, Sheldon Leslie Maram, Oscar Farinha Neto, Paulo Sérgio Pinheiro, Leôncio Martins Rodrigues, Zélia Lopes da Silva, Azis Simão, Michel Zaidan entre outros.[501]

Por outro lado, Christina Roquette Lopreato, em uma nota de rodapé do seu livro *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917,* opta por utilizar a expressão anarquismo sindicalista para "designar a corrente anarquista que acreditava ser o sindicato o único meio e fator da revolução social. Os militantes dessa corrente são chamados de anarquistas

[501] BAUER, Carlos. *Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: O Despertar Libertário.* São Paulo, Edições Pulsar, 1994; CARONE, Edgard. *A República Velha: I Instituições e Classes Sociais (1889-1930).* São Paulo, Difel, 1978; COGGIOLA, Osvaldo. "Historiografia do Movimento Operário Latino-Americano", in *Revista Brasileira de História,* v.5, nº 28, São Paulo, ANPUH, 1995, pp 209-230.; CUBERO, Jaime. "El Movimiento Obrero y las Ideas Libertarias" in CUBERO, Jaime, et alli. *El Sindicalismo Revolucionario en el Brasil.* São Paulo, Editora Acadêmica, 1988.; DECCA, Maria Aparecida Guzzo. *A Vida Operária fora das Fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.; DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977; FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de Revolução da esquerda brasileira (1920-1946)* . São Paulo, Doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, Orientador: Maurício Tragtenberg, 1993; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1984, 2ª edição; HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982; KHOURY, Yara Maria Aun. Edagard Leuenroth: uma Voz Libertária. São Paulo, Mestrado, FFLCH/USP, Orientador: Azis Simão, 1988; LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977; MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo 1906-1917*. São Paulo, Brasiliense, 1982; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; NETO, Oscar Farinha. *Atuação Libertária no Brasil- A Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2001; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização." in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, RODRIGUES, Leôncio Martins . "Sindicalismo e Classe Operária (1930 -1964)" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.* São Paulo, Difel, 1966; SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990; SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ática 1981; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 e; ZAIDAN, Michel. "Origens do Sindicalismo Burocrático no Brasil: 1923-1926" In: Ensaio, nº 13, São Paulo, Editora Ensaio, 1984, pp 85-115.

sindicalistas". [502] A atitude da autora era justificada pela necessidade de se proceder a uma pesquisa mais acurada para se determinar correção da utilização ou não da expressão anarco-sindicalismo. Prudência correta por parte da autora.

Só por este pequeno levantamento pudemos perceber como o termo anarco-sindicalismo foi difundido pela historiografia brasileira ao referir-se aos anarquistas partidários da ação sindical. Mas, este termo também é criticado como incorreto para uma pequena parte dos historiadores. No tópico a seguir procuraremos dialogar com Edilene Toledo, autora que procura resgatar a experiência sindicalista revolucionária em São Paulo.

4.2 O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo?

No interior do debate sobre o sindicalismo na cidade de São Paulo, maior contingente operário do Brasil, algumas concepções buscam precisar quais foram as influências dos sindicalistas desta cidade, ultrapassando os limites impostos pelo termo anarco-sindicalismo utilizado a saciedade pela historiografia brasileira. Esta visão busca resgatar elementos de uma determinada leitura marxista presentes no sindicalismo revolucionário. Além disso, há uma relativização da influência anarquista em São Paulo procedendo-se a uma suposta contraposição entre o anarquista em teoria , mas sindicalista revolucionário na prática. Desta forma entende-se que o problema de balizar a influência anarco-sindicalista em São Paulo estaria resolvido.

Embora, nossa pesquisa aponte para a inadequação da utilização do termo anarco-sindicalismo para denominar a concepção dos militantes sindicais em São Paulo das primeiras décadas do século XX, nossas pesquisas também apontam para a influência majoritária dos anarquistas, sendo que uma conclusão não invalida a outra como demonstraremos.

[502] LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000, nota de rodapé 8, p. 18

Edilene Toledo em seu livro *Travessias Revolucionárias* defende a tese, colocada como hipótese no início do seu livro, que a experiência sindical no Brasil das duas primeiras décadas do século XIX,

> "não pode ser reduzida à experiência anarquista ou ao conceito freqüentemente usado do anarcossindicalismo, mas estava também inserida na experiência do *sindicalismo revolucionário,* fenômeno internacional que tinha como princípio a construção de uma identidade operária e, portanto, a reunião nos sindicatos de todos os trabalhadores, de qualquer tendência política."[503]

Afirma a autora que o sindicalismo revolucionário apesar da sua relevância para o movimento operário como movimento político do fim do século XIX ao início do século XX tem sido esquecido pela historiografia ou, quando muito, é equiparado ao conceito anarco- sindicalismo. Diz que isso acontece pelo fato de que parte destes militantes sindicalistas revolucionários era anarquista, mas não o eram em sua maioria. Para ela, o anarco-sindicalismo, cujo termo seria utilizado só mais tarde, possuía uma concepção diferente do sindicalismo revolucionário e a utilização pela historiografia de uma expressão como sinônimo da outra serviu para mascarar esta diversidade. A confusão também foi ajudada pela utilização pejorativa da expressão "anarquistas", para designar os militantes sindicalistas revolucionários, utilizada pelos socialistas reformistas e posteriormente pelos comunistas. Para a autora:

> "Na verdade, na teoria sindicalista revolucionária convergiam idéias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base da sua doutrina, e idéias anarquistas, como a destruição do Estado, embora, na visão sindicalista, os sindicatos substituíssem o Estado e constituíssem a base da organização da futura sociedade"[504]

Em relação à luta de classes, que a autora afirma que os anarquistas recusavam como base da sua doutrina, temos que relativizar esta afirmação . Alguns sindicalistas revolucionários de formação marxista, como veremos, entendiam que os anarquistas eram contra a luta de classes, o que não deixa de ser verdade para parcela dos anarquistas, principalmente se considerarmos

[503] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004, p. 19
[504] Ibid., 2004, p. 31

o anarquismo francês de fins do século XIX, quando há a produção teórica de parte dos sindicalistas revolucionários. Mas, esta afirmação ao generalizar-se para todas as correntes anarquistas, perde a validade e se transforma apenas em um argumento para referendar uma tese que no fundo é correta, ou seja, o sindicalismo revolucionário não é anarquismo, como procuraremos demonstrar na continuidade do nosso trabalho.

O anarquista italiano, adepto da corrente anarquista-comunista na vertente organicista, Errico Malatesta, defendia a luta de classes, a partir do momento que se compreendesse esta luta como uma luta dos explorados contra os exploradores para a abolição da exploração. Esta luta seria para ele a principal força.[505]

Ao criticar a co-participação dos operários nos lucros das empresas, Malatesta argumenta que esta co-participação faz o operário perder de vista "o antagonismo de interesses e a necessidade da guerra de classes", sendo ainda mais explícito quanto a importância fundamental desta.

Assim também entendia o companheiro de Malatesta, também italiano, Luigi Fabbri, que respondia aqueles que consideravam que os anarquistas defendiam liberdade para todos os seres humanos, dizia: "Liberdade também para nossos inimigos? Nos perguntam. A pergunta é ingênua e equívoca. Com os inimigos não se reconhece nenhuma liberdade, nem sequer a de viver."[506]

O Grupo Dielo Trouda, de Nestor Makhno, é mais explícito ainda. Na epígrafe da *Plataforma de Organização,* escrita pelo grupo, se lê: "Não há uma humanidade, Há uma humanidade de classes, Escravos e Senhores".[507]

Mas, temos que fazer uma ressalva, todos os autores anarquistas clássicos, do anarquismo social (se podemos assim definir), defendiam o fim do artificialismo da luta de classes e a volta do desenvolvimento da sociedade ao seu curso natural, portanto, sem a divisão da humanidade em classes sociais.

---

[505] MALATESTA, Errico. *Textos Escolhidos – Seleção e notas Grupo Anarquista 1º de Maio*. L & PM, Porto Alegre, 1984, p. 70 nota 2.
[506] MALATESTA, Errico e FABBRI, Luigi. *O Anarco Comunismo Italiano*. Luta Libertária, São Paulo, 200?., p. 133
[507] Grupo Dielo Trouda. "Plataforma de Organização" in MAKHNO, Nestor. Anarquia & Organização. São Paulo, Luta Libertária, 200?, p. 38

Parte deles visava alcançar esta sociedade através da luta de classes, que por vezes poderia assumir feições violentas (muitos entendiam que a violência era um aspecto inerente da luta revolucionária), outra parte, por exemplo, visava atingir seus objetivos a partir do desenvolvimento moral da sociedade, que atingindo um grau de evolução cada vez maior iria se aperfeiçoando até acabar com as classes sociais.

Além disso, como vimos na epígrafe do Grupo Dielo Trouda, esta luta muitas vezes não era caracterizada como uma luta entre proletários x burgueses, assumindo fórmulas distintas como senhores x escravos, explorados x exploradores, oprimidos x opressores, etc.

Neste sentido, o conceito sindicalista revolucionário de luta de classes se aproximava muito mais do conceito marxista de luta de classes, assim como a análise do desenvolvimento econômico, como veremos. Muito embora em termos econômicos o próprio Bakunin tenha sido um "marxista" como bem apontava Malatesta,que afirmava: "hoje, penso que Bakunin foi muito marxista na economia política e na interpretação histórica." [508]

Mas, estes não são motivos suficientes para afirmar peremptoriamente que "essa insistência na luta de classes é um dos aspectos que afasta o *sindicalismo revolucionário* do anarquismo. O conceito de luta de classes presente no *sindicalismo revolucionário* é, sem dúvida, inspirado na idéia marxista de luta de classes."[509]Pois podemos afirmar que este é mais um dos pontos comuns que unificaram parte das teorias socialistas desenvolvidas no contexto social europeu do século XIX, sendo patrimônio comum de várias tendências, apesar de ter sido melhor sistematizado por Karl Marx, e mesmo se considerarmos que é uma formulação exclusivamente marxiana, nada impediria a sua incorporação por correntes revolucionárias não marxistas, sem que estas assumissem o projeto político de Marx, como de fato ocorreu.

Outros elementos provariam, para Toledo, que o sindicalismo revolucionário se afastaria do anarquismo, e ela busca tornar isto explícito ao longo do texto, para verificar e confirmar a sua hipótese. Um dos elementos

[508] MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, p. 130
[509] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004, pp 37 e 38

seria que em algumas localidades como na Argentina, o sindicalismo revolucionário nasceu, segundo ela, no interior do Partido Socialista e não entre os anarquistas.

No Brasil, a Confederação Operária Brasileira modelo do anarco-sindicalismo para a maioria da historiografia brasileira, já no primeiro congresso de 1906 se inspirava no modelo da CGT francesa e em suas bases de acordo aprovada pelo congresso declarava:

> "A Confederação não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem podendo um sócio qualquer servir-se de um título da Confederação ou de uma função da Confederação em um ato eleitoral ou religioso"[510]

Este postulado presente no primeiro Congresso Operário Brasileiro, vai ser parte dos sindicatos filiados a Federação Operária de São Paulo até o período por nós estudado que tem seu fim em 1935. As "Bases de acordo da Federação Operária de São Paulo" (FOSP), de 1931, mantém as decisões dos congressos operários de 1906, 1913, e 1920 e da 3º Conferência Estadual de 1931 e afirma a "neutralidade" política do sindicato. O sindicato não seguiria nenhuma linha política nem ideológica, por outro lado, determinava que a FOSP procuraria remodelar as associações operárias com orientação diferentes, aquelas contrárias ao princípio da resistência direta, e procuraria fazer com que as novas associações se pautassem nas orientações da FOSP.

Além disso, a Federação sustentaria uma intensa campanha contra a intromissão de políticos e da política partidária nos meios operários.[511]

Assim, vimos que é impreciso e por vezes incorreto, denominar a atuação dos sindicatos brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX de anarco-sindicalismo, equiparando sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo. Mas será que estes sindicatos eram sindicalistas revolucionários?

---

[510] HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária No Brasil- 1889- 1930*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, pp. 41-43

[511] "Bases de acordo da Federação Operária de São Paulo" in *O Trabalhador*. São Paulo, 05 de dezembro de 1931.

Esta é uma das questões que pretenderemos resolver nos aprofundando no debate entre as correntes anarquistas entre 1920 e 1935 e às vezes nos servindo de documentos anteriores a este período.

4.3 A pluralidade de concepções entre os anarquistas partidários da ação sindical

Depois de desconstruirmos a utilização do termo anarco-sindicalismo pela historiografia brasileira afirmando determinadas características sindicalistas revolucionárias presentes nos sindicatos influenciados pelos anarquistas das primeiras décadas do século XX podemos, com mais precisão, determinar se os sindicatos de São Paulo eram ou não sindicalistas revolucionários.

Como procuraremos demonstrar, para nós, não havia simplesmente o sindicalismo revolucionário, muito menos o anarco-sindicalismo, existia uma pluralidade de concepções entre os anarquistas partidários da ação sindical, que se traduzia na existência de pelo menos quatro "tendências" de anarquistas partidários da ação sindical que, muitas vezes, se entrelaçavam.

Em primeiro lugar entendemos ser conveniente a reprodução de parte de um texto de Borghi, publicado em *A Revolução Social*, onde o autor precisa o que é o sindicalismo:

> "Não foram nem os católicos nem os socialistas que deram voga a palavra sindicalismo, pois que os católicos quando tomaram parte no movimento operário, tiveram a intenção de fazer trabalho católico nos meios operários e os socialistas quando vieram aos meios operários, tiveram o propósito de fazer socialismo. O vocábulo tomou fóros de cidade na linguagem política, enquanto a doutrina de um método praticou-se em larga escala, doutrina que se intitulava sindicalismo e que correspondia ao movimento da Confederação Geral francesa. (...)
> Os socialistas faziam organização sindical?
> Sim. Faziam sindicalismo?
> Não. Se quereis juntar a desinência *ismo* a tudo que se manifesta em qualquer campo da atividade do Sindicato, aí tendes sempre sindicalismo. Façamos a liga dos policiais e

> teremos o sindicalismo dos policiais. Mas então cria-se confusão.
> (...)
> Os socialistas fizeram sindicatos, leis de melhoramentos, mais ou menos resistências (...) mas não fizeram sindicalismo.
> Porque? Eis o porque.
> O Sindicato não deve, segundo os socialistas, circunscrever suas atividades nos limites da ação direta, mas deve entendê-las ao campo eleitoral, trabalhar pela conquista dos poderes públicos e da representação (...) assim é que os socialistas não faziam sindicalismo, quando organizavam os proletários no terreno das leis de melhoramento, com o fim de criar uma base de operações eleitorais para o partido socialista. O Sindicato portanto não tinha certamente finalidade própria, desde que tinha por escopo a política eleitoral e parlamentar."[512]

Portanto, para este autor só era correto falar em sindicalismo para aquele movimento sindical que possuísse uma finalidade própria, independentemente de alguma corrente externa que tenha militantes atuando em seu seio e utilize o sindicato para as finalidades das suas agrupações.

Neste sentido, seria correto falar em sindicalismo revolucionário e mesmo em anarco-sindicalismo, considerando uma concepção anarquista que entendia que o sindicato se bastava a si mesmo, desde que orientado pela ideologia anarquista. Mas não seria correto falar, por exemplo, em anarco-sindicalismo, se se considera a ação dos anarquistas que organizados em agrupações próprias entrassem nas agrupações sindicais apenas para poder fazer valer a sua concepção, não entendendo que o sindicato é o organismo revolucionário ou então entendendo que ele seria este organismo mas que era insuficiente para realizar a revolução social e a supressão da sociedade capitalista. Esta definição para nós é correta. Neste sentido, nem todos os anarquistas que atuavam nos sindicatos eram sindicalistas, por isso nos referimos aos anarquistas partidários da ação sindical e não aos anarquistas sindicalistas.

[512] BORGUI, Armando. "Anarquismo e Sindicalismo" in *A Revolução Social*. São Paulo, 01 de agosto de 1923.

Dito isto avancemos nas discussões das correntes dos anarquistas partidários da ação sindical. No Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo de 1908, discutiu-se até que ponto a neutralidade ideológica da Federação Operária de São Paulo (FOSP) estava sendo respeitada pelos membros da mesma. Em um debate sobre o tema o socialista Mônaco e os anarquistas Sorelli e Leuenroth emitem as seguintes opiniões:

> *Mônaco*- Limita-se a citar frases de um manifesto publicado pela Federação há dois anos e meio. Diz que a Federação tem caráter anarquista, coisa esta que prejudica o movimento por ser contrária às idéias de uma parte de operários.
> *Sorelli* — O Mônaco não deve-se limitar a fazer afirmações, mas deve trazer fatos. Convido o companheiro a citar um só caso em que a Federação tenha abandonado a sua neutralidade (...)
> *Edgard* — Responde ao Mônaco: Os anarquistas foram até agora os mais ativos no movimento operário e é muito natural que eles procurem desenvolver ali a propaganda das suas convicções. Por que os críticos não fazem o mesmo e não vêm ao movimento para também ter a facilidade de divulgar as suas publicações?"[513]

Esta discussão é sintomática e demonstra o que acontecia nos sindicatos de São Paulo. Havia a defesa da "neutralidade política" presente no sindicalismo revolucionário. Um socialista, reclamava afirmando que a Federação tinha um caráter anarquista, o anarquista Sorelli se defende afirmando que a Federação nunca havia abandonado a neutralidade, enquanto Leuenroth, se coloca afirmando a hegemonia dos anarquistas no movimento operário e defende a liberdade destes divulgarem as suas publicações assim como a liberdade de qualquer outra corrente proceder do mesmo modo.

A FOSP deveria manter e sua "neutralidade" política como elemento unificador do proletariado em torno dos seus problemas econômicos, isto não impediria a discussão de posicionamentos políticos no sindicato, estes só não seriam adotados de forma oficial pela entidade.

[513] apud HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária No Brasil- 1889- 1930*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, p. 83

O segundo congresso de 1913, reafirma as deliberações do primeiro em relação a "neutralidade" política, quando responde com os mesmos argumentos de 1906 a pergunta: "Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?" A conclusão é que as considerações do primeiro congresso defendendo a "neutralidade" política dos sindicatos ainda são válidas.

Mas, faz questão de frisar que

> "foi também aprovada a seguinte moção complementar: 'Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as idéias'."[514]

Assim, podemos perceber que diante de uma pergunta que visava claramente dotar o sindicato de um posicionamento político, a defesa da "neutralidade" política se manteve, contra a posição daqueles que queriam ideologizar o sindicato. Por outro lado, a exposição e discussão das idéias dentro da mais ampla liberdade foram recomendadas, o que garantia o posicionamento daqueles anarquistas que, como Malatesta, [515] entendiam que os sindicatos não deveriam ter uma ideologia política, mas deveriam permitir ampla liberdade para discussão das tendências políticas.

---

[514] apud HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária No Brasil- 1889- 1930*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979., pp. 188 e 189

[515] "Não peço que os sindicatos adotem um programa anarquista e que sejam compostos só por anarquistas: — neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não mais teriam a qualidade que os torna caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de propaganda hoje, e um meio, amanhã; a de conduzir a massa à rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade. Desejo sindicatos amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para lutar contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam, para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender, na sociedade atual, interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, dêem-se por missão salvaguardar o futuro, lutando contra a tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismo com outros proletários, ainda mais do que com os patrões." MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989, pp. 111 e 112

Neste mesmo congresso a Federação Operária Local de Santos, defensora do anarquismo nos organismos sindicais, apresentou uma moção que recomendava "a propaganda do anarquismo nas associações de trabalhadores como um meio indispensável para obter a emancipação dos operários" inspirada no caso argentino e uruguaio, que foi rejeitada por Leuenroth e outros anarquistas por ferir o princípio da neutralidade limitando a sua influência.[516]

Como dissemos, a proposta de Federação Operária Local de Santos, foi influenciada pela experiência argentina[517] e uruguaia, talvez pelos contatos possibilitados pelo porto de Santos, que, sabemos, era um canal de comunicação entre os militantes da América do Sul. No ano da realização do 2º COB a Federação Operária de São Paulo havia desaparecido, enquanto a Federação de Santos afirmava ter entre 8.000 a 10.000 membros.[518]

Alguns militantes afirmavam que a defesa da "neutralidade" política nas associações operárias não significava a abstenção da luta política. O

---

[516] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 92

517 Explicitar rapidamente as especificidades do caso argentino pode colaborar para que entendamos a proposta da Federação Operária Local de Santos.

Na Argentina a movimento sindical começou com a atuação conjunta entre anarquistas e socialistas, sendo os primeiros majoritários na Federação Operária Argentina (FOA). No 2º Congresso do ano de 1902 os socialistas, não conseguindo seu intento de transformar a FOA em corrente de transmissão do Partido Socialista, se desligam desta organização.

Em 1903 fundam a União Geral dos Trabalhadores (UGT), adepta de reformas parciais e legalista.

Por outro lado, a FOA entrou num processo de radicalização deixando de ter uma postura extra-parlamentar passando a ser anti-parlamentar . Além disso, o anarco-comunismo passou a ser discutido abertamente no âmbito sindical. A denominação da organização mudou de FOA para FORA, enquanto uma disputa entre correntes dentro da UGT passava a dotá-la de um caráter sindicalista revolucionário, defendendo a greve geral, autonomia em relação aos partidos políticos, etc.

A UGT fez então uma proposta de unificação com a FORA, que foi apreciada em seu 5º congresso, no ano de 1905, sendo rechaçada pela maioria. Além disso, neste mesmo congresso foi adotado o comunismo anárquico como princípio da FORA. Nos anos seguintes, 1906 e 1907 a UGT voltou a propor a fusão com a FORA sem conseguir sucesso. Nesta época, a maioria dos delegados da FORA mantinham a finalidade comunista anarquista do sindicato.

Apenas em 1915 a maioria dos militantes viriam a anular o item ideológico dos princípios da FORA, caracterizando-a como sindicalista revolucionária, ou "pura". Mas este fato acabou gerando a cisão dentro da organização por parte da minoria que se obstinava em manter a finalidade anarquista da federação e aqueles que defendiam a "neutralidade" política. A partir deste ano teríamos a "FORA do 5º" e a "FORA do 9º congresso"

Aqui temos um bom exemplo da divisão entre aqueles que defendiam os sindicatos possuindo uma finalidade anarquista e outros que defendiam o sindicalismo revolucionário. Ver em : RUGAI, Ricardo Ramos. O anarquismo organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976). IFCH/Unicamp, 2003. Orientador: Cláudio H. M. Batalha.

[518] Apenas 400 pagavam suas contribuições. Ver em: FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, p. 158

anarquista português Neno Vasco, que viveu no Brasil no início do século XX , diz, em um artigo publicado em 1920, que os anarquistas, dentro das associações operárias, defendiam a associação pela identidade de trabalhadores e não por qualquer outra identidade política, seja ela socialista, marxista, anarquista, etc. Neste sentido, a associação deveria ser neutra em política.

Porém, fora da associação haveria um largo campo de ação de comum acordo, com outras forças políticas. Mas, mesmo a associação que é neutra em matéria religiosa não deixaria de combater os padres defensores dos patrões, que é neutra em política não deixaria de combater os abusos do poder político, porque era preciso não confundir a luta dos diferentes partidos com a luta de uma classe inteira.[519]

O boletim da comissão executiva do 3º COB publicado em agosto de 1920, continha um texto que explicitava claramente as bases sindicalistas revolucionárias dos sindicalistas brasileiros agrupados em torno do Congresso Operário Brasileiro e reafirmava a noção de luta política generalista que Vasco cita.

Nele o autor afirmava:

> "Só pode haver um partido operário: aquele que possa admitir em seu seio todos os operários e só os operários, baseando-se sobre os interesses comuns a todos e por todos compreendidos ou sentidos. Para isso é preciso achar-lhe um sólido terreno de acordo.
> A base do acordo não pode achar-se nos interesses e ideais indecisos, contraditórios e pouco compreensíveis da política e da religião. É um fato que o acordo não existe nesses pontos, nem teria uma base segura sobre que assentar-se. (...)
> A única base de acordo existente e possível para o 'partido operário' são os interesses econômicos comuns a todos os trabalhadores. Só eles são suscetíveis de agrupar, de solidarizar os operários que lutam pela sua emancipação, os ativos, os conscientes. Muito mais facilmente do que quaisquer princípios políticos, eles podem chamar a ação, ao movimento, os elementos inativos e indiferentes, que não compreendem os ideais políticos ou que não dariam um passo por uma tática determinada.

[519] VASCO, Neno. "O que Somos" in *A Plebe* . São Paulo, 28 de fevereiro de 1920.

> Certamente, o verdadeiro operário não baniria da sua atividade a luta política: baniria unicamente as táticas políticas que dividem o proletariado, devolvendo-as aos respectivos partidos, pelos quais os operários se acham repartidos, em companhia mais ou menos numerosa de burgueses, semi-burgueses, literatos e idealistas ..."[520]

Portanto, o terreno de união do proletariado era a luta econômica, a luta política não deixaria de ser feita, mas apenas nos pontos comuns a toda a classe trabalhadora, como, por exemplo, a luta contra as arbitrariedades policiais e governamentais, contra a violação dos direitos de associação, reunião, palavra, etc., os pontos divergentes seriam tratados nos diferentes partidos da sociedade.

Além disso, continua o texto, alguns operários não chegam à compreensão dos objetivos políticos da luta, compreendendo apenas aqueles interesses econômicos mais ou menos imediatos, portanto, ao defender a "neutralidade" política do sindicato, ou melhor, a neutralidade ideológica, doutrinária, do sindicato, ficaria mais fácil chamar a ação os elementos operários inativos potencializando a força do proletariado, algo que não aconteceria se ele estivesse dividido em suas diferentes escolas políticas.

Se os proletários se ocupassem da política parlamentar, por exemplo, estariam divididos entre os que defendem e os que repudiam a via parlamentar e entre os que defendem este caminho estariam divididos entre os diferentes partidos e candidatos, argumenta o autor.

O próprio partido político não é exclusivamente operário, mesmo se proclamando fundado sobre a luta de classes, admite em seu seio tendências e aspirações estranhas ao mundo operário

> "e que podem ser legítimos e legitimamente integrar-se na reivindicações do partido, mas que podem igualmente adquirir uma perigosa preponderância. E, neste sentido, o parlamentarismo é muito capaz - os fatos ensinam- de canalizar férteis movimentos pelas vias escuras e tortuosas das ambições pessoais."[521]

---

[520] N. V. "A propósito da organização de um partido operário" in Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário. São Paulo, Ano I – nº 1 Agosto de 1920

[521] N. V. "A propósito da organização de um partido operário" in Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário. São Paulo, Ano I – nº 1 Agosto de 1920

Assim, um dos fatores predominantes para a rejeição de doutrinas políticas no sindicato também é o medo do desvirtuamento político para a via parlamentar.

Outro posicionamento defendendo a “neutralidade” política nos sindicatos vinha impregnado de argumentos evolucionistas próprios dos anarquistas comunistas. Esta discussão foi feita no jornal da União dos Alfaiates, *O Alfaiate* de julho de 1920.

O artigo sobre o tema, escrito neste jornal, buscava ser uma "resposta a vários amigos da União". Definia os anarquistas como os homens mais emancipados, os que trabalhavam pela emancipação do povo com os melhores meios, expondo-se a todos os perigos da reação burguesa e reagindo com os ditames da própria consciência. "Eram eles, os que ofereciam seus peitos a ganância sangrenta da burguesia, eram eles os primeiros em quaisquer reunião de classe, em praça pública, ou onde quer que fosse, se havia necessidade de expor-se as perseguições policiais". Nota-se a valorização do anarquista como o militante destemido, altivo, que enfrenta todos os poderes constituídos.

Mas, no Brasil quase a totalidade dos que estão "dirigindo" as organizações operárias só se dizem anarquistas, sendo infelizmente apenas teóricos, professando as idéias de um ou outro anarquista, mas não as executando, fazendo com que os proletários os considerem como "padres vermelhos" talvez mais perigosos que os padres religiosos, afirma o texto.

Portanto, entendemos que o texto considerava que o anarquista era o indivíduo irrepreensível, quase heróico, o que não acontecia com a maioria dos orientadores das organizações operárias que só eram anarquistas "da boca pra fora", não eram anarquistas de "verdade", eram somente teóricos enquanto os anarquistas de verdade deveriam praticar o anarquismo.

A União dos Alfaiates, por outro lado, de acordo com o texto, erigiu-se como defensora dos interesses econômico e moral da categoria, "não admitindo em seu seio tendência política ou religiosa, mas dando ao mesmo tempo plena autonomia aos seus componentes". A União dos Alfaiates, neste

sentido, não seria uma organização com finalidade nem ideologia anarquista, apesar de o anarquismo ser extremamente elogiado no artigo.

Mas, a União não era anarquista pois

> "entre os alfaiates de São Paulo ou entre a classe trabalhadora em geral poucos ou nenhum existe que possa ter o direito de orgulhar-se de tal ser, porque é um direito a perfeição do homem, que todo o ser inteligente entre as camadas sociais procura alcançar".[522]

Observamos a miscelânea de concepções que se entrecruzavam no anarquismo de vários militantes de São Paulo. Em primeiro lugar a noção evolucionista do anarquismo enquanto ápice do desenvolvimento humano, enquanto perfeição social e individual. Neste texto o aspecto individual é ressaltado, o indivíduo para ser anarquista deve ser um homem que chegue as raias da perfeição, o mais destemido, o mais comprometido, o mais consciente, etc.

Também observamos a concepção da "neutralidade" política do sindicato, mas ao contrário da maioria daqueles que defendiam esta concepção, que externavam seu ponto de vista argumentando que a "neutralidade" política era imprescindível para manter a unidade dos trabalhadores e/ou para não permitir a intromissão de "politiqueiros" nas associações operárias, este artigo defende a "neutralidade" política pois os trabalhadores não chegaram ao grau evolutivo necessário para poderem se considerar anarquistas.

Até este ponto percebemos a existência da corrente que caracterizamos como sindicalista revolucionária e o posicionamento defensor da "neutralidade" política utilizando para justificar os seus argumentos pressupostos evolucionistas.

Em outros materiais, principalmente da década de 1930, havia a defesa dos pressupostos sindicalistas revolucionários, porém, neles já percebemos uma modificação fundamental, os pressupostos sindicalistas revolucionários

[522] ERASMO. "Em resposta a vários amigos da União" in *O Alfaiate*. São Paulo, 17 de julho de 1920.

eram defendidos teoricamente formando-se na realidade uma prática não "neutra" em matéria política mas nitidamente anarquista.

Percebemos, por exemplo, que em 1932 o jornal *O Trabalhador Padeiro*, órgão do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares, tecia críticas a tentativa de infiltração de políticos no sindicato e reafirmava os princípios do sindicalismo revolucionário:

> "em esta nova fase, não faltaram elementos que pretenderam fazer da organização um instrumento partidário e outros que, inconscientemente iam encaminhando-a para o colaboracionismo estatal. Felizmente a classe reagiu a tempo e orientada pela **Federação Operária de São Paulo,** tem mantido incólume o princípio apolítico, base fundamental do Sindicalismo Revolucionário"[523]

Neste sentido, aqui a preocupação para se manter a "neutralidade" política do sindicato já não se baseava numa preocupação de se manter a unidade dos trabalhadores em torno dos interesses econômicos comuns, evitando-se as discussões políticas que dividiriam o proletariado. Aqui se observa um elemento diferente, o sindicalismo revolucionário arvorava-se como uma concepção política oposta a concepção dos comunistas, ou "sindicalistas oficiais" e não apolítica como quer o texto. O sindicato dos manipuladores de pão sofria influência direta dos anarquistas, assumindo táticas por eles preconizadas e também a sua ojeriza aos "colaboradores do Estado".

O próprio jornal *O Trabalhador* da FOSP, embora faça a defesa da "neutralidade" política no sindicato, no ano de 1931, demonstra claramente o conteúdo anarquista do sindicato através dos artigos publicados, que invocavam constantemente o anarquismo e as experiências anarquistas. Mesmo as bases de acordo da FOSP se preocupavam em estabelecer a luta contra os elementos políticos no movimento sindical, "amarelos", bolchevistas, etc., portanto, nesta época, mesmo sem a defesa da finalidade anarquista do sindicato, este já possuía esta caracterização.

Um texto sobre a 3º Conferência Estadual, afirma que nele estiveram presentes todas as tendências do movimento dos trabalhadores e mesmo com

[523] SILVA, José Victorino da. "Recapitulando" in *O Trabalhador Padeiro.* . São Paulo, Janeiro de 1932

a aliança entre os bolchevistas da direita e da esquerda para se apossarem da FOSP, o que predominou foi a tendência anti-política e anti-estatal,[524] ou seja, a anarquista.

Mais um elemento que corrobora a nossa afirmação de que na década de 1930, por causa da necessidade da definição dos anarquistas ante os elementos "politiqueiros", a FOSP havia abandonado, não formalmente, mas de fato, a neutralidade política, era o conteúdo do seu jornal exaltando fatos e feitos anarquistas.

Aliás, "segundo Pedro Catalo, operário anarquista presente ao congresso [3ª Conferência], todas as associações participantes eram anarquistas, com exceção da União dos Gráficos de São Paulo, dirigida por trotskistas."[525] Poderíamos considerar que ele diz "anarquistas" no sentido de não políticas, mas este não nos parece ser o caso, os indícios por nós apresentados apontam que as associações já eram anarquistas na sua condução.

Na edição de março de 1933 do jornal *O Trabalhador*, havia um manifesto intitulado "Em torno das leis e medidas de repressão do movimento operário e **libertário**", que noticiava a imposição da proibição da circulação dos jornais *O Trabalhador e A Plebe,* assim como várias outras matérias elogiando o anarquismo espanhol, etc. Desta forma, a FOSP havia abandonado a "neutralidade" política do sindicato de fato, muito embora já em 1907, como vimos, admitia-se a propaganda de vários pensamentos políticos pelos materiais da FOSP, na década de 1930 havia o pensamento único anarquista e o combate,principalmente ao comunismo.[526]

Um outro texto do mesmo jornal tecia acerbas críticas ao sindicalismo ressaltando o seu caráter reformista, e ao anarco-sindicalismo, que seria um movimento sem expressão definida, mas considerava a FOSP uma organização que trilhava o rumo do comunismo anarquista por ter tido a

[524] Grupo de Ação Libertária. "Apelo aos Anarquistas" in *O Trabalhador* . São Paulo, março/abril de 1932

[525] AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 60

[526] "Em torno das leis e medidas de repressão do movimento operário e libertário" " in *O Trabalhador* . São Paulo, março de 1933.

influência dos anarquistas, se afastando dos estreitos limites das lutas econômicas.[527]

Portanto, vemos que em São Paulo, nos documentos oficiais dos sindicatos, a "neutralidade" política foi defendida desde o início do século até o fim do período que trabalhamos em 1935.

Veja bem, o fato de a "neutralidade" política predominar formalmente nos documentos sindicais não quer dizer que já na década de 1920 e durante a década de 1930, como vimos, com a atuação cada vez maior de correntes concorrentes dos anarquistas no movimento sindical, sejam elas reformistas ou comunistas, não havia um posicionamento que se transformou na prática em um posicionamento político.

Este posicionamento poderia não ser anarquista "oficialmente", mas era determinado por eles e anarquista na prática, mesmo que não o fosse com a profundidade necessária de acordo com a opinião de certos militantes.

Por outro lado, o posicionamento de Florentino de Carvalho nos mostra outra vertente que defendia que os sindicatos assumissem um conteúdo anarquista em seus princípios, muito embora não seja o mesmo posicionamento dos sindicalistas que entendiam que o sindicato era o único meio de transformação social, prescindindo de uma organização anarquista, mas um posicionamento feito através de um viés mais próximo do anarquismo comunista. Desta forma não podemos caracterizar este posicionamento de Florantino de Carvalho como anarco-sindicalista por exemplo[528]. Basta lembrarmos que Carvalho participou de alguns grupos anarquistas como Centro Libertário, Juventude Anarquista e Aliança Anarquista, que visavam organizar e orientar os trabalhadores.529

Neste sentido, Carvalho publica em A Plebe, artigo criticando a "neutralidade" política. Na crítica a "neutralidade" política, Carvalho

[527] "Uma interessante conferência" " in *O Trabalhador* . São Paulo, 13 de maio de 1933.

528 Florentino de Carvalho segundo Rogério Nascimento: "assumiu uma posição dentro do anarquismo ao lado de outras personalidades de projeção no movimento anarquista mundial. Max Netlau, o Heródoto do anarquismo, Ricardo Mella, Diego Abad de Santillán definiam-se anarquistas ... sem adjetivos. Contudo, isto não significa dizer que ele não adotasse uma das correntes do anarquismo. De fato, podemos perceber ser ele adepto da corrente comunista do anarquismo ." NASCIMENTO, Rogério H. Z. Florentino de Carvalho- Pensamento Social de Um Anarquista. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000, p. 26

argumentava que alguns camaradas, principalmente do Rio de Janeiro onde algumas associações operárias eram orientadas por "politiqueiros de profissão" e considerando que os trabalhadores estão divididos por idéias políticas e religiosas, julgaram ser benéfico para o proletariado organizar associações operárias observando "a mais estrita neutralidade no movimento operário, não lhe dando nenhuma tendência religiosa, política ou filosófica" para que estas tendências não servissem de empecilho para a organização dos trabalhadores.

Para Florentino de Carvalho, a maioria dos trabalhadores não tem idéias políticas ou filosóficas, possuem apenas uma vaga aspiração, um desejo, de melhorar sua condição de vida, para estes trabalhadores as finalidades das organizações operárias não constituem obstáculo.

Por outro lado, os trabalhadores que possuem ideais políticos, levam-nos para as organizações operárias a fim de defenderem seus pontos de vista e alcançarem seus objetivos, afastando-se do movimento operário caso não consigam concretizar suas aspirações.

Para Carvalho, "a neutralidade, portanto, não interessa nem satisfaz a ninguém". Mesmo se fosse possível agremiar a maioria dos trabalhadores em imensas associações, em "poderosas organizações", estas não passariam de "babilônias onde todos falariam sem chegarem a nenhuma conclusão, e nada poderiam fazer, além de um movimento irrisório de melhoramento econômico".

Para o autor, portanto, deixar o sindicato ter a infinita variedade de idéias e opiniões, longe de ser um critério "unionista é dissolvente, porque não satisfaz a ninguém".

O que tem que ser feito é unir os trabalhadores para combater o poder capitalista, o Estado e o poder clerical. Ao deixar de combater esta tríade o sindicalismo pratica a colaboração de classes. Portanto, uma "organização sem ideologia, sem finalidade, é organização acéfala", transforma-se em uma organização prejudicial aos próprios trabalhadores. Os trabalhadores devem

---

[529] NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho- Pensamento Social de Um Anarquista*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000, p. 26

ser atraídos para suas organizações por doutrinas com objetivos claros e não através de declarações de neutralidade de efeitos negativos.[530]

O que temos neste trecho do texto de Florentino de Carvalho é a defesa da adoção de um critério de arregimentação ideológica dos trabalhadores nos seus organismos sindicais, postura defendida pelos anarco-sindicalistas e por alguns anarquistas comunistas também, e não adotada pelas organizações sindicalistas em sua maioria no Brasil, que defendiam a função revolucionária do sindicato ,mas independentemente de um claro viés ideológico.

Em outro texto, felicitando o surgimento de *A Vanguarda*, Florentino de Carvalho tece alguns comentários sobre o papel do sindicalismo. Diz ele que o sindicalismo é exclusivamente um meio de luta, por este motivo existe o sindicalismo "mais ou menos" revolucionário e o sindicalismo reformista.

Para Florentino, os sindicatos deveriam ser um elemento decisivo na luta pela transformação social, "não se deixando ficar no começo ou no meio do caminho da redenção proletária".

A imprensa operária revolucionária deveria cumprir o papel de não deixar parar no meio do caminho a emancipação dos trabalhadores, expurgando da obra de propaganda e educação popular todas as divagações e impurezas, pois "a emancipação dos trabalhadores não pode ser mutilada ou detida sob nenhum pretexto, não pode estar a mercê das influências reacionárias que, por ventura, surja nos sindicatos ou fora deles"[531]

No ano de 1933, Carvalho em uma "Carta aberta aos trabalhadores" afirmava que o fato de ter se entregado em cheio a obra de arregimentação dos trabalhadores, teria causado certa estranheza com a sua atitude que poderia parecer apatia ou renúncia, já que Florentino estava afastado das atividades neste período.

Justifica a sua posição dizendo que quem viveu no movimento operário brasileiro durante os anos entre 1904 e 1920, participando de boa parte das agitações proletárias, vendo os trabalhadores agrupados sob formas de organização consoantes com o espírito de solidariedade e fraternidade e

[530] CARVALHO, Florentino de. "A neutralidade no movimento operário" in *A Plebe*. São Paulo, 06 de março de 1920.
[531] IDEM. " 'A Vanguarda'" . in *A Plebe*. São Paulo, 07 de agosto de 1920.

vivendo o ambiente de idealismo revolucionário, não poderia estar satisfeito com o estado que a organização e a propaganda se encontrava, pensando em simples obra corporativa longe de uma questão mais ampla de luta, sem um ideal de emancipação a atingir.

As aspirações sindicais estariam longe de preencher as reivindicações capitais do proletariado, sem o impulso decisivo dos trabalhadores que possuem aspirações superiores.

As organizações sindicais careceriam de ciência, de ideal, que seriam fatores necessários na luta contra a burguesia. As idéias do anarquismo moderno não seriam divulgadas nas associações operárias, idéias necessárias para educar os proletários, vítimas da própria incultura.

Se os anarquistas não quisessem se encontrar na crise cultural revolucionária e idealista que eles se encontravam, seria necessário abrir as portas das organizações operárias e deixar entrar nelas as idéias libertárias, pois "as novas brisas espirituais não fazem mal a ninguém; pelo contrário, regeneram, tonificam, dão vigor, entusiasmo e elevam o moral do homem."[532]

Apesar de alguns artigos publicados no jornal *O Trabalhador* da FOSP, demonstrarem que havia uma abertura maior para a discussão dos problemas ideológicos dentro do sindicato, com artigos e textos que exaltavam o anarquismo, assim como já acontecia em alguns jornais operários na década de 1910, com o diferencial que neste período, devido a intromissão de outras forças no movimento sindical representando um perigo real para a hegemonia anarquista, era necessário um posicionamento mais agressivo em relação as outras forças adversárias, os sindicatos e a FOSP centravam muito a sua atuação sobre as questões corporativas e imediatas, isto se deu principalmente no primeiro semestre de 1932. O que causava certo descontentamento para alguns militantes, dentre eles Florentino de Carvalho que criticava a postura “economicista” dos sindicatos. Foi neste sentido que Carvalho defendeu a adoção de princípios claros por parte das entidades sindicais que pudessem orientar o proletariado, pois entendia que apenas o impulso dos operários que

[532] CARVALHO, Florentino de. "Carta aberta aos trabalhadores" in *A Plebe*. São Paulo, 21 de janeiro de 1933.

possuem aspirações superiores, como já afirmava no momento de declínio do sindicalismo em 1920 , poderia fazer os sindicatos cumprissem o seu papel de regenerador da sociedade.

Rogério Nascimento resume da seguinte forma a concepção de Florentino:

> "A organização operária tinha como ideal fundamentar-se em 'grupos de ação e de propaganda'. Através destes grupos articulava-se greves e revoluções, possibilitando uma maior eficácia na organização. Estes grupos são análogos às associações de classe, com a diferença de as superar, constituindo num 'esboço da sociedade futura'. A obra de crítica, de regeneração e de propaganda deveria ser realizada no interior dos sindicatos e dirigidos a todos os grupos oprimidos, de maneira a formar uma multidão de revoltados contra a sociedade capitalista. A propaganda anarquista deveria ser intensificada, ativando o 'processo insurrecional' e possibilitando o estabelecimento imediato da 'sociedade dos trabalhadores livres'. A propaganda do ideal e princípios ácratas deveria ser clara, sem nenhum sofisma. Deveria ser realizada mesmo chocando às pessoas da sociedade e da época. De fato, todas as idéias novas foram motivos de escândalos nas sociedades" [533]

A verdade é que Florentino quis transformar os próprios sindicatos em grupos de trabalhadores anarquistas. Este posicionamento deve ser apreendido para que entendamos as relações de militantes que defendiam a atuação sindical mesmo que teoricamente fossem próximos do anarco-comunismo, o que na verdade acontecia com a maioria dos militantes anarquistas comunistas, salvo para parte da historiografia brasileira que procede a uma separação mecânica entre as correntes.

Mas no caso de Florentino de Carvalho, entendemos que a auto-qualificação de anarquista sem-adjetivos responde melhor as suas preocupações. Sem-adjetivos, pois possuía uma postura que utilizava elementos de várias correntes do anarquismo e não somente da corrente anarco-comunista. Muitas vezes o próprio Florentino criticava algumas discussões que considerava dissolventes protagonizadas, entre outros, por

[533] NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho- Pensamento Social de Um Anarquista*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000, pp 162 e 163

anarquistas comunistas. Apesar de este não ser um fator determinante da sua qualificação entre as correntes, é um indicativo da postura assumida por alguns anarquistas que defendiam uma espécie de postura para além das correntes e divergências entre os posicionamentos de várias correntes e práticas anarquistas.

Portanto, podemos observar em Florentino um posicionamento distinto dos sindicalistas revolucionários que defendiam a "neutralidade" política e dos sindicalistas revolucionários que mesmo continuando a defender tal "neutralidade" faziam que na realidade existisse uma concepção propriamente anarquista orientando suas ações. Este posicionamento que de um viés próximo ao anarco-comunismo procurava ideologizar os sindicatos a ponto de transforma-lo em grupos de militantes anarquistas. Intento não alcançado na grande maioria das vezes.

Esta polêmica sobre a discussão ou não dos problemas de caráter ideológico dentro dos sindicatos foi retomada por Bastos em artigo de julho de 1933.

Entendia o autor que os problemas ideológicos tornavam o sindicato atraente para os trabalhadores. Não haveria problema algum de discutir idéias quando estas fossem debatidas com tolerância, evitando-se atritos e harmonizando os trabalhadores para a finalidade mais ampla de libertação.

As discussões ideológicas colaborariam também para afastar o trabalhador do botequim.

Para o autor era claro que as reivindicações materiais deveriam ser discutidas nos sindicatos, mas estas deveriam se fazer em conjunto com as melhorias espirituais, a denominação utilizada pelo autor para se referir a melhoria moral e cultural das massas. Neste sentido, o primeiro passo a ser dado para fazer esta dupla obra de melhoria material e espiritual seria a de se acabar com o preconceito existente nas associações operárias em relação a discussão de idéias dentro dos sindicatos.[534]

Seguindo o caminho daqueles que defendiam a ideologização dos sindicatos, a Liga Operária da Construção Civil afirmava que na 3ª Conferência

[534] BASTOS. "Combatamos os preconceitos" in *A Plebe*. São Paulo, 29 de julho de 1933.

Operária Estadual convocada pela FOSP a Liga defendeu os princípios do Sindicalismo Revolucionário como meio e o Comunismo Libertário como finalidade.[535] Ou seja, a Liga em 1931 defendia o que podemos chamar de anarco-sindicalismo, o sindicalismo com princípios e meios sindicalistas revolucionários e ideologicamente orientado pela consecução do Comunismo Libertário. Portanto, podemos caracteriza-la como outra concepção distinta daquela dos anarquistas que de um viés anarco-comunista buscavam ideologizar os sindicatos. Eram duas concepções com características diferentes embora a meta de transformar os sindicatos em anarquistas seja a mesma.

Outro texto criticando a "neutralidade" política foi publicado em agosto de 1933. O sindicalismo para I. M. não teria natureza própria, teria a cara da minoria que o orienta, neste sentido, poderia ser bolchevista, católico, fascista e até anarquista.

Desde que a Associação Internacional dos Trabalhadores teve a sua cisão, em 1872, as organizações operárias em vários países seguiram direções diferentes. Querer unificar o movimento trabalhista seria uma ingenuidade, curada graças a ação fecunda da realidade, para o autor.

Quando estava para se fazer luz sobre a realidade dos sindicatos surgiu uma nova corrente que pretendia incorporar as idéias socialistas, o Sindicalismo (Revolucionário), continua o autor. Com ele, fechando os olhos para os ensinamentos da realidade, anunciou-se a descoberta de uma nova orientação.

Assim, a escola sindicalista teria ocasionado um processo de involução "cujas projeções alcançam as lutas atuais e cujas conseqüências irremediáveis até hoje seria difícil de calcular", pois o sindicalismo seria o retorno ao primitivo conceito corporativista contido na AIT.

Para o autor, falar aos trabalhadores sobre a necessidade de se superar este conceito retrógrado de sindicalismo, equivalia para os sindicalistas a uma

[535] "Esboço histórico da Liga Operária da Construção Civil" in *O Grito Operário* . São Paulo, 22 de abril de 1933.

"fantasmagoria filosófica que distraia aos trabalhadores sem que a possa compreender".[536]

O jornal *A Voz da União*, órgão dos empregados em cafés, confeitarias, bares e anexos, portanto, jornal de um sindicato, afirmava que o"sindicalismo é um meio de ação e o anarquismo a sua finalidade revolucionária."

Que os anarquistas deveriam atuar nos sindicatos, mas que o anarquismo não deveria se conformar a estrutura econômica do sindicalismo, que não é mais que a manifestação obrigada do regime capitalista.

> "O importante não está em seguir o processo do desenvolvimento capitalista, industrial ou econômico, ajustando nossos meios de ação às condições que cria o capitalismo, senão em resistir a essas manifestações opressivas.
> Insensivelmente, na prática das organizações operárias, absorvidas por essa luta cada vez mais violenta e tenaz, muitos anarquistas se deixam arrastar pelos acontecimentos.
> E assim, porque deixam de obrar como fatores determinantes da organização econômica dos trabalhadores, chegam a plena aceitação daquilo que Marx chamou materialismo histórico. Quer-se dizer, pois, que são anarquistas no espírito revolucionário, mas são marxistas na concepção materialista da história"

Como vimos, boa parte dos sindicalistas revolucionários do mundo possuía justamente esta concepção, o sindicalismo seria um fenômeno relacionado ao desenvolvimento industrial do capitalismo, possibilitando a organização vasta dos trabalhadores, que poderia prescindir de meios políticos, pois o sindicato bastaria a si mesmo, uma vez que a classe operária já tinha condições objetivas de conduzir o processo revolucionário e, graças a própria concentração industrial, gerir através de seus organismos a sociedade futura.

Mas, o grupo editor do jornal considerava que

> "As bases da organização comunista libertária, devem ser as comunas e não as formas externas do capitalismo: os atuais sindicatos operários. Por isso, ao destruir o regime capitalista, devem desaparecer o sindicalismo que é a sua

[536] I. M. "Anarquismo e Sindicalismo" in *A Plebe*. São Paulo, 05 de agosto de 1933.

> conseqüência. Ao contrário, significaria conservar o capitalismo sob novas aparências e perpetuar a existência do proletariado"[537]

Outra discussão, sobre a declaração de princípios (anarquistas) ou não da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil, levantou muitas discussões em torno da questão de se o sindicato deveria ou não assumir um princípio ideológico.

O Grupo Jovens do Futuro, que era o grupo editor do jornal *A Voz da União*, definia-se a favor da ideologização do sindicato no ano de 1922, portanto contra a "neutralidade" política.[538]

Argumentava

> "Nesse instante de intensa agitação social e revolucionária (...) o proletariado organizado libertariamente, torna-se tão necessário como o pão ao estomago e a leitura instrutiva ao cérebro. Dizemos isto, porque pensamos, como trabalhadores conscientes da obra que nos toca a realizar, que, interpretando fiel e sinceramente a tendência da humanidade, marchando incontinente para a perfeição ideal e social, não nos podemos esquivar a este movimento ascendente e, portanto, urge a pronta comunhão de idéias e proclamar, frente a frente de todos os partidos, políticos e apolíticos, a finalidade social pura e genuinamente nossa do Federalismo Libertário como anti-política (...)
> Em quase todos os países sul-americanos e europeus existem organizações operárias com caráter libertário, as quais deram resultados práticos e eficazes de fronte as demais organizações com orientações indefinidas que ficaram como nulidades dentro do campo das reivindicações proletárias. Na Alemanha, França, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Argentina, Chile e Uruguai, as respectivas Federações proclamam e adotam os princípios *sui generis* libertários porque consideram-no como único fator eficiente e real no sentido de solucionar o problema social. (...)
> Alguém objetou-nos que, caso este passo seja dado, a divisão será um fato. Isto não terá nem importância medíocre. Nós não desejamos unificação ou centralização de energias; nós queremos concentração de forças para elevá-las a uma alta potência.

[537]"O Sindicato tal qual nós entendemos- meios de ação e finalidade revolucionária" in *A Voz da União* . São Paulo, 01 de janeiro de 1923.
[538] Muitas vezes a posição deste grupo era a que a historiografia brasileira costuma denominar anarco-comunismo.

> A divisão requer uma diferenciação, de onde resulta a luta, encontro de concepções divergentes, que gerarão novos motivos de vida e de combate, e por conseguinte, a enérgica atividade dos militantes, será um fato. (...)
> Para que o organismo federativo do operariado paulista tenha como finalidade o Federalismo Libertário, nós pomos toda a nossa esperança, e para a consecução deste fim, estamos dispostos a fazer todos os sacrifícios"[539]

Desta forma, o Grupo Jovens do Futuro, pensava que a Federação Operária deveria assumir uma orientação anarquista para que pudesse existir uma potencialização da força do operariado através da adoção de princípios claros e do combate a outras forças divergentes, o que geraria uma atividade mais enérgica por parte dos militantes.

Em uma nota da redação publicada após a declaração de princípios da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil, que deveria congregar todas as organizações operárias do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, o grupo editor deixa ainda mais claro a sua posição:

> "A neutralidade ideológica nos sindicatos operários que caracteriza certa escola sindical sendo doutrinária e filosófica e defendida por muitos militantes do nosso meio foi sempre por nós combatida, como contraproducente as grandes realizações de reivindicação humana e social (...)
> A definição de sindicalismo revolucionário não satisfaz inteiramente as nossas aspirações. Exemplos da atualidade no-lo demonstram (...)
> Não cumpre somente um revolucionarismo indefinido. (...)
> Partidários somos dos sindicatos com finalidades comunistas anarquistas."[540]

Contrariamente a posição explicitada acima, Domingos Braz expõe sua opinião. Considerava a associação operária como escola dos trabalhadores, onde todas as opiniões deveriam ser admitidas e toleradas, referindo-se a mesma iniciativa de se formar a Federação diz:

---

[539] Grupo Jovens do Futuro. "Rumo a Federação Operária" in *A Voz da União*. São Paulo, 01 de julho de 1922.
[540] "Federação dos Trabalhadores da Região Centro Brasil" in *A Voz da União*. São Paulo, 01 de fevereiro de 1923

> "Se quisermos, de fato, concorrer para que a organização operária dê os frutos que dela esperamos não devemos, de forma alguma, pretender que ela se declare anarquista, nem tampouco admitir que qualquer seita, qualquer partido dela se aposse."[541]

Em relação a organização anarquista, esta deveria seguir os moldes do manifesto-programa publicado em *A Plebe* em 1922, sempre fora e aparte do sindicato, e concluía:

> "Se os camaradas do Rio pretendem fundar um organismo federativo dos trabalhadores para pugnar pelos interesses e pelas reivindicações dos mesmos, podem contar, desde já, com a minha colaboração (...)
> Mas se, do contrário, planejam a criação dum órgão, puramente de trabalhadores, com declaração de princípios anárquicos, não poderão contar com a minha coadjuvação."[542]

Marques da Costa, debatendo o tema, disse que na época em que os anarquistas eram os únicos a influenciarem o movimento dos trabalhadores as declarações de princípios não eram necessárias, pois todos os trabalhadores conheciam os objetivos e os meios preconizados para se atingir estes objetivos. Mas, com a formação da facção bolchevista, embora seja uma parcela muito pequena segundo Costa[543], tornou-se necessário esclarecer os princípios das diferentes organizações dos trabalhadores que se formavam.[544]

Opinião similar sustentou José Soares, para ele, era necessário dizer o que queremos e para onde vamos, era necessário tirar a máscara.[545]

Domingos Braz, por outro lado, voltou a defender seu posicionamento na polêmica que se estabeleceu. Argumentava que, para ele, sindicalismo não era anarquismo, embora reconhecesse o papel do sindicato como melhor meio para se resolver o problema econômico, não defendia que o sindicato se declara-se anarquista, pois, retomando a argumentação de Malatesta, o

[541] BRAZ, Domingos. "opinião de um camarada de Petrópolis" in *A Plebe*. São Paulo, 17 de fevereiro de 1923.
[542] Ibid.
[543] Lembremos que estamos no ano de 1923 no ano seguinte da fundação do PCB.
[544] COSTA, Marques da. "A propósito da declaração de princípios dos trabalhadores da Federação dos Trabalhadores da Região Centro do Brasil" in *A Plebe*. São Paulo, 10 de março de 1923.
[545] Soares, José . "Opinião sobre a Federação T. C. Brasil" in *A Plebe*. São Paulo, 24 de março de 1923.

sindicato não era revolucionário mas reformista. Apesar de o autor discordar de Malatesta, mesmo citando-o, dizendo que reconhecia que o sindicato poderia ser revolucionário no sentido puramente econômico.

Pretender que o sindicato seja anarquista é reduzir, segundo Braz, o anarquismo a uma questão somente operária, de classe. O anarquismo, por outro lado, destinava-se a redimir todas as classes da humanidade, sendo não uma questão operária, mas uma questão humana.[546]

Portanto, de um lado estavam os partidários da ideologização dos sindicatos, de outro os anarquistas, como os editores de *A Plebe*, que se fiavam nas palavras de Malatesta, e entendiam que a organização dos trabalhadores era uma coisa e a organização anarquista outra, defendendo a "neutralidade" política. Aqui não há uma tendência sindicalista revolucionária se posicionando, o que há são anarquistas comunistas que atuavam nos sindicatos defendendo a "neutralidade" política.

Esta polêmica deu origem a acusação contra *A Plebe*, de que o jornal não correspondia as necessidades da propaganda, que só tratava de movimento operário, etc.

Em nota os redatores esclareceram que nunca pretenderam que o jornal satisfizesse todas as correntes, todos os temperamentos e personalidades. Segundo o jornal as críticas são feitas pela acolhida que ele deu ao sindicalismo, principalmente no que diz respeito a sua postura em relação a ideologização dos sindicatos, dizia a nota:

> "Supõem, [os detratores do jornal] ingenuamente que um sindicato, só com uma mera declaração de princípios libertários, tem o condão de tornar todos os seus aderentes, como por efeito mágico, anarquistas."[547]

Pedro Mota retoma a discussão em julho de 1923, afirmando que exigir dos trabalhadores sindicalizados uma declaração de princípios não significaria que os trabalhadores atingiram o grau de perfectabilidade necessária para que

[546] BRAZ, Domingos. "Devem os sindicatos declarar-se anarquistas?" in *A Plebe*. São Paulo, 24 de março de 1923.
[547] "Explicações necessárias" in *A Plebe*. São Paulo, 12 de maio de 1923.

estes se considerassem anarquistas, além disso, os anarquistas saberiam que os preconceitos políticos e religiosos continuariam a influir fortemente sobre os trabalhadores.

O que seria o papel dos anarquistas para Pedro Mota era

> "deixarmos a organização sindicalista com sua autonomia e tratarmos de influir no espírito das suas coletividades, educando-as, instruindo-as e aperfeiçoando-as na prática das nossas idéias, afim de as tornarmos capacitadas a compreender e adotar a verdade dos princípios que desejamos sejam adotados pelos órgão sindicais; nunca,porém, queremo-lo fazer por meios que a nossa moral tanto condena- impondo, exigindo, determinando. (...)
> E, se somos daqueles que discordam por completo (presentemente) da declaração de princípios [anarquistas] dos sindicatos, é porque muito estimamos as nossas idéias, e não queremos que os frutos até hoje colhidos na sementeira da nossa propaganda sejam considerados inúteis e imprestáveis e tenhamos que recomeçar de novo o trabalho"[548]

Mota mostrava-se, portanto, contra a adoção de princípios ideológicos anarquistas no sindicato por entender que os trabalhadores não tinham se aperfeiçoado a ponto de poderem ser considerados anarquistas[549], mas caso isso ocorresse ele não seria contra a ideologização dos sindicatos.

Entendemos, pelo desenvolvimento do debate estabelecido e por outras informações como, por exemplo, a postura contra qualquer forma de organização que não fosse meramente informal adotada pelo grupo redator do jornal *A Voz da União*, e mesmo pelo conteúdo deste jornal que apesar de ser um órgão sindical, tinha a maior parte do seu conteúdo voltada a questão doutrinária influenciada em grande parte pelo pensamento kropotkiniano, que além da polêmica em relação a adoção dos princípios ideológicos anarquistas ou não nos sindicatos, que poderia caracterizar uma discussão entre

[548] MOTA, Pedro A. "Considerações em torno do sindicalismo" in *A Plebe*. São Paulo, 07 de julho de 1923.

[549] A organização anarco-sindicalista CNT, demonstrou que mesmo aqueles trabalhadores que ao entrarem no sindicato deveriam declarar-se anarquistas realmente não se consideravam enquanto tais, isto é, a grande massa de trabalhadores. Quando estourou a Guerra Civil e a CNT viu-se na possibilidade de ascender ao governo os trabalhadores pressionavam os militantes anarquista dizendo não compreender como os anarquistas que sempre estavam do lado dos trabalhadores estavam fora do governo enquanto outros lá estavam. LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y El Poder, 1868-1969.* Madri, Espanha, Ruedo Ibérico, 1972.

sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas ou entre estes últimos e anarquistas malatestianos, o que se estabeleceu foi a discussão entre anarquistas partidários da ação sindical, de um lado anarco-comunistas influenciados pelo pensamento de Malatesta, que defendia a neutralidade ideológica dos sindicatos, de outro lado, no caso dos membros do .jornal *A Voz da União*, anarquistas, cujo pensamento fora influenciado pelo também anarquista comunista Pitr Kropotkin, que defendiam a adoção de princípios anarquistas pelos sindicatos. Portanto nesta discussão podemos observar mais concepções distintas se manifestando do que as já citadas anteriormente.

A maioria dos anarquistas partidários da ação sindical era influenciada pela doutrina anarquista comunista, uma parte mantendo a proposta de Malatesta de separação dos níveis de atuação social e político, sendo taxada de sindicalista pelos outros anarquistas, e a outra parte querendo transformar os órgãos sindicais em anarquistas, com a pretensão de não permitir que os comunistas tomassem os sindicatos. Havia também aqueles, fiéis aos métodos sindicalistas revolucionários, partidários da “neutralidade” política.

Neste sentido, não podemos afirmar que esta foi uma simples questão de estabelecer a finalidade do órgão sindical, se teria como fim o comunismo anarquista, ou apenas uma sociedade dos produtores, sem propriedade privada, etc. No fundo este seria o debate entre duas concepções revolucionárias que entendiam que o sindicato bastava a si próprio. Uma entendendo que deveria conter trabalhadores de todas as tendências respeitando a “neutralidade” política do mesmo, outra defendendo a adoção de princípios anarquistas, mas as duas pregando a ação direta, a greve geral revolucionária, o boicote, a sabotagem, como métodos de ação. Mas não foi isso o que se deu nesta discussão.

Percebemos, na discussão que estabelecemos desde o início deste tópico, a existência de posturas múltiplas em relação ao sindicato, excetuando-se aqueles que criticam o organismo sindical. Aqui encontramos

anarquistas comunistas[550], e "anarco-sindicalistas"[551] partidários da ideologização dos sindicatos e críticos da "neutralidade" política dos sindicatos, temos anarquistas comunistas influenciados por Malatesta, que defendiam a atuação sindical e a "neutralidade" política, e anarquistas partidários do sindicalismo revolucionário defensores da "neutralidade" política.

Se nos pautarmos pelas correntes anarquistas teríamos quatro posicionamentos, dois defendendo a ideologização e dois a "neutralidade política". Seria mais fácil, sem dúvida, estabelecermos o debate apenas entre os que defendiam um sindicato anarquista e aqueles que defendiam a neutralidade política dos sindicatos, depois poderíamos qualificar uns de anarco-sindicalistas e outros de sindicalistas revolucionários, ou então uns de anaco-sindicalistas e outros de anarco-comunistas, mas, ao proceder desta forma, não apreenderíamos o debate nas suas múltiplas faces e pontos de vista que caracterizavam posicionamentos táticos diferentes, cada postura tentando encontrar a melhor solução para a crise que se instalava no movimento operário. O que nos preocupa de fato é entender quais foram os motivos determinantes destes diferentes posicionamentos, que podem ser encontrados na realidade e no embasamento teórico utilizado de acordo com as necessidades da realidade, porque entendendo estes aspectos evitaremos simplificações que podem ser até mais didáticas, mas que não conseguem "dar conta da realidade".

Além disso, às vezes, como procuramos demonstrar, algumas posturas mesmo que não fossem formalmente estabelecidas eram de fato existentes, como observamos no caso da FOSP da década de 1930, que embora mantivesse a "neutralidade" política nas suas bases de acordo, acabava com esta neutralidade refletindo de fato, o posicionamento do grupo político anarquista.

---

[550] E também anarquistas "sem-adjetivos" com embasamento teórico influenciado por Kropotkin, mas com posicionamentos que não podem ser reduzidos ao anarquismo comunista como Florentino de Carvalho.

[551] No Brasil o anarco-sindicalismo não se estabeleceu enquanto uma corrente do movimento operário, portanto, podemos falar no máximo em militantes que possuíam uma concepção próxima ao anarco-

Por isso, entendemos ser prudente não fazer avaliações que afirmem que o vigor demonstrado pela ação do operariado brasileiro do início do século XX estava relacionado à ação dos anarco-sindicalistas, ou mesmo dos sindicalistas revolucionários.

Questionamos também afirmações como a de Khoury que diz que Leuenroth assumia-se enquanto anarco-sindicalista,[552] sendo que o mesmo era apenas um anarquista partidário da ação sindical, o que são coisas muito diferentes. O anarco-sindicalismo pressupõe um conjunto de características que são diferentes da prática de Leuenroth, como, por exemplo, quando ele participa da formulação do manifesto-programa que defendia a organização política dos anarquistas separada da organização sindical, algo que os anarco-sindicalistas não defendiam.

Ou afirmar que *A Plebe* "durante toda a década de 1920 e de 30 é o órgão por excelência dos anarco-sindicalistas"[553], uma vez que durante um bom tempo se auto-denominou órgão libertário ou comunista libertário. Estes dois exemplo selecionados de um texto são indícios da confusão que se formou na historiografia brasileira em relação aos termos que poderiam identificar as diferenças entre os anarquistas.

Ou então proceder a afirmações como a de Toledo sobre Giulio Sorelli, que seria um exemplo

> "do militante que, embora não abandonando a doutrina anarquista como teoria fora do sindicato, dentro dele aceita as idéias do *sindicalismo revolucionário,* e acaba assumindo idéias não-anarquistas como a do sindicato como instituição-base da futura sociedade,"[554] ou "Sorelli foi uma das principais figuras do movimento sindicalista revolucionário em São Paulo, exemplo do militante que se manteve anarquista na teoria, mas tinha uma prática sindicalista revolucionária."[555]

---

sindicalismo, pois este não se caracterizou entre nós, por isso temos a precaução de utilizar o termo anarco-sindicalismo entre aspas no texto.

[552] KHOURY, Yara Maria Aun. Edagard Leuenroth: uma Voz Libertária. São Paulo, Mestrado, FFLCH/USP, Orientador: Azis Simão, 1988, pp 38 e 39

[553] Ibid., p 44

[554] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004, p. 48

[555] Ibid., p. 283

Para nós Sorelli assim como outros militantes e grupos, não podem ter seu pensamento e ação partilhados, sendo anarquista fora dos sindicatos, mas dentro deles sindicalista revolucionário, aceitando idéias não anarquistas. Nosso procedimento é procurar entender o militante ou grupo possuindo sua coerência e unidade. Neste sentido, Sorelli não deixou de ser anarquista nem fora nem dentro do sindicato, mas foi exemplo de um militante anarquista que possuía concepções particulares, dele e de um grupo de militantes, que sem deixar de ser anarquista em momento algum assumiu a concepção e táticas do sindicalismo revolucionário que, aliás, teve boa parte de seu conteúdo formulado e estabelecido graças a reflexão e ação dos anarquistas , Delesalle, Pelloutier, Pouget, entre outros.

Portanto, parece que a autora, para justificar a sua tese, busca recortar "fatos" de vários lugares para demonstrar a sua correção. Por exemplo, depois de citar uma passagem de Hobsbawn referindo-se ao sindicalismo revolucionário, em que este afirma a sua associação em vários graus às idéias anarquistas Toledo afirma:

> " 'Associada em vários graus às idéias anarquistas' significa que não eram anarquistas. Hobsbawm não tem definitivamente simpatias nem pelo anarquismo, que considera ineficaz, e nem pelo sindicalismo em si, que considera resultado de uma consciência não-política de classe e que não pode prescindir do partido, mas o que nos interessa especificamente em sua afirmação é que ela é uma confirmação da idéia de que o *sindicalismo revolucionário* não era anarquismo."[556]

É interessante este procedimento que aparenta ser uma confissão de um certo procedimento: "o que nos interessa especificamente em sua afirmação é que ela é uma confirmação da idéia de que o *sindicalismo revolucionário* não era anarquismo".

Veja bem, reafirmamos, que a equiparação do sindicalismo revolucionário com o anarquismo é equivocada e tanto a pesquisa de Toledo, quanto outras, além da nossa, reafirma isso. Mas buscamos resgatar a realidade, e no caso brasileiro esta nos mostra a predominância do militante anarquista nas organizações que defendiam métodos sindicalistas

[556] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004, p. 78

revolucionários. Que fique claro, dizemos a predominância entre os militantes, não entre os sindicalizados e nem entre o movimento operário. Também nos referimos à predominância nos sindicatos que defendiam os métodos sindicalistas revolucionários e não entre todos os sindicatos do Brasil.

Outro exemplo de um procedimento similar é em relação aos funcionários remunerados pelos sindicatos. A autora toma uma resolução do Congresso Operário Brasileiro de 1906, no qual era condenada a remuneração dos funcionários pelos sindicatos, mas abria brechas para a remuneração em caso de necessidade, para demonstrar que isso não era anarquista, pois os anarquistas, segundo sua opinião opõem-se tenazmente a qualquer remuneração.

Vejamos a resolução aprovada no Congresso Operário Brasileiro de 1906 para termos uma noção mais exata sobre o que estamos discutindo:

> *"Tema 4 — No seio da organização sindical poderão admitir-se funcionários remunerados? No caso afirmativo, sob que condições?(...)*
> 'Considerando:
> que a remuneração dos cargos no sindicato é suscetível de produzir rivalidades e intrigas, ambições nocivas à organização e interesses contrários à sua ação e liberdade de movimentos;
> que essa remuneração pode chamar às funções administrativas indivíduos, unicamente desejosos de se emancipar individualmente, trabalhando com o exclusivo fim de perceber o ordenado, e não com o amor que provém de um forte espírito de iniciativa e de uma larga compreensão dos interesses solidários do operariado, e da necessidade da luta;
> o Congresso operário aconselha vivamente às organizações operárias a repelirem as remunerações dos cargos, salvo nos casos em que a grande acumulação de serviço exija peremptoriamente que um operário se consagre inteiramente a ele, não devendo, porém, receber ordenado superior ao salário normal da profissão a que pertença.
> Outrossim, no caso excepcional em que qualquer sociedade tenha necessidade de ter funcionários remunerados, estes, ainda quando sócios, não poderão votar nem ser votados; e, para tais cargos remunerados, devem ser preferidos os sócios inutilizados pelo trabalho.'"[557]

[557] HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária No Brasil- 1889- 1930*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, pp. 49 e 50

Portanto, uma resolução que condenava a remuneração de funcionários tecendo uma série de argumentos para isso. Mas, as exigências concretas da luta poderiam exigir que alguns militantes se ausentassem do trabalho para a realização de algumas tarefas, ou então, que se tivesse funcionário, mas este não poderia participar do conjunto das deliberações dos sindicatos.

Embora anarquistas como Malatesta criticassem a remuneração de funcionários nos sindicatos, este não era um posicionamento válido para todos os lugares e inflexível dentre os anarquistas. Mas, o que aconteceu no caso das deliberações dos sindicatos de São Paulo, e da COB, mesmo assim, foi o rechaço a adoção dos funcionários remunerados, como defendia a maioria dos anarquistas, apenas possibilitando a existência de exceções, justificadas em conjunturas especiais.

Mas isso para Toledo já é argumento suficiente para provar a sua tese:

> "É interessante observarmos que a existência de funcionários pagos nos sindicatos era condenada por todos os anarquistas, o que reforça mais uma vez nossa tese de que os sindicatos em São Paulo no período não eram anarquistas.(...)
> Então, quando se concluiu da necessidade de um funcionário que estivesse sempre presente na sede [da redação do jornal *A Lucta Proletária,* órgão da FOSP], ele foi contratado, apesar da provável oposição dos anarquistas que faziam parte da federação"[558]

Partindo do pressuposto de que todos os anarquistas rejeitam a adoção de funcionários remunerados nos sindicatos, mesmo que em situações particulares, a existência de um funcionário em um destes sindicatos, já foi suficiente para a autora deduzir uma "provável oposição dos anarquistas" que faziam parte da federação. Vejamos que aqui o provável, não funciona como elemento definidor de uma hipótese, mas no conjunto serve como elemento confirmador da tese.

[558] TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário- Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 84

Além disso, para alguns autores, a ênfase em aspectos reformistas, ou economicistas de acordo com o caso, na atuação de alguns sindicatos de São Paulo e em alguns dos seus materiais, seria elemento confirmativo da ausência de traços do anarquismo nos organismos sindicais, para a autora.

A polarização entre reforma e revolução não existia para alguns autores anarquistas. Bakunin, por exemplo, defendia ênfase nos aspectos reivindicativos na Internacional como forma de aproximar o trabalhador de uma luta coletiva, possibilitando que este se formasse e tivesse acesso aos debates políticos existentes no seio ou da associação ou das diferentes correntes políticas. Malatesta afirmava que não era contra as reformas, mas enfatizava que elas, para não serem contrárias aos interesses da revolução, deveriam ser conquistadas com lutas.[559]

[559] "En el orden de los hechos, las reformas pueden actualizarse o no, y, actualizadas, pueden consolidar el régimen existente o minarlo, pueden ayudar el advenimiento de la revolución o dificultarlo, pueden favorecer o perjudicar el proceso general, según su naturaleza específica, según el espíritu con el cual se conceden y, sobre todo, según el espíritu con el cual son pedidas, reclamadas, arrancadas.
Los gobiernos y las clases privilegiadas se guían siempre, por supuesto, por el instinto de conservación, de consolidación, de aumento de su poder y de sus privilegios; y, cuando consienten alguna reforma, lo hacen, o bien porque consideran que esta reforma favorece sus objetivos, o bien porque no se sienten lo suficientemente fuertes para resistir y ceden por temor a algo peor.
Los oprimidos, por otra parte, o bien piden y acogen las mejoras como un don generosamente concedido, reconociendo la legitimidad del poder que está por encima de ellos, y hacen así más daño que bien prestándose ya sea a frenar la marcha hacia la emancipación, ya sea a paralizarla o desviarla; o bien reclaman e imponen las mejoras con su acción, las acogen como victorias parciales sobre la clase enemiga y se sirven de ellas como estímulo para darse más valor con miras a mayores conquistas; en este caso son una ayuda y una preparación válidas para la derrota total del privilegio, o sea para la revolución. Llega siempre el momento en que, al aumentar las reivindicaciones de la clase dominada y al no poder ya los dominadores ceder sin comprometer su dominio, estalla necesariamente el conflicto violento.
No es cierto, pues, que los revolucionarios se muestren sistemáticamente contrarios a las mejoras, a las reformas. Se oponen a los reformistas, por una parte, porque su método es el menos eficaz para arrancar reformas a los gobiernos y a los propietarios, que no ceden más que por miedo, y, por otra, porque con frecuencia las reformas que prefieren son aquéllas que, mientras aportan a los trabajadores una ventaja inmediata discutible, sirven en realidad para consolidar el régimen vigente y a inducir a los mismos trabajadores el deseo de que tal régimen dure." Apud. RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas*. Barcelona, Tusquets, 1977, pp. 115 e 116
Ou então, "colocado de lado o caráter odioso do termo, do qual os politiqueiros abusaram e desacreditaram, o anarquismo sempre foi e nunca poderá ser outra coisa senão reformista. Preferimos dizer *reformador*, para evitar qualquer possível confusão com aqueles que são oficialmente classificados como "reformistas" e querem, por pequenas melhorias, bem freqüentemente ilusórias, tornar o regime em vigor mais suportável e, por isso mesmo, consolidá-lo; ou pensam, de boa fé, poder eliminar os males dos quais sofre a sociedade reconhecendo e respeitando — senão em teoria, pelo menos na prática — as instituições fundamentais, políticas e econômicas, que causam e mantêm esses males. Mas, em suma, é sempre de reforma que se trata, e a diferença essencial está no tipo de reforma que se quer e no modo que se acredita poder alcançar a *nova forma* à qual se aspira.
Revolução significa, no sentido histórico do termo, reforma radical das instituições, conquistada rapidamente por meio da insurreição do povo contra o poder e os privilégios constituídos; e somos revolucionários e partidários da insurreição porque não queremos melhorar as instituições, mas, ao contrário,

Em síntese: a maioria da historiografia brasileira se equivoca ao referir-se ao anarco-sindicalismo no Brasil. A maioria das organizações sindicais brasileiras adotou, na prática durante um período e depois só em seus documentos, uma concepção de luta que priorizava a "neutralidade" política dos sindicatos, seja de acordo com a vertente sindicalista revolucionária ou anarquista comunista malatestiana . Além desta maioria existiam os partidários da adoção dos princípios anarquistas pelos sindicatos. Estes eram os anarco-sindicalistas e também, de acordo com outro ponto de vista, os anarquistas comunistas e os anarquistas "sem-adjetivos". Enfim, podemos afirmar que existiu uma predominância da atuação dos anarquistas partidários da atuação sindical em São Paulo, levando em conta a pluralidade de concepções existentes entre eles.

4.4 Os Sindicatos: Elementos de Organização e Ação

Neste tópico discutiremos alguns aspectos das formas de ação e organização dos anarquistas partidários da ação sindical. Através desta discussão, que se estabelecerá a partir de temas como a organização dos sindicatos e a sua centralidade para transformações sociais, a centralidade da ação na luta social, a defesa da luta de classes, o federalismo autonomista, etc., poderemos abarcar um conjunto de circunstâncias que trouxeram problemas a continuidade da ação anarquista em São Paulo. Estas circunstâncias apontadas neste tópico, não apresentam os principais determinantes do declínio da influência dos anarquistas, porém apresenta elementos que ajudam a montar o quadro explicativo deste declínio.

Além da questão das concepções dos anarquistas partidários da ação sindical, encontramos aquilo a que já nos referimos antes, que é a valorização, por uma parte dos anarquistas da organização como elemento que poderá

---

destruí-las totalmente, abolindo toda dominação do homem sobre o homem e todo parasitismo que prospera sobre o trabalho do homem; e é porque queremos fazê-lo o mais rápido possível, e porque estamos convencidos de que as instituiçoes, nascidas da violência, se mantêm pela violência e só cederão diante de uma violência capaz.

colaborar para transformar a sociedade. No tópico referente à centralidade da educação e propaganda como elemento central da transformação social, relacionada muito mais aos pressupostos anarquistas comunistas, encontraremos textos de anarquistas partidários da ação sindical defendendo a primazia da educação.

Num texto do jornal *A Vanguarda* de junho de 1921, havia a discussão sobre o fim perseguido pelo sindicato. Argumentava que o patrão procura pagar ao trabalhador um salário que correspondia ao limite para que este ficasse de pé e se reproduzisse, sendo que este limite era variável, variando de acordo com a postura da classe trabalhadora das diferentes localidades dentro de um país e dos diferentes países.

De acordo com o texto, Intervém como elemento para estabelecer a variabilidade dos salários a vontade e a resistência coordenada dos trabalhadores lutando coletivamente, não individualmente, pois o indivíduo sozinho nada pode, deve se adaptar as condições do meio, caso contrário morre de fome, pois de nada adianta solicitar um salário maior do patrão se existem outros trabalhadores que se submetem a receber menos.

Há circunstâncias próprias do capitalismo que destroem rapidamente os frutos alcançados pelo proletariado na sua luta para aumentar seu nível de bem estar. Neste caso, caso o proletariado esteja habituado à luta, tenha sido educado revolucionariamente, este não deixará a sua condição mudar e será arrastado a ação revolucionária.

Por este motivo,

> "O sentimento de bem estar e o espírito de revolta são dados pela ação contínua e solidária, que prepara e produz o fato. Aqui ressalta a razão principal do nosso interesse pela organização e ação sindicalista, o operário enfrenta o patrão, aprende a considerá-lo como parasita, educa-se no antagonismo de classe; discute com os seus os interesses profissionais, adquire o hábito da solidariedade, intervém na vida social.
> Graças, a luta e a propaganda que esta luta facilita e fecunda, o trabalhador penetra cada vez mais

---

Mas não se faz uma revolução quando se quer. Deveremos permanecer sem nada fazer e esperar que os tempos amadureçam por si mesmos?." MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. Cortez, São Paulo, 1989, pp 144 e 145

> profundamente na compreensão da origem do mal e prepara-se moral e materialmente para o que é a conclusão lógica do movimento sindicalista operário:a expropriação revolucionária da terra e de todos os meios de produção".[560]

Podemos observar uma diferença essencial de parte dos anarquistas partidários da ação sindical em relação a maioria dos anarquistas que escreviam nos jornais do período, inclusive de outra parte dos próprios "sindicalistas". Aqui a, como já ressaltamos, organização é o fator principal, ela é que elevará, através da prática política e social, o "nível de consciência" dos trabalhadores, na medida em que os habitua a luta, os "educa" no antagonismo de classe e facilita o próprio trabalho de propaganda, como também notou Sferra referindo-se a outro período.

Assim, também o primeiro número do jornal *A Voz do Sapateiro,* do Rio de Janeiro, que apesar de não estar circunscrito a localidade de abrangência da nossa pesquisa pode nos dar uma noção mais clara do que dizemos, declara:

> "O fim principal, que tivemos e temos em mira, com a publicação deste periódico, pode-se resumir-se numa só palavra: organização (...)
> Cada dia que se passa, mais e mais se evidencia o alto valor da associação de classe como instrumento de reivindicação e de emancipação.
> Jamais qualquer melhoria, qualquer benefício, por menor que seja, foi já estabelecido, no trabalho, senão em virtude de luta encarniçada mantida pela coletividade agremiada.
> O patronato nada concede espontaneamente aos seus salariados: ele cede, sempre a contragosto, somente em conseqüência da pressão exercida pelos salariados"[561]

No artigo "Viva a Solidariedade Obreira" do semanário *A Obra,* também há uma defesa da organização de classe como principal elemento para a conquista da emancipação dos trabalhadores. A organização de classe permite a união compacta dos operários conscientes para a defesa dos direitos naturais do homem, assim é possível resolver os males sociais que afligem a humanidade. A organização permite que a vontade coletiva se realize numa

[560] "O fim essencial do sindicato" in *A Vanguarda*. São Paulo, 23 de junho de 1921.

sociedade dividida em classes antagônicas na qual a classe de “parasitas” não se sensibiliza com as dores alheias, pois, apesar de nascerem sem preconceitos sociais, portanto, aptos para a igualdade, foram educados num meio social que os corrompeu, receberam uma educação adversária da verdade e da justiça, não podendo, assim, deixar de ser “adversários pertinazes da igualdade econômica”, a mais importante em nossa sociedade, para o articulista.[562]

Sobre a questão da organização operária, só que desta vez discutindo-se as suas deficiências e o papel dos anarquistas, temos um texto do início de 1933 com posicionamentos dos anarquistas partidários da ação sindical, defendendo que o movimento sindical tivesse um caráter permanente, ao contrário do que acontecia até aquele momento, quando ele era emergente, momentâneo, ocasional, sendo muito comum após fracassos ou repressão, as associações se esfacelarem. O que seria necessário era aceitar a derrota com a mesma serenidade dos momentos de vitória.[563]

Podemos afirmar que, o caráter descontínuo da organização sindical poderia ser atribuído a sua forma de organização, mais "frouxa" no caso dos sindicatos dirigidos pelos anarquistas, a elementos conjunturais, e a própria falta de organização permanente entre os elementos anarquistas, que desenvolviam o seu trabalho de acordo com a tenacidade e a entrega dos militantes.

Ao faltar uma organização anarquista mais permanente a retomada ou até mesmo a permanência do trabalho sindical dependia exclusivamente de fatores externos as possibilidades de interferência anarquista, não podendo ser contrabalançado pela ação efetiva de uma organização que representasse e praticasse um projeto político-social anarquista.

Também a responsabilidade coletiva era valorizada para viabilizar a organização sindical. No jornal *O Trabalhador Padeiro* de 1935 encontrávamos a valorização do "indivíduo livre dentro da coletividade, mas com senso de responsabilidade coletiva". Observa-se aqui a valorização da liberdade

---

[561] “Pela Organização” in *A Voz do Sapateiro*- Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1921.
[562] A. P. C. “Viva a solidariedade obreira !” in *A Obra*. São Paulo, 01 de maio de 1920 .
[563] “Os trabalhadores e sua agrupações” in *A Plebe*. São Paulo, 14 de janeiro de 1933.

individual assim como em todas as correntes do anarquismo de São Paulo do período por nós estudado, porém, com a ressalva do senso de responsabilidade coletiva.

Entendemos que esta ênfase na responsabilidade coletiva se dava pelo caráter da própria ação dos “sindicalistas”, que tendia a levar os militantes a ser mais pragmáticos, deixando um pouco de lado o doutrinarismo, da valorização abstrata da liberdade individual.[564]

Além da ênfase na questão da organização e luta coletiva, alguns anarquistas partidários da ação sindical enfatizavam também a centralidade da prática em detrimento da excessiva teoria.

No jornal da Liga Operária da Construção Civil, no artigo "Causas e feitos", afirmava-se que às vezes os trabalhadores se surpreendiam com alguns oradores capacitados que subiam a tribuna para justificar e denunciar a causa de tantas desigualdades sociais, e os trabalhadores ficavam admirados como estes que conseguiam cientificamente orientá-los.

Mas, muitas vezes, não está ao alcance de todos os trabalhadores "compreender uma exposição filosófica" desviando-se, desta forma, um trabalho de utilidade por uma incompreensão.

E não tem culpa as pessoas que participam da ação, pois todas as dificuldades de ordem moral, intelectual, econômica e social derivam do abandono que sofrem os trabalhadores. Assim, afirmava o texto, "se a teoria não é por nós conhecida, dediquemo-nos a fazer o que for possível na prática e teremos cumprido o nosso dever".[565]

Percebemos neste artigo, opostamente a maioria dos outros artigos anarquistas e de parte dos artigos dos próprios “sindicalistas”, a ênfase na questão prática como elemento aglutinador. Aqui, a erudição, o destaque dado a formação educativa dos trabalhadores, não é tido como o principal elemento aglutinador, que é conseguido, na verdade, através da prática, pois nela os trabalhadores se enxergam e se compreendem, ao contrário do que acontece quando o principal foco são os discursos filosóficos, que possuem uma grande

[564] “Nosso Programa” in *O Trabalhador Padeiro*. São Paulo, 16 de novembro de 1935.
[565] “Causas e Efeitos” in *Acção Proletária*. São Paulo, 13 de outubro de 1921.

tendência a gerar discordâncias mesmo que seja por causa de nuances de discursos.

Outro aspecto relevante era que o sindicalismo também foi justificado através de uma abordagem materialista que procurava o localizar como conseqüência do desenvolvimento do próprio capitalismo.

Neste sentido, o sindicalismo era considerado em artigo do jornal *O Alfaiate*, retomando a definição de clássicos do sindicalismo revolucionário, como sendo o socialismo operário.

Teria um caráter de luta de classe, teria também uma finalidade econômica e materialista, se caracterizaria pela autonomia dos organismos sindicais, consubstanciada na eliminação do intermediário político.

Além disso, o sindicalismo não seria uma teoria mas um fato, portanto não era produto de uma ideologia, mas produto do desenvolvimento do próprio capitalismo que arrancou o operário de seu isolamento, assim como arranca de igual modo o burguês, que também se organiza nas suas associações patronais.

Mas, para que a organização sindicalista se tornasse eficaz era necessário que ela deixasse de ser instintiva e intuitiva e passasse a ser consciente, era necessário que a organização sindicalista evoluísse e progredisse, e, "na verdade, a organização sindical tem progredido, apesar de tudo, e progredirá ainda mais", diz o texto.[566]

Porque mesmo para estes anarquistas partidários da ação sindical não bastava lutar como reflexo do desenvolvimento do capital, pois esta luta seria limitada se não se tornasse consciente e buscasse a superação do capitalismo.

A defesa da luta de classes proveniente da concepção acima exposta e de uma certa concepção anarquista que buscava a volta as leis naturais, também foi realizada.

A luta de classes era considerada pela maioria dos anarquistas como um "fenômeno imanente da própria existência da sociedade capitalista".[567] Esta

[566] "Sindicalismo" in *O Alfaiate.* São Paulo, 17 de julho de 1920.
[567] "Em torno das conferências do Dr, Maurício de Lacerda" in *A Plebe* . São Paulo, 26 de junho de 1920.

postura afirmada num texto publicado pelo jornal anarquista *A Plebe*, refletia o posicionamento dos anarquistas partidários da ação sindical e de boa parte dos outros anarquistas, contrariando algumas teses anarquistas comunistas baseados na noção de apoio mútuo formulada por Kropotkin, afirmando que a luta de classes seria um artificialismo que se contrapunha a solidariedade natural dos seres humanos.

André Caldeira no artigo "O 'Dies Irae' Burguês" defende a Luta de Classes como "a única porta possível de fazer sair à humanidade do círculo vicioso em que se encontra. ", pois, "seria um contra-senso e um absurdo clamoroso continuar o proletariado a contemporizar com os seus algozes." [568]

A luta de classes era afirmada no jornal operário *O Metallurgico*, órgão oficial da União dos Operários Metalúrgicos. Para Cláudio de Azas enquanto uma classe não exterminasse a outra, no caso o proletariado a burguesia, pois a burguesia necessita do proletariado para se manter, esta luta continuaria. Afirmava:

> "Entre a luta do capital e o trabalho não há vencedores nem vencidos quando os inimigos persistem frente a frente no campo da luta social.
> Estas simples contendas que se desenrolam diariamente entre patrões e proletários é o prelúdio da grande batalha que se avizinha.
> Para efetivar um triunfo é necessário o extermínio completo de uma das partes (...)
> O triunfo temporal dum bando que representa uma tendência sobre outro não é coroado pelo êxito, entanto que haja lugar para a ofensiva de uma das partes.
> Por isso, precisa-se o extermínio completo do vencido"[569]

Texto publicado no boletim informativo da comissão executiva do 3º COB começa a discutir a questão da diferenciação entre a democracia e o sindicalismo, apresentando a justificativa para o combate ao regime democrático e a defesa da luta de classes, realizada através do mecanismo sindical.

---

[568] CALDEIRA, André. "O 'Dies Irae' Burguês" in *A Plebe* . São Paulo, 24 de janeiro de 1920.
[569] AZAS, Cláudio de. “Da Luta entre o Capital e o Trabalho” in *O Metallurgico.* São Paulo, 03 de julho de 1920.

Diz que certas reformas promovidas pelo regime democrático beneficiam o operariado, mas estes benefícios não o atingem diretamente enquanto classe, mas "globalmente" enquanto povo. Neste sentido, não é a democracia o regime onde se realizarão todas as aspirações do proletariado.

Mesmo após a vitória do regime democrático, sempre que o operariado quis melhorar sua situação teve que se lançar à luta, por isso o proletariado aprendeu o que deve esperar do regime democrático.

Mesmo depois do advento do regime democrático

> "Uma linha divisória - que é um abismo, se conservou, porém, e cada vez mais nítida, separando os homens implacavelmente. Esse abismo é a propriedade privada o mais forte esteio do poder e da autoridade: e é ela que origina a exploração do homem pelo homem e mantém no século da liberdade de consciência o privilégio iníquo do capitalismo. Considere o operário que só pela organização revolucionária do trabalho, isto é, pelo sindicalismo, conseguirá vencer as sobrevivências funestas das odiosas eras de opressão e de tirânia"[570]

Os anarquistas partidários da ação sindical mantinham viva a tradição de luta de classes, a organização operária seria a que transformaria a sociedade. Alguns anarquistas preconizavam uma estratégia policlassista de transformação social, o que não acontecia com a maioria dos anarquistas.

O órgão *Acção Proletária* da Liga Operária da Construção Civil de 13 de outubro de 1921, concita os trabalhadores a luta de classes como forma de se acabar com a distinção entre dominadores e dominados.

Consideravam os dominadores violadores das leis naturais, estes mesmos que declaravam ser iníqua toda a forma de ação tendente a dividir a humanidade em duas facções em luta. [571]

O classismo, característica comum de muitos sindicatos influenciados por anarquistas, foi defendido em 1931, ao se fazer a defesa dos produtores e não da sociedade ou da humanidade, pelo jornal *O Trabalhador Vidreiro* de novembro de 1931, no qual afirma-se que a finalidade associativa do sindicato

[570] A Batalha "Democracia e sindicalismo" in Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário-São Paulo, Ano I – nº 1 Agosto de 1920

[571] "Para ser valorizada a teoria é preciso que alguma coisa se faça na prática" in *Acção Proletária*. São Paulo, 13 de outubro de 1921.

dos trabalhadores em fábricas de vidro é "estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil seja de fato propriedade de todos os trabalhadores". [572]

Assim, podemos observar que a defesa é que o produto do trabalho seja dos trabalhadores e não de todos os homens, aqui se nota uma característica de grande parte dos anarquistas partidários da ação sindical de valorizar o mundo do trabalho e os trabalhadores, enfatizando uma atitude classista.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que, talvez por causa da sua posição no mundo do trabalho, os anarquistas partidários da ação sindical consideravam a propriedade privada como determinante da exploração e base da autoridade, parte dos anarquistas encarava o Estado como o determinante das demais explorações ou então conferiam o mesmo peso para os três elementos da tríade combatida por boa parte dos anarquistas: o Capital, o Estado e a Igreja.

Outros anarquistas se mostravam “indecisos” em relação à luta de classes e tentavam amenizar o discurso e sensibilizar os governantes.

Esta indecisão se mostra em outro artigo, publicado pelo jornal *A Plebe* de janeiro de 1920. Neste artigo o autor defende que "os homens do governo sejam sensatos, tolerantes e imparciais em face das lutas operárias com o patronato" pois poderão com esta atitude evitar muitos dissabores.

O autor defende

> "que paire acima de mesquinhos interesses de classe o espírito equânime da justiça e do reto pensar.
> E que o operariado saiba seguir serena e inabalavelmente a sua obra de organização e de estudo para (...) estar a altura de administrar, dirigir e executar toda a imensa obra de produção, consumo e distribuição das riquezas"[573]

Em relação às formas que poderiam assumir a organização dos sindicatos, tínhamos, em geral, a defesa do federalismo autonomista, que possibilitava a autonomia do indivíduo no grupo, deste na federação e da federação na confederação.

---

[572] TABUSE, A. Carlos. “Nosso Aniversário” in *O Trabalhador Vidreiro*. São Paulo, 14 de novembro de 1931.
[573] T de P. “O futuro presidente e a questão operária” in *A Plebe.* São Paulo, 31 de janeiro de 1920.

O terceiro Congresso Operário Brasileiro[574] deliberou, dentre outras resoluções, a reafirmação do método de organização federalista autonomista, método este defendido nos dois outros congressos operários nos quais as teses defendidas pelos militantes anarquistas saíram vitoriosas.

Dizemos as teses defendidas pelos militantes anarquistas e não teses anarquistas, no sentido da corrente que se opunha ao sindicalismo. Por outro lado, não intentamos cair no erro oposto de afirmar que as teses eram sindicalistas revolucionárias demonstrando que na verdade os anarquistas não foram a força predominante no primeiro quartel do século XX em São Paulo. O fato é que se militantes anarquistas não estivessem convencidos e não defendessem as teses sindicalistas revolucionárias estas não seriam as predominantes no movimento operário em São Paulo no começo do século passado.

O método federalista autonomista, como dissemos, consistia na inteira liberdade do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação. Defendia-se este método com o argumento de que a solidariedade entre os organismos que compunham a federação deveria ser uma solidariedade natural, não artificial.

Não pretendemos neste tópico esmiuçar as deliberações do 3º COB, isso já foi realizado por outros autores, para nós importa, sobretudo, nos atermos a elementos que constam nas deliberações do congresso e que refletem uma certa concepção de luta que determina, por sua vez, as táticas adotadas.[575]

Em relação ao método de organização sindical o Congresso defendeu que

---

[574] Aconteceu na rua do Acre nº 19, sobrado, no Rio de Janeiro, entre os dias 23 a 30 de abril de 1920

575 Em relação à educação associativa, havia uma especial atenção a questão da postura dos trabalhadores em suas associações, as discussões deveriam acontecer num "ambiente de tolerância coletiva, evitando questões puramente pessoais e atitudes agressivas" pois isso permitiria que o operário, através do livre exame, pudesse melhorar a sua mentalidade para a luta por sua emancipação. Neste sentido conciliador, também é aconselhado que os sindicatos evitem cisões, que seriam prejudiciais a eficiência sindical.575

Sobre os acidentes de trabalho o congresso preconizava a criação de comissões sindicais que pudessem proceder a fiscalização das empresas e tomar os encaminhamentos necessários em casos de acidentes, prescindindo, assim, da ação reguladora e legislativa do Estado em benefício da ação fiscalizadora dos sindicatos.

> “entre os sindicatos de ofícios e de indústrias, seja dada a preferência aos de indústrias, por serem os que a prática tem aconselhado, no Brasil, como em outros países, como mais relacionados com as necessidades do desenvolvimento sindical, evitando os exclusivismos de classe sem impedir que as diversas categorias reunidas no seio dos mesmos sindicatos de indústrias possam tratar autonomamente das questões profissionais particulares que lhes são próprias „[576].

No tópico sobre orientação sindical, na letra n) há a afirmação de que a revolta da consciência proletária contra a injustiça do regime capitalista é a característica dos conflitos sociais da época. Da consciência revoltada, nasce o desejo de ação, deste desejo nasce o emprego da força, da necessidade do emprego da força nasce a necessidade da organização que unindo forças as aumentam. Fica clara, desta forma, a precedência da revolta “ideal” contra o sistema, sobre quaisquer formas de lutas coletivas. A revolta nasce da consciência, desta passa-se a ação e da ação a necessidade da organização. Afirma-se claramente o idealismo para estes militantes sindicais.

A priorização da organização dos sindicatos por indústria e o idealismo da revolta da consciência ou mentalidade proletária é reafirmada por Victor Franco, retomando as noções de Evolução e Revolução de Reclus, afirmando que um acontecimento é tanto mais revolucionário quanto mais profunda é a transformação realizada. Para ele as concepções morais da humanidade são as transformações mais profundas independentemente da violência que acompanha tais transformações.

Uma das formas para se obter a mudança da mentalidade dos trabalhadores seria modificando a sua forma de organização. O sindicato deveria deixar de se organizar por ofícios para se organizar por indústrias, equiparando dentro de cada indústria os ofícios, reivindicando igual salário para todos, e dentro de cada fábrica ou oficina a administração teria que ser feita por um comitê eleito pelos operários.

[576] “Resoluções do III Congresso Operário Brasileiro” in RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979, p.168

Uma das conseqüências da aplicação das propostas por Franco seria que a organização assim estabelecida pelos trabalhadores causaria maior dano a indústria no caso de greve.

"A equiparação dos ofícios e dos salários daria ao trabalhador a noção de que todo o trabalho é igualmente útil e necessário; tornaria intuitiva a idéia de solidariedade proletária" e a eleição dos comitês administrativos "viria a matar toda a fonte de hierarquia (...) seria de fato o começo da expropriação e colocaria os trabalhadores em condições de continuar a produção durante o período de crise revolucionária".[577]

Outro aspecto do método de organização era o critério de delegação para as entidades federativas.

No "Projeto de Bases de Acordo da União Geral dos Trabalhadores de São Paulo" publicado pelo jornal *A Plebe* em 05 de junho de 1920, no item que trata do funcionamento da Comissão Federal da entidade vemos o critério para a sua composição:

> "será constituída por dois representantes de cada sindicato federado, que deverão ser operários, trabalhar como tais, não ter operários ou aprendizes por própria conta ou sob as suas ordens e serem sócios das associações que representarem"[578]

Observamos que a representação para a comissão federal era a mesma, de dois representantes, não dependendo do tamanho do sindicato. O sindicato dos tecelões, o maior de São Paulo, teria a mesma representação de um sindicato dos ofícios vários, por exemplo. Outro aspecto a ser destacado é a exigência do representante ser operário e não ter quaisquer operários ou aprendizes subordinados a ele. Isto garantiria a composição classista do organismo, impedindo que elementos não operários, como os intelectuais de esquerda por exemplo, ou elementos hierarquicamente mais próximos da chefia das fábricas, acabassem sendo os responsáveis por delinear a orientação e condução política do órgão associativo.

---

[577] FRANCO, Victor. “Aspectos da luta de classe” in *A Plebe*. São Paulo, 25 de setembro de 1920.
[578] "Projeto de Bases de Acordo da União Geral dos Trabalhadores de São Paulo" in *A Plebe*. São Paulo, 05 de junho de 1920.

Outro aspecto em relação a organização dos sindicatos foi abordado por um relato de maio de 1921, de reunião realizada no Rio de Janeiro, que dizia que a Comissão Executiva do 3º COB havia falhado. Esta falha não seria por erro de princípios, pois estes continuavam certos, mas por erro orgânico e insuficiência de meios, segundo opinião de alguns anarquistas. Além disso,

> "É evidente que a reação policial (...) tem contribuído, em grande parte, para o enfraquecimento atual da organização. Mas também temos de reconhecer que insuficientíssima tem sido a resistência da organização contra a reação. E porque isso? Falha da própria organização, erro específico da própria organização.(...)
> Chegamos, assim, á oportunidade de se tentar, entre nós, o que se vai fazendo mais ou menos por toda a parte: a organização única (...)
> O camarada Elias faz uma longa crítica dos defeitos e falhas da organização tal como a temos entre nós.
> Mostra como um organismo federal é absolutamente incompreendido. A Federação é um corpo a parte, uma entidade estranha aos sindicatos, uma como que 'sociedade co-irmã'. Ninguém compreende que a Federação *federa* , agrupa num só organismo os vários sindicatos ou associações de classe. Daí, dessa incompreensão total, o fracasso sempre renovado do sistema federativo, corpo inarticulado e sem vida"[579]

É necessário ressaltar que este é um dos poucos relatos que atribuem a deficiência da atuação dos anarquistas a problemas de organização. Mesmo a questão da reação policial, que atingia em cheio as fileiras proletárias, se dava pois havia problemas de organização, segundo a constatação, não porque faltava a bravura necessária a resistência, como sempre argumentava a maioria dos anarquistas em seus escritos.

Um dos grandes problemas é que o próprio mecanismo federativo não havia sido compreendido, não havia o entendimento que a federação era uma organização única que federava vários sindicatos, segundo o relato. A federação era entendida como um organismo a parte dos sindicatos que mantinham a sua total independência em relação a ela. Isto não quer dizer que

[579] "Pela reorganização proletária" in *A Plebe.* São Paulo, 28 de maio de 1921 e *A Vanguarda* . São Paulo, 03 de junho de 1921.

o princípio defendido pelos anarquistas de autonomia do indivíduo no sindicato, deste na federação e da federação na confederação tivesse sido abandonado, a única coisa é que mesmo uma federação que garantisse a autonomia dos organismos federados em seu seio precisava funcionar como um elemento aglutinador destes diferentes organismos e não como algo a parte.

Interessante é notar que nestes relatos podemos perceber mais claramente as deficiências e avaliações dos anarquistas do que nos textos voltados especificamente para a questão da propaganda.

Este relato repercutiu e Astrojildo Pereira deu sua opinião na edição de 04 de junho de 1921 do jornal *A Plebe*. Pereira defendia também a organização única, mas para ele não deveria existir precipitação, pois não era possível, sem uma preliminar preparação, desfazer algo que já existia para construir algo novo. Notemos que pelo relato da reunião de 18 de maio não era necessário destruir algo que já existia, mas construir algo que não existia ainda.

Pereira defendia uma mudança gradual que obedecesse a um plano de maturação que passasse pelos seguintes aspectos: uma crítica cerrada dos erros do passado e do presente, um estudo aprofundado sobre os métodos de organização adotados pelos proletários de outros países, um estudo para adaptação destes métodos a realidade e as possibilidades brasileira. Assim tornar-se-ia possível a propaganda dos novos e eficazes métodos de organização entre os operários não organizados e entre os próprios militantes, afirmava Pereira.[580]

Sabemos que Astrojildo realizou os passos por ele defendido, contra a "precipitação" dos seus camaradas e com um grupo de militantes, na maioria anarquista, e veio a fundar o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922.

Mas, mesmo logo na seqüência a publicação de seu texto, ainda em junho de 1921, começava a realizar a crítica das condições do movimento revolucionário no Brasil e a defender formas de superar as dificuldades. Dizia:

> "Podemos classificar aquelas causas da crise em causas internas, isto é, orgânicas e funcionais, intrínsecas e inerentes a própria organização tal como esta tem existido: e causas externas, isto é, estranhas ao sistema e ao

[580]PEREIRA, Astrojildo. "Nada de precipitação" in *A Plebe*. São Paulo, 04 de junho de 1921.

> mecanismo da organização. Em alguns casos, como veremos para diante, essas causas se entrelaçam e confundem, tornando-se umas conseqüências de outras. Examinemos, em primeiro lugar, as causas externas (...)
> Esses são, creio, os três fatores que mais concorrem para que seja o ambiente brasileiro desfavorável a organização: ausência de tradição revolucionária , heterogeneidade social e ignorância elementar das massas (...)
> Podemos estabelecer como programa de compensação as condições desfavoráveis de ambiente: a) a organização deve ter como base de atração das massas o interesse imediato, comum a todos os trabalhadores; b) a organização deve fortificar-se por etapas, primeiro nas grandes cidades, depois nas cidades menores, finalmente nos centros rurais; c) um trabalho sistemático, intenso e contínuo de divulgação dos acontecimentos revolucionários mundiais."[581]

Além da crítica em relação ao estado da organização realizada por alguns militantes anarquistas o aspecto idealista, que citamos em outra parte, era tido como determinante do aspecto organizativo em um texto de 1935. Neste texto, Cláudio (o autor) começa elogiando o trabalho de reorganização da categoria dos manipuladores de pão, confeiteiros e similares e as vitórias obtidas. Segundo ele, a luta de cinco anos destruiu o regime de tirania suportado por muito tempo pela categoria, que "se um raio de luz não viesse despertar os nossos sentimentos, iluminando o nosso cérebro", suportariam por muito tempo.

Os trabalhadores em padarias precisavam reivindicar seus direitos e dignidade de trabalhadores, o que conseguiram fazer com a organização, fazendo com que conquistassem o respeito entre os trabalhadores de outras classes. Segundo o autor, "uma vez despertados das trevas que nos cegavam a razão, devemos procurar o caminho que melhor nos conduza a vitória completa, e que nos afaste, cada vez mais, do passado sombrio."[582]

Percebemos nessa passagem a valorização da idéia como elemento que desperta as consciências e possibilita a organização levando a vitória. A valorização do despertar das consciências antes obscurecidas depois

[581] PEREIRA, Astrojildo- "Problemas de reorganização" in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 11 de junho de 1921.
[582] Cláudio. "Pastores, ao Largo!" in *O Trabalhador Padeiro* . São Paulo, 16 de novembro de 1935.

iluminadas pela razão era uma constante nos jornais anarquistas e mesmo em jornais de sindicatos influenciados por anarquistas. Uns valorizavam mais o elemento organizador e a ação, como forma de elevação associativa e da consciência, outros, como Cláudio valorizavam a razão como elemento determinante das transformações individuais/coletivas que gerariam a melhoria das condições materiais, através da organização obtida graças ao despertar da razão.

Todos os elementos abordados neste tópico compunham parte do que os anarquistas partidários da ação sindical preconizavam como formas de organização, e também algumas outras discussões por nós apontadas, entre elas, a questão da centralidade da ação ou da razão na luta social, o classismo, etc.

Alguns destes elementos servem como indicação para apontar algumas das debilidades da atuação anarquista em São Paulo. Neste ponto, a questão da forma de organização escolhida e a falta de profundidade na sua crítica quando as condições objetivas apontavam para a necessidade da sua superação é um ponto crucial. O federalismo autonomista, por si só, já poderia levantar muitos questionamentos, como fizeram mais tarde os desertores do anarquismo, mas, a ausência de quaisquer laços orgânicos, mesmo sob base autonomista, era um indicador mais forte das deficiências organizativas das fileiras anarquistas e sindicais influenciadas pelos anarquistas partidários da ação sindical. Este elemento deve ser ressaltado para entendermos o declínio da influência dos anarquistas.

Capítulo V
O Anarquismo Comunista e a Defesa da Síntese Anarquista

Neste capítulo buscaremos resgatar os pressupostos teóricos do anarco-comunismo, que influenciou grandemente a ação dos anarquistas em São Paulo. Em um primeiro momento resgataremos a concepção kropotikiniana com seus principais conceitos e lógica apreendida pelos militantes brasileiros.

Procuraremos ainda traçar os principais marcos distintivos entre a concepção malatestiana e a kropotikiniana, pois este também foi um debate que ocorreu entre os anarquistas no Brasil. Por fim, apresentaremos a posição daqueles que defendiam a ação dos anarquistas para além das diferentes correntes, uma ação que possuísse um fundo comum mas que se manifestasse de diferentes formas, representando a síntese de vários tipos de ação mas com os mesmos objetivos.

5.1 O anarquismo comunista conscientizador em São Paulo

Em primeiro lugar trabalharemos com a concepção anarco-comunista de Kropotkin apreendida pelos militantes anarquistas de São Paulo, esta concepção possuía grande aceitação nos círculos militantes, pois refletia o contexto intelectual da época. Uma concepção cientificista, evolucionista e que baseava muito da sua estratégia de ação sobre a educação. A concepção de Kropotkin (principalmente, mas também Malatesta) seria a que a que a historiografia brasileira denominou mais comumente como anarco-comunista ou simplesmente anarquista.[583]

[583] Por exemplo: FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A Semana Trágica- A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Museu da Imigração, 1997; NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho- Pensamento Social de Um Anarquista*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000; LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000; MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo 1906-1917*. São Paulo, Brasiliense, 1982;

Outros autores para facilitar a exposição criam conceitos que precisam ser melhor discutidos. Assim, Magnani para poder classificar os socialistas anarquistas (sindicalistas ou não sindicalistas) utiliza o conceito de anarquistas libertários, utilizando o epíteto libertário que serviu para um contexto específico de disputas entre Marx e Bakunin, como bem demonstrou Tragtenberg[584], sem uma discussão histórica e teórica sobre o conceito.

Raquel de Azevedo prefere se referir a anarquistas não sindicalistas para fazer a distinção entre os que não defendem a ação sindical e os partidários da ação sindical que, para ela, se definiriam como anarco-sindicalistas ou sindicalistas revolucionários, podendo ou não defender os princípios anarco-comunitas, por isso que ela entende ser melhor não utilizar o termo anarco-comunismo.[585]

Para nós, os anarquistas comunistas brasileiros não são necessariamente e nem majoritariamente contrários a ação sindical, algo não percebido pela maioria da historiografia brasileira sobre o anarquismo, por que esta sempre considerou os anarquistas partidários da ação sindical como anarco-sindicalistas ou sindicalistas revolucionários. Embora, temos que enfatizar que também existam os anarco-comunistas que criticavam incisivamente a ação sindical, como afirmam várias pesquisas.[586]

Entendemos que a base teórica da maior parte dos anarquistas brasileiros foi a anarquista comunista, mesmo daqueles partidários da ação sindical. Uma apreensão de livros na casa de Francisco Arouca Romero que teve sua casa invadida a mando de Ibrahim Nobre delegado DOPS em 1927, nos fornece uma amostra da literatura anarquista encontrada. Dentre os livros

---

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo, Ática, 1987; TOLEDO, Edilene Teresinha. "Em torno do jornal *O Amigo do Povo* : os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século." In: Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 89-113

[584] Sobre a historicidade da discussão entre socialistas libertários ou antiautoritários e socialistas autoritários ver: TRAGTENBERG, Maurício. "*Marx/Bakunin"*. In: CHASIN J. *Marx Hoje, Cadernos Ensaio 1*, São Paulo, Ensaio, 1987, pp.195-216.

[585] AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 75 nota 55

[586] A discussão sobre as correntes anarquistas que atuavam nos sindicatos no período por nós pesquisado encontra-se no capítulo "Concepções Sindicais" desta pesquisa.

foram apreendidos os dos anarquistas comunistas, Luigi Fabbri, Errico Malatesta, Kropotkin, além de livros de Bakunin e outros autores anarquistas.

Foram apreendidos os livros: de Bakunin, *Deus e o Estado*, Fabri, *O problema do Estado, Que é a anarquia-,*Kropotkin, *A conquista do pão*, *O Estado e seu papel histórico* e *Apoio Mútuo*, Malatesta, *Anarquia*, *Em tempo de eleições*. Entre outros autores conhecidos do anarquismo, dois livros de Gori, *Ensaios e Conferências* e *A Anarquia*, Mella , *Organização e Revolução*, Rocker, *Anarquismo e Organização*. O auto de busca e apreensão tem a data de 19 de agosto de 1927. [587] Esta lista nos dá uma boa noção dos autores que influenciaram os anarquistas brasileiros.

Desta forma, entendemos ser necessário estudar os anarquistas de São Paulo que possuíam uma fundamentação teórico-filosófica anarquista comunista, pois foi graças a alguns dos pressupostos desta concepção que algumas posturas e opções foram tomadas, colaborando para o desenvolver do anarquismo e para o seu declínio.

5.1.1 Evolucionismo e Cientificismo

Dentre as correntes anarquistas, na maioria das suas vertentes, o evolucionismo e o cientificismo baseado em Kropotkin e Reclus, além do próprio contexto nacional e internacional do período, foram a principal base de fundamentação teórica dos anarquistas, condicionando e determinando em conjunto com as exigências da realidade, práticas e posturas assumidas pela militância anarquista.

Arselino Palácios, guarda livros depois jornalista, sobrinho de Florentino de Carvalho, publicou em julho de 1920 um texto de matriz kropotkiniana, bem parecido com os argumentos do seu tio, que nos dá uma noção da permeabilidade existente entre as diferentes correntes do anarquismo no Brasil, uma vez que o mesmo chegou a participar durante um bom tempo da FOSP.

Se utilizarmos estas categorias distintivas das diferentes correntes anarquistas, sem ter a intenção de apenas esclarecer nuances das diferentes

opções programáticas, posturas, etc., e tentarmos enquadrar rigidamente as ações dos anarquistas nas categorias pré-existentes consagradas pela historiografia, corremos o risco de inverter o processo de reconhecimento da realidade e tentar encaixar a realidade em moldes pré-concebidos.

Apesar de frisarmos em nosso texto as diferenças entre as opções dos anarquistas de São Paulo, procuramos fazer isso para demonstrar a multiplicidade de opções apresentadas pelos anarquistas em busca da superação da sociedade capitalista, não tencionamos com isso apagar um traço que para nós é claro em muitos momentos no anarquismo brasileiro, as distinções de correntes aqui, que existiam sem dúvida, não eram tão rígidas e muitas vezes um anarquista que possuía um embasamento teórico-filosófico fundamentalmente anarco-comunista de matriz kropotkiniana, não Malatestiana que fique bem entendido, como Florentino de Carvalho, defendia a ideologização dos sindicatos em 1920, assim como os anarco-sindicalistas, contra os anarquistas que preconizavam estratégias da “neutralidade” política.

Feito esta a advertência podemos voltar a Arselino Palácios, que fez um texto, em 1920, com uma fundamentação teórica kropotkiniana, que não mudou essencialmente com tempo.[588]

No texto de 1920 Palácios argumentava que quanto mais a ciência prevalece mais ela se acha de acordo com as aspirações do proletariado do mundo.

Passando para o argumento biológico o autor diz que esta ciência designou ao homem seu verdadeiro papel no mundo.

Segundo o autor, os anarquistas não pretendiam impor o seu ideal através da coação as outras pessoas, procuravam, isso sim, alcançar o máximo grau da perfeição, por isso os anarquistas não pretendiam que a história se fechasse num suposto "estado ideal da humanidade", pois isso viria brecar a marcha evolutiva, essencialmente progressiva, da humanidade.

---

[587] *Prontuário 147 Francisco Arouca Romero* folhas 3-5, DEOPS/SP, DAESP.
[588] RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros vol. I*. Rio de Janeiro, VJR, 1994, pp 51 e 52

Para Palácios, "tudo está dentro das leis que regem o Universo". Assim como Kropotkin e Reclus, o autor usa argumentos das ciências naturais para justificar seus argumentos, diz ele:

> "Estudando, principalmente a geologia e a astronomia, sabe-se que a Terra, terá um fim quase certo assim como sua habitabilidade, e a sociologia, pelo mesmo contraste de ordem natural, prevê o fim da sociedade burguesa e acondiciona a espécie humana na harmonia da sociedade vindoura, que, como as caducas, será investida pelos progressos científicos e históricos em contínuo processo de evolução"[589]

A necessidade da emancipação dos trabalhadores surge da evolução e pode se dar de forma pacífica ou violenta. O Estado, anti-natural em essência, consolida sua força contrariando a própria natureza.

A razão da lógica histórica determina que o capitalismo acabará, trazendo a felicidade para os homens, esta felicidade vai ser duradoura graças aos desenvolvimentos científicos que permitirão ao homem seu completo desenvolvimento moral e intelectual, "base fundamental de todo o progresso humano". A conquista do comunismo-anárquico após a derrocada da sociedade capitalista vai consubstanciar a justiça histórica, definida por Palácios como a realidade manifesta no curso de seu desenvolvimento como necessidade.

Em outro texto, de 1922, no qual não consta o nome do autor, do jornal *A Voz da União* , explicitando as críticas anarquistas sobre a ditadura do proletariado, a base teórica sobre a qual se fundamentam as críticas é exposta.

> "Por uma catalogação de fatos e conclusões históricas, por uma série de aprofundados estudos em torno as ciências comparadas, e em especial, a biologia, de onde resulta a sociologia, mantemos uma atitude definida tanto no terreno político como no econômico e social.
> Assim, pois, somos pela física que é uma ciência certa, e não quimérica como a metafísica. Da primeira temos como conseqüência, a mecânica, da segunda, a magia."[590]

[589] PALÁCIOS, Arselino. "A justiça histórica" in *A Plebe* . São Paulo, 10 de julho de 1920.
[590] "Ditadura ou Liberdade" in *A Voz da União*. São Paulo, 01 de junho de 1922.

Os pressupostos teóricos deste jornal, um órgão de sindicato, são baseados nos textos de Kropotkin. A biologia como base para as ciências sociais e o mecanicismo são utilizados, não sendo base das análises sindicalistas revolucionárias, como deveríamos esperar de um órgão sindical, nos dando melhor a noção da permeabilidade das concepções anarquistas como apontamos acima.

Podemos afirmar também que o pensamento kropotkiniano e de Reclus foi o mais utilizado para a fundamentação teórica dos anarquistas, mesmo para parte daqueles que na prática eram sindicalistas ou os que reproduziam a argumentação de Malatesta da atuação em sindicatos e numa organização anarquista que tivesse como objetivo coordenar os núcleos anarquistas, e como principal estratégia a propaganda.

Num artigo de 1920, Florentino de Carvalho nos diz que as leis biológicas determinam nos indivíduos uma atividade permanente para o seu desenvolvimento e reprodução, e que instintivamente os homens praticam o apoio mútuo como forma de perpetuar a espécie.

O evolucionismo que se concretizaria na noção de progresso não seria só material, mas também cultural. “As sucessivas concepções: teológicas, metafísicas, positivistas, materialistas desenham com precisão os vários estágios da evolução ascendente.”

Segundo Florentino, com o advento do materialismo e o abandono das concepções místicas do Universo, tornou-se possível aos homens eximirem-se da concepção autoritária de mundo, e graças ao materialismo surgiram as condições para o advento da idéia anarquista, “assentando no espírito humano os princípios de uma sociedade libertária.”

Neste sentido, o

> “anarquismo é, pois, a flor, é a nata do progresso universal, a obra de perfeição fisiológica e filosófica da espécie humana; o anarquismo é uma filosofia incomparável pela sua superioridade, e os anarquistas constituem a estirpe mais evoluída, mais perfeita; eles são os mais progressistas, verdadeiros homens, na mais elevada acepção do termo"[591]

[591]SOARES, Primitivo. (CARAVALHO, Florentino.) “O Sol dos nossos Ideais” in *A Obra.* São Paulo , 23 de junho de 1920.

E os anarquistas portadores da idéia mais evoluída, portanto de acordo com a marcha natural da humanidade, não deveriam deixar de manter a sua "imaculada pureza" por quaisquer motivos que pudessem aparecer, nem a reação do Estado, nem a ânsia da ação poderiam deturpar a idéia anarquista pois "acima do mundo, do tempo e do espaço está o sol do ideal anarquista" [592]

Neste trecho podemos perceber duas características do pensamento da maioria dos anarquistas do período por nós estudado. Em primeiro lugar, como já dissemos, a convicção de que seus ideais exprimiam concepções mais evoluídas de mundo, de acordo com o desenvolvimento científico e com a evolução natural da sociedade, evolução esta que acontece no sentido da anarquia segundo Kropotkin e a maioria dos anarquistas brasileiros.

Portanto, para além de estratégias e táticas artificiais, seria necessário manter a "pureza dos ideais" pois o progresso e a evolução natural do mundo levariam a anarquia. Esta ambigüidade entre a necessidade de ações práticas e a certeza da evolução do mundo rumo a anarquia, que supostamente levaria a paralisia da ação, foi vivenciada pelos anarquistas contraditoriamente, mantinham-se na ação (no caso de Florentino de Carvalho com intervalos de inação), justificada por uma compreensão de processo revolucionário que nem sempre seria progressivo, como vimos com Reclus, mas reafirmavam seu pensamento evolucionista e cientificista.

Decorrente da primeira característica do pensamento anarquista, apreendida do trecho por nós estudado, temos o fato de que muitos anarquistas se colocavam num patamar superior em relação as demais pessoas e por estar neste patamar superior, num estágio mais avançado da evolução humana digamos, os anarquistas deveriam concentrar seus esforços em se manterem "imaculados", não contaminados pela vileza da sociedade presente. Podemos perceber esta postura no trecho de outro texto de Florentino de Carvalho, também de 1920:

> "Por sobre os destroços, as confusões da sociedade burguesa, acima das fascinantes realidades deve pairar

[592] SOARES, Primitivo. (CARAVALHO, Florentino.) "O Sol dos nossos Ideais" in *A Obra.* São Paulo , 23 de junho de 1920.

> incólume a rutilante idéia libertária, a mais preclara doutrina inspirada na filosofia do anarquismo.
> De que servem as enganosas perspectivas dos movimentos socialistas autoritários se eles hão de ser realizados a custo de incoerências, de quebra de princípios por parte dos que professam ideais mais perfeitos e mais dignificantes? (...)
> Devemos fazer-nos respeitar pela intangibilidade das nossas convicções, inspirar confiança pela irredutibilidade, constância e decisão nas idéias e nas lutas. "[593]

Esta postura fez com que muitos dos anarquistas não pensassem alternativas de ação, não se concentrassem nos meios necessários para a transformação da sociedade e se restringissem a manter uma postura quase heróica face aos acontecimentos do mundo cotidiano.[594] Além disso, o idealismo de manter a "Idéia" anarquista pairando incólume sobre as "fascinantes realidades" não entrava em contradição com a postura "materialista" e cientificista de cunho mecanicista e evolucionista, pois esta postura estava de acordo com a própria evolução natural da sociedade e portanto de acordo com o "materialismo". A principal ação que os anarquistas iriam fazer neste meio tempo era defender a idéia mais evoluída para que ela não se perdesse nos meios dos ideais menos evoluídos, portanto, imperfeitos.

Neste mesmo sentido começava outro artigo do jornal *A Obra*, analisando a questão do egoísmo x altruísmo e do governo perfeito x ausência do governo, o artigo dizia:

> "Há sempre dois extremos, entre os quais é preciso escolher; e , as vezes, é difícil determinar qual é o que está no ponto *de chegada*. Em moral, por exemplo, temos que nos decidir pelo egoísmo ou pelo altruísmo absoluto; e em política, pelo governo melhor organizado que se possa imaginar - um governo que dirija e proteja os menores atos da nossa vida- ou pela ausência de governo (...) entendemos que o altruísmo absoluto é mais extremo e está mais perto do nosso fim do que o egoísmo absoluto, assim como a Anarquia é mais extrema e está *mais perto da perfeição* da nossa espécie do que o governo mais

[593] CARAVALHO, Florentino. "'Que se rompa y no se doble'" in *A Obra*. São Paulo , 01 de setembro de 1920.
[594] É claro que aqui não estamos generalizando esta postura para o conjunto da militância anarquista, o que queremos ressaltar é que esta era uma postura desejada e propagada (talvez não praticada) por uma parte expressiva da militância anarquista, postura coerente com a concepção de mundo derivada do evolucionismo de matriz kropotkiniana.

> minuciosamente e mais irrepreensivelmente organizado, idealizado mesmo pelos últimos limites do socialismo integral.
> Entendemos que é assim porque o altruísmo absoluto e a Anarquia são as formas extremas que requerem o *homem mais perfeito*"[595] (itálico nosso)

Veja que neste artigo a opção pela defesa da forma de governo ou desgoverno e a postura individual altruísta ou egoísta, é determinada pelo grau geral de evolução da humanidade. Defende-se o que se acredita estar mais próximo da perfeição humana, o mais evoluído. Ideologicamente transforma-se o mais evoluído no que se acredita. Esta postura era própria do ambiente intelectual da época sendo encontrada em outras forças políticas que não as anarquistas. Todas as correntes tentavam justificar seu arcabouço teórico e sua visão de mundo recorrendo a autoridade do argumento da ciência, da evolução natural etc.

A crença de que o anarquismo representava a "nata do progresso universal" e que "os anarquistas constituem a estirpe mais evoluída" serviu para justificar ideologicamente a imutabilidade de aspectos da teoria anárquica. Se há uma evolução ascendente que caminha para o anarquismo "a obra de perfeição fisiológica e filosófica da espécie humana", os rumos tomados pelos anarquistas deveriam restringir-se a se manterem firmes e convictos de seus ideais, intransigentes em relação as suas convicções.

Podemos ver também a influência de Kropotkin no artigo "A Verdadeira Ordem" publicado no jornal *A Obra*, em setembro de 1920, que repete a argumentação de Kropotkin, que analisando os desenvolvimentos das várias ciências pôde chegar a conclusão de que a ordem no mundo não é o resultado da centralização, mas sim do equilíbrio dos menores elementos que produzem movimentos solidários. O texto analisa a química, a física, a biologia, e completa afirmando que se este movimento se dá nas diferentes ciências é natural que se produza na sociedade humana.

> "Assim como não existe um astro central dirigindo o mundo cósmico, não deve existir uma autoridade dirigindo o mundo social. As hierarquias, no mundo social produzem choques e

[595] "Os dois extremos" in *A Obra* . São Paulo , 01 setembro de 1920.

> atritos e estes produzem fatalmente a perda de forças, e conseqüentemente a desordem."[596]

Também para Aldo, em artigo de março de 1920, o anarquismo é o ideal mais perfeito que a mente humana possa imaginar, uma sociedade na qual reina a harmonia, a solidariedade humana e é especialmente um método de luta.

De acordo com o autor, o fato de os anarquistas estarem na sua imprensa defendendo a Revolução Russa, não quer dizer que se transformaram em bolchevistas, mas que entendiam que a revolução ainda estava em marcha e superaria os seus defeitos, até chegar ao comunismo-anárquico "última etapa ascensional para onde caminha a história da humanidade"[597], assim a Revolução Russa seria apenas um degrau para se alcançar a perfeição anárquica.

Ainda na linha de valorização do anarquismo como ideal mais perfeito da humanidade, outro artigo de 1935 reafirmava esta concepção, pois o anarquismo "não é a doutrina que se detenha em etapas de aperfeiçoamento. Ela é perfeita e quer a perfeição humana e social."[598]

Ângelo Vizzoto criticando artigo de Mário Pinto Serva, publicado no *Estado de São Paulo,* questiona a afirmação do articulista que dizia que a natureza não dá saltos, portanto, o mesmo deveria ocorrer na sociedade, buscando desacreditar as transformações "artificiais" revolucionárias.

Vizzoto com o mesmo pressuposto evolucionista e anti-artificialista, busca, fundamentando-se em Reclus, provar o contrário. A natureza passa por períodos de Evolução e períodos de transformação abrupta, de Revoluções. Uma prova disso seriam

> "as grandes convulsões de que tem sido teatro a superfície do globo através dos períodos primário, secundário, terciário e quartenário [que] são a prova evidente de nossas asserções; assim também nos nossos dias a erupção de um vulcão, um terremoto, um furacão, maremoto, etc., não são

[596] X. "A Verdadeira Ordem" in *A Obra*. São Paulo , 15 de setembro de 1920.
[597] ALDO. "Anarquismo e bolchevismo" in *A Plebe.* São Paulo , 27 de março de 1920.
[598] Grupo de Homens Livres "O que somos e o que queremos" in *A Plebe*. São Paulo , 08 de junho de 1935.

> na ordem física dos fenômenos geológicos uma revolução bela e boa?
> Entrando na ordem dos fenômenos sociais a história nos diz que a humanidade para passar de um estágio a outro de civilização, de um a outro regime político tem que empregar a força e conseqüentemente realizar revoluções"[599]

A Concepção de Evolução e Revolução era repetida por Cláudio Azas em artigo de 1920. Para ele:

> "Por uma fatalidade histórica a humanidade acha-se dentro da evolução natural e necessariamente nas vésperas da Revolução.
> Como todas as partes que compõem o universo passam por transformações sucessivas, desde o menor planeta até os maiores sóis , desde o mais corpulento vegetal até o mais insignificante inseto, o gênero humano também, pelas mesmas leis, vai sofrendo modificações importantes no caminho de sua máxima perfeição.
> Sabendo que a evolução depois de seu desenvolvimento maior, apenas interrompida em seu período de gestação, traz como conseqüência inevitável a revolução, o homem, como unidade e parte integrante da mesma, deve estar na situação de poder enfrentar com inteligência e sacar o melhor partido da grande comoção social que se avizinha"[600]

Gutiérres, criticando artigo de Oreste Ristori publicado na revista *Movimento Comunista,* no qual Ristori diz que os anarquistas são contraditórios quando não defendem a ditadura do proletariado mas aceitam a revolução, recurso de origem burguesa que encerra em si a imposição, a autoridade e a violência, diz, repetindo a argumentação sobre o entrelaçamento das noções de Evolução e Revolução que:

> "A Revolução, se bem seja uma violência, não deixa de ser um simples fator histórico da evolução, que não pode estar em contraposição a anarquia, porque a anarquia é o fecho de um ciclo evolutivo.
> Nós não 'queremos' a revolução 'violenta'; queremos a revolução natural, a qual tanto poderá ser feita com violência, como paulatina e calmamente"[601]

---

[599] VIZZOTO, Ângelo. "A crise universal" in *A Plebe*. São Paulo , 02 de outubro de 1920.
[600] AZAS, Cláudio de. "Aproximando-nos" in *O Grito Operário* . São Paulo , 17 de janeiro de 1920.
[601] GUTIÉRRES, J P. "Barbaridade" in *O Libertário*. São Paulo , 15 de fevereiro de 1922.

Arsenio Palácios reafirmando o evolucionismo anarquista com outra argumentação, afirmava que a anarquia era a harmonia dentro da variedade natural, o pensamento humano evoluindo se livrando das idealidades do passado, revolucionando as mentalidades, como a natureza que também é revolucionária, “como as leis que regem o Universo como os minerais, como os vegetais, como os animais, como o mar, as artes, as ciências e as filosofias"[602]

Nota-se aqui o misto de cientificismo evolucionista e idealismo filosófico disfarçado sob uma roupagem materialista mecanicista. A Anarquia encarada como a transformação das idéias que evoluem superando as idéias passadas, levando a verdadeira revolução, assim como todos os outros elementos naturais e sociais que seguem a lógica de uma mesma lei Universal, sem existir diferenças fundamentais que exijam um tratamento diferente entre os minerais e a filosofia por exemplo.

Outro artigo, de 1924 considerava o anarquismo como :

> "um fato puramente biológico, confirmado pelas ciências naturais no terreno científico e, constatado pela Sociologia no terreno político histórico. O Anarquismo tem sua afirmação sintética nos tratados indutivos e dedutivos de Lamarck, Haechel, Spencer, Kropotkin, Darwin, Buchner, H. Huria, Reclus, A. Lorenzo, Leotrneau, Le Dantee, De Buen e tantos outros que omitimos, cujos trabalhos científicos feitos objetivamente concluíram que: o anarquismo não é, nem mais nem menos, do que o resultado direto do transformismo biológico, suficientemente demonstrado por todos os sábios de cunho eminentemente científico- racional. (...)
> Não é utopia esse grande ideal tendo origem na própria vida será necessário negar esta para qualificá-lo de utópico".[603]

A luta contra o artificialismo e a noção biológica do anarquismo foi retomada por Souza Passos no artigo "A vida é anárquica" de 1924.

Afirmava o autor:

> "uma planta que ao germinar rompe o invólucro germinador (...) é anárquica; o pássaro que, ao quebrar o ovo destruindo o autoritarismo do envoltório, anseia por respirar o ar da vida é também anárquico; uma criança que nasce atirando para o

[602] PALÁCIOS, Arsênio “ *O Metallurgico* e *O Operário,* frente a frente” in *O Metallurgico*. São Paulo , 03 de março de 1920.
[603] H. N. “Duas Forças em Ação” in *A Plebe*. São Paulo , 01 de maio de 1924.

> leito da dor a mãe subjugada ao sacrifício da maternidade, é ainda anárquica. Não se pode chegar a viver sem destruir todos os fatores que impedem o livre desenvolvimento, como não se pode chegar ao anarquismo sem abater e exterminar os fatores que impedem ao homem de viver livremente".[604]

Na natureza o homem em sua animalidade seria bom, para o autor, os interesses artificiais que o tornariam mau. Apoiados na solidariedade, tendência natural, os indivíduos saberiam praticar o comunismo anarquista, pois "como o pensamento a vida é anárquica e negar o anarquismo é negar a vida".

Por este motivo os anarquistas combateriam a ditadura do proletariado, pois esta não passaria de uma forma de negação artificial da vida. Portanto, o autor explicitava a sua base teórica kropotkiniana, através da luta contra os comunista brasileiros, forte no contexto de 1924,.

Em 1932, diante de um contexto social diferente, a Revolução Social era encarada por Marsicano como uma "força natural, viva e palpitante" enquanto o fascismo seria uma combinação artificial.[605]

Em 1934 a noção de Liberdade conformava-se, para Martim Garcia, com o respeito às leis naturais. As leis naturais se contrapunham a existência de uma legislação artificial inventada pelo homem, dizia ele:

> "Que lei ou dogma estabelece que as flores exalem embriagante perfume e as peles dos animais apresentem desenhos encantadores? Qual é o código que determina e assinala rumo as ondas sonoras que sigam o espaço e todas as direções e a energia elétrica que derrama copiosos feixes de luz e de calor por todos os âmbitos do Universo?" [606]

A própria solidariedade seria uma das leis naturais, neste sentido, nenhum poder por mais organizado que ele fosse, nunca corresponderia aos anseios dos homens.O Estado poderia unicamente destruir o princípio de solidariedade natural dos homens que determina a sobrevivência das espécies

[604] PASSOS, Souza. “A Vida é anárquica” in *A Plebe*. São Paulo , 31 de maio de 1924.
[605] MARSICANO, P. “Crise e fascismo” in *A Plebe*. São Paulo , 13 de janeiro de 1934.
[606] GARCIA, Martim. “A tendência humana para a liberdade” in *A Plebe*. São Paulo , 28 de abril de 1934.

e colocaria no seu lugar um sistema de vida artificial prejudicando o desenvolvimento das formas de convivência social.

"O Estado atual da organização social, afirma, é uma amostra flagrante da incompatibilidade do regime autoritário com a tendência libertária da humanidade."

Em março de 1935 iniciou-se no jornal *A Plebe*, uma discussão que nos demonstra alguns dos pressupostos teóricos de parte dos anarquistas, e também o tipo de discussão feita nas colunas do jornal, justamente sobre a generalização das relações sociais encontradas nas espécies animais para as relações humanas, como faz Kropotikin.

No artigo do autor que se intitulava um discípulo de Platão, há afirmação que a sociedade humana foi estabelecida sobre o princípio da competição e que deveria estar formada sobre o acordo mútuo, e os anarquistas para justificar o erro da organização da sociedade buscaram exemplos de organização social nos seres inferiores.

Para o autor, se se atentar para as espécies animais é claro que se encontrarão lutas e competições pois os animais só seguem o instinto, destinado a lhes assegurar a subsistência e a conservação da espécie, sendo, no mais, ignorantes.

Neste sentido, os anarquistas não deveriam buscar formas de organização social nos animais inferiores, mas nos seres superiores que poderiam nos dar exemplos, como Sócrates, Rosseau, Tolstoi, etc. Assim, nada os anarquistas poderiam aprender com as formigas, com as abelhas e com os pingüins.

Logo acima do texto que faz estas afirmações, há uma nota de inauguração da coluna "Pontos de Vista..." e nesta nota adverte-se que o artigo teria muitos motivos para discussões e como exemplo coloca-se a afirmação de que nada podemos aprender com as abelhas, formigas e pingüins, afirmação esta altamente questionável para parte dos anarquistas. Desta forma inicia-se uma “formidável” polêmica, que durará alguns números do jornal, sobre o que podemos aprender com a formigas, abelhas e pingüins.[607]

[607] Discípulo de Platão. “Ponto de vista precioso” in *A Plebe*. São Paulo , 16 de março de 1935.

Na seqüência da polêmica, escrita por "um cabloco" este afirma que deveríamos olhar tanto a direção dos "superiores" quanto na direção dos "inferiores", tudo com as devidas aspas, pois o autor não concordava de fato com a afirmação de que os animais (irracionais) seriam inferiores.

Pois, "se muito temos que aprender com os grandes gênios do pensamento, não menos proveito teríamos se fôssemos capazes de imitar as 'espécies inferiores na ordem natural'"

Perguntava-se ainda porque as formigas e abelhas eram consideradas inferiores, talvez fosse por sua fragilidade fisiológica, mas daí, segundo o autor, as formigas seriam mais fortes que os homens, pois carregariam algo com peso superior várias vezes ao seu próprio, além disso, seriam "prodígios de equilíbrio" .Já os túneis construídos por elas não teriam nada a perder para os grandes prédios da humanidade.

Na organização social das formigas então, "inteligentíssima" por sinal, segundo o autor, haveria muito a aprender, principalmente no que diz respeito a solidariedade desenvolvida em mais alto grau, além disso, há uma divisão natural do trabalho em benefício da coletividade.

Havia muitas coisas a aprender com as formigas mas como nos consideramos superiores, disfarçamos a nossa ignorância classificando-as como inferiores, segundo o autor, questionando "um discípulo de Platão".[608]

A Plebe de 15 de abril de 1935, estampa em uma das suas mais importantes matérias a continuidade da polêmica.

Os super-homens, para se referir aos homens superiores as formigas, são os que se embriagam, comem carne de cadáveres (em um número anterior tem-se um artigo defendendo o vegetarianismo pois enquanto os homens comecem carne a luta de classes não acabaria, segundo o texto) e se intoxicam com tabaco.

Estes são os homens "incapazes de se debruçar sobre os mistérios da *ordem natural* que engloba o Universo inteiro, desde o micróbio, que alimentam, até os mundos siderais".

[608] Um cabloco. "Pontos de vista..." in *A Plebe*. São Paulo , 30 de março de 1935 .

De forma irônica o texto afirma que os homens realmente são superiores as formigas, as abelhas e aos pingüins pois tendo a oportunidade de estudar a ordem natural a substitui pela desordem das leis Mussolinianas, Napoleônicas, Hitlerianas, etc.

Por isso que o autor afirma que se aproximou do mundo vegetal e animal tendo se maravilhado num êxtase sem fim.

Sem desprezar os ensinamentos dos homens "superiores", os grandes filósofos, os homens deveriam se debruçar sobre a vida das espécies "inferiores" que ensinariam muitas coisas indispensáveis para a vida.[609]

Erna Gonçalves também dá a sua opinião sobre o tema, afirmando que se os homens chegaram ao estado em que se encontravam de miséria e horrores a culpa havia sido deles, neste sentido, retomando o argumento de uma liberdade natural dos homens em seu estado de natureza dos postulados liberais, Erna afirma que os homens deveriam voltar a este estado primitivo como vivem as formigas, abelhas e pingüins que nos dão grandes lições.[610]

O evolucionismo também era afirmado num texto do espanhol Anselmo Lorenzo publicado em *A Plebe*, porém com um outro viés.

Para ele milhões de trabalhadores ajudaram a criar a civilização da qual se orgulham, muitos outros a sustentam e estendem, outros trabalham para civilizar os selvagens que vivem no seio da sociedade civilizada "e para elevar as hordas da barbárie a altura da vida consciente e progressiva"

Além disso, o progresso procederia da fração civilizada da humanidade, com a exclusão dos parasitas e das raças estacionárias e atrasadas, as quais pela força expansiva da fração humana culta[611] serão incorporadas no movimento do progresso.[612]

Este tipo de concepção que considerava que o progresso seria realizado graças a fração mais culta da humanidade que iria civilizar as hordas "bárbaras" colaborou para que parte dos anarquista estabelecessem como estratégia de luta a educação, realizando críticas severas a parcela inculta e

[609] "Conceitos e Opiniões" in *A Plebe*. São Paulo , 13 de abril de 1935.
[610] GONCALVES, Erna. "Pontos de vista..." in *A Plebe*. São Paulo , 13 de abril de 1935.
[611] Fração culta primeiro burguesa, depois formada através da confraternização livre,
[612] LORENZO, Anselmo. "O trabalho: a grande epopéia" in *A Plebe*. São Paulo , 11 de março de 1933.

inconsciente da população e centrando seus esforços em manter intacto o ideal anarquista, o mais perfeito , que representaria o ápice da evolução humana.

Além do viés por vezes preconceituoso, eurocêntrico, etc. das colocações de Anselmo Lorenzo, nos preocupamos em determinar como este embasamento teórico pode ter colaborado para a adoção de certos caminhos e posturas que são um dos elementos de explicação para o declínio da influência da ação dos anarquistas em São Paulo.

Desta forma, vimos em vários textos a defesa do anarquismo como o ápice da evolução humana, a defesa da harmonia através da argumentação do equilíbrio entre as partículas, encontrados através dos métodos das ciências naturais e também a naturalização da própria revolução. De certa forma apontamos algumas conseqüências desta fundamentação teórica, por um lado, a exigência do lado heróico dos anarquistas, que possuíam a concepção mais evoluída de mundo para a qual caminhava a humanidade, sendo que os anarquistas não deveriam mudar seus posicionamentos e defender concepções mais atrasadas, por outro, a educação como forma de se evitar o movimento regressivo que poderia ser causado por uma revolução, graças as massas incultas que não se dariam conta da sublimidade do ideal anárquico. Estes temas da postura anarquista e da ênfase na educação nós veremos a seguir.

5.1.2 Conscientização

É no caráter progressivo ou regressivo das revoluções que começam as preocupações dos anarquistas, neste caso específico, anarco-comunistas, para modificar a sociedade. Se a história reflete a evolução da sociedade, se esta evolução se faz no sentido da Anarquia, a finalidade do progresso histórico, o próprio sentido deste progresso, mas, por outro lado, a evolução não se dá necessariamente em termos progressivos podendo representar também o regresso, mesmo considerando que

> “ignorância diminui, e, entre os evolucionistas revolucionários, o saber dirigirá, em breve, o poder. Eis aí o

> fato capital que nos dá confiança nos destinos da Humanidade: apesar da infinita complexidade das coisas, a história nos prova que os elementos de progresso sobrepujarão aqueles de regressão"[613].

Então qual é papel dos anarquistas diante da história, para impedir que as forças contrárias ao progresso vençam?

Para Reclus,

> "não basta gritar: Revolução, Revolução! para que seguíssemos imediatamente aquele que sabe envolver-nos. Sem dúvida, é natural que o ignorante siga seu instinto: o touro provocado precipita-se sobre um pano vermelho, e o povo sempre oprimido lança-se com furor ao primeiro que lhe é indicado. Uma revolução qualquer sempre é boa quando se produz contra um senhor ou contra um regime de opressão; mas, se ela deve suscitar um novo despotismo, pode-se perguntar se não teria sido melhor dirigi-la de outra forma. Chegou o tempo de só empregar forças conscientes; os evolucionistas, alcançando, enfim, o perfeito conhecimento do que querem realizar na próxima revolução, têm outra coisa a fazer que não seja exaltar os descontentes e precipitá-los na confusão, sem objetivo e sem bússola.
> Pode-se dizer que até agora nenhuma revolução foi absolutamente racional, e é por isso que nenhuma triunfou completamente. Todos esses grandes movimentos foram, sem exceção, atos quase inconscientes por parte das multidões que se achavam envolvidas, e todos, tendo sido mais ou menos dirigidos, só fizeram com que os líderes hábeis conservassem seu sangue-frio."[614]

Portanto, o foco da ação dos anarquistas não deveria ser a organização, elemento principal do pensamento de Bakunin e dos sindicalistas revolucionários por exemplo, mas a educação. Neste sentido, é mais importante educar as massas do que organizá-las, já que apenas o indivíduo consciente atesta o grau de progresso da humanidade, "para constatar o progresso, seria preciso conhecer de quanto à proporção dos homens que pensam e traçam para si uma linha de conduta, sem se preocupar com aplausos nem vaias, aumentou durante o curso da história."615

[613] RECLUS , Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo, Imaginário, 2002, p 115
[614] Ibid., p 37
[615]Ibid., p 40

Reclus dizia que nenhuma revolução havia triunfado completamente pois nenhuma delas havia sido inteiramente espontânea, todas as revoluções haviam sido mais ou menos dirigidas. Para a revolução ser realmente eficaz, haveria que se abster de apressá-las por meio da violência, seria necessário despertar os corações e os espíritos, através da educação.[616]

Esta lição é apreendida no Brasil e repetida constantemente pelos anarquistas. Para Clemente Vieira Santos "Para se chegar à perfeição moral e social entrevista pelos anarquistas, necessariamente que é preciso educar as massas para esse fim, fazendo-as compreender e interessar pelas belezas fulgurantes dos nossos princípios"[617]. Pois, se a Anarquia é a finalidade da evolução histórica, a educação e a divulgação dos princípios anarquistas são os meios para se alcançar o progresso.

Não há dúvidas que para uma parcela significativa dos anarquistas de São Paulo a educação transformou-se no principal método de ação, para o articulista do jornal *A Plebe*, Aldo, a educação era de fundamental importância para a libertação dos trabalhadores, ele entendia que os anarquistas deviam colaborar com o processo de emancipação dos trabalhadores

> "pela palavra, pelo exemplo, pela crítica sincera e leal dos fatos, pela persuasão e tolerância mútua: aconselhando respeito recíproco entre os membros da coletividade, esforçanos-e-mos por ser úteis ao povo do qual somos uma insignificante partícula e de cujas aspirações, lutas e sacrifícios participamos até ao mais fundo de nossas fibras"[618]

Aliás, segundo Demócrito, ninguém melhor do que os anarquistas para procederem a esta educação do povo,

> "pois, por nascimento e condição, por tradição, por educação e por índole, ninguém melhor do que nós poderá falar ao povo a linguagem simples, mas eloqüente da verdade, ninguém melhor do que nós poderá interpretar, escutar e desvendar a enorme avalanche de dores e de misérias, de padecimentos e de ignorância que essa multidão arrasta como o grilheta arrasta os ferros de sua condenação, ser alguém que desça ao seu seio para levar luz a sua pesada

[616] RYNER, Han. *Elíseo Reclus* (1830-1905). Barcelona, Editorial Ética, 1928, p. 23
[617] Em defesa da Anarquia, Clemente Vieira Santos. In: *O Libertário*, São Paulo, 01 de janeiro de 1922.
[618] O nosso Escopo, Aldo. In: *A Plebe*, provisoriamente no Rio de Janeiro, 18 de junho de 1921.

> escuridão, palavras de conforto e de solidariedade ao seu interminável cativeiro, alegria a sua imensa tristeza, ar, sol e flores as trevas de sua ignorância e de suas irracionais crenças e superstições"[619]

Alexandre Montenegro em seu texto “A Grande Luta” defende a conscientização como meio para se acabar com "a luta titânica, ha milênios existente entre povos e raças diversas” pois esta luta, segundo ele, “ha de perdurar, enquanto a consciência dos homens não houver atingido a perfeição!..."[620], neste sentido, até para se acabar com o racismo era necessária a educação.

De acordo com outro ponto de vista criticava-se a greve e defendia-se a redução da jornada de trabalho para facilitar o processo educativo. No primeiro número do semanário *A Obra* , do dia primeiro de maio de 1920, num texto referente a data lia-se :

> "Os anarquistas combatiam a greve [que culminou na morte dos mártires de Chicago], porque não resolvia definitivamente o problema da emancipação proletária, e defendiam o processo revolucionário: porém, convieram na proclamação da greve, para o estabelecimento da jornada de oito horas" [621]

Esta posição, claramente não sindicalista, visava desqualificar o movimento paredista, tido como reformista, por não resolver “definitivamente” a questão da emancipação do proletariado, que só poderia ser resolvida com a defesa do processo revolucionário que, subentende-se , não seria um processo iniciado ou desencadeado por uma greve. Para estes anarquistas, ao contrário dos anarquistas partidários da ação sindical, a greve não poderia nem vinha acompanhada do epíteto revolucionária, a greve e o processo revolucionário seriam coisas distintas.

Já o estabelecimento da jornada de oito horas, possibilitando mais tempo livre para o proletariado, colaboraria para a viabilização de uma alternativa baseada na educação e no aumento do grau cultural, que poderia

---

[619] O Povo, Demócrito. In: *A Plebe,* provisoriamente no Rio de Janeiro, 18 de junho de 1921.
[620] MONTENEGRO, Alexandre. “A Grande Luta” in *A Obra*. São Paulo , 03 de junho de 1920.
[621] “A Jornada Rubra” in *A Obra*. São Paulo , 01 de maio de 1920.

ser possibilitado pelo aumento do tempo livre, caso a jornada de oito horas fosse efetivada.

Sobre os militares na sociedade capitalista brasileira, era necessário, segundo Mário Brasil, num artigo publicado no semanário *A Obra* de maio de 1920, "despertar a consciência do operário fardado". Este seria o primeiro passo para que se alcançasse o "sublime" objetivo preconizado pelo articulista (a anarquia). Seria necessário demonstrar ao soldado "o que vale o governo e a sociedade burguesa sem a sua defesa"

> "Mas, enquanto esse nosso irmão de sofrimento não tiver a compreensão exata da sua missão na sociedade, estaremos nós e eles, na iminência de uma caudal de sangue, defendendo ele a oligarquia burguesa que o acorrenta eternamente a miséria, a fome e a chibata miseranda e ignóbil..."[622]

No primeiro número do semanário *a Obra,* que se definia como Semanário de Cultura Popular, do dia primeiro de maio de 1920, Florentino de Carvalho escreveu um editorial dizendo a função desta nova publicação e analisando o papel da imprensa no Brasil no que diz respeito a obra de emancipação cultural da humanidade, primeiro passo para a sua completa emancipação.

Para Florentino a imprensa no Brasil sempre teve uma existência precária, fato este explicado por ele devido ao baixo nível cultural geral da população. A Imprensa que poderia exercer

> "com imparcialidade e independência a sua função de cultora do povo, se desempenhasse dignamente a sua atividade nas lides libertárias, pugnando pelo respeito aos Direitos do Homem (...)erigiu-se, entre nós, em agência de negócios, criada dos traficantes, porta-estandarte da reação, empresa de calúnia e de mentira, de difamação ao serviço dos amos, que tem interesse em que o povo vegete na ignorância e na ilusão, em que lhe falte descanso e o conforto, o pão do corpo e do espírito, determinando a degenerescência física, intelectual e moral da raça"[623]

[622] BRASIL, Mário. "O Culto da Mentira" in *A Obra*. São Paulo , 01 de maio de 1920.
[623] *A Obra*. São Paulo , 01 de maio de 1920.

Para Florentino, no Brasil ainda não havia brilhado a estrela da liberdade pois “o governo espiritual das multidões pertence as classes dirigentes” que detém o monopólio dos meios de educação e publicidade. Portanto, para se resolver o problema da ignorância das grandes multidões, causada pelo monopólio da educação e dos meios de publicidade por parte das classes dirigentes, seria necessário, dentro da estratégia preconizada pela maioria dos anarquistas brasileiros, o surgimento de uma “imprensa livre, alheia ao espírito de lucro, aos interesses das classes detentoras”. Uma imprensa que proclamasse os princípios de justiça e os “novos postulados da ciência e da filosofia”.

As "Bases de acordo do Centro Feminino Jovens Idealistas" é um bom exemplo sobre a finalidade e organização de boa parte dos grupos de influência anarquista que surgiram com finalidades similares.

O Centro possuía como finalidade a emancipação das mulheres, condição essencial para a liberdade dos povos. Os meios utilizados passavam pela educação "para, assim, elevar-lhes o caráter e torná-las aptas a conquistar a sua emancipação", as formas que poderiam assumir a atividade educativa passavam por escolas gratuitas, bibliotecas, publicações de propaganda, conferências, festivais instrutivos e recreativos, etc.

O Centro não tinha como finalidade promover a separação dos sexos e, apesar de só admitir mulheres em seu seio, aceitava a colaboração masculina para o desenvolvimento de suas atividades.

Não havia diretoria, existia apenas uma comissão eleita por unanimidade e com prazo indefinido afim de administrar o Centro e executar as decisões tomadas, podiam participar da comissão várias auxiliares de acordo com as próprias necessidades que surgiam.[624]

Fica clara a principal finalidade das várias agrupações influenciadas pelos anarquistas que surgiram no período por nós estudado. A educação era a estratégia fundamental a ser utilizada, sem ela não seria possível formar pessoas capazes de se emancipar, os aspectos organizativos eram

[624] "Bases de acordo do Centro Feminino Jovens Idealistas" in *A Plebe*. São Paulo , 13 de março de 1920.

secundários, se ajeitavam de acordo com as necessidades, o que importava era difundir a obra emancipadora através de meios doutrinários e propagandísticos.

Otávio Brandão demonstra seu viés educacionista num texto onde preconizava a formação de escolas livres. Perguntava quantas escolas, bibliotecas, cursos haviam sido formados pelas associações operárias no Brasil, quantos já haviam compreendido a grandeza de "A Colméia" (escola livre) de Sebastian Faure. Argumentava que seria maravilhoso "estabelecer dentro dos muros da sociedade burguesa um cantozinho em que as crianças florissem".

Enquanto as escolas livres não fossem uma realidade no Brasil cada um deveria recorrer ao auto-didatismo, sendo professor de si mesmo, pois "não será com operários analfabetos e inconscientes que faremos a Revolução Social", segundo Brandão.

Ou o operário levava a sério o ideal reivindicador preparando-se para a "Greve Máxima" ou baixaria a cabeça e abençoaria o chicote que o atinge. Pois, se for realizada a elevação moral e mental das massas só restava "empunhar o archote, o brandão rebelde e atear o incêndio".[625]

Notamos uma preocupação fundamental em educar as massas para que estas, conscientes, pudessem levar a sério o seu ideal "reivindicador" e elevadas moral e mentalmente transformar a sociedade a partir da Greve Geral que derrubaria as castas espoliadoras. Portanto, a educação é a base para a ação, sem a idéia não há ação redentora, sem operários conscientes não há Revolução Social de acordo com Brandão.

Para Adalberto Vianna, por exemplo:

> "De todas as falhas e falta de estratégia que nos interrompem na propaganda, além dos inúmeros obstáculos que se nos antepõe, ha uma que deve, a meu ver, ser corrigida: a sistematização da própria propaganda.
> É de admirar que um ideal combatido pelos capitalistas de todo o mundo (...) ainda não corresponda na sua

[625] BRANDÃO, Octavio. "Apelo a nacionalidade brasileira" in *A Plebe.* São Paulo , 07 de agosto de 1920.

> propaganda à grandeza imensurável da indestrutível verdade que encerra.
> Em todas as nações tem-se feito jornais, revistas e folhetos, assim como palestras, conferências e manifestos que pelos esforços despendidos deviam ter atingido vinte vezes mais o número de adeptos a que atingiu, mas vemos que apesar de tudo isso são muitos os que se conservam ignorantes da questão social e sobretudo da anarquia !"[626]

Vianna avalia que havia um problema na estratégia da propaganda anarquista, que é feita por inúmeros meios, despende um enorme esforço, mas não traz resultados compatíveis com os esforços feitos. Tudo isso por faltar sistematização a propaganda. E ele se propõe a dar a solução, ou melhor, as soluções. Para isso Vianna propõe algumas soluções mirabolantes. Vejamos:

> "A própria burguesia fornece com vantagem um elemento útil a nossa propaganda: o dinheiro em papel.
> Em cada nota, desde a de mil réis, pode-se deixar escrito com tinta vermelha ou qualquer outra, um pensamento anarquista.
> Outra forma de propaganda eficaz é fugir de falar em 'Anarquia', mas dizer em pequenos prospectos tudo que sirva ao ideal e pô-los debaixo das portas em todas as ruas e todos os lugares (...)
> Nos exercícios militares, fazer de antemão pequenos prospectos e abandoná-los dispersamente pelos campos ou ruas onde passem as tropas, afim de que os soldados possam reconhecer a exploração de que são vítimas.
> A propaganda do anarquismo pela palavra, em praça pública, está vedada em todos os países; portanto, redobremos de atividade pela escrita, e esta que seja bem clara"[627]

Depois de enumerar estas soluções para a melhoria da propaganda anarquista, "soluções que ninguém havia pensado antes", o autor critica a abstração da forma de propaganda sindicalista. Para ele

> "Alguns anarquistas como Carlos Dias, são partidários do sindicalismo como meio de ativar a revolução, eu acho abstrata esta propaganda (...)
> Isto já se vê que não se estende a todos os lugares: ha alguns ainda em que o sindicalismo pode produzir os seus

[626] VIANNA, Adalberto. "A propaganda Anarquista" in *A Plebe*. São Paulo , 30 de abril de 1921.
[627] Ibid.

> frutos, mas não, a meu ver, nas grandes capitais, onde muitas classes operárias organizadas se reduzem a um terço do número que os compõe"[628]

Portanto, o problema do sindicato é que ele pode não ser muito eficaz nas grandes cidades operárias, pois não organizaria mais do que um terço do operariado não executando, neste sentido, uma boa obra de propaganda. Em cidades menores talvez fosse mais possível arregimentar em torno do sindicato boa parte da classe operária, mas isso era impossível nos grandes centros.

Interessante é notar que o autor não deveria ser alheio ao fato de que os sindicatos realizavam mais ações e eram mais visíveis justamente nos grandes centros operários. Mas, o verdadeiro objetivo do autor era não confundir o sindicalismo com o anarquismo, pois, para ele, cada um deveria ficar no seu lugar, "pois o ideal não se confunde com mesquinhas ambições de um mil réis".

Além da defesa da pureza do ideal anárquico, que não se confundiria com mesquinhas ambições econômicas, havia a noção de que para se fazer a revolução as pequenas melhorias e reformas seriam prejudiciais.

> "Deixemos que as classes se esqueçam das greves e em breve teremos a revolução pelo excesso de miséria !..."[629]

Para finalizar a sua cruzada pela sistematização da propaganda anárquica e de combate ao sindicalismo Vianna afirma defender a "Humanidade" por isso é contra o sindicalismo, que seria sentimentalista. A defesa do policlassismo em um processo de transformação social é explícito:

> "Eu não tenho pena dos operários, porque amo a Humanidade e pouco se me dá ver operários sofrendo miséria - o que me revolta é que todos os homens sejam vítimas (ricos e pobres) da sociedade atual - isso de sentimentalismo só serve para romances amorosos, retóricos e elogios fúnebres"[630]

Em artigo de 1921, publicado no jornal *A Vanguarda* , o prof. C. C., criticava a imprensa burguesa que afirmava que a Rússia dos soviets havia retrogradado pois teria compreendido que o povo não estava pronto para o comunismo. Depois de colocar em dúvida algumas informações veiculadas por

[628] Ibid..
[629] VIANNA, Adalberto. "A propaganda Anarquista" in *A Plebe*. São Paulo , 30 de abril de 1921.

esta imprensa o autor começa a discutir a noção de preparo do povo para viver numa sociedade comunista.

Argumentava que o povo só estaria preparado por meio da instrução e educação. E este seria o trabalho a ser desenvolvido pelos propagandistas, mais do que palavras vale o exemplo e as comparações que obriga o povo a pensar, raciocinar e comparar.

Mas, se os militantes fossem esperar o povo estar pronto, esperar o seu preparo integral, somente esperando a evolução, então isso não aconteceria, pois são os militantes que deveriam treinar o povo para que este adquirisse a convicção no regime comunista.[631]

Assim, neste texto, o prof. C. C. valoriza a questão da educação e instrução por meio da propaganda, do exemplo, para a formação do povo, graças a vontade dos militantes, para este se adaptar mais facilmente ao regime comunista, o mais evoluído.

Clemente Vieira dos Santos em seu artigo "Em defesa da Anarquia" defendia que

> "para se chegar a perfeição moral e social entrevista pelos anarquistas, necessariamente que é preciso educar as massas para esse fim, fazendo-as compreender e interessar pelas belezas fulgurantes dos nossos princípios"[632]

Segundo Santos, de acordo com os aspirantes a ditadores e os "avariados" anarquistas[633], necessário seria, em um primeiro momento, fazer frente comum e apoiar a ditadura do proletariado, deixando de se propagar os ideais de "integral emancipação" do homem para, em um segundo momento, retomá-los. Santos se perguntava para que os anarquistas fariam isso se amanhã voltariam a romper com tudo.

---

[630] Ibid.
[631] Prof. C. C. "A campanha de difamação" in *A Vanguarda*. São Paulo , 02 de abril de 1921.
[632] SANTOS, Clemente Vieira. "Em defesa da Anarquia" in *O Libertário*. São Paulo , 01 de janeiro de 1922.
[633] Lembremos que muitos anarquistas, diante da crise conjuntural de organização e ação do movimento operário e a crise de ação dos próprios anarquistas, começaram a buscar novas formas de organização e novas concepções, algumas foram encontradas na vitoriosa revolução russa e estes anarquistas "avariados" pois não eram bolchevistas, passaram a defender a transição através do Estado para o comunismo anárquico.

Os anarquistas criticando os preconceitos religiosos, lutando contra o Estado e governos, contribuindo para o enfraquecimento dos patrões e das instituições burguesas faziam a revolução, segundo Santos. Levava-se mais tempo, pois seria necessário modificar a opinião do povo de modo que compreendesse bem os "princípios ideológicos para, prática e ideologicamente também, segui-los, perfilá-los e exercê-los consciente e autonomamente."

Neste sentido, a revolução dos anarquistas é muito diferente pois tende a

> "estabelecer uma sociedade fundada no acordo mútuo entre os indivíduos, na qual ninguém possa impor a sua vontade sobre o seu semelhante, o seu igual, mas onde todos tenham facilidades de viver a seu modo e depois de, voluntariamente, concorrerem para o bem-estar geral"[634]

Por isso, "é preciso desenvolver a consciência, a vontade e a iniciativa das camadas populares."

O jornal *A Voz da União*, órgão dos empregados em cafés, confeitarias, bares e anexos assim colocava em seu segundo número a sua missão:

> "Pondo em destaque a elevada missão deste jornal que é: elevar o nível moral e intelectual da classe a que pertence, não nos limitamos somente ao desenvolvimento classista, mas procuraremos incutir no ânimo dos membros da classe o amor ao estudo das coisas humanas, despertando neles o sentimento de curiosidade que os levará a investigar o porque das lutas em prol das reivindicações, procurando chamá-los a um meio onde só tem a lucrar, onde encontrarão a sinceridade leal dos corações sinceros, a franqueza habitual dos indivíduos ávidos de justiça que por eles, em prol da sua emancipação se deixam levar até ao sacrifício, que é a coroa de louros de todos os que procuram um raio de luz, para que lhes aclare a obscuridade do seu cérebro "[635]

Mussa Hidaib afirmava em 1924 que da propaganda vinha a união, da união nascia a força educativa e com esta força se realizaria o ideal que se propaga.[636]

---

[634] SANTOS, Clemente Vieira. "Em defesa da Anarquia" in *O Libertário*. São Paulo , 01 de janeiro de 1922.
[635] "Argumentos" in *A Voz da União*. São Paulo , 01 de junho de 1922.
[636] HIDAIB, Mussa. " A Propaganda" in *A Plebe*. São Paulo , 17 de maio de 1924.

Na edição do periódico *A Plebe* de 17 de maio de 1924 o colaborador H. N. (José Maria Fernandes Varella), através de seu artigo "O perigo do Individualismo" criticou o individualismo, a postura amoral de alguns individualista vendo o povo com desprezo, etc.

Entre outras coisas afirmou ainda ser uma ofensa grave exigir que os pais "eduquem seus filhos quando a miséria desoladora invade os lares absorvendo e atrofiando os mais belos sentimentos".[637]

Os editores de *A Plebe* , publicaram em 24 de maio de 1924 o artigo "Cultura ou ignorância?" onde afirmavam ter pedido esclarecimentos sobre alguns períodos do artigo de H. N., mas que os esclarecimentos prestados não tinham esclarecido muita coisa e que, portanto, eles dariam a sua opinião sobre o artigo citado.

Assim vemos que quando um artigo desagradava o corpo editorial, que costumava publicar posições distintas em seu jornal, este não se furtava a se posicionar para demonstrar a concepção de anarquismo orientadora do jornal.

Afirmavam em sua crítica a H. N. que não achavam que seria ofensivo esperar que os pais educassem seus filhos, pois quando constituíram família deveriam pensar nas dificuldades que isso acarretava e nas responsabilidades que teriam que assumir, portanto, a culpa seria deles e de mais ninguém.

Os filhos não pediram para vir ao mundo, neste sentido os pais teriam a obrigação de prover a existência física, moral e intelectual das crianças. Se a sociedade cerceia os meios para que os pais eduquem os seus filhos eles deveriam se revoltar contra a sociedade tentando transformá-la.

Portanto, se não havia meios de se propiciar uma educação de qualidade por parte dos pais em relação aos filhos, a culpa era dos pais que colocaram os filhos no mundo e que deveriam buscar os meios de educá-los, independentemente de que meios precisem usar, demonstrando um rasgo claro de voluntarismo e idealismo.

Para os editores muitos pais não educam os filhos por espírito de mesquinhez e porque preferem gastar os parcos recursos nos falsos prazeres da bebida, fumo, jogo, para esportes brutais e deseducativos, como o futebol

[637] H. N. “O Perigo do Individualismo” in *A Plebe*. São Paulo , 17 de maio de 1924.

por exemplo. Assim, os militantes não deveriam se compadecer de semelhantes criaturas.

Os anarquistas, segundo o artigo, não poderiam esperar muita coisa da escola atual, que seria um instrumento grosseiro, mas melhor com ela do que sem nenhuma, pois "a ignorância é um tal estado de inferioridade que não se compadece com nenhuma situação nobre e elevada", se existiram homens que fizeram prodígios sem conhecer os livros estes foram exceção a regra. Segundo o texto, existem pessoas analfabetas, incultas e talentosas, mas se fossem instruídas não perderiam em nada o seu talento, antes os seus atos se ampliariam.

A Igreja e o Estado mantinham escolas com a intenção de prolongar e estender o seu domínio, mas foram destas escolas que saíram alguns dos piores inimigos da própria Igreja e do Estado, continua. Assim, era necessário desejar cada vez mais cultura para o povo para que este pudesse compreender a sua real situação e transformá-la e não para que se dê ares de superioridade e despreze o povo.[638]

O “educacionismo” culminava na proposta de revolução comportamental e individual em Domingos Braz. Para este autor a revolução deveria começar na nossa casa e no sindicato, pois

> "A revolução anarquista não se fará de cima para baixo, e sim, vice-versa.
> Portanto, é preciso educar, preparar, regenerar as massas. E essa educação, essa preparação, essa regeneração deve começar por nós mesmos, no nosso lar, afim de que, pelo nosso exemplo, se irradie pelas obras, pelas oficinas, pelas fábricas e pelos campos, criando as raízes, os alicerces inabaláveis, da sociedade futura, da sociedade anarquista."[639]

Já na década de 1930 no artigo "O problema da Cultura do Operário" era avaliado pelo jornal *O Trabalhador* , da FOSP. Entendia o jornal que o maior desenvolvimento intelectual do trabalhador, com o operário consciente dos seus direitos e deveres, é o fator determinante para que ele seja o homem forte, que crê em si e espera tudo de si próprio. "E mais forte será quanto maior

[638] “Cultura ou Ignorância?” in *A Plebe*. São Paulo , 24 de maio de 1924.

for a sua capacidade interpretativa dos valores sociais", pois, com isso, "as utopias de hoje serão as realidades de amanhã".[640]

Para Manoel Sanchez, o professor deveria encarar o magistério como um apostolado, deveria ser o artista que modelaria o cérebro infantil, que deveria ser educado para a justiça social.

Era necessário acabar com o cancro da ignorância, principal fator determinativo dos dissabores e misérias, que a cultura ministrada pelos professores inconscientes só agravaria, segundo Sanchez, porque insistia nas idéias de ódio, destruição, como havia feito o professorado paulista com as crianças de São Paulo militarizando-as, ensinando-as a odiar as crianças do restante do país durante os acontecimentos de julho de 1932.[641]

Em 1933, Oiticica analisava que um dos grandes problemas dos anarquistas era o de não conseguirem se aproximar dos camponeses, tendo a atividade dos militantes se restringido as cidades. Sem um trabalho no campo muito difícil seria a concretização da insurreição expropriadora, ponto fundamental para se alcançar o comunismo libertário em sua opinião.

As enormes distâncias dificultariam o trabalho, além disso a maioria dos camponeses era analfabeta trazendo problemas para os trabalhos de propaganda. Por isso era necessário travar contato com os camponeses, assim poderiam ser organizados centro de leituras coletivas e palestras doutrinais, ainda segundo Oiticica.[642]

É interessante notar o título do artigo de Oiticica, “Vamos aos camponeses”. A ida ao campo era necessária por uma questão estratégica de preparação de uma possível insurreição expropriadora (mesmo que se colocasse em termos abstratos), pois os camponeses não sabiam ler, portanto, o contato com as idéias anarquistas de libertação da humanidade estaria prejudicado. Os anarquistas não deveriam ir ao campo para primordialmente organizar os camponeses, interessá-los no movimento associativo, como defendiam alguns anarquistas ligados a FOSP por exemplo. Deveriam ir ao

---

[639] BRAZ, Domingos. “O princípio de autoridade” in *A Plebe*. São Paulo , 05 de julho de 1924.
[640] "O problema da Cultura do Operário" in *O Trabalhador* . São Paulo , 05 de dezembro de 1931.
[641] SANCHEZ, Manoel. “O momento pedagógico” in *A Plebe*. São Paulo , 28 de janeiro de 1933.
[642] OITICICA, José. “Vamos aos camponeses” in *A Plebe*. São Paulo , 22 de julho de 1933.

campo realizar palestras e leituras coletivas de doutrinação, para conscientizar as massas do campo.

No mesmo número de *A Plebe* em que foi publicado o artigo de Oiticica, foi publicado um texto intitulado "Ignorância e Cultura" que relatava uma polêmica quando um militante havia afirmado que os camponeses de Casas Viejas homens rudes e ignorantes não precisariam da cultura apregoada pelos anarquistas para agirem como agiram, se referindo a insurreição acontecida naquela localidade da Espanha em 1932.

O texto afirmava que aqueles camponeses não eram ignorantes, eram homens conscientes que tinham um certo grau de cultura e consciência revolucionária, fruto de uma educação moral e intelectual realizada durante dezenas e dezenas de anos, através de uma propaganda assídua, pertinente e racional feita pelos anarquistas da Espanha.

O trabalhador não precisava estudar filosofia,

> "mas o que é necessário a qualquer trabalhador é um mínimo de cultura e de instrução sem o qual nenhum homem em qualquer situação, trabalhador ou não, poderá compreender, desempenhar e realizar a obra dignificante e conscienciosa que está chamado a desempenhar."[643]

Numa nota de fevereiro de 1927 que dá publicidade ao Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo, organização dos grupos anarquistas,[644] há a reafirmação da importância da educação.

As "Bases de acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo", publicadas em 12 de março de 1927 em *A Plebe*, aconselhava os camaradas a formar grupos de afinidade e de caráter cultural entre os elementos jovens, propensos a assimilar os princípios anarquistas.[645] Buscava fazer uma publicação para refletir a posição de todos os anarquistas sem distinção de tendências. Fomentaria a formação de ateneus e centros de estudos sociais, onde os militantes anarquistas teriam espaço para a propaganda e o trabalho de cultura social.

---

[643] "Ignorância e Cultura" in *A Plebe*. São Paulo , 22 de julho de 1933.
[644] "Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo" in *A Plebe*. São Paulo , 12 de fevereiro de 1927.

Afirmava ainda que o comitê era de caráter informativo e de relações e os grupos que o compunham gozariam de total autonomia.[646]

Florentino de Carvalho defendia em outro texto o combate a situação miserável do povo pois esta prejudicaria a sua evolução intelectual, colocando desta forma a importância da luta econômica para o sucesso da educação.

Assim, dizia que não adiantaria as classes dominantes divulgarem para quem quiser ouvir que está preparando a evolução intelectual do povo para fazer deste país uma nova Grécia. A situação do trabalhador era desesperadora e quem não come não consegue desenvolver as suas qualidades espirituais.

O aumento dos gêneros alimentícios, que duplicaram, de acordo com Florentino, tendo os salários aumentado de 20% a 30% faz com que os gêneros de consumo transformem-se em artigos de luxo para os trabalhadores. Os aluguéis, por outro lado, triplicaram de custo, fornecendo para os trabalhadores habitações insalubres onde os mesmos viviam em promiscuidade.

Todas estas questão não são resolvidas, não se garantindo a possibilidade de se combater a incultura do povo, para ele.

Só havia um meio de resolver a situação, já que não era possível esperar que a justiça fizesse alguma coisa com os capitalistas e açambarcadores, este meio seria conjugar os esforços dos trabalhadores para que estes exercessem de fato a soberania popular.[647]

O artigo “O pauperismo e a Revolta” publicado no semanário *A Obra* de 1920, discute a suposição que quanto mais miséria há mais fácil é ao povo se revoltar, ser consciente. Colocando-se contrário a esta afirmação, pois, o corpo deve ser são para a mente estar sã.

> "Todo sofrimento provoca a princípio uma reação; mas prolongando-se, o homem acaba por habituar-se. A ação

---

[645] O que demonstrava a necessidade dos anarquistas renovarem a militância depois da onda repressiva que se abateu sobre eles desde 1920 intensificada depois de julho de 1924.
[646] "Bases de acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo" in *A Plebe*. São Paulo , 12 de março de 1927.
[647] CARVALHO, Florentino. “Sob o Azorrague da Fome e do Inquilinato” in *A Obra* . São Paulo , 20 de maio de 1920.

> duradoura e gradual da miséria traz a depressão mental, o desânimo, a abdicação da dignidade"

Segundo o texto, a miséria faz o operário se entregar ao alcoolismo, só a miséria já basta para que um operário vá contra os movimentos reivindicadores, por exemplo, e fure uma greve. A miséria e o álcool fazem as pessoas perderem a força física e moral para a luta.As religiões, não sem motivos, recomendam o jejum para que se possam dominar mais facilmente as pessoas.As próprias revoltas da fome são facilmente aplacadas com repressão e um pouco de "pão". Resolvem-se rapidamente.

Só quando há um decréscimo brusco das condições de vida somado há uma certa cultura da revolta é que estas podem ocorrer. O bem estar assegurado faz conservadores, a instabilidade pode provocar a revolta, continua o autor.

> "Mas para que brote o espírito revolucionário, é necessário que haja a sensação viva do sofrimento, o sentimento da injustiça, a consciência da situação.
> Esta consciência é dada pela propaganda, que na miséria encontra o maior obstáculo. A propaganda faz-se pela palavra e pelo o exemplo. O fato coletivo como a greve é dos melhores. Como vimos a agitação contínua chega a triunfar da miséria: eis porque, mesmo derrotadas, as greves mantém o espírito de revolta e exercitam na luta, no antagonismo de classe. É uma insurreição econômica parcial, que prepara a revolução essencialmente econômica. Todas as revoluções foram sempre precedidas de insurreições parciais: assim a francesa.
> A propaganda, desse modo, prepara as consciências para as mudanças bruscas, e torna intolerável o sofrimento."[648]

o autor conclui:

> "Miséria e revolução contradizem-se: se é revolucionária a miséria, porque não se fez ainda a revolução?"[649]

Portanto, vemos neste texto uma outra forma de se encarar a propaganda. Fundamentalmente como ação preparatória para insurreições revolucionárias. Trata-se de tirar a primazia do evento educativo abstrato, através de leituras, palestras, publicações, etc., e passar a primazia para a

[648] Z. V. “O Pauperismo e a Revolta” in *A Obra*. São Paulo , 01 de outubro de 1920.

educação prática, algo não enfatizado pela maioria dos anarquistas comunistas.

Defendendo outro ponto de vista contrário a conscientização, Rodolpho Felippe critica em 1922 a postura dos anarquistas que ficam o tempo todo discutindo teorias e pontos de vista retóricos sobre a sociedade futura enquanto a carestia de vida se avoluma cada vez mais.

"Quem leu os nossos jornais com um pouco de atenção, diz, dar-se-á conta logo que vivemos fora da realidade das coisas."

Os anarquistas falavam dos remédios que curariam os males do povo, mas não davam atenção aos próprios problemas que mais faziam o povo sofrer. "E, por isso, a grande massa se mantém um quanto alheia a discussão teórica e sofre passivamente a negra realidade da vida".[650]

Para Felippe, o povo teria quatro quintos de sentimento alojados no estomago, para alcançar o outro quinto os anarquistas deveriam falar sobre o interesse do povo, ou seja, o pão de cada dia. Uma vez que os anarquistas conseguissem chamar a atenção do povo para o problema da "emancipação do estomago" o povo poderia compreender que era somente com organização de uma nova sociedade, sobre novas bases, que poderia alcançar seus objetivos.

Assim, vimos uma outra postura que também existia entre os anarquistas brasileiros e fizemos questão de demonstrar para não se ter a impressão de que a posição a favor da centralidade da educação era unânime nos meios anarquistas.

5.1.3 Anticlericalismo

Relacionado com o tema da conscientização estava o da defesa do anti-clericalismo ou do pensamento anti-religioso. Se o anarquismo representava um estágio superior da evolução da sociedade, e a propaganda seria um dos modos, ou melhor, o grande meio para que se conseguisse o objetivo de se

[649] Ibid.
[650] FELIPPE, Rodolpho. “Realidade” in *A Plebe*. São Paulo , 24 de junho de 1922.

alcançar a perfeição dos homens, a propaganda anti-clerical serviria para a desobstrução do pensamento, obscurecido pela concepção religiosa.

Era comum encontrarmos nos periódicos anarquistas, e mesmo operários, críticas ferrenhas a instituição religiosa. Parte disso se devia ao ambiente intelectual do início do século passado, outra parte a postura da igreja em relação a população em geral e ao movimento operário em particular, defendendo a conciliação de classes, a resignação, etc.

Os anarquistas procediam então a crítica frontal as instituições religiosas e ao clero em particular. Muitos se afirmavam anti-religiosos e não apenas anti-clericais, por considerarem que o problema não se restringia ao papel específico da Igreja Católica mas ao papel de todas as religiões em geral.

Em julho de 1927 *A Plebe* publicou um texto de José Oiticica que afirmava que um dos maiores inimigos dos trabalhadores era o sacerdote, independente da forma que assumisse, padre, pastor, pagé, etc. Eles existem para pregar a obediência do trabalhador e a manutenção do capitalismo, por isso os sacerdotes são protegidos pelos capitalistas, argumenta. A função deles é impedir, com a ameaça do inferno, a Revolução Social. Portanto, todo o trabalhador que desejasse se emancipar deveria se tornar irreligioso desembaraçar-se da superstição, tratar de pensar por si mesmo, afirmava.[651]

Texto de 1928 pregava a formação em território nacional das ligas anti-religiosas. Argumentava que era anti-religiosas e não anti-clericais, pois começaram a surgir no Brasil espíritas, positivistas e protestantes, todos fanatizadores, anti-cientistas, pregando o respeito a propriedade e a autoridade, a renúncia, resignação e passividade. Portanto, deveriam ser combatidos todos eles.[652]

O Grupo de Ação Libertária publicou em 1932 um "Apelo aos Anarquistas" no jornal *O Trabalhador*, da FOSP, que, entre outras coisas, tecia acerbas críticas a igreja católica.

Dizia que o Brasil havia sido reduzido a um simples feudo vaticanista, os discípulos de S. Francisco, de S, Thomaz de Aquino, Torquemada e Loyola

[651] OITICICA, José. “Um grande inimigo” in *A Plebe*. São Paulo , 09 de julho de 1927.
[652] “Ligas anti-religiosas” in Acção Direta- Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1928.

seriam os diretores espirituais dos governantes do Estado brasileiro, orientando nos bastidores a decisão e ação dos poderes públicos.Inclusive as revoluções de 1924 e 1930 "se realizavam de cruz no peito e joelho na terra."[653]

O que podemos perceber é que a publicação de alguns textos de caráter anti-clerical e anti-religioso, num jornal órgão sindical, mesmo quando estes afirmavam que a maioria dos trabalhadores estavam imbuídos de preconceitos religiosos, se fazia sem a preocupação de que estas críticas pudessem afastar os trabalhadores dos organismos sindicais. O que importava não era apenas arregimentar os trabalhadores, mas transmitir a Idéia, com a qual os trabalhadores se conscientizariam dos males e lutariam para transformar a realidade.

Podemos argumentar que os trabalhadores se aproximavam do sindicato devido a sua prática efetiva, não devido aos textos de propaganda, o que é um argumento válido. Porém, nas atividades públicas, como palestras, conferências, comícios, a crítica implacável a igreja se repetia, fazendo parte da própria prática militante.

Para nós isso pode ser um indício da intransigência anarquista, valorizada por eles próprios, “a espinha do anarquista quebra mas não verga” diziam. Este pode ter sido mais um dos fatores que fizerem a espinha dos anarquistas quebrar e a sua ação não mais voltar (excetuando-se práticas esparsas e sem maior significação política) após 1935.

Bastos, em um artigo discutindo a necessidade de se discutir idéias dentro dos sindicatos e não apenas problemas econômicos, enfatiza a necessidade de se combater o preconceito religioso, mas fazendo uma ressalva. Para ele toda a crença deveria ser derrubada por ser nociva a evolução humana. Mas, entre os trabalhadores, a grande maioria possuía crença religiosa, segundo sua opinião seria um ponto complicado falar diretamente sobre os males da religião aos cérebros dos trabalhadores "fechados a razão", pois se os militantes assim o fizessem os trabalhadores logo desertariam das suas associações.

---

[653] Grupo de Ação Libertária. "Apelo aos Anarquistas" in *O Trabalhador* . São Paulo , , março/abril de 1932

Neste sentido, diz que seria preciso "ir com jeitinho" para combater o preconceito religioso, num dia acaba-se com um sonho outro dia outro até que a idéia de Deus fique bem reduzida "as suas justas proporções."

Destruindo o preconceito religioso outro preconceito cairia, o preconceito do Estado, segundo a opinião do autor.[654]

Já Neno Vasco defendia o ponto de vista oposto no artigo "O livre pensamento e a questão social" ,publicado no ano de 1920 pelo jornal anarquista *A Plebe*, realizando interessante crítica a aqueles que acreditavam que através da propaganda anti-clerical seria que os militantes iriam conseguir derrubar os ídolos religiosos das classes trabalhadoras.

Depois de transcrever um acontecimento grevista onde os padres tinham exercido um papel antipático em relação ao proletariado afirma:

> "O que não se obteria após longos anos de evangilização, como efeito da pura propaganda, alcançou-o rapidamente um episódio da grande luta das classes sociais.
> A propaganda anti-religiosa e anti-clerical é certamente importante e produz resultados, sobre tudo no seio das sub-classes intermediárias, flutuantes, entre a burguesia e o operariado, e também no meio dos elementos intelectualmente mais elevados da classe trabalhadora. (...)
> Mas a grande massa trabalhadora, origem e apoio de todas as escravidões como de todas as liberdades, o grande meio de emancipação espiritual é a dura experiência adquirida na grandiosa luta entre o Capital e o Trabalho, nessa formidável guerra social, que enche por assim dizer toda a história hodierna. É nela que se arruínam todos os ídolos, é nela que o povo vai descrendo de todas as instituições políticas e religiosas.
> A Igreja decai sobretudo pela posição que se vê a tomar nessa contenda absorvente."[655]

Vê-se nesse ponto uma divergência fundamental entre Neno Vasco e parte dos anarquistas brasileiros. Dizemos parte, pois o fato de o artigo ter sido publicado em 1920, sem a participação do autor na escolha do tema, demonstra que parte dos anarquistas de São Paulo compartilhava da mesma opinião de Neno Vasco.

---

[654] BASTOS. “Combatamos os preconceitos” in *A Plebe*. São Paulo , 29 de julho de 1933.
[655] VASCO, Neno. "O livre pensamento e a questão social" in *A Plebe*. São Paulo , 21 de fevereiro de 1920.

Neno Vasco, considerava a “envagilização” um caminho equivocado para se combater a instituição religiosa. Para ele a simples propaganda anti-religiosa e anti-clerical é limitada pois só atinge as camadas intermediárias da sociedade, ou seja, aquelas camadas que estão entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado, e os trabalhadores intelectualmente mais avançados. A maioria da população não se deixa convencer pela simples propaganda e é na luta que se forma o sentimento anti-clerical e anti-religioso, na medida em que as instituições religiosas se posicionam a favor da defesa dos privilegiados contra as classes trabalhadoras. Portanto, é na própria luta travada entre o Capital e o Trabalho, é no próprio desenvolvimento da luta de classes que se forma a consciência da maioria dos trabalhadores.

Bakunin possuía uma crítica semelhante aos livre-pensadores. Bakunin defendeu a não adoção de algum princípio religioso ou anti-religioso no seio da Internacional. Nas suas organizações políticas revolucionárias o ateísmo era pré-condição para o ingresso, mas, na Internacional Bakunin argumentava que a adoção simplesmente da palavra ateísmo afastaria milhares de adeptos, não por estes serem religiosos, mas por acreditarem serem.

Dizia que os revolucionários socialistas:

> “não colocam a questão religiosa em primeiro plano, persuadidos de que a superstição do povo, tendência natural de seu obscurantismo, é, entretanto, menos enraizada em sua ignorância do que em sua miséria, em seus sofrimentos naturais e nos vexames inauditos de toda espécie que este povo sofre no quotidiano; que as idéias e as histórias religiosas, esta tendência fantástica pelo absurdo, têm um aspecto bem mais prático do que teórico e, assim, são menos uma aberração do que um protesto da vida, da liberdade e da paixão contra o peso insuportável da existência; que a Igreja é para o povo um tipo de cabaré dos céus, assim como o cabaré é um tipo de igreja celestial sobre a Terra; na igreja como no cabaré, o povo esquece, nem que seja por um momento, a fome, a opressão, as humilhações, e tenta apaziguar a sensação de sua miséria quotidiana, ora por uma crença insensata, ora pelo vinho. Uma e outra embriaguez se equivalem.”[656]

[656]BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, p. 246

Desta forma, compreendendo o papel da religião para as massas, os revolucionários socialistas saberiam que só é possível suprimir o sentimento religioso nas massas pela revolução social, e não pela propaganda dos livre pensadores, de acordo com Bakunin.

> "Estes senhores livres-pensadores são burgueses da cabeça aos pés, incorrigíveis metafísicos por suas maneiras, seus hábitos e seu modo de viver, mesmo quando se dizem positivistas e se crêem materialistas. Parece-lhes que a vida decorre do pensamento, que ela é a realização de uma idéia preestabelecida e, a partir disto, afirmam que o pensamento, sem dúvida seu pensamento indigente, deve dirigir a própria vida; não compreendem que o pensamento decorre, ao contrário, da vida, e que, para modificar o pensamento, é preciso transformar a vida. Dai ao povo uma ampla existência humana e ele vos surpreenderá com o profundo racionalismo de suas idéias."[657]

Segundo Bakunin, os livre-pensadores, doutrinários inveterados, teriam mais uma razão para preferir a propaganda religiosa à ação prática. É que por sua situação social aproximam-se das classes cultas agarrando-se ao luxo refinado e "aos vãos prazeres do espírito" de que estas classes desfrutam. Estão convencidos do fato de que uma revolução social destruirá este mundo do qual desfrutam, além do mais, sabem das sérias conseqüências que existem para aqueles que optam pelo caminho da revolução social, não querendo perder as vantagens de que desfrutam na situação atual.

> "Ora, eles não querem admitir isto e crêem-se obrigados a surpreender o mundo burguês por seu radicalismo e fazer a juventude revolucionária e, se possível, o próprio povo, seguirem seus passos. Porém, como fazer? É preciso surpreender o mundo burguês, mas sem indispô-lo; é preciso seduzir a juventude revolucionária e, ao mesmo tempo, evitar o abismo revolucionário! Para isto, só há um meio: voltar a cólera pseudo-revolucionária contra Deus. Eles estão tão seguros de que Deus não existe que não temem sua cólera. As coisas são bem diferentes quando se trata das autoridades, de qualquer autoridade que seja, desde o czar até o último policial! Bem diferentes também quando se trata de pessoas ricas ou que a situação social as torna poderosas, desde o banqueiro e o judeu agiota, até o

[657] BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, p. 246

> último grande comerciante do campo ou proprietário de terras!"[658]

Continua sua argumentação dizendo que os revolucionários socialistas não devem enganar o povo, que ao fazerem isso, perdem a influência sobre o mesmo ou quando esta influência ainda se mantém correm o risco de levar o povo para o caminho contrário, para o caminho da reação. Por isso, quando os revolucionários forem perguntados sobre suas convicções religiosas não devem mentir, devem falar a verdade, procurando expor ao povo a justeza de suas apreciações, com toda a honestidade possível. Porém, os revolucionários não devem provocar estas discussões, não devem colocar os assuntos religiosos na propaganda realizada ao povo, como primeiro plano. "Fazê-lo, estamos convictos disto, equivale a trair a causa."[659]

Para Bakunin, os revolucionários necessitam apresentar ao povo a questão essencial, que é a questão econômico-política. Econômica no sentido da revolução e política no da supressão do Estado. "Divertir o povo com a questão religiosa é desviá-lo do problema essencial, é trair sua causa".[660]

A revolução social ao substituir os gozos ilusórios e brutais das orgias corporais, o cabaré, e espirituais, a igreja, pelo gozo da humanidade desenvolvida no povo, segundo sua opinião, será o meio mais eficaz de se combater as crenças religiosas. Até lá, mesmo o povo não tendo razão para crer, terá o direito de fazê-lo.[661]

Assim, vemos que a postura de Bakunin, como a colocação de Neno Vasco, mesmo que em um grau menor do que nas apreciações de Bakunin, se colocam num ponto de vista diametralmente oposto daqueles que acreditavam que a propaganda anti-religiosa seria a pré-condição sem a qual o pensamento humano não se libertaria, não possibilitando a formação da sociedade evoluída e livre. Porém, as posturas daqueles que faziam intensa campanha anti-religiosa, coerente com os pressupostos daqueles que buscavam conscientizar o povo, eram majoritárias entre os anarquistas de São Paulo. Poucos foram os

---

[658] Ibid., p. 47
[659] BAKUNIN, Mikhail A. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2003, pp. 248 e 249
[660] Ibid., p. 249
[661] IDEM. *Deus e o Estado*. Imaginário, São Paulo, 2000, pp. 20 e 21

que, como Neno Vasco, defendiam em primeiro lugar a luta econômica para a própria destruição do preconceito religioso.

5.1.4 Crítica ao Povo e Ênfase nas Minorias Conscientes

Outro ponto que merece destaque relacionado com a concepção do anarquismo como estágio superior do desenvolvimento da humanidade, era a crítica ferrenha ao povo realizada pelos anarquistas que não poupavam esforços, por outro lado, em demonstrar o papel proeminente das minorias conscientes.

Alexandre Montenegro considerava que o país atravessava, na ocasião da discussão para a aprovação da lei liberticida, a lei de combate ao anarquismo do deputado Adolpho Gordo, em 1920, um momento de covardia e aniquilamento da moral e do civismo, pois o povo brasileiro, aparentemente consciente dos seus direitos, deixava-se dominar pela ditadura dos governantes não realizando nenhum tipo de protesto contra esta lei que visava acabar com os "mais comezinhos direitos de humanidade", asfixiando "a consciência de trinta milhões de homens !" Alexandre Montenegro conclui que no Brasil, "o povo no Brasil, é uma figura de retórica..." por este motivo diz: "venha a lei draconiana, somente assim ele aprenderá a revoltar-se"[662]

A crítica a postura do povo era uma constante por parte dos anarquistas. O problema não era analisado de acordo com a situação concreta da realidade brasileira do período e a dificuldade de mobilização que esta realidade ocasionava, mas de acordo com a postura individual/coletiva das pessoas que se resignavam e não tinham o brio suficiente para se revoltar contra as injustiças.

Em artigo de 1920 do jornal *A Obra*, o articulista prof. C. C., que segundo Dulles tratar-se-ia de Coelho Cintra, fez duras críticas ao povo brasileiro. Críticas de cunho racista, baseada na pretensa superioridade

[662] MONTENEGRO, Alexandre. "Que venha, a Lei liberticida ! ..." in *A Obra*. São Paulo , 14 de julho de 1920.

daqueles que não suportam a opressão sem revoltar-se. Professor C. C. nos diz:

> "O povo brasileiro,sub-raça, produto de três raças inferiores, educado supersticiosamente, jesuiticamente, tem alma de escravo, alma servil, incapaz de reação a tantas afrontas. Desanima o trabalhar para levantar os brios de um povo tão apático, tão indiferente e tão ... sem vergonha.
> O povo brasileiro tem agüentado resignadamente o que nenhum tem sofrido. Além da carga pesadíssima de impostos, com a fome por cima, a sobrecarga de todas as infâmias concebíveis, sem bufar, sem gemer !
> Por isso, o governo epitaciano, com a inteligente experiência e clara percepção, tem-se permitido fazer tudo quanto tem querido fazer e ainda há de fazer sem nada temer nem ter que dar contas a ninguém" [663]

O mesmo professor C. C. no artigo “Pleno Absolutismo” descreve o absolutismo de Epitácio que manda e desmanda na Câmara, aprova os projetos que só beneficiam os seus aliados, e persegue o movimento operário.

Descreve algumas ações da polícia cita o movimento operário e conclui:

> "Mas, pesando bem as coisas, esses despotismos teriam lugar se outro fosse o nosso povo? É triste, infelizmente constatar que ele- o nosso povo- em sua maioria, é forrado de muito servilismo e emoldurado de muita covardia.
> Em que fica a solidariedade das classes proletárias?
> Descremos dela..."[664]

Demócrito , em artigo de 1921, desenvolve intensa crítica ao movimento operário de São Paulo em 1921. Para ele

> "O movimento operário da justamente a idéia da Teia de Penélope, a qual tecia todo o dia para desmanchar de noite o trabalho quase acabado.
> Nós também andamos a dezenas de anos labutando e esforçando-nos por construir um edifício de resistência e de educação proletária, mas, quando julgamos chegado o momento de lhe por a cúpula, sofremos o desgosto de o ver derrubado desde os alicerces até o teto: as forças associadas desagregam-se como por encanto, dispersam-se em todos os sentidos e, passados uns meses, temos de recomeçar esse trabalho modesto e inglório de chamar a

[663] Prof. C. C. “Dois pesos, duas medidas” in *A Obra*. São Paulo , 15 de agosto de 1920 .
[664] IDEM. “Pleno Absolutismo” in *A Obra*. São Paulo , 01 de outubro de 1920 .

> reunir os elementos espalhados e convocá-los novamente ao combate, a luta e a arregimentação." [665]

O movimento operário no Brasil passava por momentos de aumento do grau de lutas e momentos de refluxos, a falta de uma organização mais consistente, apontada por alguns anarquistas em vários artigos de 1921, colaborava para que o movimento não se consolidasse. Mas o problema da descontinuidade do movimento operário era culpa, para Demócrito, do próprio operário, pois, segundo o autor

> "Custa a compreender a argila de que é constituído o nosso operário. Em todo o mundo o movimento sindicalista e associativo tem continuidade, coesão, persistência e quanto mais hostilizado é, mais pujante e robusto se torna.
> Aqui, ao contrário, a prisão de meia dúzia, a expulsão de alguns que nasceram no estrangeiro, o fechamento duma sede social, produz a debandada geral, o desmoronamento da organização, o arrefecimento e a esquivança dos operários ao movimento associativo e a freqüência das sedes sociais.
> O nosso operário parece que não compreendeu ainda que se quer o seu lugar no banquete da vida tem de conquistá-lo por esforço próprio, a murro, a dente, organizando-se com os seus companheiros, amparando-se e protegendo-se mutuamente. (...)
> Por todo o orbe as hostes proletárias lutam, trabalham, combatem pelo advento duma sociedade fraternal, solidária e comunista. Do Japão a Inglaterra que suceder-se ininterrupto de greves formidáveis, de rebeliões, de insurreições !...
> O Brasil, porém, parece uma exceção a regra. Esperemos que o não seja. E, se o fosse, isso então só provaria a nossa incapacidade e a nossa inferioridade no concerto do proletariado universal"[666]

Portanto, para Demócrito, o problema era do operariado brasileiro que não conseguia demonstrar a continuidade, persistência e coesão do proletariado de outras partes do mundo. A repressão causava a debandada geral, ao contrário dos trabalhadores de outros países que quando perseguidos mais fortes se tornavam. O grande problema é de compreensão, o proletariado brasileiro não compreendeu ainda a dura realidade e que se quer transformá-la

[665] DEMÓCRITO. “Teia de Penélope” in *A Plebe*. São Paulo , 25 de junho de 1921.

só o poderia com esforço próprio, organizando-se e protegendo-se com os seus companheiros. Caso o proletariado brasileiro não provasse o contrário mostraria a sua inferioridade em relação ao proletariado de outros países do mundo.

Assim, o problema não é dos anarquistas, da forma de organização adotada , da conjuntura política, econômica e social. Transfere-se toda a responsabilidade a falta de compreensão do proletariado brasileiro, que gera por conseqüência a sua inação. Os problemas de organização apontados em periódicos anarquistas do período são simplesmente apagados em benefício da propaganda e da agitação.

Meses depois Demócrito discute o papel do sindicalismo diante do malogro da obra de organização sindical. Afirma que

> "alguns camaradas que respeito foram de opinião que o sindicalismo, tal como se tem praticado, não se adaptava as condições gerais de mentalidade do operariado brasileiro e foram de opinião que se iniciasse a organização seguindo outra marcha, vasada em novos moldes, em novas formas administrativas"[667]

Para ele, no entanto,

> "A culpa não cabe ao sindicalismo, mas aos próprios operários que lhe não seguem os métodos, nem se aplicam as atividades, nem lhe compreendem a finalidade. É isso que tem acontecido. Em todos os países os métodos sindicalistas tem triunfado e se impõe cada vez mais ao cuidado e a atenção dos proletários é que o sindicalismo vale, não pelo nome, mas pela soma de energias, de atividades e de esforços que os trabalhadores lhe dediquem.
> É um método de luta, não a luta mesma.
> Esta ha de ser realizada pelos interessados, pelos trabalhadores(...)
> Se, pois, o operariado passa de largo pela organização, não lhe dedica todos os seus ócios, não estuda os métodos e a finalidade, não convoca a sua freqüência os seus companheiros de miséria e de pena, não propaga as suas vantagens e sua inadiável necessidade em todos os lugares que se encontre, em meio aos seus pares e em meio mesmo

[666] DEMÓCRITO. "Teia de Penélope" in *A Plebe*. São Paulo , 25 de junho de 1921.
[667] DEMÓCRITO. "Ovo ou Galinha?" in *A Plebe*. São Paulo , 15 de outubro de 1921.

> dos inimigos, tão certo como ser filho de meu pai, a organização não dará nada (...)
> Os métodos poderão ser os mais apropriados e excelentes, porém, se os trabalhadores se desinteressarem do movimento associativo, não freqüentarem as suas reuniões, não prestarem o seu concurso moral e material, não assistirem as suas assembléias, não tomarem parte em seus debates, não procurarem resolver os seus problemas, nada adiantará a perfeição do método. (...)
> Parece-me, pois, que o defeito é mais dos organizados que da organização."[668]

Novamente reforça-se a opinião de que não adianta modificações organizacionais, pois quaisquer que elas fossem não resolveriam o âmago da questão, ou seja, a falta de interesse, participação, compreensão e ação dos trabalhadores. A organização mais perfeita não resolveria este grave problema que caracterizaria o proletariado brasileiro, pois o problema não é da organização, mas sim dos organizados.

E como fariam os militantes anarquistas para resolver os problemas que atingem o proletariado? As soluções são as mesmas defendidas pela maioria dos militantes anarquistas, é necessário a educação, a propaganda para as massas operárias.

> "a agitação das nossas idéias por todos os meios possíveis; pela palavra, pelo exemplo, pelo jornal, pelo folheto, pelo manifesto volante, pelo teatro, etc.
> E quando muitos operários se compenetrarem e se convencerem da superioridade de nossas idéias e da necessidade de concorrer para vê-las realizadas, eles procurarão a sua associação ou o seu sindicato, onde irão levar o concurso do seu esforço e o calor do seu entusiasmo, não como um fardo ou uma obrigação, mas como o resultado de suas arraigadas convicções, persuadidos de que é pela luta incessante, pelo esforço porfiado, pelos sacrifícios persistentes que se conquista o direito a vida e a liberdade.
> E então a organização operária será uma obra normal, continuada, sistemática, sem quedas bruscas, sem histos repentinos, sem soluções de continuidade desesperantes, como tem sido até aqui.

[668] DEMÓCRITO. "Ovo ou Galinha?" in *A Plebe*. São Paulo , 15 de outubro de 1921.

> Parece-me, portanto, mais urgente modificar a mentalidade operária por todos os meios ao nosso alcance, do que modificar o sistema de organização."[669]

Portanto, na avaliação de Demócrito, faltava a conscientização dos operários para que estes, compenetrados e convencidos da superioridade da idéia anárquica, pudessem se esforçar para a sua realização. Realizando sacrifícios, lutando incessantemente para a conquista dos objetivos anarquistas. Desta forma, não seria necessário "soluções de continuidade desesperantes", pois a continuidade viria da persuasão, da convicção, da certeza dos ideais, algo muito superior a soluções administrativas.

Outro texto, este de janeiro de 1924, volta a avaliar que a culpa dos sofrimentos do povo é dele mesmo, fazendo uma crítica ao governo que aumentou o valor do selo dos recibos e criou o imposto de renda, piorando ainda mais a carestia.

Ao povo só caberia pagar e não reclamar, o governo só se lembra dele para lhe cobrar mais taxas e impostos, mas isso seria culpa dele mesmo pois ele não se esforça para impor o respeito necessário, "dorme calmo o sono dos justos a espera que a morte o liberte de seus opressores e vilipendiadores".[670]

O texto ainda questionava se o povo não sabia que nada se conquista sem luta contínua, sem esforço permanente.

Um artigo de *O Trabalhador Vidreiro* de 1933, afirmava de acordo com a opinião dos médicos, segundo o jornal, a vida do vidreiro era um terço mais curta do que da maioria dos outros trabalhadores, por este motivo em muitos países os vidreiros trabalhavam seis horas, em algumas categorias não mais que quatro.

No Brasil isso não ocorria, mas não seria por culpa dos patrões ou da fajuta legislação trabalhista do governo. Os verdadeiros culpados seriam os vidreiros por serem tão covardes, não mandando "as favas" os Ministérios, Departamentos, os politiqueiros, por não afluírem ao sindicato e por não fazerem greves de fato e não palhaçadas.[671]

---

[669] Ibid.
[670] "Ainda sempre a carestia" in *A Plebe*. São Paulo , 05 de janeiro de 1924.
[671] "O vidro" in *O Trabalhador Vidreiro*. São Paulo , 17 de junho de 1933.

Erna Gonçalves culpava a mulher pelos males sociais enfrentados por ela. Dizia Erna que a mulher sofria nas fábricas para proteger os filhos que amam, enquanto os filhos sofriam, não tendo suas necessidades satisfeitas, sem que a mulher conseguisse diminuir este amargor.

A culpa desta situação seria das mulheres, pois só ela poderia diminuir estes males. Mas, em vez de procurar resolver a situação a mulher se ajoelhava ante os altares pedindo piedade para ela e os filhos.O barro continuaria indiferente as súplicas das mulheres, mas estenderia a mão para receber um pouco de suas riquezas.[672]

Artigo de 31 de dezembro de 1932, zombava da boataria que se espalhava de que a população de São Paulo se achava em posição paralela as mais instruídas do mundo.

Argumentava o texto que isso era romanticismo, que a população de São Paulo poderia ser considerada a mais supersticiosa, submissa, a plutocracia e a Igreja, etc., mas não instruída, pois para que ela adquirisse esta qualificação necessitaria abandonar os dogmas religiosos e aprender as teorias de Proudhon, Bakunin, Kropotkin e outros pensadores, e estes, em São Paulo, eram praticamente desconhecidos das massas salvo algumas exceções.

Porém, quando se efetuava uma luta de boxe em Nova Iorque todos sabiam, inclusive as crianças da escola.[673]

João Hernandes no texto “Organizemo-nos sem tutela” de 1933, publicado no jornal *O Trabalhador Chapeleiro*, afirma que:

> "Examinando as causas determinativas desta injustiça social, observaremos que grande parte da responsabilidade cabe a nós exclusivamente, porque até hoje, aceitando o engodo dos interessados na perpetuação do regime de exploração, temos corrido ao futebol, aos bailes, as igrejas e aos centros políticos de todos os matizes, descuidando o Sindicato que é donde de fato o trabalhador adquire consciência de si próprio, o valor de sua personalidade."[674]

[672] GONÇALVES, Erna. “A Obra Mulheres Proletárias” in *A Plebe*. São Paulo , 13 de outubro de 1934.
[673] “Onde se acha a tal instrução?” in *A Plebe*. São Paulo , 31 de dezembro de 1932.
[674] HERNANDES, João. “Organizemo-nos sem tutela” in *O Trabalhador Chapeleiro*. São Paulo , 01 de maio de 1933.

Por outro lado, ao povo era oposto o homem consciente, consubstanciado no indivíduo anarquista.Analisando o fenômeno mundial do fascismo , um texto publicado em *A Plebe* em 1933 faz a análise das multidões e como estas se entregaram ao fascismo na Itália e ao Nazismo na Alemanha.

Em oposição às multidões fascistizadas se ergueriam as individualidades morais. Vejamos:

> "Claro está que as individualidades morais constituem os diques que represam essa avalanche de paixões; e operam como agentes de reação ante essa enfermidade endêmica do mundo (o fascismo).
> O anarquismo é, neste sentido, o ideal que condensa os elementos de reação saudáveis opostos a tais transbordamentos morbosos das multidões, fáceis presas dos mais temerários aventureiros."[675]

A noção da superioridade do anarquista é reafirmada em artigo de Z. Oliva. intitulado "Pensamentos rebeldes".

"A idéia anarquista tornou-me um ser pensante. Logo um homem superior."

A idéia anarquista teria feito uma benéfica transformação na vida de Oliva que enxergaria a vida mais bela e teria uma noção clara do que é o bem e o mal, sempre cultivando o bem e repelindo o mal, afirmando assim, de forma maniqueísta a concepção anarquista.

O anarquista seria um apóstolo do bem iluminando a humanidade e combatendo o mal.Os anarquistas seriam homens convencidos da bondade do seu ideal, por causa disto seriam homens moralmente superiores e fortes pois a convicção é uma força, segundo o autor.[676]

Aldo em seu artigo "O estribilho das 'minorias'" argumenta que sempre que há um movimento de caráter social a imprensa burguesa o atribui a uma minoria de trabalhadores mais conscientes e orientados. Diz que é inegável que só uma minoria ativa é que possui a necessária constância, dedicação e persistência para enfrentar os percalços que a luta suscita no que diz respeito a atitude das autoridades e, muitas vezes, o descaso dos próprios trabalhadores.

---

[675] BALBUENA, César A. "O Fenômeno Mundial do Fascismo" in *A Plebe*. São Paulo , 16 de setembro de 1933.

Se a maioria dos trabalhadores fosse atenta há muito tempo a sociedade já haveria se transformado.

Segundo Aldo, mesmo sendo esta minoria que toma a frente nos movimentos de reivindicação, ela sempre representa as aspirações do proletariado, defendendo as necessidades que garantam a vida e o bem estar dos trabalhadores, e como os trabalhadores representam a esmagadora maioria dos cidadãos pode-se afirmar que, na verdade, esta minoria ativa representa a maioria dos trabalhadores.[677]

Vemos neste raciocínio de Aldo a posição que parte dos anarquistas assumiam em relação ao papel da minoria ativa, alguns defendendo o sindicalismo de minorias por exemplo. A maioria da população não está atenta, não quer sofrer os percalços causados pela luta. A minoria de trabalhadores revolucionários e abnegados deve então assumir o papel de iniciadores e incitadores de movimentos que defendam os interesses da maioria dos trabalhadores, pois esta própria maioria não é capaz de defender.

O anarquista representaria, neste sentido, o lado mais evoluído da população, contra a passividade do povo.

5.1.5 Moralismo e Crítica aos Costumes

Outro tema ligado a critica a postura do povo e a valorização do papel das minorias conscientes em contraposição ao povo inconsciente, era a questão da critica acirrada realizada pelos anarquistas aquelas atividades e costumes que eles consideravam “imorais”, seja com justificações baseadas na dificuldade da mobilização ou com argumentos moralistas sem justificações políticas-organizativas, e também aos costumes que geravam passividade dos trabalhadores.

Tommasini, por exemplo, afirmava que a classe dos empregados em comércio é inconsciente de seu papel, é uma classe que se achava superior as

[676] OLIVA, Z. "Pensamentos rebeldes". in *A Plebe*. São Paulo , 17 de junho de 1933.
[677] ALDO. "O estribilho das 'minorias'" in *A Plebe*. São Paulo , 24 de janeiro de 1920.

demais classes operárias e não conseguiriam ver que é fortalecendo a luta e a solidariedade que obteriam melhorias econômicas e morais.

Continua o texto afirmando que o que não permitiu que a classe dos empregados em comércio tivesse uma justa apreciação do seu papel era o preconceito. Afirma:

> "A maioria dos membros da nossa classe são imbuídos de preconceitos; de categorias de etiqueta em que o patronato tem toda a atenção e o maior interesse de conservar seus empregados, acorrentando-os ao convencionalismo, sufocando-lhes o espírito de emancipação, obcecando-lhes a inteligência, iludindo-os com fanfarronadas. Eles, por sua vez, convivendo num ambiente em que impera o convencionalismo, a frivolidade a ignorância de tudo o que se passa na vida ativa e intelectual do mundo, nesse ambiente em que prevalecem a aparência e o sofisma, as discussões de futebol, as conquistas e os gozos do baile, o hábito do meretrício, e as mil futilidades que são a negativa de um pensamento formado, de gestos altivos e empreendimentos úteis e nobres, a bem dos semelhantes; afastados de todo o ideal, de todo estudo, ignaros da evolução do pensamento e das gloriosas e sublimes idéias avançadas, concorrem para a própria opressão por parte do Estado, do Capital e do patronato por quem são também utilizados quais comparsas da politicagem, que é uma verdadeira farsa"[678]

Assim, vemos a crítica ao convencionalismo, as discussões frívolas, as futilidades que afastam o trabalhador de todo o ideal.

Outro elemento era constantemente criticado pela imprensa anarquista e operária influenciada pelos anarquistas: o carnaval.

A crítica ao carnaval era uma constante nos jornais anarquistas. Num artigo de 1920 o autor diz que os três dias de carnaval são, na verdade, a ostentação verdadeira do que é a burguesia "um regabofe e uma farsa" para o autor "não são máscaras que se põem, são máscaras que se desafivelam".

Segundo o autor, o burguês "devasso e crápula", sofre durante 362 dias do ano por causas das conveniências. Deve-se mostrar cavalheiro , um homem distinto, etc. Mas, o burguês descende do macaco e as aptidões que possuí

[678] TOMMASINI, Alfredo A. "Os Empregados do Comércio e Industrias" in *A Obra*. São Paulo , 27 de maio de 1920.

são justamente as animalescas de guinchar, pular, e é preciso que ele dê escapatória a estas tolices. O carnaval é, portanto, uma forma de se manter o equilíbrio moral do burguês.

> "Durante esses três dias que o calendário oficialmente lhe consagra, pode o burguês com toda a sem-cerimônia, sem perder a sua linha de compostura social, tripudiar sobre a miséria do povo, rir-lhe desaforadamente nas bochechas, atirar ao espaço e a poeira das ruas, reduzido a éter e a rodelas de papel, o ouro produzido pelo suor do povo e por ele burguês canalizado velhacamente em seu exclusivo proveito.
> O Carnaval é uma afronta aos sofrimentos e a miséria do povo trabalhador"[679]

Depois de tecer estas ferrenhas críticas ao carnaval, o autor apressasse a afirmar que os anarquistas não são inimigos da alegria e nem das festas. Mas a alegria defendida pelos anarquistas não pode existir na terra enquanto houver injustiças, a exploração do homem sobre o homem "enquanto o pobre morrer de fome e o rico explodir de indigestão".

Na crítica ao carnaval, realizada por Domingos Braz e publicada em 1924, o autor retoma alguns argumentos dos anarquistas que criticavam o carnaval. Diz que nos três dias de carnaval pessoas de todas as classes sociais, ricos e pobres, patrões e operários esquecem todas os antagonismos e vão, "loucos de orgia", de volúpia, parecer "habitar o melhor dos mundos", misturando-se e corrompendo-se mutuamente.

Mas, o que acontece é que os burgueses esbanjam nesta festa o dinheiro que eles extorquiram o ano inteiro dos trabalhadores, e com o consentimento e aplauso destes.

Além disso, existem proletários que guardam um pouco dos seus míseros recursos, que as vezes não conseguem nem alimentar direito o próprio filho, para poder entrar na folia no dia de carnaval.

A própria imprensa burguesa, meses antes do carnaval já o começa a divulgar, enquanto as manifestações operárias mais prementes não merecem a mínima atenção e mesmo a Igreja, com toda a sua moral, não realiza a crítica do carnaval limitando-se a chamar os fiéis na quarta-feira de cinzas.

Finaliza afirmando que se o carnaval não fosse, para ele, "antipático e repelente pela imoralidade e corrupção que representa" seria pelo simples fato de que dentro da estrutura da sociedade capitalista não há prazer possível para a grande maioria dos homens, o proletariado.[680]

O carnaval foi novamente criticado em 1934, como a festas dos escravos antigos e modernos. Os escravos de outrora eram descritos como

> "Estes, ignorantes submissos, que viviam maltratados. humilhados, explorados todo ano, tinham durante esses dias da sua festa, o minguado direito, ou antes licença, de fazer o que hoje chamamos 'das suas'.
> Compreende-se facilmente o que poderiam fazer estes pobres escravos inconscientes, com tal direito, surgido como esmola, das mãos de seus senhores (...) nunca os escravos conheceram altivez; vivendo na humilhação mais degradante, é muito natural que quando os soltassem , não culminassem noutra coisa que na mais degradante das libertinagens.
> Efetivamente o carnaval é uma festa de escravos. Continua sendo o que era há alguns séculos: o sensualismo exaltado , o instinto inocente corrompido...
> É como se uma grande manada de macacos e macacas os nutríssemos a veneno e álcool."[681]

Esta degradação demonstrada pelo carnaval tornar-se-ia mais evidente se se observasse a atitude dos anarquistas, na opinião exposta no texto. Os anarquistas eram trabalhadores de uma cultura superior, não se veriam anarquistas correr a fazer número nas loucuras carnavalescas, os anarquistas seriam simples espectadores e estudiosos do carnaval considerado como uma vergonha humanitária, seriam apenas os filósofos que se retirariam durante algumas horas para deixar passar a loucura, para seguir depois firmes e resolutos na obra de construção do futuro.

O álcool também era considerado por alguns anarquistas como sendo um problema que afastava o trabalhador da retidão e da luta, sendo uma "peste" que era o causador da desgraça de muitas famílias, da ruína dos orçamentos domésticos, a origem de crimes e cenas degradantes, etc., sendo

---

[679] SILVA, Beato da. "Após a Orgia Carnavalesca" in *A Plebe* . São Paulo , 21 de fevereiro de 1920.
[680] BRAZ, Domingos. " O Carnaval" in *A Plebe* . São Paulo , 02 de fevereiro de 1924.
[681] INTENTO, Fernando Del. "Carnaval, festa dos escravos" in *A Plebe* . São Paulo , 10 de fevereiro de 1934.

que os hospitais, cadeias e hospícios estavam lotados de criaturas "cujas avarias se pode filiar no alcoolismo pessoal ou hereditário", causando prejuízos , mortes, sofrimentos, padecimentos, dores e misérias "inenarráveis".

Segundo o texto, os capitalistas querem homens que se deixem matar estupidamente ao mando dos donos.

> "E para isso não há recurso melhor do que deixá-los embriagar-se, perder a noção de dignidade que todo o ser possa possuir, degradar a consciência, embolar o espírito, embrutecer o cérebro, petrificar a inteligência. Depois serem vitimas da guerra, da exploração, da tirania patronal, sem protesto, sem revolta, sem gritaria."[682]

O álcool era tido, em artigo de 1921, um obstáculo a evolução da humanidade, a perfeição dos homens, pois perturba a razão e a consciência dos indivíduos, tornando-os brutos e estúpidos.

Viciados pelo álcool os operários distanciam-se dos sindicatos, das bibliotecas, das escolas para passar seu tempo nos bares jogando e bebendo.

Segundo o texto, seria preciso modificar o meio social em que vivemos, mas, para isso, seria necessário que o indivíduo se aperfeiçoasse, iniciando a revolução pessoal, aperfeiçoando-se, combatendo os próprios defeitos, assim seria possível combater os defeitos dos outros.[683]

Portanto, o álcool era considerado um obstáculo para a transformação social, pois impedia a modificação do indivíduo. O centro das transformações não é a sociedade, o combate a propriedade privada, ou coisa do gênero, para este anarquista. O que se deve promover é a transformação individual, para que o indivíduo, mais próximo da perfeição, possa ajudar os menos próximos a se elevarem.

Esta visão está dentro de uma certa concepção evolucionista muito presente nos círculos anarquistas de São Paulo, centrada no aperfeiçoamento moral individual, como pré-condição da evolução.

Kropotkin, evolucionista que mais influenciou esta concepção de mundo nos anarquistas brasileiros, entendia que o próprio desenvolvimento da moral

---

[682] VILAR, M. “O flagelo do álcool- hipocrisia dos governos” in *A Plebe*. São Paulo , 21 de fevereiro de 1920.
[683] CASTRO. “O perigo do álcool” in *A Vanguarda* . São Paulo , 04 de março de 1921.

dos indivíduos estava submetida a certas regras que poderiam ser observadas em todas as espécies, não apenas nos seres humanos. Buscava a gênese do sentimento moral através da história chegando ao comportamento moral observado até mesmo nos animais, apesar de que também entendia que o espírito estava relacionado ao desenvolvimento de uma nova ética fazendo, portanto, que além de elementos coletivos de todas as espécies também o aspecto individual fosse valorizado.

Aqui em São Paulo, de acordo com as condições específicas do proletariado da cidade, a ênfase na concepção de evolução, deixou de ser da espécie, de ser avaliada do ponto de vista das relações sociais, mesmo que de uma perspectiva mecanicista, para ser entendida em termos de comportamento individual, por boa parte dos anarquistas, algo não estranho na concepção kropotkiniana. Em relação ao alcoolismo entende-se este procedimento pela preocupação que gerava nos meios associativos.

Entendia-se, principalmente num momento de refluxo do movimento operário, como o que acontecia desde 1920 prolongando-se durante o período no qual o artigo foi escrito, que o álcool era um dos principais causadores da apatia operária, da sua "inconsciência" era, portanto, um elemento, se não fosse o principal elemento, causador da falta de lutas sociais massivas.

Assim, adapta-se uma base teórica evolucionista comum não só aos anarquistas influenciados pelo pensamento kropotkiniano mas também a vários outros segmentos da sociedade, as necessidades práticas da militância. Mas também não podemos descartar uma certa "moral" dos militantes anarquistas que combatia os vícios e pregava uma postura exemplar do militante.

Em 1923 o álcool ainda era apontado como um perigo no meio operário. Argumentava-se, em um artigo de *A Plebe,* que este tóxico estava avassalando o meio proletário e que a razão disto seria a miserável condição econômica do proletariado, que não achava outra solução do que se atirar nos bares para esquecer momentaneamente suas tristezas. Os operários buscavam no álcool "matar a sensibilidade e com isso, diminuir as dolorosas impressões de seu meio ambiente."[684]

[684] PIZZUTTI, A. "Contra o Álcool" in *A Plebe* . São Paulo , 27 de janeiro de 1923.

Segundo o texto, por causa deste vício o trabalhador não buscava mais se instruir e revoltar-se contra os causadores da miséria, pois saindo da oficina ia direto ao bar deixar-se matar lentamente.

Em texto de agosto de 1920 há a afirmação de que a vida dos operários é triste e sombria e que por este motivo ela precisa de compensações para se tornar suportável e isso os anarquistas procuram, "as expansões do ânimo, os gozos do espírito". Mas os anarquistas não os procuram no álcool, bailes, futebol, etc., pois elas só podem ser encontradas no

> "estudo, no saber, na propaganda, nos trabalhos de organização do centro de cultura e resistência, na leitura instrutiva, no passeio, nas palestras amenas e cultas com os amigos e não amigos, (não nas discussões de discórdias e murmurações, horrivelmente feias) em admirar e estudar a natureza em suas múltiplas manifestações, em cuidar, educar e ilustrar a seus filhos, o que os fazem viver, em afazeres domésticos que aliviem o penoso trabalho da mulher, em combater a defeituosa organização da sociedade, em cultivar a arte, mesmo que seja só com a vista e o ouvido, em assimilar os conhecimentos científicos que os grandes sábios põem ao nosso alcance e, finalmente, em praticar o bem e combater o mal nas suas manifestações várias.
> E nisso encontram gozos inefáveis, ternuras arrebatadoras, prazeres sublimes e quanto eleva, dignifica e fortalece ao homem, que é tudo o que pode apetecer nesta vida de negruras insondáveis"[685]

Notamos que as atividades listadas neste texto como sendo as que causavam mais gozo e prazer estavam, boa parte delas, fora do alcance da maioria da população. As jornadas de trabalho extenuantes, que foram constantemente criticadas pelos anarquistas, impediam a realização da maior parte das atividades listadas, além disso, muitas se referiam ao trabalho especificamente militante, como organizar centros de cultura, centros de resistência, realizar propaganda, etc. É claro que havia uma grande idealização sobre o que deveria trazer um pouco de alívio as agruras cotidianas dos trabalhadores. Para o trabalhador comum, ou seja, não militante, era muito mais

[685] "Esclarecimentos" in *A Plebe* . São Paulo , 07 de agosto de 1920.

fácil encontrar alívio para os seus inúmeros problemas no álcool, nas festas , no futebol, do que no estudo, na militância, etc.

A enumeração das atividades que podem elevar e trazer prazer aos homens pode ser bonita e causar comoção, mas mostra-se pautada num extremo idealismo que só algumas pessoas poderiam alcançar a custo de grandes sacrifícios. Para se tornar prazerosa, boa parte destas atividades deveriam ser encaradas sob outra perspectiva por pessoas já doutrinadas na "ética" anarquista.

Também o baile foi criticado também num artigo de fevereiro de 1920. O artigo dizia:

> "Mulheres, homens e crianças, todos numa loucura insensata de uma libertinagem nojenta, revelam um estado tal de degradação moral que nos chega a provocar náuseas. É o baile esse antro de perversão que maiores exemplos dá, desse estado mórbido, de uma geração decadente e degenerada"[686]

O baile era descrito tendo cenas da mais absoluta falta de vergonha, com indivíduos de sexo diferente impudicamente entrelaçados, sem a menor observância das leis da moral.

Segundo o texto , quando termina o baile os dançarinos saiam bêbados e nas praças "aplacam a fúria da sua bestialidade" transformando o espaço público num "lupanar ao ar livre". Homens e mulheres se estrebuchavam na prática de atos libidinosos "reveladores do estado moral de uma sociedade podre e prostituída", isso seria o princípio do fim.

Neste texto a crítica ao baile, a bebedeira, ao sexo em via pública, assume um viés exclusivamente moralista. Estes seriam sinais da degradação moral da sociedade.

Para parte grande dos anarquistas de São Paulo, a preocupação moral era a prioritária na formação do homem do futuro. A grande questão é que o homem do futuro era vislumbrado, por parte dos anarquistas, tendo uma moral do "passado" na medida em que as críticas se centravam na degradação moral pela qual estava passando a sociedade contemporânea a estes textos.

---

[686] "Depois do Baile" in *O Grito Operário* . São Paulo , 04 de fevereiro de 1920.

A moral não era entendida por estes anarquistas, como um Kropotkin a entendia por exemplo, fundamentando-se principalmente na questão da solidariedade humana, mas centrava-se na questão dos costumes e da observância de padrões de comportamento valorizados, embora nem sempre praticados, pela sociedade da época.

Um texto do jornal *A Plebe* de 1921, argumentava que a mulher que se enfeitava, se pintava, era a mulher com uma baixo nível de educação e cultura. Já a senhorita ilustrada sempre mostraria um exterior severo e respeitável evitando se enfeitar com objetos que "chame a atenção e dê na vista", a não ser um brinco ou uma jóia simples, preocupando-se apenas com os cuidados de higiene que o corpo necessita.

Mesmo a prática de se passar o "pó de arroz" no rosto era criticada, pois obstruía os poros da pele causando inflamações das glândulas sebáceas.

Já "a pintura do rosto deve proibir-se em absoluto, porque as tintas que se empregam para esse fim, tem uma grande quantidade de sais metálicos, que alteram a pele e produzem efeitos lamentáveis."[687]

Em uma das críticas a postura das mulheres desenvolvidas pelo jornal *A Plebe*, havia a noção de que no domínio da moda, dos confortos e comodidades individuais as mulheres eram "desenvolvidas" e "modernas", mas quando se discutia o campo do pensamento, das idéias, as concepções das mulheres faziam coro com o que havia de mais retrógrado na sociedade, a mulher seria a base de todas as crenças mais obsoletas e irracionais, de todas as religiões fantásticas, mentirosas e atemorizadoras.

A mulher manteria de pé os templos, as igrejas e as capelas, forneceria dinheiro aos padres para que os mesmos se mantivessem e sustentassem, desenvolvendo a obra de fanatismo e embrutecimento humano. Além disso, as mulheres mandariam as crianças aos templos e as escolas religiosas, para que as crianças iludidas pelas mentiras religiosas nunca mais se libertassem ajudando a manter de pé a sociedade mentirosa e exploradora, as mulheres forneceriam os filhos para os seminários, colaborando para a formação de futuros sacerdotes mistificadores da humanidade.

[687] FISCHER, Ana. “Porque se pinta a mulher?” in *A Plebe* . São Paulo , 01 de janeiro de 1921.

Portanto, "para o conforto e vaidade pessoal é tudo que seja de moderníssimo. Em idéias, porém, adota as de há mil anos atrás, as do tempo das cavernas, tudo que é arqueológico, anacrônico, insubsistente!"[688]

O artigo "O triunfo da brutalidade" faz uma crítica ao jogo de futebol, que chama a atenção de "ricos e pobres, nobres e plebeus", que deliram de prazer diante de um chute dado na bola ou mesmo quando algum jogador quebra as canelas por erro do alvo.

Faz a crítica também da luta de boxe que coloca dois homens a se agredir, sendo que estes poderiam estar fazendo algum trabalho útil a sociedade.E as pessoas que presenciam a luta "entre as quais muitas autoridades e gente de todas as categorias, uivam, guincham, urram de prazer sádico ante os murros, os golpes e os sopapos com que mutuamente se mimoseiam os dois contendores."

De acordo com o texto, a imprensa que nunca noticiava as manifestações operárias, gastava colunas e mais colunas descrevendo com detalhes cada golpe da luta, os países paravam as suas atividades para acompanhá-la, tudo isso "para que as populações pobres não pensem na miséria que as assoberba e não se revoltem contra os seus exploradores."[689]

Na visão de Chiquinho Sorocabano, existiam três meio infalíveis de os exploradores manterem o controle sobre suas vítimas: o futebol, o padre e o político.

"Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos."[690]

Em relação a prostituição, para o anarquista Walter, ela era encarada como um fenômeno anti-natural relacionado com a pobreza, ou melhor a prostituição era principalmente determinada por problemas econômicos. A mulher seria menos forte do que o homem para suportar as agruras da vida, por isso recorreria ao meio "fácil" da prostituição.

---

[688] "Paradoxos femininos" in *A Plebe* . São Paulo , 04 de março de 1933.
[689] "O triunfo da brutalidade" in *A Plebe* . São Paulo , 13 de outubro de 1923.
[690] SOROCABANO, Chiquinho. "A trindade vigarista e uma só vítima: - O operário" in *A Plebe* . São Paulo , 28 de janeiro de 1933.

Alguns médicos e sociólogos burgueses, que nunca haviam estado na miséria, segundo Walter, afirmavam que a prostituição derivava de alguma tara hereditária, ou então preguiça e o desejo de se viver no luxo. O autor afirmava, ao contrário, que as mulheres que possuíam taras hereditárias realizavam estas taras sem a necessidade de dinheiro, apenas para "desafogo de seus males".

Portanto, se a prostituição era um mal essencialmente econômico, só atacando as suas causas ela poderia ser extirpada. Só fornecendo a mulher meios mais fáceis de ganhar o seu pão, é que a situação da prostituição poderia mudar.[691]

Retomando a crítica as festas, esta não se restringia ao carnaval, atingindo também outras festas populares. Por ocasião das festas juninas, Osíris escreveu em *A Plebe*, que a "carneirada popular" apesar das teorias morais, econômicas e científicas difundidas continuava a celebrar festejos com caráter religioso.

Mas, na verdade, o povo só participaria destas festas, para a autora, por interesses puramente carnais, pornográficos... "Os apertões, as apalpadelas, os contatos impuros não tem conta. Depois, é maneira apropriada para se encontrarem os namorados e os amantes ou de os arranjar."[692] Este trecho demonstra a preocupação eminentemente moralista da autora.

Não pretendemos, como outros autores, julgar o moralismo anarquista apenas pelo enunciado de seus discursos desvinculando-os de preocupações políticas imediatas. O alcoolismo, por exemplo, antes de ser um mal a ser combatido por questões morais, era algo que dificultava a própria organização dos trabalhadores para a luta, não podemos vincular o discurso contra o alcoolismo, portanto, apenas a uma postura comportamental ou então de como os anarquistas imaginavam o ser humano perfeito, Entendemos que, em alguns casos, esta não é a única preocupação.

Mas, esta discussão não pode ser feita em relação a este texto. Nele vemos a preocupação eminentemente e unicamente moralista da autora, o

[691] WALTER. "O fenômeno da prostituição" in *A Plebe*. São Paulo , 19 de janeiro de 1935.
[692] OSÍRIS. "O povo diverte-se" in *A Plebe* . São Paulo , 26 de junho de 1920.

que se deve evitar são os sentimentos puramente carnais, pornográficos, os contatos impuros, mas não porque isso traz algum problema específico para o trabalhador, mas sim por não ser moralmente aceitável.

Boris Fausto, por exemplo, diz que o código moral anarquista promove um comportamento ascético, buscando regular a conduta dos indivíduos, estabelecendo desde normas alimentares, incentivando o vegetarianismo, até combatendo o álcool.

Para o autor a crítica anarquista possui um moralismo de cunho religioso "onde o impulso sexual tem a marca do impuro, associado no caso da mulher ao fantasma da prostituição".

Esta atitude dos anarquistas brasileiros se assemelhava para Fausto, retomando a Hobsbawn, aos anarquistas andaluzes, que rejeitariam o mundo do "mal", imediatamente representado pelo álcool, fumo, promiscuidade, etc. , sendo que esta postura antes de ser revolucionária estava mais para milenarista. "Tentaram assim viver aqui e agora seu restrito milênio cuja extensão à sociedade sentiam ser uma tarefa para várias gerações", através do reforço do seu pequeno grupo de eleitos.[693]

Esta postura descrita por Fausto fez parte da prática cotidiana, ou pelo menos da intencionalidade, de parte dos anarquistas de São Paulo. A extensão deste moralismo na prática concreta é difícil de ser precisada, só podemos ter uma noção aproximativa através dos textos produzidos concitando os militantes e a população a assumir uma postura exemplar perante a sociedade, de acordo com o estabelecido pela moral anarquista e pelas exigências de luta dos trabalhadores que poderiam ser perturbadas com o seu desvio para atividades que o iludissem tirando-os do verdadeiro caminho da luta de classes.

O que podemos ter uma noção mais clara, de acordo com o material por nós pesquisado, é que esta não era uma prática unânime nos meios anarquistas, embora fosse muito difundida,chegando a gerar até crítica de parte dos anarquistas aqueles que consideravam que os militantes tivessem que ser quase heróis.

[693] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, pp. 89-91

Além disso, quando Fausto, retomando Hobsbawn, faz a comparação com os anarquistas andaluzes, temos que ter em vista que estes foram mais influenciados, por situações particulares que não desenvolveremos aqui, pelo anarquismo comunista kropotkiniano, com a sua visão evolucionista e harmônica de um futuro quase perfeito, garantido pelo excesso de produção, pelo pouco trabalho, etc., idéias que eram difundidas pelos anarquistas que como apóstolos viajavam pelo campo espanhol pregando a palavra anarquista. Algo muito diferente da influência anarquista bakuniniana encontrada em Barcelona, onde os aspectos organizativos do movimento dos trabalhadores, se sobressaíam em relação à visão "religiosa" de mundo dos anarquistas "kropotkinianos".[694]

Jardel Dias Cavalcanti também afirma que o discurso anarquista é marcado por uma moralização traduzida na defesa dos padrões familiares do modelo sexual burguês e na censura as formas de lazer e vício considerados como práticas imorais, formas de degeneração, visando desviar a classe operária da sua via revolucionária.

Para nós, o aprofundamento da questão das relações familiares e sexuais anarquistas, nos levaria a uma discussão sobre o papel da família burguesa, sobre as tentativas e a possibilidade de se formar "ilhas" de relações não burguesas dentro da sociedade burguesa, tendo alguma efetividade para se formar outro padrão de relações ou apenas como uma negação afirmativa do padrão já existente, etc.

O fato é que ao se defender o casamento "livre" entre os anarquistas, sem a necessidade de sanção contratual ou religiosa, a união através do amor e não por interesses materiais familiares, etc., negava-se concretamente parte das relações instituídas mesmo que não se atingisse o cerne do problema, fazendo com que principalmente as mulheres estivessem em uma posição difícil em relação ao restante da sociedade, sendo muitas vezes consideradas pervertidas ou coisas do gênero por não estarem casadas oficialmente mesmo tendo filhos. A pressão da sociedade sobre esta forma de

[694] ver em: LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y El Poder, 1868-1969.* Madri, Espanha, Ruedo Ibérico, 1972.

relacionamento já era muito grande para ser enfrentada individualmente principalmente para as mulheres. O próprio Cavalcanti diz:

> "podemos constatar que os anarquistas foram os primeiros, no Brasil, a clamar pela liberdade sexual, pelos direitos da mulher e pela igualdade de direitos entre os sexos"[695]

Outra questão é que ao criticar os desvios das relações familiares defendidas pela sociedade burguesa, os anarquistas procuravam pôr a nu as contradições desta mesma sociedade que em seus discursos pregavam uma certa moralidade e praticavam atos inversos, assim poderiam construir uma auto-imagem muito mais coerente do que a que de fato acontecia com a sociedade burguesa.

Já o combate aos vícios tinha em alguns textos um viés eminentemente moralista , mas em outros uma preocupação organizativa e de denúncia contra o desvio dos trabalhadores da luta, desta forma não podemos analisar estes textos de acordo com uma única perspectiva.

A moral entendida como algo comum as várias espécies animais, como em Kropotkin, também foi debatida nos jornais anarquistas. Antonio da Costa, por exemplo, busca o sentimento moral, não apenas no homem, mas também nos animais. Para ele:

> "Para perscrutar a origem do sentimento moral não devemos apenas remontar a época das cavernas lacustres, onde vivia o homem primitivo; mas ir até o final das camadas do mundo animal, onde os instintos da solidariedade, do amor e do apoio mútuo estão bastante desenvolvidos" [696]

Segundo ele, não se deve confundir moral com religião, pois a moral é fruto de uma longa evolução, é a correlação de sentimentos que se desenvolveram a cada geração. Já a religião para impor-se utilizou alguns preceitos morais desenvolvidos por alguns indivíduos, "ela usurpou, plagiou esses conceitos e deles fez sua divisa, para triunfar."

---

[695] CAVALCANTI, Jardel Dias. *Os anarquistas e a questão da moral (Brasil 1889/1930).* Campinas, Cone Sul, 1997, p. 75

[696] COSTA, Antonio da. "Moral e Religião" in *A Plebe* . São Paulo , 25 de fevereiro de 1933.

Continua afirmando que, a moral é o esforço em harmonizar o interesse individual com o interesse coletivo, a moral varia conforme as necessidades humanas, ao contrário da religião que é estática, neste sentido a moral é renovadora. [697]

Vemos neste sentido, a influência clara dos conceitos desenvolvidos por Kropotkin e também por Faure, cujos textos foram largamente difundidos no período, na formulação e defesa da moral como código de conduta renovador que seria constantemente utilizado posteriormente para se estabelecer as regras que a sociedade, através de instituições como a Igreja, adotaria.

5.1.6 A Intransigência e a Tenacidade Anarquista

As questões por nós trabalhadas entrelaçam-se formando uma concepção de mundo coerente, não estabelecida de acordo com a vontade e o arbítrio do pesquisador, mas de acordo com as especificidades do próprio objeto de estudo.

Trabalhamos a concepção evolucionista e cientificista mecanicista de boa parte dos anarquistas brasileiros, buscamos demonstrar como esta concepção estava ligada a noção de conscientização das massas, como a propaganda anti-religiosa estava relacionada com esta estratégia de conscientização, relacionamos a crítica ao povo com a noção de anarquista mais evoluído do que a maioria do povo, portanto, mais consciente, e relacionamos os aspectos moralistas do pensamento anarquista justamente com esta crítica ao povo e com a valorização de uma postura moral como espécie de prefiguração da sociedade futura, consubstanciada na atitude individual dos anarquistas, mesmo que se encontrassem, inconscientemente, submersos, de fato, nas mesmas preocupações “morais” que procuravam combater.

Outra questão que entendemos ser importante, relacionada com as que apontamos é a defesa da postura quase heróica e voluntarista dos anarquistas, defendida como algo essencial sem o qual a transformação social não poderia

[697] COSTA, Antonio da. “Moral e Religião” in *A Plebe* . São Paulo , 25 de fevereiro de 1933.

ocorrer, e responsável, entre outras coisas, pela facilidade encontrada pela repressão para dizimar algumas das principais lideranças anarquistas. Além disso, a defesa da intransigência moral dos anarquistas, tema relacionado ao tópico anterior, também aparece neste momento como relacionada à postura intransigente defendida por parte dos anarquistas. Outro ponto que merece ser destacado é a visão quase religiosa que os anarquistas possuíam do anarquismo.

Para explicitar os pontos levantados acima vamos expor alguns textos, sobre diversos temas diferentes, que tinham como proposta comum o aumento da intransigência e da firmeza de caráter e postura dos militantes anarquistas, além do aumento da sua tenacidade na luta.

Neste sentido, Raimundo Reis começa seu texto, “A Lei celerada” , publicado no semanário *A Obra* em 1920, citando uma passagem do texto de Tolstoy *Ressurreição* em que um dos revolucionários ao ver um oficial espancar um preso na Sibéria, chama a atenção do oficial para a injustiça que acabava de cometer e o chama de miserável.

Afirma na seqüência que são estes homens de caráter que fizeram a Revolução Russa triunfar, assim como o cristianismo conseguiu absorver o Império Romano pela força de sua convicção.

No Brasil onde

> "alardeiam ser um país democrático e católico por excelência, os novos cristãos, os anarquistas, aqueles que hoje pregam em toda a sua pureza as doutrinas de Cristo, vão ser de novo perseguidos como o foram nos criminosos tempos de Nero (...) O Congresso da República Brasileira vai por em vigor no século XX um código penal redigido por Torquemada"

Continua seu texto alertando aos brasileiros de boa fé para que não deixem a lei Adolpho Gordo ser aprovada, apelando ao protesto destes brasileiros e conclui:

"Que, apesar de tudo, os apóstolos dos novos ideais de redenção humana saibam ser como os primitivos cristãos, afirmando diante dos pretorianos modernos a sua fé a sua confiança na vitória dessa fé"[698]

Em um contexto no qual a lei de perseguição aos anarquistas estava para ser aprovada pregava-se a tenacidade individual dos anarquistas como principal elemento de resistência às opressões.

Florentino de Carvalho no seio de sua polêmica contra o deputado Maurício de Lacerda em 1920, reafirma a defesa da irredutibilidade dos anarquistas em relação aos seus princípios.

> "O nosso empenho constante está em elevarmos, tanto quanto possível, o nosso nível moral. A nossa hombridade não pode declinar em nenhuma circunstância, em nenhum momento da nossa vida."[699]

Martim Garcia afirmava em artigo de 1920: "O destino de uma sociedade reside no próprio indivíduo; modificando-se o indivíduo, modifica-se a sociedade." Com semelhante concepção não nos admira a cobrança pela "coerência" nas posturas individuais, cobrança enorme para que o indivíduo pudesse suportar sem se transformar em um militante "doutrinário" e, as vezes, fanático[700]

Florentino de Carvalho em artigo de dezembro de 1920 afirma que as idéias anarquistas são incomparáveis, que se impõem pela sua eloqüência, e que ante ela todos os outros postulados baqueiam.

Mas, os adversários, com melhores meios, conseguiriam dar mais publicidade as suas concepções fazendo com que os anarquistas, mesmo tendo a razão, fossem ignorados por boa parcela da população. A voz dos anarquistas é muito débil porque estes não contam nem com organização, nem com escola, bibliotecas, imprensa...

Para Carvalho, os anarquistas careceriam de meios de ação e propaganda, estão dispersos, não se conhecem. A grandeza dos ideais anarquistas exigiria uma ação enérgica, um esforço titânico para chamar

---

[698] REIS, Raimundo. "A Lei celerada" in *A Obra* . São Paulo, 27 de maio de 1920.
[699] CARVALHO, Florentino de. "Cada qual no seu elemento- afirmação de princípios" in *A Plebe*. São Paulo, 10 de julho de 1920.
[700] GARCIA, Martim. "A Evolução Social" in *A Plebe*. São Paulo, 23 de outubro de 1920.

atenção das massas. Entre os anarquistas não faltavam elementos para esta tarefa, mas era necessário que eles se unissem, vivendo a vida de gladiadores pelo ideal,

> "empolgados pelo entusiasmo coletivo, pelo exemplo da audácia, do sacrifício, do amor pela nossa causa.
> É preciso que ninguém fique covardemente detrás da porta espiando os que marcham, resolutos, a caminho da vitória"[701]

Ricardo Benassi, preso, em 1920,[702] declarou numa carta escrita aos companheiros de São Paulo com data de fevereiro de 1920:

> "Eu que ontem apenas simpatizava com este ideal sublime, hoje amo-o como é possível amar-se em extremo, e mais do que nunca estou convencido que ele triunfará, custe o que custar.
> A prisão porque passei servira-me de estímulo, conforto e incentivo para continuar a luta.
> (...)
> Tenho a vontade, a coragem necessária para, no dia da Revolução Social, que será breve, de empunhar na mão esquerda o negro pendão da Anarquia e na mão direita uma carabina para o triunfo das nossas idéias, ha muito achincalhadas, e tombar duma vez para todas, o regime de arrojo da burguesada"[703]

Assim, a própria prisão era considerada por Benassi um elemento que aumentou a sua convicção e a sua firmeza na luta, que seria feita a partir de então com muito mais força e audácia.

Virgílio de Souza declarava em 1921 que os homens morrem mas as idéias ficam e que, por este motivo, era preciso que a mocidade não se desanimasse com os perigos que correm ao fazer a propaganda anarquista.

A luta desenvolvida contra os medrosos, indiferentes, parasitas, exploradores seria mais tarde recompensada com o advento da Anarquia, graças ao trabalho e propaganda dos anarquistas.[704]

---

[701] CARVALHO, Florentino de. "Pela Organização da Legião Libertária" in *A Plebe*. São Paulo, 18 de dezembro de 1920.
[702] Encontrou José Righetti nas paragens do Rio grande do Sul, também preso em São Paulo.
[703] BENASSI, Ricardo. "A voz de um deportado" in *O Grito Operário* . São Paulo, 03 de março de 1920.
[704] SOUZA, Vírgilio. "A Anarquia" in *A Plebe*. São Paulo, 06 de maio de 1921.

Em um dos artigos do jornal *A Plebe*, declarava-se que o problema não era a falta de camaradas conscientes, mas sim a falta de dedicação na ação. Sempre existiam desculpas para não agir, para não realizar a obra de propaganda necessária, principal forma de ação defendida no texto. Assim havia a afirmação que

> "São muitos , entre nós, os camaradas capazes e conscientes. São porém pouquíssimos os que militam conscienciosamente, os que trabalham com esforço e energia constantes na obra revolucionária. Devemos confessá-lo sem rebuços: reina em nosso meio, a inércia, a apatia, a preguiça, a falta de vontade... e o medo, pelo menos, o medo ao incomodo. (...)
> Já sabemos das mil desculpas e evasivas... Este tem uma família enorme, dez filhos, a mulher, a sogra, uma cunhada viúva, vários gatos, cachorros e canários a sustentar e a proteger. Este outro sente-se cansado e fatigado do esforço feito... ha dez anos passados. Aquele não tem mesmo tempo: vai casar-se em breve e esta a construir o ninho onde pretende criar uma dúzia de pimpolhos. E assim por diante.
> Ora, feitas as exceções razoáveis todos esses sabidíssimos motivos são muito precários e não justificam a inércia de quem se diz e se tem na conta de *revolucionário consciente*. Nós entendemos que os únicos revolucionários conscientes dignos dessa honra são aqueles que militam continuamente na propaganda. O resto é conversa fiada. (...)
> O que mais falta em nosso meio é o espírito de sacrifício. Cada qual trata de se acomodar o melhor possível na vida e fica a espera que a revolução caia do céu (...)
> As associações de classe, os grupos de estudo e de propaganda, a difusão dos nossos periódicos, a divulgação dos nossos folhetos e livros, e mil outras tarefas menores e maiores aí estão reclamando o esforço de todos.
> O que sobretudo se torna necessário e indispensável é a tenacidade, a continuidade, a perseverança."[705]

Este texto da coluna, “Entre nós”, repercutiu e no número seguinte havia uma resposta concordando sobre o que havia sido escrito. Dizia o texto que

> “aquele que não tem ânimo para sacrificar duas ou três horas de repouso por dia e aproveitá-las, de qualquer forma, numa tarefa em prol da propaganda, aquele que é incapaz

[705] “Entre Nós” in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro, 11 de junho de 1921.

> de abolir o fumo, a bebida, o cinema, e outras diversões ou vícios pelo menos completamente inúteis, e empregar na propaganda as economias daí resultantes; aquele que tem sempre na ponta da língua mil pretextos para excusar-se a tal ou qual encargo ou ocupação da propaganda; a esses assim- e formam legião entre nós, digamo-lo com franqueza- a esses considero-os ou meros diletantes, e nunca *militantes revolucionários* dignos desta honra"[706]

Portanto, sem sacrifícios do indivíduo seria impossível ser militante revolucionário. Como acontecia constantemente, os problemas recaiam na falta de dedicação do militante que não se sacrificava como deveria, de acordo com o pensamento de alguns dos propagandistas anarquistas.

O mesmo texto afirma que, além de uma tenacidade maior faria parte da solução abolir alguns vícios que impedem o militante de se dedicar mais a tarefa revolucionária, o fumo, a bebida, "outras diversões ou vícios pelo menos completamente inúteis" , seriam perniciosos para o trabalho revolucionário na medida que trariam preocupações desnecessárias aos militantes e na medida em que eles gastassem seus parcos recursos nestas atividades que não trariam benefício algum para os trabalhadores.

Para demonstrar boa vontade na obra revolucionária, o militante ainda disse o que faria. No mesmo artigo escreve:

> "De minha parte resolvi consagrar *A Plebe* no mínimo três horas diárias de esforço. Eu fumava, e deixo de fumar; ia ao cinema diariamente, e deixo de ir; além de me não prejudicar em nada- ao contrário- realizo só com isso uma economia de 9$000 por semana. Economizarei noutras coisas mais 3$000 por semana, e farei assim uma economia semanal de 12$000 que, a começar desta semana, entregarei ao administrador deste jornal."[707]

Em um artigo intitulado "A força das Idéias", Pinho diz que em alguns momentos observadores notam a errônea forma de organização social e os males que ela acarreta, procurando, de acordo com o conhecimento obtido, convencer as outras pessoas de que seria melhor transformar as bases da sociedade existente por outras que não permitissem que esta situação se

[706] "Entre Nós" in *A Plebe*- provisoriamente Rio de Janeiro , 18 de junho de 1921.
[707] Ibid.

perpetuasse. É recebido então com indiferença e repulsa por parte do povo que vive na ignorância.

Mas, segundo Pinho, em alguns momentos a luz invade a vida das multidões e elas percebem a verdade da palavra daqueles abnegados e sacrificados observadores e colocam em prática, simplificando e tornando vivas aquelas idéias defendidas por poucos homens.[708]

Assim, o que importa de fato é que os homens que alcançaram a compreensão da verdade, a verdadeira idéia, se mantenham firmes em seus postos, dedicados e abnegados, para que nos momentos de explosão popular as massas possam encontrar a verdadeira orientação na perseverança destes poucos homens.

Artigo de Ida Fontes de 1929 nos possibilita ter uma noção clara do grau de exigência esperado pelos anarquistas em relação a cada um de seus militantes. Dizia a autora:

> "(...) Mas ao anarquista não é dado o direito ao desalento. Nega-lho a magnitude do seu ideal. A dor grava-lhe sulcos profundos na fronte, a amargura faz-lhe crispar os dedos em desespero, mas deve dominar-se e seguir sempre para a frente, porque para ele deter-se é abandonar-se; desanimar é claudicar.
> A grandeza e superioridade de suas idéias colocam-no em um círculo de ferro, dentro do qual deve sustentar uma luta gigantesca, quase sempre superior as suas forças, mas a qual só poderá fugir pela renúncia.
> É por isso que eu senti sempre uma profunda veneração por aqueles que permaneceram em seus postos, depois de 20 e 30 anos de militância libertária. São grandes, são heróis, são sublimes !
> Convém reconhecer, entretanto, que os anarquistas não são piores que o resto dos mortais, e até creio o contrário. Mas o ambiente anarquista exige de seus componentes uma perfectabilidade que está fora das possibilidades humanas, pelo menos no regime atual. (...)
> Somos demasiado exigentes uns com os outros. Exigimos dos outros mais do que eles podem dar e mais do que nós próprios damos.
> Dominados por um grande receio de ser incoerentes - receio que a vezes assume proporções absurdas-, tornamo-nos ingratos e cruéis. No receio verdadeiramente religioso de

[708] PINHO. " A Força das Idéias" in *A Plebe*. São Paulo, 01 de setembro de 1923.

> que a razão seja a única a governar nossas vidas, impomos brutalmente silêncio ao coração e até mesmo a consciência".[709]

Esta postura que Ida Fontes criticava nos círculos anarquistas estava em acordo com o defendido por Sebantian Faure, um dos militantes anarquistas mais lidos em São Paulo, que afirmava:

> "E, contudo, em frente a multidão que vive numa desolada inconsciência, nós somos apenas um punhado de indivíduos.
> Mas, com o ardor de nossas convicções, com a constância de nossos esforços, suprimos o número."[710]

Neste sentido, a exigência para que os militantes fossem os mais perfeitos, algo que estaria até mesmo longe das possibilidades humanas, era a pré-condição para que os indivíduos conscientes pudessem suprimir a postura da multidão dos inconscientes.

Uma carta de Eliseé Reclus publicada em 1933 possui um ponto de vista em acordo ao da maioria dos anarquistas de São Paulo que predicavam sempre o máximo de dedicação dos homens de boa vontade na realização da propaganda para que a sociedade se desenvolvesse livre, a partir de baixo, também demonstrava a tendência a relacionar o desenvolvimento da sociedade anarquista com a própria evolução da natureza, de forma mecânica. Dizia Reclus:

> "A revolução será feita sobretudo de baixo, pelos homens cuja a gravitação natural é para um estado novo. (...) [A revolução] se fará por acomodação natural dos homens ao seu meio normal (..)
> Sempre a revolução se fez em baixo. Nos de cima, as idéias e as afinidades pessoais encontram-se em luta; nos de baixo estão de acordo. Daí haver neste uma enorme superioridade de forças. (...)
> O que temos a fazer durante esta vida de um dia, é dizer com honestidade e simplicidade o nosso pensamento e incitar com todas as nossas forças a realização do que nós julgamos ser a verdade (...) ou nós podemos realizar esse

[709] FONTES, Ida. "Aqui, entre nós..." in *Acção Direta*- Rio de Janeiro, 10 de abril de 1929.
[710] FAURE, Sebastian. "Libelo contra as Instituições sociais" in *A Plebe*. São Paulo, 21 de janeiro de 1933.

> sonho para toda a sociedade, e nesse caso devemos trabalhar com energia; ou só podemos realizá-lo para um pequeno número, e, nesse caso, ainda devemos trabalhar. Porque se não há de fazer desabrochar um pequeno oásis de paz, de respeito mútuo, de igualdade, no meio do deserto imenso?
> É pelo caráter pessoal que se faz a verdadeira propaganda. As menores idéias expostas por impotentes ou fracos parecem destituídas de importância e de virtude. Cabe-vos a vós pô-las em relevo, fazê-las acolher com simpatia, dado o ímpeto da vossa coragem, a elevação do vosso pensamento e a dignidade da vossa vida."[711]

Este aspecto de sacrifício do pensamento de Reclus já era apontado por Bakunin que o considerava profundamente religioso, em um texto em que cita Reclus. Já Emílio Costa, num livreto sobre Reclus, reafirmava o fundo "religioso" do pensamento de Reclus , "tomando este termo no sentido dum profundo e inabalável sentimento de cumprimento do dever."[712] Algo que o autor afirma levando em conta as próprias palavras de Reclus que afirmava:

> " Sem dúvida, considerais-me um ser religioso, porque sabeis que eu tenho a noção do dever, e que toda a minha ambição é cumpri-lo (...) Se trabalho para ser bem senhor de mim, é para servir os outros, e se me empenho em ser forte, é para poder dedicar-me o mais possível, visto que tudo tendo recebido dos outros, tudo lhes devo restituir"[713]

Portanto, percebemos a aceitação da autoqualificação como "religioso", por alguns anarquistas brasileiros , desde que se entendesse por este termo aquele que tem a noção do dever e que ambiciona cumpri-lo.

O anarquista assim era descrito em um artigo de 1935:

> "o anarquista é aquele que ama o belo, que ama o próximo e que ama a ciência. O anarquista é o pensador de todos os tempos; o que concebe mais além, e que após ter concebido uma idéia que julga justa, não trepida em sucumbir pelo triunfo da idéia concebida. O anarquista é aquele que sacrifica pelos oprimidos; o anarquista é o homem que não

[711] RECLUS, Eliseé. "Como falava um sábio" in *A Plebe*. São Paulo, 16 de setembro de 1933.
[712] COSTA, Emílio. *Élisée Reclus- Uma figura moral*. Lisboa, Seara Nova, 1933, pp. 19 e 20
[713] apud. COSTA, Emílio. *Élisée Reclus- Uma figura moral*. Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 20

> teme enfrentar a adversidade quando é necessário fazer uma afirmação de caráter."[714]

Um exemplo entre tantos outros pode nos dar a noção mais exata de como esta defesa da intransigência e da postura heróica dos anarquistas se concretizava na prática.

Alfredo Chaves se fez anarquista já no Brasil por volta de 1927. Informações de 03 de março de 1932 notificam que operários sapateiros entraram em greve no estabelecimento que Alfredo Chaves trabalhava. O industrial disse que o local de trabalho deveria ser limpo pelos próprios sapateiros, Chaves se recusou a isso e foi demitido, em reação todos os operários entraram em greve (3 no total) impedindo que outros fossem trabalhar em seus lugares, o industrial tinha muitos operários que trabalhavam em casa.

Alfredo Chaves, mais Francisco de Simoni, velho anarquista, mais Francisco Spozato foram chamados a comparecer a Delegacia de Ordem Política e Social. Chaves nesta se rebelou, demonstrando sua valentia, assim como em outros momentos. Quando havia acabado de ser solto passou a dizer para que os policiais ouvissem que continuaria na sua posição altiva e anarquista de antes. [715] Sem levar em conta espécie alguma de represália que o pudesse atingir.

Sobre a visão quase religiosa que alguns anarquistas possuíam do anarquismo temos alguns textos que podem colaborar para que formemos uma visão mais exata de como esta visão estava relacionada com o ideal mobilizador e que garantia a "fé" anarquista, único elemento que garantiria a intransigência e a tenacidade dos anarquistas.

Parte significativa dos textos publicados na imprensa anarquista encarava a "Anarquia" num sentido religioso, alguns utilizando um linguajar científico evolucionista, outros apenas aspirações utopistas.

Este foi o caso de um artigo publicado em *A Plebe*, em julho de 1920, não por acaso o artigo se intitulava "Anarquia, Sal da vida". Para o autor a

---

[714] Grupo de Homens Livres "O que somos e o que queremos" in *A Plebe*. São Paulo, 08 de junho de 1935.
[715] *Prontuário 1465 - Alfredo Chaves* folha 3 DEOPS/SP, DAESP.

> "Anarquia é o apogeu de todas as liberdades, é a cúpula do edifício universal da justiça integral, é o fecho dessa abobada imensa de luz e de verdade sob a qual se reunirão num dia bem próximo todas as raças e todos os homens livres, livres de todas as tutelas degradantes e de todos os preconceitos egoísticos e patrióticos, todos unidos para o trabalho em comum e para o entendimento e concórdia universais, esquecidos as rivalidades odiosas dos interesses egoístas, das diferenças de casta, de cor e de língua que os exploradores de todos os tempos e lugares alimentaram durante séculos sem conta para melhor tosquiar o imenso rebanho de infelizes e incontentes.(...)
> Todos os homens insignes e de boa vontade que nos antecederam nesta cruzada sublime e neste palco imenso que é o mundo e se esforçaram por melhorar a sorte da humanidade nos domínios da ciência, da arte, da filosofia ou da economia, podemos considerá-los nossos precursores, nossos mestres, e honrando-nos por tão boa companhia seguir-lhe-emos os passos na medida de nossas forças físicas e mentais"[716]

Podemos observar nesta passagem a descrição religiosa-utopista da Anarquia, "o apogeu de todas as liberdades", "a cúpula do edifício universal" são algumas das designações utilizadas. Estas descrições se aproximam de um certo ideal de sociedade perfeita produzida por parte da literatura anarco-comunista, ainda mais se levarmos em conta a continuidade da descrição quando se passa da descrição da sociedade perfeita para os precursores dos anarquistas, ou seja, todos aqueles que colaboraram para melhorar a sorte da vida da humanidade.

E o texto ainda valoriza a vertente que considerava o anarquismo presente na evolução inteira da humanidade, não necessariamente como conjunto coerente de uma doutrina, mas como aspirações anarquistas e finaliza:

> "Sem os anarquistas de todos os tempos não teria havido evolução nem progresso, nem transformação social"

[716] "Anarquia, Sal da vida". in *A Plebe*. São Paulo, 17 de julho de 1920.

Em artigo do jornal *Alba Rossa* de 1922, afirma-se que os anarquistas só devem obedecer a suas convicções ideológicas, pois

> "A *Anarquia* única concepção filosófica do pensamento humano, deve ser implantada no mundo para a salvação da humanidade (...)
> A história nos demonstra que a humanidade evoluindo caminha para o aperfeiçoamento. E isto é inegável. É dever pois de todos os verdadeiros anarquistas, por de lado todas as mesquinharias partidárias para elevar bem alto o grandioso *Ideal Libertário* (...) clareza nas nossas exposições de idéias, elucidação completa das nossas aspirações, e mais de tudo firmeza nas nossas convicções."[717]

Todo o trabalho de propaganda anarquista, a preocupação em unir as diferentes correntes ou as diferenças "mesquinhas" de opinião estaria a serviço da magna obra de salvar a humanidade do holocausto final, fazendo-a caminhar para um nível superior, mais elevado de evolução, algo não permitido pela atual organização social vigente. O viés salvacionista mostra-se claro, o anarquismo é visto como uma espécie de religião por este articulista.

Todos os temas até aqui trabalhados neste capítulo, derivam de um fundo comum anarquista comunista, com ênfase no aspecto cientificista e, até mesmo, espontâneo da consecução da nova sociedade, embora alguns aspectos do voluntarismo e da ação ardorosa tenham relações com esta concepção de anarquismo. Tudo isso que expomos tem muita relação com a matriz teórica anarquista baseada em Reclus, Kropotkin e mesmo Faure, o anarquismo comunista. O que devemos fazer neste momento é trabalhar com os postulados de outro anarquista comunista que muito influenciou os anarquistas de São Paulo e suas concepções, Errico Malatesta.

Optamos em trabalhar as polêmicas estabelecidas entre os anarquistas influenciados por Malatesta e alguns anarquistas influenciados por aspectos do pensamento kropotkiniano, embora muitas vezes as diferentes concepções destes anarquistas aparecessem dentro de um mesmo grupo de anarquistas, em um tópico separado por entender que a explicitação de algumas

[717] REBELDE. "Em torno da Revolução Russa" in *Alba Rossa*. São Paulo, 10 de janeiro de 1922

divergências podem colaborar para que possamos compreender as diferentes correntes anarquistas de São Paulo, as suas estratégias, postura, ação, etc.

5.2 Anarquismo Malatestiano e as Polêmicas Anti-Organizacionistas

O anarquismo comunista de Malatesta também influenciou em grande medida a ação e as concepções dos anarquistas de São Paulo, Muitos textos deste autor foram publicados pela imprensa anarquista e operária. A maioria destes textos eram traduções de artigos publicados em jornais de outros países nos quais Malatesta buscava demonstrar de forma didática as suas concepções , facilmente apreensíveis para os militantes anarquistas. Também alguns dos seus livros, parte deles diálogos com finalidade didática de exposição da doutrina anarquista, foram publicados no Brasil.

Um artigo publicado em 1934, dois anos após a morte de Malatesta, nos dá a clara noção da importância de Malatesta para os círculos anarquistas brasileiros. Entendemos que, para melhor compreender esta importância, é melhor transcrever uma parte grande deste artigo, que acaba pontuando a influência de Malatesta:

> "Ele era o nosso melhor mestre, que todos amavam como a um pai; era o nosso mais caro amigo, e a sua perda é para nós enorme. Com a morte de Errico Malatesta perdeu o anarquismo o seu melhor propugnador, e num momento em que os acontecimentos políticos dele precisavam mais do que nunca.
> Ele era o nosso ponto de apoio, nos momentos críticos era o nosso orientador, que sabia mostrar-nos o caminho a seguir, sem a menor hesitação. (...)
> Ele tinha as idéias mais claras e profundas de Pitr Kropotin, e os pensamentos titânicos de Mikhail Bakunin.
> A Malatesta cabe o mérito, assim como a Carlo Cafiero, de haver sabido concretizar o sindicalismo libertário. Mesmo antes de Kropotkin, com Cafiero, começaram a chamar-se comunistas anarquistas, abandonando, assim, a denominação um pouco elástica de coletivismo, usada até as definições bakuninianas. (...)

> Como Bakunin, queria ele imprimir a revolução todos os caracteres libertários. Somente seguindo o caminho da liberdade se pode chegar ao verdadeiro socialismo - a anarquia. Por isto, Malatesta, ao lado de Bakunin devia ser um 'voluntário'. (...)
> Os artigos melhores de Errico Malatesta são, talvez, aqueles que tratam da organização e da violência. Ele resolve esses problemas com uma precisão que só uma poderosa inteligência pode fazê-lo (...)
> Nós o amamos e adoramos como pai e como mestre; por todo o bem que nos queria, por tudo aquilo que fez e deixou pela idéia, hoje, ainda mais do que ontem, lhes somos intensamente reconhecidos".[718]

Mesmo considerando que o texto foi escrito em homenagem a Malatesta e que alguns aspectos da influência deste no anarquismo brasileiro possam ter sido exagerados, entendemos que o essencial está assinalado neste texto.

Malatesta poderia ser considerado uma espécie de guia. Muitos dos seus textos foram publicados na imprensa anarquista e operária influenciada pelos anarquistas. Normalmente eram análises sucintas e claras sobre temas que exigiam um posicionamento político. As relações entre anarquismo e sindicalismo, o papel da violência, a importância da organização, etc. Entendemos que muitos anarquistas que atuavam nos sindicatos, assim o faziam graças as proposições de Malatesta (como procuraremos demonstrar a seguir) e não por serem anarco-sindicalistas, pelo contrário, se levarmos em consideração a distinção estabelecida pela maioria da historiografia em relação as correntes anarquistas, os anarquistas de São Paulo partidários da ação sindical, seriam, em boa parte, anarquistas comunistas.

Por exemplo, um texto de Neno Vasco publicado em vários números de *A Plebe* em 1935, afirma, referindo-se ao anarquismo no Brasil da primeira década do século XX, que a corrente predominante no anarquismo brasileiro era a anarquista comunista e que esta corrente entendia ser de suma importância a participação no movimento operário, como ação reivindicadora e

[718] N. G. "Dois anos após a morte de Errico Malatesta" in *A Plebe*. São Paulo, 07 de julho de 1934.

como campo para a propaganda.[719]E essa era justamente a postura de Malatesta.

Um manifesto publicado no jornal *A Plebe* de março de 1922, "Anarquistas no momento presente", baseava suas proposições em Malatesta e buscava restabelecer a orientação para os anarquistas do Brasil.

Foram dois os elementos elencados para que se escrevesse o manifesto, as condições dispersivas que estavam prejudicando o anarquismo no Brasil e o reflexo de algumas tendências confusionistas (bolchevistas).

Para os autores e signatários do manifesto não havia nada nos princípios anarquistas que carecesse de revisão, reafirmando posição de Edgard Leuenroth publicada em alguns artigos do ano de 1921, pois se mantinha na íntegra a estrutura econômica, política e moral do capitalismo, assim como o método de ação para a sua derrubada e a implementação do comunismo anárquico. Afirmavam, portanto, manterem-se comunistas, atacando a propriedade privada e a moral erigida a partir dela, mas além de comunistas se consideravam anarquistas pois eram inimigos do Estado, que tem, segundo eles, como finalidade impor a todos os seus interesses mascarados de acordo ou não com a vontade popular.

Mantinham a posição federalista autonomista de defender a liberdade do indivíduo no grupo, deste na federação e da federação na confederação, afirmavam proceder desta maneira pois defendiam o acordo livre, "naturalmente determinado e regulado pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimentos dos indivíduos". O comunismo anarquista teria um método próprio de ação baseado na livre iniciativa e na solidariedade.

A lei de nada servia, registravam apenas as liberdades conquistadas a força e quando o povo não as defendesse e usasse ficavam letra morta. Assim, os anarquistas repudiavam a ação eleitoral, por não ter serventia na garantia das liberdades, que só o povo poderia garantir praticando-as, e porque só reforçavam o Estado e as "velhas instituições autoritárias" adormecendo as energias populares.

---

[719] VASCO, Neno. "Subsídios para a história do movimento anarquista no Brasil" in *A Plebe*. São Paulo, 11 de maio de 1935.

Por este motivo os anarquistas signatários do manifesto afirmavam que a tarefa essencial era a organização dos trabalhadores no campo econômico, através dos sindicatos e no campo político através dos grupos anarquistas federando-os entre si, realizando estas tarefas conjuntamente com a propaganda oral e escrita dos princípios “contra a ignorância, os preconceitos e os vícios, como preparação da luta decisiva que os oprimidos e espoliados deverão sustentar contra o capitalismo, pelos meios próprios da ação direta, levados pela necessidade e pela consciência da própria força"

Afirmava-se que o isolamento dos anarquistas entre os diversos grupos e individualmente os levariam a esterilidade, ou reduziria o anarquismo a um simples movimento político da extrema liberal, “a um torneio filosófico de diletantes em passeio pelos campos floridos da teoria"

Especificava-se, com certos detalhes, o método de organização a ser seguido. Os grupos poderiam ser formados a partir de três pessoas, vários grupos formariam um comitê de relação dos grupos, que formariam uma federação regional, um comitê de relações das federações regionais e uma organização nacional sucessivamente. A inscrição dos grupos nas federações e destas na organização nacional deveria corresponder a obrigação do cumprimento regular do seu programa e das resoluções tomadas por acordo mútuo. A adesão dos grupos para a composição do organismo federativo deveria ser precedida por uma cuidadosa seleção, para impedir a falta de homogeneidade necessária para o estabelecimento da disciplina moral sem a qual não se desenvolve a ação anarquista.

A organização sindical deveria ser “neutral” em política. O trabalhador nela se associaria não na condição de adepto desta ou daquela ideologia, crença política ou filosófica, mas na condição de assalariado. Assim, os anarquistas não incorreriam no erro de outras facções políticas que querem transformar os sindicatos em sua dependência fazendo com que este adote o programa de sua facção, alimentando motivos de discórdia nos sindicatos. Portanto, os anarquistas não deveriam exigir declaração de princípios políticos nos sindicatos , mas sim desenvolver a sua propaganda no seio dos

trabalhadores para que o sindicato se transforme em mais afeito as idéias anarquistas quanto melhor for o trabalho dos militantes em seu seio.

O manifesto estabelecia também uma política contra quaisquer alianças que pudessem significar o desprestígio dos princípios e da ação específica dos anarquistas.

Os anarquistas não poderiam se furtar de debater as questões públicas mais prementes dando sua opinião, estudando, discutindo e agindo sobre estas questões por meio da propaganda, do exemplo e da iniciativa, assim poderiam influenciar a solução das questões de caráter imediato e despertar o interesse popular pela transformação social.[720]

Este manifesto foi uma das tentativas de dar o mínimo de organização ao anarquismo no Brasil. Mantinham-se alguns princípios autonomistas, mas, por outro lado, explicitava a necessidade de coerência com o programa aceitado por acordo mútuo, portanto, não imposto, e a necessidade de critérios de ingresso do grupo na federação, ao contrário do ingresso nas organizações sindicais, feitos sem quaisquer critérios a não ser a aceitação de uma declaração de princípios e das bases de acordo.

Defendia-se, com Malatesta, a existência de dois níveis de atuação: um social, sindical e outro político, especificamente anarquista. Para atuação sindical defendia-se, assim como Malatesta, a "neutralidade" política no sindicato, ao contrário dos anarco-sindicalistas e outros anarquistas que defendiam a adoção do programa anarquista por parte dos sindicatos. A "neutralidade" serviria para unificar os trabalhadores na luta e a defesa das propostas anarquistas se dariam por meio da propaganda e da ação feita pelos próprios anarquistas, angariando assim a simpatia do proletariado.

A organização anarquista, como vimos, seria estabelecida a partir de alguns critérios, começaria pelos grupos, formados se possível através do critério de afinidade, mas não há a especificação de qual é a afinidade se trata, se é afinidade pessoal, de profissão, de local de trabalho, etc. Dizemos isso

720 Seguem considerações a respeito da Revolução Russa, defesa da revolução crítica aos bolcheviques, Internacional Sindical Vermelha e Internacional Anarquista "Os anarquistas no momento presente- Definindo atitudes- Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado." in *A Plebe* . São Paulo, 18 de março de 1922.

pois se tende a considerar os grupos de afinidade somente sob a perspectiva da afinidade pessoal, e este parece ser o caso, mas em outros países como na Espanha por exemplo, os grupos de afinidade se estabeleceram com o critério de defesa contra a repressão e não por afinidades pessoais.

Depois do nível grupal se estabeleceriam comitês de relações, formados pelos membros dos grupos a fim de proceder a formação da federação e assim sucessivamente. Temos notícias da formação do comitê de relações na década de 1920 e 1930. Raquel de Azevedo, estudando o anarquismo do final dos anos 1920 e anos 1930, diz que o comitê de relações dos grupos anarquistas, que por mais que tenham sido formados com diferente composição, pareceriam encerrar a mesma concepção, era anarco-sindicalista, para nós, para além da denominação anarco-sindicalista que discutimos em outra parte, o comitê era formado por anarquistas que defendiam a participação nos sindicatos, próxima a linha anarco-comunista malatestiana, mas também poderiam aderir todos os outros grupos anarquistas, como demonstra as bases de acordo publicadas em 1927, por exemplo.

Neste sentido, é que procuramos ao longo deste trabalho fazer a ponte entre as concepções anarquistas discutidas em São Paulo e as teorias formuladas internacionalmente, pois entendemos existir certa incompreensão por parte da historiografia, em relação às múltiplas alternativas surgidas e a sua relação com o desenvolvimento das alternativas revolucionárias no mundo e no movimento dos trabalhadores. A publicação de vários artigos de Malatesta discutindo a questão sindical, no período por nós estudado, na imprensa anarquista pode ser um elemento que colabore para referendar a nossa hipótese.

Em todo caso, esta pode ser considerada uma das tentativas mais sérias de dar alguma homogeneidade ao anarquismo de São Paulo e do Brasil, sendo veementemente combatida por vários setores do anarquismo.

Dentro deste contexto, da publicação do manifesto, é que encontramos a polêmica entre Demócrito e Fábio Luz, sobre a questão da organização dos anarquistas. Demócrito tecendo críticas a artigos de Fábio Luz, depois de defender os trabalhadores criticados por Luz que segundo este último

mantinham o exclusivismo sobre o anarquismo, sendo que ele, segundo suas próprias palavras, era burguês autêntico e também reivindicava o anarquismo, que não deveria ser exclusividade de uma classe, dizia que os trabalhadores assim agem pois as outras classes pouco se importam com a sorte dos trabalhadores.

Ainda critica outro artigo de Luz publicado no jornal *Voz do Povo* onde Fábio Luz censurava os grupos de propaganda por exigirem "uma folha corrida" de qualquer trabalhador que quisesse ser solidário com a propaganda.

A crítica de Demócrito e o artigo de Luz são de maio, pouco tempo depois do manifesto lançado pelos anarquistas para a organização de suas fileiras, manifesto este que defendia critérios de ingresso para os grupos anarquistas, denominados por Luz como grupos de propaganda. E o texto de Luz certamente se refere a esta prática que antes não era adotada pelos grupos anarquistas, de se conhecer melhor os militantes que ingressavam nos grupos.

Demócrito argumentava que quando as lutas eram maiores a polícia entrou nos grupos e nos sindicatos operários, registrando a ação cotidiana dos militantes mais ativos e

> "armada destas informações eliminou pela perseguição e pela expulsão os melhores elementos, os mais ativos e infatigáveis camaradas.Diante destes fatos foi preciso tomar precauções, rodear-se de cautelas, como se tomam contra doenças contagiosas. Fazer propaganda a polícia seria bizarro se não fosse perigoso (...) E seria imperdoável imprudência se deixássemos de tomar precauções. Errar sem saber, perdoa-se. Mas errar com conhecimento de causa não tem desculpa."[721]

É interessante notar que os anarquistas após a onda repressiva que aconteceu depois do ápice do movimento operário de 1917-1919, refletindo sobre os acontecimentos, mesmo que com algum tempo de atraso, tenham tomado medidas para preservar os militantes da perseguição policial, indo contra o alardeado, por muitos anarquistas, destemor que o militante anarquista deveria ter ante a polícia.

[721] DEMÓCRITO. “Despropósitos” in *A Plebe*. São Paulo, 13 de maio de 1922.

Em outra ocasião Leuenroth relatando uma reunião com a presença de José Oiticica e questionando um artigo que criticava a sua fala e a de Oiticica nesta reunião publicado no jornal *A Voz da União,* faz a defesa da auto-disciplina entre os anarquistas.

Primeiro, como dissemos, retomou algumas palavras de José Oiticica. Oiticica explicava porque estava se abstendo de tomar parte nas atividades dos anarquistas. Estava desgostoso e constatava que o resultado obtido pelos anarquistas em sua militância não condizia com o esforço despendido em suas atividades.

Entendia que isso acontecia por causa da dispersão verificada entre os anarquistas, defendia, neste sentido, a realização de uma coordenação de esforços por meio de uma organização.

Para que esta organização pudesse dar frutos entendia que os militantes devessem ter senso de responsabilidade, ter auto-disciplina, sem o que tornar-se-iam nulas as resoluções tomadas por mútuo acordo.

Para o desenvolvimento desta obra poderia empregar o seu escasso tempo na medida das suas possibilidades, mas não estava disposto a enfrentar desassossegos e sacrifícios sem ter perspectiva de resultados práticos.

Leuenroth na reunião sustentou também a necessidade de uma organização metódica, moldada no critério anarquista.

Por isso foi criticado no jornal *A Voz da União*, que avaliou que a postura de Oiticica e Leuenroth era a de obrigar a todos a fazerem aquilo a que não estavam de acordo, segundo Leuenroth.

Leuenroth, se defendendo, argumentou que nunca disse que os anarquistas deveriam fazer algo com o qual não concordassem, mas daí não fazer por desleixo, licença, displicência ia uma enorme distância. Se o indivíduo livremente aceita tal compromisso e depois não o faz para realizar uma iniciativa mais acertada Leuenroth compreendia, mas deixar de fazer alguma coisa sem qualquer outro motivo se escondendo num falso princípio de autonomia é que ele não aceitava.

É interessante notar que esta discussão era feita com a máxima seriedade no ano de 1922, demonstrando o grau de organização do anarquismo

em São Paulo. Defender que os militantes realizassem os compromissos assumidos era tido como ultra-autoritarismo, ultraje ao anarquismo. Não estava em discussão nem se seria a decisão da maioria não aceita por uma minoria ou um indivíduo, estava em discussão algo menos complicado, o de fazer o que tinha sido aceito pelo próprio indivíduo por acordo mútuo. Quando vemos o artigo do jornal *A Voz da União,* temos uma noção mais exata da discussão travada.

O jornal retomava as asserções de Oiticica defendendo fazer algo de prático disciplinadamente,

> "assim como as [palavras] do camarada Edgard, que queria demonstrar ser uma traição o indivíduo deixar de fazer o que tinha se comprometido a fazer, mesmo que esse indivíduo declarasse não estar mais de acordo com o ato ou coisa que deveria realizar.
> Disciplina, disse eu [Gutierres], só poderemos admitir, aquela que o indivíduo exerce sobre si mesmo, mas jamais a disciplina do grupo sobre o indivíduo ou a do indivíduo sobre o grupo, toda e qualquer disciplina (leis, regulamentos, ordens recebidas) que um grupo admitir, por ínfima que seja, tende a crescer, a aumentar, a dominar, e, quando se lhe queira cortar o raio de sua expansão será tarde por já ter ela tomado conta de nós.
> A afirmação de Oiticica de que, se ele estivesse em um grupo e esse grupo o quisesse obrigar a fazer o que ele não estivesse disposto a fazer, se rebelava contra esse grupo, faz-me pensar naqueles indivíduos que querem uma disciplina, que querem um regulamento, mas só para os outros, por se julgarem bastante altos para que essa disciplina ou regulamentos os possam atingir. E faz o que te digo e não o que eu faço.
> Sendo o anarquista o artista do belo, do agradável, do sublime, do harmonioso; sendo ele o único a rebelar-se contra toda espécie de autoridade, como poderá admitir uma disciplina em seu grupo, nessa pequena sociedade anárquica, onde vive alguns minutos?
> Ou esses anarquistas estão convencidos da verdade anárquica e nesse caso banem de seu seio todo resquício de autoridade ou reconhecem que se enganam na porta e deverão ir bater em outra freguesia. Mas, disciplina nos grupos anarquistas, não!"[722]

[722] GUTIERRES, J P. "Disciplina? Não!" in *A Voz da União*. São Paulo, 04 de novembro de 1922.

Com isso, podemos ter uma noção da tarefa que os anarquistas que tentavam estabelecer o mínimo de organização no “movimento libertário” enfrentavam. Não se discutia, repetimos, nem mesmos se a decisão da maioria deveria ser cumprida pela minoria, neste ponto parece que os anarquistas estavam de acordo, caso não concordassem com a posição da maioria não seriam obrigados a fazer o que foi deliberado. Estavam discutindo a obrigação de se fazer o que se acordou em consenso e com o consentimento de todos, e mesmo isso era tido como resquícios de autoridade. Para deixar mais claro o que estamos dizendo,vejamos a continuidade da polêmica e a argumentação de Gutierres, publicado em dezembro de 1922:

> "Que amanhã nos comprometamos 10, 15 indivíduos para a realização de uma obra, e que 5, ou mais indivíduos faltem, que temos nós, os de boa vontade, que ver com isso? Se eles, pelo seu temperamento, são imprestáveis, havemos de estacionar? não. Deixando-os a margem, seguiremos nosso caminho."[723]

Ainda continuando a polêmica com Edgard Leuenroth, em 1923, acerca da organização dos anarquistas. Reafirma:

> "Diz o dito senhor [Edgard Leuenroth] que há necessidade de organizar o elemento libertário. Muito bem. Mas de que forma? Submetendo-o aos artigos de um programa? Elaborando um programa que seja necessário respeitar? Mas isso não é anárquico!
> Os anarquistas se S. Paulo uns dos mais desorganizados do Brasil, não estão organizados? Vemos que sim. Em S. Paulo existem grupos como Jovens do Futuro, Juventude Anarquista, Nova Era, Regeneração Social e Centro Feminino de Educação que trabalham, independentes, uns dos outros, em prol de nossos ideais, sem terem programas ou regulamentos, mas estando de mútuo acordo entre si. Portanto, estão organizados."[724]

Portanto, para Gutierres qualquer programa seria autoritário e a organização dos anarquistas se faz através de pequenos grupos que atuam de

[723] GUTIERRES, J P. “Pela verdade” in *A Voz da União*. São Paulo, 05 de dezembro de 1922.
[724] IDEM. “Reafirmando” in *A Voz da União*. São Paulo, 01 de janeiro de 1923.

forma independente uns dos outros “mas estando de mútuo acordo entre si”, ou seja, sem ligação orgânica nenhuma, mas defendendo os mesmos ideais.

Para coroar a cruzada anti-organizacionista de Gutierres no mesmo número do jornal *A Voz da União,* foi publicada uma nota do grupo editor, seguindo o mesmo sentido da polêmica contra Leuenroth que dizia:

> "Em reunião efetuada no dia 18 de p. p. em que estavam presentes a quase totalidade dos componentes deste grupo, deliberaram unanimemente, depois de ser longamente discutido, que fossem destituídos de valor as suas bases de acordo por entenderem não haver necessidades delas e mesmo por não se coadunarem com os princípios que professamos.
> Ficam pois, sem efeito essas bases que o grupo havia no início de sua fundação elaborado para a sua orientação interna"[725]

Uma polêmica que opunha a questão da organização econômica da sociedade futura também serviu para explicitar as fissuras existentes entre os anarquistas com base teórica anarquista comunista de São Paulo e a dificuldade da organização dos anarquistas.

Gutierres, sustentando sua posição anarquista comunista kropotkiniana, contra a posição anarquista comunista de Malatesta, discute, no ano de 1923, se na sociedade anarquista do futuro existirá ou não dinheiro.

Retoma as discussões do anarquismo internacional, em que alguns anarquistas comunistas defendiam a supressão imediata do dinheiro, enquanto Malatesta e Bertoni defendiam a permanência do dinheiro alegando que o homem não pode deixar de comer um só dia, motivo para se manter o dinheiro enquanto a sociedade anarquista não esteja completa.

Gutierres defendia o ponto de vista contrário a Malatesta, argumentava que a necessidade da violência para se abolir o dinheiro, por exemplo, não seria argumento suficiente para se evitar sua abolição, pois numa revolução a violência vai ser usada inevitavelmente.

Argumentava ainda que a sociedade atual repousava a sua base sobre o dinheiro sendo o capitalismo seu esteio, a fome a miséria e outros

[725] *A Voz da União.* São Paulo, 01 de janeiro de 1923.

problemas sociais eram causados pela possibilidade de acumulação que o dinheiro proporciona, o próprio Estado não poderia subsistir sem ter dinheiro, ou bônus hora de trabalho para pagar as suas despesas, o papel-valor serviria para o pagamento do pessoal burocrático e militar vinculado ao Estado.

A possibilidade de existência de uma sociedade sem a necessidade da utilização do dinheiro era um fato para Gutierres, retomando a argumentação de Kropotkin, em relação aos acordos mútuos realizados no mundo (ponto que já explicitamos anteriormente quando Kropotkin se refere a proliferação de entidades com caráter privado que estabeleciam acordos entre si e se federavam) dizia que todos os dias se faz volumosos negócios entre as indústrias através de permutas, os camponeses de toda a parte do mundo trocam os seus produtos sem precisarem de dinheiro, entre as famílias da cidade a troca de mercadorias também seria comum. "Esta prática do livre acordo, afirmava, é, em nossos dias, praticada a saciedade".[726]

Esta discussão continuou no jornal *A Plebe* a partir de 23 de junho de 1923 continuando até setembro neste periódico. A argumentação de *A Plebe* referendava a de Malatesta. Num período pós-revolucionário as coisas não serão resolvidas simplesmente cada um pegando o que deseja dos armazéns, depósitos,etc, haverá durante um período um racionamento da alimentação e outros gêneros até que a produção seja superabundante. Além disso, existia uma ilusão de que o trabalhador, feita a revolução, precisaria trabalhar apenas duas a três horas por dia, *A Plebe* argumentava que isto se tornou impossível depois da primeira guerra que deixou muitos trabalhadores morrer, inválidos, destruiu meios de produção etc.[727]

A Revolução Social retrucou argumentando que *A Plebe* pretendia dominar o movimento trabalhista, que seus editores laçaram um anátema papal "e como timoneiro diplomado e cheio de responsabilidades avisou os incautos da *redonda mentira* com que muitos camaradas procuram *iludir o proletariado*" ,etc.

[726] GUTIERRES, J. P. "O dinheiro" in *A Revolução Social*. São Paulo, Junho de 1923.
[727] "Dissipemos Ilusões" in *A Plebe*. São Paulo, 23 de junho de 1923.

Em relação a argumentação do jornal dizia que a orientação de *A Plebe* tinha um fundo autoritário cujo teor revelava a intenção de um Estado provisório, igual a concepção marxista, pois para realizar o racionamento, para que os alimentos de primeira necessidade fossem guardados para que a população se sujeitasse ao sistema de aquinhoamento, seria necessário alguém para estabelecer as regras deste regime, para fiscalizar a distribuição, seria necessário um poder superior e uma polícia para obrigar as pessoas a pegar apenas o determinado no racionamento, até ser regularizada a produção.

Argumentava o artigo ainda, que a questão do aumento de trabalho devido ao consumo que ocorreria na sociedade logo após a revolução defendido em *A Plebe*, seria uma outra forma de decretar o trabalho obrigatório, pois o aumento do horário implicaria um ato ditatorial.

Afirmava que o trabalho diminuiria e não aumentaria, pois todos iriam trabalhar.

Finalizava com a frase "dissipemos ilusões (em alusão ao título do artigo de *A Plebe*) no tocante a orientação da *A Plebe"*[728]

Outro artigo "Organização Anarquista" de 1924, retomava a defesa da organização anarquista dizendo que falar que os anarquistas estão organizados psicologicamente não equivale a dizer que estão objetivamente.

Para o autor o anarquismo não seria apenas uma doutrina que já demonstrou o porque da revolução, "mas também leva em si o COMO e DEPOIS de operada essa revolução", neste sentido,

> "situar-se na esfera puramente ética das idéias para impugnar toda a organização, inclusive a de caráter anarquista poderá ter a bela magnificência de um ideal que renúncia as objetividades sociais para contemplar-se a si próprio, porém é evidente que essa concepção não tem por si mesmo nenhuma possibilidade ou realização prática".[729]

Para o autor, já havia passado a fase pré-formativa do anarquismo e os debates entre individualistas e comunistas, organizadores e anti-organizadores, a batalha já tinha sido resolvida em favor dos comunistas e organizadores.

---

[728] "Dissipemos Ilusões" in *A Revolução Social*. São Paulo, 01 de agosto de 1923.

Para o autor, toda a ética social giraria em torno do princípio do livre acordo, que só se estabeleceria somando-se as forças, aderindo as novas formas de estruturação social que o anarquismo apresenta para a solução do problema social, se por algum motivo os anarquistas renunciem a sua forma de organização sobre a qual poderia ser formada as bases da nova sociedade livre e igualitária, a revoluções não se estabeleceriam pois elas não surgem por geração espontânea, elas só surgem através de recíprocos e mútuos acordos entre os homens e esperar o contrário seria uma inocente infantilidade.

Outro exemplo de tentativa de organização dos anarquistas foi o já citado Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas que foi reorganizado em 1933, lançando um "Apelo aos anarquistas do Brasil".

O Comitê era composto por vários grupos anarquistas de São Paulo, capital, e tinha como finalidade propagar mais intensamente os postulados anarquistas, através da educação proselitista e da divulgação das idéias.

O Comitê procuraria criar um potente movimento que conseguisse impor-se a todas as idéias que buscavam ser o alvo das aspirações humanas graças a sua coesão, energia e seriedade.

Para concretizar tal intenção seriam necessários a criação de agrupações anarquistas e atuar junto aos sindicatos dos trabalhadores revolucionários.[730]

Em *A Plebe*, na edição de 13 de janeiro de 1934, foi publicado um comunicado do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas em que este rebatia um artigo publicado em nome do grupo editor de *A Plebe* e do Centro Libertário Terra Livre, que retomava os argumentos do manifesto-programa "Anarquistas no momento presente" de 1922 defendendo a posição de que o sindicato seria além de um órgão defensivo, um órgão de controle e distribuição da produção e do consumo na sociedade futura, assim os anarquistas deveriam encarar o trabalho da organização sindicalista com a máxima seriedade.

---

[729] H. N. "Organização Anarquista" in *A Plebe*. São Paulo, 15 de março de 1924.
[730] Comitê de relações dos grupos anarquistas. "Apelo aos anarquistas do Brasil" in *A Plebe*. São Paulo, 27 de maio de 1933.

O Comitê de Relação dos Grupos Anarquistas esclarece que o anarquismo bastaria a si próprio, prescindindo de toda concepção estranha, que os anarquistas não ousariam estabelecer um programa de antemão e que o próprio povo seguiria o caminho que lhe aprouvesse de acordo com seu grau de evolução mental, que os anarquistas procurariam formar individualidades conscientes e não arregimentar as massas e que a revolução social só se faria quando o povo estivesse em condição de a fazer.[731]

A afirmação de Raquel de Azevedo de que o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas seria anarco-sindicalista, como dissemos anteriormente, nota-se que não possui nenhum fundamento. Esta era uma organização anarquista, principalmente o Comitê da década de 1930 que procurava colocar em contato as agrupações anarquistas e organizar seu trabalho conjunto. A atuação sindical não era o seu principal escopo, pelo contrário, podemos perceber que estes anarquistas entendiam que o anarquismo se bastava a si próprio sem precisar da interferência das teorias sindicalistas. Mesmo assim os membros do comitê não rejeitavam a atuação sindical.

Por outro lado o grupo editor de *A Plebe*, assim como o Centro Libertário Terra Livre também não eram propriamente sindicalistas, apesar de defenderem o papel do sindicato na sociedade presente e na sociedade futura, como vimos, de acordo com a orientação do manifesto programa de 1922, estes anarquistas estavam mais próximos a concepção anarquista malatestiana de atuação nos sindicatos, porém, mantendo as agrupações anarquistas que encontrariam no ambiente sindical local propício para a disseminação das suas idéias. Mas na década de trinta já ocorria uma ênfase maior no papel positivo do sindicato, comparando-se a que ocorria no início dos anos 1920, em relação ao manifesto –programa.

Noutro número do jornal, o grupo editor de *A Plebe* fez um apelo para que aquelas discussões que pudessem atrapalhar e causar dissídio na "família" anarquista não se repetissem, pois quando publicaram o seu artigo colocando a sua posição sobre o sindicalismo não quiseram com isso alimentar velhas

[731] Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo. "Comunicado" in *A Plebe*. São Paulo, 13 de janeiro de 1934.

rivalidades do passado, mas apenas expor a opinião para o debate sincero.[732] Neste sentido, é que podemos observar a atitude contemporizadora do grupo editor que procurava não causar fissuras profundas entre os anarquistas em um momento que todos previam ser de início de uma reação governamental-fascista e de aumento da ação dos bolchevistas.

Mas, um artigo de Lumeras na mesma edição alimenta a polêmica. Afirma o autor que:

> "Por espírito de intolerância ou incompreensão, muitos anarquistas estabelecem uma linha divisória entre o conjunto da humanidade e os idealistas, impedindo a aproximação mútua. Fazem da anarquia uma coisa tão mística, que lhe tira todo o caráter humano, colocando-a fora da realidade da vida.
> O resultado desta forma de encarar o ideal é a admiração que pelo mesmo sentem os trabalhadores e o retraimento em intentar praticá-lo. Para a maioria considerar-se anarquista, pressupõe ter que abandonar os hábitos adquiridos e possuir um cabedal de conhecimentos fora do comum.
> Nada mais prejudicial para a obra proletária que exigir dos homens a perfeição, negando-lhe o direito de errar, submetidos como estão as imposições do ambiente e as necessidades do momento.
> O trabalhador, sujeito a exploração capitalista, não pode fugir a necessidade de associar-se para lutar contra a opressão de que é vítima.
> Sectarismo manifesto, miopia perigosa, constitui condenar a organização ou negar-lhe valor pelo fim a que estão destinadas. Ao contrário, a obra anárquica dar-lhe-á maior potencialidade possível e encarar sua ação em sentido mais amplo que as conquistas imediatas.(...)
> Os partidários da luta extra-sindical, pretendem justificar a sua atitude com a afirmativa de que o sindicalismo é anti-anárquico quando estabelece o imperativo das maiorias. (...)
> Em nenhum outro lugar mais facilmente poderemos demonstrar que não é sincero quem apregoa a impraticabilidade de viver sem governo, por falta de capacitação mental do povo e desfazermos o erro generalizado de que a anarquia despreza as necessidades materiais em nome das satisfações ideais unicamente. Daí o ser uma incoerência negar aos sindicatos valor ideológico

[732] "Um esclarecimento" in *A Plebe*. São Paulo, 27 de janeiro de 1934.

> pelo fato de não transformar seus aderentes em seres super-humanos."[733]

Com uma posição similar Souza Passos critica os filósofos do não sindicalismo quando estes afirmam que só encontram valor na organização dos trabalhadores pelas forças que o sindicato põe a sua disposição. Afirma que este descaramento nem os partidos político fazem.

Por outro lado, diz que não entender ser desnecessária a organização dos grupos anarquistas, mas que estes grupos, que devem se multiplicar devem integrar-se na obra revolucionária do próprio sindicato e não ser um empecilho a sua organização.[734]

O Grupo Anarquista de Ação Libertária, por outro lado, retoma a polêmica defendendo as Bases de Acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas e criticando resumir a luta ao aspecto sindical. Escrevem no texto que os camaradas que criticam o Comitê deixam a entender que o que deveria ser um meio de atuação transforma-se em um fim.

Para o Grupo Anarquista de Ação Libertária, por outro lado, o sindicato deveria ser apenas um meio para os anarquistas realizar a sua propaganda, mas não o único meio.

Argumenta que os próprios militantes que defendem o sindicalismo dizem que o sindicato é uma conseqüência do regime capitalista, por este motivo mesmo, é que ele deveria desaparecer com este regime, dando lugar a novas formas de organização social.

Os anarquistas do Comitê de Relações estariam convencidos que a revolução só aconteceria quando os anarquistas pudessem ter uma forte corrente de opinião que trabalhasse em sentido anarquista. Esta corrente de opinião anarquista não poderia se restringir ao sindicato, pois nem todos os anarquistas por posição e temperamento participariam deste organismo. Também porque os sindicatos priorizam os interesses de ordem econômica em relação aos interesses de ordem moral. Além disso, o sindicato seria um organismo que agruparia todos os trabalhadores , apenas pela condição de

[733] LUMERAS. "Pontos de Vista" in *A Plebe*. São Paulo, 27 de janeiro de 1934.
[734] PASSOS, Souza. "Problemas do futuro" in *A Plebe*. São Paulo, 10 de fevereiro de 1934.

serem trabalhadores, neste sentido, não poderia ser um organismo com ideologia anarquista, o que também era confirmado pelos anarquistas que enfatizavam a atuação sindical.[735]

Um Grupo de Libertários de Santos, acompanhando as discussões feitas nas colunas de *A Plebe* entre os agrupamentos anarquistas, afirmava que estas discussões não deveriam fazer com que existam fissuras nas fileiras anarquistas, pois os trabalhos a fazer eram diferentes e, portanto, complementares.

Em relação a atuação dos anarquistas nos sindicatos, este grupo afirma que os sindicatos foram forjados no bojo da luta de classes, na luta anti-capitalista, mas que com o fim do capitalismo devem desaparecer.

Os anarquistas deveriam atuar nos sindicatos, mas com limites, defendendo o mais amplamente possível as concepções anarquistas. Mas, ao mesmo tempo, os anarquistas deveriam possuir organizações específicas, com seus grupos de afinidade para a verdadeira luta.[736]

Já em 14 de abril de 1934 *A Plebe* noticiava uma reunião de grupos anarquistas, do Comitê de Relações e outros grupos para resolver as pendências entre eles e praticarem uma ação orientada pelo mesmo objetivo, segundo noticiou o periódico.[737]

Podemos perceber que, ao contrário do que poderia parecer para a maioria, o debate estabelecido não foi realizado entre aqueles que defendiam e os que não defendiam a atuação sindical. Tanto o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo defendia a ação sindical, o que levou Raquel de Azevedo a defini-lo como anarco-sindicalista, como o grupo editor de *A Plebe* também o fazia, o que também leva alguns autores a definir o jornal como defensor do anarco-sindicalismo. A não ser que consideremos todos os anarquistas que participam de sindicatos como anarco-sindicalistas, esta questão não esta resolvida.

[735] NEVES, A. "Sindicalismo e Anarquismo" in *A Plebe*. São Paulo, 10 de fevereiro de 1934.
[736] Grupo de Libertários de Santos. "Controvérsias e Unificação" in *A Plebe*. São Paulo, 03 de março de 1934.
[737] "Reunião dos Grupos Anarquistas" in *A Plebe*. São Paulo, 14 de abril de 1934.

O que percebemos é que os dois lados defendiam a ação nos sindicatos e a existência de agrupações anarquistas. A questão era a ênfase dada pelo Comitê nos aspectos ideológicos e propagandísticos desta atuação nos sindicatos, existindo uma priorização da formação dos indivíduos anarquistas conscientes, do outro lado havia uma priorização da ação sindical como estratégia e instrumento de luta, valorizando não só a formação dos indivíduos conscientes ou mesmo dos "super-homens", mas principalmente o aspecto coletivo das lutas sindicais.

Pelo que pesquisamos nos prontuários do DOPS por exemplo, a ação dos anarquistas nos sindicatos causava muito mais preocupação, principalmente quando se abstinham de realizar apenas doutrinarismo político do que a própria existência do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas, que praticamente nem merece a menção da polícia, possuindo um prontuário insignificante.

Em todo o caso entendemos que as diferenças entre as estratégias preconizadas por Malatesta e Kropotkin podem colaborar para que entendamos o grau das diferenças destes grupos anarquistas.

Cappelletti nos diz que Malatesta criticava as tendências harmonistas e espontaneístas de Kropotkin, mesmo sem nomeá-lo diretamente. Malatesta criticava o cientificismo mecanicista kropotkiniano e opôs a ele o seu voluntarismo como forma de se transformar a sociedade. Malatesta insistia na necessidade da organização do partido anarquista e defendeu pela primeira vez na Itália a ação direta operária através da atuação sindical.[738]

A diferença entre Malatesta e Kropotkin é que o primeiro não queria fundar uma nova moral e com ela o comunismo anarquista, compatíveis com os resultados das ciências, mas entendia que a nova sociedade seria alcançada graças ao livre exercício da vontade humana.

Neste sentido, o caminho de Malatesta era diametralmente oposto ao de Kropotkin, enquanto o segundo se esforçava em encontrar nas leis da natureza a base para a sua ética e para o seu anarquismo, Malatesta

[738] CAPPELLETTI, Angel J. *El Pensamiento de Malatesta- Idealismo Ético y Socialismo Libertario*. Recortes, Montevideo, 1990., p. 21

encontrava esta base justamente na luta do homem contra a natureza, estabelecida através da vontade humana

> "mientras el uno aspira por todos los medios a demostrar la unidad y la continuidad, el otro trata de subrayar la dualidad y la ruptura. Kropotkin veía, sin duda, en la actitud malatestiana una peligrosa pendiente hacia el irracionalismo y el sobrenaturalismo.
> A Malatesta, inmerso en un ambiente intelectual dominado por el idealismo, atento sobre todo a la experiencia vivida y ala praxis, esto no le preocupa mucho y, en todo caso, considera que un cientificismo a-crítico no es menos dogmático en sus conclusiones y generalizaciones que una metafísica teísta."[739]

Mesmo a ajuda mútua defendida pelos dois autores era enfatizada de formas diferentes. Enquanto Kropotkin a considerava um instinto, Malatesta a considerava um ato livre, uma escolha deliberada e consciente, neste sentido, "desenvolve Malatesta uma concepção *Voluntarista* em contraposição à concepção determinista (Kropotkin) para quem o anarquismo seria 'inevitável', determinado por uma lei natural do progresso."[740]

Esta diferença de certa forma, e não mecanicamente, se refletiu na postura dos grupos anarquistas de São Paulo. Uns defendendo a ação dos anarquistas como a parte mais evoluída da sociedade, buscando estabelecer uma coerência com os padrões de uma nova moral, necessária para o advento da sociedade futura e que não poderia ser confundida (e de certa forma contaminada) com a moral da maioria dos trabalhadores. Outros enfatizando além da conscientização, base das ações voluntárias, o aspecto organizativo dos trabalhadores sem o qual a maioria deles estaria fora das possibilidades da luta pela transformação social, luta esta desenvolvida mesmo que estes trabalhadores não tivessem alcançado o grau de perfeição necessária para se considerarem anarquistas, como entendiam os anarquistas que defendiam a pureza do anarquismo.

---

[739] CAPPELLETTI, Angel J. *El Pensamiento de Malatesta- Idealismo Ético y Socialismo Libertario*. Recortes, Montevideo, 1990., p. 63
[740] TRAGTENBERG, Maurício. "Introdução" in MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas.* Cortez, São Paulo, 1989, p. VII

Se levarmos em consideração que tanto o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas quanto o Grupo Editor de *A Plebe* e o Centro Libertário Terra Livre não eram puramente sindicalistas, mas ambos anarquistas partidários da ação sindical que defendiam a existência das agrupações dos anarquistas, podemos e devemos estabelecer os critérios das divergências de acordo com outro ângulo e não de acordo com uma inexistente polêmica entre anarco-sindicalistas e anarco-comunistas. Para nós, de acordo com o material por nós pesquisado, a divergência entre o anarquismo entendido de acordo com a concepção kropotkiniana, explicitada ao longo do capítulo, e o entendido com base nas orientações de Malatesta, colaboraria para clarificar um pouco o debate, embora temos que ressaltar que existia uma permeabilidade das concepções anarquistas dos diferentes autores anarquistas internacionais com suas diferentes bases teóricas e posturas entre os grupos anarquistas de São Paulo, não nos permitindo realizar distinções rígidas.

5.3 A Grande Família

Outra postura pouco ressaltada pela historiografia referente ao anarquismo no Brasil e que encontramos nas nossas pesquisas é a que valoriza as diferenças de correntes como algo positivo e defendem a união da grande família anarquista em uma agrupação que respeite estas diferenças e possibilite a autonomia total.

Segundo Gigi Damiani,

> "O anarquismo pode ter tendência individualista, comunista ou coletivista; cristão primitivista; referir-se ao marxismo da primeira hora; ser ativista, revolucionário, educacionista; pode aceitar ou repelir o fator violência, especializar-se no maltusianismo ou no vegetarismo; mas, no seu complexo, tende a uma única finalidade: a independência moral e física do indivíduo, reforçada e não diminuída pela prática da solidariedade entre todos os seres humanos, próximos ou distantes.
> O anarquismo pode ser filosofia e ciência político-econômica, sem cair no dogmatismo; simples especulação idealista ou fundamentalmente prático em suas atitudes fora

> de qualquer ação impositiva; pode apegar-se ao materialismo histórico ou apelar para as forças morais e considerar o sentimento como fator mais eficaz para libertar o homem da incompreensão em que se debate; pode dizer-se ateu, agnóstico ou divagar em hipóteses espiritualistas; mas conserva a sua idoneidade quanto à necessidade que há em combater todo e qualquer princípio de idolatria estatal, conformista e de monopólio econômico, é antiautoritário e antitotalitário em todas as circunstâncias.
> A perene vitalidade do anarquismo e sua constante atualidade critica e impulsionadora, derivam, justamente, das suas múltiplas manifestações, sempre atuais nos diversos meios ambientes em que a sua propaganda se desenvolve.
> O anarquismo propõe, não impõe; e, na variedade das suas exteriorizações do pensamento, de crítica e de ação, canaliza todas as diversas, mas não inimigas, modalidades para o mesmo fim: aquele em que a anarquia se divisa fundindo todas as liberdades em um cadinho único, no fundo do qual se queimam todos os prejuízos da velha estrutura econômica e social que não pode reger-se sem a prática da exploração do homem pelo homem e que assenta os seus pilares na escravidão e na ignorância."[741]

Portanto, todas as diferenças entre as correntes anarquistas poderiam ser reduzidas e canalizadas para um mesmo fim, uma vez que no fundo não eram inimigas, mas representavam "apenas" a multiplicidade encontrada na própria realidade. Segundo esta concepção. materialistas X idealistas, voluntaristas X deterministas , educacionistas X organizadores, nada era considerado de acordo com posições opostas e irredutíveis, todos estes aspectos eram considerados como elementos complementares, não significando a fraqueza e a dispersão do anarquismo, mas, pelo contrário, o elemento que mais demonstrava a própria vitalidade do anarquismo.

As diferentes correntes do anarquismo eram justificadas pelo fato de que

> "O anarquismo não é um partido em que o chefe fala e os aderentes baixam a cabeça e dizem amém, sem discutir. Além disso, a burguesia contém em si muitas correntes: absolutista, imperialista, monarquista, republicana,

[741] apud. LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo- Roteiro de Libertação Social*. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1963, pp. 21 e 22

> federalista, mas não deixa de ser burguesia. O mesmo se dará com os anarquistas."[742]

José Oiticica escreve no órgão anarquista do Rio de Janeiro *Acção Direta*, um texto afirmando que o anarquismo não visava apenas emancipar os trabalhadores mas os homens, pois acima da emancipação econômica estava a mental e moral.

Dizia não compreender um revolucionário cuja ação derivava de uma servidão, pois era impossível instituir um regime de liberdade se os revolucionários vivem impondo regras e ouvindo ordens.

Continuava o seu texto afirmando que vários anarquistas lamentavam as divergências de atuação entre eles e as constantes trocas de acusação entre individualistas e anarquistas comunistas, "anarco-sindicalistas" e extra-sindicalistas. Todos estes ataques revelavam uma tendência sectária entranhada nos homens.

Entendia que as várias tendências do anarquismo eram o melhor sinal de vida destas idéias, pois os homens não podiam ver as coisas do mesmo modo nem resolver os problemas pelo mesmo processo.

> "A transformação social, dizia, é um problema com soluções múltiplas. Nós, anarquistas, apresentamos a nossa. Porém não apresentamos do mesmo modo. A beleza da nossa concepção e a superioridade do nosso método, está positivamente nessa multiplicidade de meios todos conducentes a um mesmo fim."[743]

Oiticica defendendo novamente a concepção que buscava estabelecer uma síntese entre as várias correntes do anarquismo, procurando demonstrar a possibilidade de convivência das várias tendências cada uma agindo a seu ritmo e fazendo o que achasse melhor, nos diz:

> "Um compraz-se no combate ao clero; outro prefere a edição de panfletos, folhetos, revistas; outro deseja dedicar-se ao anti-militarismo; este revela-se naturista apaixonado; aquele sente-se organizador de sindicatos e grupos; esse outro consagra-se a educação racionalista, etc., etc.

[742] A. de P. "As transformações do Anarquismo" in *A Plebe* . São Paulo, 14 de fevereiro de1920.
[743] OITICICA, José. “Contra o sectarismo” in *Acção Direta*- Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1928.

> E em cada um desses departamentos da atividade acrática, nem todos sentem a luta do mesmo modo: um é, de natureza, moderado, persuasivo, discutidor; outro é violento, arrebatado, mais ação que palavras, mais fatos, que discursos.
> Como tentar reger esses temperamentos diversíssimos pelo mesmo compasso? Como sonhar um padrão, um metro, um código para essa espontânea manifestação da revolta e esse fremente treinamento rumo a emancipação?"[744]

Terminava seu artigo afirmando que a fórmula de Emile Armand, de respeitar cada um com suas atividades, seu ritmo, etc., no que seria a parte do consenso anarquista, seria a solução.

Indomabile Girovago teve a sua concepção de anarquismo publicada no ano de 1933 e que pode nos ajudar a compreender o "sintetismo" anarquista predominante em alguns círculos de militantes.

Para ele o mais importante do anarquismo é que poderíamos considerá-lo uma doutrina de ação e não uma idéia elaborada fora da realidade social, acima da vida do povo.

A necessidade de ação seria inerente à doutrina anarquista e como a ação deveria ser adotada permanentemente não haveria um meio exclusivo a ser utilizado em todos os períodos históricos e em todas as situações.

> "A história não determinou nem determinará, afirma o autor, a adoção de meios específicos fora dos quais todas as ações sejam nulas. Tão vasto e complexo é o problema social que as atividades mais diversas se completam uma as outras. (...) entre elas não pode existir outro nexo que a finalidade ideológica em que são inspiradas."[745]

Em um texto sobre "anarquismo e sindicalismo" publicado em maio de 1933, afirma-se que existem tantas interpretações de anarquismo de acordo com quantas diferenças culturais e individuais entre os que professam o anarquismo existam.

É por isso que o anarquismo é apresentado

> "ora como um movimento de luta provocado fatalmente pela divisão da espécie humana em classes e castas. Outros

[744] IDEM. "O espírito da ação direta" in *Acção Direta*- Rio de Janeiro, 10 de abril de 1929.
[745] GIROVAGO, Indomabile. "O anarquismo" in *A Plebe*. São Paulo, 29 de abril de 1933.

> como um produto da evolução da ciência e do progresso mecânico ou, para não nos estendermos mais, como resultado final da superação da filosofia e de uma interpretação dia a dia menos transcendente, mas inspirada na natureza dos modernos sistemas de ética."[746]

Um artigo do jornal espanhol *Solidariedad Obrera* traduzido e publicado em *A Plebe*, afirma que o que unifica as distintas posturas e correntes anarquistas é a moral anarquista. Se os anarquistas tomam como base este princípio acabam com todas as lutas intestinas que prejudicam o movimento, argumenta, pois ainda que os meios não sejam harmônicos os objetivos e a moral que os desenvolve são os mesmos.

Neste sentido seria tão anarquista o que atuasse

> "numa biblioteca, em um ateneu, como o que emprega a sua atividade no grupo de afinidades ou na organização operária, ou o que não atua em nenhuma destas agrupações, sempre que observe a moral de coerência anarquista."[747]

Outro artigo, publicado em *A Plebe* de 25 de dezembro de 1920, diz que o anarquismo tem suas modalidades, as suas nuances.

> "Mas as diferentes nuances do anarquismo, ou se trata do federalismo de Proudhon, do individualismo de Stirner ou ainda do comunismo de Kropotkin conservam, a prendê-los no mesmo ramo original, a base libertária que lhes é comum e sem a qual poderiam ser tudo."[748]

Portanto, neste texto há um reconhecimento das diferentes correntes do anarquismo, mas este reconhecimento não aprofunda estas diferenças. Como conciliar o individualismo de Stirner ou as trocas justas e a reciprocidade de Proudhon com o comunismo de Kropotkin? Isto consegue ser feito referindo-se a um abstrato fundo libertário, ideologicamente construído, comum a estas diferentes correntes.

Uma grande síntese entre a "família anarquista" pode ser formada, desde que estejam fora desta "família" quaisquer táticas que contrariem as

[746] I. M. "Anarquismo e Sindicalismo" in *A Plebe*. São Paulo, 20 de maio de 1933.
[747] "Anarquia e Anarquismo" in *A Plebe*. São Paulo, 26 de agosto de 1933.
[748] "Anarquismo e Maximalismo" in *A Plebe* . São Paulo, 25 de dezembro de 1920.

estratégias e táticas históricas da maioria dos anarquistas que se perpetuaram e se transformaram em princípios.

Neste sentido, ainda neste artigo encontramos a crítica aos anarquistas brasileiros que adotam práticas bolchevistas, os que tentam conciliar marxismo e anarquismo. Mostrando que, por esta época, alguns anarquistas buscavam alternativas revolucionárias sem deixar de se intitularem e se compreenderem enquanto anarquistas. A busca por novas táticas não significava para estes militantes o abandono do ideal.

Mas, uma intensa campanha feita por jornais anarquistas, levou estes militantes a se afastarem progressivamente do ideal anarquista, "definindo posições".

CONCLUSÃO

Para concluir falta sistematizarmos os apontamentos que realizamos ao longo do texto referentes aos motivos do declínio da influência dos anarquistas nas lutas sociais da cidade de São Paulo. É claro que para isso não retomaremos todos os elementos apontados no texto, mas apenas a síntese dos fatores mais importantes.

Em primeiro lugar temos que ressaltar que o anarquismo manteve a sua presença durante o período por nós abordado na cidade de São Paulo, sendo uma das correntes que mais movimentou o operariado da cidade. Como vimos, até 1932 pelo menos o anarquismo era hegemônico no movimento dos trabalhadores da cidade e a presença comunista seja na sua vertente oficial ou da esquerda trotskista era ainda restrita. Portanto, um primeiro fator que devemos descartar é o que aponta a superação do anarquismo no movimento operário ainda na década de 1920.

Pelo que pudemos pesquisar e procuramos demonstrar, a presença do anarquismo na cidade, com alguma influência nos acontecimentos, se bem que já cada vez mais restrita perdurou até 1934, com a batalha contra os integralistas da Praça da Sé. Em 1935 os anarquistas ainda se posicionavam sobre os acontecimentos do período , acompanhavam a formação da Aliança

Nacional Libertadora, porém não conseguiam ter força ou determinar algum acontecimento de relevância.

Uma das causas para o declínio da influência dos anarquistas foi a repressão que dizimou as suas fileiras sucessivas vezes. Ao constatar isso poderíamos estar apenas referendando várias pesquisas que já apontavam este fator. Mas, para nós, esta ação da repressão sobre as fileiras anarquistas foi possibilitada por alguns fatores inerentes as opções feitas pelas agrupações e correntes anarquistas.

As correntes anarquistas de São Paulo não tinham uma organização política (não eleitoral) própria, que desse resguardo para atividades militantes que pudessem ser clandestinas. As atividades dos anarquistas eram quase que totalmente públicas, ou nos sindicatos, ou na priorização da conscientização através da estratégia e da propaganda.

Nos sindicatos eram discutidas atividades que seriam realizadas com toda a categoria e sem algum critério de ingresso que pudesse evitar a infiltração policial. A participação de policiais nas atividades sindicais pode ser atestada pela abundância de relatos dos mesmos nos arquivos do DOPS/SP. Alguns policiais ficavam responsáveis por atividades importantes nos sindicatos, até mesmo por questões de articulação política. A tentativa insurrecional anarquista de 1918, por exemplo, mesmo que não esteja no período nem na localidade por nós pesquisada especificamente, demonstra o grau de primarismo dos anarquistas em atividades clandestinas. A infiltração dos policiais não se dava somente nos organismos sindicais mas também nos grupos anarquistas e até mesmo na redação dos jornais, como aconteceu com *A Plebe*.

Outro fator que apontamos é o fato de muito das atividades dos anarquistas das diferentes correntes basearem-se na propaganda e educação. Estas atividades são eminentemente públicas e muitas vezes necessitavam de um certo grau de radicalismo discursivo para se ter alguma eficácia na agitação popular e das classes trabalhadoras. Isto possibilitava a repressão ter argumentos para perseguir os anarquistas, ou pelo menos manter a ameaça constante sobre suas cabeças.

A repressão era facilitada pela postura da maioria dos anarquistas de enfrentarem a repressão de “peito aberto”. Durante o início dos anos 1920 quando a repressão ao anarquismo estava sendo discutida através do projeto de lei do senador Adolfo Gordo, os anarquistas diziam que leis repressoras poderiam ser aprovadas, que as autoridades poderiam matar os militantes, pois a força das idéias permaneceria e faria germinar novamente a luta anarquista para desgosto das autoridades. Depois de aprovada a lei o discurso se manteve o mesmo e durante todo o período vários fatos atestam que este discurso era transferido para a prática dos militantes. Os militantes eram presos e encarcerados enfrentavam os policiais, ou então logo depois de soltos reafirmavam para os policiais ouvirem que não deixariam de desenvolver a sua luta. A própria FOSP em um ofício enviado a polícia, reclamando da presença ostensiva dos policiais em frente a sede da Federação declarou que se preparava para a auto-defesa contra as forças reacionárias, ou seja, contra os integralistas. Os relatos policiais das reuniões acabavam por estar por dentro de vários “planos” dos anarquistas.

A repressão durante o governo Artur Bernardes dizimou boa parte das lideranças anarquistas, mas não só as que foram deportadas ou enviadas a colônia penal Clevelândia, mas também militantes que abandonaram a luta por não suportarem o grau de exigência da mesma.

Algumas tentativas para se ter critérios para o ingresso nas agrupações anarquistas como as tentadas por grupos que concordavam com o manifesto da 1922, foram muito questionadas. Criticava-se a postura destes grupos afirmando que os mesmos queriam exigir dos anarquistas uma folha corrida para se dedicar às atividades de propaganda, isso seria autoritarismo inadmissível para quem queria ser coerente com os postulados anarquistas.

Mesmo que alguns grupos tenham colocado em prática esta formulação de critério para o ingresso de novos militantes nas agrupações anarquistas, este fato foi prejudicado pela própria fragilidade das organizações especificamente anarquistas que nunca conseguiram se estabelecer com relativa abrangência e permanência no país, mesmo que as intenções fossem outras, a prática foi o da falta de qualquer organização consistente.

Neste sentido, o problema da organização dos elementos anarquistas foi outro fator que colaborou para o declínio da sua influência. As poucas tentativas mais sérias para se organizar os anarquistas, esbarravam em discussões marcadas por um forte conteúdo doutrinário sobre organização. Todas as tentativas propugnavam a organização nos moldes federalista autonomista, no qual o indivíduo teria autonomia no grupo, o grupo na federação e a federação na confederação, além disso, todos eram unânimes em afirmar que as maiorias não teriam direito de impor a suas decisões sobre as minorias. Não se tratava, portanto, de discutir a aplicação das decisões majoritárias em relação ao conjunto dos anarquistas, mas algo até mais simples, tratava-se de fazer com que alguns grupos que acordavam um programa mínimo consensualmente praticassem este programa coletivamente e com responsabilidade de não abandonar as tarefas assumidas sem qualquer forma de coerção externa. Apesar desta discussão ter existido em vários momentos do período por nós estudado, aparentemente ela nunca conseguiu ser superada definitivamente sendo uma discussão recorrente e improdutiva entre os anarquistas.

Assim, a concepção malatestiana de uma organização política específica anarquista atuando num movimento sindical neutro em matéria política, mas combativo, apesar de existir na proposição de alguns agrupamentos anarquistas nunca conseguiu ser colocada em prática de fato.

Na prática boa parte do anarquismo em São Paulo era influenciada pelas concepções kropotkinianas. O anarquismo estaria de acordo com o desenvolvimento das pesquisas científicas mais recentes que apontariam para a predominância dos estudos das partes que se equilibrariam entre si formando um todo harmônico que por vezes poderia ter seus momentos de instabilidade, mas que recuperaria o seu equilíbrio natural. O anarquismo representaria neste movimento o ápice do desenvolvimento natural, derrubando todos os elementos artificiais que impediriam o equilíbrio natural, principalmente na esfera social, possibilitado pela ajuda e apoio mútuo. Ao contrário da concepção malatestiana que considerava a ajuda e o apoio mútuo elementos determinados pela vontade humana, e neste sentido enfatizava a necessidade

da organização como elemento que concretizasse estes conceitos em fatos e possibilitasse o advento da anarquia, a ajuda e apoio mútuo encarados da perspectiva do desenvolvimento inexorável da sociedade levavam a posicionamentos diversos, que acabavam por desembocar na ênfase na modificação da postura individual e na sua adequação a marcha evolutiva em curso.

Ou seja, na medida em que a sociedade caminhava para a perfeição, o problema era se manter firme nos postulados que encarnavam esta perfeição, neste sentido, claudicar seria o “crime” que o anarquista não poderia cometer contra o seu ideal. Mudar de posicionamento, defender novas formas de organização ou objetivos seria ir contra as forças do progresso.

Se os anarquistas estavam de acordo com as forças do progresso, restava então levá-las a conhecimento de todos. A conscientização através da propaganda e educação transformou-se no principal meio para se realizar esta tarefa. As atividades culturais, as escolas sindicais, as palestras, o teatro operário, as discussões filosóficas e científicas, a leitura coletiva... foram muitos os meios utilizados para se realizar a estratégia mais geral da conscientização.

Quando havia uma conjuntura econômica, política e social, que não possibilitava que as massas dessem o retorno desejado em termos de mobilização para os anarquistas, estes não titubeavam e sem avaliar a conjuntura descarregavam a carga de suas críticas contra o povo passivo, inconsciente, atrasado, e muitos outros qualificativos foram utilizados para depreciar o povo. A avaliação dos problemas de mobilização não se concentrava nem em avaliações de conjuntura e pouquíssimas vezes em problemas internos de organização e estratégia dos anarquistas, era muito mais cômodo e coerente com os postulados da maioria dos anarquistas apontar os problemas na incompreensão da “carneirada” popular do que assumir as próprias deficiências ou reconhecer condições objetivas que impediam o avanço das lutas em determinados períodos.

O correspondente da crítica a postura popular era a intransigência da postura dos militantes anarquistas, somada a exigência de uma tenacidade na luta digna de super-homens. Manter-se coerente com os princípios era, como

dissemos, além de uma questão de honra, um dos principais meios visualizados para se alcançar os objetivos almejados. Este tipo de postura gerou no seio das fileiras anarquistas e do povo em geral dois tipos de sentimentos, o primeiro de admiração por aqueles militantes que se mantinham firmes e incorruptíveis em seus postos durante anos, às vezes décadas, militantes admirados pelo seu heroísmo e coragem. O segundo foi o sentimento de que só poderiam ser militantes anarquistas, pessoas com grande firmeza e tenacidade, muitas vezes impossível de ser alcançada para a maioria dos "mortais".

Outra questão correlacionada a estas era a visão quase religiosa formada em torno do ideal anarquista. Para se manter o virtuosismo e a tenacidade exigidos dos militantes anarquistas estes teriam que ter uma fé extrema nos ideais que professavam e acreditar fervorosamente na bondade representada na finalidade do seu programa. O linguajar era muitas vezes científico, mas o fundo das suas concepções era religioso, no sentido da crença de uma comunidade perfeita onde os problemas inexistiriam.

Este arcabouço teórico assumido por parte dos anarquistas, muitas vezes até mesmo correntes de anarquistas partidários da ação sindical que teriam maiores chances de questionar esta fundamentação teórica, reatualizado ou repostos devido às exigências da realidade, serviu para que algumas opções fossem tomadas pelos anarquistas em alguns momentos históricos cruciais do país e em outros momentos de menor importância, mas também relevantes da história de São Paulo, mesmo considerando que este embasamento às vezes cedia lugar a conselhos muito mais práticos do anarquista comunista Errico Malatesta.

Assim, durante os acontecimentos militares de 1924 em São Paulo, alguns anarquistas se posicionaram, tentando participar dos acontecimentos, mesmo avaliando que eles não levariam ao tipo de revolução desejada por eles, tentando tornar o movimento o mais próximo possível dos objetivos e ideais anarquistas. É claro que apesar da participação de elementos anarquistas na luta eles não conseguiram influenciar os acontecimentos no sentido de torná-los o mais próximo dos seus ideais. Seguiu-se a intensa

repressão que levou alguns militantes signatários do manifesto às forças revolucionárias à prisão e a Clevelândia.

Já durante os acontecimentos de 1930 que levaram Vargas ao poder, os anarquistas apesar de impressionados com a movimentação e comoção popular entenderam ser melhor não intervir no movimento que não levaria a transformação social por eles almejada. Neste caso não valeram os conselhos de Malatesta e os anarquistas não quiseram e nem tentaram transformar a revolução em mais anarquista o possível. É claro que se vivia um momento de desorganização proletária e anarquista causado pelas seguidas perseguições sofridas que se intensificaram a partir de 1924, portanto, a não participação ou mesmo manifestação da intencionalidade de apoiar este movimento estava mais ligada à falta de forças do que a um posicionamento político mais explícito, por mais que em documentos públicos posteriores os anarquistas viessem afirmar que sabiam que a "revolução" de 1930 não mudaria a essência do problema social e que por este motivo os anarquistas já sabiam de antemão que aconteceria apenas a mudanças nos postos de quem dominava sem mudar no fundo a dominação. Relatos de atas de reunião dos anarquistas nos mostraram que alguns militantes importantes eram até simpáticos aos revolucionários de outubro de 1930, contrariando a posição publicizada em sua imprensa.

A "simpatia" pelo movimento de 1930 pôde ser atestada no posicionamento em relação à "revolução constitucionalista" de 1932. Esta merecia as críticas mais ferrenhas dos anarquistas, era tida como a contra-revolução que objetivava recolocar a antiga oligarquia no poder. Mesmo assim, os anarquistas se vangloriavam de ficar na sua posição serena esperando a loucura coletiva passar e observando os acontecimentos sem se envolverem com a luta desenvolvida.

As tentativas de Frentes Únicas, foram descartadas pelos anarquistas, mesmo por aqueles que pregavam a necessidade de se desenvolver a luta unificada de todos os trabalhadores independentemente das ideologias professadas. Na verdade este recurso, utilizado, por exemplo, na defesa da neutralidade política dos sindicatos, mostrou-se um recurso de defesa de

determinada política com o tempo, da política anarquista. Assim, os anarquistas combatiam a formação das frentes únicas que tinham como escopo fortalecer o programa dos “políticos”, principalmente do partido comunista, e de outros elementos contrários aos ideais anarquistas. Este processo levou ao auto-isolamento dos anarquistas que ficaram cada vez mais restritos ao seu gueto e a atuação exclusivamente sindical, ou melhor, operária, como forma de se interferir na realidade. Sabemos que eram diversificadas as formas de se atuar sobre a realidade defendida pelos anarquistas, a formação dos Centros de Cultura comprova que a preocupação não era exclusivamente sindical, mas uma questão era a intencionalidade, outra questão é avaliar o que deu certo como forma de mobilização e ação dos anarquistas, neste sentido, é que afirmamos que a ação dos anarquistas ficou cada vez mais restrita aos meios operários.

Desta forma podemos ver que o posicionamento dos anarquistas sempre se esquivando de tomar atitudes práticas em relação a alguns dos acontecimentos políticos mais relevantes do período, como as “revoluções” de 1930 e 1932, seja defendendo, criticando, lutando contra ou a favor, etc., procurando, na maioria das vezes, preservar a pureza dos seus ideais, mantê-los imaculado, fez com que os anarquistas não conseguissem abrir possibilidades de atuação política diferentes da atuação sindical ou da propaganda doutrinária.

Isto fica ainda mais claro em relação à questão das alianças. Mesmo quando os anarquistas tiveram oportunidade de formar alianças com outras forças progressivas se abstiveram de o fazer.

O caso da Frente Única Anti-Fascista (FUA) é exemplar deste tipo de atitude, os anarquistas defendiam a formação de uma ampla frente de combate ao fascismo fora das organizações políticas, pois, segundo eles, as divergências políticas poderiam impedir a ação eficaz e unificada das diferentes correntes. As agrupações políticas acabaram não aceitando a defesa dos anarquistas da formação da frente única desconsiderando as orientações políticas das várias agrupações e a formaram sem se desvencilhar dos vínculos políticos.

O PSB, a revista *O Socialista*, a União Cívica 5 de Julho, Bandeira dos 18, o jornal A Rua, o PSI, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Itália Libera, a LCI, a UTG, o jornal *O Homem Livre* acabaram formando a FUA. E os anarquistas que defendiam a ação conjunta de todos contra o fascismo e argumentavam que a formação da frente única que não fosse baseada nos laços individuais, mas nas diferentes forças políticas levaria a disputa e a divisão, acabaram demonstrando o verdadeiro posicionamento político-doutrinário das suas propostas e não participaram desta iniciativa, demonstrando que mais valia manter os princípios do que interferir na realidade deixando a defesa intransigente dos princípios para segundo plano, ao menos taticamente, para não se isolar cada vez mais.

Os posicionamentos em relação a ANL, embora os anarquistas já tivessem a sua capacidade de intervenção na realidade seriamente comprometida, é uma demonstração do que acabamos de afirmar. Os anarquistas demonstravam desde o início uma simpatia por este movimento policlassista que abarcava desde comunistas até aliancistas (Liberal) , sendo um movimento muito mais popular do que proletário revolucionário. Chegaram a participar de algumas reuniões e atividades da ANL, mas sempre reafirmando o posicionamento intransigente contra organizações de caráter político. As críticas se sucediam até sobre os mínimos detalhes. O fato de os membros da ANL desejarem ter em Prestes a figura que poderia representar as aspirações daquela ampla agrupação não era questionada somente pelo fato de Prestes ter aderido ao comunismo ou coisa do tipo, mas pela própria idolatria que estava se formando em torno da figura de Prestes. Os iconoclastas anarquistas não poderiam admitir que as pessoas participassem dos movimentos guiadas por messias e salvadores, pois só as individualidades conscientes poderiam transformar a realidade. Desta forma, valia mais manter as convicções e a defesa da formação do indivíduo consciente como principal meio de transformação social, do que relevar as suas convicções para poder participar de um amplo organismo que se formava, com a participação de vários setores da sociedade, de forma a potencializar a sua intervenção na realidade. Aliás, a

intervenção dos anarquistas na realidade era secundária para eles se tivessem que mudar aspectos da sua postura em relação à defesa doutrinária.

Outro fator do declínio da influência dos anarquistas está relacionado, paradoxalmente, ao que o forneceu mais vitalidade: o movimento operário. Os anarquistas acabaram restringindo a sua atuação ao movimento operário, como dissemos, mesmo que eles tivessem a pretensão de ultrapassar as barreiras do movimento operário contando inclusive com alguns intelectuais em suas fileiras, sendo que parte dos anarquistas chegavam a defender claramente a transformação social em benefício de todas as classes inclusive de elementos da “burguesia”, os mesmos não conseguiram ultrapassar os limites de uma estratégia que só contasse para a sua realização com os operários, e até mesmo alguns dos seus intelectuais sempre tiveram muito da sua ação diretamente relacionada ao movimento operário ou até mesmo a publicações de livros com um valor mais propagandístico do que literário.

Em uma sociedade na qual a base da economia era essencialmente agrária, onde o proletariado industrial não representava mais do que uma pequena parcela da população, centrar todas as suas forças no movimento operário seria se condenar ao fracasso. A estratégia classista de transformação social, deveria ser acompanhada pela incorporação de outros setores da sociedade na consecução de ao menos parte dos seus objetivos. Os anarquistas, neste sentido, possuíam uma base social e militante diferente dos comunistas, que embora tivessem a maior parte da sua atuação relacionada ao movimento operário, tinha entre a maioria dos seus quadros elementos oriundos das famílias tradicionais empobrecidas, seja civil ou militar, e conseguiram, de certa forma, estabelecer um leque de alianças popular ultrapassando os estreitos limites da ação exclusivamente operária. Dizemos estreitos limites para a sociedade da época e não como um julgamento de valor que fique claro.

Por outro lado, a atuação no movimento operário era o que deu mais frutos ao anarquismo, principalmente quando as discussões centravam-se em questões reivindicativas mais imediatas, mesmo que a pauta de reivindicações possuísse itens abertamente políticos. Assim, quando alguns autores dizem

que a atuação anarquista nos sindicatos foi muito reivindicativa, neste sentido, reformista, e pouco revolucionária, tinham razão, mas isso não era algo que fosse ruim necessariamente, desde que os anarquistas conseguissem utilizar as forças por eles mobilizadas nas lutas reivindicativas visando alcançar objetivos mais amplos. Este foi o problema, a maior parte dos anarquistas quando buscava fazer política revolucionária, não passou de fazer doutrinarismo e quando passou a fazer doutrinarismo as associações operárias sob sua influência deixavam de mobilizar e ter a freqüência dos operários ficando cada vez mais esvaziadas. Isso fica muito claro na conjuntura do final do período por nós pesquisado.

Neste sentido, faltou para os anarquistas uma proposta política mais ampla, tanto para os operários em particular como para os elementos progressistas da sociedade em geral, centrada na concepção de transformação social conduzida pelos proletários. Os anarquistas não tinham uma estratégia política "policlassista" clara que ultrapassasse os elementos discursivos e pudesse representar uma saída real para as parcelas progressivas da sociedade, e esta proposta faltou pelo apego às questões ideológicas relacionadas com determinada concepção de mundo que valorizava o indivíduo moral como representante da parte mais evoluída da sociedade que todos deveriam alcançar para se chegar ao reino da felicidade. Não havia estratégias políticas que abarcassem outros setores da sociedade a não ser enquanto indivíduos.

Em suma, relacionar todos os motivos do declínio da influência dos anarquistas seria enfadonho neste momento e não colaboraria para apreendermos a questão principal. Para nós, o declínio da influência das práticas e propostas políticas dos anarquistas em São Paulo, não estava relacionado simplesmente a legislação trabalhista, ou a formação do PCB, a repressão, a transformação da base econômica da sociedade ou muita outras hipóteses levantadas por diversos autores, umas com certa correção outras totalmente descabidas e já discutidas pela historiografia brasileira. Apesar de muitas destas hipóteses também, porém não exclusivamente, terem sido responsáveis por este declínio. Os fatores do declínio da influência dos

anarquistas na realidade da cidade de São Paulo não precisam ser procurados longe, estão nas suas próprias concepções de mundo e projeto políticos, com suas formas de organização e ação específicas, formuladas de acordo com os acontecimentos da realidade nacional, mas que encontraram nos autores anarquistas internacionais o suporte teórico necessário para se desenvolver.

Isto quer dizer que voltamos ao início dos estudos sobre o movimento operário e vamos reafirmar ideologicamente a insuficiência prática e teórica do anarquismo, enfim a sua impossibilidade e tenhamos que simplesmente abandoná-lo e buscar alternativas “em outras freguesias”? Longe disso. A pesquisa histórica, assim como a realidade, dá a impressão de andar em círculos. Mas não volta ao ponto em que estava, mas em outro qualitativamente diferente.

Apenas afirmamos que determinada concepção de mundo anarquista formada a partir de certos elementos da realidade e alguns pressupostos teóricos, malogrou, afirmamos também que as concepções políticas devem partir de uma análise da realidade feita com acuidade e avaliar se vale à pena abrir mão de certos posicionamentos tidos como verdadeiros para se manter enquanto agrupação com possibilidade de intervenção na realidade para posteriormente retomar a defesa dos postulados considerados corretos em uma conjuntura mais propícia. Ou seja, é a própria realidade que demonstra quais são as estratégias políticas a serem adotadas para a realização de uma sociedade socialista.

Neste sentido, algumas das formulações anarquistas podem ser corretas outras não, não há como rejeitar de antemão, porque inválidas, todas as correntes e teorias anarquistas, por outro lado, não há como adota-las como corretas para todo e qualquer momento histórico somente a partir de uma defesa ideológica. É a análise da realidade, apenas esta, que determina a validade ou não de determinadas concepções e correntes anarquistas. E é apenas a ação social, coerente com os contextos sociais, que poderá transformar intencionalidades em fatos e demonstrar a validade de certas análises.

FONTES

A Obra. Semanário de Cultura Popular. São Paulo.

1920 nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14.

A Plebe. Periódico Anarquista. São Paulo

1920 nº: 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98.

1921 nº 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 109a, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126.

1922 nº 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199.

1923 nº 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225.

1924 nº 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244.

.

1927 nº 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257.

1932, nova fase nº 01, 02, 03, 04, 05, 06.

1933, nova fase nº 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52.

1934, nova fase nº 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78.

1935, nova fase nº 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102.

A Revolução Social. Jornal Anarquista. São Paulo.

1923 nº 02 e 03.

A Vanguarda. Jornal Proletário. São Paulo.

1921 nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47.

A Voz da União. Órgão dos Empregados em Cafés, Confeitarias, Bares e Anexos. São Paulo.

1922 nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09.

1923 nº 10, 11, 12, 13, 14.

A Voz do Sapateiro. Órgão da Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas. Rio de Janeiro.

1921 nº 01

Acção direta. Jornal Anarquista. Rio de Janeiro

1928-29 nº 03, 04, 05, 06.

Acção Proletária. Liga Construção Civil. São Paulo

1921 nº 10.

Alba Rossa.Periódico Libertário. São Paulo

1921 nº 04, 05.

1922 nº 01.

1934 nº 01 e 02.

O Alfaiate. Órgão da União dos Alfaiates. São Paulo.

1920 nº 01.

Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário. São Paulo. Agosto de **1920**

Boletim da Federação Operária de São Paulo. São Paulo**. 1931**

O Grito Operário. Órgão da Liga Operária da Construção Civil e do Operariado em Geral. São Paulo.

1920 nº 07, 08, 09, 11, 12, 13.

1933 nº de aniversário.

O Libertário. Edição da "Alliança Anarchista". São Paulo.

1922 nº 01, 02, 03, 04.

O Metallurgico. Órgão Oficial da União dos Operários Metalúrgicos. São Paulo.

1920 nº edição especial, 07,09.

O Trabalhador. Órgão da Federação Operária de São Paulo. São Paulo

1931-32 nº 02, 03, 04/05, 06, 07.

1933 nº 01, 02, 03, 05, 06/07.

1934 nº 01.

O Trabalhador Chapeleiro. Órgão do Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus. São Paulo.

1933 nº edição de 1 de maio.

O Trabalhador da Light. Órgão da União dos Trabalhadores da Light. São Paulo.

1934-35 nº 02, 03, 04.

O Trabalhador Padeiro. Órgão do Sindicato de Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares. São Paulo.

1932 nº 02.

1934 nº 01.

1935 nº 04, 05.

O Trabalhador Vidreiro. Órgão do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Vidros. São Paulo.

1931 nº 01.

1933 nº único.

Prontuários do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. São Paulo.

nº 02: Abílio Neves.

nº 04: Adelino Tavares de Pinho.

nº 08: Affonso Festa.

nº 12: Agapito Saes.

nº 29: Ângelo Chiarotti

nº 41: Albino Sbrana.

nº 46: Augusto Gonçalves Fonseca

nº 47: Augusto Pizzutti

nº 55: Antonio Arcas Gimenez.

nº 59: Pedro Burba

nº 69: Antonio Domingues.

nº 96: Carmini Farina

nº 122: Edgard Leuenrot, (2 volumes.)

nº 127: Federação Comunista Libertária

nº 144: Florentino de Carvalho.

nº 147: Francisco Arouca.

nº 179: Guilherme Milane

nº 188: Hermínio Marcos

nº 189: Hugo Biocatti

nº 190: Humberto Infanti

nº 195:Isabel Cerruti.

nº 198: Ítalo Benassi

nº 211: João Bacheto Filho

nº 225: Francisco Cianci

nº 261: José Bullara

nº 263: José Carlo Boscolo

nº 282: José Righetti

nº 283: José Rodrigues

nº 284: José Romero

nº 301: Lorenzo Pironcelli

nº 313: Manoel Esteves

nº 325: Marcellino Ruiz

nº 327: Maria Alles

nº 335: Mário Silva

nº 356: Luiz Neto Tortosa.

nº 364: Oreste Ristori

nº 377: Pedro Catallo

nº 384: Pedro Zanella

nº 399: Rodesindo Calomenero Rodrigues

nº 400: Rodolpho Felippe

nº 438: Vicente Sulia

nº 452: João Perdigão

nº 472: Luiz Antônio

nº 497: Francisco Quesada

nº 498: João Navarro

nº 582: União dos Artífices em Calçados

nº 709: União dos Canteiros de São Paulo

nº 710: União dos Trabalhadores da Light.

nº 716: Federação Oerária de São Paulo(4 volumes).

nº 760: Mario Grilli

nº 761: Vicente Boenço

nº 774: João Mineiro

nº 813: Attilio Perobelli

nº 826: Liga Antifascista

nº 848: Agostinho Farina.

nº 857: Maria Lacerda de Moura

nº 860: José Oiticica

nº 868: Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

nº 891: Arthur Orlindo Stefani

nº 906: Luíz Papero ou Paparo.

nº 907: Justiniano da Silva

nº 908: Crescentino de La Modesta

nº 927: Liga Operária da Construção Civil

nº 996: União dos Vidreiros

nº 1.020: Angelo Las Heras.

nº 1.035: Grupo Anarquista de São Paulo

nº 1.039: Francisco de Simoni

nº 1.088: Donato de Vitis

nº 1.123: Sindicato dos Operários Metalúrgicos

nº 1.202: Ernesto Lopes

nº 1.235: Antonio Ramon Perez.

nº 1.262: Benedito Romano (2 Volumes)

nº 1.283: Salvador de Matteo

nº 1.286: Nathalino Rodrigues

nº 1.291: Grupo Libertário Prometeu

nº 1.319: Alexandre Cherchiai.

nº 1.374: João Perez Aragon

nº 1.465: Alfredo Chaves.

nº 1.553: A Lanterna.

nº 1.579: Associações de Classe e Sindicatos (2 Volumes)

nº 1.581: Comitê Anti-Fascista.

nº 1.585: Antônio Petan

nº 1.640: Luiz Papa

nº 1.656: Comitê Anti-Guerreiro.

nº 1.685: Felix Zirolia

nº 1.899: Eleutério do Nascimento

nº 1.914: Centro de Cultura Social

nº 1.916: Francisco Jardim

nº 1.920: Alfredo Stelluto.

nº 1.937: Fernando Navarro

nº 1.946: Paulino Aguillond

nº 2.000 Adolpho Sanchez

nº 2.043: José Gonçalves Moreno Filho

nº 2.061: Hudo Vittori

nº 2.089: Avelino Fernandes

nº 2.150: Manoel Sanches

nº 2.176: Júlio Tancredo Barone

nº 2.257: Sindicato dos Operários em Offícios

nº 2.303: A Plebe.

nº 2.393: José Rocca Orozco

nº 2.394 Antônio Aguillar

nº 2.476: José Albar Alcântara

nº 2.569: Antonio Soares

nº 2.599: Isabel Cerrutti

nº 2.625: José Jarejo Martinez

nº 2.629: Elias Valente

nº 2.630: Domingos Nieto Garcia

nº 2.635: José Cabrera

nº 2.945: Confederação Operária de São Paulo

nº 2.985: Domingos Panzarino

nº 3.022: Antônio Araújo Ribeiro.

nº 3.039: Francismo Calmaextra

nº 3.047: Amor Salgueiro.

nº 3.121: Ângelo Tossi

nº 3.472: Marques da Costa

nº 3.630: Romulo Pardini

nº 3.637: Francisco Rodrigues

nº 3.748: Atilio Pessagno

nº 3.856: A Felippe.

nº 4.045: Gusmão Soller

nº 4.688: Ernesto Gattai

nº 5.195: Sebastião Vieira Carvalho

nº 19.932: Carlos Gili

nº 70.316: Domingos Passos

nº 70.320: Comitê Pró- Sacco e Vanzetti

nº 70.757- Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas

nº 75.126: Nicola Testa

nº 86.230: Argemiro Silveira

nº 86.256: Ítalo Felício dos Santos

BIBLIOGRAFIA

1- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2002.

2- ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário E O Estado: Suas Relações No Contexto Capitalista Da Primeira República (1906-1922*). mestrado, história, PUC-SP. orientador: Antonio Carlos Bernardo, 1981.

3- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.

4- ANSART, Pierre. *El Nacimiento del Anarquismo*. Amorrortu, Buenos Aires, 19??

5- ARVON, Henri. *Anarquismo*. Lisboa, Editorial Verbo, 1966.

6- _____.. *Bakunin- Absoluto y Revolución*. Barcelona, Editorial Herder, 1975

7- AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

8- BAKUNIN, Mikhail A. *Bakunin por Bakunin- Cartas*. Brasília, Novos Tempos, 1987.

9- _____. "Cartas a un francês sobre la crisis actual-1870" In: BAKUNIN, Mikhail A *Obras Completas* – Tomo I. Madri, La Piqueta, 1977

10- _____. *Confesión al Zar Nicolas I*. Labor, Barcelona, 1976

11- _____. *Consideraciones filosóficas sobre el fantasma divino*. Primera edición cibernética, agosto del 2003, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

12- _____. *Deus e o Estado*. Imaginário, São Paulo, 2000.

13- _____ . “El Imperio Knutogermánico y la Revolución Social – Primera Entrega (Locarno, mediados de noviembre de 1870 a mediados de marzo de 1871)” In: BAKUNIN, Mikhail, A. *Obras Completas*- Tomo 2. Madri, La Piqueta, 1977

14- _____. *El patriotismo*. Segunda edición cibernética, enero del 2003 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

15- _____. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional.* Brasília-DF, Novos Tempos, 1989

16- _____. “O Estado: Alienação e Natureza” In : MALATESTA, Errico et alli. *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. Global, São Paulo, 1986

17- _____. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo, Cortez, 1988.

18- _____. "A Instrução Integral". In: Novos Tempos, 1, 19-37, São Paulo, Imaginário, 1998.

19- _____. “La Comuna de París y la Noción de Estado” In: BAKUNIN, Mikhail, A. *Obras Completas*- Tomo 2. Madri, La Piqueta, 1977

20- _____. *La Libertad*. Selección de Carlos Díaz. Jucar, Barcelona, 1980

21- _____**.** "Los fundamentos económicos y sociales del anarquismo” In: HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977

22- _____. *O Princípio do Estado- Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier*. Novos Tempos, Brasília-DF, 1989.

23- _____. *Obras Completas* – Tomo I. Madri, La Piqueta, 1977

24- _____. *Obras Completas*- Tomo II. Madri, La Piqueta, 1977

25- _____. “Programa e objetivo da Organização Secreta Revolucionária dos Irmãos Internacionais (1868)” In: BAKUNIN, Mikhail A. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre, L &PM, 2000

26- _____. “A Reação na Alemanha”, introdução Jean Barrué In: BARRUÉ, Jean. *O Anarquismo Hoje*. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.

27- _____. *Socialismo e Liberdade*. Luta Libertaria, São Paulo, 200?

28- _____. *O Socialismo Libertário*.São Paulo, Global, 1979.

29- _____. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre, L &PM, 2000

30- _____."*Os Ursos de Berna e o Urso de São Petesburgo"*. In: Novos Tempos, 2, 15-44, São Paulo, Imaginário, 1998.

31- BANCAL, *Jean. Proudhon- Pluralismo e Autogestão*. Brasília, Novos Tempos, 1984.

32- BANDEIRA, M.; MELO, C.; ANDRADE, A.T. *O Ano Vermelho: os reflexos da revolução russa no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
BARRANCOS, Dora. “As ‘Leituras Comentadas’: um dispositivo para a formação da consciência contestatória entre 1914-1930.” In: *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas,* v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 151-161.

33- BARRUÉ, Jean. *O Anarquismo Hoje*. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.

34- BATALHA, Claudio H. de Moraes. “Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo
reformista na Primeira República”. *Ciências Sociais Hoje*, 1990, São Paulo, 1990.

35- _____ “A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. Historiografia brasileira em perspectiva. 2ª ed. São Paulo/Bragança Paulista, Contexto/USF, 1998.

36- BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, Editora Unicamp, 1991.

37- BAUER, Carlos. *Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: O Despertar Libertário.* São Paulo, Edições Pulsar, 1994.

38- BAYER, Osvaldo. *Os anarquistas expropriadores*. São Paulo, Luta Libertária, 2004.

39- BEIGUELMAN, Paula. “O Movimento Operário ante a grande Lavoura no período imigrantista”. In: PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

40- BERRO, Chema y OLAIZOLA, José Maria. *Sindicalismo y Transformación Social.* Los Libros de la Catarata, Madrid, 1993.

41- BERTH, Edouard. *Anarquismo y Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

42- BESNARD, Pierre. *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social, volume I*, Brasília, Novos Tempos, 1988

43- BIONDI, Luigi. "Anarquistas Italianos em São Paulo. O Grupo do Jornal Anarquista '*La Battaglia*' e a visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos." In: *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas*, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 117-147.

44- CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Mestrado, orientador: Michael M. Hall, IFCH/Unicamp, 1983.

45- CANDIDO, Antonio. "Sobre a Retidão". In: PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

46- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1977.

47- CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista (1920-1945).* São Paulo, Brasiliense, 1989.

48- CAPPELLETTI, Angel J. El Pensamiento de Malatesta- Idealismo Ético y Socialismo Libertario. Recortes, Montevideo, 1990.

49- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaios Racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

50- CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1982.

51- _____. *A República Velha: I Instituições e Classes Sociais (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1978.

52- _____. *A República Velha: II Evolução Política (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1983.

53- _____. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo, Difel, 1979.

54- _____. Socialismo e Anarquismo no Início do Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

55- CARR, Edward Hallet. *Bakunin.* Ediciones Grijalbo, Barcelona- México DF, 1972

56- _____. *Los Exilados Románticos- Bakunin, Herzen, Ogarev*. Editorial Anagrama, Barcelona, 1969.

57- CARVALHO, José Murilo de "As Forças Armadas Na Primeira República: O Poder Desestabilizador" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

58- CAVALCANTI, Jardel Dias. *Os anarquistas e a questão da moral (Brasil 1889/1930)*. Campinas, Cone Sul, 1997.

59- CHASIN, J. "A Via Colonial de Entificação do Capitalismo" . *A Miséria Brasileira*. Santo André, Ad Hominem, 2000.

60- CHERESSKY, Isidoro. "Sindicatos y Fuerzas Políticas en la Argentina Preperonista (1939-1943)". In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del Movimiento Obrero en America Latina*. México D.F., Siglo Veintiuno/UNAM, 1989. V.4. p. 155-156.

61- COGGIOLA, Osvaldo. "Historiografia do Movimento Operário Latino-Americano", in *Revista Brasileira de História*, v.5, nº 28, São Paulo, ANPUH, 1995, pp 209-230.

62- COLE, G.H.D. *Historia del Pensamiento Socialista*: *marxismo e anarquismo, 1850-1890.* México, Fondo de Cultura Económica, 1958, v.2.

63- COSTA, Emilia Viotti da. "Estruturas Versus Experiência- Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha". ***Ciências Sociais Hoj****e*, Rio de Janeiro, n º 29, pp 3-16, 1º semestre de 1990..

64- COSTA, Emílio. *Élisée Reclus- Uma figura moral*. Lisboa, Seara Nova, 1933.

65- COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*. São Paulo, Ensaio; Rio Grande do Norte, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

66- CUBERO, Jaime, et alli. *El Sindicalismo Revolucionario en el Brasil*. São Paulo, Editora Acadêmica, 1988.

67- DEAN, Warren. “A Industrialização Durante A República Velha” in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

68- DECCA, Maria Aparecida Guzzo. *A Vida Operária fora das Fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

69- DE DECCA, Edgar. 1930 O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

70- DELESALLE, Paul. *La acción Sindical e Los Anarquistas*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

71- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1977.

72- DIAZ, Carlos. *Las Teorias Anarquistas*. Bilbao, Espanã, Zero, 1976.

73- DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935*). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980*.*

74- FABBRI, Luigi . *Influencias burguesas sobre el anarquismo*. Primera edición cibernética, abril del 2003 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 16/05/2006.

75- FALETTO, Enzo. “Industrialização e Classe Operária na América Latina” In: RODRIGUES, Leôncio Martins (seleção). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo, Difel, 1968.

76- FAURE, Sebatian. *Temas Subversivos- La Moral Oficial y... la Otra*. La Protesta, Buenos Aires, 1922.

77- FAUSTO, Boris. “A Crise Dos Anos Vinte E A Revolução De 1930” in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

78- _____. “Os anarquistas e as minhas lembraças”. In: PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

79- _____. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difel, Rio de Janeiro-São Paulo, 1977.

80- FELICI, Isabelle. "Averdadeira história da colônia Cecília de Giovanni Rossi. In: Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 09-61.

81- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. “A Força Pública Do Estado De São Paulo” in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

82- FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de Revolução da esquerda brasileira (1920-1946)* . São Paulo, Doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, Orientador: Maurício Tragtenberg, 1993.

83-GALLO, Silvio. *Anarquismo- Uma Introdução Filosófica e Política*. Achiamé, Rio de Janeiro, 2000.

84-GALVÃO, Luís Alfredo. *Marx & Marx*. São Paulo, Ática, 1977.

85-GERALDO, Endrica. “Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951).” In: *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas*, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 165-190.

86-GITAHY, Malu. “Porto de Santos 1888-1908”. In: PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

87-GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora- Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar,1988

88-GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

89-_____. Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

90-_____. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização” in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

91-GORI, Pietro. A Anarquia Perante os Tribunais. Rio de Janeiro, Achiamé, ??

92- GRIFFUELHES, Victor. *El Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

93-GROSSMAN, Hadassa. “A Imagem da Mulher na Imprensa de Esquerda no Brasil, 1889-1922: Uma exposição sumária.” In: *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas*, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 69-86

94-GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo.* Rio de Janeiro, Germinal, 1968.

95-GURVITCH, Georg. *Proudhon*. Edições 70, Lisboa, 1983.

96-HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. Remate de Males, Campinas, (5), 1985. p. 96-120.

97-_____. *A Classe Operária no Brasil - Documentos (1899 a 1903).* São Paulo, Alfa Omega, 1979, 2 vols.

98-_____. “O Grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho” In: PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

99-HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1984, 2ª edição.

100-HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982.

101-HAUPT, Georges. “Por que a história do movimento operário?”, *Revista Brasileira de História*, v.5, nº 10, 1985.

102-HEGEL, G. W. F. *Textos Dialéticos*. Seleção, tradução, introdução e notas de Djacir de Menezes. Zahar, Rio de Janeiro, 1969.

103-HOBSBAWN, Eric. “Em defesa da História”, in *O Estado de São Paulo,* Caderno 2; 23 de janeiro de 2005.

104-_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

105-_____ “Anarquistas”. In: *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

106-HOROWITZ, Irving Louis. *Los Anarquistas- La Práctica*. Alianza, Madri, 1977.

107-_____. *Los Anarquistas- La Teoría*. Alianza, Madri, 1977.

108-JOYEUX, Maurice. *Reflexões Sobre a Anarquia.* São Paulo, Terra Livre/Arquipélago, 1992.

109-LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo- Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.

110-LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

111-KHOURY, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1981.

112-_____. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária- imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. Doutorado, FFLCH/USP. Orientador: Aziz Simão, 1989.

113-KOVAL, Bóris. *História do proletariado brasileiro*: 1857 a 1967. São Paulo, Alfa-ômega, 1982

114-KROPOTKIN, Piotr. *A Anarquia sua filosofia, seu ideal*. São Paulo, Imaginário, 2000.

115-_____. *A los jóvenes*. Primera edición cibernética, noviembre del 2005, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006

116-_____. *Anarquismo-Definición para la Enciclopedia Británica.* Primera edición cibernética, noviembre del 2005,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

117-_____. "A Ordem". In: *Novos Tempos*, 1, 5-10, São Paulo, Imaginário, 1998.

118-_____. *Campos Fábricas y Talleres*. Barcelona, Jucar, 1978.

119-_____. *El Apoyo Mutuo.* Arquivo PDF. www. cgt.es, acessado em 15/07/2006.

120-_____.. *Folletos Revolucionarios I*. Barcelona, Tusquets, 1977.

121-_____. *La Conquista del pan.*. Traducción de León-Ignacio, digitalizada por J. de M, www. cgt.es , acessado em 04/06/2006.

122-_____. *La Ley y la Autoridad*. Primera edición cibernética, noviembre del 2005, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

123-_____. *La Moral Anarquista.*. Primera edición cibernética, Febrero del 2006,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

124-_____. *Las prisiones*. Cuarta edición cibernética, enero del 2003,Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

125-_____. *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Se ideal, Seus Princípios econômicos*. São Paulo, Unitas, 1932.

126-_____. *Obras*. Barcelona, Anagrama, 1977.

127-_____. *O Estado e seu papel histórico.* São Paulo, Imaginário, 2000.

128-_____. "O que a Geografia deve ser" in KROPOTKIN, Piotr. *Seleção de Textos nº 13*. Seleção José William Vesentini. AGB, São Paulo, 1986.

129-_____. *Origen y evolución de la moral.* Primera edición cibernética, mayo del 2003, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006

130- _____. "Sobre o Governo Representativo ou Parlamentarista" in MALATESTA, Errico et alli. *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. Global, São Paulo, 1986, 3 ed.

131- LAGARDELLE, Hubert. *El Sindicalismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

132-LENIN, V. I. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global, 1979.

133- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social*. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1963.

134- LINDEN, Marcel Van Der e THORPE, Wayne. "Auge y Decadencia del Sindicalismo Revolucionario". In: *Libre Pensamiento*, 29/30, p. 6-19. Madri, Espanha, Confederación General del Trabajo (CGT), Primavera de 1999.

135- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.

136-LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A Semana Trágica- A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Museu da Imigração, 1997.

137-_____. *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

138-LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y El Poder, 1868-1969.* Paris, Ruedo Ibérico, 1972.

139-LOVE , Joseph - Wirth , John - Levined , Robert "O Poder Dos Estados.Análise Regional" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

140-LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920*. Doutorado, FFLCH, USP, 1984.

141-_____ *As Utopias Anarquistas*. São Paulo, Brasiliensa, 1987.

142-MAGNANI, Silvia Ingrid Lang Magnani. *O Movimento Anarquista em São Paulo* . São Paulo, Brasiliense, 1982.

143-MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Antígona, Lisboa, 1981.

144-MAKHNO, Nestor. *Anarquia & Organização*. São Paulo, Luta Libertária, 2001.

145-MAKHNO, Nestor, SKIRDA, Alexandre, BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social Na Ucrânia*. São Paulo, Imaginário, 2001.

146-MALATESTA, Errico. *A Anarquia e Outros Escritos.* Brasília, Novos Tempos, 1987.

147-_____. *Anarquismo Libertário e Revisionismo Autoritário*. São Paulo, 1932.

148-_____. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. Cortez, São Paulo, 1989.

149-_____. "A Política Parlamentar no Movimento Socialista" MALATESTA, Errico et alli. *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. Global, São Paulo, 1986, 3 ed.

150-_____. En El Café. FORA, Buenos Aires, s/d.

151-_____. *En tiempo de elecciones* . Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

152-_____. *Entre Campesinos*. Edición revisada por el autor, Traducción de Diego Abad de Santillán. Seguimos la impresión realizada por Tierra y Libertad, en 1936, www.cgt.es , acessado em 04/06/2006.

153-_____. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989.

154-_____. *Socialismo y Anarquia*. Terceira Edição, Ayuso, Madrid, 1977.

155-_____ *Textos Escolhidos*. Porto Alegre, L&PM, 1984.

156-MALATESTA, E., FABRI, Luigi. *O Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo, Luta Libertária, 2002.

157-MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário Brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

158-MARX, Karl. *Miséria da Filofosia*. São Paulo, Ícone, 2004.
159-_____ *El 18 Brumario de Luis Bonaparte.* Buenos Aires, Claridad, 1971.

160-MECHOSO, Juan Carlos. Acción Directa Anarquista- Una historia de FAU. Recortes, Montevideo, 200?.

161-MELLA Ricardo. *Em defesa do anarquismo*. Rio de Janeiro, Grupo Renascença. s/d.

162-MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* Brasiliense São Paulo, 1987.

163-MENEZES, Djacir. *Proudhon, Hegel e a Dialética*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

164-MERLINO, Saverio e MALATESTA, Errico . *Elecciones y anarquismo*. Primera edición cibernética, marzo del 2004, Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

165-MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão- A Proposta de Proudhon*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

166-MUELLER, Hena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam- Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília.* Doutorado, FFLCH-USP, Departamento de História , São Paulo, 1989.

167-NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista.* Rio de Janeiro, Achiamé, 2000.

168-NEGRO, Hélio e LEUENROTH, Edgard. *O que é Maximismo ou Bolchevismo*. São Paulo, Semente, s/d.

169-NETO, Oscar Farinha. *Atuação Libertária no Brasil- A Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2001.

170-NETTLAU, Max. *La anarquía a través de los tiempos*. Cuarta edición cibernética, enero del 2003 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 16/05/2006.

171-_____. *Miguel Bakunin, La Internacional y La Alianza en España*-1868-1873. Madrid, La Piqueta, 1971.

172-NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. Bakunin: sangue, suor e barricadas. Papyrus, Campinas, 19??.

173-OITICICA, José. *Ação Direta*. Rio de Janeiro, Germinal, s/d

174-_____. *A doutrina anarquista ao alcance de todos.* Rio de Janeiro, Germinal, s/d

175-OLIVEIRA, Francisco de. "A Emergência Do Modo De Produção De Mercadorias: Uma Interpretação Teórica Da Economia Da República Velha No Brasil" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

176-PALMER. M. *Conceitos sobre o sindicalismo operário.* Liga Operária da Construção Civil, São Paulo, 1933.

177-PANNUNZIO, Sérgio. *Sindicalismo y Anarquismo*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

178-PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico", *Revista Brasileira de História*, v.3, nº 06, 1980.

179-PARRA, Lucia Silva. *Combates Pela Liberdade: O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP* (1924-1945). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

180-PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962.

181-PETRONE, Maria Tereza Schorer "Imigração" *in* FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III-*

Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

182-PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção Na Vida Política" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Instituições, volume 2, (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

183-_____ "*O Proletariado Industrial na Primeira República".* In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e instituições- 2º volume-, 1889-1930* . Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

184-_____. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

185-_____. *"Trabalho Industrial no Brasil".* In: *Estudos Cebrap,* nº 14, São Paulo, Brasiliense, 1975;

186-PIOZZI, Patrizia. *Natureza e Artefacto: a ordem anárquica- Algumas considerações sobre a G6enese da idéia socialista libertária.* Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1991.

187-PORTER, Katherine Anne. *Sacco e Vanzetti: um erro irreparável.* Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.

188-POUGET, Emile*. El Sabotaje*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www. antorcha.net, acessado em 01/04/2006.

189-PROUDHON, Pierre-Joseph. "*A Sociedade sem autoridade"*. In: Novos Tempos, 1, 11-17, São Paulo, Imaginário, 1998.

190-_____*. La Capacidad Política de La Clase Obrera* . Jucar, Madrid, 1977.

191-_____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo, Imaginário, 2001

192-_____. *Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo, Ícone, 2003.

193-_____ "*Justiça, Administração, Polícia"*. In: Novos Tempos, 2, 05-13, São Paulo, Imaginário, 1998.

194-_____. *O Que é a Propriedade?.* Estampa, Lisboa, 1975.

195-_____. *Textos Escolhidos*. Seleção de Paulo- Edgar Almeida Resende e Edson Passetti. Ática, São Paulo, 1986.

196-_____ *Textos Escolhidos*. Porto Alegre, L&PM, 1983.

197-RECLUS , Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo, Imaginário, 2002.

198-RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas.* Barcelona, Tusquets, 1977.

199-ROCKER, Rudolf. *Anarquismo: sus aspiraciones y propositos*. FORU. s/d.

200-RODRIGUES, Edgar. *ABC do Sindicalismo Revolucionário*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1987

201-_____. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979

202-_____. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

203-_____. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1976.

204-_____. *Os Anarquistas: Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo, Global editora, 1984.

205-_____. *Os Companheiros- 1* . Rio de Janeiro, VJR, 1994.

206-_____. *Os Companheiros- 2* . Rio de Janeiro, VJR, 1995.

207-_____. *Os Companheiros- 3* . Florianópolis, Insular, 1997.

208-_____. *Os Companheiros- 4* . Florianópolis, Insular, 1997.

209-_____. *Os Companheiros- 5* . Florianópolis, Insular, 1998.

210-_____. *Os Libertários.* Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

211-_____. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

212-_____. *Trabalho e Conflito*. Rio de Janeiro, Arte moderna, s/d.

213-RODRIGUES, José Albertino*. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São paulo, Difel, 1967.

214-RODRIGUES, Leôncio Martins. “Classe Operária e Sindicalismo no Brasil” In: RODRIGUES, Leôncio Martins (seleção). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo, Difel, 1968.

215-_____. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

216-_____. "O PCB: os dirigentes e a organização" in. FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991

217-_____. "Sindicalismo e Classe Operária (1930 -1964)" . FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991

218-ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

219-ROMANI, Carlo Maurizzio. *Oreste Ristori: uma aventura Anarquista*. Mestrado, IFCH/Unicamp, Orientadora: Luiza Margareth Rago, 1998.

220- _____.*Clevelandia, Oiapoque - aqui começa o Brasil! : transitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927).* Campinas, SP : [s.n.], 2003. Doutorado, Unicamp.

221- RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

222-RUGAI, Ricardo Ramos*. O anarquismo organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976*). IFCH/Unicamp, 2003. Orientador: Cláudio H. M. Batalha.

223-RUSSEL, Francis*. A tragédia de Sacco e Vanzetti*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

224-RYNER, Han. *Elíseo Reclus* (1830-1905). Barcelona, Editorial Ética, 1928.

225-SAMIS, Alexandre. *Moral Pública e Martírio Privado*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1999.

226-SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

227-SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo, Ática, 1987.

228-SILVA, Ivani Ribeiro da. *O movimento operário de Santos no início do século XX- O jornal como fonte documental histórica*. Mestrado, ECA-USP, São Paulo, 1992.

229- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo* (1930-1945). Campinas, Unicamp, 2005, mestrado, Orientador: Dr. Michael M. Hall.

230-SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985.

231-SILVA, Zélia Lopes. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30.* São Paulo, Marco Zero, 1990.

232-SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado.* São Paulo, Ática, 1981.

233-SINGER , Paul. "O Brasil No Contexto Do Capitalismo Internacional 1889-1930" in FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

234-SOREL, Georges. *El Sindicalismo Revolucionario*. Primera edición cibernética, enero del 2004 Captura y diseño, Chantal López y Omar Cortés, www.antorcha.net , acessado em 01/04/2006.

235-_____. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

236-SOREL, George et alli. *Sindicalismo Revolucionário*. Jucar, Madrid, 1978.

237-TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

238-TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário- Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

239-_____. "Em torno do jornal *O Amigo do Povo* : os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século." In: *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas*, v. 8/9, IFCH-Unicamp, Campinas, 1988, pp. 89-113

240-_____. *Travessias Revolucionárias*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2004.

241-TRAGTENBERG, Maurício. "*Marx/Bakunin"*. In: CHASIN J. *Marx Hoje, Cadernos Ensaio 1*, São Paulo, Ensaio, 1987, pp.195-216

242-TRINDADE, Hélio. "Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30" in. FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano- Tomo III- Sociedade e Política, volume 4, (1930-1964).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

243-VALADARES, Eduardo. Anarquismo e Anticlericalismo. São Paulo, Imaginário, 2000.

244-VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

245-VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.

246-VIEIRA, Vera Lúcia. *Cooptação e Resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950*. Mestrado, PUC-SP. Orientadora: Yvone Dias Avelino, São Paulo, 1989.

247-WOODCOCK, George. História das Idéias e Movimentos Anarquistas- O Movimento. Porto Alegre, L&PM, 2002.

248-ZAIDAN, Michel. "Origens do Sindicalismo Burocrático no Brasil: 1923-1926" In: *Ensaio,* nº 13, São Paulo, Editora Ensaio, 1984, pp 85-115.